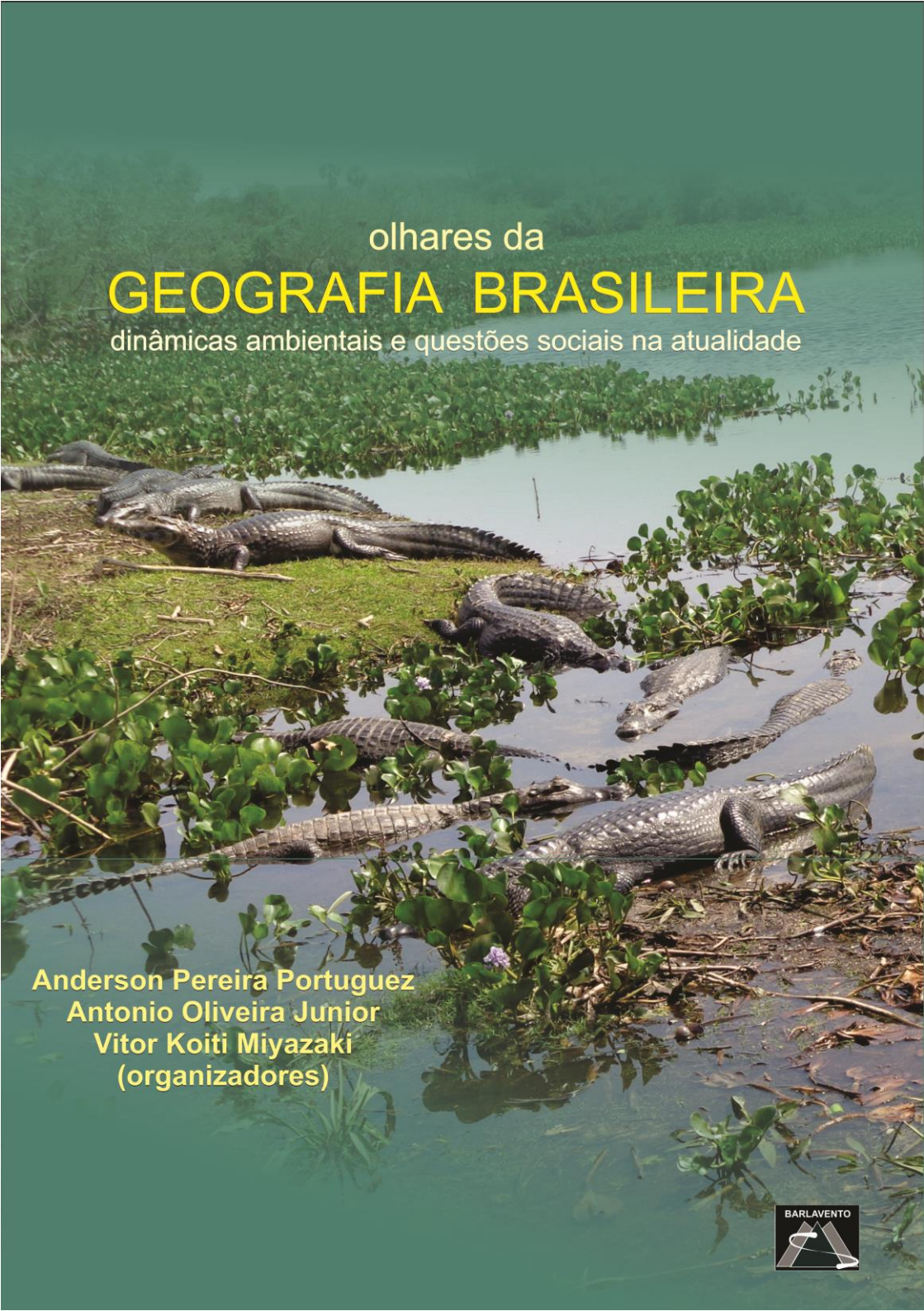

olhares da
GEOGRAFIA BRASILEIRA
dinâmicas ambientais e questões sociais na atualidade
Anderson Pereira Portuguez
Antonio Oliveira Junior
Vitor Koiti Miyazaki
(organizadores)
BARLAVENTO

Anderson Pereira Portuguez
Antonio Oliveira Junior
Vitor Koiti Miyazaki
(organizadores)

Olhares da

GEOGRAFIA BRASILEIRA

dinâmicas ambientais e questões sociais na atualidade

Ituiutaba, MG
2019

BARLAVENTO

© Anderson Pereira Portuguez; Antonio de Oliveira Júnior; Vitor Koiti Miyazaki; 2019.
Editor da obra: Mical de Melo Marcelino.
Arte da capa: Anderson Pereira Portuguez.
Diagramação: David Luiz Pereira Leite.

Editora Barlavento
CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 68066 / Braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilè Asé Babá Olorigbin.
Rua das Orquídeas, 399, Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial – Grupo Geografia e Meio Ambiente:
Mical de Melo Marcelino (Editora-chefe)
Maria Izabel de Carvalho Pereira (Revisora)
Pareceristas:
Dr. Rosselvelt José Santos
Dr. Giovanni F. Seabra
Dr. Leonardo Pedroso
Dr. Jean Carlos Vieira Santos
Profa. Claudia Neu

Olhares da Geografia Brasileira: dinâmicas ambientais e questões sociais na atualidade. Anderson Pereira Portuguez; Antonio de Oliveira Júnior; Vitor Koiti Miyazaki. Ituiutaba: Barlavento, 2019, 609 p.

ISBN: 978-85-68066-86-7

1. Geografia. **2**. Natureza. **3**. Sociedade. **4**. Ensino.
I. PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **II.** OLIVEIRA JUNIOR, Antonio de. **III**. MIYAZAKI, Vitor Koiti.

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da Editora Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

AGRADECIMENTOS AOS APOIADORES

Universidade Federal de Uberlândia

Instituto de Ciências Humanas do Pontal – Ituiutaba

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura – UFU

Programa De Pós-Graduação Em Geografia Do Pontal – ICH/UFU

E-Books Barlavento

SUMÁRIO

Apresentação
Os organizadores *7*

Capítulo 1 Comunicação em rede para manifestações em rede: reflexões sobre a ação política on-line e off-line
Gustavo Souza Santos, Anete Marília Pereira *9*

Capítulo 2 Geografias da comunicação como embasamento teórico para a utilização de jornal impresso como recurso didático
Juliana de Oliveira Vicentini, Carolina de Albuquerque..... *31*

Capítulo 3 Universidades: polos de crescimento do século xxi?
Antonio de Oliveira Júnior..... *55*

Capítulo 4 Espacialização das áreas de atuação dos cras em Ituiutaba (MG)
Geisa Candida da Silva Gonçalves *73*

Capítulo 5 Reflexões sobre crescimento/desenvolvimento local e regional a partir da instalação de universidades públicas: o caso de Ituiutaba no Pontal do Triangulo Mineiro
Ana Rúbia Muniz dos Santos Pereira, Raquel Balli Cury..... *95*

Capítulo 6 O delinear do potencial paisagístico na complexidade das áreas rurais
Cristiane Dambrós, Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira..... *118*

Capítulo 7 Utopismo, insurgência e espaço urbano: entre o direito à cidade lefebvriano e as jornadas de junho de 2013 no Brasil
Gustavo Souza Santos, Anete Marília Pereira *138*

Capítulo 8 Políticas públicas voltadas para o idoso: uma reflexão no contexto de território e lugar
Geisa Candida da Silva Gonçalves *171*

Capítulo 9 Análise comparativa na gestão da paisagem rural em Vila Real/Portugal e Brotas – São Paulo/Brasil
Cristiane Dambrós, Ana Alexandra Vilela Marta Rio Costa *195*

Capítulo 10 Campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, em Ituiutaba-MG: espaço socialmente construído
Ana Rúbia Muniz dos Santos Pereira, Antônio de Oliveira Junior..... *227*

Capítulo 11 O complexo industrial de Anchieta no litoral sul do Espírito Santo e os latifúndios empresariais
Cláudio Luiz Zanotelli..... *272*

Capítulo 12 Produção do espaço urbano e estruturação da cidade: estudo sobre o desenvolvimento de áreas comerciais em conjuntos habitacionais de Ituiutaba-MG
Suellen Batista dos Santos Parreira, Vitor Koiti Miyazaki *318*

Capítulo 13 Território e identidade cultural: estudo de caso dos migrantes nordestinos no bairro Novo Tempo II, em Ituiutaba, MG
Daniel Féo Castro de Araújo, Anderson Pereira Portuguez *347*

Capítulo 14 Trabalho doméstico e mulheres: considerações sobre as trabalhadoras em Catalão - Goiás
Sueley Luana da Silva Inácio, Carmem Lucia Costa *381*

Capítulo 15 Reflexão geográfico-geomorfológica sobre o Antropoceno e a geração de vulnerabilidade e risco no espaço geográfico
Leda Correia Pedro Miyazaki, Érika Cristina Nesta Silva, Caio Augusto Marques dos Santos..... *420*

Capítulo 16 Estudos geoambientais e bases metodológicas do zoneamento ecológico-econômico no Brasil
Francisco Leandro de Almeida Santos, Flávio Rodrigues do Nascimento *447*

Capítulo 17 Análise da dinâmica erosiva no Parque do Goiabal- município de Ituiutaba/MG, no período de 2015 a 2017
Jonathan Fernando Costa Alves, Leda Correia Pedro Miyazaki, Silvanio de Cássio Silva *475*

Capítulo 18 A coleta seletiva de resíduos sólidos em Ituiutaba– MG e a pertinência da educação ambiental
Sirlene Aparecida Silva *506*

CAPÍTULO 19 Estratégias de educação ambiental aplicado à conscientização de conservação das araras-canindé (*ara ararauna*, psittaciformes: aves) na cidade de Ituiutaba-MG
Mayara Yukiko Yamada, Kátia Gisele de Oliveira Pereira *541*

SOBRE OS ORGANIZADORES 593
SOBRE OS AUTORES..... 595

APRESENTAÇÃO

Anualmente, a Editora Barlavento lança pelo menos uma coletânea de textos de Geografia. Desde sua fundação, a Editora tem incentivado novos autores dessa ciência a produzir obras que tragam reflexões críticas sobre a relação dos grupos humanos com os ambientes que ocupam. O eixo editorial "*Geografia e Meio Ambiente*" sempre foi um dos pilares do trabalho da Barlavento que, nesse ano, comemora seu 5º ano vida.

E para comemorar, fomos convidados a organizar este livro, que como os demais, traz temáticas brasileiras para a reflexão de autores que pesquisam, sobretudo, temas do chamado Brasil Central.

Este livro, na forma de coletânea, demonstra um esforço intelectual de vários níveis de conhecimento, na construção permanente de uma Geografia que busca ultrapassar e avançar os seus limites de análise, como forma de compreensão da realidade de um mundo em múltiplas transformações.

Olhares da Geografia Brasileira: dinâmicas ambientais e questões sociais na atualidade oferece um conjunto de trabalhos de pesquisadores, alunos e professores que dissertam sobre temáticas das mais diversas no escopo de uma geografia que procura analisar tanto as dinâmicas da sociedade quanto da natureza. Esta diversidade de temas, abordagens e recortes de análise reforça a perspectiva de uma produção geográfica que se renova constantemente em suas metodologias, reflexões teóricas e práticas de pesquisa.

Os textos que ora apresentamos são resultados de trabalhos desenvolvidos em diferentes níveis, da graduação à pós-graduação, contemplando pesquisas que procuram entender e explicar as dinâmicas espaciais do território brasileiro em suas diversas escalas e recortes de análise – local, regional, rural, urbano – a partir de diferentes dimensões teórico-analíticas, da compreensão dos

movimentos políticos no espaço, das políticas públicas e da dinâmica da natureza.

É, portanto, nesse contexto, que apresentamos esta obra, caracterizada por uma diversidade de contribuições que expressam a multiplicidade de uma geografia que procura acompanhar as mudanças da sociedade contemporânea.

Os organizadores

CAPÍTULO 1
COMUNICAÇÃO EM REDE PARA MANIFESTAÇÕES EM REDE: REFLEXÕES SOBRE A AÇÃO POLÍTICA ON-LINE E OFF-LINE

Gustavo Souza Santos

Anete Marília Pereira

Introdução

O ano é 2010 e, Tarek bin Tayeb Bouazizi, um vendedor tunisiano de frutas e legumes de 26 anos faleceu após atear fogo ao próprio corpo em protesto às más condições de vida que seu povo levava. Seu martírio consistiu em uma prova cruenta e de metáfora eloquente do que as bases socioeconômicas de seu país representavam. A morte do cidadão constituiu um emblema para o germe de uma onda de protestos a cobrir a Tunísia e que levaram o ditador Ben Ali a deixar o poder ocupado por 20 anos.

Em 2011, a mesma centelha tunisiana inflamou a nação egípcia, que se engajou em busca de um novo projeto de país. As ruas foram tomadas de protestos e conclames de mudanças vocalizadas na persona do ditador Hosni Mubarak, há 30 anos no comando ditatorial do Egito de modo paternalista e com mãos de ferro. A insurreição tinha por tônus as condições de vida da população ao dissabor de incertezas, precariedades e violência. Com a queda ditatorial, a população desejava um suspiro esperançoso.

Levantes líbios e sírios também foram observados, marcados por anelos de um novo tipo de governança e um conjunto de situações que transformassem sua realidade subjugada. Agremiando o norte africano e Oriente Médio, tal movimento ficou conhecido como Primavera Árabe. As vozes populares se encontraram nas ruas fazendo com que as tramas de sua indignação florescessem em protestos e transformações sociais, a partir de uma nova perspectiva de seus países e de suas histórias.

Fagulhas puderam ser acompanhadas também na Europa. Os espanhóis conquistaram a Praça Puerta Del Sol e, sob o selo de indignados1, promoveram a dissonância do discurso político vigente e a necessidade de se refletir os modelos de governabilidade do país. Lutou-se contra a hegemonia política binária, contra a representação social de seus projetos e impactos no cotidiano espanhol e ante ao envelhecimento político, em busca de uma nova cultura política nacional.

A reivindicação por melhores condições de trabalho e educação fez portugueses saírem às ruas e se declararem uma geração "à rasca"2, isto é, paralisada, avariada e aquém de suas possibilidades. Os gritos da população aglutinada nos espaços públicos de grandes cidades portuguesas eram uníssonos: direito ao trabalho e à educação. Já os gregos, ocuparam a praça ateniense de Syntagma em confronto às medidas austeras

[1] As manifestações espanholas ficaram conhecidas como Revolta ou Revolução dos Indignados, bem como 15-M, em alusão à data marco dos protestos de 15 de maio de 2011.

[2] Os protestos portugueses foram chamados de "geração à rasca" em alusão ao chamamento de "geração rasca" em protestos estudantis de 1994. "À rasca" é uma expressão lusitana para "com dificuldades para a realização de algo, prejudicado".

adotadas pelo governo diante do desequilíbrio administrativo do país.

A trajetória insurgente chega à América em 17 de setembro de 2011. No Zuccotti Park, distrito financeiro - e porque não iconográfico - de Wall Street em Nova York, manifestantes estabeleceram uma ocupação permanente em protesto à má distribuição de renda, poderio de bancos e corporações, educação superior paga e corrupção. Os protestos demarcaram e ocuparam um espaço representativo e simbólico, e a partir de então, sinal de resistência e conclame popular.

No Chile, uma década depois do fim do regime militar, as regiões metropolitanas de Santiago foram tomadas por estudantes reivindicando melhorias na qualidade de ensino e o acesso à universidade. Os pinguins3 promoveram sua revolução indo às ruas, ocupando instituições de ensino e, sob parcerias sindicais, gerando greves gerais, fazendo o status de prosperidade do país ser posto em xeque ante as gerações atuais no vislumbre das vindouras.

Em junho de 2013, o Movimento Passe Livre4 - movimento ativista em torno do transporte público gratuito e da mobilidade urbana - ocupou vias paulistanas para protestarem contra o aumento da tarifa do transporte público feito mesmo após negociações e diálogos com o poder público. Contudo, as manifestações tiveram seu escopo amplificado, agremiando novos adeptos por todos os estados brasileiros, tornando as ruas

[3] Os manifestantes chilenos ficaram conhecidos pela alcunha de “pinguins” em referência à aparência dos uniformes estudantis do ensino secundário e à causa educacional em protesto.

[4] Para entender a autodefinição e os princípios do Movimento Passe Livre, conferir <http://saopaulo.mpl.org.br/apresentacao>.

do país um vórtice para reivindicações diversas, relacionadas à temas sociais, econômicos e políticos.

O movimento agora com um corpo mais robusto, fiou-se à etiqueta "O gigante acordou"[5], aludindo ao país "gigante" que, a partir daquele momento, teria acordado para transformar sua realidade. Sentimentos nacionais de mudança dos quadros nacionais foram congregados territorialmente. A sintonia entre essas diferentes mobilizações populares está no usufruto de redes sociais como instrumentos de insurgência, tornando a comunicação em rede parte do processo de querela.

A partir da interlocução entre insurgências on-line e off-line e a comunicação em rede como indumentária popular para a ação política e, considerada a especificidade dessas mobilizações sociais, propõe-se aqui refletir a produção de novos exercícios de cidadania, democracia e fazer político diante do ciberespaço.

Desenvolvimento

A sintonia é ampla. Nessa trajetória de movimentos, a Primavera Árabe no norte africano e no Oriente Médio, o Occupy Wall Street nos Estados Unidos, a revolta dos indignados na Espanha, a geração à rasca portuguesa, a revolução chilena dos pinguins e outros cenários tiveram ressonância precedente ao caso brasileiro, tendo a profusão de

[5] "O gigante acordou" e "vem pra rua" se tornaram expressões conhecidas do movimento e fazem alusão a *slogans* publicitários das marcas Johnnie Walker e Fiat, respectivamente, com temáticas de sentimento e sentido nacional, de campanhas veiculadas no período.

expressões sociopolíticas, de ativismos e pulsos socioespaciais como chancela.

O que dista nesta trajetória de movimentos em termos de localização geográfica, processo histórico e causas levadas a pleito, aproxima em termos de abordagem e dinâmica. E tal proximidade não encontra endosso apenas na linha temporal e na influência mútua pela difusão midiática.

A apropriação das ruas, o engajamento sociopolítico resgatado (SANTOS; CUNHA, 2018c), os devires coletivizados, a integração identitária (SANTOS; CUNHA, 2018a), as tramas de comunicação de difusão e transmissão de mensagens e o arranjo de um movimento (SANTOS; CUNHA, 2018b) marcado por ativismos em rede se concatenam na emergência de uma espacialidade de insurgência particular.

Postos em perspectiva, os movimentos de insurgência aqui acompanhados não se enquadram na tipificação característica, padronizada e burocrática do que se entende por movimentos sociais (GOHN, 2010). Mantendo distância da negligência discursiva de sua mais valia ou efemeridade, tais eventos apresentaram elementos constitutivos de uma nova tessitura de movimentos sociais na contemporaneidade, atrelados a vínculos socioespaciais e sociopolíticos em trânsito, ou melhor, em transformação.

O agenciamento espontâneo, a organização em rede, o aporte de mecanismos on-line, o resgate aos autos da cultura e do engajamento político, bem como os desdobramentos espaciais observados em sua insurgência e desenvolvimento revelam outras profundezas e elementos aquiescentes para o estudo de movimentos sociais contemporâneos. Não apenas sob luzes sociológicas, mas sobretudo espaciais.

Há que se destacar ainda, ao lado da perspectiva socioespacial das Jornadas de Junho e predecessoras, o agenciamento de base on-line - essencial ao off-line. No bojo das mobilizações, foi comum o uso de rede sociais on-line e seus dispositivos para o convite à manifestação, a organização dos trabalhos, difusão de informações e comunicação irrestrita - para o caso dos países da Primavera Árabe que tinha a imprensa cerceada e os meios de se informar e comunicar restritos. O espaço de insurgência mostrou-se assim, um espaço reticulado de reflexo on-line e off-line.

A estrutura básica permanece: há identidades em exercício alinhavadas na ação coletiva de sujeitos, forças opositoras que constituem centros de poder hegemônicos e projetos de vida arrolados a demandas plurais e específicas que se tornam força de querela. Porém, novas tecnologias de manifestação e de fazer política são dispostas. Ora para controle, ora coerção, ora reação, ora transformação.

Mobilizações sociais e a ação coletiva não podem ser compreendidas olvidando sua conjuntura histórica. A contemporaneidade marcada pela emancipação da internet como um direito e uma possibilidade de cidadania ubíqua, torna possíveis novos insumos e novas indumentárias de produção de devires. E devires acompanhados de novas agências e potências de fazer e perceber política, cidadania e democracia.

Castells (2013, p. 18) auxilia nessa construção:

> Ao longo da história, os movimentos sociais são produtores de novos valores e objetos em torno dos quais as instituições da sociedade se transformaram a fim de representar esses valores criando novas formas para organizar a vida social. Os movimentos sociais exercem o contrapoder construindo-se, em primeiro lugar,

> mediante um processo de comunicação autônoma, livre do controle dos que detêm o poder institucional. Como os meios de comunicação de massa são amplamente controlados por governos e empresas de mídia, na sociedade em rede a autonomia da comunicação é basicamente construída nas redes da internet e nas plataformas de comunicação sem fio. As redes sociais digitais oferecem a possibilidade de deliberar e coordenar as ações de forma amplamente desimpedida.

De posse de novos insumos e indumentárias possibilitados pela consolidação do ciberespaço como espaço de movências e navegação social e, da cibercultura como tecido de produção de subjetividade e expressão, a ação dessas novas mobilizações sociais são carregadas subversão, ao exercerem contrapoder por meio processos comunicacionais autônomos.

Tão fundamental quanto a mensagem de insurgência é o meio de sua difusão. Quando os centros de poder monopolizam as comunicações, e consequentemente as narrativas, a subversão se estabelece na medida em que exercendo a comunicação trivial - por meio da troca de mensagens e publicações em redes sociais on-line -, política e insurgência são feitas em uma dinâmica de ativação do espaço público.

As manifestações aqui tratadas, ao serem arregimentadas pelas redes sociais expressam gritos pelo fazer e viver política. Política como liberdade arendtiana, que na polis encontra sua realização (ARENDT, 2006). No esteio da cibercultura, produz-se não só autonomia comunicacional, mas liberdade. Liberdade esta que se metaboliza em citadinidade, que por sua vez, é agência e potência na esfera pública.

Ora, Arendt (2006; 2007) vê na liberdade e na ação política similaridade, já que o sujeito não se move de modo

autocrático e encontra plenitude da liberdade no reconhecimento da pluralidade, sem ensimesmar-se. Touraine (2009) entende a constituição do sujeito como experiência social, na contestação da lógica vigente ou na busca de integração, tecendo sua dinâmica quando se põe em movimento, isto é, a partir da ação e esta, coletiva.

Em sintonia, tanto Arendt (2006) como Touraine (2009) entendem que o indivíduo só é livre, isto é, verte sua identidade, sua construção, seu projeto e suas necessidades, quando está agindo. É na ambivalência de potência e agência que o sujeito se constitui, emerge e acontece. Portanto, a nova cartela de recursos de que lança mão, com a autonomia da comunicação, são modelos fidedignos de exercício citadino, livre e político.

Nas manifestações aqui dispostas em sintonia, a difusão dos movimentos foi catalisada por dinâmicas que envolveram uma ativação territorial marcada por flexões solidárias. A espontaneidade, volatilidade e progressão dos atos se modulou por um processo de refletância on-line/off-line, em que a comunicação autônoma das redes sociais articulou-se como aditivo.

Essa articulação das redes sociais on-line como gramática da ação coletiva permite pensar sobre dois espectros: inicialmente sobre os insumos e a indumentária na qual as mobilizações contemporâneas têm lançado mão, metamorfoseando sua práxis; e a seguir, a transformação potencializada da política e da esfera pública (HABERMAS, 1997), especificamente na ação política e no exercício cidadão.

Em uma perspectiva que foge do embate ambivalente entre apocalípticos e integrados (ECO, 2015), mas procura lançar lume sobre que ações e práticas têm sido desenvolvidas

na virtualidade das relações do ciberespaço, quer se aproximar da citadinidade e da ação política imiscuída desse novo dado, não mais meramente midiático e eletrônico, mas digital e convergente, sobretudo.

Essa onda de mobilizações arregimentadas pela comunicação em rede e por uma estética reticulada são partícipes de uma temporalidade que habita espacialidades metamorfoseadas, como a noção do ciberespaço. Evadindo-se da narrativa fantástica originária de Gibson (2016) e enveredando-se pela noção cultural de Lévy (2000) que apresenta uma dimensão vital: a noção de comunidade reflexiva e ativa.

A partir do cenário de pervasividade tecnológica, da ubiquidade dos dispositivos de conexão e do acesso superabundante da informação, uma nova ágora se consolida. Esta ágora não é mais exclusivamente eletrônica e mediada, mas virtual, ou melhor digital. E nessa circunscrição, três pulsões fortalecem o espírito público da ágora: a interconexão global de dispositivos e acessos, as comunidades virtuais que produzem pertenças e identidades e a inteligência coletiva (LÉVY, 1998; 2000), que é cara a essa discussão.

A interconexão, a primeira das pulsões, é o sedimento da construção citadina desse novo tipo de exercício, já que conecta os diferentes, ajunta os plurais e permite sensos e dissensos. Diz da multiplicidade, versatilidade e multifuncionalidade de dispositivos de infraestrutura lógica e técnica que garante acesso, interconectividade e interação de sujeitos subvertendo limites temporais (sempre on-line e em tempo real) e espaciais (sem limites fronteiriços claros).

As comunidades virtuais, a segunda pulsão e que procede da primeira, forma a base da ação que encontra na coletividade o ditame da prática. Essas comunidades, pelo viço virtual de que lhes são próprias, abrigam economias do plural e do diferente em interface à conexão. A virtualidade das conexões permite o abrigamento de um número ampliado de diferentes e comuns em torno de pertenças multíplices, isto é, diversas comunidades e grupos.

A inteligência coletiva é produto e dinâmica das comunidades virtuais em interconexão, designando a terceira pulsão levyniana. Diz da capacidade que sujeitos e comunidades desenvolvem de conceber e agir sobre o próprio meio em função de sua melhoria continuada. É uma dinâmica cooperativa e colaborativa de agir em torno do contexto comunitário interconectado, o que não prescinde de incursões off-line.

A combinação dessas três pulsões, conforme Lévy (2000), é o que garante ao ciberespaço uma dimensão sociocultural difusa, engajada, participante e participativa da realidade. Esse postulado torna o ambiente on-line e em rede, um sistema de relações interconectadas, comunitárias e agentes, corroborando em uma gramática própria da ágora e de esfera pública.

Nesse sentido:

> [...] a ágora é o espaço onde o discurso ressoa e gera construções e coletividades. É o espaço que ecoa entre os matizes do particular para o público, espacializados em uma dimensão de pertença, de ação e tônica altamente socializante e politizante. Eis o que os tempos de cibercultura tem oferecido como tenro fruto: a produção de uma ágora digital povoada por sujeitos em trânsito e sob o forte influxo informacional contemporâneo. (SANTOS; CHAVES; CUNHA, 2018, p. 108)

A natureza da ágora, aqui digital e interpolada ao espaço público pela agência dos sujeitos sociais, permanece balizada pelo pulso socializante e politizante do *zoon politikon* que lhe é fundante. Esse espaço, que desponta como um lócus autêntico de ação (SANTOS; TRINDADE; ROCHA, 2015), é colaborativo, alinhavado à realidade e disposto a tomá-la como espaço e tempo de ação.

A densidade tecnocultural (LEMOS, 2015) e o contigente informacional (LÉVY, 2000), por incorporar em si as faculdades, potencialidades e liberdades do espaço público, sem as coerções e barreiras tidas no meio off-line, desenvolveram um sentido de poder e participação nos sujeitos que, interconectados, membros de uma pluralidade comunitária e assessorados por dinâmicas coletivas, tecem devires alternativos às hegemonias sociopolíticas e midiáticas do mundo off-line.

Convém ressaltar que, embora construído por elementos próprios e específicos, a realidade on-line da ação social e coletiva é incidente e derivada da realidade off-line. Não se trata de uma dimensão simulada ou atomizada da participação ou da cena pública, mas um novo princípio de acesso à ação e ao espírito público, sob uma nova modalidade, on-line.

Os signos do ciberespaço não evocam apenas domínios semânticos tecnológicos. É próprio da internet e de seus fluxos de informação a liberdade de navegação e mobilização. Embora legislada e submetida a circunscrições jurídicas, a virtualidade escapa ao acontecer analógico da política e do direito, tornando-se alternativa, autogerida e eminentemente democrática.

Esse prospecto criou um impulso empoderador que desabrochou na metamorfose da consciência de mundo cidadã, gerando novos produtos, gestos e devires. É uma particularidade

estética inovadora, não descolada da realidade e partícipe das operações corrente do espaço público e do mundo da política (HABERMAS, 1997; LEFORT, 2001; ARENDT, 2006). São novos sentidos políticos e novos modos de fazer política.

E nessa novidade dos sentidos e da prática política é que as mobilizações sociais distribuídas em movimentos tipificados, ações coletivas e eventos episódicos se inserem. Castells (2013) destaca que as mobilizações sociais se constituem construindo um espaço público por meio de formas comunitárias livres na ordem social, política e urbana.

Assim, considerando que esse espaço é dividido com os centros de poder, seus interesses e instrumentos hegemônicos, os quais são pauta de objeção pela ação sociopolítica popular, faz-se necessário abrir novas vias ou elencar novas estratégias de agência. Os espaços on-line por sua capacidade engajadora, multiplicadora e difusora são determinantes para o equilíbrio político entre ação e hegemonia, poder e contrapoder.

Esses espaços e estratégias não se constroem apenas nos lugares visíveis de relações e ação política, cristalizados na formalização institucional. Mas, sobretudo, nos lugares invisíveis - isto é, imateriais e virtualizados - de representação e conexão do ciberespaço. “A criação desses novos espaços e sua apropriação é determinante para a mudança social, pois atingem a realidade de dentro para fora, de sua base para sua forma, de sua função para sua práxis” (SANTOS, 2017, p. 120).

Retomando as três pulsões do ciberespaço (interconexão, comunidades virtuais e inteligência coletiva) de Lévy (2000), pode-se estabelecer um diálogo paralelo com três aspectos determinantes para que ações coletivas se desenvolvam,

conforme Castells (2013): noção comunitária, significação e politização.

Os sujeitos se integram em causas criando unidade a partir de sua pluralidade, gerando um senso comunitário agenciado pela causa, pela luta. A coletividade se nutre a partir do processo de significação que se estabelece entre os sentidos da luta e os signos do engajamento comunitário, criando lugares utópicos e de realização na qual se enseja e reivindica. A politização é a indumentária para que esse processo se torne acurado.

"Os laços que se firmam no ideário de luta são elementos de coesão, e assim, auxiliam a delimitar a distância entre o pleito e a realidade" (SANTOS, 2017, p. 121). Esse processo se adensa com a incorporação de uma nova camada, a (i)materialidade virtualizante dos processos digitais. Socialização, identidade, participação e inteligência coletiva se tornam vetores de uma situação que está além de uma quimera técnico-científica, mas sinaliza, reconfigurações entre o público e o privado (SANTOS; CHAVES; CUNHA, 2018).

De 2010 a 2013, do Oriente Médio ao Brasil, as vias públicas se tornam ponto de influxo das informações que percorriam as redes sociais para agenciamento das mensagens, sendo pontos de acesso off-line para iniciativas gestadas no meio on-line. A velocidade da comunicação em rede permitia às forças insurgentes fuga do esquema midiático tradicional e hegemônico, que em última instância, significaria arrefecimento ou controle da ação.

Desse processo, pode-se nomear uma situação de refletância on-line e off-line. As operações, trocas de mensagens, organizações de atos, informações alternativas e narrativas em tempo real da mobilização ganhavam difusão e

envergadura no plano on-line, para que a ação off-line se desencadeasse com o menor nível de interferência possível.

Remontando às características dos espaços digitais e dos espaços de ação criados pelas mobilizações sociais, emergiram - nos atos de que aqui se tomou por princípio de análise - laboratórios culturais, onde a interatividade desvinculada da hegemonia, potencializa a ação livre e tornam a força de insurgência mais afiada.

As informações que permitiam aos atos coesão, organização e ação relativas adivinha da co-produção dialógica entre comunicação on-line e os pontos de encontro nos espaços públicos onde a ação se torna visível na *polis*. Desse modo, estruturas espontâneas e episódicas de manifestações sociopolíticas foram possibilitadas, mesmo na ausência de hierarquias institucionais e em meio à horizontalidades de ação.

A comunicação assume um papel preponderante nos atos, tornando-se comunicação insurgente:

> A constituição das redes é operada pelo da comunicação. Comunicação é o processo da comunicação socializada. [...] A contínua transformação da tecnologia da comunicação na era digital amplia o alcance dos meios de comunicação para todos os domínios da vida social, numa rede que é simultaneamente global e local, genérica e personalizada, num padrão de constante mudança [...]. Existe, contudo, uma característica comum a todos os processos de construção simbólica: eles dependem amplamente das mensagens e estruturas criadas, formatadas e difundidas nas redes de comunicação multimídia. Embora cada mente humana individual construa seu próprio significado interpretando em seus próprios termos as informações comunicados, esse processamento mental é condicionado pelo ambiente da

> comunicação. Assim, a mudança do ambiente comunicacional afeta diretamente as normas de construção de significado e, portanto, a produção de relações de poder (CASTELLS, 2013, p. 15).

O processo de comunicação é um processo social. E socializante. As mensagens e seu entrelaçamento significativo, essencial para a ação, depende de um ambiente comunicacional. Comumente, a estruturas comunicacionais majoritárias detém a prerrogativa da narrativa factual. O ambiente mediado torna-se ambiente de narrativas gerenciadas (MARTÍN-BARBERO, 2001). Contudo, a operação dos serviços de redes sociais on-line reproduze o diálogo cotidiano e tal liberdade é de difícil apreensão pelos sistemas mediados tradicionais.

Instaura-se assim um processo de comunicação que em sua origem já é insurgente, por disputar a narrativa e os signos, tornando-se contestação do jogo factual. Desse modo, a insurgência que já em si mesma um processo de desestabilização do modelo vigente e de contestação dos centros de poder, torna-se pela interação on-line um esteio simbólico particular de querela e autogestão da narrativa factual e da própria ação coletiva.

Em um ambiente comunicacional marcado pela velocidade dos fluxos de informação e pela independência dos circuitos tradicionais, as práticas comunicacionais se tornam tão intempestivas como o desenvolvimento dos atos em si. O sentido comumente cooptado pelo poder político e econômico é disputado em termos de narrativa e coalizão, gerando estruturas de senso e dissenso (OLIVEIRA, 2000).

Observa-se que a comunicação digital amplia as relações humanas e as interações sociais em dimensões ampliadas. A ubiquidade, velocidade, mobilidade e multiplicidade de

dispositivos, sistemas e recursos geram tramas interconectadas de sujeitos, informações e tensões pelo fazer e acontecer sociopolítico. E aqui, sob a aquiescência da virtualidade (LEMOS, 2015; LEMOS; LÉVY, 2010). Esta trama revela um aspecto central para a discussão, a inclinação social da comunicação digital, que deflagra um processo de autocomunicação.

Autocomunicação diz da "produção da mensagem é decidida pelo remetente, a designação do receptor é autodirecionada e a recuperação de mensagens na rede é autosselecionada" (CASTELLS, 2013, p. 16). Em síntese, trata-se de um processo ampliado de construção simbólica e operacional da comunicação que é multimodal e centrada na performance do sujeito - o que age e se integra como em Arendt (2007) e Touraine (2009) - sem mediações controladoras em um processo aberto, autônomo.

A comunicação tradicional, baseada na dinâmica de massas, é caracterizada por um procedimento verticalizado de produção e recepção, que por sua vez estão circunscritos em agendas e princípios institucionalizados. Na autocomunicação, tal princípio é reinventado em uma medida de pulverização do poder, já que o processo "fornece a plataforma tecnológica para a construção da autonomia do ator social, seja ele individual ou coletivo, em relação às instituições da sociedade" (CASTELLS, 2013, p. 16).

Castells (2013, p. 16) dá a tônica desse processo:

> Em nossa sociedade, que conceptualizei como uma sociedade em rede, o poder é multidimensional e se organiza em torno de redes programadas em cada domínio da atividade humana, de acordo com os interesses e valores de atores habilitados. As redes de

> poder o exercem sobretudo influenciando a mente humana (mas não apenas) mediante as redes multimídia de comunicação de massa. Assim, as redes de comunicação são fontes decisivas de construção de poder.

Logo, as manifestações sociais calcadas em ambientes digitais de comunicação como insumo de insurgência têm sua práxis aditivada, já que a autogestão torna o sujeito ainda mais ativo. A conjuntura desse ambiente comunicacional torna o sujeito, assim, agente de contestação e desconstrução das narrativas hegemônicas de incidência do poder e de produção de mensagens.

A autocomunicação desses novos meios e insumos é, desse modo, empoderadora. Em si, rearranja em seu próprio eixo, exercendo papéis sociais e políticos sobre domínios marcados por estruturas narrativas hegemônicas. Esse processo incide sobre o agir político que se constitui na relação consenso-dissenso, na coalizão e na integração do plural. Isso implica em renovações da participação social, arrefecidos nas últimas décadas em função de conjunturas hostis ao espírito público (CARVALHO, 2000).

Naturalmente, em uma perspectiva dialética da concentração de poder, representantes governamentais e empresariais veem a internet e sua trama com reservas e certo temor (CASTELLS, 2013; 2015). Porém, a liberdade é uma vicissitude da comunicação em rede, balizada como uma benesse moderna. Desse modo, tanto iniciativas públicas e privadas podem tanto potencializar, quanto controlar, cooptar e explorar esse terreno.

Todavia, no plano da ação social, a comunicação digital torna-se ameaça aos processos decisórios de agendas

governamentais e econômico-privadas por sua natureza espontânea, fluida e alternativa. O equilíbrio de poderes e a produção de narrativas se tornam terrenos mais disputados e cujo acirramento pode detonar eventos como junho de 2013, por exemplo.

A autocomunicação é um processo de autonomia sobre o ambiente de troca de mensagens. Essa autonomia no cerne da comunicação digital é também alternativa:

> A autocomunicação prevê uma comunicação autônoma, isto é, pautada no protagonismo e no exercício dos sujeitos. O domínio da comunicação midiática tradicionalmente nas mãos de seus grupos e dos esquemas horizontalizantes e verticalizantes de difusão de mensagens se vê atravessado por um processo de comunicação que é igualmente estruturante, mas multimodal, constituindo uma situação de comunicação alternativa (SANTOS, 2017, p. 140).

O adjetivo alternativo aqui designa um desencaixe desse tipológico midiático à gestão tradicional, vertical e hegemônica da comunicação social. Desse modo, a gramática da ação social torna-se capaz de desconfigurar os constructos de poder. O usufruto de redes sociais e dispositivos na internet tornam-se recursos que se alinhavam à participação social, agora ressignificada pela adição de uma camada digital.

"Os atores da mudança social são capazes de exercer influência decisiva utilizando mecanismos de construção do poder que correspondem às formas e aos processos do poder na sociedade em rede" (CASTELLS, 2013, p. 18). Essa perspectiva é capital para um balanço geral da contiguidade das mobilizações nas quais essa discussão é aberta. Novos meios geram novas práticas e demandam novas ações.

> A eclosão dos protestos foi marcada por disputas simbólicas na produção de diferentes narrativas, aquelas que vinham dos manifestantes e das ruas, e a que vinha dos veículos de mídia tradicionais e das leituras dos governos. Assim, a comunicação tradicional – horizontal e vertical – detinha o controle das narrativas e, consequentemente, da produção de sentido em torno delas, desequilibrando o poder por meio da disputa simbólica (SANTOS, 2017, p. 139-140).

A conjuntura atinge não apenas o *modus operandi* da política e da participação social, mas seu *modus vivendi* também, constituindo uma metamorfose da mobilização e uma aditivação da ação dos sujeitos. E tal prospecto permitiu que as mobilizações em foco desanuviassem os roteiros narrativos coercitivos, de modo que o exercício sociopolítico popular se torna um fator de equilíbrio de poderes e de produção de sentido.

O uso de redes sociais, de formas de comunicação autônoma e alternativa em uma miríade de recursos ressignificam a práxis de mobilização social e reelaboram objetos de querela e disputa da realidade, o que gera produtos reativos e produtores de desenvolvimento. Por ora, a estética e a gramática dessas mobilizações é subversiva, mas na medida em que a comunicação digital se instaura como um esteio, a ágora digital se tornará mais incrustada sobre os meandros do ser, do fazer e do acontecer político.

Considerações finais

A estética e a gramática das mobilizações sociais arregimentadas pela comunicação digital e em rede é marcada por uma nova práxis que desloca a ação dos sujeitos para a autonomia dos processos de se produzir política, equilibrando as relações de poder em um nível onde a informação reticulada é uma dinâmica de coalizão.

As características essenciais dessa jornada de comunicação é sua natureza autônoma e alternativa que escapa às coerções tradicionais das hegemonias detentoras do controle narrativo e da incidência de poder. Tal prospecto torna o espaço público on e off-line um esteio mais acirrado de disputadas entre o consenso e o dissenso, agora potencializados pela vertiginosidade da informação em rede.

É preciso ressaltar a refletância on-line e off-line desse processo. O ceticismo em torno da dimensão sociotécnica da realidade é esperada. Contudo, nesses arranjos episódicos, há o delineamento de novas condutas em torno do político e do público. E esse novo é um produto representativo do qual é necessário um salto interpretativo para captar sua minúcia.

Referências

ARENDT, H. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

_____. *O Que é Política?* Tradução de Reinaldo Guarany. 6.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CASTELLS, M. *O poder da comunicação.* Tradução de Vera Lúcia Mello Joscelyne. São Paulo, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

_____. *Redes de indignação e esperança*: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CARVALHO, J. M. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, N. (Org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 105-130.

ECO, H. *Apocalípticos e integrados*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2015.

GIBSON, W. *Neuromancer*. Tradução de Marcia Men. 5. ed. São Paulo: Aleph, 2016.

GOHN, M. G. Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2010.

HABERMAS, J. *Direito e democracia*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

LEFORT, C. *Pensando o Político*: ensaios sobre democracia, revolução e liberdade. Tradução de Eliana M. Souza. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

LEMOS, A. *Cibercultura.* Tecnologia e vida social na cultura contemporânea. 7. ed. São Paulo: Sulina, 2015.

LEMOS, A.; LÉVY, P. *O futuro da internet*: em direção a uma ciberdemocracia planetária. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, P. *A inteligência coletiva*: por uma antropologia do ciberespaço. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 1998.

_____. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 2000.

MARTÍN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações*: comunicação, cultura e hegemonia. Tradução de Ronald Polito e Sérgio García Canclini. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

OLIVEIRA, F.; PAOLI, M. C. *Os Sentidos da Democracia*. Políticas do dissenso e hegemonia global. Rio de Janeiro, Ed. Vozes, 2000.

SANTOS, G. S. *#vemprarua*: territorialidades de insurgência e ativismos on-line/off-line nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. Dissertação (Mestrado

em Geografia) - Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros.

SANTOS, G. S.; TRINDADE, L. T.; ROCHA, J. S. B. Um novo lócus espaçotemporal. *Animus – Revista Interamericana de Comunicação Midiática*, Santa Maria, v. 14, n. 28, p. 171-186, 2015.

SANTOS, G. S.; CHAVES, H. F. C.; CUNHA, M. G. C. Reconfigurações socioespaciais e sociopolíticas em tempos de cibercultura: uma nova cultura política? *InterEspaço*, Grajaú, v. 4, n. 13, p. 107-118, jan./abr, 2018.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. As Territorialidades Insurgentes do Gigante Desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas Dinâmicas Territoriais. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, v. 35, p. 37-48, 24 jul. 2018a.

_____. Entre protestos e fluxos: rede e escala nas jornadas de junho de 2013 no Brasil. *Revista Elisée*, Porangatu, v. 7, n. 1, p. 71-84, jan./jul. 2018b.

_____. "Não é por R$ 0,20, é por direitos": dinâmicas de insurgência nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 19, n. 67, p. 71-84, set./dez. 2018c.

TOURAINE, A. O sujeito como movimento social. In:_____. *Crítica da modernidade*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 247-268.

CAPÍTULO 2
GEOGRAFIAS DA COMUNICAÇÃO COMO EMBASAMENTO TEÓRICO PARA A UTILIZAÇÃO DE JORNAL IMPRESSO COMO RECURSO DIDÁTICO

Juliana de Oliveira Vicentini

Carolina de Albuquerque

Introdução

A geografia escolar é a apropriação de conteúdos que são elaborados no campo acadêmico, escolhidos e ressignificados, tendo em vista a formação da cidadania dos estudantes (SOBRINHO, 2018). Ela é concretizada num contexto dialógico que envolve educandos e educadores, sendo estes últimos, agentes mediadores do processo emancipatório.

Para que os educandos possam construir e exercer a sua cidadania, é necessário que eles compreendam a realidade que os cercam e que são integrantes, e isto ocorre por meio da aquisição de conhecimento, este compreendido como "o resultado do trabalho humano no processo histórico de transformação do mundo e da sociedade [o qual pressupõe] continuidade, rupturas, reelaboração, permanências e avanços" (GASPARIN, 2011, p. 16).

Para que a construção do conhecimento se concretize de maneira abrangente e em sintonia com o mundo, o educador de geografia pode conduzir as aulas a partir da "ecologia de saberes" a qual reconhece a "diversidade epistemológica do

mundo [...] bem como a existência de uma pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico" (SANTOS, 2002, p. 29). Isso significa que é possível conciliar diversos saberes, ou seja, os formais (provenientes da própria ciência geográfica) e informais (oriundos dos mais diversos âmbitos, a exemplo do senso comum e conteúdos midiáticos).

Os meios de comunicação de massa são considerados como agentes de educação informal de indivíduos (CASCAIS; TERÃN, 2014). A educação informal é aquela proveniente de outros ambientes que não sejam os escolares (MARANDINO; SELLES; FERREIRA, 2009). Portanto, aquilo que é veiculado por eles, acabam sendo integrantes da formação dos agentes sociais. Somado a isto, eles não ocupam um lugar aleatório na sociedade, mas sim, enunciam a partir de um "lugar privilegiado no processo educacional, ao lado da escola, da família e de outras agências de comunicação" (BACCEGA, 2000, p. 96).

A aquisição de conhecimentos sobre o mundo ocorre de maneira mediada (HANSEN; COX, 2015). Esta mediação se dá por aquilo que é disseminado pelas escolas, universidades, mas sobretudo, por aquilo que vemos, lemos ou ouvimos representados nos mais diversos meios de comunicação (HANSEN, 2015). Nesse contexto, a comunicação de massa possui papel importante na formação dos indivíduos e nos debates sobre os mais variados temas.

Tendo em vista o "poder simbólico" - ou seja, do "poder de fazer coisas com as palavras" (BOURDIEU, 1990, p. 167) - que os meios de comunicação de massa possuem, sua relevância para influenciar visões de mundo e sua onipresença (SILVERSTONE, 2005), é importante que as notícias veiculadas por eles sejam apropriadas pelos educadores enquanto um recurso didático.

Os recursos didáticos são os materiais selecionados e utilizados pelos educadores para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem dos educandos em relação ao conteúdo proposto (SILVA, et al., 2017). É importante que a seleção dos mesmos seja variada, a fim de que diversas habilidades e competências sejam estimuladas nos educandos e que as aulas se tornem mais atrativas.

Diante da multiplicidade de recursos didáticos disponíveis, por questões de foco, este capítulo aborda o jornal impresso enquanto possibilidade de instrumento didático. Este meio de comunicação de massa noticia diariamente os mais diversos assuntos que que são abordados (ou que poderiam ser) na Geografia Escolar, no entanto, opta-se pelo tema ambiente, por ser considerado transversal (BRASIL, 1998).

O objetivo geral é discutir a utilização do jornal impresso como recurso didático no contexto escolar, a partir das proposições das Geografias da Comunicação, a fim de estimular a criticidade dos educandos.

Além desta introdução, o capítulo está dividido em quatro partes: (1) Geografia e Comunicação: diálogo possível?; (2) Por que utilizar o jornal impresso na escola?; (3) Como construir a criticidade no contexto escolar pelas Geografias da Comunicação?; (4) Considerações finais.

Geografia e comunicação: diálogo possível?

As “geografias da comunicação” (FALKHEIMER, JANSSON, 2006; ADAMS, 2009; PURCELL, 2010; ADAMS, JANSSON, 2012; MOREIRA, 2012; LOPES, 2013),

compreende a geografia e a comunicação de maneira indissociável. Trata-se de um campo que é inerentemente interdisciplinar (ADAMS; JANSSON, 2012), "examinado e teorizado com contribuições mútuas" (LOPES, 2013, p. 32).

> A necessidade de reduzir o fosso disciplinar entre geografia e teoria da comunicação/mídia é indicado por um conjunto de condições novas e emergentes que trouxeram os meios de comunicação para a atenção de geógrafos e trouxeram simultaneamente preocupações geográficas para as discussões dos teóricos da mídia[1] (ADAMS; JANSSON, 2012, p. 302).

Embora a geografia da comunicação "seja considerada uma nova tendência, ela possui uma tradição longa e vívida na ciência e na geografia cotidiana[2]" (ZIMMERMANN, 2007, p. 59). Isto se deve principalmente ao jornalismo, o qual "requer conhecimento geográfico para situar e informar os leitores sobre histórias de todo o mundo[3]" (ZIMMERMANN, 2007, p. 59).

A importância da geografia não se restringe ao entendimento daquilo que circula no universo jornalístico, apenas, o que leva a estendê-la para além daquele contexto. As informações geográficas permeiam praticamente todas as esferas de nossa vida cotidiana. Neste sentido, Francisco (2015) propõe

---

[1] *The need to bridge the disciplinary divide between geography and communication/media theory is indicated by a set of new and emerging conditions that have brought media to the attention of geographers and have simultaneously brought geographic concerns into the discussions of media theorists.*

[2] *"is often considered a new trend, it has a long and vivid tradition in scientific and everyday geography"*.

[3] *"requires geographical knowledge to situate and inform readers about stories from around the world".*

o seguinte exercício em seu artigo publicado no blog Gestão, Política & Sociedade:

> Desafio o caro leitor a encontrar alguma informação do cotidiano que não tenha um componente geográfico. Tudo ou quase tudo que percebemos, armazenamos, discutimos, compartilhamos, aprendemos, tem alguma conexão geográfica com o mundo que nos cerca. Aproximadamente 70 a 80% das informações relevantes nos processos decisórios, pessoais ou profissionais, têm caracterização espacial.

Para o esclarecimento das mais diversas questões relacionadas a "saúde, educação, meio ambiente, políticas públicas, eleições, prevenção de desastres naturais ou mesmo em estudos de dinâmica urbana, social, serviços financeiros, seguros, infraestrutura, administração e marketing" (FRANCISCO, 2015, [s. p.]), a compreensão das informações geográficas é imprescindível.

Os conhecimentos geográficos sobre o mundo são adquiridos de forma primária através dos meios de comunicação de massa (HAY; ISRAEL, 2001). No geral, todos os meios têm o poder de transmitir significados sobre o mundo. No entanto, aqueles que possuem apelo visual, como televisão, cinema, desenho animado, revista em quadrinhos, jornal e publicidade, contribuem de maneira mais marcante no processo de representação dos mais diferentes lugares da Terra (ROSE, 1996). Isso ocorre, por exemplo, porque mesmo antes de frequentar a escola, parte das crianças se informa através da TV e por meio dela passa a conhecer determinados recortes geográficos.

Para Banse (1932), a mídia de massa possui mais influência do que o próprio conhecimento acadêmico no que diz

respeito à informação e à divulgação de conhecimentos geográficos. Os conteúdos disseminados pelos meios de comunicação que apelam para a aventura, bem como as literaturas de viagem, por exemplo, "utilizam a geografia para transportar ideias, ideologias e fomentar a crença de diminuir os limites globais[4]" (ZIMMERMANN, 2007, p. 60).

A perspectiva das geografias da comunicação, como uma subdisciplina (PURCELL, 2010), implica o entendimento do espaço e da comunicação dialeticamente (Figura 1. Comunicação e espaço: uma relação dialética). Em outras palavras, as investigações desta área têm a seguinte preocupação central: "como a comunicação produz o espaço e como o espaço produz comunicação[5]" (FALKHEIMER; JANSSON, 2006, p. 9).

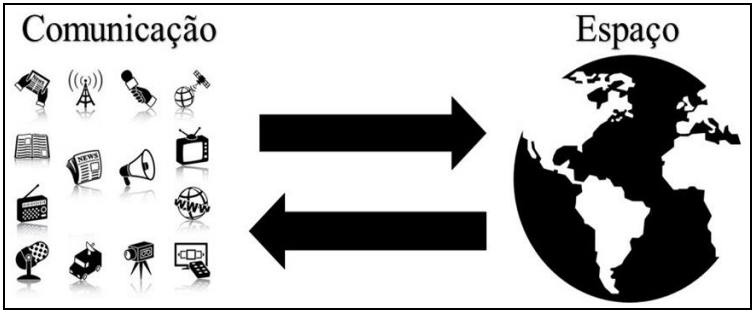


Figura 1: Comunicação e espaço: uma relação dialética.

Organização: As autoras.

Fonte: Toda Matéria; Freepik.

[4] *"use geography to transport ideas, ideologies and foster the belief of shrinking global boundaries".*

[5] *"how communication produces space and how space produces communication".*

Para Adams (2010, p. 38) "nós podemos compreender o lugar e o espaço como conteúdos de comunicações ou como contextos de comunicações[6]". Isto significa que o "espaço é onde a comunicação acontece, mas é também uma das coisas criadas pelas comunicações[7]" (ADAMS, 2010, p. 39). As práticas de comunicação ocorrem em determinado espaço, e não existe espaço que não seja construído por representações que ocorrem na esfera da comunicação. A comunicação não pode ser compreendida fora do seu contexto espacial, bem como a espacialidade não pode ser entendida sem reservarmos atenção espacial às representações provenientes da comunicação. Nenhum espaço pode ser pensado isoladamente ou de forma pura, sem que haja significados simbólicos associados a eles (FORNAS, 2006). O discurso, como um modo de representação (FAIRCLOUGH, 2012), pode ser considerado como um mecanismo simbólico de produção espacial. Partindo do princípio de que a comunicação de massa é uma produtora e disseminadora de discursos (FAIRCLOUGH, 2001), os quais significam o mundo, ela é responsável por muitas das características espaciais que concebemos.

As geografias da comunicação são um campo fragmentado, pois perpassam os mais diversos estudos, a exemplo da agricultura, do turismo, da fotografia, do urbanismo, do consumismo, da tecnologia (convergência tecnológica, interatividade, automação da vigilância), da geopolítica, da economia, da paisagem, da convergência tempo-espaço, entre outros (FALKHEIMER, JANSSON, 2006; PURCELL, 2010;

---

[6] "*In other words, we can understand place and space as either the contents of communications or the context of communications*".

[7] "*Space is where communication happens but is also one of the things created by communications*".

ADAMS, JANSSON, 2012). Isto gera certa dificuldade no levantamento da revisão de sua literatura (STOBER, 2006). Esta constatação nos leva ao reconhecimento de que a especialidade desta área tem se tornado cada vez menos especializada (ADAMS; CRAINE; DITTMER, 2014).

Na tentativa de sintetizar os temas de interesse das geografias da comunicação, os dispusemos em quatro grandes áreas divididas em um quadrante (ADAMS, 2009) (Figura 2. Interseção das Geografias da Comunicação), as quais são relacionadas a estrutura, a conexão, a representação e a textura, respectivamente. Embora elas estejam organizadas separadamente, trata-se de uma heterarquia (BONDARENKO, 2005), ou seja, a centralização, a hierarquia e a estrutura do quadrante dependem da perspectiva que se deseja desdobrar.

Figura 2: Interseção das Geografias da Comunicação.
Fonte: as autoras a partir de Adams (2009).

(1) Mídia no espaço: compreende os aparatos técnicos, ou seja, a infraestrutura midiática como unificadora de várias localidades, as quais, além de conectarem os espaços, também têm potencial para transformá-los. Como exemplo, podemos pensar nas redes e nos fluxos provenientes do uso de aparelhos telefônicos móveis que reconfiguram o espaço e o transformam, "evoluindo a forma da cidade[8]" (ADAMS, 2009, p. 6). Tal dialética ocorre a partir da noção de "espaço relacional[9]", ou seja, de um "espaço que pode ser ajustado, transformado, estreitado ou comprimido[10]" (ADAMS, 2009, p. 6) a partir do uso de determinadas estruturas midiáticas. Outra situação que exemplifica tal dinâmica diz respeito a produção de concentração de infraestrutura comunicacional em múltiplas escalas, a qual pode gerar vantagens como "rápido crescimento econômico, bem como no dinamismo político e cultural" (ADAMS; JANSSON, 2012, p. 311).

(2) Espaço na mídia: parte do princípio de que "um tipo de espaço é criado por, para, e nas conexões de comunicação mediada[11]" (ADAMS; JANSSON, 2012, p. 312). Tal postulação implica no entendimento de que, ainda que haja fluxo de pessoas, existe uma sociabilidade que permanece estável. Nessa perspectiva, há uma compreensão de mundo a partir do "espaço social" (ADAMS, 2009, p. 2), a qual reside na premissa de que algumas coisas continuam as mesmas não importando onde o indivíduo esteja. Como exemplo disto, temos as relações sociais

[8] "*Evolving form of the city*".
[9] "*Relational space*".
[10] "*Space can be adjusted, transformed, stretched, or compressed*".
[11] "*a kind of space is created by, for, and in the connections of mediated communication*".

no espaço que são mantidas por conta do fator de conectividade que é facilitado pela mídia.

(3) Lugar na mídia: implica o entendimento do lugar como "um centro de significado e atenção; ele é composto por interações sociais ocorrendo ao longo do tempo e suas camadas sedimentadas de significado" (ADAMS, 2009, p. 2). O foco dos estudos do lugar na mídia pode se desdobrar sobre "um lugar particular (real ou imaginário), um meio particular (verbal, ou visual, ou ambos), ou sobre processos geográficos particulares[12]" (ADAMS, 2010, p. 41). As representações do lugar ocorrem através de imagens, as quais não são compostas apenas por palavras, figuras e cenas em movimento, mas também por híbridos, como no caso de canções que unem a musicalidade e o despertar de sensações e emoções (ADAMS, 2009). Um exemplo de representatividade híbrida do lugar pode ser encontrado na canção "O rio de Piracicaba", composta por Lourival dos Santos e melodia de Tião Carreiro e Piraci em 1970 (SANT'ANNA, 2000). Trata-se de uma representação midiática musical que significa a cidade de Piracicaba/SP a partir da existência do rio e que pode suscitar nostalgia em parte dos ouvintes que possuam algum vínculo com o lugar, ou ainda, a curiosidade daqueles que não o conhecem.

(4) Mídia no lugar: reconhece a mídia como ingrediente chave do lugar (ADAMS; JANSSON, 2012, p. 308). A partir do momento em que ela é pensada como uma entrelaçadora que forma o lugar, ela pode ser entendida como uma "textura[13]" do lugar (ADAMS; JANSSON, 2012, p. 308). Alguns lugares fazem com que certas comunicações sejam possíveis, e

[12] "*On a particular place (real or imagined), a particular medium (verbal or visual, or both), or on a particular geographical process*".
[13] "*texture*".

simultaneamente, que outras sejam excluídas (ADAMS, 2009). Por exemplo, determinados lugares possuem regras e papéis que proíbem o uso de telefones móveis, como cinemas. Em outras situações, é a própria mídia que define o perfil do ambiente: nas casas em que a TV, por exemplo, ainda permanece exclusivamente em um cômodo, como a sala, ela passa a ser utilizada como um dispositivo de encontro familiar (ADAMS; JANSSON, 2012).

Conforme já anunciado, embora os campos de pesquisa em geografias da comunicação tenham sido compartimentados em quatro grandes eixos, "muitos estudos geográficos de mídia e comunicação não estão situados nitidamente em qualquer um", pois em alguns casos, ocorre certa interseção entre eles (ADAMS, 2009, p. 9).

Há várias frentes de pesquisa que são do interesse das Geografias da Comunicação. No entanto, o foco reside na dimensão representacional do espaço através da comunicação de massa. Esta linha de pesquisa começou a emergir a partir de 1980, momento em que os geógrafos passaram a dar atenção ao "papel da linguagem, significado, e representação na constituição da 'realidade' e conhecimentos sobre a realidade[14]" (BARNETT, 1998, p. 380).

O espaço pode ser produzido nos níveis material e representacional (ADAMS; JANSSON, 2012). Desta maneira, "o processo de produção do espaço [...] não se reduz a uma intervenção física no mundo" (CARLOS, 2011, p. 56). Ou seja, não se restringe a ações de cunho material, como a implementação de hidrelétricas, a construção de estradas, por

[14] "*role of language, meaning, and representation in the constitution of 'reality' and knowledge of reality*".

exemplo. A produção do espaço pode se desdobrar simbolicamente através de forças políticas e/ou econômicas, e sobretudo, através da circulação de imagens, textos, sonoridades e ideologias por meio da comunicação de massa.

O pensar sobre a comunicação não deve se limitar apenas à transmissão e circulação de mensagens no espaço, mas sim, considerar como tais mensagens geram a manutenção da sociedade ao longo do tempo (CAREY, 1989). Isto implica na preocupação com as representações espaciais que nos chegam pela mídia, uma vez que elas são fabricadas e compartilhadas de forma aparentemente desinteressada, influenciando assim, crenças e visões de mundo.

As representações espaciais envolvem relações de desigualdade, dominação, resistência, marginalização e exclusão (KRISTEVA, 1969; BERGER, 1972; COULDRY; MCCARTHY, 2003). As interações entre os arranjos espaciais e os conhecimentos, percepções e práticas de poder (FOUCAULT, 1980) acabam por influenciar as tomadas de decisões que moldam o espaço (BUTTIMER, 1982; ADAMS, 2010). Desta maneira, os

> Espaços, então, podem ser construídos em diferentes maneiras por pessoas diferentes, através de lutas de poder e conflitos de interesse. Esta ideia que os espaços são socialmente construídos, e que muitos espaços podem coexistir dentro do mesmo espaço físico é importante. Isso sugere a necessidade de analisar como discursos e estratégias de inclusão e exclusão são conectadas com

> espaços particulares[15] (FLYVBJERG; RICHARDSON, 1998, p. 9-10).

Partimos do pressuposto que "as representações nunca são inocentes – sua parcialidade, incompletude, e viés, fazem delas instrumentos em lutas sociais[16]" (ADAMS, 2009, p. 7), por isso devem ser objetos de estudos no meio acadêmico e escolar.

Embora as representações espaciais possam emergir dos mais diversos meios de comunicação de massa, a exemplo da TV, rádio e revista, conforme anunciado, o foco do capítulo reside no jornal impresso.

Por que utilizar o jornal impresso na escola?

O jornal impresso é uma criação com circulação regular produzida em múltiplas cópias (TUROW, 2014). Ele é considerado como o meio de informação mais confiável para os brasileiros e é o que detém maior atenção exclusiva, ou sejam, as pessoas não fazem outra atividade enquanto o leem (BRASIL, 2015).

No Brasil, a credibilidade do jornal impresso é maior do que aquela proveniente da TV e do rádio (BERABA, 2005; BRASIL, 2015). Ele ainda oferece informações mais detalhadas

[15] "*Spaces, then, may be constructed in different ways by different people, through power struggles and conflicts of interest. This idea that spaces are socially constructed, and that many spaces may co-exist within the same physical space is an important one. It suggests the need to analyse how discourses and strategies of inclusion and exclusion are connected with particular spaces*".

[16] "*representations are never innocent – their partially, incompleteness, and bias make them instrumental in social struggles*".

do que outros meios, como a televisão, por exemplo (BYTZEK, 2008). Além disso, é o jornal impresso que pauta os conteúdos veiculados em outros meios (CASTELLLS, 2000; BOURDIEU, 2005).

Ele é um meio de comunicação que publica os mais diversos assuntos cotidianos - tanto em âmbito nacional, quanto internacional - como economia, política, esporte, ciência, tecnologia, saúde, ambiente, entretenimento, turismo, moda, classificados, previsão do tempo, horóscopo, entre outros. Portanto, o jornal atende aos mais variados perfis e faixas etárias.

A utilização do jornal impresso enquanto recurso didático, permite que a Geografia dialogue com outras disciplinas, como Português, Artes, Matemática e História. Isso é possível porque o jornal impresso apresenta notícias sobre determinado espaço (Geografia) e tempo (História), e com frequência são acompanhadas de indicadores (Matemática) e imagens e diagramação (Artes). Por meio do jornal impresso é possível abordar diversos estilos de escrita (carta, editorial, etc.), aperfeiçoar a leitura, melhorar a compreensão de textos e ampliar o vocabulário (Português) dos educandos.

Os jornais impressos abordam diversos temas nas mais diversas escalas, se constituindo uma ferramenta para que os educandos possam conhecer a comunidade em que vivem, ou ainda realidades distantes. Ele é

> Material riquíssimo e enriquecedor, porque é texto, palavra, comunicação, fato diário, vida! Trazer o jornal para a escola é trazer a realidade para as aulas e permitir que os alunos tomem ciência dos fatos, falem sobre eles, opinem e até desejem criar uma nova realidade para o mundo em que vivem (TRINDADE, 2010, p. 38).

Através do jornal, ensina-se "a leitura, a interpretação dos assuntos tratados sob um primas reflexivo e crítico, proporcionando aos alunos a oportunidade de se inserir no mundo através de uma janela de papel" (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 1997, p. 46).

O jornal impresso é um meio de mostrar aos educandos que os conhecimentos abordados em sala de aula têm como finalidade a compreensão do mundo. Portanto, os conceitos geográficos podem ser analisados na prática por meio das notícias dos jornais impressos, ou ainda, o movimento contrário: a partir das notícias diárias, discutir os assuntos que compõem o plano de aula. Independentemente da ordem, o objetivo final é reiterar a importância do conhecimento teórico na prática para a compreensão de um mundo complexo e em constante transformação. Neste sentido, o jornal, "pela sua agilidade, pela permanente sintonia com a realidade imediata, pelas características da linguagem que utiliza, pode constituir-se em um instrumento fundamental para uma sintonia entre a escola e a realidade" (MACHADO, 2004, p. 166).

Como construir a criticidade no contexto escolar pelas Geografias da Comunicação?

A aquisição de conhecimentos rumo a uma cidadania crítica e atuante passa pela junção da teoria e prática geográficas. Também passa pela necessidade de "diálogo entre a geografia escolar e o espaço cotidiano dos educandos" (OLIVEIRA, 2004, p. 64), em outras palavras, é a junção da geografia ensinada com a geografia vivenciada (OLIVEIRA, 2004).

Para alcançar essa prática, é necessário que o educador associe o conteúdo geográfico com situações ou elementos que integrem o dia a dia dos educandos. Uma das estratégias para tanto, é a utilização do jornal como recurso didático, cuja abordagem do mesmo pode ocorrer por meio do embasamento oferecido pelas Geografias da Comunicação.

Conforme explanação anterior, o jornal possui potencial para dialogar com aquilo que concerne ao conteúdo da geografia escolar, pois é um "instrumento de fácil acesso, atraente, de grande atualidade e com uma cobertura rica de assuntos atuais. O professor tem nos jornais um meio para vitalizar os conteúdos escolares relevantes [...]" (ANHUSSI, 2009, p. 38).

A proposta deste capítulo é que a utilização do jornal impresso na Geografia Escolar não ocorra a partir de uma análise superficial daquilo que está materializado no papel, apenas, mas que ele seja utilizado como base para compreender o jornalismo e suas notícias num contexto mais abrangente e crítico – características próprias do processo de ensino-aprendizagem contemporâneo.

Não se pode

> [...] correr o risco de incorporar ao ensino de Geografia apenas as primeiras impressões de um tema amplo e complexo. É importante, também, dialogar com os alunos, a fim de fazê-los perceber a necessidade de um novo patamar para a interação com o material mediático. De nada adianta estarmos conectados ao mundo, se este nos chega editado, e se não possuímos o conhecimento necessário para analisá-lo (LEÃO; LEÃO, 2008, p. 62).

Para tanto, propõe-se que as atividades desenvolvidas com o jornal levem em consideração os seguintes conhecimentos

para possibilitar a reflexão e debate críticos junto com os educandos:

1: Entendimento da propriedade do jornal: é importante ter clareza sobre quem é o agente social ou instituição que detém a propriedade do meio de comunicação analisado. A partir disso, é possível compreender o local a partir do qual ele é produzido e distribuído, bem como sua força e influência dentro do "campo jornalístico" (BOURDIEU, 1997, p. 55). É importante conhecer o "poder simbólico" (BOURDIEU, 1990, p. 167) que cada meio possui na arena comunicacional, uma vez que isso é determinante para conferir status àquilo que é noticiado. Isso significa, que a credibilidade de um jornal local não é a mesma daquela proveniente de um com alcance nacional.

2: Conhecimento do funcionamento do jornal: os fatos que são transformados em notícia atendem à determinados interesses, como por exemplo, do proprietário da mídia (donos), dos anunciantes (aquele que investem no jornal em troca de ter a sua marca divulgada no mesmo), das fontes de notícias (agentes sociais que fornecem informação) e do próprio sistema no qual a mídia está inserida (contexto mercadológico neoliberal). (HERMAN; CHOMSKY, 2003). Compreender essa arena, permite que o educando exercite a identificação de ideologias nas notícias e relacione-as aos jogos de poder nas quais estão imersas.

3: Identificação dos agentes enunciadores no jornal: além da própria equipe do meio de comunicação (jornalistas, editores, entre outros) que produz conteúdo, ele também conta com as fontes de notícias que oferecem informações que são convertidas em pautas. As fontes são "pessoas, organizações, grupos sociais ou referências; envolvidas direta ou indiretamente a fatos e eventos de quem os jornalistas obtêm

informações de modo explícito ou confidencial para transmitir ao público, por meio de uma mídia" (SCHMITZ, 2011, p. 9). Ao selecionar uma notícia, é importante identificar quem são os agentes sociais que a compõem. A partir desta análise, é possível discutir se o jornal contempla uma diversidade de pontos de vista, ou se privilegia grupos específicos ou instituições.

Após a análise do jornal em si, com suas características, estrutura e funcionamento, o educando já tem consciência do complexo emaranhado no qual a mídia está imersa. Também já consegue compreender que o meio selecionado não é neutro, mas que atende a demandas específicas, sejam elas políticas, econômicas ou outras.

As notícias são representações simbólicas da realidade (ou de parte dela). Os estudos de representação do espaço geográfico podem focar sobre um lugar particular (real ou imaginário), um meio particular (verbal ou visual, ou ambos), ou sobre um processo geográfico específico. Feita esta seleção, chega o momento de se dedicar a análise do conteúdo do jornal escolhido para a aula.

4: Diálogo entre notícia e realidade geográfica: inicialmente propõe-se uma leitura flutuante (BARDIN, 2011), que é o primeiro contato com o texto para obter as impressões gerais sobre o mesmo. Na sequência, partindo-se do pressuposto de que "ler não é 'passear' sobre palavras" (FREIRE; FAUNDEZ, p. 202), inicia-se uma leitura minuciosa para a discussão do tema abordado na notícia. Partindo do princípio de que "todo conhecimento começa pela pergunta" (FREIRE, FAUNDEZ, p. 67), ou seja, pela curiosidade, neste momento, é possível questionar e levantar hipóteses acerca daquilo que é noticiado. É a oportunidade de desconstruir o que está impresso

para (re)construir conhecimentos. Um dos exercícios importantes é a indagação de presenças e ausências de elementos geográficos na notícia. A partir do momento em que ela é analisada, diversas facetas e fragmentos da realidade emergem. Isso legitima a existência de diversas geografias, dinâmicas e experiências espaço-temporais em diversos contextos e provenientes de diferentes agentes sociais.

A análise do conteúdo da notícia permite discutir uma das premissas básicas das Geografias da Comunicação já mencionada: como a comunicação produz o espaço geográfico, ou seja, como o espaço geográfico é representado pelo jornal (no específico caso). Isso pode ocorrer por meio da identificação e discussão crítica acerca dos seguintes elementos que podem compor (ou não) a notícia: escala geográfica (local, nacional, global ou multiescalar), categoria geográfica (espaço, lugar, território, região e paisagem), processos socioespaciais (ruralidade, urbanização, globalização, migração, demografia, etc.), temas transversais (questões ambientais, saúde, etc.), entre outros.

Considerações finais

O jornal impresso é considerado um recurso didático e dinâmico que acompanha as transformações da sociedade, e que aborda os acontecimentos a partir de recortes espaço-temporais específicos, as quais são objeto de estudos das aulas de geografia. Abordar esse material em consonância com as propostas das Geografias da Comunicação, pode contribuir para a construção de uma cidadania mais crítica e atuante.

O conhecimento aqui apresentado não tem como característica impor regras para a condução de atividades didáticas nas aulas de Geografia a partir do uso do jornal. Trata-se de sugestões no intuito de inspirar educadores a conduzirem aulas dialógicas, participativas e críticas, de acordo com a realidade dos educandos. Ademais, propõe-se a consideração das características específicas dos agentes sociais envolvidos no processo educativo para a condução das atividades.

Sugere-se fortemente que as atividades sejam conduzidas COM os educandos e NÃO PARA eles. É importante que eles sejam partícipes do processo de construção do conhecimento, pois isso é uma maneira de incentivá-los ainda mais a se abrirem para os momentos de ensino-aprendizagem.

Referências

ADAMS, P. *Geographies of media and communication*. United Kingdom: Wiley-blackwell, 2009.

_____. A taxonomy for communication geography. *Progress in Human Geography*, v. 35, n. 1, p. 37–57, 2010.

ADAMS, P. C.; JANSSON, A. Communication geography: A bridge between disciplines. *Communication Theory*, v. 22, n. 3, p. 299–318, 2012.

ADAMS, P.; CRAINE, J.; DITTMER, J. *The Ashgate Research Companion to Media Geography*. England: Ashgate Research Companio, 2014.

ANHUSSI, E. C. *O uso do jornal em sala de aula: sua importância e concepções de professores*. 2009. 156 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/pos/educacao/teses/2009/elaine_anhussi.pdf>. Acesso em: 18 maio 2014.

BACCEGA, M. A. Comunicação/Educação: aproximações. In: BUCCI, E. (Ed.). *A TV aos 50: criticando a televisão brasileira no seu cinquentenário*. São Paulo: Perseu Abramo, 2000.

BANSE, E. *Die Geographie and ihre*. Berlin: Mauritius, 1932.

BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARNETT, C. The cultural turn: fashion or progress in human geography? *Antipode*, v. 30, n. 4, p. 379–394, out. 1998.

BERABA, M. *A confiança dos leitores*. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/marceloberaba/2005/06/1520025-a-confianca-dos-leitores.shtml>. Acesso em: 20 out. 2016.

BERGER, J. *Ways of Seeing*. London: BBC and Penguin, 1972.

BONDARENKO, D. M. A Homoarchic Alternative to the Homoarchic State: Benin Kingdom of the 13th – 19th Centuries. *Social Evolution and History*, v. 4, n. 2, p. 18–88, 2005.

BOURDIEU, P. Espaço social e poder simbólico. In: BOURDIEU, P. (Ed.). . *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Pesquisa brasileira de mídia - 2015. Brasília: Secom, 2015.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2018.

BUTTIMER, A. Musing on Helicon: Root Metaphors and Geography. *Geografiska Annaler.*, v. 64, n. 2, p. 89–96, 1982.

BYTZEK, E. Flood response and political survival: Gerhard Schroder and the 2002 Elbe flood in Germany. In: BOIN, P.; MCCONNELL, A. (Eds.). *Governing After Crisis: The Politics of Investigation, Accountability and Learning*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008. p. 85–113.

CAREY, J. Communication as culture: essays in media and society. Boston: Unwin Hyman, 1989.

CARLOS, A. F. Da "organização" à "produção" do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M.

E. B. (Eds.). . *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011. p. 53–73.

CASCAIS, M. DAS G. A.; TERÁN, A. F. Educação formal, informal e não formal na educação em ciências. *Ciência em Tela*, v. 7, n. 2, p. 1–10, 2014.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

COULDRY, N.; MCCARTHY, A. *MediaSpace: place, scale and culture in a media age*. New York: Taylor & Francis, 2003.

FAIRCLOUGH, N. *Media Discourse*. London: Longman, 2001.

_____. Critical discourse analysis. In: GEE, J. P.; HANDFORD, M. (Eds.). . *The Routledge handbook of discourse analysis*. Oxon: Routledge, 2012.

FALKHEIMER, J.; JANSSON, A. Geographies of communication: the spatial turn in media studies. Sweden: Nordicom, 2006.

FLYVBJERG, B.; RICHARDSON, T. *In search of the dark side of planning theory.* Planning Theory Conference. *Anais*...United Kingdom: Oxford Brookes University, 1998

FORNAS, J. Media passages in urban space of consumption. In: FALKHEIMER, J.; JANSSON, A. (Eds.). . *Geographies of Communication*. Göteborg: Nordicom, 2006. p. 205–220.

FOUCAULT, M. Power/knowledge: selected interviews & other writings, 1972–1977. New York: Pantheon, 1980.

FRANCISCO, E. R. *Inteligência Geográfica – Por que os líderes deveriam aprender Geografia?* Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/inteligencia-geografica-por-que-os-lideres-deveriam-aprender-geografia>. Acesso em: 24 jul. 2015.

FREEPIK. *Espaço Geográfico*. Disponível em: <http://br.freepik.com/fotos-vetores-gratis/globo-terrestre>. Acesso em: 10 ago. 2018.

FREIRE, P.; FAUNDEZ, A. *Por uma pedagogia da pergunta*. São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GASPARIN, J. L. *Uma didática para a pedagogia histórico-critica.* 5. Ed. Revisada. Campinas. SP: Autores Associados, 2011.

HANSEN, A. Communication, media and the social construction of the environment. In: HANSEN, A.; COX, R. (Eds.). *The Routledge Handbook of Environment and Communication*. New York: Routledge, 2015. p. 26–38.

HAY, I.; ISRAEL, M. "Newsmaking geography": Communicating geography through the media. *Applied Geography*, v. 21, n. 2, p. 107–125, 2001.

HERMAN, E.; CHOMSKY, N. A manipulação do público: política e poder econômico no uso da mídia. São Paulo: Futura, 2003.

KRISTEVA, J. *História da Linguagem*. Barahona: Edições 70, 1969.

LEÃO, V. P.; LEÃO, I. A. C. *O ensino de geografia e mídia*: linguagens e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

LOPES, S. A. Geografias da comunicação contemporânea: um mapa teórico e empírico do campo. *Contemporânea*, v. 1, n. 21, p. 31–47, 2013.

MACHADO, N. J. *Ensaios transversais*: cidadania e Educação. São Paulo: Escrituras. 4 ed. Editara, 2004.

MARANDINO, M.; SELLES, S. E.; FERREIRA, M. S. Ensino de Biologia: histórias e práticas em diferentes espaços educativos. São Paulo: Cortez, 2009.

MOREIRA, S. V. Geografias da comunicação: espaço de observação de mídia e de culturas. São Paulo: Intercom, 2012.

OLIVEIRA, C. D. M. Ensino de geografia e comunicação: por uma geografia mundana. Mercator, v. 6, p. 61-70, 2004.

PURCELL, D. Communications geography. In: WARF, B. (Ed.). *Encyclopedia of Geography*. CA: Sage Publications, 2010. p. 538–543.

ROSE, G. Teaching visualised geographies: towards a methodology for the interpretation of visual materials. *Journal of Geography in Higher Education*, v. 20, n. 3, p. 281–294, nov. 1996.

SANT'ANNA, R. A moda é viola: ensaio do cantar caipira. Marília: Unimar, 2000.

SANTOS, B. S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, v. 63, p. 237–280, 2002b.

SCHMITZ, A. A. Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo. Florianópolis: Combook, 2011.

SILVERSTONE, R. *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SOBRINHO, H. C. Geografia Escolar e o Lugar. *Geosaberes*, v. 9, p. 1-17, 2018.

STOBER, B. Media geography: from patterns of diffusion to the complexity of meanings. In: FALKHEIMER, J.; JANSSON, A. (Eds.). *Geographies of Communication: the spatial turn in media studies*. Sweden: Nordicom, 2006. p. 29–44.

TODA MATÉRIA. *Meios de Comunicação*. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/meios-de-comunicacao>. Acesso em: 10 ago. 2018.

TRINDADE, A. A. O uso do jornal como material educativo. In: CHAIA, V. L. M.; CHAIA, M. Mídia e política. São Paulo: Educ, 2000.

TUROW, J. Media today: mass communication in a converging world. New York: Routledge, 2014.

ZIMMERMANN, S. Media Geographies: Always Part of the Game. *Aether*, v. I, n. October, p. 59–62, 2007.

CAPÍTULO 3
UNIVERSIDADES: POLOS DE CRESCIMENTO DO SÉCULO XXI?

Antonio de Oliveira Júnior

Introdução

Nos últimos anos, a política de expansão do ensino superior no Brasil contribuiu para, não apenas uma democratização do acesso a uma formação profissional, mas uma diminuição das desigualdades educacionais no território. Mas o que significa esse crescimento para a economia local e regional onde estas IES estão localizadas? Quais as suas relações com as cidades e as regiões nas quais estão implantadas? E com o território? Que processos são estes que mais do que democratizam o acesso ao ensino superior, acabam por democratizar também o território? Essas são apenas algumas questões que nos estimulam pensar o território, as regiões e as cidades a partir da localização das IES, sobretudo àquelas instaladas fora dos grandes centros urbanos.

As universidades são multi-escalares, pois possibilitam aos lugares se conectarem com o mundo ao mesmo tempo em que se enraízam localmente e regionalmente, com significativos efeitos nos circuitos de produção e consumo repercutindo de forma multiplicadora nas estruturas espaciais, sobretudo das cidades nas quais estão localizadas. A curto e médio prazo expressam claramente o aporte de recursos, contribuindo para o surgimento de várias outras atividades econômicas e de

importância social; e a médio e a longo prazo, as universidades contribuem com a qualificação de mão-de-obra, promovendo o desenvolvimento e a oferta de serviços qualificados, que seriam difíceis de dinamizar a nível local sem o ensino superior. Deste modo, as universidades assumem importância estratégica no processo de desenvolvimento. O conjunto de suas atividades passa a dar origem a uma força de atração de consumidores e empresas, contribuindo para gerar um crescimento econômico-social local/regional. São os efeitos gerados pela implantação dessas atividades polos que se constituí a base deste artigo. Nosso objetivo é discutir a implantação das universidades à luz da Teoria dos Polos de Crescimento, de François Perroux e indicar alguns caminhos para sua análise.

A universidade como fator de desenvolvimento local/regional e os impactos locais/regionais causados pela sua instalação

Diante da aceleração das transformações ocorridas na esfera social e econômica, na qual o vetor informação-conhecimento passa a ser o principal motor das mudanças, o território é requalificado para facilitar (ou mesmo permitir) a circulação, não só de dados e informações, mas principalmente de dinheiro. Dinheiro que especializa lugares e regiões, "criando áreas separadas onde a produção de certos itens é mais vantajosa [aumentando] a necessidade de intercâmbio [resultando] em espaços mais vastos" (SANTOS,1997, p.11).

É importante definir as escalas da produção do espaço, na qual a universidade é um vetor de desenvolvimento: o território (nacional) como escala de projeção, a região como escala de

atuação e o lugar como escala de ação. Entender como as universidades se articulam ou são articuladas no território a partir dos lugares acaba por determinar de um certo modo interações regionais, pois as universidades não representam e não significam apenas para os lugares onde elas estão, mas também para a região na qual estes lugares pertencem. Logo, é a região, embora o lugar seja onde os impactos (positivos e negativos) são mais visíveis e significativos, que tem sua imagem atrelada a universidade. Assim, torna-se primordial, para não correrm os o risco de cairmos no senso comum ou na vulgarização dos conceitos, apresentar uma definição de região e de lugar que entendemos que esteja diretamente associada a relação com as políticas institucionais do ensino superior. Entendemos a região como um fragmento da totalidade do território, no qual diferentes instituições e ou atores sociais expressam sua força tanto política quanto econômica, na defesa de um conjunto de decisões e reivindicações que entram em confronto nas esferas das representações políticas da sociedade local e, dependendo da importância e dos interesses, da sociedade nacional, fortalecendo regionalismos ou localismos.

Os polos de crescimento: breve revisão de Perroux

A instalação de uma instituição universitária em uma cidade tece uma série de imaginários sociais não tão novos assim: da universidade como castelo de saberes à universidade como espaço de produção da ciência, da modernidade, do futuro. E seus efeitos, tanto positivos quanto negativos, podem ser surpreendentes. Se a leitura por nós conhecida nos diz que a expansão das universidades foi pensada para cidades polos,

podemos estar diante de uma nova leitura da velha teoria dos polos de crescimento. O fato é que em muitos casos, a instalação de universidades em cidades pequenas e médias acaba representando uma retomada do desenvolvimento e crescimento social, político e econômico dos municípios, influenciando no aumento da oferta de emprego e renda, devido ao montante elevado de recursos públicos destinados aos custos de implantação, que envolvem basicamente infraestrutura. Desta forma podemos entender a instalação de *campi* universitários como uma atividade polarizadora, que tem sua base teórica constituída nos anos da década de cinquenta, na chamada Teoria dos Polos de Crescimento, de Perroux, importante esta análise. Vamos revê-la.

Para Perroux (1967), desenvolvimento é desequilíbrio, e este processo no espaço pode ser apreendido através de conceitos como os de polarização e inovação, considerados fundamentos dos processos de transformação espacial. Perroux considera que na dimensão de um território nacional, o crescimento não se dá no tempo nem no espaço conjuntamente, manifestando-se em diferentes níveis de intensidade, em pontos localizados sobre o território. Estes pontos, Perroux denomina de Polos de Crescimento. E é por estes pontos, que setas de propagação induzem os fluxos de crescimento para o restante do território. Desse modo, com base na sua noção de espaço surge o Polo de Crescimento, como "áreas de atividade econômica concentrada e altamente interdependente que tem exercido uma influência decisiva no caráter e ritmo do desenvolvimento econômico do sistema ou subsistemas em questão [em busca principalmente] da integração da economia através do território nacional e a incorporação efetiva dos recursos regionais não controlados a uma economia nacional" (FRIEDMAN, 1969, p.16-17)

Os espaços econômicos, então definidos por relações econômicas entre elementos desta mesma natureza, são considerados redutíveis a três tipos principais: os que expressam um conjunto homogêneo; os que expressam o conteúdo de um plano; e, os que expressam um campo de forças. Sob um olhar a partir das empresas, Perroux considera o significado de cada um desses espaços. Para o desenvolvimento posterior de sua teoria, contudo, o fundamental é a localização das empresas no espaço econômico definido como campo de forças, "constituído por centros (polos ou sedes) de emanação de forças centrífugas e recepção de forças centrípetas. Cada centro, que é ao mesmo tempo centro de atração e de repulsão, tem o seu próprio campo, que é invadido pelo campo de outros centros" (PERROUX, 1967, p.151).

Para Perroux (1967, p. 164), "o crescimento não surge em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou polos de crescimento". Deste modo, o surgimento de novas atividades econômicas ou de sua expansão, espraia-se ao conjunto da economia através de três mecanismos/processos definidos: preços, fluxos e antecipações. Para investigar as polarizações determinadas desse modo, Perroux analiticamente recorta suas observações em três planos subsequentes: a indústria motriz e o crescimento; o complexo de indústrias e o crescimento; e, a expansão das economias nacionais.

Perroux considera que para ocorrer esta integração é necessário que determinados tipos de indústrias exerçam um fator de atração para outras indústrias. Essas indústrias, denominadas de indústrias motrizes, são capazes de concentrar um grande volume de capital sobre um único ponto do território, atraindo para a região de implantação outras indústrias que

tornaram a região, antes estagnada, agora desenvolvida. Esta ideia de desenvolvimento polarizado surge num processo de antecipação, ou seja, as oportunidades ótimas de localização de um polo sobre o território são previamente estudadas e articuladas com outras antecipações sobre o mesmo território, de modo a formarem uma rede de impulsos indutores de desenvolvimento. A concentração de várias destas indústrias motrizes num único ponto do território, na forma de um polo, age segundo Perroux, como intensificadora de atividades econômicas e de relações humanas, apoiadas por uma estrutura urbana consolidada capaz de criar

> tipos de consumidores de consumo diversificado e progressivo, em comparação com os do meio agrícola. Surgem e encadeiam-se necessidades coletivas (alojamento, transportes, serviços públicos). Ao lucro dos negócios vem sobrepor-se rendas de localização. Na ordem da produção, há tipos de produtos que se formam, interinfluenciam, criam as suas tradições e eventualmente participam num espírito coletivo - empresários, trabalhadores, quadros industriais. (PERROUX, 1967, p.165)

Enfim, a consolidação de uma rede urbano e de relações econômicas estaria segundo o autor, vinculada à implantação de um polo. Deste modo, o polo é visto como o grande agente de redução das disparidades regionais. A caracterização da economia motriz tem por base a assunção antecipada de algumas características de ponta da grande indústria moderna: o nível de concentração de capital, a separação dos fatores de produção, a decomposição técnica de tarefas e a mecanização.

O fato é que em toda e qualquer estrutura de uma economia articulada existem indústrias que constituem pontos privilegiados de aplicação das forças ou dinamismos de

crescimento. Quando estas forças provocam um aumento do volume de vendas duma indústria-chave, provocam também a forte expansão e crescimento de conjunto mais amplo (PERROUX, 1967, p.173).

A consideração da concentração espacial dá um caráter singular ao complexo, situação em que Perroux o denomina de polo industrial complexo. São acrescentadas consequências específicas à atividade da indústria-chave e ao regime não competitivo do complexo. Registram-se intensificações das induções de crescimento pelo fato da proximidade física e das disparidades regionais.

O conjunto das ideias de Perroux transparece uma evidente dificuldade de resolução teórica da passagem entre o espaço econômico - abstrato - e o espaço físico. Se há coerência e lógica nas articulações que especifica no plano econômico, não há explicação para seus efeitos territoriais. A noção de polo incorpora à de complexo industrial o fato da concentração física, portanto um elemento do espaço banal, através de elementos econômicos - ganhos de aglomeração e de urbanização. No entanto, em sentido inverso, expressão como *o polo industrial complexo transforma o seu meio geográfico imediato*, apesar de, em geral, serem verdades empíricas não encontram respaldo no corpo teórico para dele serem deduzidas. Esse salto entre espaços é um ponto cego, tanto nos textos de Perroux quanto nos de seus seguidores. A questão, no entanto, não evitou que o próprio formulador da teoria trabalhasse diretamente sobre os processos de ordenamento territorial. Especificamente no capítulo *A empresa motriz na região e a região motriz*, Perroux exercita um verdadeiro processo de construção regional, utilizando-se do que se poderia chamar de uma apropriação

banal (no duplo sentido) dos conceitos definidos no espaço econômico abstrato:

> Para elaborar um modelo de crescimento que tenha em conta 'regiões', consideremos um conjunto constituído por várias 'regiões'. O ponto de vista principal de que nos servimos é o de espaço polarizado (…). Procederemos, passo a passo, por aproximações sucessivas: 1) construção duma região onde se exerçam as influências assimétricas duma empresa (indústria) motriz; 2) combinação desta região com outra estruturalmente caracterizada; 3) passagem a um conjunto nacional constituído por várias regiões; 4) indicação de como se pode passar a um conjunto de várias nações. (PERROUX, 1967, p.222)

Do exposto pode-se verificar que a teoria dos polos de desenvolvimento, se deixarmos de lado suas questões teóricas problemáticas e considerarmos o plano das formulações sobre o espaço geográfico, tem na noção de polarização um dos cernes da concepção de ordenamento do território. E este ordenamento formaliza-se como regionalização. Os polos são vistos como geradores de regiões, elemento crucial quando da apropriação da teoria como fundamento para o planejamento territorial. Neste campo, aliás, a conceituação original frutificou sem maior rigor. Difundiram-se amplamente conceitos como os de "região homogênea", "região plano" e "região polarizada", na forma de traduções "naturais" correspondentes, respectivamente aos espaços econômicos que expressam conjuntos homogêneos, conteúdos de plano e campo de forças. Desse modo, os critérios teóricos dessa "ciência regional" decorrente do campo de pensamento de Perroux admitem regiões caracterizadas por identidades (regiões homogêneas e de planejamento) e heterogeneidade (região polarizada). Neste último caso,

explicita-se uma noção de região como *locus* de fluxos de elementos econômicos.

A universidade como polo de crescimento

Mas o que faz de uma universidade um polo? Podemos considerar a indução dos fluxos de crescimento com a formação de mão-de-obra que dê conta de suprir demandas locais e regionais? Assim como induzem, as universidades atraem investimentos, pessoas, capital, que alocados na cidade permitem requalificar e dinamizar as economias locais, podendo até levar a especializações dos lugares (Maillat, 2002). Neste conjunto de mudanças, os lugares vão adquirir um nível de especialização e concentração onde a ação voltada para estas "novas regiões" construídas a partir da valorização com base na competitividade, especialização e seletividade dos lugares, não vai mais ser o planejamento regional e sim as estratégias de desenvolvimento local, no qual novas formas de aglomeração econômicas "construirão" novos espaços de produção. Desta forma, o polo transforma o seu meio geográfico imediato.

Como instituição de ensino, pesquisa, extensão e promoção social, as IES assumem importância estratégica no processo de desenvolvimento e suas atividades passam a ser uma força de atração de consumidores e empresas, contribuindo para gerar um crescimento econômico-social local/regional mais acelerado. Para Botelho Júnior (2004), toda nova atividade instalada em uma região resulta no chamado efeito multiplicador dos investimentos que provocará um aumento do dispêndio, já que os trabalhadores gastarão sua renda comprando serviços locais, que levará ao aumento do insumo das firmas, que por sua

vez aumentará a produção e gerará novos postos de trabalho, causando uma elevação maior no setor terciário, mais especificamente no setor de serviços.

Schneider (2002) analisa a universidade como um atrativo de grande importância para o surgimento de novas atividades e investimentos nos municípios onde as mesmas são instaladas, devido ao volume considerável de recursos injetados, seja através do salário dos docentes e dos técnico-administrativos seja através do consumo efetuado pelos estudantes, o que desencadeia um efeito multiplicador para a economia do município. Importante considerar que o entorno dos campi tende a ser a área de maior valorização da renda da terra, o locus privilegiado para investimento imobiliário e de consumo direto, como shoppings, lojas, empresas de serviços, influenciando diretamente na melhoria da infra-estrutura urbana trazendo a princípio benefícios a população. Mas isso não significa que as atividades econômicas da cidade como um todo, sobretudo o setor terciário, venha a ser impactado, até porque entre o tempo de decisão da implantação e o tempo final de construção das instalações definitivas existe um intervalo mínimo de 2 a 5 anos, constituindo em um conjunto de fatores de supra importância na economia local, exercendo um efeito dinamizador e multiplicador sobre as atividades econômicas locais (BOVO, SILVA e GUZZI, 1996, p.71)

Nessa lógica de mercado, várias demandas começam a surgir tais como atividades de lazer, restaurantes, bares, moradia própria para estudante, locais para festas como chácaras, etc., dando início a um processo de geração de empregos. Autores como Mathis (2001), Lopes (2000), Goebel e Miura (2004) concluíram que universidades são promotoras fundamentais para a consolidação do processo de desenvolvimento local e regional,

a partir de análises diferenciadas. Goebel e Miura (2004) analisam o papel da universidade como desencadeadora de desenvolvimento, com destaque para a sua importância como geradora de emprego e renda, mas também como geradora de recursos humanos locais e regionais, no município de Toledo, estado do Paraná (PR). Destacam os impactos na formação da mão-de-obra qualificada acrescida da disseminação de desenvolvimento tecnológico através da pesquisa e da extensão e o seu papel de fomentar e dinamizar o desenvolvimento de serviços necessários à existência e manutenção do meio universitário.

Estudo realizado sobre a instalação da UNIPAMPA na cidade de Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, buscou analisar os impactos decorrente da atividade universitária. Os resultados indicam que por conta da chegada da UNIPAMPA o mercado imobiliário sofreu um impacto bastante significativo, tendo sua dinâmica alterada com a valorização de imóveis, sobretudo os mais próximos ao campus universitário (HOFF, MARTIN e SOPEÑA, 2011). Outro estudo interessante é o desenvolvido por Mina, Ramos e Rezende (2011) que analisa os impactos econômicos da expansão universitária no município de Alfenas, Minas Gerais. Os autores avaliam os gastos médios dos estudantes e como este fator influencia no desenvolvimento local/regional.

Importante assinalar que estes estudos de impactos da implantação de campi universitários são bastante representativos, pois podem servir de vetores, não somente para o planejamento da expansão do ensino superior como também para as administrações municipais pensarem o planejamento e a gestão urbana de suas cidades. Em tempos de globalização e de economias abertas, não apenas as regras do jogo de um mercado

cada vez mais competitivo são levadas em, mas principalmente "a educação superior [que] vem sendo identificada como o principal motor para o desenvolvimento econômico, cultural e social dos países e, principalmente, das regiões". (ROLIM E SERRA, 2010, p.2). Transformar conhecimento em produtos inovadores implica na articulação entre instituições, cidades, regiões e atores sociais. Este é um desafio constante, como nos lembra Rolim e Serra (2010). Midlej e Fialho (2005, p.172), entendem que

> A Universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos de inovação tecnológica, de produção e difusão da ciência e cultura, ocupando lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico, qualificando os diferentes níveis de ensino do próprio sistema educacional, além de desempenhar uma pluralidade de funções em termos de formação acadêmico-profissional.

Neste sentido, as universidades exercem um papel fundamental na dinamização dos espaços regionais direcionando fluxos e proporcionando uma maior articulação em escala territorial. Sendo instituições portadoras de um elevado grau de organização e transformação dos espaços, dinamizam as economias locais e regionais. No entanto, em muitos casos, as universidades são instaladas em lugares onde elas apenas estão e não são da região. Aqueles espaços em que apenas estão, podem ser considerados como verdadeiros enclaves territoriais. Nas palavras de Rolim e Serra (2010, p.2)

> Existem muitas barreiras para o engajamento das universidades ao processo de desenvolvimento das regiões em que elas estão presentes. Algumas delas estão mais preocupadas com as questões do conhecimento universal, com temas de interesse nacional, formando

> alunos para o mercado nacional. Essas são aquelas que apenas estão nas regiões. Por outro lado, existem as universidades que além de tratar das questões universais e nacionais também estão preocupadas com as questões especificas das suas regiões, pesquisam os temas das atividades econômicas das regiões, também forma alunos capacitados para os mercados de trabalho das suas regiões e são parceiras dos demais atores regionais. Essas são as universidades da região.

É preciso e necessário identificar o grau de interação espacial das universidades em relação às cidades e às regiões, assinalando aquelas que estão e as que não estão nas suas regiões. Reafirmamos que as universidades são multi-escalares. Elas podem se articular e interagir tanto com o lugar a qual estão e implantadas como com a região, o território nacional e o mundo. Mas também podem estar muito mais ligadas apenas a um deles. A questão que se coloca é: qual a contribuição das universidades para o desenvolvimento local/regional e consequentemente para uma maior articulação territorial? Partimos da premissa que o desenvolvimento regional está diretamente relacionado com o nível de suporte educacional presente em um território e que as desigualdades regionais são representadas pelos índices educacionais. Importante assinalar que estamos buscando entender a possível existência de um território articulado, mas não integrado, pelo fato de que para termos a existência de um processo de integração territorial é significativo a pré-existência de um conjunto de políticas e estratégias de planejamento setorial integrado. No caso de um território articulado, pressupõe-se a existência de um conjunto de medidas e ações que fazem parte do escopo de uma única política setorial, no nosso caso, uma política de educação superior.

São as universidades hoje, motores de um desenvolvimento e crescimento econômico, em muitos casos tardio para alguns lugares distantes no território. Estamos diante de uma forma não tão nova de gerar riqueza: o conhecimento capaz de gerar inovações. Ou seja, o desenvolvimento não é mais pautado apenas na capacidade de recursos naturais que um território possui, mas também no seu capital humano, único capaz de gerar novos produtos inovadores. Na verdade, esta nova economia não é tão nova assim. Todo o desenvolvimento econômico produzido pela humanidade até hoje, independente do sistema político-econômico é resultado de investimentos em conhecimento, seja na forma de educação seja na forma de pesquisa.

Caminhos para entender a relação da universidade-território

Para entendermos a relação universidade-território é importante que se defina a escala do estudo. Acreditamos que analisar a interação a partir da relação com a região e o lugar na qual a universidade esteja instalada é um ponto de partida, digamos menos ambicioso, embora audacioso; e lembramos que é justamente no entendimento desta relação *universidade-lugar* e *universidade-região,* que se estabelece uma relação com o território. Deste modo, temos três configurações espaciais que se intercalam e se intersecionam. Definida a escala da análise, nos propomos a entender este processo, tendo em vista a existência de dois sistemas: o universitário e o localregional, onde a existência de conexões e sobreposições pode ocorrer em diferentes graus de intensidade. E a interação entre estes dois

sistemas vai depender da capacidade que a universidade tem de atender as demandas e as necessidades da região, o que pode resultar no aumento da capacidade inovadora e de aprendizado, da universidade e da região, construída tanto com projetos de pesquisa quanto com projetos de extensão ou na prestação de serviços específicos para determinados setores, tais como, governos municipais, empresas e organizações não-governamentais ou associações comunitárias.

A implantação de universidades apresenta tantos efeitos sociais quanto econômicos, já vistos anteriormente, tais como: aumento do consumo, investimentos na região, sobretudo de infraestrutura, aumento da oferta de vagas no mercado de trabalho, seja diretamente no setor terciário local que é o que mais é impactado por esta *economia do aprender* seja através de contratos firmados com empresas regionais ou mesmo nacionais. De certo modo, é necessário investigar os níveis de cooperação e de relações existentes entre a universidade e a região.

Um nível, de grau 1, pode indicar ações de cooperação intensas, quando a economia regional "vive" um ambiente de inovação, no qual existe interação entre professores, alunos e instituições, que pode se dar pela criação de empresas por meio de incubadoras ou de políticas municipais de estímulo a criação de novos negócios decorrentes da formação de mão-de-obra qualificada. Possivelmente neste nível a universidade já está consolidada na própria região.

Outro nível, de grau 2, é de quando a cooperação ainda é limitada e ainda está sendo construída. Neste nível, a universidade precisa estabelecer ligações com a economia da região, intensificando os níveis de cooperação, estabelecendo um papel ativo e de liderança na articulação com políticas de

desenvolvimento local e regional, bem como com empresas da região. Esta estratégia possibilitaria a universidade se inserir na região, ampliando os fluxos de comunicação e de troca de experiências. Para isto, a universidade deve ampliar seus projetos de extensão com a comunidade e de projetos que viabilizem a produção de um conhecimento mais aprofundado sobre a própria região.

Um nível mais baixo, de grau 3, é quando a universidade não estabelece nenhuma ligação com a região na qual está implantada. Neste caso, ela apenas existe na região, é um enclave. Não existe nenhuma forma de cooperação (projetos de extensão e, ou de pesquisa) capaz de interagir com a região. Podem ser universidades com alto grau de especialização, que se conectam muito mais com outras universidades ou as empresas que existem na região não conseguem interagir com a universidade.

Conclusão

A presença de uma universidade em uma região a configura como um agente com enorme capacidade de contribuição para o desenvolvimento regional. No entanto, não podemos considerar que a simples presença de uma instituição de ensino superior seja, por si só, capaz de alterar o ritmo de crescimento e de desenvolvimento econômico e social dos lugares. É preciso que as autoridades locais e regionais assumam também um papel ativo na cooperação da difusão do conhecimento e das inovações, possibilitando a criação das condições primordiais para um efetivo processo de desenvolvimento regional, tendo a universidade como atividade

polo, capaz de alterar o ritmo da economia localregional. E faz-se necessário avaliarmos, não apenas os efeitos positivos, mas também os efeitos negativos, porque ao mesmo tempo que as universidades incluem, são também responsáveis pela exclusão e segregação, decorrentes de seus processos de implantação.

Agradecimento

Agradecemos a FAPEMIG, pelo financiamento ofertado pelo Edital Nº 01/2014 - Demanda Universal, projeto APQ-02324-14.

Referências

BOTELHO JÚNIOR, C. de O. *Uma Análise Econômica da Expansão da Educação Superior em Juiz de Fora*. Faculdade Machado Sobrinho, 2004. Disponível em: <http://www.machadosobrinho.com.br/extensao/nupe.pdf?PHPSESSID=83e1e3fd5b0c8d0773a86a1acaa53a6>. Acesso em: 4 out. 2017.

BOVO, J. M.; SILVA, R. T. da; GUZZI, V. de S. A inserção social da UNESP de Araraquara: sua importância na economia do município e na prestação de serviços á comunidade. *Perspectivas-Revista de Ciências Sociais UNESP*.São Paulo, n.19, p. 71-85, 1996.

GOEBEL, Márcio Alberto e MIURA, Márcio Nakayama. *A universidade como fator de desenvolvimento*: o caso do município de Toledo-PR. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2004. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br>. Acesso em: 4 out. 2017.

HOFF, Debora Nayar; SAN MARTIN, Aline Schimidt; SOPEÑA, Mauro Barcellos. Universidades e desenvolvimento regional: impactos quantitativos

da Unipampa em Sant'Ana do Livramento. In: *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 16, n. 3, p. 157 – 183, set/dez 2011.

LOPES, R.P.M. Avaliação do impacto financeiro da universidade pública na economia municipal: o caso de Vitória da Conquista. *Revista Conjuntura e Planejamento*, Salvador, n. 71, p. 15-21, abr 2000. Disponível em: <www.mesteco.ufba.br/scripts/db/teses.rp.html>.

MAILLAT, Denis. Globalização, meio innovador e sistemas territoriais de produção. In: Interações. *Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Vol 3, n.4, p.9-16, mar. 2002. Disponível em: <www.desenvolvimentolocal.ucdb.br/RevistaInteracoes>.

MATHIS, A. Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional. *ADCONTAR*, Belém, v.2., n.2, p.19-30, 2001. Disponível em: <http://www.gpa21.org.br/pdf/8Iinstrumentos.pdf>. Acesso em: 4 out. 2012.

MIDLEJ, M. M. B. C.; FIALHO, N. H. Universidade e Região. *Práxis Educacional*, Vitória da Conquista. n.1, p.171-189 2005.

PERROUX, F. A *Economia do Século XX*. Lisboa, Portugal, 1967.

ROLIM, Cassio e SERRA, Maurício. Universidade e Região: ser da região X estar na região. *7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos*, Lisboa, 2010. Disponível em: <http://portaldoconhecimento.gov.cv>. Acesso em: 5 nov. 2012.

SANTOS, Milton. Técnica, Espaço, Tempo. *Globalização e Meio Técnico-Científico Informacional*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.

SCHNEIDER, L. *Educação e desenvolvimento*: um estudo do impacto econômico da universidade federal no município de Santa Maria (RS). UNIFRA, Santa Maria, 2002.

CAPÍTULO 4
ESPACIALIZAÇÃO DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO DOS CRAS EM ITUIUTABA (MG)

Geisa Candida da Silva Gonçalves

Introdução

Em função da evolução tecnológica surgiram instrumentos fundamentais para a realização de estudos, de cunho geográfico ou não, que analisam os espaços e os fenômenos ligados ao território. Dentre esses instrumentos, Melo e Ferreira (2015) citam o Sensoriamento Remoto, o SIG (Sistema de Informações Geográficas), a Cartografia Digital e o Sistema de Navegação por Satélite (GNSS). Esse conjunto de tecnologias, utilizadas para coletar, processar, analisar e ofertar informações geográficas recebe o nome de geotecnologias.

As geotecnologias facilitaram a análise espacial dos fenômenos, uma vez que possibilitaram sua automação. Essa análise espacial tem como fundamento compreender a distribuição e a organização dos espaços, permitindo pensar os mesmos, bem como suas realidades, possibilitando entender a real situação e os conflitos espaciais. A mesma é conceituada por Rosa (2011):

> A análise espacial está obrigatoriamente associada à Geografia, corresponde ao estudo da distribuição espacial de qualquer fenômeno, à procura de padrões espaciais. A análise espacial faz a ligação entre o domínio

> essencialmente cartográfico e as áreas de análise aplicada, estatística e a modelagem, permitindo combinar variáveis georreferenciadas e, a partir delas, criar e analisar novas variáveis. Os avanços tecnológicos ocorridos nos últimos anos têm contribuído para a disseminação e popularização das tecnologias que possibilitam análise espacial. (ROSA, 2011, p. 275).

O espaço urbano serve como base para as relações sociais e sua organização se dá em função da oferta de bens e serviços, tanto pela iniciativa privada quanto pelo Estado, promovendo assim a espacialização. Portanto, mesmo que o capitalismo imponha relações de produção e acumulação em um determinado espaço, a população também participa da sua construção e de seus arranjos com base na vida cotidiana e na utilização dos serviços que a mesma necessita, imprimindo sobre o território da cidade, as marcas oriundas das atividades e necessidades sociais, bem como da relação que a mesma estabelece com o lugar.

Assim, surge o termo "organização espacial", o qual é abordado por Souza (2013) como se referindo ao conjunto de objetos antropológicos existentes na superfície terrestre, ou seja:

> ... a organização espacial tem a ver com a divisão espacial do trabalho, com a disposição e distribuição espacial da infraestrutura técnica (malha viária, redes técnicas de abastecimento de água e energia, de esgotamento sanitário etc.) e social (escolas, postos de saúde etc.), com o padrão de segregação e autossegregação residencial, e assim segue. (SOUZA, 2013, p. 37).

O CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), assim como os demais locais voltados para a convivência e prestação de serviços para a população, é um dos exemplos

desses espaços pensados e organizados, considerando a população que reside tanto nos bairros onde os mesmos estão instalados, quanto nos bairros que compõem o seu entorno.

Nos últimos anos, é perceptível o aumento da implementação de políticas sociais destinadas a atender e garantir direitos aos grupos sociais considerados como vulneráveis ou de risco, os quais geralmente são compostos por cidadãos que possuem alguma carência social, política, biológica, econômica e/ou cultural. É nesse contexto que surge o CRAS, realizando trabalhos voltados para a proteção social básica da população dos municípios onde os mesmos estão inseridos. E, é nesse cenário que esse estudo foi realizado, buscando espacializar a localização dos CRAS instalados na cidade de Ituiutaba (MG) bem como suas respectivas áreas de atuação.

Localizada no estado de Minas Gerais, o município de Ituiutaba (MG) está a aproximadamente a 673 km da capital do estado, Belo Horizonte, na porção noroeste do Triângulo Mineiro, mais especificamente na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, na microrregião de Ituiutaba, conforme demonstrado na Figura 1. No que se refere à população do município de Ituiutaba, o IBGE estima o número de 104.526 habitantes no ano de 2017, em uma área territorial de 2.598,046 km².

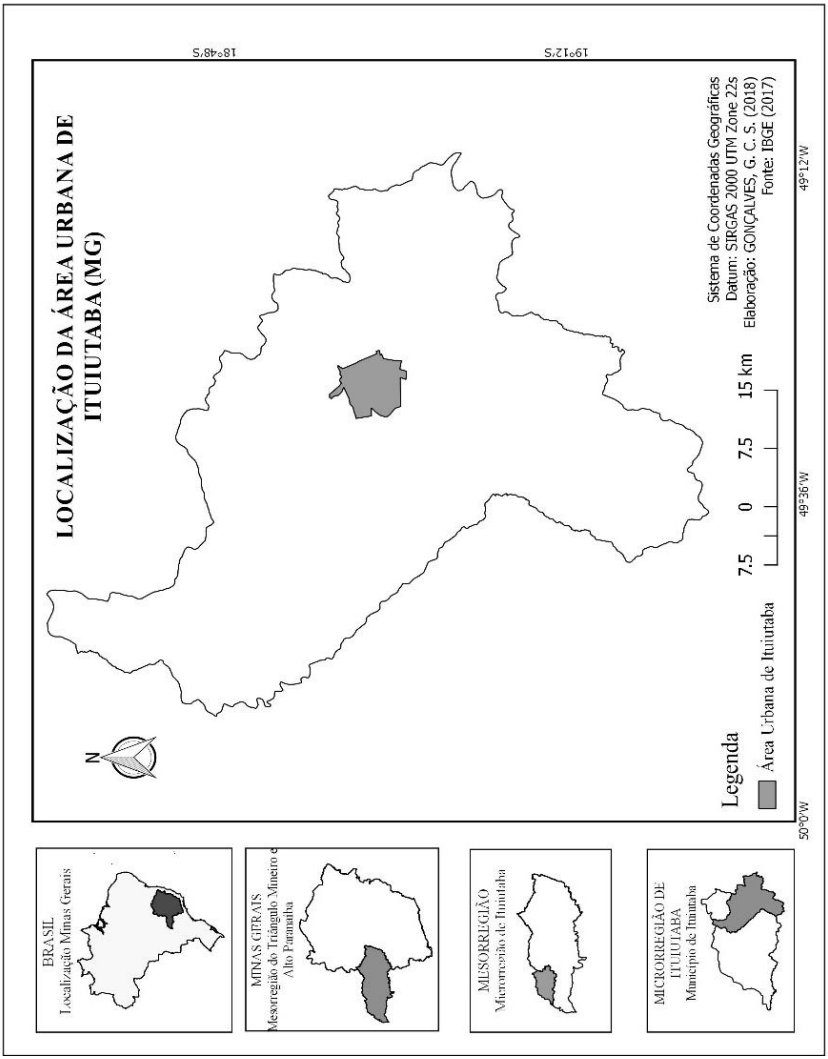


Figura 1: Ituiutaba (MG): localização da área de Estudo, 2018.
Fonte: GONÇALVES, 2018.

Assim, o objetivo geral deste artigo é espacializar os CRAS na cidade de Ituiutaba, apresentando suas áreas de abrangência. Já os objetivos específicos são: 1) mapear os CRAS de Ituiutaba; 2) identificar as áreas de abrangência dos serviços prestados pela instituição na cidade de Ituiutaba; 3) apresentar as especialidades individuais dos CRAS instalados na cidade de Ituiutaba.

Procedimentos metodológicos

Para a realização deste artigo foi realizado um levantamento bibliográfico, dentre alguns autores que tratam sobre os temas abordados, buscando a compreensão dos conceitos envolvidos e a construção de uma estruturação teórica. Assim, com base na perspectiva teórica estabelecida, foram analisados os 06 (seis) CRAS implantados na cidade de Ituiutaba.

Também foi realizada uma pesquisa documental com objetivo de coletar informações primárias e secundárias nos sites oficiais da Prefeitura Municipal de Ituiutaba e da Câmara Municipal de Ituiutaba para obtenção de dados e informações sobre os CRAS instalados na cidade, bem como para subsidiar a representação cartográfica da área de localização e abrangência dos mesmos. Além disso, durante o processo da pesquisa foram contatados os responsáveis por cada CRAS, bem como atendentes da SEDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) com a finalidade de saber a quantidade de pessoas atendidas pelos mesmos, quais as atividades desenvolvidas e para quais públicos e, também, saber quais bairros são atendidos por cada unidade. Esses contatos foram feitos via telefone, e-

mail e pessoalmente, tendo também como finalidade, confirmar cada localização geográfica apontada pelo Google Earth Pro a ser utilizada na construção dos mapas de localização e abrangência.

Para a criação dos mapas apresentados nesse trabalho, foram utilizados como parâmetros o Sistema de Coordenadas Geográficas e o Datum Sirgas 2000, UTM Zone 22s, que são de fundamental importância para os instrumentos da geotecnologia. Como bases cartográficas, foram utilizadas imagens obtidas através do Google Earth Pro, com o objetivo de criar arquivos e camadas de mapas no formato KML, possibilitando assim, representar as localizações dos CRAS instalados na cidade de Ituiutaba. Também foram utilizadas bases cartográficas obtidas no site do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as quais possibilitaram representar os bairros da cidade de Ituiutaba, através de camadas *(layers)* criadas a partir de arquivos do tipo *shapefiles*, no formato SHP.

Melo e Ferreira (2015) tratam as geotecnologias como sendo o conjunto de tecnologias computacionais juntamente com os conhecimentos científicos necessários para obter, tratar e produzir informações de forma georreferenciada. Dentre os *softwares* utilizados para a elaboração de representações cartográficas, está o QGIS, também conhecido como *Quantum GIS*, o qual utiliza como base de dados geoespaciais e vetoriais, arquivos no formato *shapefile* (.shp) para sistemas de informação geográfica ou GIS *(Geographic Information System)*, conforme abordado por Andrade e Baptista (2015).

As representações cartográficas deste estudo foram construídas através do *software* livre QGIS 2.18, utilizando as bases cartográficas já citadas. Aos *layers* do limite da área urbana de Ituiutaba e dos limites dos bairros da cidade foram

adicionados dados coletados sobre as localizações e os bairros atendidos por cada CRAS. Em seguida, foram obtidos dois mapas temáticos, o primeiro representando as localizações dos CRAS instalados na cidade de Ituiutaba e o segundo representando as áreas de abrangência de cada CRAS, compreendendo todos os bairros que são atendidos por cada unidade.

Com base nos dados fornecidos pelos representantes da SEDS, bem como de cada CRAS, foram definidos os campos e valores para representação das áreas de abrangência. O *layer* de cada área recebeu uma tonalidade mais clara da cor que identifica o CRAS que a atende e, assim, os bairros que a compõem foram agrupados à sua camada correspondente. Vale dizer que a análise feita nesse trabalho utilizou somente dados gratuitos e de livre acesso.

Discussão teórica

Para analisar a dinâmica da localização de determinado espaço, é necessário ir além da compreensão do mesmo. É preciso se interessar e buscar entender as relações sociais que ali acontecem, ou seja, compreender a sociedade cujas relações são construídas tendo o espaço como palco, tornando assim uma relação inseparável, porém que não se confunde, conforme abordado por Souza (2013).

Sobre a organização espacial

Quando se trata de pensar e organizar os espaços urbanos é preciso considerar a população que ali reside e faz uso dos mesmos, tanto na sua área de localização, quanto no seu entorno. Portanto, antes de tudo, é preciso discutir sobre a organização espacial a qual é tratada por Souza (2013) como sendo:

> Uma situação interessante, aliás, na qual espaços tais como bairros ou regiões merecem ser cuidadosamente valorizadas enquanto lugares, se refere a políticas públicas que se pretendem participativas. Unidades espaciais consideradas para fins de planejamento e gestão promovidos pelo Estado e no âmbito de esquemas participativos representarão uma valorização desses espaços enquanto lugares na medida exata em que não tiverem eles sido definidos considerando-se meramente critérios "técnicos" objetivos (tais como a distribuição espacial de características como renda ou carência infraestrutural, ou, ainda, tais como recortes da própria natureza, a exemplo das bacias de drenagem. (SOUZA, 2013, p. 116-117).

Para dimensionar determinado fenômeno geográfico, primeiramente é preciso distribuir, localizar, medir a distância, verificar a posição, delimitar a escala e a extensão de sua manifestação no espaço, segundo Melo e Ferreira (2015). Por isso, a leitura geográfica do espaço onde cada CRAS está inserido, bem como de sua área de abrangência, facilita a criação dos mapas uma vez que a representação da localização dos mesmos, na cidade de Ituiutaba, possibilita a percepção das distâncias e da espacialização. Tal espacialização, por sua vez,

permite visualizar a influência e a escala de abrangência dos CRAS estudados.

Para realizar e entender essa dimensão, é necessário compreender alguns conceitos, dentre os quais estão a região, o bairro e o setor geográfico.

A região se refere a uma área ou espaço dividido conforme critério específico e uma elaboração racional para melhor compreender determinada área ou um aspecto dela. As regiões são criadas para estudar as características gerais de um território ou entender determinados aspectos do espaço. Souza (2013) aponta a região como um dos conceitos mais tradicionais da Geografia e, em síntese, a define como uma identidade espacial homogênea fundamentada na observação dos elementos naturais e humanos. Para Santos (2008), o conceito de Região se confunde com o conceito de Lugar, uma vez que extensões diferentes podem ser designadas pela expressão "região". Castro, Gomes e Corrêa (2012), por sua vez defendem que a noção de região está relacionada a diversos domínios tais como localização, extensão, unidade administrativa, dentre outros, apresentando duas abordagens no pensamento geográfico: região natural e região geográfica.

A região natural é dimensionada segundo escalas territoriais diversificadas e caracterizada pela uniformidade resultante da combinação dos elementos da natureza, como o clima, o relevo, a vegetação, a geologia e outros adicionais que diferenciariam ainda mais cada uma destas partes. A região geográfica, por sua vez, abrange uma paisagem e sua extensão territorial onde se entrelaçam componentes humanos e da natureza, sendo a mesma considerada uma entidade concreta, palpável e viva, supondo, portanto, uma evolução e um estágio de equilíbrio. Trata-se de um território pertencente a um grupo

social com características próprias de organização social, cultural e econômica.

No que se refere à escala interurbana, ou seja, a escala de organização interna da cidade, os bairros aparecem enquanto escala em um nível mais abrangente dos setores geográficos.

> Assim como a região, o bairro possui nítidos componentes, ao longo de sua evolução conceitual, que fazem convocar ideias como "espaço vivido" e "identidade sócio-espacial". Seja, então, indagado: seria o bairro um equivalente intraurbano da região? Seria ele algo como uma "pequeníssima região", ou uma "região em miniatura"? (SOUZA, 2013, p. 151).

Ainda de acordo com Souza (2013), sob um olhar neopositivista, este assunto não teria maiores problemas, uma vez que "regiões" e "bairros" seriam subespaços distintos conforme critérios convenientes, tais como renda, etnia, paisagem morfológica, dentre outros. Porém, a ideia de bairro se contrapõe à ideia de região, a começar pelos três critérios ou conteúdo de abordagem dos bairros: composicional, interacional e simbólico.

Conforme Souza (2013), o conteúdo composicional diz respeito às características inerentes à composição de classe, atividades econômicas e morfologia do espaço. O conteúdo interacional, por sua vez, trata das relações entre os indivíduos e os grupos. Finalmente, o conteúdo simbólico se refere à imagem de determinado subespaço interurbano como sendo um espaço vivido e percebido como bairro.

Já o setor geográfico, maior que o bairro, pode ser compreendido como um conjunto de bairros que possuem características próprias e personalidade definida. Souza (2013)

diferencia o setor geográfico do bairro, afirmando que, enquanto o segundo se refere a um espaço que pode ser percorrido a pé, o primeiro terá um tamanho demográfico maior, a ponto de tornar os deslocamentos a pé, mais difíceis. O autor cita, dentre outros exemplos, o setor geográfico Centro, na cidade de São Paulo, o qual é formado pelo Centro e pelos bairros Bela Vista, Liberdade, Consolação, dentre outros. No caso do presente estudo, cada CRAS se localiza em determinado bairro, porém atende aos moradores do setor geográfico composto pelo bairro de sua localização, juntamente com os bairros que formam o seu entorno.

O histórico do CRAS

O CRAS, política pública voltada para a proteção social básica, trabalha com o objetivo de prevenir situações de risco. Gomes (2009) entende por políticas públicas "o conjunto de ações coletivas voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público que visa a dar conta de determinada demanda, em diversas áreas" (GOMES, 2009, p. 25).

Em geral, os CRAS se localizam em territórios onde há maiores vulnerabilidades e riscos sociais, prestando serviços e executando programas e projetos focados na família e na comunidade, conforme aponta o Ministério do Desenvolvimento Social (2015). Trata-se de um local público que reconhece os vários arranjos familiares, valoriza as especificidades de cada grupo familiar, fortalecendo esses vínculos e articulando-os com seu contexto comunitário.

Dentre os profissionais que compõem uma unidade do CRAS, estão psicólogos, assistentes sociais, coordenadores, auxiliares administrativos, educadores sociais, dentre outros. Ainda segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (2015), o CRAS é um programa de ação contínua, bem como uma política pública reconhecida como sendo direito do cidadão. Embora se saiba que a assistência social não consegue solucionar todos os problemas sociais e econômicos da população, ela é parte integrante da sua cidadania a qual possui inúmeras necessidades básicas.

Inserido em determinado espaço, o CRAS promove a organização e articulação das relações sociais possibilitando o acesso da população, tanto do bairro onde está localizado como dos bairros em seu entorno, aos serviços, benefícios e projetos de assistência social ofertados pela instituição. Assim, o CRAS torna-se uma referência atuante para a população local e para os serviços setoriais, atuando juntamente com a comunidade na busca de soluções para os problemas sociais comuns e na orientação quanto aos benefícios assistenciais a que os cidadãos têm direito.

Resultados obtidos

A segregação e as diferenças sociais levam os cidadãos a procurarem espaços que promovam ações e relações interpessoais, criando assim territorialidades. Muitas vezes é no bairro que os citadinos encontram o seu lugar e onde o sentimento de pertencimento e os elos sociais são construídos. Assim, os territórios são espaços definidos e delimitados por e pelas relações de poder (SOUZA, 2013).

Para compreender a área de abrangência de cada CRAS instalado na cidade de Ituiutaba é preciso ter, como parâmetros, os princípios geográficos lógicos: escala, distribuição, localização, extensão, posição e distância.

Melo e Ferreira (2015) ressalta que a escala é a medida de visibilidade do fenômeno. No presente estudo, as representações cartográficas foram elaboradas na escala municipal e, a partir dos bairros localizados na área urbana do município, identificou-se a distribuição das localizações dos CRAS em Ituiutaba. São elas:

1) CRAS Brasil, localizado na Rua Uruguai, 1468 – Bairro Brasil;

2) CRAS Natal, localizado na Rua Segunda, 990 – Bairro Natal;

3) CRAS Ipiranga, localizado na Rua Oldemar Ribeiro, 12 – Bairro Ipiranga;

4) CRAS Alvorada, localizado na Rua dos Mognos, 404 – Bairro Alvorada;

5) CRAS Pirapitinga, localizado na Rua Prata, 535 – Bairro Pirapitinga; e

6) CRAS Buritis, localizado na Rua Aranãs, 236 – Bairro Buritis.

Sob a responsabilidade da SEDS, os CRAS ituiutabanos atendem tanto os moradores dos bairros onde estão implantados, como também os citadinos que moram nos bairros vizinhos. Conforme Moreira (2007):

> Destarte, a localização leva à distribuição. A distribuição é o sistema de pontos da localização. Assim, a distribuição leva por sua vez à extensão. A extensão é a reunião da diversidade das localizações em sua distribuição no horizonte do recorte do olhar. E pela extensão a diversidade vira a unidade na forma do espaço. (MOREIRA, 2007, p. 63).

Por fim, para Melo e Ferreira (2015), a distância corresponde ao espaço entre duas coisas ou pessoas e, para fins analíticos como proposto nesse estudo, a mesma corresponde ao intervalo entre dois pontos na superfície terrestre. Portanto, o mapeamento da localização dos CRAS, fornece a distribuição, extensão e posição das distâncias na escala do município.

A aplicação dos procedimentos metodológicos descritos anteriormente gerou dois mapas que apresentam a localização dos CRAS instalados na área urbana de Ituiutaba (Figura 2) e suas respectivas áreas de abrangência formada pelos bairros atendidos por cada um dos mesmos (Figura 3).

Na Figura 2 é possível observar que a quantidade de CRAS existente no município de Ituiutaba é distribuído espacialmente, de forma que se permita a atender toda a população da cidade de Ituiutaba, principalmente no que tange às populações consideradas vulneráveis e expostas a riscos sociais para as quais os CRAS realizam atividades destinadas a atender às suas necessidades.

As informações sobre as áreas de abrangência de cada CRAS foram coletadas junto à SEDS do município de Ituiutaba, assim como os dados referentes à população residente em cada área, sendo apresentado como fonte, o censo realizado pelo IBGE no ano de 2010. Baseados nesses e nos demais dados e

informações coletados, foi possível apresentar a abrangência de cada CRAS, conforme representado na Figura 3.

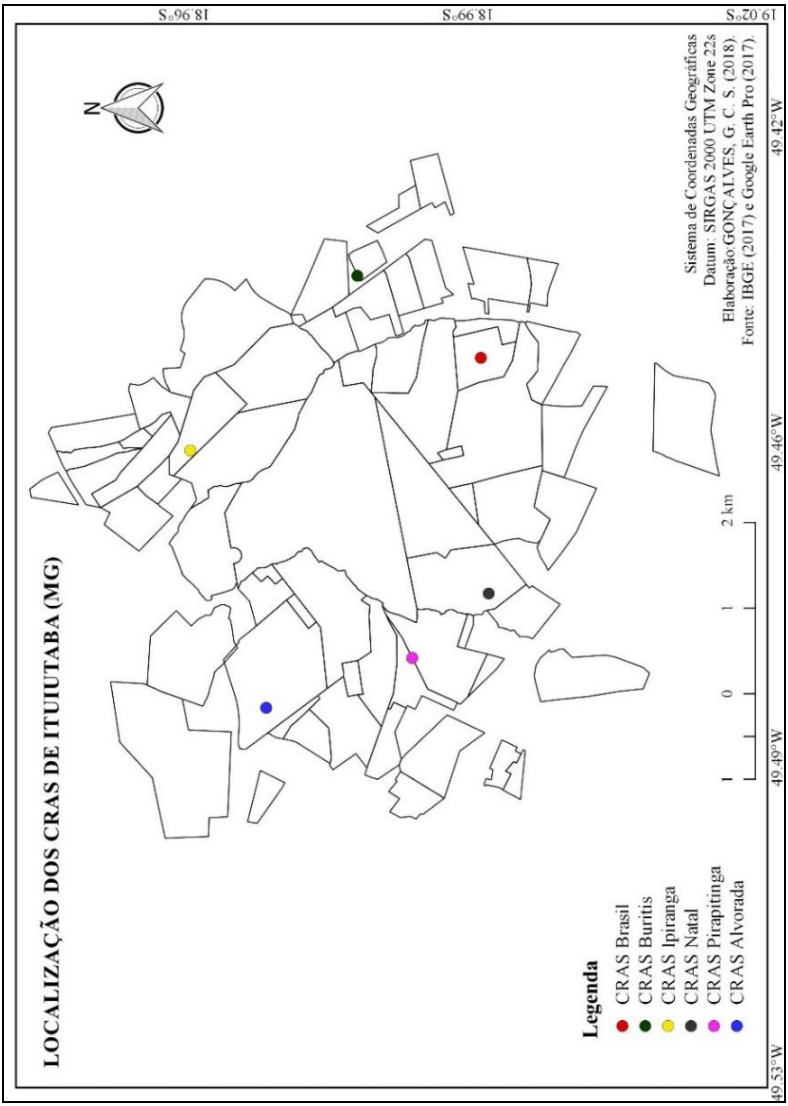


Figura 2: Ituiutaba (MG): localização dos CRAS, 2018.
Fonte: GONÇALVES, 2018.

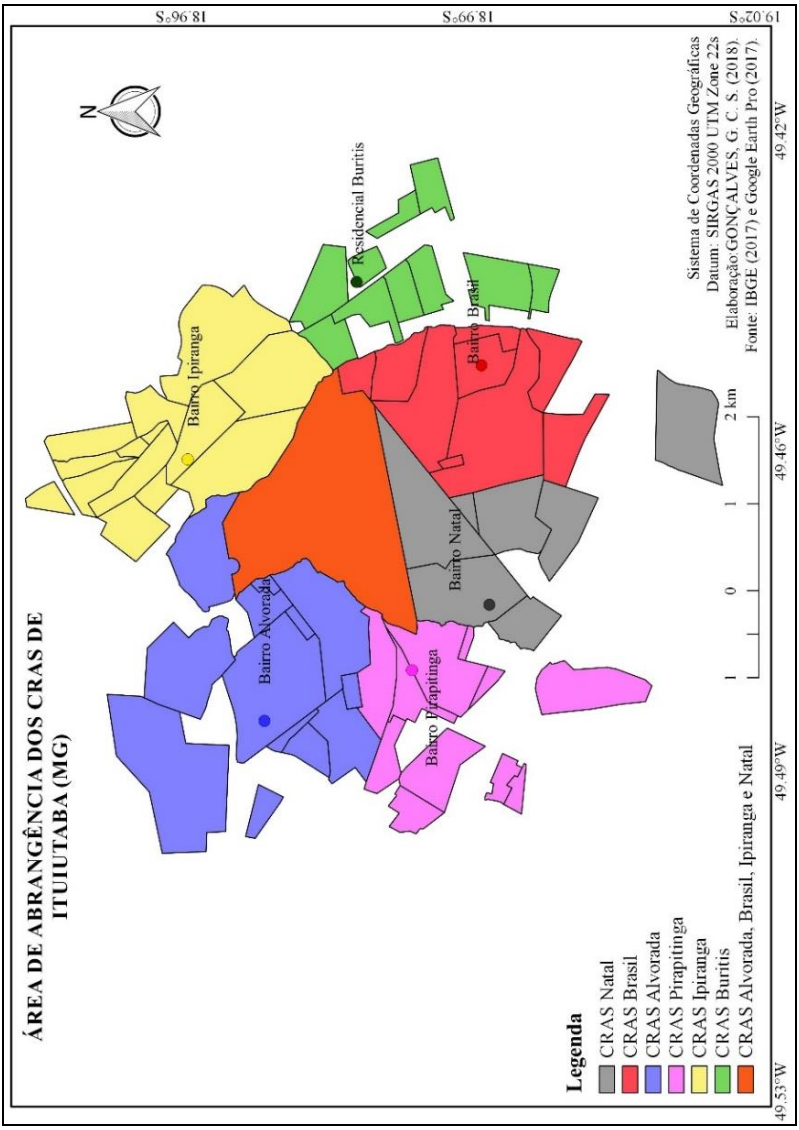


Figura 3: Ituiutaba (MG): área de abrangência dos CRAS, 2018

Fonte: GONÇALVES, 2018.

O quadro 1 auxilia no entendimento da figura 3, pois mostra os bairros que são atendidos por cada CRAS e a população que abrange cada um. Verifica-se que a população atendida é proporcional, exceto o CRAS Buritis que atende um número menor, pois, este contempla uma população específica localizada geograficamente mais afastada do centro e demais bairros.

Observa-se, ainda, que o Bairro Centro, por haver uma grande quantidade de população, é abrangido por diferentes CRAS como, CRAS Alvorada, CRAS Brasil, CRAS Ipiranga e CRAS Natal. Além de o bairro Centro possuir diferentes instrumentos destinados à Saúde como Hospital São José, Centro de Saúde da Mulher, dentre outros.

CRAS	**Abrangência**	**População atendida**
CRAS Natal	Jerônimo Mendonça, Natal, Setor Sul, Nova Ituiutaba I, Nova Ituiutaba II, Nova Ituiutaba III, Nova Ituiutaba VI, Santa Maria, Elândia, Gerson Baduy I, Gerson Baduy II e Residencial Jardim Sul, abrangendo também, parte do bairro Centro.	14.842 habitantes
CRAS Brasil	Carvalho, Independência, Tupã, Eldorado, Brasil, Jardim do Rosário, Camargo, Junqueira, Residencial Gilca Cancela, Residencial Ituiutaba, abrangendo também, parte do bairro Centro.	16.562 habitantes

CRAS Alvorada	Setor Norte, Satélite Andradina, Distrito Industrial, Novo Mundo, Central, Hélio, Platina, Residencial Monte Verde, Lagoa Azul I, Jardim Europa I, Jardim Europa II, Morada do Sol, Residencial Primavera, Jardim Estados Unidos, Vivenda Almeida Drummond, Jardins das Mansões, Julia de Paula, Estância Dona Viola, abrangendo também, parte do bairro Centro.	15.834 habitantes
CRAS Pirapitinga	Lagoa Azul II, Marta Helena, Residencial Copacabana, Residencial Dr. Marcondes Bernardes Ferreira, Ribeiro, Guimarães, Pirapitinga, Mirim, Jardim Jamila, Novo Tempo II, Residencial Carlos Dias Leite, Sol Nascente, Prolongamento do bairro Sol Nascente II e Cidade Jardim.	13.184 habitantes
CRAS Ipiranga	Universitário, Progresso, Ipiranga, Bela Vista, Cristina, Nossa Senhora Aparecida, Maria Vilela, Santo Antônio, São José, Gardênia, Paranaíba, Tiradentes, Setor Industrial Antônio Baduy, Residencial Drummond I, Residencial Drummond II, abrangendo também, parte do bairro Centro.	16.703 habitantes
CRAS Buritis	Residencial Buritis, Nadime Derze I, Nadime Derze II, Portal dos Ipês, Residencial Canaã I, Residencial Canaã II, Esperança, Santa Edwiges, Novo Horizonte e Setor Leste.	9.091 habitantes

Quadro 1: Abrangência e população atendida dos CRAS de Ituiutaba (MG), 2018.

Elaboração: GONÇALVES, 2018.

Fonte: SEDS, 2018.

Segundo informações coletadas junto à SEDS, os CRAS de Ituiutaba têm como público-alvo a população que demanda seus serviços e atendimentos, a qual é composta por idosos, adolescentes, adultos, beneficiários de programas sociais, etc. As 06 (seis) unidades atendem uma média de 1.000 (mil) pessoas ao mês. As atividades desenvolvidas são voltadas para a convivência social, variando conforme a demanda de cada CRAS. Dentre essas atividades estão o bailão e as aulas de música, artesanato, ginástica, dança, dentre outras. Também são prestados atendimentos que visam fortalecer os vínculos sociais e familiares, os quais são feitos por profissionais como psicólogos, assistentes sociais e demais agentes que auxiliam os mesmos.

Considerações finais

Os resultados deste estudo foram obtidos graças ao uso de geotecnologias que, mediante uma análise espacial, possibilitou representar cartograficamente a localização e a espacialização de cada CRAS implantado na cidade de Ituiutaba. Tais resultados foram satisfatórios e permitiram compreender a área de abrangência de cada um.

A análise espacial foi baseada nos princípios lógicos da Geografia: escala, localização, distância, posição e distribuição. Na escala municipal foi possível espacializar as localizações dos CRAS, visualizar a distância entre cada um e suas posições. Com base nas informações coletadas foi possível representar a distribuição dos CRAS na área urbana do município, estabelecendo a área de abrangência de cada um.

A partir da representação cartográfica elaborada para apresentar a localização e espacialização dos CRAS na cidade de Ituiutaba, bem como suas áreas de abrangência, foi possível identificar quais bairros são atendidos por cada um. Também foi possível concluir que o uso da geotecnologia é de fundamental importância para a compreensão espacial da área de estudo.

A importância desse trabalho está na representação cartográfica que permite fazer uma análise espacial dos CRAS de Ituiutaba e, a partir disso, elaborar e ilustrar estudos sobre o papel desempenhado por essa política pública que atende as camadas sociais mais vulneráveis. Porém, é preciso deixar claro que este estudo apresentou somente uma parte do que a Geografia pode oferecer, através da utilização das geotecnologias, em relação à análise espacial dos CRAS que atendem ao município de Ituiutaba.

Referências

ANDRADE, R. L. M.; BAPTISTA, E. A. Avaliação da focalização de políticas públicas de saúde no estado de Minas Gerais entre 2011 e 2014: um estudo utilizando aplicação de inteligência geoespacial. *Revista da Anpege*, [s.l.], v. 11, n. 16, p.123-149, 2015. ANPEGE - Revista. <http://dx.doi.org/10.5418/ra2015.1116.0006>.

CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.). *Geografia*: conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 352 p.

GOMES, S. Política pública de assistência social para idosos. In: GOMES, S.; MUNHOL, M. E.; DIAS, E. *Políticas públicas para a pessoa idosa*: marcos legais regulatórios. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2009. p. 11-27.

MELO, S. N. de; FERREIRA, D. A. de O. Uso de geotecnologias para análise espacial da área de influência de unidades educacionais. In: GALLO,

F. et al (Org.). *Leituras do espaço geográfico*: dinâmicas e processos em áreas urbanas e rurais. Rio Claro: UNESP - IGCE - Programa de Pós-graduação em Geografia, 2015. p. 115-129.

Ministério do Desenvolvimento Social. *Centro de Referência de Assistência Social - CRAS*. Brasília, 2015. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/unidades-de-atendimento/cras>. Acesso em: 29 out. 2018.

MOREIRA, R. *Pensar e ser em geografia*: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, 2007. 188 p.

ROSA, R. Análise espacial em geografia. *Revista da ANPEGE*, v. 7, n. 1, p. 275-289, out. 2011.

SANTOS, M. *A natureza do Espaço*: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 384 p.

SOUZA, M. L. de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320p.

CAPÍTULO 5
REFLEXÕES SOBRE CRESCIMENTO/DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL A PARTIR DA INSTALAÇÃO DE UNIVERSIDADES PÚBLICAS: O CASO DE ITUIUTABA NO PONTAL DO TRIANGULO MINEIRO

Ana Rúbia Muniz dos Santos Pereira

Raquel Balli Cury

Introdução

A cidade de Ituiutaba experimenta nesta última década do século XXI uma reestruturação em seu espaço urbano, as feições urbanas se modificam pouco a pouco, e nos apresentam uma cidade mais dinâmica, contrastando com anos de experiência morosa que os cidadãos tijucanos vinham vivenciando.

Nesse sentido trazemos a luz o objetivo deste de estudo, pensar o crescimento/desenvolvimento da cidade de Ituiutaba considerando a implantação das instituições públicas de ensino superior, como vetores nesse processo.

O recorte temporal estabelecido percorre os anos 2006 até 2016, definido desse modo, pois, engloba a implantação do Campus da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal-FACIP, uma extensão da Universidade Federal de Uberlândia-UFU (2006); e a encampação da Fundação Educacional de Ituiutaba – FEIT pela Universidade do Estado de Minas Gerais – UEMG

(2014) – tais instituições constituem o objeto de estudo em questão.

O trabalho apresenta uma breve contextualização histórica da cidade, sua formação e desenvolvimento até a chegada do ensino superior- que se insere no quadro de expansão universitária que percorre todo o país - vivenciado em dois momentos em nossa cidade: o primeiro na década de 1970 do século XX, e o segundo nos anos 2000 do século XXI, impactando a produção do espaço urbano da cidade.

O estudo se concentra especialmente nos bairros Tupã, Gerson Baduy I, onde está localizada FACIP- UFU- Campus Pontal; e Universitário, onde se situa UEMG-Unidade de Ituiutaba. Estes bairros vivenciam transformações físicas desde a chegada das universidades públicas, reflexos estes que pouco a pouco se fazem sentir em toda cidade.

Sendo assim, fica clara nossa opção por pensar o espaço urbano e sua produção de forma dinâmica considerando os processos sociais nesse contexto, segundo CORREA (1995),

> Eis o que é espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, mais aparente, materializada nas formas espaciais. (CORRÊA, 1995, p.7-8)

A cidade de Ituiutaba será considerada polo, partindo de sua localização geográfica, e os pressupostos da Geografia Urbana de onde extraímos a compreensão de que a aglutinação do centro é "sua capacidade de concentrar e atrair atividades e pessoas, e, portanto, polarizar uma determinada área, organizando os fluxos que a percorrem" (SILVA, 2013 p.4). E as universidades consideradas vetores de desenvolvimento

induzindo/atraindo investimentos, pessoas e capital o que pode dinamizar e requalificar a economia local, recorrendo a uma abordagem da instalação de campi universitários como atividade polarizadora, conforme Oliveira Jr. (2014).

O estudo se fundamenta em pesquisa bibliográfica e documental, sendo relevante uma vez que possibilita contribuir com novas perspectivas para se pensar a cidade partindo das peculiaridades locais, ao mesmo tempo em que valoriza uma leitura humanizada do desenvolvimento da cidade e os processos de produção do espaço urbano.

Ituiutaba: localização e breves apontamentos

Ituiutaba se localiza no Pontal do Triângulo Mineiro (Figura 1), no vale do Rio Paranaíba, da Bacia do Prata. Seu conjunto hidrográfico é formado pelos rios Tijuco, Ribeirão São Lourenço e Rio da Prata.

Ituiutaba exerce influência geoeconômica sobre uma Microrregião composta por 5(cinco) municípios no Pontal do Triângulo: Capinópolis, Ipiaçu, Cachoeira Dourada, Guarinhatã e Santa Vitória; e se destacando como cidade polo uma vez que possui estrutura de serviços, comércio e indústria que atende de certa forma toda a microrregião. Está localizada às margens da BR – 365, sendo servida por uma malha rodoviária que a coloca em contato com grandes centros como: Belo Horizonte, São Paulo, Goiânia, Brasília.

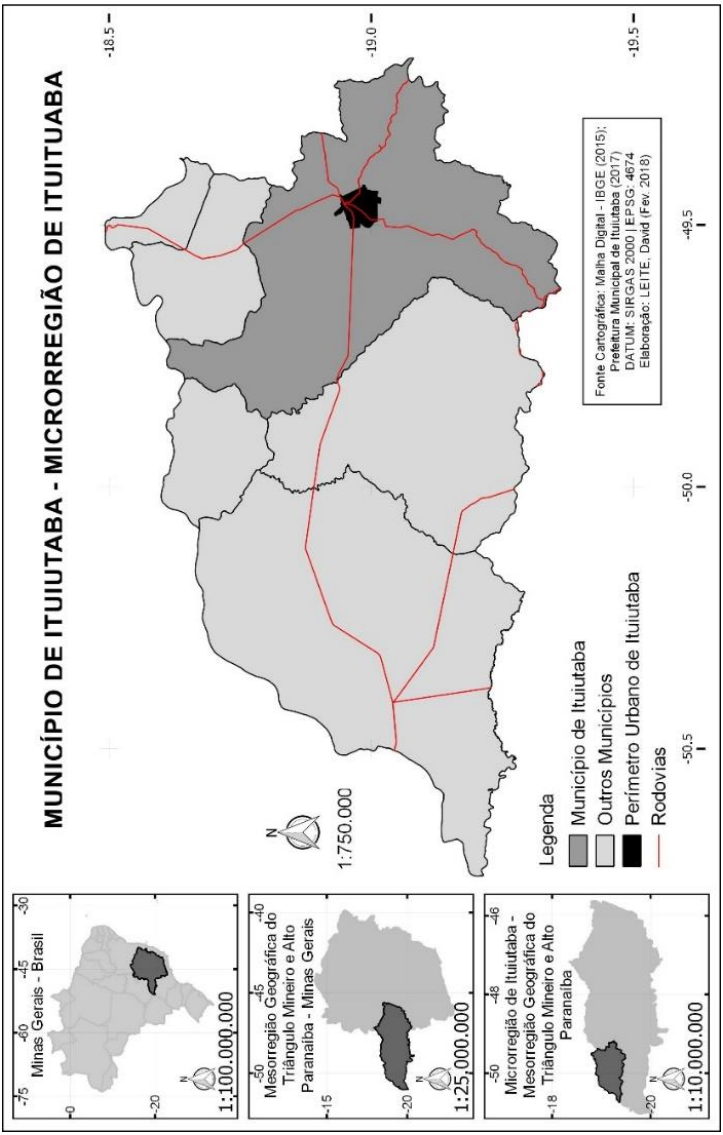


Figura 1: Localização da cidade de Ituiutaba – MG

Fonte: Na imagem.

O município - conforme último Censo do IBGE divulgado no ano de 2016 - tem uma população estimada em 103.945 habitantes, apresentando sensível crescimento percentual em relação ao Censo realizado em 2010, onde o município apresentava 97.171 habitantes; colocando-o, segundo o mesmo instituto, na trigésima posição dentre 853 municípios do estado de Minas Gerais.

Em comparação com outros municípios do Brasil, fica na posição 290 dentre 5570. Sua densidade demográfica é de 37.40 habitantes por quilômetro quadrado, colocando-o na posição 251 de 853 no estado de Minas Gerais. Quando comparado com outros municípios no Brasil, fica na posição 1909 de 5570, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE 2015, podendo ser considerada cidade média a partir deste dado quantitativo - não cabendo discutir esta possibilidade neste trabalho.

É necessário esclarecer que para fins desse estudo, Ituiutaba será considerada cidade de médio porte, partindo da compreensão de que se faz necessário à observação de outras condicionantes, tais como: equipamentos urbanos, transporte, mobilidade, empreendedorismo, e uma gama de outros elementos que não nos possibilitam integrá-la nessa escala. Sabemos ser insuficiente considerar o censo demográfico como elemento determinante parta tal categoria.

Afim de melhor apresentar este quadro exibiremos de forma sintética e sem aprofundamentos o desenvolvimento do município de Ituiutaba, e as características sociais, econômicas e politicas que o percorrem.

O marco de nossa história data do século XVIII, quando a bandeira de Bartolomeu Bueno da Silva, cortando as terras da região triangulina de norte a sul, em busca de minério, impulsionou o desenvolvimento do Arraial do Desemboque.

A partir do Arraial do Desemboque, as entradas foram delineando a região: Campanhas da Farinha Podre (zona de sacramento e Uberaba), Campanhas da Prata, Campanhas do Tijuco (região de Ituiutaba) e Campanhas do Novo Sul da Farinha Podre.

Segundo a história local, dois fazendeiros Sr. José da Silva Ramos e Joaquim Antônio de Mores, teriam doado terras em consorcio, para erguer uma capela e um cemitério no Tijuco. Sendo assim, no século XIX (1832), inicia o povoamento em torno de uma capela, situada a Beira do Córrego Sujo, denominada São José do Tijuco, graças ao trabalho do Pe. Fleury, 1º capelão.

Com passar do tempo à expansão urbana se constituía, o intercambio facilitado entre povoados com abertura de rotas de passagem possibilitou a criação de um centro irradiador, sendo erguida nova capela "em local mais apropriado para se desenvolver uma povoação: a disposição do terreno e a abundancia de água" (ACAIACA, s.d.193).

No ano de 1860 é criada a Freguesia de São José do Tijuco, desmembrada de N. Senhora do Carmo, do Prata. Em 1901, pela lei Estadual n.319 foi criado o município de Vila Platina, passando a se chamar Ituiutaba em 1915.

Durante as três primeiras décadas do século XX, Ituiutaba desenvolveu lentamente, aos poucos instalava e melhorava os equipamentos urbanos necessários para sua consolidação como cidade. Possuindo casas, armazéns, ruas delineadas, transportes,

médicos, escolas primárias, capelas e igrejas, matadouro, cemitério, jornal, estação de rádio, banco e desde 1922 “servida de energia elétrica pela Empresa Luz e Força Ituiutabana LTDA” (ACAIACA, s.d, p.132), porém conserva o modo de vida tradicionalista e afeiçoado às práticas do campo, principalmente agricultura de subsistência e criação de gado.

Nos anos 1940 e 1950 do século XX, a cidade “vai conhecer... um acentuado surto de progresso alicerçado na produção agropecuária e impulsionado, substancialmente, pela exploração diamantífera (CHAVES,1985, p.23). O surto desenvolvimentista veio acompanhado da valorização das terras, intensificação de construções urbanas e atividades comerciais. Neste período a industrialização se faz presente sob a “grandiosidade das Indústrias Reunidas Fazendeira” (ACAIACA, s.d. p.85), para produção de manteiga e óleo vegetal, estimulando ainda mais a agricultura da região. Ituiutaba recebe o titulo de capital do arroz, e muda de feições rapidamente, o mercado em expansão torna a cidade atrativa.

Nos anos de 1960 e 1970, as dinâmicas urbanas se acentuam dado ao desenvolvimento da lavoura e da indústria, acompanhando o modelo desenvolvimentista de todo país.

Nessa década se dá implantação das escolas superiores na cidade - que contava apenas com escolas secundaristas – impulsionado pelo fluxo de pessoas das localidades circunvizinhas que se estabeleciam aqui em busca de melhor qualidade de vida, e de formação de mão de obra para o mercado de trabalho.

Em 1963, a Fundação Educacional de Ituiutaba (FEIT) foi criada pela Lei Estadual n° 2.914. E por iniciativa de empresários e profissionais liberais, membros da Associação

Comercial e Industrial de Ituiutaba (ACII) foi criada a Escola de Administração de Ituiutaba (EAEI), 1968.

No final da década de 1980 e início dos anos 1990 novos agentes econômicos surgem no município vinculados as atividades agroindustriais, sendo exemplos laticínios, frigoríficos. (NASCIMENTO, 2010).

Na primeira década do século XXI, a cidade fortalece seu desenvolvimento apoiando-se nos serviços conforme apresentado no Quadro 1.

Variável	Ituiutaba	Minas Gerais	Brasil
Agropecuária	143.019	15.568.048	105.163.000
Indústria	511.663	54.306.183	539.315.998
Serviços	1.237.764	97.398.820	1.197.774.001

Quadro 1: Variáveis econômicas e crescimento do PIB.

Fonte: IBGE (2014), em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA.

Ao considerarmos a educação integrando o rol dos serviços, foi possível estabelecer a relação de que com a instalação das escolas públicas de ensino superior na cidade, a Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) no ano de 2006, Bairro Tupã e Gerson Baduy I; e a Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG) em 2014, Setor Universitário - agregamos fatores importantes na alteração da dinâmica urbana, impulsionando o processo de reestruturação urbana da cidade,

favorecendo o crescimento da mesma a partir da universidade instalada.

A universidade e a cidade

No final da década de 1960 e anos 1970 Ituiutaba recebe suas primeiras instituições de ensino superior. A Escola de Administração de Ituiutaba (EAEI) em 1968, e a Fundação Educacional de Ituiutaba (FEIT), criada em 30 de outubro de 1963, por meio da Lei Estadual n.2.914, oriunda de um projeto empreendido pelo então deputado Sr. Luiz Alberto Junqueira; sendo esta última objeto de estudo.

Naquele momento as Instituições de Ensino Superior (IES) chegavam para atender a demanda da própria cidade e das regiões vizinhas, formando prioritariamente profissionais para a docência e administração mais capacitados para o trabalho.

Em 1968 os primeiros membros do conselho curador da FEIT, foram nomeados pelo governador a época, Sr. José de Magalhães Pinto, e em 1970, foi eleito o primeiro presidente da Fundação Educacional. Conforme texto do Jornal do Pontal, em edição comemorativa pelo centenário de Ituiutaba (2001), "A opção feita foi pela implantação de uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, o primeiro vestibular é realizado em março de 1970, para os cursos de Ciências Biológicas, Matemática, Letras, Pedagogia e História", o que atenderia a demanda local.

As primeiras instalações da FEIT foram os Colégios Santa Teresa e São José, e a mudança para prédio próprio se deu no ano de 1972, onde hoje ainda se encontra o campus universitário.

Em 1973 é autorizado o curso de Engenharia Elétrica, que passa compor a segunda unidade de ensino superior. Em 25 de

junho de 1984, o curso de Agronomia tem seu funcionamento autorizado pelo decreto Federal n.90.003, e assim é instalada a terceira unidade de ensino.

No ano de 1986 é criado o Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba (ISEPI), gerado da fusão das faculdades de Filosofia, Agronomia e Engenharia- a partir desse momento há um fortalecimento dos cursos existentes e facilita a implantação de outros novos.

No início do século XXI, o ensino superior em Ituiutaba passa a ser objeto de intensas discussões políticas, inserindo-a no processo histórico que se desenvolve na maioria das cidades brasileiras - em especial de pequeno e médio porte. O advento das diretrizes estabelecidas pelo governo federal para educação tendo como ponto de partida o Plano Nacional de Educação - PNE, Lei n.10.172/2001, que estabelece três princípios básicos para educação brasileira, possibilita discutir e pensar as IES como fatores de crescimento local,

> a educação como direito de todos ,a educação como fator de desenvolvimento social e econômico do país e a educação como instrumento de combate à pobreza e de inclusão social. No que concerne ao ensino superior, suas principais premissas foram: aumentar a oferta da educação superior para, pelo menos 30% dos jovens entre 18 e 24 anos; ampliar a oferta do ensino público; estabelecer um amplo sistema de educação à distancia; estabelecer um sistema de recredenciamento das instituições; diversificar a oferta de ensino, investindo em cursos noturnos, modulares e sequenciais (PEREIRA et.al., 2014 p.39)

A implantação das universidades públicas na cidade de Ituiutaba além do discurso do acesso a educação, formando ao

longo do tempo massa crítica, trouxe em seu bojo, uma possibilidade de desenvolvimento local alicerçada no desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão.

> A finalidade primeira da universidade e de suas unidades é a criação de conhecimento novo e a disseminação desse conhecimento, através do ensino e da extensão. Se a universidade é parte de uma realidade concreta, suas funções devem ser pensadas e trabalhadas levando-se em conta as exigências da sociedade, nascidas de suas próprias transformações, num mundo em constantes mudanças e crises. (FAVERO, 1998, p.47)

Como vetores, as IES são catalizadoras do desenvolvimento urbano, à medida que seu entorno vai se estruturando para atender as demandas advindas da sua implantação. A percepção do entorno da IES demonstra crescimento, que ao longo do tempo impulsiona o desenvolvimento local, transformando a cidade em polo de desenvolvimento regional, local, neste sentido,

> A curto e médio prazo expressam claramente o aporte de recursos do Governo Federal, que contribui para o surgimento de várias outras atividades; e a médio e a longo prazo, as universidades contribuem com a qualificação de mão-de-obra, promovendo o desenvolvimento e a oferta de serviços qualificados, que seriam difíceis de dinamizar a nível local sem o ensino superior. Deste modo, as universidades, como instituições de ensino, pesquisa, extensão e promoção social, assumem importância estratégica no processo de desenvolvimento. O conjunto de suas atividades passa a dar origem a uma força de atração de consumidores e empresas, contribuindo para gerar um crescimento econômico-social local/regional (OLIVEIRA JR, 2014, p.1-2)

Nesta direção, é que a implantação da FACIP-UFU (2006) na perspectiva da expansão universitária (Expansão Fase 1) se deu na região do Triângulo Mineiro. A FACIP-UFU foi criada como Unidade Acadêmica por meio da Resolução 02/2006 do Conselho Universitário da UFU, e, inicialmente suas atividades eram desenvolvidas em espaços alugados e cedidos via celebração de convênios.

O espaço ocupado pela FACIP-UFU em Ituiutaba, constituía-se de um Bloco na Faculdade do Triângulo Mineiro, dois blocos da Fundação Educacional de Ituiutaba, o prédio do antigo Colégio Raio de Sol e um prédio situado á Av José João Dib. A construção de sua sede própria no Bairro Tupã, em terreno doado pela família Baduy, teve início em 2008. A mudança só ocorreu em 2011 mesmo com as instalações inacabadas frente á necessidade de ocupação de espaço próprio, onde fosse possível a construção de uma identidade própria, a interação acadêmica e social de sua comunidade. Em março de 2012 o Campus Pontal da UFU foi oficialmente inaugurado, mas parte das estruturas então alugadas ainda são utilizadas, pois a nova estrutura não pôde contemplar toda a necessidade de estrutura física e ampliações estão em andamento.

Recentemente a FACIP passou por reestruturação administrativa se desembrando em três novas unidades acadêmicas aglutinando os cursos por afinidades de área de conhecimento. Segundo Pereira, o Campus Pontal é um espaço socialmente construído, e, as nuances da construção desse espaço podem ser percebidas pelo

> […] processo histórico de criação do Campus pontal em Ituiutaba foi longo, complexo e interessante. As discussões e tensões políticas que permemaram desde o início o processo, quando se discutia a possibilidade de

> encampação de uma instituição já existente que não se concretizou, a escolha dos cursos a serem ofertados, passando pela coexistência das duas instituições no mesmo espaço, as lutas e tensões em busca do espaço próprio que representasse a UFU e a identificasse em Ituiutaba, a implantação do novo Campus e por último as mudanças na estrutura administrativa deste, que era uma unidade acadêmica e a partir de 2018 será composta por três unidades acadêmicas […]. (PEREIRA, 2018 P. 97).

A implantação da FACIP - UFU (2006) e a consolidação da UEMG (2014), através Decreto Nº 46.478, assinado pelo governador do Estado de Minas Gerais, que estadualiza a Fundação Educacional de Ituiutaba do dia 3 de abril, a universidade cumpriria o papel de propagadora do conhecimento formando mão de obra qualificada, e concomitantemente a este processo, agregar outros valores ao lugar, como, por exemplo, valorização imobiliária, melhoria nos equipamentos urbanos, diversidade cultural advinda do fluxo de pessoas de diversas regiões, professores através de concursos púbicos, alunos em busca de qualificação, empresários, especuladores.

Abaixo as figuras 2 e 3 ilustram as instituições e sua localização no espaço urbano, sendo a figura 2 correspondente à FACIP - UFU – Campus Pontal, localizado entre os bairros Gerson Baduy e Tupã; e a figura 3 à UEMG - Unidade de Ituiutaba, do bairro Universitário.

Figura 2: FACIP - UFU Campus Pontal – vista aérea.
Autora: Raquel Balli Cury
Fonte: Acervo pessoal (2017).

Figura 3: UEMG-Unidade de Ituiutaba - entrada principal.
Autora: Raquel Balli Cury
Fonte: Acervo pessoal (2017).

O papel da universidade como fator de crescimento/desenvolvimento está relacionado a dois aspectos importantes, que segundo GOEBEL, MIURA (2004) referem-se ao papel de fomentador e dinamizador de desenvolvimento de serviços necessários á existência e manutenção do meio universitário e a formação de mão-de-obra qualificada aliada à disseminação de conhecimento desenvolvido a partir da pesquisa e da extensão.

No caso da cidade de Ituiutaba é interessante observar que as duas instituições, objeto do estudo, não consomem diretamente produtos e serviços necessários a sua manutenção, mas atraem consumidores de bens e serviços de diversas naturezas, ao circular no mercado local e regional a renda proveniente de salários dos servidores (docentes e técnicos), bolsas de estudos e assistenciais destinadas aos alunos, que movimenta o comércio de produtos e serviços, gerando demandas para um determinado publico, alterando a dinâmica econômica.

Ao propormos um estudo dos impactos da implantação das Instituições de Ensino Superior públicas na cidade de Ituiutaba, nos deparamos com diferenças significativas que apontam para algumas barreiras no engajamento de pelo menos uma dessas instituições no processo de desenvolvimento local. Segundo Rolim (2010), o foco institucional na formação dos alunos tem papel preponderante. Sendo assim, a universidade formará alunos para o mercado nacional ou local?

Sendo interessante observar os apontamentos do autor, que nos levou a refletir acerca do desafio que se estabelece para as instituições quando a unidade de ensino é da região, caso encampação da UEMG- Unidade de Ituiutaba; em face de estar na região, caso da FACIP-UFU- Campus Pontal, apontando

dentre as muitas dificuldades, a da ampliação da capacidade institucional para responder às necessidades regionais e locais constituindo a trajetória do desenvolvimento nesse locus.

Nesse sentido, o estudo apresenta indícios de que a UFU está em Ituiutaba uma vez que a sua instalação se deu a partir de ações políticas, com a oferta de cursos já existentes em outras instituições de ensino da cidade, caracterizando de certa forma concorrência, e ofertando cursos novos que não tem proximidade com a vocação regional (agropecuária), além do fato de formar alunos que vão atuar em outras cidades e regiões, deixando de contribuir com as transformações sociais e econômicas da região.

Já UEMG - Unidade de Ituiutaba surge a partir da encampação de uma faculdade já existente na cidade e abarca uma estrutura consolidada com a oferta de cursos mais próximos às demandas locais e regionais, bem como se beneficia em certo aspecto, pela existência de uma articulação política e de serviços com a comunidade, que se desenvolveu ao longo dos anos por ser da cidade; o sentimento de pertencimento estabelece o vinculo.

É oportuno ressaltar ainda, que ambas passam por processos de consolidação, e, o diálogo da UFU com a comunidade precisa ser articulado afim de a promover a ampliação da interação espacial da IES com a cidade.

Nesse sentido, o Plano Decenal Municipal de Educação de Ituiutaba - MG (PDME), Lei n° 4.368 de 17 de julho de 2015 , em sua meta 20, do eixo ensino superior, traz como proposta viabilizar programas de melhorias na infraestrutura e urbanização da cidade, oportunizando melhores condições culturais, de lazer, saúde, moradia e mobilidade urbana

(ITUIUTABA, 2015). As estratégias demonstram a necessidade e importância de viabilizar e consolidar investimentos feitos na instalação dos campi universitários, e principalmente da UFU-Campus Pontal, que está localizado em uma área urbana afastada dos pontos de comércio, serviços, moradia e principalmente transporte urbano.

A articulação entre instituição/sociedade/governo de modo a convergir interesses na busca da promoção do desenvolvimento local e regional, a partir de ações de extensão, capacitação, núcleos de consultoria e estágio, interação com setor produtivo para o desenvolvimento de parcerias, melhorando as condições de emprego e possibilitando a fixação dos egressos na região, que é um dos pontos cruciais, como afirmam GOEBEL e MIURA (2004),

> A universidade deve passar de uma universidade isolada em seus projetos educacionais e de pesquisa, para uma universidade interativa e vinculada com as questões sócio-econômicas do meio onde se encontra inserida, principalmente através da criação de dispositivos que facilitem a relação e a cooperação entre a universidade, o meio empresarial e a sociedade. Isto pode ser feito através de laboratórios, consultorias, acessórias, planejamento e desenvolvimento, extensões entre outros serviços. (GOEBEL, MIURA, 2004 p.40).

A pesquisa de campo e documental demonstra a partir da análise do Quadro 2 a ocupação dos bairros onde as instituições objeto de estudo estão localizadas.

Nº RG	Bairro Localidade	Nº Quarteirões	Nº Imóveis	Nº Residências	Nº Comércio	Nº P.E.	Nº. Outros	Nº Imóveis Fechados	Nº Habitantes
382	Gerson Baduy	18	108	41	1	-	19	13	89
338	Tupã	47	644	333	11	-	49	66	743
344	Universitário	58	1427	1056	24	3	256	256	2484
TOTAL		**123**	**2179**	**1430**	**36**	**3**	**324**	**335**	**3316**

Quadro 2: Reconhecimento geográfico por bairros.

Fonte: Dados extraídos de relatório da Secretaria Estadual de Saúde, 2017.

Na análise do bairro universitário, percebe-se uma dinâmica próxima, com indicadores de 82% de ocupação dos imóveis, onde 74% destes representam os residenciais e 1,68% os comerciais. O indicador que demonstra alguma diferença é em relação á ocupação dos espaços por imóveis com edificações, que se aproxima de 75%. Considerando a localização dos bairros dentro da área urbana de Ituiutaba é interessante ressaltar que o bairro universitário está próximo da área central da cidade, com acesso a comércio e serviços que não são encontrados no próprio bairro, o que não acontece nos bairros Gerson Baduy e Tupã.

Nos bairros Gerson Baduy e Tupã, onde se encontra a UFU há um número relativamente baixo de habitantes, em relação ao total geral da cidade, ocupação de 89% dos imóveis, com destaque para o fato de que residências e comércio correspondem a 51,3% do total de imóveis, o que leva a considerar que metade da área é constituída de imóveis sem edificações, caracterizando espaços ociosos, sem ocupação funcional o que pode ser visualizado na figura 4. Chama atenção o número de estabelecimentos comerciais nos dois bairros que corresponde a 1,59% dos imóveis.

Figura 4: Vista aérea da localização do FACIP – UFU Campus Pontal.

Autora: Raquel Balli Cury

Fonte: Acervo pessoal (2017).

Considerando-se as datas de criação dos bairros, Tupã (1970), Universitário (1978) e Gerson Baduy (2010) e também as datas de fundação das instituições pesquisadas, como pontos de contraste entre os dois espaços podemos aferir que o bairro universitário abriga desde sua fundação instituições de ensino superior e demonstra um crescimento muito superior ao bairro Tupã, que passou a abrigar a instituição de ensino superior somente no período de 2006 a 2011, compreendendo o início das obras e a inauguração do campus. Deste modo, mesmo que lento e com base em dados gerais podemos afirmar que a instalação de pólos universitários gerou crescimento das áreas, o que não chega a ser desenvolvimento, uma vez que não é percebido o aumento da oferta de bens e serviços nessas regiões, o que geraria empregos, desenvolvimento econômico e social.

Considerações finais

A cidade de Ituiutaba ao longo de sua trajetória histórica teve seu desenvolvimento urbano, humano e econômico impulsionado por diversos fatores, sendo eles as atividades de rizicultura, industriais e serviços.

Na primeira década do século XXI, com a implantação das universidades públicas FACIP-UFU-Campus Pontal(2006) e UEMG-Unidade de Ituiutaba(2014) observamos uma reestruturação urbana e da cidade, as IES consideradas como força aglutinadora de pessoas e capitais, geram crescimento do setor de serviços, melhoria dos equipamentos urbanos, dinamizam o mercado local, polarizam forças complementares evidenciando as atividades econômicas, culturais, sociais, politicas que possibilitarão a longo prazo, constituir a base econômica em torno da qual se organizarão as atividades urbanas agregando homem e seu fazer sobre o espaço urbano transformando a cidade, gerando desenvolvimento.

No entanto, é importante ressaltar, que ainda há muito por fazer, sendo assim se faz necessário estabelecer uma comunicação mais eficiente entre a Universidade, comunidade e o poder público local, com a finalidade de juntos estabelecerem um planejamento que possibilite pensar a cidade como um espaço a ser produzido em benefício de todos.

Referências

BADUY, A. Antônio Baduy: Um pioneiro da Indústria Ituiutabana. In: Revista Acaica. Edição Comemorativa. Ituiutaba (s.d). p.85-87.

BRASIL. PNE – Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001. *Aprova o Plano Nacional de Educação*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br >. Acesso em: 03 jan. 2017.

CHAVES, P.R. *O vale da fartura*. Ituiutaba, 1985. p.23-27.

CORREA, J. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1986. 94p.

FÁVERO, M.L. Ensino superior, universidade e a nova LDB: encaminhamento de questões. *Em Aberto*, v.7, n.38, 1998.

GOEBEL, M. A.; MIURA, M.N. *A universidade como fator de desenvolvimento*: o caso do município de Toledo-PR. Universidade Estadual do Oeste do Paraná,2004. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br>. Acesso em: 10 mai. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades:* Ituiutaba. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em: 15 jun. 2017.

ITUIUTABA. PDME - Lei nº 4.368. De 17 de Julho de 2015. *Aprova o Plano Decenal Municipal de Educação de Ituiutaba*. Disponível em: <http://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-2015/lei-n-4.368/view>. Acesso em: 23 set. 2016.

NASCIMENTO, P. A. G. do; MELO, N. A. de. Ituiutaba (MG): os agentes econômicos e a (re)estruturação da cidade na rede urbana regional. *Horizonte Científico*, v. 4, n. 1, 2010.

OLIVEIRA JR., A. de. A universidade como polo de desenvolvimento local-regional/The university as a center for local-regional developing - DOI 10.5752/P. 2318-2962.2014 v24nespp1. *Caderno de Geografia*, v. 24, n. 1, p. 1-12, 2014. ISSN 0103-8427

PEREIRA, S. R. N. et al. Educação como expressão da centralidade em Guanambi-Bahia: o papel das instituições de ensino superior. *GeoTextos*, v. 10, n. 2, 2014.

PEREIRA, Ana Rúbia Muniz dos Santos. *CAMPUS PONTAL DA UFU: Espaço socialmente produzido a partir das políticas de expansão do acesso ao ensino superior*. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba (MG), 2018.

REVISTA ACAICA. Edição Comemorativa. Ituiutaba (s.d). 236p.

ROLIM, C.; SERRA, M. Universidade e Região: ser da região x estar na região. *Anais*. 7º Congresso Ibérico de Estudos Africanos, Lisboa, 2010.

SILVA, O. T. da. O conceito de centro e centralidade como um instrumento de compreensão da realidade urbana. In: *Simpurb2013: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana*. UERJ: Rio de Janeiro (s.n), 2013. p.02-18.

CAPÍTULO 6
O DELINEAR DO POTENCIAL PAISAGÍSTICO NA COMPLEXIDADE DAS ÁREAS RURAIS

Cristiane Dambrós

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

Introdução

Este texto tem como finalidade contribuir com reflexões acerca das transformações, da complexidade e da multifuncionalidade paisagística. Para a realização deste estudo foi necessário à estruturação metodológica a partir da compilação de outras três: Multifuncionalidade da Paisagem, Sistema GTP (Geossistema/Território/Paisagem) e Sistema de Agricultura.

Sua importância para a Geografia e outras áreas de interesse, está no exercício teórico-metolodógico que visa à compreensão, a partir de uma análise transversal, a organização da paisagem em pequenas propriedades rurais. Sendo a abordagem sistêmica o suporte para o entendimento das metodologias sintetizadas e construção de uma nova conjectura metodológica, capaz de identificar e explicar as múltiplas funções da paisagem nas pequenas propriedades rurais.

A necessidade de pensar a paisagem rural como um sistema, no qual os elementos apresentam-se interligados, nos remete a dialogar o espaço geográfico, a partir de duas áreas da

ciência geográfica, a Biogeografia e Geografia Rural. Este esforço nos remete a reflexões complexas, compostas por fatos físicos, econômicos e socioculturais responsáveis pela heterogeneidade que compõe a paisagem rural.

Há múltiplas maneiras de interpretar a paisagem presente nas propriedades rurais. Referente aos recursos naturais, o interesse está no entendimento dos agricultores quanto à importância e conservação dos recursos hídricos. Destaca-se que outros elementos físicos, além do econômico, social, cultural e político também são importantes e serão considerados na análise e na compreensão dos processos, funcionamento e da evolução do sistema a ser investigado.

Os dados necessários para o estudo foram obtidos através de bibliografias, coleta, sistematização e análises de dados primários (entrevistas por questionário) e dados secundários através de fontes confiáveis. A paisagem é constituída por fatos visíveis e invisíveis, e através dela é possível identificar nas pequenas propriedades rurais e no contexto municipal, parâmetros capazes de compor a reflexão e explicação da complexidade do mundo rural.

A partir destas considerações e acreditando que a análise da paisagem não se constitui em dicotomias, mas em unicidades, contribuindo para o debate acadêmico e civil no que diz respeito à organização do espaço geográfico. Portanto, vislumbrar o desenvolvimento local não é apenas garantir a sustentação de um agricultor, de sua propriedade e sua família, mas também, ao ultrapassar os limites de uma propriedade, dispor de estratégias de planejamento, gestão integrada e participativa contemplando as demandas locais e globais e respeitando a identidade local.

Organização espacial do potencial multifuncional da paisagem em áreas rurais

Destaca-se que o desenvolvimento da abordagem sistêmica através de estudos geográficos abriu portas para a formulação da noção espacial de geossistema (sistemas territoriais ou sistemas geográficos). Muitos são os críticos e as críticas à abordagem sistêmica e ao paradigma holístico, diante disto, é importante salientar que a metodologia proposta não permite o reducionismo e nem o generalismo, ademais, realça as particularidades paisagísiticas indentificadas.

A geograficidade conceituada neste sistema, segundo Rodriguez, Silva e Cavalcante (2007) apresentam os seguintes pontos de vista: Estudo prioritário das relações entre a natureza, a sociedade e a economia; Análise da forma geográfica de movimento da matéria; Subordinação a objetos geográficos determinados (bacias, cursos d'água, vertentes, etc.); Submissão ao espaço e ao território (de caráter multidimensional). (RODRIGUEZ, SILVA, CAVALCANTE, 2007).

Assim, das propostas metodológicas que serão analisadas, duas são genuinamente geográficas e uma é interdisciplinar, com base teórica na Teoria dos Sistemas Gerais e/ou na abordagem sistêmica. Estamos nos referindo ao Sistema GTP, ao Sistema da Agricultura e a multifuncionalidade da paisagem. Em suma, a construção metodologica, tem carater interdisciplinar, mas com um elemento confluente: a paisagem seja ela natural e/ou cultural.

A contribuição do Sistema da Agricultura é obter informações mais detalhadas da propriedade (relações internas e externas), produção e produtividade. O método de aplicação é multiescalar, ou seja, pode variar desde uma propriedade rural

até a escala mundial; neste sentido, devem-se valorizar no primeiro caso as informações levantadas, principalmente, a partir de trabalhos de campo. Já no segundo será necessária a utilização de dados censitário-estatísticos. O sistema da agricultura, então, é constituído por três subsistemas internos: social, funcional e de produção. Circundado por quatro subsistemas externos: econômico, ecológico, demográfico-cultural e político (DINIZ, 1984).

Considerando que o desvendar do espaço geográfico é "complexo e indefinível demais para ser apreendido a partir de um único conceito e de um único método" (BERTRAND, BERTRAND, 2007, p. 284), o sistema GTP apresenta-se como uma estratégia interativa e tridimensional, levando em consideração o tempo e o espaço. Onde, o Geossistema é o tempo do natural, o território é o tempo histórico, social, econômico e político e a paisagem é o tempo do cultural, do atual, das diferentes temporalidades da representação (BERTRAND, BERTRAND, 2009).

Neste sentido, a paisagem não é a simples adição de elementos geográficos distintos. Isto é, em certa porção do espaço, o resultado da combinação dinâmica, portanto instável, de elementos físicos, biológicos e antrópicos que reagindo dialeticamente, uns sobre os outros, fazem da paisagem um conjunto único e indissociável em perpétua evolução (BERTRAND, 1971).

Para Ab'Saber (2003) a paisagem é sempre definida como uma herança: herança de processos fisiográficos, bioclimáticos e biológicos de atuação antiga, que sofreram transformações devido a processos recentes; e, herança das sociedades que, historicamente, ocuparam-na sob a condição de territórios de atuação.

O estudo da paisagem e suas múltiplas funções ocorrem através da abordagem territorial, o que possibilitará modelar as unidades de paisagem (FERNANDES et al., 2005). Assim, compreender a organização do espaço e indicar possíveis ações para construção de cenários e proposição de planejamento e gestão multifuncional do espaço (GUIOMAR et. al., 2008).

Para Guiomar et al. (2008), o estudo da multifuncionalidade desencadeia em uma importante ferramenta na tomada de decisão, no que tange a sustentabilidade territorial, pois se vislumbra melhorias socioeconômicas conjugadas à conservação dos recursos naturais. Portanto, promove o desenvolvimento socioeconômico das populações rurais, bem como a recuperação e a proteção do patrimônio paisagístico.

Ao analisar a relação entre as metodologias, a partir da abordagem sistêmica, o Sistema GTP busca o entendimento da globalidade de determinado espaço geográfico e possibilita a inclusão de vários de elementos, tanto naturais, como sociais, econômicos e culturais, além de agregar diferentes metodologias. A importância de agregar o Sistema da Agricultura ao estudo deve-se a capacidade de verificar variáveis com foco principal na agropecuária e que interferem de forma direta na produção e produtividade agropastoril, dinamizando a paisagem local.

A multifuncionalidade da paisagem é uma metodologia multidisciplinar, não apenas aplicada na geografia, bem como na sociologia, economia, turismo, gestão entre outros e, têm como sujeito de análise a paisagem. Na Europa, os estudos direcionados a esta proposta, apresentam como meta o desenvolvimento territorial a partir de zoneamento de aptidões. No Brasil, a multifuncionalidade foi mais trabalhada no âmbito de propriedade rural, apenas recentemente está se pensando sob

uma perspectiva que ultrapasse os limites de uma propriedade e abranja o contexto paisagístico que determinada propriedade rural está inserida.

Têm-se como base teórico-metodológica o sistemismo, para a determinação da organização espacial do potencial multifuncional da paisagem em áreas rurais. Logo, considera-se que é possível culminar a proposta metodológica em um modelo de organização espacial, capaz de identificar o potencial multifuncional da paisagem. E esta, é condicionada por variáveis exteriores como, por exemplo, as políticas de governo, de estado e internacionais, além de ações locais, configuradas pela ação de capital social e aplicação de políticas públicas (Figura 1).

Ainda que se busque a interpretação e compreensão de forma global, as variáveis foram divididas em três dimensões (subsistemas), visando facilitar sua análise: a dimensão ambiental, dimensão histórico-cultural e paisagística e dimensão socioeconômica e demográfica, tornando possível a síntese e a reflexão dos dados, passíveis de modelagem e simulação dos fenômenos, a partir da justaposição de informações.

A aplicação empírica do método foi nos municípios de Brotas e Rios Claro, ambos localizados na região central do estado de São Paulo (Figura 2). O município de Brotas abrange uma área de 1.101,384 km^2 e Rio Claro 498,422 km^2, estando distante de 235 km e 190 km, respectivamente, da capital paulista. A população nos municípios, respectivamente, é de 21.580 e 186.253 habitantes (IBGE, 2010), com estimativa de crescimento de 6,39% em Brotas e de 5,67% em Rio Claro.

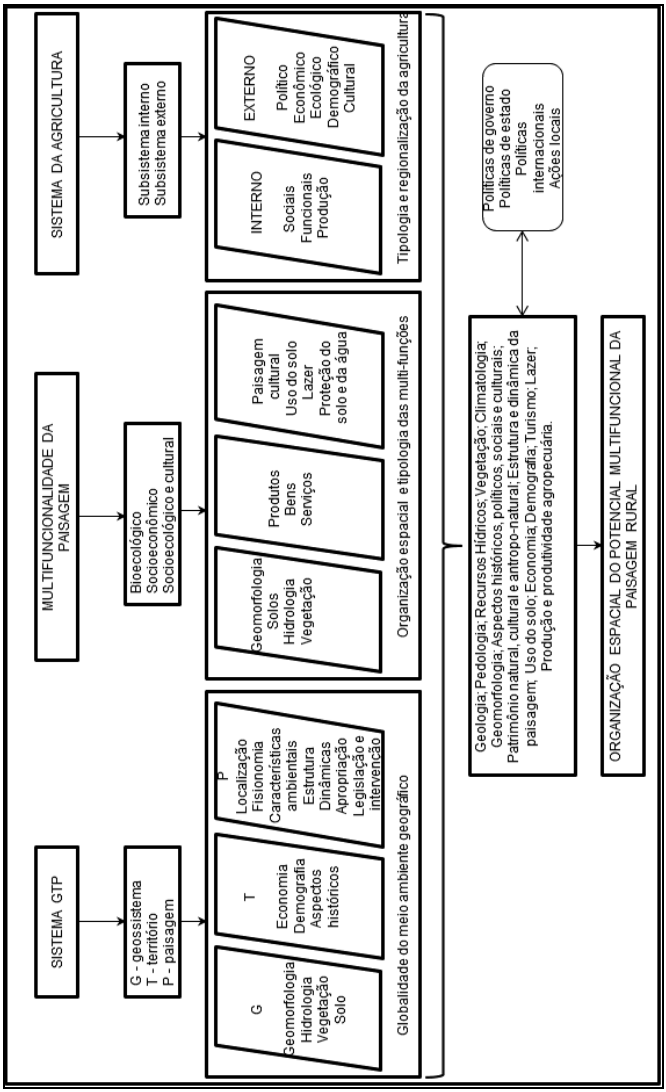


Figura 1: Sistematização da proposta metodológica apresentada neste texto.

Fonte: Dambrós, 2016.

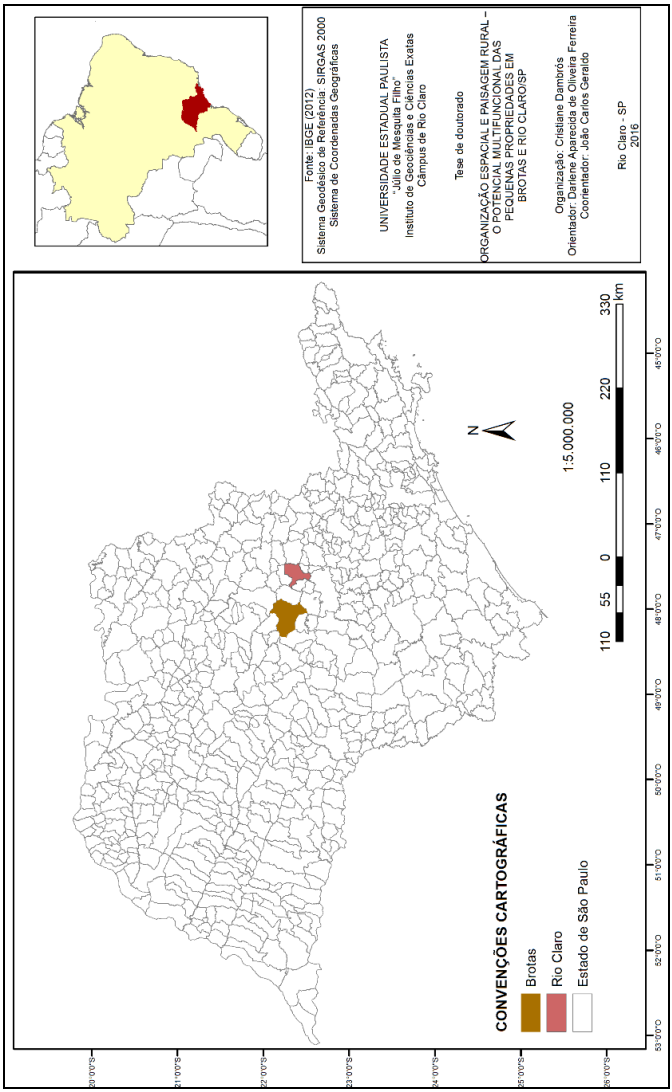


Figura 2: Localização dos municípios de Brotas e Rio Claro no estado de São Paulo.

Fonte: Dambrós, 2016.

Brotas e Rio Claro seguem as características regionais com economia agrícola baseada na produção canavieira e pecuária, com destaque a Usina Paraíso Bioenergia em Brotas. Produção esta se intensificou após a crise do café, porém foi a partir da década de 1950 que começa a se desenvolver a produção de citros no interior paulista, mais precisamente em Limeira, conquistando logo mais produtores da região. Cultivo este que gerou divisas tanto para Brotas como para Rio Claro. Após 2005, com o incentivo de políticas que fomentam a produção de biodiesel a cana-de-açúcar vem ganhando a cada dia mais espaço e expressões para caracterizá-la como "mar de cana" ou "deserto verde" (Tabela 1).

	Cana de açúcar					
	1995/1996			2007/2008		
Município	Nº de UPAs	Média (ha)	Total (ha)	Nº de UPAs	Média (ha)	Total (ha)
Rio Claro	400	28,95	11.578,8	451	31,3	14.114,0
Brotas	324	43,71	14.162,0	353	68,0	24.010,3

Tabela 1: Dados da produção canavieira, em dois períodos distintos, nos municípios de Brotas e Rio Claro/SP.

Fonte: LUPA/CATI, 2007/08.

A substituição dos pomares de citros pela cana-de-açúcar deve-se à valorização do preço da cana e queda dos preços do citro, agregado a isto está o *greening* (pior doença de citros no mundo e que ainda não tem cura). Além do assédio por parte das

usinas que demandam de matéria-prima e em muitos casos sua capacidade máxima ainda está longe de ser alcançada.

A silvicultura também se destaca nos municípios de Brotas e Rio Claro, com o plantio, principalmente de eucalipto. Neste caso, não destacamos apenas a área silvícola no município de Rio Claro, mas ressalta-se no número de UPAs de até 50 ha que plantaram eucaliptos em sua propriedade. A silvicultura ocorre em sua maior parte nas grandes propriedades e é realizada em áreas onde há ganhado em relação produtividade ou custo-benefício do que antes era realizado no local.

A silvicultura nas pequenas propriedades rurais tem como fator principal, o aumento do número de propriedades abandonadas pelos proprietários que buscam na cidade um novo lugar para morar ou pela saída dos filhos da propriedade. Neste sentido, para não deixar a terra ociosa, buscam nesta prática à obtenção de lucro, pois é uma atividade que necessita de baixa mão de obra e nenhum cuidado após os primeiros estágios de crescimento.

Atualmente, além da atividade canavieira identificamos em Brotas deve-se incluir a produção de café, laranja e milho, além de atividades ligadas ao turismo (rural, de aventura, ecoturismo, gastronômico, etc.). Por outro lado, Rio Claro destaca-se no número de propriedades em estado de abando, bem como no elevado número de estabelecimentos industriais tanto na área urbanizada, como na área rural, por exemplo, a mineração de calcário e argila, esta servindo como matéria-prima para a indústria cerâmica. Na Figura 3 é possível observarmos uma propriedade abandonada, com vestígio de uma antiga olaria familiar, devido à presença de duas chaminés em ruínas.

Figura 3: Ruínas e abandono de uma propriedade rural, com vestígios de uma olaria no município de Rio Claro/SP.

Fonte: Dambrós, 2014.

Segundo a classificação realizada por Ab'Saber, os municípios de Brotas e Rio Claro, encontram-se no Domínio morfoclimático e fitogeográfico de Mares de Morros. Caracterizada por abrigar a floresta latifoliada tropical (Mata Atlântica), ter um relevo pouco acidentado, no formato mamelonar, quanto ao clima predominantemente clima tropical quente e úmido, caracteriza por um período de estiagem e outro chuvoso e quanto aos aspectos geomorfológicos se destacam na paisagem desses municípios as Cuestas Basálticas e a Depressão Periférica.

Sistematicamente a organização espacial de um determinado lugar, há interdependência entre aspectos naturais

com a forma de uso e a identidade cultural de uma população que passa a habitá-lo. Ou seja, é necessário que os habitantes conheçam o lugar onde residem como forma de garantir a reprodução da família e a conservação dos recursos naturais. Isso foi observado nas entrevistas realizadas com pessoas que originariamente residiam em outros estados brasileiros, nestes casos a estruturação da propriedade distingue-se dos demais nascidos na região.

Pensar o uso equilibrado de um recurso natural é buscar a conservação ambiental, o desenvolvimento econômico e a equidade sociocultural. Isso só será possível através da educação e de políticas de estado, que possam auxiliar nas mudanças culturais de uma sociedade. No Brasil, o cumprimento da legislação, se fiscalizadas e obedecidas, em médio e longo prazo, irá corroborar tanto no uso sustantável dos recursos naturais, bem como, maior retorno em termos econômicos.

Considerações finais

Em concordância com Bertrand, Bertrand (2009) o espaço rural é organizado pela produção e produtividade agropecuária e pelos grupos humanos, além das condições físico-naturais (geomorfológica, pedológica, hidrológica, climática e biogeográfica). Portanto, os aspectos físico-naturais, juntamente com os aspectos socioeconômicos, históricos e culturais, constituem a organização espacial do pontencial multifuncional da paisagem em áreas rurais.

A partir deste ponto de referência, estabeleceram-se cenários paisagísticos das zonas rurais de Brotas e Rio Claro/SP. Os indicadores correspondem à classificação com base: na

produção, produtividade, densidade populacional e atividades dos proprietários e família. Estes indicadores classificaram-se em: propriedades agropastoris, propriedades multifuncionais e áreas sem uso ou com vegetação nativa.

Cada vértice corresponde de 0 a 100% em cada propriedade, por exemplo, uma propriedade que se apresenta 100% agropastoril corresponde a 0% para os outros indicadores. O indicador vegetação nativa ou sem uso corresponde às propriedades rurais que não mais apresentam atividades sociais e/ou agrícolas, o indicador agropastoril corresponde a propriedades rurais que apresentam atividades sociais e agropecuárias, porém de forma desequilibrada quando relacionada aos aspectos ambientais. E, as propriedades caracterizadas como multifuncionais não apenas nas atividades agropecuárias, mas multifuncionais no que se refere à paisagem em que esta propriedade está localizada (figura 4).

Figura 4: Pequena propriedade rural multifuncional no município de Brotas/SP.

Fonte: Dambrós. 2014.

Considera-se como cenário ideal de uma propriedade, é que tenha pelo menos 80% do que a compõe caracterizada como multifuncional. Logo, construiu-se cenários atuais para Brotas e Rio Claro, também foi possível estimar cenários futuros, através da análise de tendência por regressão linear para um período de tempo de 10 anos (Gráficos 1, 2 e 3).

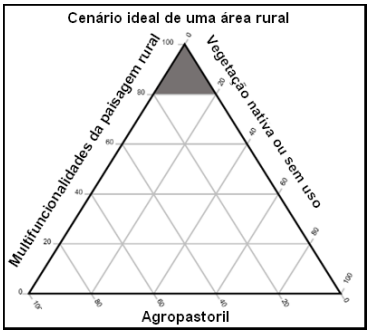


Gráfico 1: Cenário paisagístico ideal para áreas rurais.

Fonte: Dambrós, 2016.

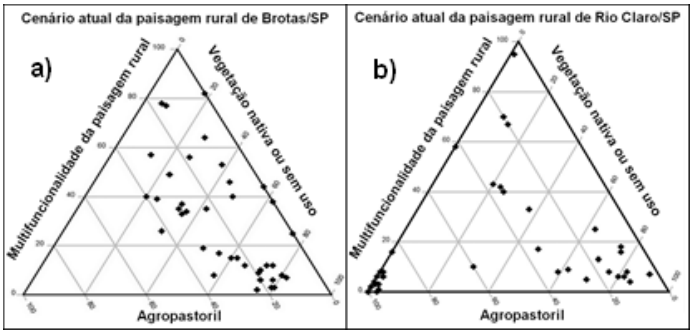


Gráfico 2: Cenário atual da paisagem em áreas rurais nos municípios de a) Brotas e b) Rio Claro.

Fonte: Dambrós, 2016.

Brotas, no cenário atual, apresenta características bastante interessantes. Há várias propriedades que mesclam algumas carcterísticas, destaca-se que há propriedades com percentual acima de 60% referente a multifuncionalidade e que preocupam-se em conservar ou restaurar a vegetação nativa. Já para o cenário futuro, as alterações estarão no aumento do número de propridades multifuncionais devido as políticas de incentivo e a pressão turística no município. A permanência de propriedades agropastoris está condicionada as características histórico-cultural da região, principalmente a área que corresponde a Depressão Periférica Paulista.

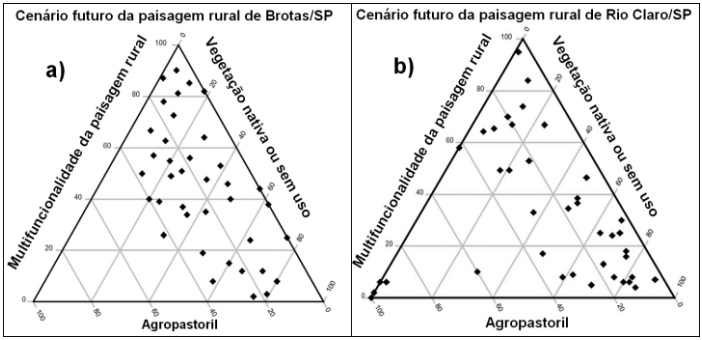


Gráfico 3: Tendência do cenário futuro da paisagem em áreas rurais nos municípios de a) Brotas e b) Rio Claro.

Fonte: Dambrós, 2016.

Em Rio Claro, o uso agropastoril é muito mais intenso e presente. Este condicionante favorece a diminuição da qualidade ambiental, maior parte das propriedades apresentam-se sem uso. Para o cenário futuro, apresenta-se um leve aumento no número de propriedade sem uso, mas a maior mudança está nas propriedades com alto índice agropastoril tenderem à multifuncionalidade. Este panorâma se instala devido a

necessidade de obtenção de renda, além de ampliarem a participação em políticas de fornecimento de alimento para abastecimento de mercados, escolas, presídios, famílias carentes, entre outros.

Portanto, pensar a organização do espaço a partir de cenários, possibilita compreender a multifuncionalidade da paisagem em áreas rurais de Brotas e Rio Claro, e a tendência para 10 anos, auxiliando na elaboração de planos de ações que possam realmente resultar no desenvolvimento local, a partir da valorização paisagística dos municípios.

Por fim, elaborou-se um mapa síntese, sobrepondo aspectos físicos, uso do solo e localização das propriedades a fim de refletirmos as prioridades para a evolução positiva deste sistema (Figura 5).

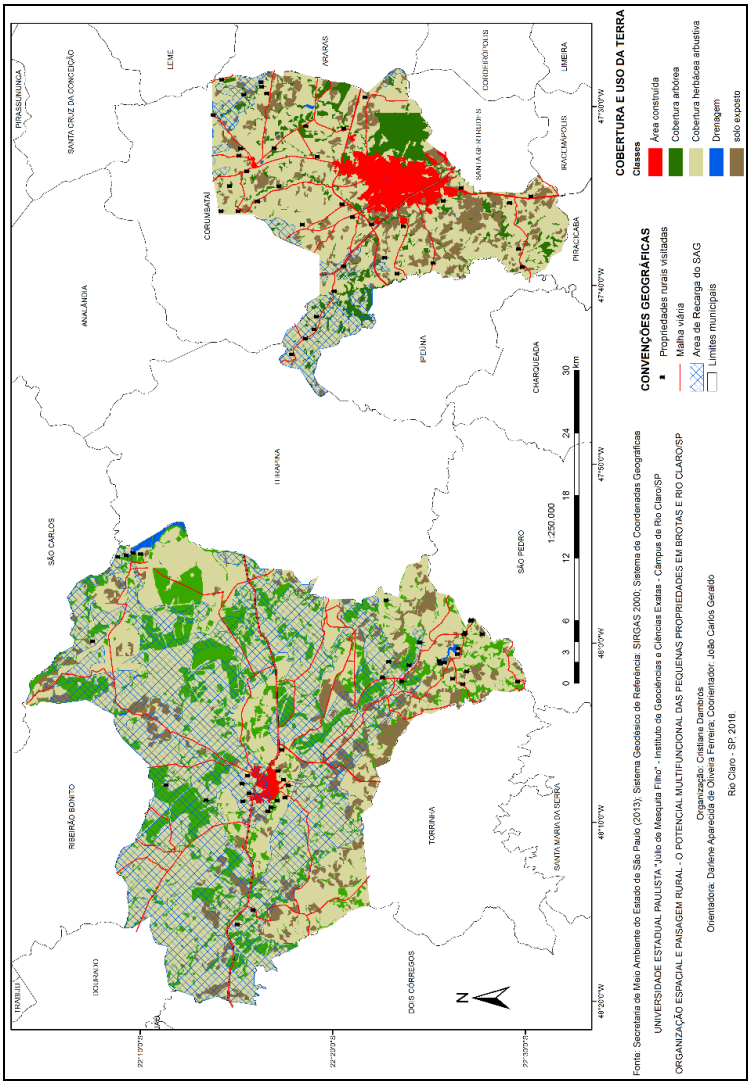


Figura 5: Mapa síntese dos municípios de Brotas e Rio Claro/SP.

Fonte: Dambrós, 2016.

Ao finalizar este trabalho, acreditamos que foi possível demonstrar a importância da abordagem sistêmica e como está evoluindo no debate teórico-metodológico. Diante disto, é importante salientar que, esta proposta metodológica não está finalizada, este trabalho é apenas o ponta pé inicial para muitos estudos futuros e aprofundamento teórico. Portanto, nosso sentimento é de que estamos engatinhando na colaboração teórico-metodológica para a Ciência Geográfica brasileira, em especial a fusão de elementos de Biogeografia e Geografia Rural para estudos da paisagem.

Referências

AB'SABER, A. N. *Os domínios de natureza no Brasil*: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BERTALANFFY, L. V. *Teoria Geral dos Sistemas*. Tradução: Francisco M. Guimarães. 2ª ed. Petrópolis: Ed. Vozes; Brasília, INL,1975.

BERTRAND, G. *Paisagem e geografia física global: esboço metodológico*. Caderno de Ciências da Terra, n. 13, p. 1-27, 1971.

BERTRAND, C.; BERTRAND, G. Uma Geografia transversal e de travessias: o meio ambiente através dos territórios e das temporalidades. Tradução: Messias Modesto dos Passos. Maringa: Ed. Massoni, 2009.

BUCIAK, R.; PIENIĄŻEK, M. Spatial classification of rural areas in Poland. *Geographia Polonica*, Vol. 85 No. 1. 2012. p. 57-66.

CHRISTOFOLETTI, A. *Análise de Sistemas em Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1979.

DAMBRÓS, C. *Organização Espacial e Paisagem Rural*: o Potencial Multifuncional das pequenas propriedades em Brotas e Rio Claro/SP. 2016. 192 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Rio Claro/SP. 2016.

DIAS, J.; SANTOS, L. A paisagem e o geossistema como possibilidade de leitura da expressão do espaço sócio-ambiental rural. *Confins*, número 1, 2º semestre, 2007.

DINIZ, J. A. F. *Geografia da Agricultura*. São Paulo: DIFEL, 1984.

FERNANDES, J. P.; GUIOMAR, N.; SOARES, A. P. Geometries in Landscape Ecology. *Anais...* European IALE Congress: Landscape Ecology in the Mediterranean – Inside and Outside Approaches, Faro. 2005.

GALVÃO, M.J.; VARETA, N.D. A multifuncionalidade das paisagens rurais: uma ferramenta para o desenvolvimento. In: FERNANDES, J.R. (Org.). *Cadernos de Doutoramento em Geografia*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2010.p.61-85.

GUIOMAR, N.; FERNANDES, J. P.; NEVES, N. Modelo de análise espacial para avaliação do carácter multifuncional do espaço. Faro, Universidade do Algarve, III Congresso de Estudos Rurais, *Actas...*, Faro. 2008. P 1-13.

MONTEIRO, C. A. de F. *Geossistema*: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2000.

NAVEH, Z.; LIEBERMAN, A. S. *Landscape ecology*: theory and application. New York: Springer-Verlag. 1984.

_____. Introduction to the Theoretical Foundations of Multifunctional Landscapes and their Application in Transdisciplinary Landscape Ecology. In.: BRANDT, J.; TRESS, B.; TRESS, G. (org.) *Multifunctional Landscapes*: Interdisciplinary Approaches to Landscape Research and Management. Centro de Pesquisa em Paisagem: Roskilde, Dinamarca. 2000. p. 27-43.

OECD. *Multifunctionality*: Towards an Analytical Framework. Organization for Economic Cooperation and Development, Paris. 2001. Disponível em: <http://www.oecd.org/dataoecd/ 43/31/ 1894469.pdf>.

OLIVEIRA, R.; D'ABREU, A. C.; SANTOS, J. C. Que multifuncionalidade? Uma abordagem aplicada ao ordenamento e gestão da paisagem. *Anais...* III Congresso de Estudos Rurais, Faro, Universidade do Algarve, 1-3, nov. 2007 - SPER / UAlg, 2008, CD-ROM.

RODRIGUES, A. M. A abordagem ambiental unificada as Geografias? In: MENDONÇA, F.; SAHR, C. L. L; SILVIA, M. da. *Espaço e Tempo*:

complexidades e desafios de pensar e do fazer geográfico. Curitiba: ADEMAN, 2009. p. 166 – 180.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V. da; CAVALCANTI, A. P. B. *Geoecologia das Paisagens*: uma visão geossistêmica da análise ambiental. Fortaleza: Ed. Universidade Federal do Ceará. 2ª edição. 2007.

SANCHEZ, J. B. Conservación de recursos naturales, producción de alimentos y organización campesina. Lima/Peru: CIED, 1989.

SOTCHAVA, V. *O estudo de geossistemas*. Métodos em Questão. São Paulo, n. 16, 1977, p. 1-52.

TROPPMAIR, H. Sistemas, Geossistemas, Geossistemas Paulistas, Ecologia da Paisagem. UNESP, Rio Claro/SP, 2004.

CAPÍTULO 7
UTOPISMO, INSURGÊNCIA E ESPAÇO URBANO: ENTRE O DIREITO À CIDADE LEFEBVRIANO E AS JORNADAS DE JUNHO DE 2013 NO BRASIL

Gustavo Souza Santos

Anete Marília Pereira

Introdução

Junho de 2013 ficou conhecido nos anais da história brasileira como um ano efervescente de mobilizações populares. As Jornadas de Junho caracterizaram uma odisseia insurgente que se difundiu sobre o território nacional de modo espontâneo, volátil, reticulado, solidário e cujas demandas foram tão amplas quanto seu escopo.

Os atos de junho de 2013 foram marcados por uma tríplice dinâmica: espacial, na retomada do espaço urbano com refletância on e off-line como signo de luta; sociopolítica, na mobilização em rede constituída a partir de territorialidades de insurgência; e, anamnésica, com o usufruto da memória como eixo de experiências e expectativas como índice de mobilização.

Tais dinâmicas se distribuíram em manifestações arregimentadas pelas redes sociais e caracterizadas por uma estrutura multiescalar e pluralmente solidária, de modo que motivações locais e regionais se tornaram pleitos fundamentalmente nacionais em um movimento uno e diverso. No escopo amplo de demandas, sonhos sociais flexionados entre

projetos de vida e de país, numa odisseia utópica a aditivar os clamores mobilizados.

A partir do quadro teórico-crítico da tríplice dinâmica das Jornadas de Junho de 2013 no Brasil, reflete-se aqui sua associação à teoria-projeto de direito à cidade, cunhada por Henri Lefebvre, e uma perspectiva de utopismo sobre o espaço urbano como ensejo de devires entre o ser e o agir sociopolítico. Como aporte metodológico à análise aqui empreendida, lança-se mão do discurso midiático, especificamente no exame do conteúdo noticioso de jornais impressos, dada a característica de frescor do tipológico periódico em fornecer o desencadeamento de fatos em contiguidade.

Desse modo, analisou-se aqui notícias dos 3 veículos de maior circulação no período (Folha de S. Paulo, O Globo e Estadão), conforme auditoria do Instituto Verificador da Comunicação (IVC). O período compreendido pela auditoria do IVC foi 2012/2013, cuja cobertura abarca os acontecimentos de junho de 2013. O critério adotado, maior circulação, diz do potencial de cobertura jornalística, maior distribuição nacional e maior número de leitores.

O direito à cidade como pulsão utópica e signo de mobilização

> Epidemia de manifestações tem quase 1 protesto por hora (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8).
>
> Sem a predominância de bandeiras de partidos políticos, sindicatos ou entidades estudantis, os protestos lembraram as grandes mobilizações sociais do passado [...]. A diferença foi a força demonstrada pelas mídias

> sociais, decisivas não apenas para a mobilização como para o registro de cada detalhe em tempo real das manifestações, e a diversidade de palavras de ordem (O Globo, 18 jun. 2013, p. 3).
>
> Mas a epidemia só ganhou força depois do dia 17, ao monopolizar o noticiário das grandes redes de televisão (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8).
>
> Em sintonia com as últimas manifestações do país, brasileiros realizaram protestos ontem nas cidades de Nova York, Montreal, Dublin e Berlim (O Globo, 17 jun. 2013, p. 3).

Junho de 2013 ficou caracterizado por suas jornadas insurgentes que possuíam não apenas uma gramática particular, cujo escopo se amplificou em uma miríade territorializada de demandas, mas ainda por sua estética insurgente multiescalar, reticular e reflectante de modo on e off-line. A pluralidade de vozes se adensou na multiplicidade de atos, cuja riqueza empírica está na dimensão simbólica permeadora e detonadora do intento reivindicatório em uma mobilização popular.

Os atos compreenderam 2,7 milhões de participantes distribuídos em 538 municípios dos 26 estados brasileiros mais o Distrito Federal, com flexões em 73 cidades de 25 países[1] nos 14 dias de manifestações[2]. Os dados revelam que a envergadura das jornadas tinha característica territorial, ao cobrir não só o

[1] Conforme apuração de <http://g1.globo.com/brasil/protestos-2013/infografico/platb>. Acesso em: 30 ago. 2018.

[2] Considera-se o período de 16 a 30 de junho de 2013 como a duração do que se conheceu como Jornadas de Junho em um movimento coeso. Atos anteriores ou subsequentes possuíram abordagens diferentes, embora imbuídas dos reflexos desse período específico.

espaço nacional como brasileiros residentes em outros países, e multiescalar pela difusão em proporções crescente e geométrica.

O movimento surgiu particularizado, tendo a metrópole paulistana como palco e epicentro para a odisseia volátil, espontânea, difusa e reticulada que o caracterizou. Os signos, fixos e fluxos urbanos foram reelaborados em uma tríplice dinâmica: espacial, sociopolítica e anamnésica. Tal dinâmica e sua tessitura conferiram aos eventos de junho de 2013 uma gramática e uma estética particulares na produção de movimentos sociais.

O noticiário dava conta de uma difusão adjetivada como epidêmica, cujo controle é dificultado por uma organização comunicacional voraz. Os intentos do Movimento Passe Livre (MPL) não eram novos, sua militância em torno da mobilidade urbana em grandes centros já era fatídica. Todavia, a carga reivindicatória em torno da negociata malsucedida entre prefeitura e militantes pelo aumento da passagem de ônibus deflagrou uma onda mobilizada.

A convocatória às ruas com o conclame "vem pra rua"[3] foi aditivada por cartazes, gritos e a ocupação de vias e espaços públicos em uma onda cidadã com pulsão insurgente que se alastrava pelas rugosidades de cidades de pequeno, médio e grande porte, não sendo prerrogativa neural ou orgânica dos grandes centros. O espaço foi retomado em comparação ao

[3] A expressão "vem pra rua" tornou-se etiqueta poética das manifestações. Sua origem é decorrente de uma campanha publicitária da empresa automobilística Fiat para a Copa das Confederações, onde a convocatória das ruas possuía a conotação de torcer pela seleção brasileira de futebol. Conferir: <https://www.youtube.com/watch?v=3AFMybxWiF0>. Acesso em: 15 set. 2018.

movimento dos caras-pintadas[4], distante temporalmente em 20 anos.

Ruas, praças, arredores de instituições de governança, representações verticais do poder econômico, monumentos, vias e fluxos sanguíneos das cidades ocupados como sinal de participação sociopolítica e exercício citadino. Simultaneamente, fluxos e fixos recombinados como signos de insurgência. Esse mecanismo se reproduziu em ondulações por todos os estados do país, de modo reticulado e multiesclarar (SANTOS; CUNHA, 2018b).

As manifestações de junho de 2013 se deram na particularidade da irradiação insurgente sem marcadores organizacionais específicos, embora os intentos do MPL constituíssem a fagulha detonadora do movimento. Apropriando-se da metáfora manifestante, o gigante acordou em um processo de capilaridade escalar, tendo ressonância territorial solidária (SANTOS; CUNHA, 2018c). A isso, se destaca o aporte das redes sociais, arregimentadoras do processo.

> O papel das redes sociais (Facebook e Twitter) foi decisivo para a articulação dos discursos e para divulgar hora e local dos protestos (Estadão, 30 jun. 2013, p. 8).
>
> [O Globo:] Os protestos no Brasil não tinham líderes. Isso é uma qualidade ou um defeito? [Castells:] "Claro que é uma qualidade. Não há cabeças para serem cortadas. Assim, as redes se espalham e alcançam novos espaços na internet e nas ruas. Não se trata, apenas, de redes na internet, mas redes presenciais" (O Globo, 30 jun. 2013, p. 17).

[4] Movimento estudantil que se tornou vitrine dos atos de pedido de impeachment do ex-presidente Fernando Collor de Melo, no Brasil.

> Um grupo de jovens passou a madrugada de ontem acampados na Avenida Delfim Moreira [...]. Na pauta do protesto, melhorias em saúde e educação, crítica ao alto investimento para a Copa e a defesa da CPI do transporte público (Estadão, 23 jun. 2013, p. 10).
>
> "Diálogo é um passo importante, mas sem ações concretas, não existe avanço", disse uma das líderes do movimento (Estadão, 25 jun. 2013, p. 6).

O formato dos atos possuía a estética plausível de qualquer manifestação de natureza insurgente. No entanto, sua produção foi particularizada pelo modo como se organizou, espontaneamente e um movimento reticulado pela solidariedade territorial - onde os contextos pluralizados do território nacional guardam experiências e expectativas comuns de um único espaço nacional - e pelas redes de comunicação, via meios tradicionais e por meio da comunicação alternativa de redes como Facebook e Twitter.

Nesse sentido, o movimento que já possuía a aquiescência reivindicatória e, logo, o conteúdo sociopolítico para se processar, passou a se dotar de flexões e extensões de escala ampliada. Os signos, sentidos e mobilizações produziram uma ativação territorial solidária, onde dores e contextos de localidades remotas se interpolavam, gerando identificação e territorialidades de insurgência (SANTOS; CUNHA, 2018a).

A contiguidade e a aparente indivisibilidade dos atos era paradoxalmente acompanhada pela pluralidade horizontal de demandas, clamores e contextos com os quais eram vocalizadas. O tema desencadeador de transporte público se metabolizou em diversas outras pautas que compõem as estruturas do país e que se imiscuem ao cotidiano dos sujeitos presentes nas ruas e que assentiam aos atos.

> As manifestações que levaram milhares de pessoas às ruas do país, tinham reivindicações sociais diversas (saúde, educação, transporte), além de críticas contra a corrupção [...] (Estadão, 21 jun. 2013, p. 18).
>
> Nos protestos, os pedidos de reforma do sistema de representação se misturam aos cartazes defendendo transporte mais barato, melhorias na saúde e na educação, transparência nos gastos públicos e combate à corrupção (Estadão, 24 jun. 2013, p. 7).
>
> As manifestações que levaram milhares de pessoas às ruas do país, tinham reivindicações sociais diversas (saúde, educação, transporte), além de críticas contra a corrupção e um grito de guerra em comum: "Sem partidos" (Estadão, 21 jun. 2013, p. 18).
>
> O sentimento antipolítica não se restringia aos políticos, mas mirava em líderes do Executivo e Legislativo em todo o país (Estadão, 21 jun. 2013, p. 18).
>
> "Calado não se muda nada". [...] "Muita coisa para melhorar". [...] "Tarifa foi só uma gotinha no oceano". [...] "As coisas têm de mudar neste país". [...] "Eles não estão nem aí para a gente" (Estadão, 21 jun. 2013, p. 19-20).
>
> Atos retratam divórcio entre povo e Estado (Estadão, 22 jun. 2013, p. 16).

Embora, a temática do fato que foi o epicentro das manifestações fosse bastante definida, isto é, a mobilidade urbana e nela o transporte público do cidadão médio, pautas que refletem o arrocho social estavam presentes: saúde, educação, representação, transparência e corrupção. Direitos sociais e civis combinados em reivindicações politizadas, ao passo que com clamor popular livre e repetidamente declarado como apartidário e sem bandeiras de grupos de outras naturezas.

No signo da mobilidade urbana e nas vivências usuais e cotidianas do transporte público está a existência deflagrada do cidadão, a construção da cotidianidade por meio do ir e vir, do trabalho, da atividade cidadã, da intersecção dos fluxos (transporte, econômicos, comunicacionais) com a própria realidade pessoal. E isso toca a produção de narrativas pessoais e coletivas, além dos ideários citadinos.

O escopo ampliado do movimento concatenado em pautas plurais e polivalentes sobre a realidade social, econômica e política do país guarda ressonância direta com a percepção de direitos tanto sociais (pelo teor das reivindicações) e civis (pela gradação politizada). Contudo, essa percepção de direitos não se atrela a uma dimensão legalista per si, mas se traduz em visões simultaneamente pessoais e coletivizadas sobre a ordem socioespacial, representada pelas localidades multiescalares.

Essa evocação por direitos, vocalizada em gritos, cartazes e *posts* em "não é por R$ 0,20, é por direitos", clamava por dignidade de vida na clara percepção de direitos conquistados não materializados e letargicamente conservados pela governança pública ou erodida por múltiplos interesses que achincalham o cotidiano do cidadão.

Tal arranjo tornou o objeto definido de pautas em torno do transporte público um signo de insurreição, uma vez que o ir e vir se vê comprometido e embaraçado em seu próprio eixo, paralisando seu pleno desenvolvimento. Assim, uma pauta se torna epicentro para uma miríade sísmica de pautas com endereçamentos diversos deslizando sobre a materialidade das relações, o espaço urbano com seus fluxos e fixos.

Sendo um espaço urbano retomado, ocupado e incorporado como indumentária de protesto, o teor dos atos e

esse construto de percepção-ação em torno de direitos, em cascata, toca uma evocação lefebvriana:

> As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem as necessidades de segurança e de abertura, a necessidade de certeza e necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e de imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo de solidão) e de comunicação, de imediaticidade e de perspectiva a longo prazo. O ser humano tem também a necessidade de acumular energias e a necessidade de gastá-las, e mesmo de desperdiçá-las no jogo. Tem necessidade de ver, de ouvir, de tocar, de degustar e a necessidade de reunir essas percepções num "mundo" (LEFEBVRE, 2016, p. 105).

O postulado lefebvriano se adere à narrativa das Jornadas de Junho na medida em que estas em sua magnitude, estética e gramática próprias não representaram um discurso politizado burocrático, mas um diapasão simbólico ruidoso das pulsões que brotaram do atrito do clamor popular imiscuído em seus espaços situacionais - as vias em que trafegam, os espaços onde trabalham, são representados e gozam de lazer -, tal qual o espaço é substrato, indumentária e projeto de luta.

As alegorias de um gigante que se acorda e o convite fortuito às ruas para a querela tiveram no espaço urbano a caixa de ressonância ideal para que o movimento se tornasse um germe e não um evento lido com a frequente lente utilitarista com a qual os movimentos sociais o são frequentemente. A cidade se tornou então elemento basal de experiências, pois nela estão incrustados os objetos, as funções, os processos e as estruturas (SANTOS, 2002).

Em diálogo com junho de 2013 e Lefebvre (2016), pode-se acrescentar a perspectiva de Milton Santos (2002) ao conceber o espaço e sua dimensão como sistemas interligados de ações e objetos que se desenvolvem como um conjunto indissociável, solidário e contraditório, no qual operam temporalidades. A aquiescência estabelecida nas relações das cidades é derivada dessa perspectiva.

Desse modo, o usufruto do espaço pelos atos aqui sob exame - isto é, as dinâmicas socioespaciais que os caracterizaram - é sincrônico e diacrônico simultaneamente. A vivência do espaço como substrato e relação implica em se articular entre objetos e ações, ou, objetividades e atividades em um quadro único, como completaria Santos (2002).

Esse quadro indissociável, contraditório e solidário de ações e objetos é uma proposição cadente para entender os desdobramentos das dinâmicas das Jornadas de Junho no curso do Direito à Cidade. Já que se quer considerar o espaço aqui como veículo da ação insurgente que está atrelada não só à raiz mobilizadora das manifestações, mas no quadro teórico-crítico do dito lefebvriano. Há uma dimensão politizada que é fruto da vivência do espaço, solidário, dinâmico e contraditório.

Os objetos que designam o espaço não são compulsoriamente a materialidade técnica e domesticada, mas designam instrumentais simbólicos (SANTOS, 2002). Tratam-se de ícones, índices e símbolos incidentes sobre os sujeitos e incorporados em relações objetivas e subjetivas, cuja significação permitem construir a realidade material e imaterial, vertendo sua existência e tecendo os sentidos entre autonomia, alteridade, coletividade, sociedade e, portanto, cidade.

Ruas, monumentos, praças, edificações, a planificação viária e a infraestrutura urbana afugentam o ideário utilitário e cinza do espaço urbano. Nos tipológicos materiais está experiência de significação cotidiana, nas quais o trivial das atividades de trabalho, as narrativas pessoais, as relações interpessoais e toda a manufatura humana se entrecruzam e catalisam os sentidos coletivos da urbe.

É nesse espectro que as ações se inserem. São atos, eventos e movimentos desdobrados em práticas e projetos. A existência humana em si é uma ação desencadeadora de novas ações. A coletividade das relações urbanas é promovida pela articulação prática, simbólica, objetiva e subjetiva de uma série de ações que guardam propósito e efeito.

Assim:

> A ação é o próprio do homem. Só o homem tem ação, porque só ele tem objetivo, finalidade. A natureza não tem ação porque ela é cega, não tem futuro. As ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições (SANTOS, 2002, p. 53).

Nessa interface da tipificação do espaço por Santos (2002) e a evocação sobre as necessidades humanas de Lefebvre (2016), pode-se caracterizar o devir humano como pulsão pela construção de si e da realidade, onde esse processo construtor seja imbricado. Ou seja, ser, fazer, ir e vir são processos de construção da realidade, são projetos, são obras de vida (CASTELLS, 1999; HALL, 2006).

As necessidades humanas são complexas na medida em que caracterizam forças propulsoras para a construção e manutenção a vida, ao passo que são instrumentais de reelaboração de sua própria condição. Isto é, balizadas pela

realidade no tempo e no espaço, as necessidades são índices do real e, carregadas de percepções contíguas de mundo, constituem um germe que agencia e busca mudança, rearranjos e reestruturações de sua base e porvir (SANTOS; CUNHA, 2018c).

No objeto catalisador da insurgência estão atreladas necessidades humanas metabolizadas em percepções e visões da realidade, e que se tornam objetos detonadores de manifestações pelo arraigamento com a experiência cotidiana. No objeto catalisador e depois detonador está presente o anelo por um espaço real não compatível, não contíguo ou que não possui capacidade para comportar necessidades humanas feitas projetos idealizados.

Essas necessidades feitas projetos ideais possuem natureza pessoal, mas não deixa de se coletivizar e ampliar, na medida em que o rol de necessidades encontra ressonância e receptáculo na partilha territorializada do espaço e da experiência do tempo (MOYA; MARQUES, 2012; SANTOS; CUNHA, 2018a).

Ora, esse processo onde a necessidade se torna projeto - pessoal, comunitário ou nacional - é vívido e como tal, busca condições de execução e realização. O anelo por satisfação da necessidade e operacionalização do projeto gera atrito com a experiência cotidiana atroz e este atrito torna-se reativo. Atrição e reação que põem a natureza intersubjetiva de projetos de vida em movimento, um movimento que privado de direitos e condições, se inflama e irrompe em querela.

Essa querela não se produz apenas na insurgência incontrolada ou violenta, como o imaginário costuma desenhar, mas é um documento sociopolítico de ensejo do presente pelo futuro, consideradas experiências e expectativas frustradas

(BENJAMIN, 1994; BRANDÃO, 1998). O produto metabolizado dessas necessidades no espaço ou na conjuntura sociopolítica de uma cidade, estado ou país é a criação de espaços de plenitude, ou espaços de desenvolvimentos (SANTOS; CUNHA, 2018a; 2018c).

A criação desses espaços de plenitude e desenvolvimento passa pela idealização que é a corporificação caudalosa das necessidades humanas que, complexas, encerram platitudes mais profundas do ser, do pertencer e do agir. Essa construção de pensamento é fundamental para compreender a relação entre as Jornadas de Junho de 2013, o Direito à Cidade e a noção de utopismo em dimensões social, política e culturalmente elaboradas.

Nessa perspectiva, Lefebvre (2016, p. 113-114):

> A essas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é, ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali hipertrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e bens materiais consumíveis), necessidades de informação, simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas [...]. As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade de encontros [...]?

As necessidades de que aqui se discutem, de fundo antropológico, e socialmente reelaboradas no tempo e no espaço, requerem sua satisfação a partir de uma força criadora, que incide sobre a realidade adversa ora construindo ora desconstruindo, a partir do que se pode definir como objetos de

necessidade. A atividade criadora metaboliza esses objetos em movimentos transformadores de incursão sobre a ordem social elaborada coletiva e politicamente.

O teor desses objetos de necessidade não é limítrofe ao consumo material ou materializante, ou na mercadologia compulsória, mas se espraia nas necessidades ressignificadas e reificadas de informação, comunicação, ludicidade, significados e afetos. E no processo de satisfação desses objetos de necessidade que os sujeitos irrompem sua existência por meio da atividade criadora que desse processo emana, reivindicando e transformando o espaço em que se move e vive.

A partir de suas dinâmicas socioespaciais e políticas, junho de 2013 leva ao postulado de Lefebvre do Direito à Cidade. As camadas de necessidades humanas aqui discutidas e as demandas vocalizadas nos atos tem proximidade sinérgica com o conceito lefebvriano na medida em que o conceito trata de uma revolução urbana que implica em uma luta pelos benefícios da vida na cidade marcada por lastros segregacionistas e excludentes.

Nesse sentido, o Direito à Cidade não se esgota em um reforço jurídico de mais um direito ou na afirmação dos direitos à cartela de serviços urbanos. O conceito evoca um direito ou um índice de ação que implica no uso e na transformação do espaço. E no espaço, suas experiências, práticas e as identidades, projetos e expectativas que ele comporta. É uma janela para a cidade como habitação politizada, imbricada à dignidade de vida e ideal de sociedade.

Harvey (2012, p. 74) esclarece:

> A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a

> natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos.

O Direito à Cidade se origina como crítica tenaz aos modos de produção e reprodução da vida social onde ela acontece, notadamente a cidade, e torna esse espaço uma radicação revolucionária, já que nomeia o próprio espaço como instrumental para uma ação transformadora da realidade. Os intentos do MPL, ao articularem militância sobre o transporte público, e catalisarem sentimentos reticulados e submersos das cidades, da vida social, nas próprias cidades, nas ruas.

O movimento esclarece:

> A cidade é usada como arma para sua própria retomada: sabendo que o bloqueio de um mero cruzamento compromete toda a circulação, a população lança contra si mesma o sistema de transporte caótico das metrópoles, que prioriza o transporte individual e as deixa à beira de um colapso. Nesse processo, as pessoas assumem coletivamente as rédeas da organização de seu próprio cotidiano (MOVIMENTO PASSE LIVRE, 2013, p. 16).

Os efeitos que os atos do MPL - amplificados e superados em sua própria estrutura sociopolítica e estrutural - evocam o Direito à Cidade na medida em que o conteúdo da mobilização, das necessidades feitas insurgência, não se encerraram na perspectiva da urbanização ou na segregação em termos

técnicos, mas na conjuntura polissêmica transcendente desse processo, a vida social e sua operacionalização crítica, coletiva e significante.

As reivindicações em torno da mobilidade urbana, saúde, educação, economia, justiça social e outros índices interpelam a produção da vida social na cidade, a quotidianidade e o desenvolvimento como discurso e experiência. Desse modo, "o pulso de insurgência das jornadas de junho é uma luta pelo direito à cidade, materializado na reivindicação pelos itens que compõem seu conclame e respaldado na ocupação espacial e no ensejo de transformação desse espaço, provedor de serviços, experiências e da vida em sociedade (SANTOS; CUNHA, 2018c).

Entendendo o Direito à Cidade como um documento político-espacial (HARVEY, 2012) e a jornadas como insurgência territorializada (SANTOS; CUNHA, 2018a), pode-se dizer que as necessidades mobilizadas em sua forma, conteúdo e repercussão como espectro da sociedade em movimento, ou projeções de Brasis em uma noção de desenvolvimento, ou ainda, performances sociopolíticas que reclamam lacunas sociais e de disparidades locais, regionais e nacionais.

A partir desse quadro crítico do Direito à Cidade face aos atos em exame, convém retornar às proposições de Lefebvre (2016, p. 119-120):

Os políticos têm seus sistemas de significações - as ideologias - que lhes permitem subordinar a suas estratégias os atos e acontecimentos sociais que são por eles influenciados. O humilde habitante tem seu sistema de significações (ou antes seu

subsistema) a nível ecológico. O fato de habitar aqui ou ali comporta a recepção, a adoção, a transmissão de um determinado sistema [...]. O sistema de significações do habitante diz das suas passividades e das suas atividades; é recebido, porém modificado na prática. É percebido.

Aqui, o filósofo discute a disputa díspar entre sistemas políticos e os habitantes das cidades - que podem ser aqui entendidos como o cidadão em si - em papéis sociais de poder, sujeição e contrapoder. Ao evocar o sistema de significações em que ambos estão sujeitos, não só a relação de atrição entendida na insurgência e nos dispositivos sociopolíticos são evidenciados, mas a construção dessa ecologia de significados e percepções da ambivalente relação atividade-passividade do habitante.

Essa relação atividade-passividade em que o sujeito se move em sistema no esteio urbano calcado de camadas de poder e política é importante para entender um processo duplo do qual Lefebvre (2016) chama atenção para a compreensão axial do Direito à Cidade: a transdução e a utopia. Nele, a transdução é o processo de transposição do trabalho conceitual à cartela empírica da realidade, na qual desliza a utopia tida como inventividade e conhecimento.

"Atualmente, quem não é utópico?" (LEFEBVRE, 2016, p. 119). O Direito à Cidade, entendido aqui como um documento crítico, social, cultural, político, urbano e em projeto possui uma construção utópica na medida em que representa um ensejo social, uma aspiração comunitária, um fragor visionário de sociedade (originalmente no campo polissêmico do espaço) e que clama por direção.

Sargisson (2012, p. 8, tradução nossa) destaca que utopias:

> [...] sempre expressam descontentamento com o agora e sempre sinalizam para direções alternativas. E como tais, sempre se engajam em debates contemporâneos. Ao questionarem "o que há de errado com o mundo?", as utopias desempenham uma função diagnóstica. [...] Utopias são radicais em conteúdo e intenção. Elas desafiam as raízes dos sistemas socioeconômicos e políticos contemporâneos. E sua intenção é mudar o mundo.

O conteúdo utópico procede como um ideário em projeto, uma pulsão ou um discurso constituído a partir das necessidades humanas no tempo e no espaço. E por tratar de espacialidade e temporalidades, expostas às suas dinâmicas, a utopia interpela o real por meio de realidades imaginadas, sonhadas, produzidas em solo discursivo e consequentemente politizado. Utopias são, portanto, documentos (registram tempo e espaço), dispositivos (narrativa sociopolítica) e instrumentos (subversão, questionamento ou debate).

Para fortalecer esse prospecto:

> Somente um entendimento de utopia que destrua antigas percepções e as transforma em algo novo [...] pode refletir adequadamente as preocupações, necessidades e desejos de descontentamentos com a contemporaneidade. Desse modo, a utopia crítica não apenas esquematiza, mas privilegia a mudança social em curso. E assim o faz abraçando imperfeições e incertezas. Utopias refletem e contribuem para debates de seus tempos. [....] Todas as utopias sempre se engajaram em questões contemporâneas. [...] Elas oferecem uma janela para a o pensamento político vigente e podem ser usadas como textos hermenêuticos ou interpretativos (sociais ou escritos) (SARGISSON, 2012, p. 11, tradução nossa).

Ora, o Direito à Cidade lefebvriano modulado nos atos de junho de 2013 a partir de sua tríplice dinâmica - e o conteúdo detonador inicial das manifestações também - são constructos utópicos já que são simultaneamente um documento, um dispositivo e um instrumento de reflexão e debate comprometidos com a transformação da realidade, e janelas para o contemporâneo extrapolando a textualidade social e hermenêutica e se transformando em agência.

O utopismo urbano do Direito à Cidade deflagra a pulsão utópica do sujeito e da coletividade quando eventos, fenômenos e acontecimentos são colocados sob seu prisma, entre estes as jornadas em questão. Como pulsão participante de uma dialética da vida, da necessidade e do desejo, a estética textual, projetista e hermenêutica da utopia apresenta-se esteticamente como uma identidade de projeto ou de resistência (CASTELLS, 1999; HALL, 2006).

> O conhecimento pode, portanto, construir e propor "modelos". Cada "objeto", neste sentido, não é outra coisa além de um modelo de realidade urbana. No entanto, semelhante "realidade" não se tornará nunca manejável como uma coisa, nem se tornará instrumental. Mesmo para o conhecimento mais operatório. Que a cidade torne a ser o que foi: ato e obra de um pensamento complexo (LEFEBVRE, 2016, p. 122).

Ao entender o conhecimento como propositor de modelos de realidade dotados de objetos de crítica e anelo, Lefebvre (2016) sinaliza a dimensão de conteúdo e atitude do Direito à Cidade. Assim, a teoria-projeto em questão não prescinde da necessidade, mas flexiona-se em sua própria pulsão utópica, tornando-se uma utopia citadina.

As dinâmicas socioespaciais - rede, escala (SANTOS; CUNHA, 2018a) e territorialidade (SANTOS; CUNHA, 2018b) - verificadas em junho de 2013 denotam conteúdos utópicos em sua constituição de demandas, insurgência e nos sentidos do Direito à Cidade. Contudo, esse conteúdo utópico acena conteúdos citadinos, uma vez que essa corporeidade instantânea e volátil de insurgência trafega nas raias de cidadania e politização.

A insurgência é uma ação coletiva. A utopia é uma articulação de núcleo coletivo como em um sonho social. O Direito à Cidade repousa na noção da coletividade representada no espaço urbano. Esse ideário coletivo tem viço na produção de identidades que, no solo da mobilização sociopolítica, se espraia como resistência e projeto (CASTELLS, 1999).

> Outro elemento catalisador do empreendimento de insurgência das jornadas de junho foi um aditivo essencial da experiência territorial: a (s) identidade (s). Nos eventos de junho, foram postas em fluxo uma identidade em conjunto, isto é, um cabedal identitário que dava roupagem ao movimento, com a qual os manifestantes e qualquer um que a endossasse podiam adotar e que continha as minúcias e variedades identitárias da própria diversidade identitária que caracteriza os cenários dos quais as manifestações integraram (SANTOS; CUNHA, 2018a).

Identidade é essencialmente um projeto de natureza intra e intersubjetiva, coletivizante e de expressão. Como tal, constitui-se indumentária para a ação e para a experiência social, bem como política. No limiar dos cenários evocados por junho de 2013, a diferença e a variabilidade afiavam as identidades postas em jogo insurgente. E como um tecido alinhavado, estabelecia ligações com conteúdos utópicos e atitudinais de teor

sociopolítico, socioespacial e anamnésico (SANTOS; CUNHA, 2018c.

Projetos de vida, projetos de país: insurgência, utopismo e alinhavo

Retornando à Lefebvre (2016, p. 119):

> Num período em que os ideólogos discorrem abundantemente sobre as estruturas, a desestruturação da cidade manifesta a profundidade dos fenômenos de desintegração (social, cultural). Esta sociedade, considerada globalmente, descobre que é lacunar [grifo do autor]. Entre os subsistemas e as estruturas consolidadas por diversos meios (coração, terror, persuasão ideológica) existem buracos, às vezes abismos.

O filósofo destaca que os signos da benesse e do progresso da sociedade global não encontraram significação plena no campo da experiência. Isto é, ficou evidente o desequilíbrio da construção do desenvolvimento professado como um credo (RIST, 2002) na quotidianidade lacunar, marcada por intempéries e instabilidades sociais, econômicas, políticas e urbanas.

Os buracos e abismos de que Lefebvre (2016) se refere se imbricam à forma, função, estrutura e processos da cidade, destravando uma miríade de contestações do desenvolvimento apregoado como induto messiânico ou indulgência última (RIST, 2002). Tais cenários fomentam construções utópicas e manifestações insurgentes como modalidades refletoras dessa funcionalidade cotidiana compulsória imposta pela realidade contemporânea.

Em Sargisson (2012), entende-se que o pensamento utópico delineia imagens alternativas do presente pelo esquadrinhamento de problemas centrais, alinhando imagens ideais e ameaças a esses mesmos ideais, em um processo de transdução narrativa e, que no contexto aqui discutido, por se tornar política pelo caráter discursivo que a acompanha.

Nesse sentido, o conteúdo utópico revela não apenas um quadro de aspirações, mas um conjunto de temores ou reflexões sobre ameaças à vitalidade social e comunitária. Naturalmente, o intento utópico é composto de variáveis emocionais como a indignação e a esperança, conteúdos indispensáveis para a ação coletiva e detonadores da insurgência (CASTELLS, 2013).

A ocupação das ruas - que é uma ocupação da forma, da função, da estrutura e dos processos desses espaços - é uma ocupação da ideia de país. A cólera insurgente que alimenta a mobilização é atrito, mas é ensejo de esperança. E a esperança repousa na ideia da luta, do resultado, do projeto, portanto uma articulação simbólica utópica. Afinal, "a perda de esperança e de utopia significa perda de humanidade" (SARGISSON, 2012, p. 14, tradução nossa).

Em jogo, projetos pessoais, vivências localizadas, lutas cotidianas e experiências diárias que ganham corpo no sentido solidário e coletivo desses projetos. Esses projetos ganham sentido de sustentação e objetividade dentro de um projeto de país (ou projetos). Quando os ideais nos quais se caminha se esfacelam, o caminho de reimaginá-los ativamente torna-se o programa da insurgência.

> Esses abismos não provêm do acaso. São também os lugares do possível. Contêm os elementos deste possível, elementos flutuantes ou diversos, não a força capaz de os

> reunir. Mais ainda: as ações estruturantes e o poder do vazio social tendem a impedir a ação e a simples presença de semelhante força. As instâncias do possível só podem ser realizadas no decorrer de uma metamorfose radical (LEFEBVRE, 2008, p. 116).

Esses abismos não casuais que erodem os planos de desenvolvimento e que erodem os projetos pessoais, coletivos e de país não representam em si a mudança ou contêm a direção. As lacunas só se tornam ingrediente insurgente a partir da combinação de forças sociais, políticas e simbólicas em negociações sistemáticas com os quadros hegemônicos.

"Nesse quadro, o pulso transformador de que a noção de direito (à cidade) - um direito de se pensar no plano das ideias e de se operacionalizar, no plano da ação - é alcançado com metamorfoses radicais" (SANTOS; CUNHA, 2018a). A ideia de metamorfoses radicais pela via ação social e coletiva se coaduna à radicalidade que o intento e o conteúdo utópico evocam ao se constituir um texto social provocativo (SARGISSON, 2012).

Os pontos de ação do tecido social com as forças citadinas, civis, políticas, públicas e privadas compõem essa teia de metamorfoses radicais. O conteúdo utópico assim como o Direito à Cidade em si não implicam em uma força insólita e de narrativa que se compraz no signo poético (SARGENT, 1994). Há, entretanto, o desenvolvimento de competências de engajamento.

É de Harvey (2012, p. 88) a sintetização:

> Um passo na direção de unificar essas lutas é adotar o direito à cidade tanto como lema operacional quanto ideal político, justamente porque ele enfoca a questão de quem comanda a conexão necessária entre a urbanização

> e a utilização do produto excedente. A democratização deste direito e a construção de um amplo movimento social para fortalecer seu desígnio é imperativo, se os despossuídos pretendem tomar para si o controle que, há muito, lhes tem sido negado, assim como se pretendem instituir novos modos de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo deste termo, ou nada mais.

Estabelecendo linhas de diálogo entre Lefebvre (2016), Harvey (2012) e Sargisson (2012), é possível entender que a revolução utópica é uma etapa essencial para uma revolução social. Isso é possível porque tanto a mobilização popular que interpela pela insurgência e a utopia que provoca pelo ensejo narrativo oferecem caminhos possíveis, planos realizáveis e pistas para a transformação objetificada na necessidade e no sonho ideal.

O utopismo como um impulso humano dirigido por concepções e projeções de ideais se abriga nos recônditos de atividades e manifestações diversas na sociedade (SARGISSON, 2012), como nos intentos sociopolíticos e no próprio Direito à Cidade lefebvriano. Essa dimensão é axiológica, portanto, para ações coletivas de natureza plural.

Retomando as Jornadas de Junho:

> Na passeata, a busca de soluções coletivas (Estadão, 23 jun. 2013, p. 18).
>
> [...] movimento pelo transporte despertou a luta por objetivos comuns (Estadão, 23 jun. 2013, p. 18).
>
> A relação entre passagens caras e transporte precário ganhou facilmente uma analogia com impostos altos e serviços de saúde, educação e segurança ruins. De longe, a pauta parece extensa e vaga. Para os manifestantes -

> pessoas de todas as idades, predominantemente com ensino superior ou médio, no caso dos adolescentes -, parece lógica e viável, embora a luta seja longa (Estadão, 23 jun. 2013, p. 18).
>
> A vez do povo desorganizado (Folha, 30 de jun. 2013, p. E10).
>
> Há um desencontro entre os cidadãos e seus governantes (Folha, 30 de jun. 2013, p. C7).
>
> A química das massas é volátil, incendiária e instável, apesar de a maioria ser pacífica (Folha, 1 jul. 2013, E10).
>
> [...] o povo livre invadindo as ruas, sem um foco único (Folha, 1 jul. 2013, A3).

A substância da insurgência é incendiária, cuja metáfora mais alusiva seja a de abalo sísmico no qual um impacto é sentido sobre as estruturas durante sua ocorrência e mesmo depois em reverberações e rastros de sua passagem. A dimensão utópica possui semelhante ativação na medida em que seu conteúdo se radicaliza em sua expressão para projetar realidades alternativas às vigentes.

O noticiário deu conta de uma série de aditivos à essa substância insurgente e utópica: a consciência partilhada de problemas que afetam um número diverso de iguais, o entendimento de que medidas de luta são caminhos necessários e o são coletivamente, o diálogo dificultado entre suas representações, a sensação de desfaçatez nos sistemas e instituições de confiança, entre outros.

A carga insurgente é uma variável constituinte dessa dimensão projetista da utopia. Isso se explica pela aquiescência do ideal utópico que, ao imaginar projetos que transfigurem a realidade, o fazem mediante o fortalecimento da ideia em uma

linguagem persuasiva cambiante em linguagem reflexiva, que explode contextos e oblitera radicalmente os limites do aceitável, do estabelecido e do cristalizado pela ideologia já afrouxada (SAFATLE, 2012).

Esse ideário incandescente ou explosivo é o capital central da politização da ação coletiva. Isto é, é a estética e a gramática das manifestações sociais que produzem por meio da participação coalizão, sentidos políticos e, naturalmente, tessituras de desenvolvimento. E o sujeito nesse processo, é indivíduo, é agente e é ele mesmo movimento social ao verter experiência, expectativa e ideal em capital sociopolítico (TOURAINE, 2009).

É preciso ressaltar que tanto o exercício utópico como o exercício insurgente têm aderência a partir de uma comunicação identitária comum capaz de catalisar emoção e ação e deflagrar atos concentrados. Em junho de 2013, essa identidade foi alinhavada a partir do vitrinismo dos atos que revelavam o país plural e comum e pela comunicação reticulada aditivada pelas redes sociais (SANTOS; CUNHA, 2018b).

Os atos de 2013 podem, então, ser entendidos como pulsões utópicas e insurgentes na medida em que os sujeitos externalizavam sua própria identidade e as alinhavava com a de muitos, a partir da diferença plural, possibilitando um exercício catártico como o empreendido nas manifestações. O conteúdo noticioso dá conta desse processo revelando o rito insurgente confessado pelo exercício atitudinal.

> "Podemos ser qualquer pessoa [...], uma pessoa sozinha não faz uma manifestação" (O Globo, 16 jun. 2013, p. 6).
>
> "As 20 mil pessoas que estão ali são estudantes, trabalhadores, pessoas que estão desempregadas, que

> apostam nessa luta como forma de ter uma cidade mais justa e alcançar seus direitos" (O Globo, 16 jun. 2013, p. 6).
>
> Pelas ruas [...] um clamor popular por várias causas, de vários rostos, com várias ênfases (Estadão, 21 jun. 2013, p. 19).
>
> Há muita luta por reconhecimento e identidade no momento atual, além de muito desejo de participação (Estadão, 22 jun. 2013, p. 2).

As dinâmicas do espaço permitem aos sujeitos elaborarem e desempenharem funções agregadoras ao espaço, a partir de suas próprias trajetórias em aspecto narrativo. Os atos de 2013 foram contagiosos a partir de uma solidariedade que é ao mesmo tempo compreensão dos extratos diversificados que integram o território, identificação com o outro e engajamento com a diversidade.

Assim, "cada lugar funcionava como recôndito e microdetonador de histórias, dinâmicas e relações. Naturalmente, a coletividade gestada é acompanhada de um exercício identitário" (SANTOS; CUNHA, 2013a, p. 44). Esse prospecto se coaduna às identidades de resistência e projeto de que se referiu Castells (1999) ao categorizar processos identitários arrolados a comprometimentos e engajamentos na projeção do sujeito.

"Podemos ser qualquer pessoa", "uma pessoa sozinha não faz manifestação", "que apostam nessa luta", "um clamor popular por várias causas, de vários rostos, várias ênfases" e "muito desejo de participação" como os jornais relataram demonstram esse engajamento identitário coletivizado, na medida em que multiplicam os esforços enquanto se adicionam os ensejos.

As jornadas se tornaram, desse modo, "uma espécie de pacto que não concebe a diferença ou distância como limitações, mas pelo espaço em que sua ação se realiza e gera territorialidade, se anelam e se imbuem das mesmas pautas, tecendo um único tecido insurgente" (SANTOS; CUNHA, 2018a, p. 44). A complexidade das sociedades denota maior complexidade em seu arranjo (HALL, 2006).

Essa complexidade nos arranjos da sociedade é percebida não apenas nas metamorfoses das mobilizações populares, como nos modos de se fazer política, mas na produção de sentidos do sujeito contemporâneo e produção de identidades. História e trajetória passam a ser alinhavadas com os elementos contextuais, espaciais e temporais, plasmados nos lugares e no encontro com o outro.

As Jornadas de Junho, mesmo em sua conjuntura complexa e fugidia, fornecem a leitura necessária para sua compreensão. Sua estética espontânea e gramática orgânica obteve coesão na medida em que metabolizou suas demandas, ações e projetos multiformes em uma tessitura identitária coletiva. Esse alinhavo identitário que suportou a mobilização particulariza, define e se ativa no pleito da transformação social.

O conteúdo utópico das iniciativas de incursão espacial calcados no aporte do Direito à Cidade demonstram "expressões identitárias fertilizadas pelas relações do sujeito com o espaço e a imbricação de significados emanados dele, e reforçadas pela unidade promovida pelas territorialidades de insurgência" (SANTOS; CUNHA, 2018a, p. 41), embebidas de utopia, promotoras de projetos coletivizados, marcadas por um programa insurgente.

Oscar Wilde (2003, p. 33) expressou que:

> Um mapa do mundo que não inclua Utopia não merece ser olhado já que deixa de fora o único país no qual a humanidade está sempre desembarcando. E quando a humanidade chega ali, olha para o horizonte e, ao ver um país melhor, zarpa em sua busca. O progresso é a realização de utopias.

Na extremidade dos projetos de agência sociopolítica como as manifestações de 2013 e o Direito à Cidade estão construções utópicas que por sua vez, como destacou Wilde (2003), acenam para o progresso. E esse progresso se dá com base na rotina da mudança que se exerce nas imaginações sociais articuladas nas necessidades humanas.

Fica claro assim o papel do utopismo na formulação da participação social, achincalhada no exercício cidadão na encruzilhada (CARVALHO, 2000), no espírito renovado da época e suas metamorfoses em curso (ALI, 2012), nas revoluções urbanas (GOMES, 2010), nas lutas por reconhecimento (HONNETH, 2003), no poder das redes (RIBEIRO, 2008) e na operação da memória (NEVES, 2008).

Žižek (2012, p. 19, grifo do autor) alerta para o silêncio violento de um novo começo para tratar dos questionamentos imediatistas das pulsões utópicas feitas exercício, como dos que aqui se examinam:

> [...] devemos resistir precisamente a uma tradução assim apressada da energia das manifestações para um conjunto de demandas pragmáticas "concretas". Sim, os protestos realmente criaram um vazio que carrega consigo um embrião, uma abertura para o verdadeiro Novo [...]. A arte da política também é insistir numa exigência particular que, apesar de radicalmente "realista", perturba o núcleo da ideologia hegemônica, isto é, apesar de sem dúvida plausível e legítima, é de facto impossível.

O sociólogo trata do pragmatismo exacerbado de que pulsões sociopolíticas e utópicas são tratadas, originando uma leitura utilitarista e reducionista. Ao abordar esse aspecto, ele recorre ao silêncio que segue a detonação do conteúdo utópico e revolucionário. A violência desse silêncio aparenta não carregar mudanças ruidosas como sua manifestação plástica anterior, mas é portador de um embrião gestado a partir das ressonâncias narrativas da ação.

Projetos de vida e projetos de país se alinhavam na quotidianidade que não é experiência compulsória, mas luta, exercício catártico e disposição utópicas. Esse alinhavo é capaz de desafiar a ideologia hegemônica, construir visões de mundo renovas, pensar a práxis do progresso e gerar tessituras de desenvolvimento. O próprio Lefebvre (2016, p. 119) tem a questão que desafia a ordem das coisas: "atualmente, quem não é utópico?".

Considerações finais

Projetos de vida e projetos de país foram parte das vocalizações nas Jornadas de Junho. A estética e a gramática das manifestações implicaram num processo onde a ocupação espacial gerou um mecanismo de solidariedade insurgente e identitária. A aderência a esse processo foi possibilitada pelo conteúdo utópico de que carregava, capaz de alinhavar indignação, ação e esperança.

O Direito à Cidade lefebvriano evocado nas iniciativas de retomada socioespacial da cidade se coaduna como um movimento de utopia, abarcando espacialidades e

temporalidades dinâmicas, e constituindo-se documentos, dispositivos e instrumentos de ação e experiência social.

A utopia é desencadeadora de devires, já que articula realidades imaginadas e construídas no ideal do ensejo coletivo a partir do ser e do agir. Ao produzir uma narrativa, a utopia constrói uma trama que provoca de debate e se metaboliza na ação coletiva, naturalmente insurgente ou integrada à iniciativas sociopolíticas. E é nesse processo que a utopia delineia progresso, sendo um signo de mobilização e desenvolvimento simultaneamente.

Referências

ALI, T. O espírito da época. In: HARVEY, D. *et al. Occupy*. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. Tradução de João Alexandre Peschanski *et al.* São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p. 65-72.

BENJAMIN, W. *Obras escolhidas*: magia e técnica, arte e política. Tradução de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRANDÃO, C. R. A primeira. Walter Benjamin. A dívida solidária com o passado. In: _____. *Memória Sertão*: cenários, cenas, pessoas e gestos nos sertões de João Guimarães Rosa e de Manuelzão. São Paulo: Cone Sul; Uberaba: Editora Uniube, 1998. p. 27-34.

CARVALHO, J. M. Cidadania na encruzilhada. In: BIGNOTTO, N. (Org.). *Pensar a república*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000. p. 105-130.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. Tradução de Klauss Brandini Gehardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Redes de indignação e esperança*: movimentos sociais na era da internet. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

GOMES, P. C. C. *A condição urbana*: ensaios de geopolítica da cidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARVEY, D. O Direito à Cidade. *Lutas Sociais*, Perdizes, n. 19, p. 73-89, jul./dez. 2012.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento*. A gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Editora 34, 2003.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. Tradução de Cristina C. Oliveira. Itapevi: Nebli, 2016.

MOYA, E.; MARQUES, E. Trocas sociais, apoios e mecanismos relacionais. In: MARQUES, E. (Org.). *Redes sociais no Brasil*: sociabilidade, organizações civis e políticas públicas. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. Cap. 4. p. 81-110.

MOVIMENTO PASSE LIVRE. Não começou em Salvador, não vai terminar em São Paulo. In: MARICATO, E. *et al. Cidades rebeldes*: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013.

NEVES, F. R. Nova Hermenêutica Histórico-Crítica: revolução anamnésica e solidariedade histórica em Walter Benjamin. *Contexto*, Mossoró, v. 3, n. 3, p. 103-110, jan./jul. 2008.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos - CEBRAP*, São Paulo, n. 80, p.109-125, mar. 2008.

RIST, G. *El desarrollo*: historia de una creencia occidental. Tradución de Adolfo Fernández Marugán. Madrid, España: Catarata, 2002.

SAFATLE, V. Amar uma ideia. In: HARVEY, D. *et al. Occupy*. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. Tradução de João Alexandre Peschanski *et al.* São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p. 45-56.

SANTOS, G. S.; CUNHA, M. G. C. As Territorialidades Insurgentes do Gigante Desperto: Jornadas de Junho de 2013 no Brasil e suas Dinâmicas Territoriais. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, v. 35, p. 37-48, 24 jul. 2018a.

_____. Entre protestos e fluxos: rede e escala nas jornadas de junho de 2013 no Brasil. *Revista Elisée*, Porangatu, v. 7, n. 1, p. 71-84, jan./jul. 2018b.

_____. "Não é por R$ 0,20, é por direitos": dinâmicas de insurgência nas Jornadas de Junho de 2013 no Brasil. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 19, n. 67, p. 71-84, set./dez. 2018c.

SANTOS, M. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002.

SARGENT, L. T. The three faces of utopianism revisited. *Utopian Studies*, Missouri, v. 5, n. 1, p. 1-37, 1994.

SARGISSON, L. *Fool's gold*: utopianism in the twenty-first century. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.

TOURAINE, A. O sujeito como movimento social. In:_____. *Crítica da modernidade*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 247-268.

TRINDADE, T. A. Direito e cidadania: reflexões sobre o Direito à Cidade. *Lua Nova*, São Paulo, n. 87, p. 139-165, 2012.

WILDE, O. *A alma do homem sob o socialismo*. São Paulo: L&PM, 2003.

ŽIŽEK, S. O violento silêncio de um começo. In: HARVEY, D. *et al. Occupy*. Movimentos de protesto que tomaram as ruas. Tradução de João Alexandre Peschanski *et al.* São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2012. p. 15-26.

CAPÍTULO 8
POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA O IDOSO: UMA REFLEXÃO NO CONTEXTO DE TERRITÓRIO E LUGAR

Geisa Candida da Silva Gonçalves

Introdução

A Geografia baseia seus estudos em categorias elaboradas a partir de conceitos básicos que orientam o recorte e a análise de um determinado fenômeno a ser estudado, dentre as quais se destacam o Espaço, o Território, a Região, o Lugar e a Paisagem. Essas categorias não possuem um sentido único sendo aqui utilizadas as categorias Território e Lugar como base para o tema políticas públicas. Tais políticas promovem intervenções sociais, econômicas e ambientais, sempre com o objetivo de promover a qualidade de vida da população. No caso deste artigo, serão abordadas aquelas voltadas para atender as necessidades e as demandas da população idosa.

Ao tratar de políticas públicas, a categoria Território se faz presente por envolver espaços delimitados e relações de poder, tanto ao tratar das políticas federais, estaduais ou municipais quanto ao se referir aos espaços ocupados pela população idosa, tais como centros de convivência, asilos, postos de atendimento à saúde, praças, dentre outros. Os limites desses territórios podem ser visíveis e bem definidos ou não, ocorrendo tanto em grande abrangência quanto em espaços menores. Vale ressaltar que o conceito geográfico de Território não pode ficar restrito à

figura do Estado, uma vez que o mesmo também está relacionado ao espaço concreto, apropriado e ocupado por um grupo social onde são visíveis as diferenças ambientais e de vida da população. Logo, os estudos mais recentes sobre essa categoria se baseiam nas relações entre agentes sociais, políticos e econômicos e sua interferência na gestão do Espaço.

Já o conceito denominado Lugar se faz presente em função da importância do mesmo para a Geografia. Trata-se de um conceito que representa a porção do espaço geográfico dotada de significados particulares e relações humanas. Para Santos (2004), através de suas formas materiais e não materiais, o Lugar é uma funcionalização do mundo, não estando vinculado somente ao local ou espaço, mas também aos atributos relativos e únicos de um ponto do mesmo, possuindo a ideia de significação, afeto e percepção. Os cidadãos podem ter a sua significação de Lugar criada ou alterada em função da implementação de políticas públicas aplicadas no seu cotidiano e, para o idoso, essa significação pode ser ainda mais intensa, em função das suas memórias afetivas e das suas vivências.

Diante do exposto, o presente artigo se justifica pelo aumento da taxa de envelhecimento humano, provocando mudanças demográficas importantes e que marcam o cenário atual. Porém, embora o processo de envelhecimento seja objeto de várias pesquisas, a quantidade de trabalhos abordando especificamente esse tema é baixa, o que pode ser comprovado por um estudo realizado por Camacho e Coelho (2010) com a finalidade de analisar os trabalhos que tratassem acerca de políticas públicas para os idosos. Verificou-se, através desse estudo, que apenas 4% dos trabalhos publicados entre 2003 e 2008 avaliam as políticas públicas de atenção à pessoa idosa, bem como sua evolução, tendo como ambiência o Estatuto do

Idoso. A justificativa desse artigo também se dá pela importância de entender a interferência e relação das políticas públicas no Território ocupado pela população idosa bem como na percepção do Lugar vivenciado pela mesma.

Assim, tem-se como objetivo geral deste artigo, refletir sobre a dimensão espacial das políticas públicas voltadas para a população idosa e sua influência na produção dos espaços. Já os objetivos específicos são: 1) analisar o papel do Estado na implementação de políticas públicas voltadas para o idoso em seu Território; 2) compreender a relação existente entre o idoso e o Lugar.

Porém, não se tem a pretensão de comprovar quais são as alterações espaciais provocadas por tais políticas públicas, mas apenas apresentar e discutir alguns conceitos e relações envolvidos.

Metodologia

Para a realização deste artigo fez-se necessário um levantamento bibliográfico sobre o tema abordado para a compreensão dos conceitos envolvidos, bem como uma análise das legislações que tratam sobre o tema com o objetivo de levantar as principais políticas públicas implementadas para atendimento das necessidades e demandas da população idosa.

Trata-se então de uma pesquisa bibliográfica a qual "é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos" (GIL, 2008, p. 50). Sendo também classificada como uma pesquisa exploratória, teórica e qualitativa.

Discussão teórica

Para analisar fenômenos e realizar seus estudos, a Geografia tem como base algumas categorias principais e, no caso das políticas públicas implementadas pelo Estado, a categoria Território pode ser utilizada como base para a realização de análises e reflexões. A categoria Lugar, por sua vez, é a base onde as relações do idoso se estabelecem, podendo ter sua significação alterada quando as políticas públicas de atendimento ao mesmo são implantadas.

A Geografia e suas categorias de análise

Espaço, Território, Região, Lugar e Paisagem são conceitos básicos da Geografia também denominados como categorias de análise. Para a análise proposta nesse artigo é importante entender os conceitos de Espaço e Território sob a ótica da Geografia Política por representarem as relações, tanto sociais quanto de poder, na implementação das políticas públicas. O Espaço é a práxis das relações humanas enquanto o Território é o espaço onde são estabelecidas as relações marcadas pelo poder. Raffestin (1993) aborda essa diferença:

> O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a "prisão original", o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Santos propõe "que o espaço seja definido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações" (SANTOS, 2008, p. 21). Quanto à categoria Território, Souza (2013) afirma que o conceito tem passado por fortes tentativas de redefinição e modificação. O autor ainda aponta que essa categoria sempre remete aos conceitos de Espaço e Poder, ou seja, o Território é um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder, podendo variar de tamanho ou desaparecer em função de atritos e conflitos. Anjos (2009), também afirma:

> O território é na sua essência um fato físico, político, social, econômico, categorizável, possível de dimensionamento, onde, geralmente, o Estado está presente e estão gravadas as referências culturais e simbólicas da população (ANJOS, 2009, p. 149).

O Espaço geográfico, meio utilizado e transformado pelas atividades humanas, é o principal objeto de análise da Geografia, sendo apontado por Santos (2004) como a síntese provisória, entre o conteúdo social e as formas espaciais. O mesmo deve ser entendido como participante da condição social e física. Castro, Gomes e Corrêa (2012), por sua vez, apontam que:

> A expressão Espaço geográfico ou simplesmente Espaço, [...] aparece como vaga, ora estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência à simples localização. (CASTRO; GOMES; CORRÊA, 2012, p. 15)

No que se refere à Região, Castro, Gomes e Corrêa (2012) cita o fato de sua noção estar relacionada a diversos domínios

tais como localização, extensão, unidade administrativa, dentre outros, apresentando duas abordagens no pensamento geográfico: região natural e região geográfica. Esses autores reforçam que, na linguagem do dia a dia, utilizada pelo senso comum, a Região é ligada a dois princípios importantes: o de extensão e o de localização. Já para Santos (2008), o conceito de Região se confunde com o conceito de Lugar, uma vez que extensões diferentes podem ser designadas pela expressão "região".

Para alguns autores, espaço e lugar são termos familiares e complementares. O que começa como espaço indiferenciado assume a configuração de Lugar quando o conhecemos e o dotamos de valor. Corroborando com esse conceito, Souza (2013) aponta Lugar como sendo um espaço percebido, vivido e significativo, baseado no qual são desenvolvidos e extraídos os sentidos e imagens. Ou seja, trata-se da forma como determinada área ou ponto do espaço são compreendidos pelo homem. Contrário ao Lugar está o não Lugar, quando o indivíduo não se sente pertencente ao Lugar. Augé (1994) define esse conceito como um espaço de passagem que não dá forma a qualquer tipo de identidade e o exemplifica como sendo o espaço do viajante, tal como um quarto de hotel, um aeroporto, uma rodovia, etc.

Por fim, a categoria Paisagem refere-se às configurações externas do espaço, sendo conceituada por Santos (2004) como o conjunto de elementos naturais e artificiais que caracterizam uma área, sendo tudo aquilo que a nossa visão alcança. É também um conjunto de objetos reais e concretos, bem como passados e presentes, formando uma construção transversal. O autor ainda descreve as paisagens como formas mais ou menos duráveis cujo traço comum é a combinação entre objetos

naturais (que não foram fabricados ou tocados pelo homem) e objetos fabricados, ou seja, objetos sociais oriundos das atividades humanas de muitas gerações. Logo, a Paisagem conjuga o passado, o presente e nos indica o futuro, retratando as sociedades que a construíram e a constroem.

Políticas públicas: papel do Estado em seu Território

Em geral há uma associação do Território ao Estado, sendo que o segundo detém o maior papel de planejamento e transformação social do primeiro. Entretanto, a formação de territórios também se dá em função das articulações de espaços baseadas em especialidades e características de determinado grupo, sendo o seu espaço delimitado através de fronteiras definidas pelo homem ou pela natureza, obedecendo a uma relação de poder. Logo, seja necessário um território para a existência de um Estado, o contrário não é verdade. No contexto da população idosa, podemos exemplificar esses territórios como os espaços de convivência frequentados pelos idosos para realização de atividades promovidas e voltadas especialmente para os mesmos.

O Estado, através de suas leis e políticas, é a expressão de poder presente nas formas sociais de intermediação política com a sociedade dentro do território onde está estabelecido. Bresser-Pereira (2017) apresenta três conceitos: o Estado como organização que pode legislar e tributar; o Estado que, além da organização, é a lei; e o Estado como sociedade com poder de legislar e tributar se confundindo com o estado-nação.

> [...] o Estado é uma instituição que surge com os impérios antigos, passa por uma transição quando se

> formam as primeiras cidades-Estado na Itália no final da Idade Média, e se torna moderno no momento em que o estado-nação substitui o império antigo. O Estado moderno é, portanto, o resultado da formação dos estados-nação e da Revolução Industrial. No Estado antigo não se podia falar em uma sociedade civil separada do Estado, porque todo o poder político estava concentrado em uma oligarquia representada pela figura do monarca. (BRESSER-PEREIRA, 2017, p. 160)

Para Raffestin (1993), o Estado criou níveis hierárquicos com a finalidade de organizar, controlar e gerenciar seu território e população. No entanto, esses níveis têm servido para marcar os espaços e difundir o poder estatal. Assim, o Território pode ser ordenado mediante o domínio espacial exercido através do controle político e da organização das relações sociais estabelecidas em determinado espaço. O mesmo autor, baseado em Ratzel, também apresenta a ideia da estreita ligação existente entre o solo e o Estado. Segundo Raffestin (1993), para Ratzel, a fundação do Estado se deu pelo enraizamento das comunidades no solo com o objetivo de explorar as potencialidades do território.

Além de ser o regulador político e econômico da sociedade, cabe ao Estado, nas suas três esferas, o papel de implementar e manter políticas públicas, sociais e políticas voltadas para o bem-estar da população. Pode-se conceituar política pública como a ação do Estado nas diferentes áreas sociais visando atender as necessidades e demandas populares, garantindo seus direitos, através de ações concretas, transformando a vida das pessoas para melhor e com mais qualidade. Pessoto, Ribeiro e Guimarães (2015) apontam as políticas de saúde da Primeira República (1889-1930) como

exemplo, as quais foram importantes na intervenção do Estado brasileiro no seu território.

Com o passar do tempo, várias modificações são observadas no organismo de cada indivíduo, sejam elas fisiológicas, bioquímicas e psicológicas, gerando graus distintos de dificuldades, sejam relacionadas diretamente à saúde ou às demais atividades cotidianas do idoso. Essas dificuldades, aliadas ao crescimento da população idosa, tornou necessário o planejamento de políticas direcionadas às necessidades específicas dessa população visando uma vida digna, além de reforçar a autoestima e retardar as dificuldades inerentes à velhice. Assim, os problemas oriundos do envelhecimento não devem ser tratados somente com soluções paliativas, mas também através de intervenções sociais, econômicas e ambientais, principalmente na forma de políticas públicas que promovam o acesso a serviços básicos, bem como proporcionem e estimulem a convivência social entre as pessoas idosas.

Através das políticas públicas, o Estado deve garantir, mesmo que minimamente, os serviços essenciais a que os cidadãos têm direito, assegurando-lhes um envelhecimento com qualidade, tranquilidade e segurança. Porém, é fundamental que os gestores sempre busquem ter os direitos à igualdade e à vida, assegurados constitucionalmente ao cidadão, como base para o financiamento e a institucionalização de tais políticas. Souza (2006) destaca a importância da capacidade de se planejar as políticas públicas de forma eficiente:

> Quando se trata de formular políticas públicas e estratégias de mudança social, torna-se imprescindível mobilizar os conhecimentos aportados pelas várias ciências sociais, inclusive sobre a temática do

> desenvolvimento em escalas supralocais. (SOUZA, 2006, p. 73)

No território brasileiro o Estado detém o maior papel de planejamento e transformação social, sendo visto por seus cidadãos como detentor do poder de legitimar e atender suas necessidades e suas reivindicações. Embora sua presença no cotidiano social pareça algo natural, conforme aponta Pessoto, Ribeiro e Guimarães (2015), o Estado moderno surgiu oriundo do fim do feudalismo e da ascensão do capitalismo. Nem sempre o Estado consegue atender a todas as demandas sociais, porém:

> Em tempos de crise, o Estado brasileiro conseguiu, de certa forma, dar respostas às demandas sociais por meio de um conjunto de intervenções públicas visando à promoção de bem-estar a partir de um sistema de saúde amplo, universal e gratuito, envolvendo a participação popular nas várias esferas de decisão colegiada. (PESSOTO; RIBEIRO; GUIMARÃES, 2015, p. 10)

Nesse contexto, o Estado pode ser visto por dois ângulos diferentes: como um juiz neutro que atua acima dos interesses particulares ou como a única instância de poder que, em função dos recursos materiais, institucionais e legais de que dispõe, é capaz de promover a justiça social. Não obstante, cabe ao mesmo o papel de gerir a sociedade da melhor forma possível, proporcionado aos cidadãos a prestação de serviços voltados para a educação, saúde e segurança de forma eficiente e eficaz proporcionando-lhes uma melhor qualidade de vida e o aumento da auto-estima. Embora esse papel, muitas vezes, seja desempenhado pela iniciativa privada ou pelo terceiro setor, ele é de responsabilidade do Estado, sendo o mesmo, conforme Bresser-Pereira (2017) a principal e mais ampla instituição

utilizada pela sociedade para definir e buscar o interesse público, bem como para alcançar seus objetivos políticos.

O idoso e sua relação com o Lugar

A nomenclatura "idoso", utilizada para a pessoa com sessenta anos ou mais, surgiu durante a realização da Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, convocada pela ONU (Organização das Nações Unidas) e realizada na cidade de Viena, em 1982. A OMS (Organização Mundial da Saúde) utiliza a idade cronológica para definir "idoso", usando esse critério para países em desenvolvimento; já para países desenvolvidos, a mesma utiliza o termo para a pessoa com sessenta e cinco anos ou mais, conforme a World Health Organization (2005). No Brasil, o Estatuto do Idoso, juntamente com a PNI (Política Nacional do Idoso), também considera como idoso a pessoa maior de sessenta anos.

Após o alcance da longevidade, fez-se necessário o acolhimento da população idosa atual, bem como se preparar para acolher as novas gerações, pensando e construindo uma infraestrutura que lhes proporcione uma velhice digna e tranquila. Sobre isso, Le Corbusier (2010, p. 174) destaca: "As crianças de hoje constituirão, um dia, a geração que utilizará os equipamentos que organizaremos para ela. Impõe-se preparar essa nova massa social; será formada, desde sua mais tenra infância nas escolas". É preciso então, estimular a população idosa a ser ativa, garantindo seu acesso a espaços ideais tanto para a realização das suas atividades cotidianas como de suas atividades físicas, com autonomia e independência, garantindo-lhes uma melhor qualidade de vida e uma melhor relação com o lugar. Moreira et. al. (2013) destaca a importância das atividades

que retratem os acontecimentos ocorridos quando o idoso era jovem, os quais valorizam toda a sua experiência vivida.

Para Moreira et al. (2013) o envelhecimento da população está entre as mais expressivas e importantes mudanças demográficas atuais, alterando as dinâmicas espaciais, muitas vezes em função da implementação de políticas públicas de assistência ao idoso. Como exemplo dessas alterações dos espaços, tem-se a criação de lugares para a promoção da convivência e interação dos idosos e, principalmente, a instalação de postos de atendimentos voltados para a saúde.

Quanto ao Lugar, Holzer (2003) o considera como um conceito fundamental para o estudo geográfico, apontando-o como "conceito espacial que durante longo tempo foi utilizado pelos geógrafos para expressar o sentido locacional de um determinado sítio" (HOLZER, 2003, p. 113). Por ser o espaço onde acontecem as práticas sociais, o Lugar é transformado e modificado pelas políticas públicas, juntamente com as políticas de mercado.

Para Santos (2008), o lugar é onde a vida acontece, ou seja, é o local de convivência social, sendo necessário considerar nos estudos geográficos a proximidade e a sociabilidade entre as pessoas. É inerente à natureza humana, mediante sua relação com o lugar, o estabelecimento de vínculos afetivos e a formação de memórias e significados. Essa ligação afetiva do indivíduo em relação ao lugar é denominada por Tuan (1980) como "topofilia", a qual possui várias formas, variando também em amplitude emocional e intensidade. É possível descrevê-la como o apego por um lugar que lhe é familiar, por ser o lar ou representar o passado. O mesmo autor também aponta:

> Tal como o pretenso "amor pela humanidade" levanta nossas suspeitas, também a topofilia soa falsa quando é manifestada por um extenso território. Parece que a topofilia necessita um tamanho compacto, reduzido às necessidades biológicas do homem e às capacidades limitadas dos sentidos. Além disso, uma pessoa pode se identificar mais facilmente com uma área, se ela parece ser uma unidade natural. (TUAN, 1980, p. 116-117)

Moser, Lima e Pereira (2018) apresentam o vínculo com o lugar como a criação de princípios de identidade. No caso do idoso, o lugar onde o mesmo está inserido possui grande valor, sendo seu lar repleto de objetos e espaços que possuem forte ligação com o passado. Esse vínculo orienta e motiva seu comportamento, gerando uma identidade positiva. Portanto, a relação do idoso com o lugar desempenha importante função na formação e no suporte da sua identidade. Assim, os lugares eleitos como favoritos proporcionam, à pessoa idosa, o sentimento de pertencimento.

Por outro lado, Augé (1994) afirma que "Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um lugar que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar" (AUGÉ, 1994, p. 73). No caso do idoso, esse não lugar pode ser exemplificado por políticas públicas relacionadas à habitação, tais como o programa "Minha Casa, Minha Vida" ou as (ILPIs) Instituições de Longa Permanência para Idosos. No caso de programas habitacionais tais como "Minha Casa, Minha Vida", a política pública pode promover a mudança desse idoso, muitas vezes contra a sua preferência, para um outro lugar sem significado afetivo para o mesmo. Além disso, a localização do novo lugar pode ser distante serviços utilizados por ele,

dificultando assim sua mobilidade. Santos (2006) fala sobre essa relação do indivíduo com o novo lugar:

> O homem de fora é portador de uma memória, espécie de consciência congelada, provinda com ele de um outro lugar. O lugar novo o obriga a um novo aprendizado e a uma nova formulação. (SANTOS, 2006, p.330)

Singer (1980) aborda as vantagens da localização habitacional quanto ao acesso aos serviços essenciais para o cidadão, sendo que as populações menos favorecidas acabam se instalando em localizações distantes dos serviços essenciais tais como comércio, transporte, atendimento de saúde, serviço bancário, dentre outros. Essa desvantagem locacional acaba afetando a qualidade de vida dos idosos ao gerar dificuldades de locomoção e dificultar as relações interpessoais. O autor ainda ressalta:

Quem estuda um mapa da distribuição dos serviços urbanos de responsabilidade do Estado no território da cidade verifica facilmente que eles se encontram apenas à disposição dos moradores de rendimentos elevados ou médios. (...). Isto poderia despertar a suspeita de que o Estado agrava sistematicamente os desníveis econômicos e sociais, ao dotar somente as parcelas da população que já são privilegiadas de serviços urbanos, dos quais as parcelas mais pobres possivelmente carecem mais. Mas, a suspeita é infundada. Quem promove esta distribuição perversa dos serviços urbanos não é o Estado, mas o mercado imobiliário. (SINGER, 1980, p. 89).

No caso da ILPI, embora seja uma instituição de caráter residencial coletivo, o idoso pode ter a sensação de abandono e solidão. Além disso, trata-se de um lugar sem significados do passado e, muitas vezes, que impossibilita a execução de suas

atividades cotidianas. Tudo isso, traz ao idoso um sentimento de não pertencimento, prejudicando assim a sua qualidade de vida.

Verifica-se então que as políticas públicas voltadas para a qualidade de vida do idoso precisam envolver as relações de convivência no seio familiar, bem como as relações com as instituições que os atendem, tornando o seu lugar, um lugar de acolhimento e de uma vivência prazerosa, harmoniosa e digna. Para Moreira et al. (2013, p. 27), "[...] Percebe-se uma relação evidente entre a qualidade de vida com os aspectos da vida do idoso, como a autonomia, independência, dependência, prática de atividades físicas e os laços sociais, afetivos e culturais".

Portanto, as políticas públicas possuem um papel importante na vida do idoso e na sua relação com o lugar ao qual ele pertence. Essa relação é estabelecida quando o Estado implementa políticas de saúde e, também, políticas voltadas para os demais direitos básicos que lhe são assegurados pela legislação, principalmente pelo Estatuto do Idoso (Brasil, 2003).

Qualidade de vida do idoso: principais legislações

Estimativas sugerem que, em 2050, a população idosa mundial será composta por 1,9 bilhão de pessoas. Esse aumento populacional é oriundo da diminuição dos índices de mortalidade e, consequentemente, o aumento da expectativa de vida, em conjunto à redução das taxas de fecundidade, aponta Cruvinel (2009). Essa mudança de cenário despertou o interesse em cuidar dos idosos uma vez que o aumento da taxa de longevidade não significa que tal população tenha uma boa qualidade de vida.

A regulamentação dos direitos que devem ser assegurados aos cidadãos para garantir-lhes essa qualidade de vida, se faz presente em várias legislações, destacando-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada e adotada, em 10 de dezembro de 1948, pela Assembleia Geral das Nações Unidas e considerada o primeiro marco de conquistas. O artigo 25 afirma:

> Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar-lhe, e a sua família, saúde e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito à segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle. (ONU, 1948, p. 13)

No Brasil, a população idosa vem crescendo progressivamente sendo que, conforme Oliveira (2017), a expectativa de vida dos brasileiros aumentou mais de 30 anos entre 1940 e 2016 e, atualmente, é de 75,8 anos. Porém, Veras (2007) aponta que, embora o perfil demográfico brasileiro se assemelhe ao de países do Primeiro Mundo, seus centros populacionais não apresentam uma infraestrutura de serviços suficiente para atender as demandas exigidas por essas transformações demográficas.

Dentre as legislações brasileiras que visam garantir e promover a qualidade de vida à população de modo geral, está a Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 3º, prega a promoção do bem de todos sem preconceitos ou discriminações, inclusive de idade, conforme Brasil (1988). Em seu artigo 196, a mesma Constituição reconhece a saúde como um direito de todos e dever do Estado, o qual deve ser garantido através de políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de

doença e de outros agravos, bem como o acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Ainda no que se refere à saúde, destaca-se a Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990 que criou o SUS (Sistema Único de Saúde), principal política pública brasileira voltada para a saúde, conforme Brasil (1990).

A Constituição brasileira também aborda, em seu artigo 230, o cuidado familiar para com o idoso: "A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida". (BRASIL, 1988, s./p.). Portanto, durante todo o processo de desenvolvimento da família, cada integrante da mesma possui um conjunto de papeis específicos no que diz respeito ao cuidado de uns para com os outros.

Após a implementação da Constituição Federal Brasileira, surgiram outras leis de amparo aos idosos dentre as quais estão:

1) A LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social): promulgada em 1993 e reconhecida como política pública de seguridade social, com a responsabilidade de proteger as populações socialmente vulneráveis, sendo a população idosa, uma delas, conforme Brasil (1990);

2) A PNI (Política Nacional do Idoso): sancionada em 1994 e regulamentada em 1996 assegurando direitos sociais e amparo legal para os idosos, criando condições para a sua integração, autonomia e efetiva participação na sociedade, conforme Brasil (1994);

3) O Estatuto do Idoso: criado em 2003 com o objetivo de regulamentar os direitos garantidos aos cidadãos a partir de 60 anos, conforme Brasil (2003). Por ser a lei mais importante no que se refere à proteção dos direitos da

> população idosa, o presente estudo irá abordá-la de forma mais detalhada.

O Estatuto do Idoso trata sobre as medidas de proteção ao idoso e, em seu artigo 3º, o mesmo aborda as obrigações da família, da comunidade, da sociedade e do Estado, para com a população idosa:

> É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 2003, s./p.)

Os artigos 8º e 9º abordam o direito de envelhecer e as obrigações do Estado quanto à implementação de políticas públicas voltadas para a proteção da vida e da saúde da população idosa e, consequentemente, para um envelhecer digno. O artigo 10º, por sua vez, assegura ao idoso, os direitos constitucionais: liberdade, respeito, dignidade, conforme Brasil (2003). Cabe ao Estado exercer sua função de garantir o cuidado para com a população idosa, estabelecendo subsídios para implementação de políticas públicas que proponham práticas e cuidados eficientes possibilitando que o indivíduo possa passar pela fase de envelhecimento com segurança e dignidade.

O direito ao trabalho é apontado nos artigos 26º, 27º e 28º afirmando que a pessoa idosa tem direito de exercer uma profissão que respeite suas condições físicas, intelectuais e psíquicas e na qual não sofra nenhuma discriminação, sendo dever do Poder Público possibilitar a efetivação desse direito, Brasil (2003). São então necessárias políticas públicas que possibilitem a reprodução positiva dos programas voltados não

só para o atendimento das necessidades básicas da população idosa, como também para a sua qualificação e adaptação para o mercado de trabalho.

Ainda no que se refere à subsistência da pessoa idosa, os artigos 29º a 32º tratam da previdência social e dos benefícios de aposentadoria e pensão, pagos à pessoa aposentada ou que não tenha mais condições de trabalhar. Já os artigos 33º a 36º abordam a assistência social, prestada ao idoso mediante os princípios e diretrizes previstos na LOAS, na PNI, no SUS e demais normas relacionadas, ressaltando que a obrigação das entidades de longa permanência de firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa que ali se abrigue, podendo cobrar ou não pelo seu custeio. O Estatuto do Idoso também assegura à pessoa idosa, em seus artigos 37º e 38º, o direito à moradia digna, bem como garante, em seus artigos 39º a 42º, a gratuidade dos transportes coletivos públicos e as vagas preferenciais em estacionamentos, tanto públicos quanto particulares, além da prioridade no embarque e desembarque no sistema de transporte coletivo, conforme Brasil (2003)

Diante disso, não é possível afirmar que os idosos brasileiros enfrentam problemas em função da ausência de legislações que estabelecem políticas públicas de amparo e atendimento à população idosa. Porém, é preciso que as mesmas sejam efetivadas, principalmente no que se refere ao efetivo atendimento das necessidades e cumprimento dos direitos. Além disso, mesmo com todo amparo legal, muitas vezes o cidadão precisa utilizar-se da judicialização para fazer valer seus direitos e para que o Estado cumpra seus deveres.

Considerações finais

O cidadão, portador de direitos e deveres, geralmente percebe o lugar onde está inserido de forma particular, identificando quais são suas deficiências e qualidades. Tais deficiências geram os principais anseios da população, geralmente ligados aos direitos garantidos pela Constituição Federal Brasileira. Dentre tais direitos destaca-se a saúde, a educação, a moradia, o transporte e a segurança, que, aliados aos demais direitos garantidos constitucionalmente, promovem uma melhor qualidade de vida dos cidadãos.

A qualidade de vida está associada à satisfação das necessidades humanas, sejam elas básicas ou não, materiais ou imateriais. Para satisfazer tais necessidades é preciso estabelecer prioridades e buscar promover a autonomia, tanto individual quanto coletiva. Isso significa repensar novos espaços, ocupados por indivíduos que possuem necessidades inerentes à sua condição de idoso, bem como modificar os lugares existentes com o cuidado de não tornar sua ressignificação um transtorno.

Cabe ao Estado esse papel de organização dos espaços e controle territorial. Também é evidente a função estatal na implementação de políticas públicas, tanto para o idoso quanto para os demais cidadãos que pertencem ao seu Território, com o objetivo de atender suas demandas, confirmando assim, a relação de poder existente entre Estado e Sociedade.

Portanto, é dever dos gestores atentarem para que o direito à igualdade e à vida, assegurados constitucionalmente ao cidadão, sejam a base para o financiamento e a institucionalização das políticas públicas. Para isso, é fundamental ouvir a população que usufrui determinado lugar durante o planejamento das políticas públicas a serem

implementadas no espaço para que a criação das mesmas preserve a autonomia, a participação, o cuidado e a satisfação do cidadão, bem como possibilite sua atuação nos contextos sociais.

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. A África brasileira: população e territorialidade. *Acervo*: Revista do Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p.147-164, jul/dez. 2009. Disponível em: <http://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/14>. Acesso em: 22 mai 2018.

AUGÉ, Marc. *Não-lugares***:** Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas: Papirus, 1994. 111 p.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, da organização e funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências (Lei Orgânica da Saúde). *Diário Oficial da União*, Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm>. Acesso em: 25 mar. 2018.

_____. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências (Lei Orgânica da Assistência Social). *Diário Oficial da União*, Brasília, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 11 abr. 2018.

_____. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências (Política Nacional do Idoso). *Diário Oficial da União*, Brasília, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm>. Acesso em: 30 abr. 2018.

_____. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências (Estatuto do Idoso). *Diário Oficial da União*,

Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em: 20 abr. 2018.

_____. Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. *Portaria Nº 2.528 de 19 de Outubro de 2006***.** Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2006/prt2528_19_10_2006.html>. Acesso em: 21 abr. 2018.

_____. Presidência da República. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 04 abr. 2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Estado, Estado-Nação e Formas de Intermediação Política. *Lua Nova*: Revista de Cultura e Política, [s.l.], n. 100, p.155-185, jan. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-155185/100>.

CAMACHO, Alessandra Conceição Leite Funchal; COELHO, Maria José. Políticas públicas para a saúde do idoso: revisão sistemática. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília 2010, mar-abr; 63(2), 279 – 284.

CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia***:** conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 352 p.

CRUVINEL, Tomaz Alberto Costa. *Promoção da saúde e qualidade de vida nos idosos na saúde da família***.** Especialização - Atenção Básica em Saúde da Família, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

HOLZER, Werther. O conceito de lugar na geografia cultural-humanista: uma contribuição para a geografia contemporânea. *Geographia*, Niterói, v. 5, n. 10, p.113-123, jan. 2003. Disponível em: <http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/130/127>. Acesso em: 14 jun. 2018.

LE CORBUSIER. *Planejamento urbano***.** Tradução de Lúcio Gomes Machado. São Paulo: Perspectiva, 2010. 197 p.

MOREIRA, Ramon Missias *et al*. Qualidade de vida, saúde e política pública de idosos no Brasil: uma reflexão teórica. *Kairós Gerontologia*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 27-38, mar. 2013.

MOSER, Ana Maria; LIMA, Claudia Franciane de; PEREIRA, Luis Eduardo. Qualidade de vida do idoso e vinculação ao lugar. In: Congresso Nacional de Psicologia da Saúde, 12., 2018, Lisboa. *Actas***.** Lisboa: Ispa – Instituto Universitário, 2018. p. 77 - 87. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/6168/1/12CongNacSaude077.pdf>. Acesso em: 30 maio 2018.

OLIVEIRA, Nielmar de. Expectativa de vida do brasileiro é de 75,8 anos, diz IBGE. *EBC Agência Brasil*, 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/pesquisa-e-inovacao/noticia/2017-12/expectativa-de-vida-do-brasileiro-e-de-758-anos-diz-ibge>. Acesso em: 27 mar. 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)*. Assembleia Geral das Nações Unidas: 1948. Disponível em: <http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>. Acesso em: 03 mai. 2018.

PESSOTO, Umberto Catarino; RIBEIRO, Eduardo Augusto Werneck; GUIMARÃES, Raul Borges. O papel do Estado nas políticas públicas de saúde: um panorama sobre o debate do conceito de Estado e o caso brasileiro. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 9-22, mai. 2015.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma Geografia do poder***.** Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Editora Ática S. A., 1993. 269 p. (Temas).

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço*: Técnica e Tempo. Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008. 384 p.

_____, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 57, p. 77-92, 1980. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/boletim-paulista/article/view/1044>. Acesso em: 29 mar. 2018.

SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 560 p.

_____, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

TUAN, Yi-fu. *Topofilia*: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. 288 p.

VERAS, Renato. Fórum. Envelhecimento populacional e as informações de saúde do PNAD: demandas e desafios contemporâneos. Introdução. Cadernos de Saúde Pública, [s.l.], v. 23, n. 10, p.2463-2466, out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0102-311X2007001000020&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 18 mar. 2018.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Envelhecimento ativo: uma política de saúde. Tradução de Suzana Gontijo. Brasília: Organização Pan-americana da Saúde, 2005. 60 p. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/envelhecimento_ativo.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2018.

CAPÍTULO 9
ANÁLISE COMPARATIVA NA GESTÃO DA PAISAGEM RURAL EM VILA REAL/PORTUGAL E BROTAS – SÃO PAULO/BRASIL

Cristiane Dambrós

Ana Alexandra Vilela Marta Rio Costa

Reflexões iniciais

A paisagem é constituida a partir do momento em que o homem lhe dá algum significado, podendo este ser de ordem conservacionista, cultural, político, econômico, entre outros. Para a Convenção Europeia da Paisagem (2000, p. 3), a paisagem é "*uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo caráter resulta da ação e da interação de fatores naturais e/ou humanos*", sendo a sua gestão, entendida como o ato de gerir, administrar, dirigir ou gerenciar algo, ou seja, assegurar que a manutenção de uma "*paisagem, numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, oriente e harmonize as alterações resultantes dos processos sociais, econômicos e ambientais*".

Assim, a paisagem apresenta características que contam a história de uma população ou que pode garantir uma melhor qualidade de vida, dando origem à construção de normatizações de uso, através do ordenamento, com a finalidade de conservar e/ou preservar o patrimônio existente.

Partindo destas definições, pretende-se neste trabalho contribuir com reflexões acerca da gestão da paisagem em áreas de relevância ecológica e beleza cênica, através da análise comparativa dos municípios de Vila Real (Portugal) e Brotas - São Paulo (Brasil), considerando os seus aspetos convergentes e divergentes. Será tomado como objeto de estudo, para além das áreas referidas (os próprios municípios), as suas propriedades rurais, unidades específicas de gestão da paisagem, que vão ao encontro do conjunto de variáveis consideradas para análise.

Dentro dos territórios definidos, selecionaram-se as propriedades rurais de uma unidade de conservação, denominado de Parque Natural do Alvão (localizado no município de Vila Real), para o caso português, e as propriedades rurais localizadas em Áreas de Preservação Permanentes – APPs (no Distrito de São Sebastião da Serra em Brotas/SP), para o Brasil.

O texto está dividido em três partes: inicia-se com os aportes teóricos, onde é discutida a gestão da paisagem rural, sob o ponto de vistas de diferentes autores; a segunda secção dedica-se à apresentação do procedimento empírico, no qual são descritas as características mais significativas dos dois municípios, do ponto de vista da temática em análise; e, por último, analisa-se comparativamente a informação obtida pelos inquéritos aplicados e através das observações realizadas nas áreas de estudo, tendo em consideração os aspetos particulares de cada lugar.

Enquadramento teórico sobre a gestão da paisagem rural

A gestão da paisagem rural tem sido uma temática constante em pesquisas de âmbito nacional e internacional, inserida no contexto das discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento rural, uma das linhas de análise está relacionada às políticas públicas. O binomio patrimônio-paisagem é aqui uma evidência, onde se destaca a promoção ambiental, histórico-cultural e econômica como uma constante nas propostas de gestão integrada da paisagem (SABATÉ BEL, 2004).

Para Joliveau (1994, p. 325) "*le paysage, dans ces approches paysagères, est souvent présenté comme un patrimoine, une mémoire collective qu'il est nécessaire de conserver, de préserver et de gérer en bon propriétaire*", ou seja, o autor defende que a paisagem se apresenta como um património, como uma memória coletiva que é necessário conservar, preservar e gerir. Joliveau (1994) indica ainda a gestão da paisagem como um desafio e um meio de mobilizar os atores envolvidos para pensar o futuro de um território.

A paisagem é um produto de múltiplas facetas: subjetiva e objetiva, natural e cultural, material e imaterial, individual e social. É um meio entre espaço e imagem, realidade e representação, entre natureza e sociedade. Todavia, estas dimensões não devem ser arbitrárias, mas integradas num todo que permita compreender a paisagem, em qualquer momento, como espaço e representação (BERTRAND, 1992; JOLIVEAU, 1994).

São várias as abordagens que tentam explicar a gestão da paisagem num sistema integrado. Para os políticos e cientistas,

preocupados com o planeamento e com a avaliação do uso da terra e das atividades humanas, a paisagem é considerada na sua totalidade e tem como finalidade a sua manutenção em longo prazo (WILDLIFE, 2006, apud HÖCHTL et al., 2007).

Esta conceção de gestão, inicialmente proposta pelos estadunidenses, através de uma escala espacial organizada que integra as múltiplas facetas de determinado território, aproxima-se a outros planos, por exemplo, Brasil e Portugal. Ambos os planos (de ordenamento) promovem a sustentabilidade econômica, social e ambiental, e assentam numa gestão integrada do sistema (ZEE, 2002; PNA, 2014). Outro aspecto importante e levado em conta pelos grupos/comitês de gestão reside no fato de que a gestão da paisagem não deve entrar em conflito com os interesses do desenvolvimento, mas ambos devem confluir à qualidade socioeconômica usufruida pelas populações.

No Brasil, o instrumento criado com o intuito de viabilizar o Plano Nacional de Meio Ambiente é o Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE, regulamentado pelo Decreto nº 4.297/2002 (ZEE, 2002). Tem por objetivo viabilizar o desenvolvimento sustentável a partir da compatibilização do desenvolvimento socioeconómico com a proteção ambiental, a partir da adequação do uso da terra e da gestão territorial e, neste sentido, apresenta proposições bastante semelhantes à proposta Portuguesa veiculada no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território. Porém com os apelos internacionais e nacionais, os aspetos naturais têm ganhado, em algumas situações, maior atenção, por se tratar de um instrumento da Política Nacional de Meio Ambiente.

Já para a Convenção Europeia da Paisagem (2000), a gestão da paisagem identifica-se com elementos que interagem

tanto com o plano português bem como com o brasileiro e o norte-americano, originados a partir do documento construído através dos acordos assinados na ECO 92 - Agenda 21, onde o desenvolvimento sustentável assumiu uma posição de destaque. Nesse sentido, Olmo (2004, pp. 104) destaca que:

> en ese marco ha de entenderse el peso creciente de los paisajes rurales y de su gestión como recurso territorial, y las virtualidades que el propio paisaje rural manifiesta como punto de encuentro y de concertación entre las políticas de carácter sectorial, el desarrollo rural y la ordenación del territorio. (OLMO, 2004, p.104).

Olmo (2004) aponta o crescente debate sobre a gestão da paisagem rural e a sua importância para o desenvolvimento e ordenamento territorial. Na verdade, a falta de gestão da paisagem como recurso territorial, reflete-se na deterioração e no abandono das edificações de interesse patrimonial e das propriedades, na falta de miradouros e rotas paisagísticas, além de más condições de acesso no seu entorno.

Sendo os objetivos da gestão da paisagem complexos, multifacetados e sob influência econômica, social e política, além das visões de mundo e formação profissional dos que planejam, autores como Höchtl et al. (2007) destacam como principais objetivos de uma correta gestão da paisagem: 1) o fornecimento de alimentos e de matéria-prima de forma sustentável; 2) a criação de espaços de lazer; 3) a conservação dos recursos bióticos e abióticos, espácio-temporais e culturais; e 4) a restauração e recuperação de paisagens degradadas e compartimentadas.

Neste sentido, o plano europeu defende a existência de áreas protegidas intocáveis e de outras com possibilidade de uso sustentável dos seus recursos disponíveis. Porém, tais

pressupostos não se evidenciam na legislação, de modo geral, que tende para a preservação do território sem qualquer intervenção em áreas classificadas como ecológicas (caso dos Parques Naturais), enquanto que nas áreas não abrangidas por aquelas normas, se verifica o uso livre do espaço. É o que acontece, por exemplo, no Brasil através de práticas de agronegócio, onde dominam as monoculturas de soja, algodão, cana-de-açúcar e a exploração intensiva pecuária, com consequências no esgotamento dos recursos naturais e na poluição ambiental, como demonstraram Marta-Costa e Poeta (2003).

As paisagens rurais europeias são espaços que têm vindo a registar ao longo das últimas décadas processos de transformação fundamentais, a um ritmo nunca experimentado antes, e, em simultâneo com estas mudanças, a procura de outros usos e funções da paisagem rural tem vindo a crescer (Pinto-Correia, 2007). Pinto-Correia (2007) destaca ainda que os espaços rurais, mesmo aqueles cujo uso do solo é dominado pela agricultura, procuram incentivos através de atividades não agrícolas, o que pode criar novas possibilidades, mas também tensões e conflitos internos e externos.

Estas situações podem estar relacionadas, do ponto de vista interno, com a dificuldade de trabalho associativo e a adaptação de funções distintas, como por exemplo, agricultura e turismo. No primeiro caso, Gelbcke (2006) indica o associativismo como um elemento que deve ser trabalho a médio prazo (5 anos), pois só assim é alcançado um tempo de autoconhecimento que facilitará o trabalho em grupo bem como as melhores formas de sanar as tensões que possam surgir, para além da competição/concorrência. Quanto à adaptação das funções distintas, Gelbcke (2006) e Haddad (2009) referem-se à

necessidade simultânea de cuidar da propriedade, atender o turista ou se readaptar de acordo com as normativas previstas na área de conservação.

Do ponto de vista externo, sobressaem as demarcações de áreas de preservação e os problemas com turistas. A criação de áreas protegidas ocasiona uma série de restrições para os agricultores no uso do território demarcado, não sendo acompanhada da informação e educação ambiental necessária (HADDAD, 2009). A implementação de área turística, apesar de constituir um fator de desenvolvimento bastante indicado na atualidade, origina acumulação de lixo, barulho, violência, roubos, para além da construção de infraestruturas, modificando toda a dinâmica existente nas comunidades, geralmente oriundas de áreas rurais isoladas (GELBCKE, 2006).

Caracterização dos municípios de Vila Real (Portugal) e de Brotas/SP (Brasil)

O processo de ocupação e formação territorial tem decorrido de modo diferente nos dois municípios em estudo. As datações de ocupação humana nos dois locais verificam-se muito antes de suas fundações ou indicações documentadas, tendo Brotas sido povoada por povos indígenas Tupis e Vila Real tem indicações de povoamento desde o paleolítico. Porém, este último município apresenta destaque quanto à existência de edifícios e sua construção histórica, a partir do ponto de vista eurocêntrico.

Acontecimentos	Datas	
	Brotas/SP/Brasil	**Vila Real/Portugal**
Fundação como Vila	1841	1096
Município	22 de agosto de 1859	04 de janeiro de 1289
Foro de Cidade	1894	20 de julho de 1925
Energia Elétrica	12 de novembro de 1911	1894 (4ª cidade portuguesa)

Quadro 1: Produção pecuária existente nas propriedades visitadas.

Fonte: Arquivo histórico de Vila Real (Comissão das comemorações dos 700 anos de Vila Real, 1989) e de Brotas (RAMOS, 1996).

Vila Real, localizada a Norte de Portugal e situada a 402 km da capital portuguesa (Lisboa), tem uma área de 378,80 km^2 e contingente populacional de 51.850 habitantes. Faz parte da região do Alto Douro Vinhateiro que, em 2001, foi elevado a Patrimônio Mundial da Humanidade devido ao seu valor cultural, consequência da transformação milenar da sua paisagem. O município localiza-se numa área de planalto rodeado pelas Serras do Marão e do Alvão, pertence à bacia hidrográfica do Rio Douro e está na área de influência do clima temperado mediterrânico (PIOTADV, 2003; PORDATA, 2009).

Nas áreas onde o solo é mais desenvolvido, a vegetação é composta por florestas, que na sua maioria são caducifólias compostas por sequoias, bétulas, carvalhos, nogueiras, faias, castanheiras. Há também vegetação arbustiva, ervas e gramíneas em áreas de solo pouco desenvolvido. A fauna da região é composta por espécies ameaçadas de extinção como o lobo-ibérico, águia-real, gato-bravo, toupeira-de-água e falcão peregrino, além de raposas, coelhos, veados, javalis, esquilos, répteis, pássaros, insetos, entre outros (ICNF, 2015).

A economia do município da Vila Real tem base na prestação de serviços, com a presença do hospital, universidade,

centro comercial e capital do distrito; na indústria, destacam-se a agroalimentar, curtumes, cerâmicas, madeireiras e artesanato (peças com barro preto de Bisalhães) na agropecuária (suínos, bovinos, olivais, batatas, castanhas, cereais, frutas e vinha) (PORDATA, 2009).

Em relação à atividade agropecuária, e segundo dados relativos a 2009, Vila Real dispõem de uma área total de 10.576 hectares, propriedades com dimensão média de 6,6 hectares e estima-se que em 80% das mesmas, o proprietário tenha mais de 45 anos. A região a que Vila Real pertence, Trás-os-Montes, é a maior produtora de azeite, devido à adaptabilidade da oliveira a diferentes tipos de solos. Dentre os cereais, o centeio tem maior destaque, porém com o acordo europeu a cultura vem perdendo espaço progressivamente e a produção de batata cresce entre as economias locais, onde a região tem a segunda maior produção do País (PORDATA, 2009).

A vinha, cuja produção tem como destino principal a produção de vinho, juntamente com os olivais característicos da região, também contribui para a economia municipal, pertencente à região demarcada do Douro, e abrange 112,76 hectares declarados, sendo que 30% das suas propriedades são geridas por mulheres (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR, 2013).

Na fruticultura, têm-se a produção de frutos secos, destacamdo-se a amêndoa, castanha, e as frutas desidratadas, figo, laranja, maçã, são as espécies mais frequentes nas propriedades rurais do município de Vila Real. A silvicultura vem ganho espaço nos últimos anos, com o plantio do pinheiro bravo, carvalho e do eucalipto, além do incentivo à gestão sustentável destas áreas, pois a mesma vem acompanhada pelo aumento de incêndios (ICNF, 2014).

A comparação das informações colhidas em 1999 com a disponível nos últimos censos (INE, 2009) mostra que a área de exploração agrícola diminuiu no que tange a sua totalidade, tendo havido um recuo de mais de 450 mil hectares e desaparecido 112 mil explorações. No que respeita à redução das pequenas propriedades identificam-se como causas possíveis o envelhecimento dos seus proprietários, sem condições físicas para continuar com a atividade, e/ou a sua transmissão por herança aos filhos não mais interessados em residir nas aldeias. Esta situação percetível através do Programa Portugal 2020 (PORN, 2014), foi também confirmada com a realização do trabalho de campo.

Em contrapartida, as propriedades com mais de 50 hectares têm aumentado, o que se deve quer aos habitantes que querem permanecer nas aldeias e compram terras para aumentar a sua atividade ou porque existem investidores que se deslocam até o interior para a aquisição de propriedades. Porém, este aumento da concentração de terra em Vila Real, poderá ocasionar um esvaziamento irreversível destas áreas em termos de ocupação populacional.

Relativo ao munício brasileiro, Brotas soma-se a outros 644 municípios para constituir o estado de São Paulo. Localizado na porção central, Brotas abrange uma área de 1.101,384 km^2, está a uma distância de 235 km da capital paulista e a 725 km de Brasília. Demograficamente, segundo dados censitários do IBGE estimado para 2018, é composto por 24.163 habitantes.

Segundo a classificação realizada por Ab'Saber em 1970, Brotas encontra-se no Domínio morfoclimático e fitogeográfico de Mares de Morros, caracterizado por abrigar a floresta latifoliada tropical (Mata Atlântica), clima predominantemente

tropical quente e húmido, caracterizado por um período de estiagem e outro chuvoso. Quanto aos aspetos geomorfológicos destacam-se na paisagem as Cuestas Basálticas e a Depressão Periférica.

A paisagem presente na zona rural no município de Brotas apresenta o predomínio da cana-de-açúcar, pecuária, café, laranja e milho, além do turismo de aventura que ocupa principalmente as áreas de encostas. Considerando a vegetação nativa, a paisagem da região sofreu transformações significativas. A vegetação original de cerrado, campos e vegetação densa na escarpa, foi substituída pelo cultivo de café, posteriormente deixado de ser produzido devido ao processo de deterioração do solo, sendo substituída pela criação extensiva de gado bovino. Penteado (1968) destaca estas sucessões nas cararterísticas da paisagem de forma poética, porém com rigor acadêmico: "*Velhas fazendas abandonadas, colônias em ruinas, solos degradados e endurecimento pela lavagem e limonitização, erosão acelerada, abrindo sulcos e aumentando a carga das torrentes*." (PENTEADO, 1968, p.81).

No entanto, para as pequenas propriedades rurais, estas condições naturais influenciaram nos seus sistemas de cultivo e na dinâmica organizacional, destacando-se os processos econômicos e migratórios para outras regiões ou para áreas urbanizadas (BOSERUP, 1987).

Quanto à paisagem rural de Brotas/SP, pode-se aferir que as suas propriedades rurais apresentam atividades agrícolas e não agrícolas com carácter multifuncional, como é o caso das atividades agropecuárias e turísticas, além de aspetos naturais, como as "cuestas" (GERALDO, 2012).

Um elemento novo é de facto o turismo, hoje já incorporado no quotidiano dos brotenses, através da conversão das suas paisagens naturais em pontos turísticos (por exemplo, as muitas cachoeiras) e do desenvolvimento de atividades de turismo rural direcionadas principalmente para a cultura do café. Todavia, o turismo pode trazer benefícios e malefícios à paisagem. É o caso, por exemplo, da incorporação de estruturas arquitetónicas ou denominações/marcas que não correspondem à realidade do lugar.

Os dados censitários do IBGE (2010) e do INE (2009) indicam que os municípios de Brotas e Vila Real, respetivamente, apresentam a maior parte de seus habitantes a residir na área urbana, predominando aqui as mulheres, situação que se inverte com os habitantes da área rural.

As áreas rurais de ambos os municípios apresentam características paisagísticas bastante distintas, porém convergem quanto ao interesse pecuário, agrícola e não agrícola no uso das suas paisagens, além da existência de áreas direcionadas ao conservacionismo que implicam restrições de uso, como é o caso do Parque Natural do Alvão, em Portugal.

Esta informação corrobora com o posicionamento de pesquisadores como: Camarano; Abramovay (1999), Scheneider (2003), Wanderley (1996), Ferreira (2003), entre outros, que indicam o êxodo, o envelhecimento e a masculinização do campo, como os principais problemas socioeconómicos encontrados nas áreas rurais, juntamente com os endividamentos, a falta de infraestrutura e a necessidade de auxílio técnico.

Análise comparativa entre os municípios de Vila Real (Portugal) e Brotas/SP (Brasil)

Breve nota metodológica

A construção deste texto é o resultado parcial de uma pesquisa em desenvolvimento nos municípios de Vila Real e Brotas/SP. Estas áreas geográficas foram selecionadas devido a várias razões, nomeadamente por incorporarem espaços com interesse ecológico, cujo uso sustentável é incentivado. É o caso do Parque Natural do Alvão, em Vila Real, e a zona de cuesta em Brotas/SP, que se encontra no Bairro Rural Patrimônio de São Sebastião da Serra, conhecido como Eco Parque ou Circuito das Cachoeiras.

Para a efetiva análise das características presentes em cada área selecionada, optou-se pela recolha de informações através de inquéritos. Para o presente trabalho, e existindo em Brotas efetivamente seis proprietários com terras no entorno do Eco Parque, optou-se por uma análise equiparada com Vila Real (Quadro 2).

Inquéritos	Vila Real/ Portugal		Brotas-SP/ Brasil
	Área das propriedades (ha)	Baldio (ha)	Área das propriedades (ha)
1	14	120	24,2
2	2	-	21,78
3	3	-	43,56
4	8	50	44
5	0,3	-	23,59
6	0,3	-	36,3

Quadro 2: Identificação das propriedades inquiridas em Vila Real e em Brotas.

Fonte: Trabalhos de campo realizado entre agosto e novembro de 2014, em Brotas; de abril a junho de 2015, em Vila Real.

Os inquéritos realizados estão estruturados nos seis grandes eixos seguintes: 1) aspetos demográficos, de habitação e saúde, sociais, de lazer e infraestruturais; 2) localização, forma de aquisição e tempo de pertença da propriedade do entrevistado; 3) exploração e carácter da mão-de-obra; 4) atividades agrícolas e não agrícolas desenvolvidas, produção agropecuária e rentabilidade; 5) disponibilidade de equipamentos tecnológicos, assistência técnica e subsídios; 6) aspetos da paisagem, arquitetura e socioculturais.

A realização de inquéritos foi acompanhada pela descrição e observação da paisagem, que inclui da identificação de possíveis sinistros ou das suas cicatrizes que ainda permanecem incrustadas na paisagem. Outros apontamentos resultaram durante a realização do inquérito ou em conversas informais com os moradores.

Resultados obtidos

As características presentes nos dois municípios em estudo são muito variadas e, por este motivo, optou-se por um recorte espacial menor para possibilitar maior detalhe e, consequentemente, uma análise comparativa mais profícua. Como indicado antes, foi selecionado casos específicos, sendo objeto de estudo, em Vila Real, o Parque Natural do Alvão (figura 1) e, em Brotas/SP, a zona de cuesta no Bairro rural Patrimônio de São Sebastião da Serra, conhecido como Eco Parque ou Circuito das Cachoeiras (figura 2).

A figura 1 corresponde a um croqui da área demarcada como Parque Natural do Alvão, localizado entre Vila Real e Mondim de Bastos. A sua porção Oeste-Sul corresponde às aldeias de Lamas de Olo e de Arnal, pertencentes ao primeiro município, e entre estas localidades evidencia-se uma barragem destinada ao abastecimento de água da população de Vila Real.

Figura 1: Croqui da área pertencente ao Parque Natural do Alvão.
Fonte: Portal Natureza – ICNF.

Na figura 2, relativa ao Eco Parque ou Circuito das Cachoeiras, é possível observar em primeiro plano, apesar de não muito percetível devido à escala da foto, um remanescente de Mata Atlântica que corresponde à área íngreme (*percée* da cuesta). Também são visíveis, em primeiro e segundo plano, as cascatas no rio. Na sua envolvente há área agrícola, ocupada predominantemente com cana-de-açúcar e com a exploração pecuária. Em terceiro plano surge a represa responsável por

gerar energia elétrica, desde 1911, para Brotas, para além do povoado do Bairro rural Património de São Sebastião da Serra.

Figura 2: Fotografia aérea abrangendo toda a área do Eco Parque, Brotas/SP.

Fonte: Site oficial da hospedaria Pousada das Nascentes.

Tendo como enfoque destacar as semelhanças e diferenças das características com maior impacto, entre Vila Real e Brotas/SP, procede-se de seguida à apresentação dos aspetos relativos ao tamanho da propriedade e de demografia, incluindo a escolaridade e religião. Posteriormente destacam-se considerações quanto à produção agrícola, pecuária e políticas de incentivo; seguidos pelos aspetos de infraestrutura e socioculturais. Termina-se com uma breve análise sobre as atividades não agrícolas e o sistema de gestão a que as áreas estão submetidas.

Os elementos que mais destoam na paisagem do Brasil são o tamanho das propriedades rurais e a monocultura influenciada pelo agronegócio. Estes elementos induzem à perceção da paisagem rural como um vazio, nalguns locais, ou como muito diversificada quanto às culturas e atividades praticadas, nas restantes áreas, obedecendo a uma descontinuidade espacial que transborda riqueza e pobreza. Na legislação brasileira (Lei Nº 8.629/93, de 25 de fevereiro da Presidência da República, 1993), a propriedade rural é dimensionada através de módulos fiscais, onde a pequena propriedade rural é definida por ter uma área entre um a quatro módulos fiscais. Para o município de Brotas, o tamanho do módulo fiscal é de 18 ha, o que significa que as propriedades com menos área consideram-se minifúndios e as que apresentam valor acima até 72 ha são classificadas como pequenas propriedades rurais.

No Parque Natural do Alvão, a produção de alimentos e a criação de animais autóctones (caprinos e bovinos), amparada por políticas e subsídios, são o garante da permanência da estrutura agropecuária existente. A sua função ecológica está direcionada para a preservação das nascentes de água, da vegetação e de animais selvagens, e evidencia-se também a existência de um património histórico que se encontra disperso pelas aldeias do Parque. As propriedades são parcelas em que predomina o extrato até 5,0 ha, localizadas na sua maioria a 20 minutos de automóvel do centro da cidade.

Considerando aspetos ainda referentes ao tamanho da unidade de produção, verifica-se que Vila Real tem propriedades rurais privadas menores que em Brotas. Porém, em Portugal há a possibilidade de uso de baldios, ou seja, terras comunitárias geridas por compartes ou por comissões que têm direito ao seu uso, o que permite complementar a área útil da

exploração. Quando o agricultor necessita das mesmas, principalmente para o pastoreio, solicita-as e usa-as no período atribuído para o efeito.

Outra variável importante é a demografia, que nos indica o cenário populacional nas comunidades/aldeias num futuro próximo. Mesmo analisando um número pequeno de inquéritos, é possível identificar o predomínio de pessoas no campo com idade superior a 30 anos, em ambas as áreas sob análise. Esta questão é muito importante para avaliar a disponibilidade de mão-de-obra para as atividades agrárias, por exemplo, que demandam força física e poderão ver a propriedade comprometida se gerida por idosos.

O processo de despovoamento humano é uma característica importante identificada nestes territórios. Em Brotas as pessoas vendem ou abandonam suas propriedades e vão para a cidade. Já em Vila Real as pessoas migram para outros países europeus em busca de trabalho, voltando apenas nos períodos de férias.

O número de pessoas por família mais frequente, nas propriedades inquiridas, é de 4 em Brotas/SP e 3 em Vila Real, havendo ainda casos com apenas duas pessoas, geralmente idosos. Relativo à escolaridade dos seus membros verifica-se que, na sua maioria, não é ultrapassado o primeiro ciclo do ensino fundamental, existindo alguns familiares analfabetos ou com curso superior completo. A reforma/aposentação é uma realidade e fonte de rendimento para grande parte das famílias.

Os entrevistados em Brotas são maioritariamente homens católicos e proprietários, enquanto que, em Vila Real, os entrevistados são na sua maioria mulheres católicos e cônjuges dos proprietários, e ambos os casos com idade na faixa dos 30 a

60 e mais de 60 anos. As atividades rurais estão presentes em ambos os lugares, porém, os jovens, em sua maioria, dedicam-se a um conjunto de atividades de caráter urbano ligados ao comércio, à indústria e à prestação de serviços.

Em Portugal são atribuídas ajudas monetárias sob a forma de subsídios aos seus agricultores que auxiliam o planeamento e gestão da propriedade e das atividades, no que respeita à sua manutenção, ampliação ou reestruturação. Tal situação foi iniciada há poucos anos no Brasil. Todavia, observa-se que aquelas não são suficientes e os portugueses continuam a migrar. No trabalho de campo, em conversa com os agricultores do Parque Natural do Alvão, foi relatado que "*muitas pessoas não querem trabalhar, mas querem um emprego, e o resultado é a emigração*".

Já no Brasil, é necessária a criação de subsídios e de apoio técnico para possibilitar a competição de produtos no mercado e capital financeiro para a manutenção e melhoramento das atividades desenvolvidas nas propriedades rurais. As figuras 3 e 4 expressam a informação obtida nos inquéritos relativamente às atividades produtivas vegetais e pecuárias, respetivamente, praticadas nas propriedades rurais.

A figura 3 mostra as produções vegetais encontradas nas propriedades inquiridas e as barras indicam, no total dos seis inquéritos realizados em cada território, o número de propriedades onde uma determinada atividade se manifesta. A existência de cultivo da mandioca, cana-de-açúcar e café verifica-se apenas nas propriedades investigadas em Brotas e o cultivo da batata e de cereais apenas nas propriedades em Vila Real. É importante destacar que estes resultados são referentes às propriedades inquiridas, porém, é sabido da existência destas cultivares em outros locais de ambos os países.

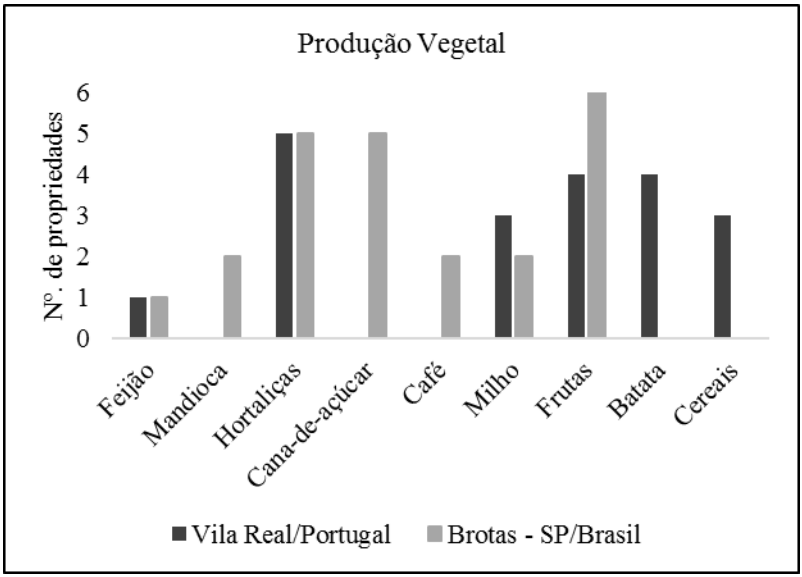


Figura 3: Produção vegetal nas propriedades visitadas.

Fonte: Trabalhos de campo realizados nos períodos de agosto a novembro de 2014, em Brotas, e de abril a junho de 2015, em Vila Real.

Observa-se que, nas propriedades maiores, tanto em Vila Real como em Brotas/SP, há presença da pecuária, aliada sempre a um elemento alimentar destinado a estes animais. Em Brotas/SP este corresponde ao cultivo da cana-de-açúcar e, em Vila Real, há o cultivo de cereais. Como culturas tradicionais das pequenas propriedades, encontra-se a mandioca e o milho, sendo que a primeira apresenta grande expressividade em Brotas e, em Vila Real, tem-se a batata como elemento de destaque.

A silvicultura (eucalipto) em Brotas/SP tem ganhado cada vez mais espaço, incentivada pela Secretária Municipal de Agricultura que nos últimos anos têm realizado palestras e cursos de orientação para os proprietários. Já no Parque Natural

do Alvão, a espécie florestal mais comum é o pinheiro, atualmente com a finalidade de madeira e resina. A incorporação destas espécies na paisagem após a extinção da vegetação original, como é o caso do pinheiro e do eucalipto, visam atender a benefícios econômicos.

Porém, tanto em Vila Real como em Brotas/SP, existem meses do ano com índice pluviométrico baixo, o que aliada a altas temperaturas propicia a incidência de incêndios de origem natural e/ou criminosa. Anteriormente estes sinistros eram combatidos por agricultores ou a própria natureza se reorganizava em resposta ao fenômeno natural. Recentemente, tornou-se um grave problema com a disponibilidade de biomassa e de outras substâncias com poder de combustão presentes naquelas espécies, entre outros fatores.

Na exploração animal, assume destaque os bovinos de carne, suínos e frangos, para Brotas/SP. A presença de diversos pesqueiros faz também da criação de peixes um negócio em atividade crescente. No Parque Natural do Alvão há presença de duas raças autóctones - o bovino "Maronês" (para carne) e a cabra "Bravia" (figura 4).

Estes exemplares de raças autóctones foram observados nas propriedades inquiridas, para além da criação de outros animais para consumo da família. Em Portugal há disponibilidade de subsídios e recursos, advindos da comunidade europeia e do governo português, principalmente para as raças autóctones consideradas em vias de extinção.

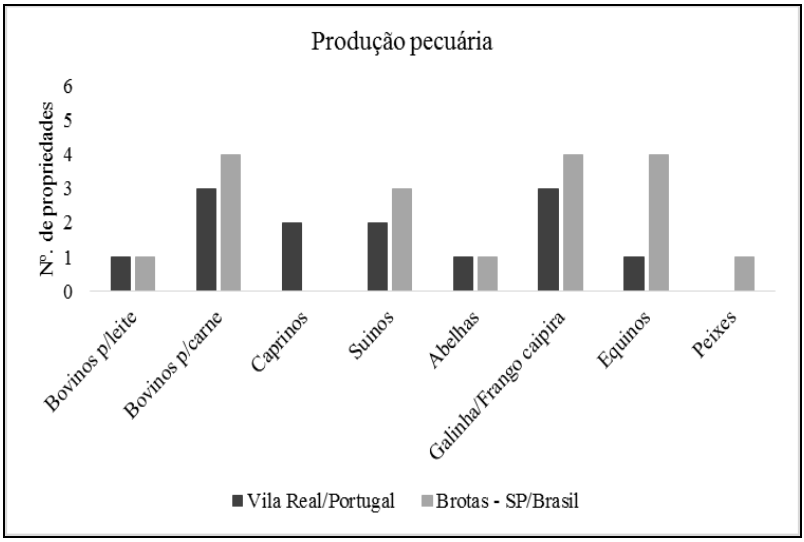


Figura 4: Produção pecuária existente nas propriedades visitadas.

Fonte: Trabalhos de campo realizados nos períodos de agosto a novembro de 2014, em Brotas, e de abril a junho de 2015, em Vila Real.

A partir da identificação das variáveis produtivas nas propriedades rurais, tem-se a possibilidade de tipificá-las em grupos, considerando o que se produz e comercializa. Nas duas áreas de estudo pode-se aferir que existe desde a produção de subsistência à comercial. A primeira corresponde à comercialização apenas do excedente de sua produção, após o consumo da família. Já a produção comercial respeita uma série de normas do mercado e verifica-se que algumas das propriedades investigadas caracterizam-se como fornecedoras de matéria-prima.

É percetível que nenhum dos entrevistados quer vender ou deixar de produzir nas suas propriedades e, para o desenvolvimento da agricultura, a posse da terra é fundamental,

ampliando o rendimento produtivo. Estas condições refletem-se noutros locais da propriedade, nomeadamente na casa do proprietário. Em Brotas/SP, o estilo, tamanho e material de construção da casa indicam as condições de vida da família do agricultor. Em Vila Real, esta relação não é tão evidente, pois as casas localizam-se no Parque e apresentam arquitetura e material de construção tradicional, e de acordo com as normas existentes, não é permitido a sua destruição. Estas casas são de pedra, com paredes construídas de blocos de rochas de granito ou xisto e o telhado é de lâminas de xisto.

Relativamente às condições materiais das famílias, observou-se que todas as propriedades investigadas em Vila Real (quadro 3) têm os eletrodomésticos básicos, situação bem diferente de Brotas/SP (quadro 4). Em ambos os municípios não há falta de água, a maioria das casas são abastecidas por nascentes ou poços com perfurações de pequena profundidade e o destino do esgoto, na sua maioria, tem como destino a fossa.

Inquéritos	**Vila Real**		
	Material da casa	**Cômodos**	**Esgoto**
1	Alvenaria e madeira	7	Fossa
2	Alvenaria e rochas	5	Fossa
3	Rochas	5	Fossa
4	Alvenaria e rochas	7	Fossa
5	Alvenaria e rochas	7	Fossa
6	Rochas	4	Fossa

Quadro 3: Distribuição por faixa etária, do número total de pessoas que residem nas propriedades inqueridas em Vila Real.

Fonte: Trabalhos de campo realizados nos períodos de agosto a novembro de 2014, em Brotas, e de abril a junho de 2015, em Vila Real.

Inquéritos	Brotas		
	Material da casa	Cômodos	Esgoto
1	Alvenaria	18	Fossa
2	Alvenaria	6	Fossa
3	Alvenaria	5	Rede de tratamento
4	Alvenaria	5	Fossa
5	Alvenaria	10	Biodigestor
6	Alvenaria	5	Fossa

Quadro 4: Distribuição por faixa etária, do número total de pessoas que residem nas propriedades inqueridas em Brotas.

Fonte: Trabalhos de campo realizados nos períodos de agosto a novembro de 2014, em Brotas, e de abril a junho de 2015, em Vila Real.

Em Brotas/SP existem dois casos distintos. Há um pequeno sistema de tratamento de esgoto desenvolvido para as residências destinadas aos técnicos da usina hidrelétrica e que também beneficia a propriedade que se localiza naquele local. Na propriedade 5 existe um biodigestor, apoiado (monetariamente e com mão-de-obra para instalação) pela Prefeitura, no âmbito de política pública a nível nacional. Destaca-se que este projeto está com ampla aderência por parte dos agricultores, tendo como principal justificativa, a diminuição de insetos, além do resíduo final ser reaproveitado para irrigação do pomar.

A sociabilidade é evidenciada pela amizade entre as famílias e pelas festas religiosas que reúnem estes grupos. Em Brotas, as festas mais comuns estão ligadas às típicas juninas que ocorrem ao longo do mês de junho, organizadas pelas famílias na sua propriedade. Em Vila Real, as festas são realizadas na sede da Aldeia sempre ligadas a alguma festividade religiosa.

Nos casos estudados, tanto em Vila Real como em Brotas/SP, o noticiário sobre o meio rural é acompanhado com frequência pelos inquiridos, sendo que eles não têm a prática da associação a clubes, sindicatos, cooperativas, entre outros. Esta situação apenas é praticada quando é condição necessária para a obtenção de subsídios e venda de seus produtos.

Na dimensão sociocultural/identidade, os dados obtidos revelam uma perda de identidade dos produtores em relação ao rural, quando afirmam que a função da agricultura familiar e o papel do agricultor na sociedade de hoje se restringe à produção de alimentos, à preservação do ambiente e é fonte de renda. O patrimônio histórico e cultural não é citado e as propriedades que apresentam aspetos/características históricas estão presentes por força de alguma lei ou ação preservacionista, mas o/a entrevistado/a não percebe a real importância de sua conservação. Esta questão é perceptível tanto em Vila Real como em Brotas e a maioria acredita que a importância do agricultor está apenas relacionada com a produção de alimentos.

Ainda referente a questões de opinião, é unanime que para ter sucesso é necessário capital (dinheiro) e ajuda (técnica, monetária, entre outras). Em relação aos problemas enfrentados por quem reside no campo, em Vila Real destaca-se o isolamento (longe da cidade) e em Brotas/SP a maior dificuldade é a violência (roubos) e a falta de infraestrutura (estrada em boas condições).

Verificaram-se também, em ambas as áreas de estudo, que quando questionada qual seria a prioridade dos entrevistados em caso de lucratividade na produção e em quais situações venderiam suas terras, verificou-se a existência de um padrão. Quando se tratam de pequenas propriedades e famílias produtoras, as respostas mais frequentes são a compra de terras,

seguida da compra de imóveis na cidade e a afirmação de que não venderiam suas terras por nenhum motivo, com ressalvas para alguma necessidade extrema, como por exemplo, doença.

A prática de atividades não agrícolas está presente entre os entrevistados e é característica nas famílias pesquisadas. As atividades realizadas fora da propriedade são a construção civil e o comércio (café/restaurante) em Vila Real, e em Brotas/SP o trabalho em outras propriedades rurais, como tratorista e cortador de cana-de-açúcar e a prática do turismo.

Uma diferença existente entre Brotas/SP e Vila Real reside nos atrativos turísticos (cachoeiras) que em Brotas estão localizados dentro de propriedades privadas, o que facilita os proprietários em torná-la uma fonte renda. Já em Vila Real as propriedades estão localizadas dentro do Parque Natural do Alvão e as áreas de visitação são áreas de propriedade da Nação, dificultando a sua incorporação como fonte de renda para os moradores.

Apesar de diagnósticos os planos de ordenamento existente nas duas áreas de estudo, a gestão da paisagem rural e o desenvolvimento local apresentam alguns percalços, elucidados através dos inquéritos. Brotas/SP tem como agravante que os planos ocorrem de modo individualizado nas propriedades rurais, devido ao interesse turístico, não incluindo o bairro rural como um todo. Já em Vila Real, no Parque Natural do Alvão, foi realizada uma série de investigações e levantamentos até alcançar um o modelo ideal de ordenamento a partir de uma equipe gestora para o Parque. Porém são poucos os habitantes da área em estudo que realmente entendem o propósito de conservação, o que gera conflitos.

Reflexões finais

Para se compreender o verdadeiro papel da agricultura e suas implicações económicas, sociais e culturais no cotidiano das famílias de pequenos agricultores, em Vila Real (Portugal) e em Brotas/SP (Brasil), devem ser considerados diversos fatores e analisá-los como pertencentes ou resultados de processos socioeconómicos complexos.

O estudo da paisagem em áreas rurais, a partir de um referencial teórico daquelas duas áreas específicas permitiu identificar um papel de destaque para a agricultura, ao longo da história, passível de observação através das rugosidades do passado, incrustadas na paisagem. Por outro lado, o meio natural dá ao campo uma fisionomia singular que articula natureza, cultivos e arquitetura em tempos distintos, o que permite relacionar elementos de distintas ordens que refletem valores fundamentais para a gestão da paisagem rural.

A construção deste texto permitiu refletir acerca das ferramentas de planeamento e como elas são abordadas em determinados locais. Quanto à análise realizada sobre Brotas/SP, é perceptível que os incentivos e as próprias políticas de desenvolvimento têm um problema gravíssimo, pois as propriedades rurais investem isoladamente na sua gestão e planeamento e no máximo organizam-se em associações para angariar recursos, mas sem propósito colaborativo. Esta condição deixa o Bairro rural Património de São Sebastião da Serra isolado e, neste contexto, o desenvolvimento local não acontece. Tal significa que a gestão da paisagem rural nas propriedades rurais é realizada de acordo com a demanda turística e, no âmbito do Bairro rural, não há qualquer ordenamento do território.

Em Vila Real, o processo ocorre de modo inverso. Com a criação do Parque Natural do Alvão o governo português cria um grupo que gere o Parque, e a partir de um Plano e de normativas em vigência, verifica-se a gestão da paisagem e esta perpassa pelas propriedades rurais. Porém, existem problemas que não são percetíveis a olho nu, que só se fazem perceber em momentos extremos. Esta situação só será resolvida quando deixarem de ser um problema e passarem a ser o centro do sistema de gestão.

Referências

BERTRAND, G. *Paisagem e geografia física global*. São Paulo. Cadernos de Ciências da terra 13. USP/IGEOG. 1992.

BOSERUP, E. *Evolução Agrária e Pressão Demográfica*. São Paulo: Hucitec e Polis, 1987.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil*: panorama dos últimos 50 anos. RJ: IPEA, 1999.

COMISSÃO DAS COMEMORAÇÕES DOS 700 ANOS. *Vila Real 700 Anos Depois*: Perspectivas. Vila Real: Câmara Municipal. Arquivo Distrital, 1989.

Conselho da Europa. *Convenção Europeia da Paisagem*. 2000. Disponível em: <http://www.coe.int>. Acesso em: 10 out. 2018.

FERREIRA, D. A. de O. *Mundo Rural e Geografia*: Geografia agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: Edunesp, 2002.

GELBCKE, Daniele. L. *Agroturismo e a produção do espaço nas Encostas da Serra Geral:* entre a ideia e a prática. Florianópolis, 2006. Dissertação (Mestrado em Geografia) Programa de Pós-Graduação em Geografia, UFSC. 2006.

GERALDO, J. C**.** Contribuições para a caracterização das atividades de turismo em espaço rural em propriedades de médio e grande porte nas

cuestas do Estado de São Paulo. 2012. 194 f. Tese (Doutorado em Geografia) – IGCE/UNESP – Rio Claro/SP. 2012.

HADDAD, P. R. Capitais intangíveis e desenvolvimento regional. *Revista de Economia*, v. 35, n. 3 (ano 33), p. 119-146, set./dez. 2009.

HÖCHTL, F. et al. Building bridges, crossing borders: Integrative approaches to rural landscape management in Europe. Norsk Geografisk Tidsskrift - *Norwegian Journal of Geography*, 61:4, 2007. p. 157-169. Disponível em: <http://landespflege-freiburg.de/ ressourcen/njg_landscape%20management%20europe.pdf>. Acesso em: 10 out. 2018.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Recenseamento 2010*. Disponível em URL: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em: 15 out. 2018.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – ICNF. *Relatório anual de áreas ardidas e incêndios florestais em Portugal Continental 2013*. Departamento de Gestão de Áreas Classificadas, Públicas e de Proteção Florestal, 2014.

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas – ICNF. *Áreas protegidas*. Parque Natural do Alvão, 2015. Disponível em: <http://www.icnf.pt/portal/ap/p-nat/pnal>. Acesso em: 05 nov. 2018.

Instituto Nacional de Estatítica – INE. *Recenseamento 2009*. Disponível em: <https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE>. Acesso em: 23 out. 2018.

JOLIVEAU, T. La gestion paysagère de l'espace rural: questions, concepts, méthodes et outils. *Revue de géographie de Lyon* 69(4), 1994. pp. 325-334. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/geoca_0035113x_1 994_num_69_4_42 74>. Acesso em: 25 out. 2018.

MARTA-COSTA, A. A. e POETA, M. I. Principais Efeitos da Actividade Agrária no Ambiente: o Caso de Trás-os-Montes e Alto Douro. *Revista de Ciências Agrárias* Vol. XXVI - Nº ¼, 2003. p. 198 – 212.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DO MAR, *Alto Douro Vinhateiro Património da Humanidade*: Relatório de janeiro de 2013. Disponível em:

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-da-agricultura.aspx>. Acesso em: 12 out. 2018.

OLMO, R. M. Agricultura, paisaje y gestión del territorio. *Polígonos Revista de Geografía*, 14, 2004. pp. 97-137. Disponível em URL: <http://revpubli.unileon.es/ojs/index.php/poligonos/ article/download/492/437>. Acesso em: 29 set. 2018.

PENTEADO, M.M. - Implicações tectônicas na gênese das cuestas da Bacia de Rio Claro (SP). *Notícia Geomorfológica*, Campinas, 8 (15): 19-41. 1968.

PINTO-CORREIA, T. Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise. *Inforgeo***.** Julho, Ed. Associação Portuguesa de Geógrafos. 2007. p 67-71.

Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV). Presidência do Conselho de Ministros. Resolução Nº. 150/2003.

Política Nacional de Arquiteura e Paisagem. Comissão Redatora, Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia. Portugal 2014.

Base de dados Portugal contemporâneo – PORDATA. *Base de dados municipais censo 2009*. Disponivel em URL: <http://www.pordata.pt/Municipios>. Acesso em: 10 out. 2018.

Presidência da República do Brasil. Decreto nº 4.297 de 10 de julho de 2002. *Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil - ZEE*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jul. 2002. Disponível em URL: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4297.html>. Acesso em: 29 set. 2018.

Presidência da República do Brasil. *Lei Nº 8.629/93* de 25 de fevereiro da Presidência da República, 1993. Disponível em URL: <http://www.planalto.gov.br/ ccivil_03/leis/L8629.html>. Acesso em: 22 out. 2018.

Programa Portugal 2020. *Programa Operacional Regional do Norte 2014-2020*. Disponível em: <https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/Programas%20 Operacio-nais/TEXTOS%20INTEGRAIS%20DOS%20PO/PO_Norte_15Dez14.pdf>. Acesso em: 14 out. 2018.

RAMOS, A.; BUSSAB, L.; SOUZA, M. de; SANSONI, S. *Brotas*: cotidiano e história. Brotas, SP: Prefeitura Municipal de Brotas, 1996.

SABATÉ BEL, Joaquim. et al. *Projectant l'eix del Llobregat*. Paisatge cultural i desenvolupament regional. Barcelona, Espanha. Universitat Politècnica de Catalunya-Massachusets Institute of Technology. 2004. p. 78-90.

SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre:UFRGS, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *Anais*... XX ANPOCS. GT 17. Processos Sociais Agrários. Caxambu/MG. Outubro 1996.

CAPÍTULO 10
CAMPUS PONTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, EM ITUIUTABA-MG: ESPAÇO SOCIALMENTE CONSTRUÍDO

Ana Rúbia Muniz dos Santos Pereira

Antônio de Oliveira Junior

Introdução

A partir do processo de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil, iniciado em 2003, várias instituições foram criadas resultando desta forma em uma democratização do acesso às universidades, possibilitando que milhares de estudantes buscassem uma formação profissional mais qualificada. Entretanto, esta expansão foi acompanhada de problemas de infraestrutura, que juntamente com a precária formação dos estudantes na educação básica, tem gerado um alto índice de evasão e retenção de estudantes, principalmente nos primeiros ano/semestres.

O projeto inicial de criação do Campus Pontal, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), previa a encampação de uma estrutura já existente[1], o que não se concretizou. A partir da aprovação da criação e posterior

[1] A cidade de Ituiutaba já possuía na época de criação do campus Pontal a Fundação Educacional de Ituiutaba, instituição de ensino superior com estrutura física e cursos com perfil para serem absorvidos num processo de federalização ou encampação como ficou conhecido.

instalação do campus, todo um arranjo político local para fornecer a estrutura inicial foi feito e a UFU ocupou espaços alugados diversos e dispersos, permanecendo neles até a formatura das primeiras turmas de graduação. Várias tensões marcaram o período compreendido entre a instalação da UFU em Ituiutaba (2006) e a mudança para o Campus (2011), no bairro Tupã, que alavancado pela necessidade de construir uma identidade institucional a partir da ocupação de seu espaço próprio, uma vez que a UFU permeava os espaços de outras IES e não era vista nem percebida pela comunidade, representou o início da construção do seu espaço social.

No período que compreende os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), Luiz Inácio Lula da Silva (LULA) e Dilma Rousseff, ou seja, as décadas de 1990, 2000 e 2010, a educação se transformou nas escalas local, nacional e internacional devido as várias reformas e instituição de políticas públicas voltadas a educação superior no Brasil. Ressalta-se que as mesmas estiveram alinhadas ao processo de reestruturação e mundialização do capital, no contexto da economia do conhecimento (FERREIRA E OLIVEIRA, 2012) . Destaca-se para esse estudo a política de expansão de vagas e a democratização do acesso ao ensino nos níveis superior.

O Campus Pontal, objeto da presente pesquisa, é fruto desse processo e, a perspectiva da expansão universitária na região do Triângulo Mineiro aparece nas discussões dos conselhos da Universidade a partir de 2002, ganhando força em 2003 e culminando em 2006 com a criação do Campus Pontal da UFU em Ituiutaba-MG.

A UFU, a partir do Programa Expansão fase I[2], criou o primeiro campus fora de sede, Campus Pontal, na cidade de Ituiutaba-MG, na região do Triângulo Mineiro. Dentro das possibilidades organizacionais da Universidade, o Campus foi criado inicialmente como unidade acadêmica denominada Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) por meio da Resolução 02/2006 do Conselho Universitário da UFU, que dispõe sobre a criação do Campus Pontal, na cidade de Ituiutaba, e dá outras providências.

São disponibilizadas pelo Campus Pontal da UFU, anualmente 648 vagas para ingresso de alunos nos 11 cursos de graduação (UFU, 2017) e 14 vagas de ingresso no Programa de Pós-graduação em Geografia (UFU, 2013), totalizando a oferta de 3200 vagas de graduação na FACIP e 28 vagas de pós-graduação.

A metodologia adotada nessa pesquisa baseou-se nos preceitos da pesquisa qualitativa, uma vez que o fenômeno social é melhor compreendido por esse método de pesquisa. Entretanto, instrumentos quantitativos como formulário para coleta de dados foram utilizados uma vez que a análise de dados foi necessária.

A revisão de literatura juntamente com a pesquisa documental possibilitou o levantamento do histórico, das atualizações pertinentes ao tema, das contradições e também respostas já existentes às questões ora levantadas. A pesquisa documental utilizou como fontes de dados: documentos

[2]Na literatura há registro de duas nomenclaturas para o programa: Expandir e Expansão Fase I

(arquivos públicos) e dados estatísticos (disponibilizados por órgão oficiais).

O formulário[3] foi aplicado aos estudantes ingressantes da FACIP, uma vez que esse recorte específico dentro do universo de estudantes da FACIP representou os estudantes que vivenciam as maiores e mais diversas dificuldades de adaptação.

A amostragem foi definida com base no universo de ingressantes da FACIP, que oferta anualmente 648 vagas de ingresso, com registro de média referente aos últimos cinco anos (2010-2015) de 595 estudantes ingressantes. Apontou-se que o cálculo amostral[4], por amostra aleatória simples, para uma margem de erro amostral de 5% com nível de confiança de 95% em uma população de 595 estudantes, calculou serem necessários 234 respondentes. A análise dos dados levantados se deu primeiramente pela tabulação e quantificação dos mesmos, de modo que a análise descritiva e qualitativa fossa possível. A pesquisa está estruturada em seções que abrangem as discussões acerca de reflexões sobre o espaço geográfico e social da UFU em Ituiutaba-MG, a percepção dos alunos em relação a esse espaço produzido socialmente, a relação universidade e sociedade, a discussão dos resultados e, por fim, as considerações finais.

[3] O formulário, juntamente com o projeto foram submetidos ao comitê de ética da UFU com aprovação antes do início da efetivação da pesquisa, registrado sob o número CAAE: 61173816.2.0000.5152.

[4] Cálculo Amostral. Fonte: <http://www.publicacoesdeturismo.com.br/calculoamostral>.

O espaço geográfico e social da Universidade Federal de Uberlândia em Ituiutaba-MG

O Campus Pontal como um espaço produzido socialmente e a proposição de entender o processo de construção desse espaço demanda, em uma primeira aproximação, analisar o conceito de espaço, que pode ser definido como a superfície terrestre e o espaço social como a superfície terrestre apropriada, transformada e produzida pela sociedade (SOUZA, 2013).

Segundo Santos (1988, p.25) o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, intermediados pelos objetos, naturais e artificiais, sendo assim considerado como:

> … um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois têm um papel na realização social (SANTOS, 1988, p.10).

Harvey (1980), afirma que a forma da atividade social define seu espaço (p.19) (...) tomado com um complexo de sentimentos e imagens individuais sobre ele e de reações dirigidas ao simbolismo espacial que cerca esses indivíduos (p.23).

Na perspectiva de Carlos (2007, p. 11) o espaço urbano apresenta um sentido profundo, quando se revela enquanto meio, produto e condição da ação humana, ou, como espaço de reprodução das relações sociais de produção.

Derivam do conceito de espaço social: organização espacial que corresponde a divisão espacial do trabalho e infraestrutura técnica e social e produção do espaço que não é somente do espaço, mas no espaço considerando além da produção dos bens materiais, os imateriais (produção simbólica e de relações de poder) para a acumulação capitalista. Nesse sentido, Carlos (2011, p.69), traz uma reflexão crítica a partir da perspectiva de que "… o processo de produção do espaço não se reduz a uma produção material do mundo […] que permite pensar o mundo enquanto prática, enquanto processo de transformação em si mesmo, como movimento ininterrupto da sociedade, como sujeito realizando-se".

No processo de implantação do Campus na cidade de Ituiutaba as articulações de lideranças políticas e empresariais da cidade marcaram o início das relações na produção do espaço social. É nesse contexto que Gomes e Oliveira (2012), ao analisarem o papel da educação superior na construção do espaço da universidade, afirmam que:

> A inter-relação do campo universitário com os diferentes campos sociais parece implicar permanente processo de construção e reconstrução do espaço social e simbólico interno e externo ao campo. (GOMES e OLIVEIRA 2012, p.40).

Pereira e Catani (2002) também traz contribuições ao abordar as diferenças entre o capital econômico e o capital cultural, que origina significados diferentes no processo de construção social do espaço a partir das concepções de Pierre Bourdieu. Nessa perspectiva, teremos os conceitos de espaço social e espaço simbólico, permeados pelas relações sócias e disputas por poder, onde capital cultural ou simbólico vai se configurar pelo prestígio, fama, aceito como legítimo pelos

demais, representando a seus proprietários possuem o poder de impor as visões do mundo social (Pereira e Catani (2002, p.114).

No ambiente da universidade, no campo das políticas públicas voltadas à educação e no processo de construção do espaço, é significativa a reflexão sobre o espaço simbólico, onde a busca pelo poder e pelo prestígio acadêmico, científico e administrativo movem as relações cotidianas e constroem, transformam e reconstroem os espaços sociais e simbólicos.

O início da construção do espaço denominado Campus Pontal se deu pela utilização de prédios cedidos enquanto se aguardava a construção de sede própria. O período foi de certo modo marcado pela tensão das relações sociais vivenciadas cotidianamente por funcionários, professores, alunos e gestores que tiveram suas rotinas e dinâmicas alteradas. Os atores envolvidos no processo se viram na condição de dividir e não mais somar, caso houvesse se concretizado a federalização, e a situação refletiu na não identificação imediata por parte da cidade da existência da UFU em Ituiutaba.

As articulações políticas entre a Universidade e o poder público local culminaram na doação do terreno para a instalação do campus, uma área de 500.000 m2 situada na área sul da cidade, foi anunciado em 2006 pelo então prefeito da cidade, Fued José Dib, por meio de uma parceria entre prefeitura e iniciativa privada. Sobre a doação, alguns trabalhos publicados apontam para o envolvimento da prática de especulação imobiliária no processo. Assim,

> O campus Pontal da UFU localiza-se no setor sul cidade de Ituiutaba, e vem atraindo investidores do setor imobiliário, gerando uma grande especulação imobiliária. Como exemplo, podemos citar o loteamento Spazio da

> Collina, lançado em 2010 e destinado à classe média e alta. Com localização estratégica ao lado do campus, o loteamento conta com quatrocentos terrenos cuja área quadrada mede no mínimo 360 m². Este empreendimento foi lançado pela empresa local que doou a gleba para a construção do Campus Pontal, com o objetivo de obter ganhos financeiros através da valorização imobiliária do local. Este exemplo demonstra como o campus é um importante fator de modificação da forma urbana. (RODRIGUES e COCOZZA, 2014, p.5)

De certo modo a UFU estava diluída pelos espaços das instituições privadas e não era vista, percebida pela comunidade, processo que durou aproximadamente 5 anos até a mudança parcial para o Campus construído no Bairro Tupã na cidade de Ituiutaba/MG. A situação ainda perdura uma vez que estruturas importantes como laboratórios de curso de graduação ainda ocupam espaços alugados e distantes do Campus. Registra-se a de construção de novo bloco, porém a obra está paralisada e não há previsão de término, dadas as conjunturas econômica e política do país.

Na concepção de Santos (1988) entender a configuração do espaço desde a sua concepção, sua organização espacial e o histórico de sua produção é importante para entender como as relações homem e espaço se dão e como elas interferem no contexto do espaço definido como objeto de pesquisa. Como espaço produzido, ou seja, apropriado e transformado, o espaço objeto de pesquisa também pode ser analisado pelo conceito de lugar, que tem suas bases na fenomenologia, na percepção e vivência do sujeito.

Assim, tem-se "... o lugar como um espaço percebido, vivido, dotado de significado, e, com base no qual se

desenvolvem e extraem-se os “sentidos de lugar” e as” imagens de lugar” (SOUZA, 2013, p..114)".

Para Moreira e Hespanhol (2007, p.48-60) é fundamental considerar o lugar como palco dos acontecimentos pela sua dimensão real, prática, sensível e concreta e, portanto, uma construção socioespacial e não somente como o espaço vivido.

E nessa perspectiva, em 2011, mesmo sem ter o prédio totalmente concluído em termos de acabamento e algumas estruturas de serviços de telefonia, internet, limpeza e segurança a FACIP, por meio de seus representantes no Conselho da FACIP, resolveu que ocuparia o prédio do novo campus, aprovando a mudança na 6ª reunião ordinária de 2011 do CONFACIP, que foi confirmada na 7ª reunião ocorrida em 12/09/2011 para o dia 19/11/2011 (FACIP, 2011). A atitude demonstrou a necessidade de a UFU ocupar o seu LUGAR em Ituiutaba, ter sua identidade, um espaço para que seus alunos convivessem acadêmica e socialmente e todos que compõem a FACIP/Campus Pontal, pudessem a partir de sua vivência no espaço contribuir para a sua construção.

Registra-se que as primeiras turmas formadas pela FACIP não chegaram a ter a experiência de vivenciar o campus próprio e tiveram sua formação em espaços decerta forma improvisados.

A partir da perspectiva geográfica interdisciplinar foi possível articular um diálogo entre educação, políticas educacionais, espaço seja ele geográfico ou social e também o lugar. É descobrir como o espaço da universidade foi pensado, produzido e transformado ao mesmo tempo em que se descobre como as pessoas utilizam, percebem e vivem esse espaço, podendo analisar reflexivamente a função e o alcance social

desse espaço, contribuindo para o planejamento e transformação do mesmo.

A inauguração oficial do Campus Pontal da UFU em Ituiutaba-MG ocorreu em Março de 2012, e, conforme noticiado na imprensa, entregou à comunidade uma estrutura ampla constituída de cinco blocos que contemplaram as de aula laboratórios de ensino e pesquisa, além da biblioteca e prédio administrativo, totalizando treze mil metros quadrados. Os investimentos anunciados foram na ordem de 23 milhões de reais. Em matéria jornalística veiculada pela Diretoria de Comunicação – DIRCO da UFU[5], acerca da inauguração, alguns depoimentos registrados chamam a atenção para a percepção das pessoas da comunidade em relação à presença da UFU em Ituiutaba relacionando a novas oportunidades de formação para os filhos, resgate de sonhos e desenvolvimento de potencial econômico e progresso para a cidade e região.

A estrutura foi e está sendo ampliada para o atendimento das demandas dos servidores e estudantes principalmente, com destaque para a inauguração em 2014 do Restaurante Universitário[6], com funcionamento para as três principais refeições do dia: Café da manhã, almoço e jantar e da academia universitária em 2015, com área de 210 metros quadrados, ambiente climatizado, equipamentos novos especializados em musculação, banheiros com duchas, sala de avaliação e acompanhamento por educador físico das atividades. Ainda em

[5] UFU inaugura Campus do Pontal. Fonte: <http://www.historicodirco.ufu.br/content/ufu-inaugura-o-campus-pontal>

[6] UFU inaugura restaurante UNIVERSITÁRIO NO Campus Pontal. Fonte: <http://www.andifes.org.br/ufu-inaugura-restaurante-universitaario-no-campus-pontal>

2015 foi iniciada obra para a construção de novo bloco[7], denominado 1JCP, com "área a ser construída de 7.755,25m^2 foi contratada. O bloco é destinado a atender os cursos de Engenharia de produção, Química, Geografia e Biologia, além de abrigar salas para docentes, um auditório, salas de reuniões, duas vilas digitais, áreas administrativas e cafeteria entre outros espaços". No ano de 2016 o ritmo da obra foi drasticamente reduzido e em 2017, em função da crise econômica vivenciada pelo país e pelas universidades brasileiras, várias obras foram paralisadas, inclusive a do Bloco 1JCP.

Ressalta-se que um dos objetivos na conclusão da obra é a integração em sua totalidade do curso de Química e Engenharia de Produção ao Campus Pontal. As aulas práticas do curso de Química e dos cursos para os quais o curso presta serviços (Física, Engenharia de Produção e Biologia) acontecem nos laboratórios que estão localizados em prédios alugados da UEMG e FTM a distância de aproximadamente 5Km. Juntamente com o curso de Química, os cursos de Ciências Biológicas, Geografia e Engenharia de Produção mantém atividades de ordem prática em laboratórios instalados nesse espaço. Registra-se que os cursos de Ciências Biológicas e Geografia possuem laboratórios estruturados no Campus Pontal, fato que não ocorre com os cursos de Engenharia de Produção e Química.

Essa distância representa dificuldades na vida cotidiana dos alunos e servidores que utilizam esse espaço, por conta dos

[7] Reitor assina autorização para construção de prédios – Fonte: <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2015/01/reitor-assina-autorizacao-para-construcao-de-predios>

deslocamentos, dos ajustes de horários que são necessários e também do isolamento social.

Para além das dificuldades cotidianas em relação ao espaço propriamente dito, temos as questões administrativas e políticas. A gestão da FACIP tornou-se ao longo dos anos tarefa complexa, dada a sua configuração distinta das demais unidades acadêmicas da UFU. No decorrer dos anos, discussões sobre a possibilidade de desmembramento em mais unidades acadêmicas foram empreendidas.

No ano de 2016 as discussões avançaram e se configuraram em propostas de desmembramento da FACIP e criação de três novas unidades acadêmicas (FACIP 2016). A principal diretriz da proposta de desmembramento partia do princípio de agrupamento por áreas de afinidades acadêmicas e a possibilidade de uma reorganização administrativa que viesse de encontro aos anseios da comunidade por novo modelo de gestão. A aprovação nos conselhos superiores se deu em Dezembro quando a Resolução CONSUN 02/2006 de criação da FACIP/Campus Pontal foi revogada para dar lugar a Resolução CONSUN 01/2018 (UFU, 2018) que cria no Campus Pontal três novas unidades acadêmicas, com a expectativa de fortalecimento do Campus Pontal enquanto unidade administrativa na cidade de Ituiutaba e da abertura a novas possibilidades dentro da estrutura da universidade.

Reflexões acerca da percepção dos alunos ingressantes sobre o Espaço Geográfico do Campus Pontal e da cidade de Ituiutaba a partir do delineamento do perfil do ingressante na facip

A pesquisa de campo foi realizada no final do segundo semestre do ano de 2016, foram aplicados formulários a 299 discentes ingressantes do ano de 2016 de dez dos onze cursos da FACIP. O curso de Física não respondeu o contato estabelecido por e-mail solicitando autorização para aplicação do formulário em sala de aula, e, em função da finalização do semestre e período de realização de atividades avaliativas não houve nova tentativa de estabelecer contato.

O formulário buscou informações para identificar primeiramente o perfil do aluno, e, posteriormente, sua relação com a cidade e com o campus.

Em relação à forma de ingresso na universidade, foram obtidas 297 respostas, das quais o SISU é a forma predominante de ingresso, atingindo 85,5% das mesmas, seguido pelo vestibular com 12,1% e as demais formas (portador de diploma, transferências interna e externa) ocuparam apenas 2,4% das respostas. Registra-se que somente o curso de engenharia de Produção, com entrada semestral, possui entrada por processo seletivo vestibular que acontece no meio do ano.

A renda familiar foi outro ponto pesquisado, e, foram utilizados cinco faixas de renda familiar baseadas no salário mínimo (SM): Até 1 SM; De 01 a 03 SM; De 3 a 5 SM; De 05 a 15 SM e Acima de 15 SM. Das 294 respostas obtidas para esse item do formulário, a faixa de renda mais expressiva, é a de 1 a 3 salários mínimos, que representa 47,6% dos respondentes, e,

pode ser verificado no Gráfico 1 que demonstra o perfil do ingressante por faixa de renda.

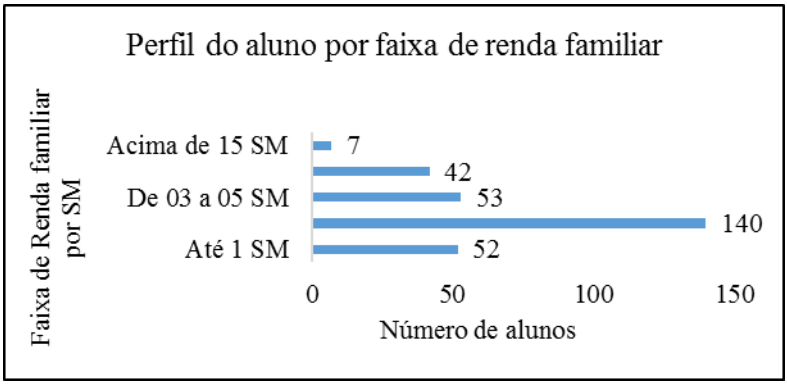


Gráfico 1: Análise do perfil do estudante por renda familiar declarada.

Fonte: Organizado pela autora, 2017.

Os alunos com renda até um salário mínimo representam 17,7% do total de alunos respondentes e ao cruzar as variáveis de análise renda familiar e endereço familiar, identifica-se que 63% dos alunos que declararam renda até 1 SM residem em Ituiutaba, 15% na microrregião de Ituiutaba, 19,23% em outras cidades e 0,2% na cidade de Uberlândia.

A origem familiar dos discentes, foi buscada para identificar os alunos que são residentes na cidade e os que vem de outras localidades. Assim, o endereço familiar nos trouxe informações que apontaram que 50,3% dos discentes são residentes em Ituiutaba e 38,2 residem em outras cidades, com destaque para o Estado de São Paulo que representa aproximadamente 70% dos residentes em outras cidades, conforme Figura 1.

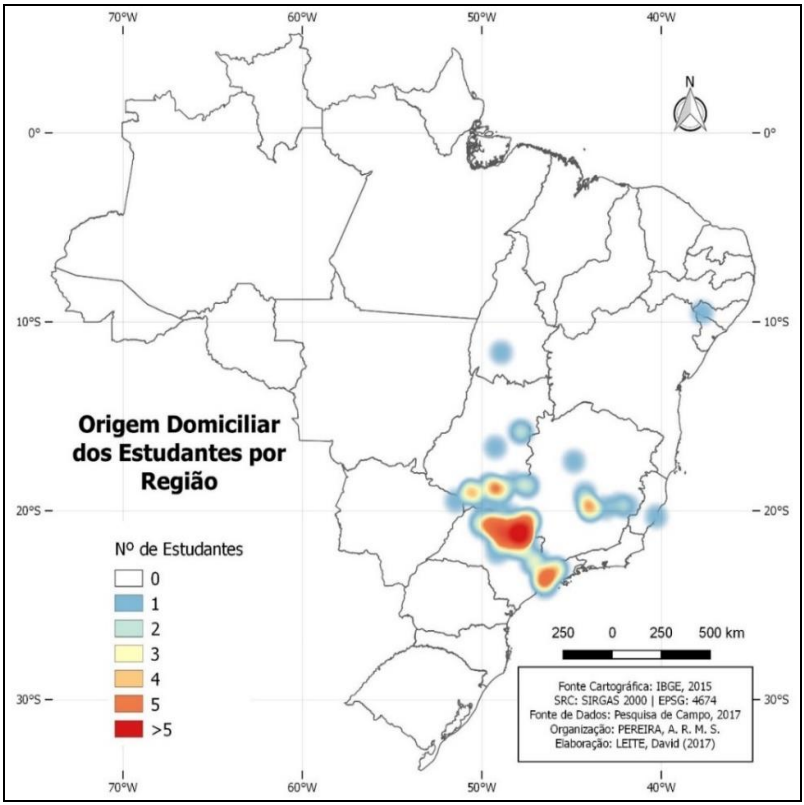


Figura 1: Mapa com a origem domiciliar dos estudantes por região.
Fonte: Na imagem.

A análise da figura 1, que aborda a localização a partir do endereço familiar do aluno residente em outras cidades por regiões no território brasileiro, permite uma melhor compreensão dos dados apresentados. Registra-se que dos 113 estudantes que indicaram possuir endereço familiar fora da cidade de Ituiutaba e região, somente 1 não indicou a cidade e Estado da federação. Observa-se uma concentração na região

sudeste, mais expressiva no interior do Estado de São Paulo e alguns pontos isolados na região centro-oeste e nordeste.

A forma de locomoção dos discentes foi pesquisada para a verificação do meio de transporte utilizado por eles até o campus. Foram registradas 298 respostas, e os tipos mais utilizados são a moto e o transporte coletivo urbano, que registraram 23% e 21% respectivamente, conforme demonstra o gráfico 2.

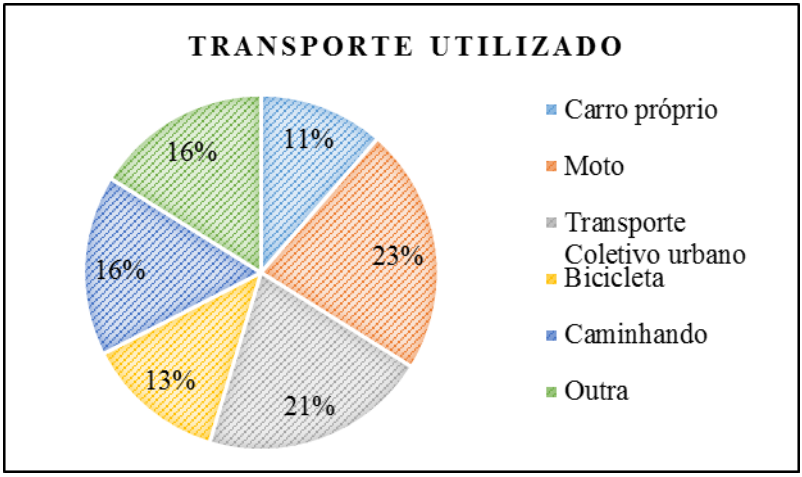


Gráfico 2: Análise dos meios de transporte utilizados.

Fonte: Organizado pela autora, 2017.

Destaca-se que as demais formas de transporte tanto público como privado indicados, referem-se a carona, Transporte urbano privado e transporte público rodoviário. A figura 2, demostra a grande utilização do estacionamento reservado para motocicletas e bicicletas do Campus Pontal,

quando observa-se que nos campi da sede, em Uberlândia não tem-se essa estrutura.

As parcelas que representam os meios de transporte bicicleta (13%) e caminhando (16%), juntas representam 29% do total de respostas e estão articuladas com a localidade da residência domiciliar do estudante, onde 79,3% desse universo de alunos residem em bairros próximos a UFU e 20,7% em bairros mais distantes.

A avaliação feita pelos respondentes, 156, sobre a utilização do transporte coletivo urbano, foi feita por meio de questão aberta e os apontamentos registrados se relacionavam a má qualidade do serviço prestado com queixas sobre o estado de conservação dos veículos, valor das tarifas, pontualidade, rotas e horários disponíveis.

Figura 2: Vista panorâmica do estacionamento de motos e bicicletas Campus Pontal da UFU.

Fonte: Regina Massako Takeuchi, 2017.

Os apontamentos feitos, em sua maioria negativos, podem ser melhor entendidos a partir de algumas transcrições de respostas: “O transporte coletivo urbano de Ituiutaba é de péssima qualidade, ônibus sem freio, extremamente velhos e precários. O valor da passagem é alto se comparado à péssima

prestação de serviços e a rota que é curta. Horários também não suprem a necessidade da população", "péssima, condições precárias, não tem horários fixos", "ruim, demorado com horários irregulares", "o sistema de transporte coletivo urbano da cidade não oferece horários flexíveis para os estudantes, pois existe apenas uma linha de ônibus na qual não supre a necessidade do estudante".

Quando questionados sobre as principais dificuldades referente ao transporte público os horários e a pontualidade lideram. Se considerarmos que ambas estão relacionadas, e, juntas representam quase 60% das respostas, tal fato aponta para a necessidade de um diálogo com o poder público sobre a melhoria da prestação desse serviço não só com a comunidade universitária, mas de forma geral ~~à~~ com toda a sociedade civil.

O próprio ponto de ônibus (Figura 3) localizado na entrada do Campus é improvisado e precário. A inexistência de calçamento, onde os usuários disputam espaço com carros e ônibus que ficam estacionados na via de acesso ao campus e ao ponto de ônibus, que está localizado em uma rotatória e sem condições de segurança e bem-estar aos usuários demonstram a falta de infraestrutura urbana.

Foram questionados sobre a existência ou não de dificuldades nas locações de imóveis na cidade e registrou-se 173 respondentes para a questão, dos quais 100 afirmaram não ter tido dificuldades na locação de imóveis e 73 afirmaram ter tido dificuldades, apontando com recorrência significativa os fatores: necessidades de fiadores, valor de locação dos imóveis e localização/qualidade dos imóveis.

Chamou a atenção algumas falas, que direcionam para os principais fatores apontados anteriormente. Quanto aos valores e

localização: "*1 - Os preços abusivos em locais próximos à UFU", "falta de variedade perto da Ufu", "sim, pois no bairro próximo da UFU não tem muitos imóveis"* e também relacionados ao serviço prestado pelas imobiliárias da cidade: *"Sim, a principal dificuldade é que tem que ter avalista, a segunda os valores são altos.", "sim, as imobiliárias não recebem bem os estudantes, nos tratam com descaso e falta de interesse", "Sim, se a locação for de imobiliária é mais fácil conseguir fazer um financiamento do que conseguir alugar. Eles exigem muitas coisas, e pra quem não é da cidade é mais difícil ainda", "sim, pois são bem caros e não possuem muita qualidade", e "Sim. As imobiliárias exigem muitas coisas que nem sempre é possível arrumar será documentação ou cheque calção e os valores são altos".*

O formulário também buscou aferir a percepção/opinião do respondente em relação ao acesso aos principais serviços básicos na cidade, como de telefonia, água/esgoto, energia e bancários. A questão foi aberta, e, foram registradas 247 respostas que indicaram que alguns serviços estão sendo prestados de forma satisfatória como o fornecimento de água e energia, com a indicação de que apesar de serem prestados com qualidade, tem um custo alto para o consumidor.

Figura 3: Ponto de ônibus Campus Pontal da UFU
Fonte: Regina Massako Takeuchi, 2017.

Em relação aos serviços bancários os principais apontamentos de insatisfação com o serviço estão relacionados com a ausência de caixas eletrônicos e/ou postos de correspondentes bancários próximos aos Campus da universidade, horário de funcionamento e concentração de agências no centro da cidade dificultando o acesso ao serviço para quem mora nos bairros mais distantes. A figura 04 traz a localização na cidade dos postos e agências bancárias em Ituiutaba-MG, demonstra a concentração da oferta dos serviços bancários na área central da cidade e também chama a tenção para o fato de haver na cidade somente um posto de atendimento da rede 24 horas que contempla o serviço para diversas Marcas.

Verifica-se também que dos 33 estabelecimentos, 13 são agências bancárias, 12 são correspondentes bancários, 7 são estabelecimentos lotéricos e 1 posto de atendimento do Banco 24 horas (multimarcas), com destaque para o fato de que a

marca Caixa Econômica Federal concentra 22 dos 33 estabelecimentos.

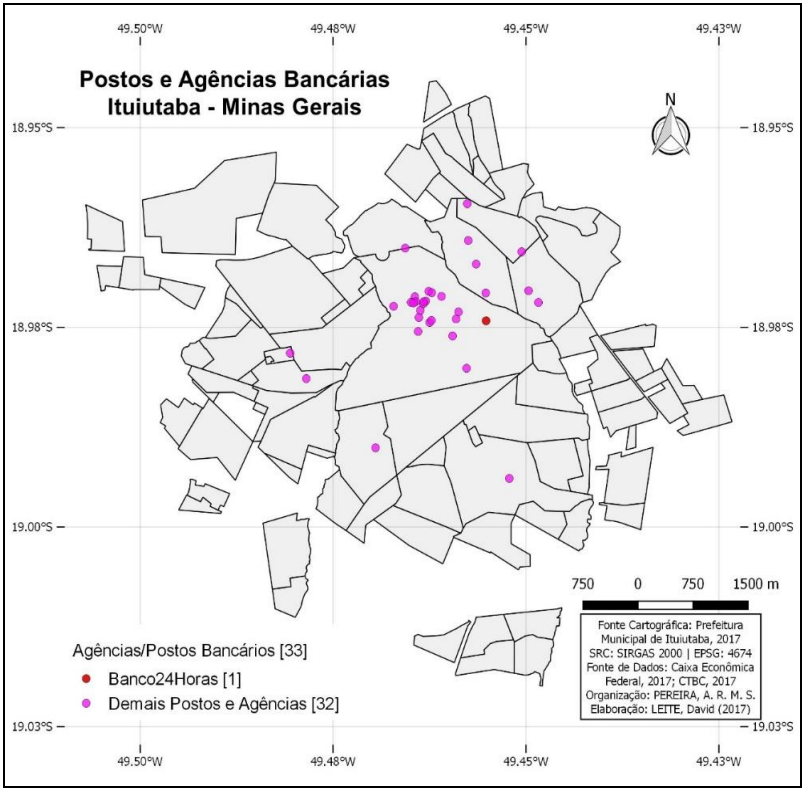


Figura 4: Mapa dos postos e agências bancárias em Ituiutaba-MG.
Fonte: Na imagem.

O serviço de telefonia e internet foram apontados em um número maior de respostas negativas, mostrando a insatisfação com serviço e apontando os principais fatores como: limitação do serviço, preço elevado, lentidão, problemas de sinal, falta de acesso em bairros novos, ausência de resolução dos problemas

reportados, falta de agilidade nas instalações e resoluções de problemas, falta de concorrência uma vez que o serviço é prestado por poucas operadoras. Um ponto interessante observado foi a indicação em algumas falas de que há padrões diferentes na prestação do serviço por localidade ou bairro da cidade.

Foram levantados dados referentes as condições de acesso ao comércio e lazer na cidade. De modo geral os que afirmam que as condições de acesso ao comércio são boas ou muito boas representam 75% do total de respondentes. Apesar desse percentual, algumas falas registradas no espaço do formulário destinado para que o aluno se manifestasse livremente chamam a atenção, e, estão transcritas a seguir: *"A necessidade de aumentar os cuidados com os bairros próximos a UFU assim como o número de comércio", "Falta segurança, agência bancária, comércio nas proximidades" e "considerar mais iluminação, pavimento, segurança, acesso a caixas eletrônicos, hospital, mercado e padaria".*

Fator que chamou a atenção é que praticamente 60% dos respondentes avaliaram como ruim ou péssima as condições de acesso a lazer na cidade. Refletindo tal dado, percebeu-se que seria necessário o cruzamento dos dados com os dados de renda e endereço familiar para se avaliar com mais profundidade.

Deste modo, verificou-se que dos 180 respondentes que classificaram como ruim ou péssima as condições de acesso a lazer 60% se enquadram em faixas de renda familiar de até 3 salários mínimos, 37,2% com renda familiar acima de 3 salários mínimos e 2,8% não indicaram faixa de renda familiar.

Observa-se ainda que 50% dos respondentes tem endereço familiar em Ituiutaba, 37,2% em outras cidades, 5,5% em

cidades da microrregião e Uberlândia e 2% não indicaram endereço. Se considerarmos que os percentuais mais altos são de perfis com renda familiar até 3 salários mínimos e com endereço familiar em Ituiutaba, podemos inferir que o acesso ao lazer está relacionado a condições financeiras. Porém, ressalta-se que a questão poderia ter sido melhor elaborada e não conseguiu atingir o propósito de uma avaliação efetivamente qualitativa uma vez que não foi definido o que o respondente considera lazer, e, nesse caso a análise possível foi somente a quantitativa.

Perguntados sobre a acessibilidade ao campus, a maioria dos respondentes consideram-na boa ou muito boa. É interessante observar as respostas e confronta-las com as imagens do local por meio das figuras 05 e 06 e, também com demandas apresentadas à Prefeitura Municipal de Ituiutaba via II Fórum Comunitário realizado m 22/07/2017 pelo PET Matemática Pontal[8]. Tais demandas referem-se ao apontamento da necessidade de construção de calçamento de concreto na entrada do Campus, com ênfase para o local onde está o ponto de ônibus, além da demanda por sinalização de trânsito com destaque para a necessidade de faixas de travessia de pedestre.

Considerando-se que o acesso ao campus é por entrada improvisada, por um trevo/rotatória sem calçadas para pedestres, sem sinalização, com instalação de ponto de ônibus precário em tenda improvisada e transporte público nas mesmas condições, como demonstra a figura 05, e, chama a atenção que

[8] Programa de Educação Tutorial – PET Curso de Matemática da FACIP/UFU organizou e realizou o I Fórum Comunitário sobre infraestrutura no entorno do Campus Pontal no ano de 2017. Fonte: <http://www.comunica.ufu.br/noticia/2017/04/comunidade-e-autoridades-debatem-infraestrutura-do-campus-pontal>

mais de 60% dos respondentes apontem como boa ou muito boa a acessibilidade ao Campus. A construção do acesso definitivo, previsto no plano diretor da instituição está em discussão e depende da administração municipal e institucional, porém, o provisório é o que temos desde 2012, ou seja, 5 anos.

Para verificar mais a fundo a questão levantada, procedeu-se o cruzamento dos dados levantados sobre a acessibilidade ao campus com o meio de transporte utilizado e foi possível aferir que somente 26 dos 197 respondentes que apontaram como boa ou muito boa a acessibilidade ao campus, ou seja, 13% vem para o campus caminhando, 37 (18%) via transporte coletivo urbano e 78 (40%) em veículos próprios, seja ele moto ou carro. Já em relação aos respondentes que apontaram como ruim ou péssima a acessibilidade ao campus, 84 ou 28,09% do total de respondentes, 21 deles vem caminhando para o campus e 20 de veículo próprio. Logo, o meio de transporte utilizado interfere na visão do respondente sobre as facilidades e/ou dificuldades de acesso ao campus.

As condições de acesso ao campus também estão ligadas às questões de segurança pesquisadas e com apontamento de reflexos negativos. Dos respondentes, 299, 10 se abstiveram de opinar sobre a segurança no entorno do campus e 75% apontaram-na como ruim ou péssima. É um número que chama a atenção e não podemos nos furtar a analisá-la, mesmo considerando que segurança seja um problema generalizado da sociedade, e, não uma particularidade do espaço objeto de estudo.

Figura 5: Entrada/acesso ao campus Pontal da UFU por vista aérea.
Fonte: Acervo pessoal, 2017.

O posto policial mais próximo está localizado a aproximadamente três quilômetros e apesar de haver o patrulhamento e o serviço de posto móvel da polícia militar, estes não são suficientes para atender a demanda gerada com a ampliação e desenvolvimento desse setor da cidade.

Corroboram com esses dados, as falas dos alunos quando se manifestaram de forma livre em questão aberta, quais sejam: *"seria plausível o investimento na segurança dos alunos nas dependências da FACIP e no entorno do bairro e principais avenidas e ruas de acesso ao campus com patrulhamento policial e câmeras de segurança", "é importante que o campus se atente a segurança dos universitários, pois os mesmos estão com problemas para chegar ao campus como furtos", "caixa eletrônico no campus e cortar os matos nas proximidades do campus", "a maior dificuldade do estudante da ufu pontal com a mobilidade urbana, o campus é muito isolado a segurança é muito pouca", "por favor preste atenção no assunto*

segurança", "falta carpir o mato próximo a UFU e caixa eletrônico próximo ao campus" , "carpir mato, caixa eletrônico no campus" e *"há muito mato alto em torno da faculdade, falta caixa eletrônico, falta de iluminação, segurança e calçada".*

Ao analisarmos as figuras 06 e 07, o campus por uma vista aérea, podemos observar que ele está localizado em uma área da cidade que ainda não foi totalmente ocupada, que está em expansão. É uma área periférica da cidade, com pouca iluminação e com fluxo de pessoas e veículos significativo em função do trevo de acesso ao campus, também dar acesso aos novos bairros Gerson Baduy e Nova Ituiutaba I, II, III e IV.

Figura 6: Vista aérea da área de localização do Campus Pontal.
Fonte: Raquel Balli Cury, 2017.

Figura 7: Vista aérea da área de localização do Campus Pontal
Fonte: Raquel Balli Cury, 2017.

O setor Sul recebeu nos últimos anos equipamentos de serviços como a UFU e o IFTM, além dos conjuntos habitacionais populares Carlos Dias Leite e Nova Ituiutaba I, II, III e IV, e também a empreendimentos particulares como o Spazio Colina do Grupo de Baduy que modificaram significativamente a dinâmica e a paisagem do local.

Acerca dessa modificação e dos equipamentos de serviços lá instalados, há registro na literatura da possibilidade de especulação imobiliária envolvendo a doação do terreno onde hoje está construído o Campus Pontal da UFU, nesse sentido, Silveira afirma que:

> …nessa área observamos que há um projeto para a instalação de um loteamento aberto que será construído nas proximidades da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) – Campus Pontal. Esse loteamento, será considerado uma 3ª fase do loteamento Spazio Colina, implantado pelo grupo Baduy, empresa de capital local.

> Para tanto esses incorporadores locais doaram uma parcela de terras para a instalação da UFU, visando uma valorização da outra parcela de terras do entorno. (SILVEIRA, 2012p.35)

Essa especulação imobiliária, ou seja, a valorização da terra também pode estar influindo nos espaços não construídos e sem calçamento, uma vez que os terrenos foram adquiridos para investimento com expectativa de sua valorização. Ressalta-se ainda a existência de dois empreendimentos importantes na região, que são o Parque do Goiabal e o Aeroporto da cidade, ambos em situação de estagnação, visto que o parque que já foi um ponto turístico de grande atratividade e ambiente de lazer da cidade e o aeroporto que atua de forma particular e não conta com a oferta de voos comerciais. Ainda segundo Silveira (2012),

> …ambos podem vir a se constituírem em empreendimentos importantes no âmbito da expansão territorial urbana, caso venham a receber investimentos que ampliem seus papéis e os tornem mais "atrativos" no contexto do espaço urbano. (SILVEIRA, 2012p.35)

O desenvolvimento da área considerada o entorno do Campus suscita discussões que vão além dessa pesquisa, e tratam da produção do espaço urbano da cidade de Ituiutaba, porém, ressalta-se a relação dos aspectos dessa produção nas tensões e relações sociais que resultam no espaço socialmente produzido, objeto da pesquisa.

Com relação ao espaço denominado Campus Pontal da UFU propriamente dito, os respondentes foram provocados a opinar sobre a estrutura física e acessibilidade dos prédios, sinalização, conhecimento dos setores administrativos e de apoio e acesso a informação no Campus.

Sobre a estrutura física, acessibilidade e sinalização dos prédios a avaliação dos respondentes aponta para boa ou muito boa com percentual em torno de 80%, e, baixa abstenção. Nota-se que aproximadamente 10% do universo pesquisado apontou para estrutura e/ou acesso o conceito ruim ou péssimo.

Nas entrevistas realizadas, e, considerando-se a pesquisa documental, foi possível ponderar algumas questões de ordem mais qualitativa sobre a temática que permitiram elencar alguns fatos que merecerem destaque, e se contrapõem de certo modo aos dados, tais como a estrutura de vários laboratórios de ensino estão em prédios alugados sem a infraestrutura adequada e há uma distância de aproximadamente 5km; problemas de acessibilidade; estacionamento improvisado e em condições inadequadas e serviços de reprografia mais acessível aos estudantes.

Com relação ao conhecimento dos setores administrativos e de apoio da universidade ressalta-se que a maioria dos respondentes, 212 (71%) alegaram não conhecer todos os setores do campus e quanto a suficiência/insuficiência de informações disponibilizadas sobre função e/ou horário, percebe-se um certo equilíbrio entre as respostas, quando 55% alegam ser suficientes e 41,2 insuficientes.

Esse percentual pode estar atrelado ao fato de serem alunos ingressantes e não terem tido muito contato ainda com a Universidade, mas também remete a necessidade de integração desse aluno aos espaços e serviços da Universidade. Essa necessidade é também sentida e apontada por eles quando 55% entendem ser necessário a utilização de um dispositivo de integração do estudante ingressante a universidade.

Sobre os canais de comunicação disponíveis e utilizados, a maioria absoluta dos respondentes, ou seja, 97,6% disseram já ter acessado a página eletrônica da UFU, e, os principais meios de comunicação utilizados pelos discentes, segundo dados coletados, aponta para o e-mail institucional, seguido pelo acesso à página eletrônica e atendimento direto, conforme demonstra o gráfico 3.

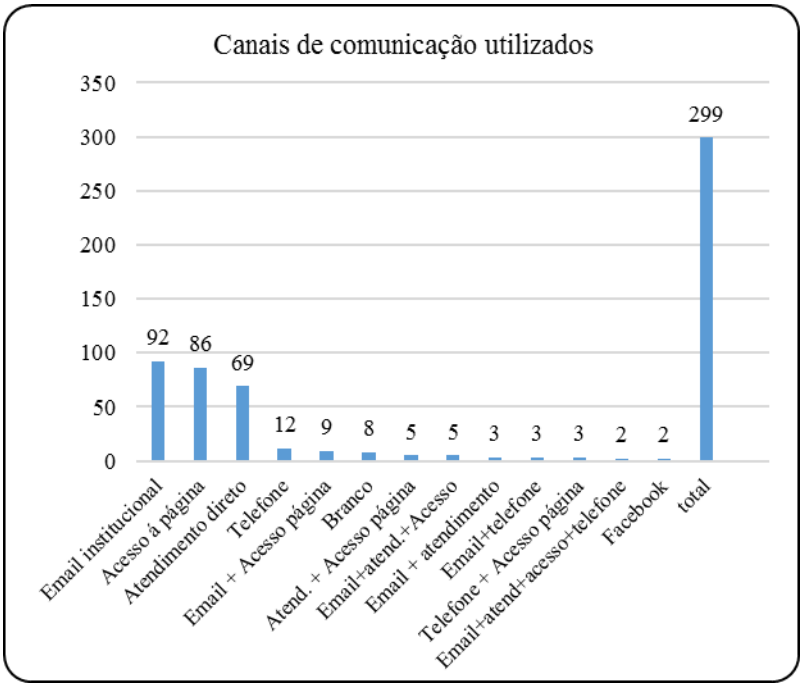


Gráfico 3: Canais de comunicação utilizados pelos discentes.
Fonte: Organizado pela autora, 2017.

A partir da informação de que o percentual de respondentes que aponta a insuficiência das informações

disponibilizadas é significativo, somado ao fato de que os principais canais de comunicação utilizados são os e-mails institucionais e o acesso à página, é salutar apontar a necessidade de uma modernização das páginas com a ampliação e atualização das informações disponibilizadas.

Um ponto significativo observado refere-se ao fato de quando perguntados sobre o acesso ás informações disponíveis nos sites da UFU, da FACIP e dos Cursos de Graduação, a maioria representada por uma média de 80% dos respondentes considera que é ótimo ou bom, conforme quadro 1 que traz a tabulação desses dados. Há que se considerar também as considerações pertinentes a essa questão colocadas no espaço deixado para que o aluno se manifestasse livremente.

Análise do acesso a informação nos sites institucionais						
Site/Ref.	Otima/Bom		Ruim/Péssimo		Branco/N.S. O.	
UFU	253	85%	40	13%	6	2%
FACIP	236	79%	50	17%	13	4%
Curso	232	78%	57	19%	10	3%
Média	240,33	80%	49,00	16%	9,67	3%

Quadro 1: Acesso a informações institucionais.

Fonte: Organizador pela autora, 2017.

Nessas colocações o acesso e a melhoria das informações aparece representando a parcela restante, ou seja, os 20% que não considera ótimo ou bom, e, como dado qualitativo devem ser considerados, como demonstram as falas transcritas a seguir: *"questões de horário da academia e as coisas da <u>progradi</u>, há falta de organização", "quando ingressei achei bastantes complicado o site da UFU. Descomplica.", "Falta informações*

sobre o que a faculdade tem a oferecer ao estudante" e *"o site da FACIP há tanta informação que as vezes fica difícil de acha algo poderia ter uma organização melhor".*

Um dos serviços mais significativos prestados aos estudantes no campus Pontal refere-se ao Restaurante Universitário (RU), que foi inaugurado em 2014 e serve anualmente uma média de cento e trinta mil refeições que compreende café da manhã (somente para alunos bolsistas), almoço e jantar. A equipe que gerencia e executa os serviços prestados pelo RU é composta de nutricionistas, cozinheiros, auxiliares de cozinha, técnico desportivo e assistente em administração. Pesquisas de satisfação dos usuários são realizadas e publicadas anualmente pela equipe e disponibilizadas publicamente.

Dos respondentes, 299 alunos ingressantes do ano de 2016, 237, ou 79% informaram utilizar os serviços do RU. Dos respondentes que declaram utilizar os serviços do RU, somente 29,11% recebem algum tipo de bolsa assistencial.

Nas entrevistas, surgiu a informação de que havia a necessidade de ampliação das instalações em função de haver filas e consequentes atrasos nas aulas por parte dos usuários. De acordo com informações do setor[9], disponibilizadas nos relatórios de pesquisa de satisfação dos usuários, as filas se devem ao fato de haver somente uma entrada para o restaurante e apenas um local de distribuição de refeição, o documento indica a solicitação de aumento de pessoal para agilizar a distribuição e diminuir o tempo de espera.

[9] A Pró-reitora de Assistência Estudantil da UFU disponibiliza diversas informações sobre os Restaurantes Universitários UFU na sua página oficial com acesso pelo link: <http://www.proae.ufu.br/ru>.

As bolsas assistenciais (alimentação, moradia e transporte) concedidas aos alunos de cursos presenciais da UFU, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de modo a contribuir para a permanência e conclusão de curso nesta Universidade, são regulamentadas pela Resolução n. 03/2013, do Conselho de Extensão, Cultura e Assuntos Estudantis – CONSEX (UFU 2013).

Dos 299 respondentes, 75 ou 25%, afirmaram receber algum tipo de bolsa, conforme demonstra o gráfico 4.

Dos alunos entrevistados que recebem algum tipo de bolsa, segundo dados demonstrados no gráfico 5, mais de 80% recebem mais de um tipo de bolsa, com destaque para o fato de que 37% deles recebem os três tipos de bolsa.

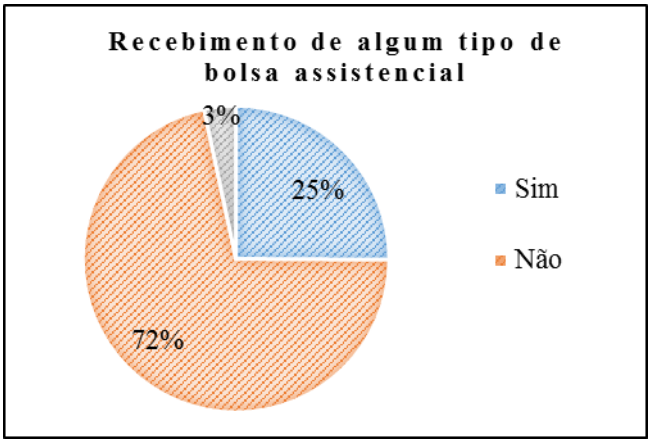


Gráfico 4: Recebimento de bolsa assistência.

Fonte: Elaborado pela autora, 2017.

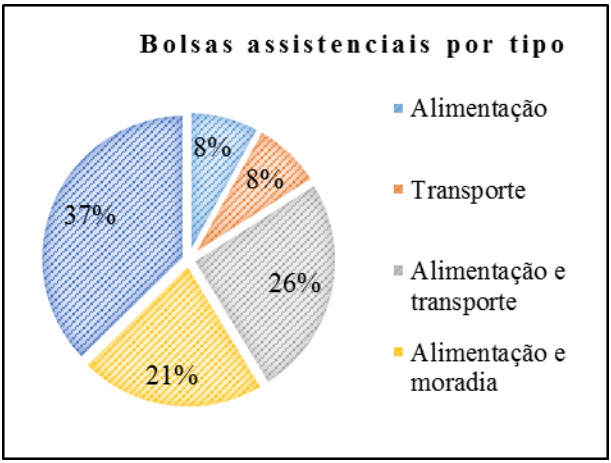


Gráfico 5: Bolsas assistenciais por tipo.
Fonte: Organizado pela autora, 2017.

Ressalta-se que o a bolsas é por meio de edital, que normalmente é publicado nos primeiros dias de aula, um ponto que pode ser considerado limitador para os alunos ingressantes é a quantidade de documentos a organizar.

Espaço Geográfico da universidade e dificuldades de permanência do aluno: essa relação existe?

A partir da análise dos dados apresentados na sessão anterior, é possível afirmar que a relação com pontos sensíveis entre o espaço geográfico e social da Universidade, considerando-se o campus e a cidade, e a permanência do aluno existe e é significativa. As análises da origem domiciliar, faixa de renda e meio de transporte apontam para um público da cidade, com faixa de renda mais baixa e com utilização de

vários meios de transporte. Chama a atenção as dificuldades dos estudantes na utilização do transporte público, que segundo dados da pesquisa, se apresenta precário e de pouca qualidade.

Outro aspecto de muita relevância na análise dessa relação, é a questão da segurança. A pesquisa apontou que os estudantes não se sentem seguros nas proximidades do Campus.

Há que se considerar a área urbana onde o campus está localizado que é significativamente distante do centro urbano, com muitos lotes vazios, sem calçamento e estrutura de comércio e serviço disponível. Tais considerações podem estar relacionadas a algumas questões que merecem reflexão, tais como: a especulação imobiliária no entorno do campus, o modelo de campus universitário, a atuação do poder público municipal, e, a atuação da comunidade empresarial da cidade.

A especulação imobiliária e a venda dos lotes de terrenos em tempo recorde com o anúncio da construção do campus, culminou em um aglomerado de terrenos adquiridos para valorização, como investimento e não na aquisição dos lotes para construção de moradias e prédios comerciais. É perceptível a concentração de algumas quitinetes que foram construídas e estruturadas para atender o público estudantil. O ritmo de construção e ocupação efetiva dos espaços se dá num ritmo lento e os problemas gerados pelas áreas vazias, como mato alto, falta de calcamento, ruas escuras e isoladas, contribuem para o aumento da insegurança dos usuários do campus, que tem que transitar por esses espaços.

Segundo Buffa e Pinto (2016, p.819) os modelos brasileiros de Campus, sofreram influências francesas e americanas, onde a ideia de cidade universitária teve origem francesa e a ideia de campus universitário inspiração americana

O modelo americano, que inspirou os campi brasileiros, possuei uma estrutura altamente complexa e cara, e no Brasil as adaptações revelam uma opção dispendiosa e que carece de constante manutenção. A realidade brasileira nos mostra estruturas inacabadas, improvisadas como é o caso do Campus Pontal. Não tem projeto de moradia estudantil, o restaurante universitário que atende grande parte da comunidade do campus ocupa espaço improvisado, o espaço da biblioteca não atende demandas para guarda das obras e espaços de estudo, o acesso ao campus não tem iluminação suficiente, os espaços destinados a prática de esportes e lazer não se concretizou por não haver consenso na alteração do plano diretor para viabilizar a obra.

E, nesse sentido, Buffa e Pinto (2016, 828) apontam que no caso de projeto e construção de campus, a dificuldade reside no tamanho do empreendimento, na quantidade de opiniões diferentes e na diluição dos poderes de decisão e quantidade de opiniões.

A localização do Campus na malha urbana da cidade a partir da pesquisa foi definida como uma dificuldade aos usuários em função do distanciamento da área central da cidade onde os principais serviços estão concentrados. Se considerarmos que o distanciamento não é só físico, podemos inferir associação ao que há segregação social segundo Buffa e Pinto (2016, p.829) que define segregação social a partir do distanciamento entre campus e cidade, distância que não é somente física, mas cultural e simbólica também, ponderando inclusive sobre o prestígio acadêmico, científico e social dos setores da universidade.

Essa distância pode ser percebida na dificuldade encontrada pelos estudantes para locar imóveis na cidade. A pesquisa apontou para dificuldades burocráticas (necessidade de

fiadores, muitas exigências contratuais que muitas das vezes os estudantes não conseguem atender) e dificuldades de ordem financeira (altos preços). É significativo também observar que a cidade, de pequeno/médio porte, tem caraterísticas conservadoras e não estava preparada para receber a quantidade de estudantes que recebeu. A cidade tem adquirido a partir da instalação de 5 instituições de ensino superior, caraterísticas de polo universitário na região.

O poder público municipal, por meio do Plano Decenal Municipal de Educação (PDME/2015) apontou para a necessidade de ação desta instância na melhoria do ensino superior na cidade. Pereira et al (2017) faz uma crítica sobre a sobreposição de competências, uma vez que o plano estabelece metas que vão além das atribuições do município para esse nível de ensino. Uma contribuição interessante do PDME trata-se da meta 20, que não possui meta correspondente no Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014 (BRASIL, 2014) e propõem viabilizar programas de melhorias na infraestrutura e urbanização da cidade, oportunizando melhores condições culturais, de lazer, saúde, moradia e mobilidade urbana (ITUIUTABA, 2015). O plano traz ainda indicadores que relacionam a alta evasão em uma determinada instituição à possíveis problemas de localização e transporte urbano.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) por meio de entrevista, informou que as metas do plano estão sendo revisitadas, reavaliadas para verificar o cumprimento delas, inclusive das parcerias com as demais secretarias que estão diretamente envolvidas, como a de obras públicas e transporte. Falou sobre a mudança de gestão, com destaque para a elaboração do plano diretor da cidade, que contemplaria algumas questões elencadas nas estratégias da meta 20 e que

afetam diretamente a comunidade universitária da cidade. A representante da SME apontou que não eram estratégias difíceis de se concretizar, mas que dependeriam de vontade do poder público.

Ressalta-se que a Universidade tem se movimentado para cobrar das lideranças sociais e políticas ações de melhoria da estrutura urbana no entorno do campus com a realização de alguns fóruns comunitários já mencionados ao longo do texto.

Outro ponto sensível para identificar as dificuldades de permanência do aluno no ensino superior referem-se às bolsas assistenciais. Os editais são publicados costumeiramente no início de cada semestre e a oportunidade é concedida aos estudantes ingressantes, porém, verifica-se que somente 25% dos entrevistados recebiam algum tipo de bolsa. Segundo o setor, diante da burocracia na entrega de documentos muitos dos ingressantes que não estão integrados ainda à rotina da universidade perdem a oportunidade de concorrer por não saber organizar a papelada.

Nesse sentido, aponta-se como necessário um movimento de integração que se iniciasse no processo de matrícula, com informações consistentes e de fácil acesso a todos e não somente no momento da recepção aos ingressantes, que é feita na primeira semana de aula.

A recepção/integração dos alunos na primeira semana de aula é importante, mas há informações que o estudante deveria obter antes do início das aulas, momento em que ocorre a recepção dos ingressantes por parte da administração superior. Registra-se que alguns cursos fazem eventos de acolhimento aos seus ingressantes e apresentam resultados significativos.

Registra-se que nos últimos dois anos o pagamento das bolsas aconteceu com consideráveis atrasos, marcado por protesto dos estudantes com ocupação dos prédios administrativos em dois momentos. Nesse protesto também reivindicou-se a manutenção do contrato com o clube para a prática de esporte e lazer.

A realização dos Fóruns de Assistência Estudantil, implementados a partir de 2017 tem a pretensão de discutir e melhorar a utilização desse recurso, pena que 7 anos após a implementação do programa. Essa caraterística de proceder as discussões, planejamentos e avaliações tardias é típica brasileira e há que se trabalhar muito para modificar essa cultura.

Considerações Finais

Por meio da fundamentação teórica e pesquisa de campo foi possível articular as discussões em torno dos conceitos de espaço social, espaço simbólico e lugar com o objeto de pesquisa, o Campus Pontal, e, aponta-lo como espaço socialmente construído a partir da ação dos homens sobre esse espaço. Como espaço das relações sociais de produção, como espaço simbólico produto das relações de forca e disputa por poder e prestígio.

Analisar o movimento histórico de concepção e criação do Campus pontal da UFU em Ituiutaba foi longo, complexo e interessante. As discussões, tensões políticas que permearam desde o início do processo quando se discutia a possibilidade de encampação de uma instituição já existente que não se concretizou, a escolha dos cursos a serem ofertados (pode ter influência na evasão), passando pela coexistência das duas

instituições no mesmo espaço, as lutas e tensões em busca do espaço próprio que representasse a UFU e a identificasse em Ituiutaba, a implantação do novo campus e por último as mudanças na estrutura administrativa deste, que era uma unidade acadêmica e a partir de 2018 será composta por três unidades acadêmicas. Todo esse movimento permitiu ver as nuances da construção social desse espaço.

A partir do campo, da visão de estudantes ingressantes pode-se apontar algumas fragilidades da cidade, que de pequeno/médio porte, de característica culturais conservadoras e tradicionais, não estava preparada para receber duas novas instituições de ensino que trouxeram consigo estudantes de outras cidades e regiões do país, expectativas de desenvolvimento local e regional, mudanças significativas na paisagem e estrutura urbana da cidade. Os estudantes apontaram para a concentração da oferta de serviços na área central da cidade, a precariedade do serviço público de transporte, a falta de segurança no entorno do campus, gerada também pela falta de estrutura urbana adequada no local.

É significativo refletir sobre o alcance e o poder de transformação das políticas públicas no espaço e no território, em diversas escalas (Buffa e Pinto, 2016). A partir de uma política de expansão de vagas no ensino superior nacional, em Ituiutaba, foram criados vários empregos, vários postos de serviços, loteamentos, obras realizadas, investimentos públicos e privados para garantir uma estrutura mínima. A paisagem do bairro tupã e da cidade de Ituiutaba, assim como mudanças na cultura e hábitos de consumo são outros, não é exagero afirmar que a chegada da instituição na cidade constitui-se de um marco histórico.

O Campus é relativamente novo, com 11 anos, e tem construído sua história e se firmado na cidade de Ituiutaba em situação melhor que a de muitos outros campi criados no processo de expansão e na construção, transformação e reconstrução desse espaço, que apreendido e vivido se torna lugar, cheio de signos.

As dificuldades acadêmica e de socialização, além das financeiras, influenciam diretamente na permanência do aluno até a conclusão do curso. A evasão escolar aparece fortemente no processo e tem reflexos negativos nos indicadores em várias escalas.

A UFU tem investido em programas voltados a permanência do aluno, mas os índices de evasão são consideráveis e apesar do registro de ações institucionais, não verifica-se as ações setoriais, dos cursos, para tentar amenizar as discrepâncias existentes entre o número de ingressantes e concluintes em tempo regular. Tal fato talvez passe figurar como objeto de análise institucional em diversas escalas, uma vez que a matriz orçamentária adotada tem esse indicador com peso significativo e irá afetar financeiramente os recursos recebidos.

Os atendimentos pedagógicos no auxílio ao estudante poderiam atuar mais significativamente, sendo amplamente divulgado e ofertado a todos os alunos e não somente aos bolsistas ou por procura espontânea. Os projetos institucionais como o PROSSIGA que abre edital e acolhe propostas por si só não é suficiente para atender as demandas pedagógicas oriundas dessa massificação do ensino. Aponta-se como ação uma revisão dos Projetos Políticos Pedagógicos de modo que considerem as diferenças e insuficiências da formação pregressa. Tal situação se mostra um desafio e tanto, na busca

do equilíbrio na oferta do curso sem a redução da qualidade pretendida.

As bolsas têm oferecido condições de permanência a vários estudantes, mas essas condições também são questionáveis quando o aluno não tem onde ou como comer aos finais de semana quando o restaurante universitário não funciona e ele não pode comprometer o recurso do aluguel (bolsa moradia). Há que se considerar que os custos para a manutenção de um filho em outra cidade para estudar são para poucas famílias. Mesmo famílias com renda entre 4 e 5 salários mínimos, que foge do perfil do aluno assistido (1 a 3 SM) não conseguem sem o auxílio de bolsas como monitoria, iniciação científica, extensão. Para além das questões financeiras a mudança de vida, de hábitos torna-se um desafio e muitas vezes algo intransponível para esses estudantes. Observa-se que a pesquisa apontou que quase metade dos entrevistados declararam renda de 1 a 3 SM.

As variáveis analisadas na pesquisa demonstram que o espaço enquanto, lugar tem suas representações para os atores envolvidos e muitas vezes se apresentam como dificuldade na adaptação, no acesso aos serviços básicos, nos preços exorbitantes frutos da especulação não só imobiliária, mas comercial e de serviços. O processo de instalação da universidade ainda não se caracterizou como potencialidade de desenvolvimento local e regional, mas a potencialidade de exploração dos usuários desses serviços. Entendendo-se por usuários estudantes, professores, servidores técnicos-administrativos e funcionários terceirizados.

Referências

BRASIL. PNE – Lei nº 13.005. De 25 de Junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: Acesso em: 04 nov. 2015.

BUFFA, E.; PINTO, G. de A. O Território da Universidade Brasileira**:** o modelo de Campus. Rev. Bras. De Educação. V.21. n.67, out-dez, 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782016000400809&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: Jan/2017.

CARLOS, A.F.A..A Condição Espacial**.** São Paulo: Contexto, 2011.

FACIP. Conselho da FACIP. Atas de reuniões. 2009. Ituiutaba. Disponível em:< <http://www.facip.ufu.br/confacip/atas>. Acesso em: 22-07-2017.

FACIP. Conselho da FACIP. Atas de reuniões. 2011. Ituiutaba. Disponível em: <http://www.facip.ufu.br/confacip/atas>. Acesso em: 22-07-2017.

FACIP. Conselho da FACIP. Atas de reuniões**.** 2016. Ituiutaba. Disponível em: <http://www.facip.ufu.br/confacip/atas>

FERREIRA, S.; OLIVEIRA, J.F. A Reforma da Educação Superior no Governo Lula da Silva, Contradições e Desafios. In: GOMES, A.M.; OLIVEIRA, J.F. (Org.). Reconfiguração do Campo da Educação Superior. Campinas, SP: Mercado das Tetras, 2012.

GOMES, A.M.; OLIVEIRA, J.F. (Org.). Reconfiguração do Campo da Educação Superior. Campinas, SP: Mercado das Tetras, 2012.

HARVEY, David. A Justiça Social e a Cidade. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

ITUIUTABA. PDME – Lei nº 4.368. De 17 de Julho de 2015, que aprova o Plano Decenal Municipal de Educação de Ituiutaba. Disponível em: <http://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-2015/lei-n-4.368/view>. Acesso em 23 set.2016.

LAKATOS, E.M. e MARCONI, M. A. Fundamentos de metodologia científica – 5. Ed. – São Paulo: Atlas 2003.

MOREIRA, E.V.; HESPANHOL, R.A. de M. O Lugar Como uma Construção Social**.** São Paulo. Formação, São Paulo, v.2, n.14, 2007.

PEREIRA, A.R.M.S.; ALBERTO, T.P.L.; VALENTE, L. O PLANO DECENAL MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITUIUTABA E SUA INTERFACE COM O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: O ENSINO SUPERIOR EM FOCO. João Ferreira de Oliveira (org.). *Anais...* XXVIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação: Estado, Políticas e gestão da educação: Tensões e agendas em (des)construção. João Pessoa, PB. 26 a 28 de abril de 2017.

PEREIRA, A.R.M.S.P. Expansão de Democratização do Ensino Superior: A permanência do aluno em debate**.** In: *Anais...* IX Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação. UFU (Uberlândia), 2017.

PEREIRA, Gilson Ricardo de Medeiros; CATANI, Afrânio Mendes. Espaço social e espaço simbólico: introdução a uma topologia social. *Perspectiva*, Florianópolis, p. 107-120, jan. 2002. ISSN 2175-795X. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10279>. Acesso em: 26 dez. 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.5007/%x>.

RODRIGUES, R.A.V.; COCOZZA, G. de P. Novos Campi da UFU: A Transformação da forma urbana nas cidades médias do Triângulo mineiro e Alto Paranaíba. In: *Anais...* IX Colóquio Quapá Sel- Forma Urbana Contemporânea Brasileira: espaços livres e edificados, produção e apropriação. 25 a 28 de agosto de 2014. UFES/FAUUSP/QUAPA. Disponível em: <http://quapa.fau.usp.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/03/Novos-campi-da-UFU-a-transforma%C3%A7%C3%A3o-da-forma-urbana-nas-cidades-m%C3%A9dias-do-tri%C3%A2ngulo-mineiro-e-alto-Parana%C3%ADba.pdf>. Acesso em: Dez. 2017.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 1° ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

SILVEIRA, L. N. da. *EXPANSÃO TERRITORIAL E TRANSFORMAÇÕES NA PERIFERIA URBANA DE ITUIUTABA-MG:* um estudo a partir dos loteamentos de médio e alto padrão. Monografia (TCC – Geografia) Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da UFU. Ituiutaba, p.35, 2012.

SOUZA, M.L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio espacial*. 2013. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

UFU. *Anuários de 2009 a 2015*. Disponível em: <http://www.ufu.br/pagina/planejamento-e-avaliacao> Acesso em: 02 de maio de 2016.

UFU. *Conselho Universitário.* Processo 63/2005 Criação do Campus Pontal. Uberlândia, 2005.

UFU. Resolução 02/2006 do Conselho Universitário. *Dispõe sobre a criação do Campus do Pontal*. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2006-2.pdf>. Acesso em: Nov. 2015.

UFU. Resolução 17/2009 do Conselho Universitário. Aprova a reestruturação das vagas e Cursos de Graduação da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal para a criação de dois novos Cursos, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/ataCONSUN-2009-17.pdf> Acesso em: Jan.2018

UFU. Resolução 21/2013 do Conselho Universitário. Autoriza a implantação do Programa de Pós-graduação em Geografia – nível Mestrado Acadêmico, na Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, e dá outras providências.

Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2013-21.pdf > Acesso em Jan.2018.

UFU. Resolução 03/2013 do Conselho de Extensão. Dispõe sobre as normas que regulamentam a concessão de Bolsas de Assistência Estudantil (alimentação, moradia e transporte) para discentes, na Universidade Federal de Uberlândia. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSEX-2013-3.pdf> Acesso em Jan. 2018.

UFU. Resolução 01/2018 do Conselho Universitário. Dispõe sobre a criação da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção e Serviço Social, do Instituto de Ciências Exatas e Naturais do Pontal, e do Instituto de Ciências Humanas, mediante desmembramento da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.reitoria.ufu.br/Resolucoes/resolucaoCONSUN-2018-1.pdf> Acesso em: Jan. 2018.

CAPÍTULO 11
O COMPLEXO INDUSTRIAL DE ANCHIETA NO LITORAL SUL DO ESPÍRITO SANTO E OS LATIFÚNDIOS EMPRESARIAIS

Cláudio Luiz Zanotelli

Introdução

O trabalho aborda a formação do litoral sul do Espírito Santo, em particular do município de Anchieta, a partir da constituição de um complexo portuário e industrial que coloca aquele município na zona de extensão metropolitana de Vitória.

Privilegiamos na nossa abordagem a concentração fundiária como um dos fatores que foram influenciados, e, por sua vez, influenciaram os recentes projetos de expansão do complexo existente (transformação primária do minério de ferro em pelotas, transporte e transformação do gás explorado no mar e exploração de petróleo em alto mar) cuja produção é destinada, essencialmente, à exportação e à outros mercados brasileiros.

O complexo industrial e portuário, assim como a maior parte das grandes atividades industriais do Espírito Santo, está voltado para fora, nisso dá continuidade ao "sentido colonial" da formação territorial brasileira iniciada a mais de cinco séculos na zona costeira.

A contextualização do polo e sua litoraneidade nos enviam a outro artigo de nossa autoria ainda inédito e que se encontra no

prelo - *A zona costeira da Região Metropolitana Expandida da Grande Vitória (ES) e as rendas imobiliárias associadas aos complexos industriais e portuários* (ZANOTELLI, 2014) - que trata da zona costeira e, em particular, retraça de maneira esquemática a história da ocupação do litoral capixaba. No artigo referido efetuamos um debate teórico sobre a renda da terra e as noções de valor e valoração aplicadas às terras litorâneas. Esses preliminares nos deram a base para nesse texto ora iniciado explanar a constituição industrial do município de Anchieta, suas infraestruturas e a elaboração de um projeto de expansão industrial do complexo industrial existente em proporções dantescas. Explicitamos os interesses empresariais e políticos dos atores na criação institucional desse espaço, bem como procuramos desvendar a propriedade da terra na região e os usos da terra que indicam formação de monopólios fundiários suscetíveis de direcionar a pretendida expansão industrial e portuária.

Agradeço a contribuição de Francismar Cunha Ferreira na elaboração competente dos mapas que compõem esse artigo.

Complexo industrial e portuário no litoral sul do Espírito Santo: o caso de Anchieta

Os complexos industriais e portuários são a materialização de estratégias privadas e públicas, nos marcos do capitalismo, que revelam apropriações da natureza e de espaços, fazendo na maioria das vezes tabula rasa do que ali existia antes deles. Eles levam, igualmente, às antecipações das negociações relativas aos lugares prováveis de localização desses polos. No caso do litoral sul do Espírito Santo dois lugares se destacam (Anchieta

e Presidente Kennedy). Anchieta por ter um enclave industrial já relativamente antigo e estar na zona imediata de influência da região metropolitana de Vitória, mas guardando ainda muitos espaços livres de importância ímpar e com uma taxa ínfima de ocupaçãodo solo com construções urbanas. Presidente Kennedy, por sua vez, é um município situado no extremo sul do estado nos limites com o estado do Rio de Janeiro, e, até hoje, sem nenhuma ocupação industrial, ali os usos da terra são essencialmente rurais. Kennedy conta com uma fachada litoral de interesse paisagístico e ambiental de primeiro plano, mas sobre esse município pesam projetos industriais e portuários de impactos fenomenais. Estudaremos no que segue, como ilustração do artigo referido anteriormente (ZANOTELLI, 2014), o caso do município de Anchieta, deixando Presidente Kennedy para um texto posterior.

O município de Anchieta (Mapa1), antigo município de Benevente, tem uma área de 406 Km2 (segundo base cartográfica do IJSN 2010), ele contava com 23.902 habitantes em 2010 (19.176 habitantes em 2000), e uma densidade de 58,9 habitantes por Km2, a mancha urbana se entende por tão somente 7,2 Km2(IJSN 2010) e se localiza na cidade à beira-mar e em alguns pontos do distrito sede. Desde 1972 o seu território - o município tinha 11.637 habitantes nessa data e, em seu distrito sede, lugar onde se encontra a Samarco, a população era de 6.343 habitantes (MORAES, 1974) –foi palco de transformação acentuada da paisagem por causa da instalação da empresa Samarco (controlada pela Companhia Vale do Rio Doce, hoje denominada de Vale, e a multinacional BHP). Se construiu à época uma pelotizadora de minério de ferro e um porto de exportação, bem como um mineroduto de 396 Km de extensão ligando a usina às minas da região de Mariana em Minas Gerais. Esse mineroduto transporta o minério em pó

misturado à agua, se serve do relevo e de estações de bombeamento para trazer o precioso minério até a usina. A usina teve em 1977 produção inicial de 2,6 milhões de toneladas de pelotas de minério de ferro, em 2013 a empresa produzia quase dez vezes mais (21 milhões de toneladas com 3 usinas e dois minerodutos). Com as obras iniciadas da quarta usina (cf. Mapa 1) em fase de conclusão, bem como de um terceiro mineroduto ligando a indústria à Minas Gerais, deverá produzir 30 milhões de toneladas a partir de 2014 (CORRÊA, 2013, p.84-85). Na realidade o Plano Diretor da Samarco prevê ainda mais três pelotizadoras, totalizando sete usinas, e um quarto mineroduto tudo isso no entorno da lagoa Mãe Bá. E os EIA-RIMA continuarão, como para Tubarão localizado entre Vitória e Serra, minorando os impactos permitindo a expansão dessas áreas de maneira permanente o que leva a efeitos cumulativos sobre o meio exponenciais.

Os impactos desse projeto de quarta usina (o EIA-RIMA de novembro de 2009 identifica muitos impactos, mas adoça os mesmos e os relativiza, pois, por exemplo, os índices de emissão de poluentes estariam, no acumulado de um ano, com as quatro usinas funcionando, abaixo das exigências ambientais legais) são inúmeros: emissão de particulados, de gases e de metais pesados misturados à agua vinda de Minas Gerais, que depois de decantada e passando por um processo de filtragem que não elimina todas as impurezas é descartada na lagoa Mãe Bá (BARBOSA, 2010; CORRÊA, 2013, p.142 e seguintes e trabalho de campo nosso). Provoca ainda impacto em termos de moradia. Elas são insuficientes para os trabalhadores que trabalharam e/ou trabalham nas usinas eem sua construção. Por outro lado, engendra problemas de circulação de caminhões e carros e, finalmente, mas, não menos importante, a instalação das usinas levaram a um processo de conflitos com as

populações originárias (pescadores, indígenas e populações ditas "tradicionais" notadamente). O bairro Mãe Bá que surgiu ao lado das usinas e onde moram trabalhadores do polo, localizado entre a Samarco e a lagoa, sofre com as emissões de poluentes e com o barulho ensurdecedor das unidades industriais, como também lança esgotos na referida lagoa.

A área onde estão instalados o porto e as usinas é um dos lugares onde as falésias da Formação Barreiras na costa do Espírito Santo estão em contato com a praia, ali o litoral faz parte do que estudiosos definiram, a partir da geomorfologia, como litoral Central[1], o mesmo compreende uma faixa que vai de Vitória até o município de Marataízes. Nesse ponto do litoral "[...] verifica-se a ausência de afloramentos rochosos e [o] consequente alto grau de exposição às ondas [que] vêm desencadeando o processo erosivo sobre os depósitos terciários,

[1] Estas classificações não seguem aquela que adotamos de litoral sul muito menos outra classificação do litoral por setores geomorfológicos que comentamos em Zanotelli (2014) a partir de Martin apud Girardi e Cometti, 2006, mas ela se baseia numa síntese dos setores anunciados pelos referidos autores a partir da mesma referência (MARTIN). Para compreender essa classificação geomorfológica mais sintética, Albino, Paiva e Machado (2001, p.64) escrevem que "Nas características geomorfológicas do litoral do Estado são reconhecidas três unidades distintas: os tabuleiros terciários da Formação Barreiras, os afloramentos e promontórios cristalinos pré-cambrianos e as planícies flúvio-marinhas quaternárias, com diferentes graus de desenvolvimento". Ainda segundo os autores "[...] adistribuição dos depósitos da Formação Barreiras e seu contato com os afloramentos cristalinos e com a planície costeira permitiram a Martin et al. (1996) subdividirem a costa do Espírito Santo em três setores: litoral Nordeste, onde os depósitos quaternários são limitados pelas falésias da Formação Barreiras; *litoral Central*, onde os afloramentos rochosos atingem a costa e o litoral [mas podendo haver algumas falésias]; e litoral Sudeste, onde as falésias voltam a aflorar na linha de costa, sendo localmente precedidas por depósitos quaternários pouco desenvolvidos".

ameaçandoa Rodovia do Sol (ES 060), importante rota do Estado" (ALBINO, PAIVA e MACHADO, 2001, p.67).

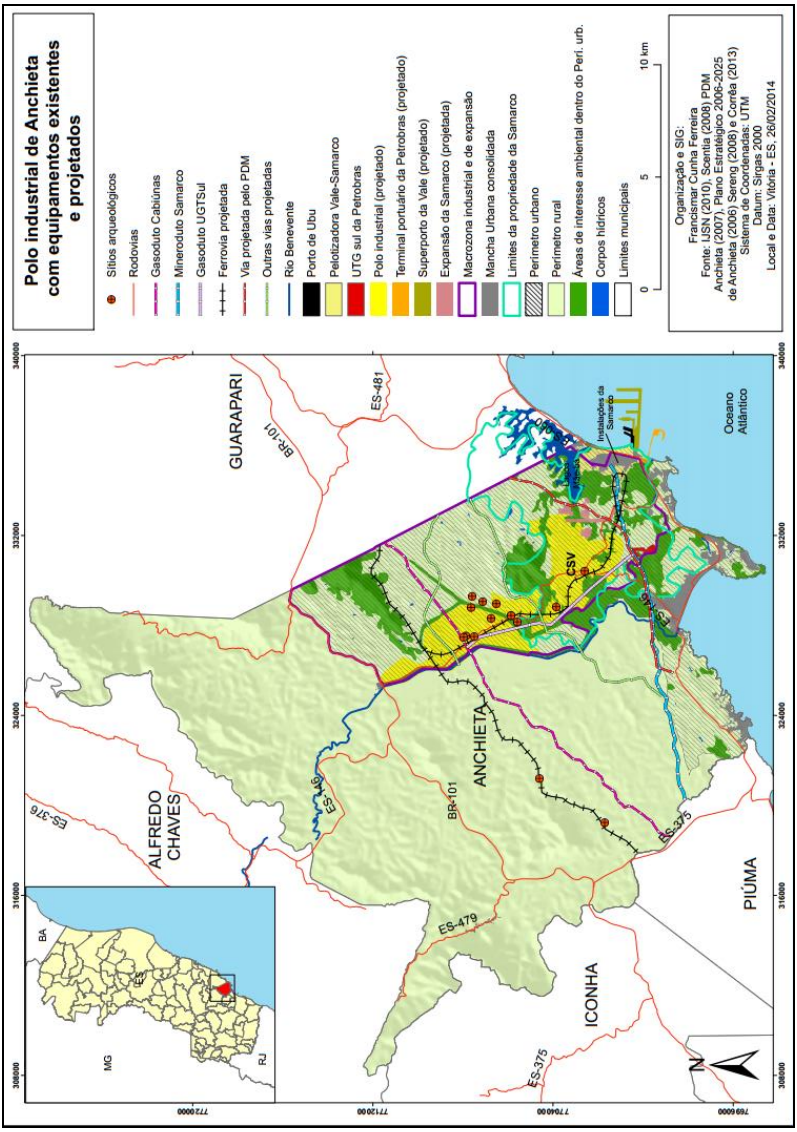
Exatamente na área ocupada pelo porto da Samarco e em face das usinas existentes, a Rodovia do Sol se situa sobre uma estreita faixa da formação barreiras em área extremamente suscetível à erosão. A rodovia passa num local, entre a lagoa Mãe Bá e a faixa da praia, estreito. Hoje existem comportas que são abertas periodicamente pela Samarco para dar vasão às águas da lagoa quando seu nível é elevado em função da própria quantidade de água ali despejada pela indústria e oriunda de outras paragens, modificando, evidentemente, o ambiente lacustre, mas sempre "dentro das normas" segundo os estudos oficiais de impacto ambientais encomendados pela empresa e exigidos por lei.

Para instalação do porto foi necessária uma dragagem do fundo do mar – como no local do porto de Tubarão na Baía do Espírito Santo (a situação do porto de Tubarão é citada por ALBINO, PAIVA e MACHADO, 2001, mas os autores não se referem ao caso do porto de Ubu) – o que provocou alterações na morfologia da plataforma marítima naquele espaço, levando, certamente, às modificações do padrão da direção das ondas. Isso pode provocar erosões na costa, como aquelas da praia próxima de Meaípe, localizada ao norte das usinas, no município vizinho de Guarapari.

As sete dragagens realizadas até hoje no mar na área do porto de Ubu da Samarco impactaram comunidades de pescadoras vizinhas do polo industrial, em particular os pescadores das localidades de Ubu e Parati, alterando gradualmente os seus modos de vida, diminuindo o pescado e a coleta do marisco sururu, além da interdição, pela empresa, de um perímetro de pesca no entorno do porto, provocando, em

consequência, conflitos socioambientais (Cf. CORRÊA, 2013, p.179-211). Todos estes aspectos de conflitos com a comunidade local são muito bem estudados na dissertação de Josilene Cavalcante Corrêa (CORRÊA, 2013) a qual nos baseamos em relação a esses aspectos de impactos socioambientais.

O polo industrial e portuário da Samarco-Vale-BHP Brasil serviu como catalizador de outras infraestruturas e instalações industriais, assim a partir de 2003 o governo do estado anuncia a construção de uma grande siderúrgica e de um porto (que seria também multimodal à exemplo do porto de Tubarão em Vitória) numa parceria da Companhia Vale do Rio Doce e uma empresa chinesa, Baosteel, em Anchieta, próximo à área da Samarco (cf mapa 1). Projeto que se denominou inicialmente Companhia Siderúrgica Vitória e depois Companhia Siderúrgica de Ubu, com valores de investimento estimados em 5 bilhões de reais. Mas, após muitas tergiversações, os chineses o abandonaram em 2007-2008, provavelmente por causa da crise financeira de 2008 e a consequente redução das atividades econômicas chinesas. Mas, o governo estadual da época invocava questões ambientais, de maneira particularmente cínica, pois o meio-ambiente não estava dentre suas principais preocupações bem como não era o que se poderia chamar uma agenda com a qual realmente se preocupava o empresariado, como constataremos. No entanto, nota-se que na Avaliação Ambiental Estratégica realizada pela Futura e CEPEMAR sob a égide do *Movimento Empresarial Espirito Santo Em Ação* vários impactos são indicados, mas buscava-se no mesmo documento indicar "soluções" e minorá-los, como constataremos.



Mapa 1: Polo industrial de Anchieta.

Fonte: Na imagem.

A empresa Vale, pelo menos publicamente, insistiu no projeto e voltou, como sempre, a contar com o apoio das hostes governamentais, mas, finalmente, o abandonou provisoriamente em janeiro de 2013 depois de ter aprovada a sua Licença Prévia que é uma das fases no processo de autorização para a instalação de unidades industriais (CORRÊA, 2013, p110-113); isso por razões diversas, em parte, pelo menos, devido às resistências das populações locais, em particular a comunidade da Chapada do A e os pescadores de Ubu e Parati, bem como da forte mobilização das Associações e ONGs socioambientais. Mas, as razões mais fortes foram, sem dúvida, como notamos, de ordem econômica, em particular a diminuição do preço do aço e uma relativa redução do ritmo de crescimento da China, um dos principais clientes da Vale. No entanto, recentemente, o presidente do órgão de planejamento governamental, Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), declarou que procurou a Vale e que a "companhia afirmou que não desistiu do projeto" (Gazeta online, 18/07/2013) e que a CSU segue na carteira de projetos da empresa. Aparentemente os representantes do Estado se agarram com unhas e dentes ao complexo portuário e industrial e à usina siderúrgica.

Esse projeto associado à expansão da exploração de petróleo e gás na Bacia de Campos e do Espírito Santo e tendo como consequência a necessidade de portos para apoio às atividades de prospecção e exploração, bem como a construção de um gasoduto de 87 Km a partir de uma plataforma de exploração marítima até a unidade de tratamento de gás do sul capixaba, igualmente próxima à Samarco, incrementou inúmeros outros projetos. Um deles foi o terminal marítimo da Petrobras que realizou pesquisas na área próxima ao porto de Ubu, na Praia do Além. Esse terminal serviria como base de apoio portuário da empresa no estado. Por enquanto este projeto

não se concretizou, mas seus impactos sobre as comunidades de pescadores e os habitantes e veranistas da região que usam esta mesma praia e a Lagoa Azul próxima, serão enormes.

Além do gasoduto e dos quatro minerodutos existentes o município está na rota do projeto de uma ferrovia (Mapa 1) que deverá ser construída e que ligará A Região Metropolitana da Grande Vitória e o Rio de Janeiro, realizando uma interligação da via de ferro Vitória-Minas que escoa o minério de ferro exportado por Tubarão com o sul do estado e o norte do Rio de Janeiro onde se encontra outro grande enclave portuário, o Porto do Açu, que inúmeros impactos negativos têm causado na região, além dos portos e estruturas industriais da Petrobras em Macaé. Os estudos arqueológicos feitos no município no provável trajeto da estrada de ferro litorânea sul indicaram 15 sítios arqueológicos históricos e pré-históricos de importância variável e a maioria desses sítios se encontra na área prevista para o polo (Relatório Final das Prospecções arqueológicas, IPHAN, 2008).

As atividades industriais existentes e previstas, bem como os projetos infraestruturais levaram à elaboração do PDM do município (aprovado por Lei complementar n° 13 de 28 de novembro de 2006 e com nova redação na Lei Complementar 14/2007). O Plano Estratégico do Município 2006-2025, a Agenda 21 Local, foi elaborado também em 2006 e contou com apoio da Samarco e uma apresentação do governador do estado à época Paulo Hartung.

O PDM instaurou uma Macrozona de expansão industrial - em meio a fazendas e áreas de Especial Interesse Ambiental

com aproximadamente 97,15km²de dimensões[2] - de importância surreal para o estado. Na mesma ocasião estabeleceu-se um perímetro urbano (144 Km2) que em boa parte se sobrepõe à Macrozona, desse modo 35% da área de 406 Km2 do município seria destinada ao espaço urbano e às indústrias. Antes da proposta do polo e da zona de expansão urbana-industrial a área do perímetro urbano era de 29,9 Km2[3] (Cf. BARBOSA, 2010, p.145-163 e PDM Anchieta, 2006 e 2007, p.81).

O polo projetado, por sua vez, representa cerca de ¼ dessa Macrozona de expansão industrial, com áreade25,3 Km^2e com um perímetro de 37,5 Km e (Cf. Plano Básico do Projeto Diretor do Polo, Sereng, 2008). Ele deveria ir dos abordos da Samarco até a rodovia BR 101, passando através de campos e de comunidades tradicionais/originárias, tal aquela localizada na Chapada do A, atravessando porções dos distritos da Sede e de Jabaquara (BARBOSA, 2012 e CORRÊA, 2013).

Numa aparente contradição, mas somente aparente, pois as intenções com esse perímetro não são nem urbanas e muito menos urbanísticas, salto aos olhos o fato de que tão somente de 4,8% a 7% do perímetro urbano (de 7 a 10 Km2 segundo as

[2] O que representa uma superfície maior que aquela do município de Vitória! Para obter essa área realizamos uma vetorização a partir do mapa original do PDM e a georreferenciamos.

[3] Em artigo precedente havíamos calculado a partir do IJSN e IDAF/DTCAR de 2010 e a base cartográfica do Instituto Jones dos Santos Neves de 2010, o perímetro urbano do município em 132 Km2 e perímetro rural em 274 Km^2 (Zanotelli et all, EGAL, 2013). Essas diferenças dizem respeito às metodologias utilizadas nos cálculos a partir das respectivas bases. Manteremos posteriormente esses valores para analisar as proporções de usos da terra no município, pois elas são bem distintas de perímetros definidos de forma mais ou menos fictícia e que não representam os usos efetivos dos solos.

diferentes projeções[4]) se refere à área urbana mais densa. Mas, mesmo essa última tem ainda vários vazios urbanos[5], ou seja, um percentual ínfimo do município tem uma mancha urbana continua (cf. mapa 2).

Se o complexo industrial e portuário previsto fosse concretizado seria o maior polo industrial projetado do estado (25 Km^2) - a comparar com os 18 Km^2 do maior polo existente no estado nos limites dos municípios de Vitória e de Serra, o Tubarão, que compreende 2 grandes portos especializados e terminais de carga geral e de grãos (Tubarão e Praia Mole), uma das maiores usinas siderúrgicas integradas do Brasil (a CST-Arcellor-Mittal) e sete usinas de pelotização (associação da Vale com empresas multinacionais japonesas, italianas e espanholas, a oitava usina esta em construção)[6].

---

[4] Baseadas respectivamente na base cartográfica do IJSN de 2010 ou na Análise de imagens LandSat de 5 de maio de 2010 com escala de 1:100.00.

[5] "Vazios urbanos" para nós têm a conotação de espaços que não estão somente em zonas intersticiais entre as ocupações das áreas urbanas. Para obtê-los subtraímos do perímetro urbano definido pelo município as áreas urbanas efetivamente ocupadas e as áreas naturais protegidas por meio das análises de fotos áreas de 2010. Muitas vezes neles há áreas de pastos e manchas de matas e restinga. Portanto, o conceito de "espaço vazio" envia à noção de *"Terra vaga"* com uma função indefinida, mesmo que ela tenha manchas de pastos que, em realidade, em geral, fornecem uma simulação de ocupação para se manter os terrenos à espera de valorização. O "espaço vazio" envia, também, à noção de inocupado, mesmo se há proprietários públicos ou privados e que eles se encontrem inseridos em meio a redes de comunicação e de circulação e próximos de áreas ocupadas.

[6] A poluição por particulado de minério de ferro e de carvão mineral em pó em praticamente toda a região da Grande Vitória se traduz na designação popular para este impacto: "pó preto", além é claro, da poluição por diferentes gases, impactos paisagísticos, circulação etc (ver sobre esse polo minha tese O polo de Tubarão e a expansão periférica da aglomeração de Vitória, defendida em 1998 na França). O aumento gradual da aglomeração

Os “planejamentos” do complexo industrial e portuário de Anchieta

O PDM e o Plano Estratégico do Município anteciparam o decreto estadual (Decreto n° 1247-5) de utilidade pública e criação do Polo industrial e de Serviços em Anchieta de 10 de julho de 2007, esse polo estava, sobretudo, previsto para acolher indústrias de grande porte (Cf. BARBOSA, 2010, p.145-150). Mas esses dois documentos repercutiam os projetos industriais para Anchieta do Plano estratégico de Desenvolvimento Espírito Santo 2025 (*ES 2025*, publicado em Agosto de 2006) do governo Paulo Hartung (2003 a 2010) para o “desenvolvimento” do Espírito Santo, da mesma forma que os documentos de planejamento relativos à Presidente Kennedy repercutiram os anseios manifestados pelas classes dominantes e em particular o setores do empresariado local em associação com o empresariado nacional e multinacional no *ES 2025*.

O plano*ES 2025* foi revisto pelo atual governo do estado de Renato Casagrande que agora o denomina *Plano 2030* (cf. Síntese do plano publicada de dezembro 2013). O atual governo continua na mesma linha desenvolvimentista e destruidora do

---

de instalações industriais altamente poluentes é um aspecto altamente comprometedor do meio onde estão esses polos, portanto, procurar aglomerar as atividades industriais e os portos no entorno dos já existentes como forma de diminuir as consequências destruidoras da proliferação de projetos ao longo da costa do Espírito Santo não se apresenta como uma “solução” como querem alguns. Isso por que há um limite na resiliência da zona litoral e de seus moradores às crescentes destruições do ecossistema. É interessante observar que os estudos preliminares realizados para o polo de Anchieta se preocuparam em elencar os problemas apresentados nos estudos de instalação do polo de Tubarão no passado de maneira genérica, mas sem tirar conclusões maiores sobre sua inviabilidade.

meio ambiente do governo Hartung. O *ES 2025* tem 12 volumes, incluindo 1 volume síntese, ele foi organizado pelo governo do estado na época do governo Paulo Hartung. Foi elaborado sob a coordenação geral de Guilherme Gomes Dias (ex-secretário de economia e planejamento) e de Arthur Carlos Gerhardt Santos. Esse último tem uma longa carreira nas hostes do poder econômico-político. Ele foi presidente da Codes na década de 1960 (que mais tarde viria a ser o Bandes, Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo), tomou a iniciativa, juntamente com outros, no contexto do regime militar e do "desenvolvimentismo", de atrair no quadro do I e II Plano Nacional de Desenvolvimento as empresas transnacionais para o Espírito Santo. Comandou a implantação da CST – Companhia Siderúrgica de Tubarão (hoje Acellor-Mittal Tubarão) e da Aracruz Celulose (hoje Fíbria). O regime militar de 1964 fez dele o segundo governador biônico (1971-1975) do estado. Ao deixar o governo foi para o comando da Aracruz Celulose. Em seguida se tornou presidente da CST, essas duas empresas eram, então, financiadas e controladas pelo Estado brasileiro. Voltaremos a comentar o papel desse agente do capitalismo *à outrance* mais adiante.

O plano estratégico *ES 2025* contou, igualmente, com a participação na equipe técnica de diversas instituições e de inúmeras grandes empresas (Companhia Siderúrgica de Tubarão, Companhia Vale do Rio Doce, Samarco, Petrobras), Federação das Indústrias do Espírito Santo, Sindicato dos Exportadores do Espírito Santo, hotéis, etc. e dois representantes da UFES. Foi financiado pela Petrobras e gestado pelo *Movimento Espirito Santo em Ação* (Lobby importante de empresários instalados no Espírito Santo e que realizou articulações para o êxito do plano), ele foi elaborado pela Macroplan, contando com mais de 20 consultores e convidados

especiais entre universitários, empresários e homens de poder. O plano também divulgou uma lista de entrevistados de instituições, pessoas representando grupos de pesquisas, laboratórios e sindicatos. Bem como na primeira versão do projeto foi divulgada uma lista de "colaboradores temáticos" do plano, ora alguns em nada colaboraram efetivamente com o mesmo, esse "erro" pareceu uma forma de busca de legitimação do plano aos olhos da sociedade como um todo.[7]

[7] Eu mesmo fui entrevistado, pois à época era Coordenador do Núcleo de Estudos da Violência da Universidade Federal do Espírito Santo (NEVI) e fui procurado pelos elaboradores do plano sob essa alegação. Nessa entrevista falei de nossas pesquisas e projetos e da situação da violência e criminalidade no estado, eu trabalhava numa pesquisa publicada posteriormente sob o nome de Atlas da criminalidade no Espírito Santo. Fui, em seguida, à uma reunião pública de apresentação de uma etapa do plano realizada na Federação das Indústrias do Espírito Santo. Nunca colaborei no sentido de escrever, redigir e fazer propostas para o plano, muito menos tive outros contatos com os elaboradores ou qualquer participação na elaboração do mesmo. Qual não foi minha surpresa quando do lançamento do plano de verificar que meu nome estava na lista dos "colaboradores temáticos". Em debate público no auditório do CCHN (Centro de Ciências Humanas e Naturais) na Ufes questionei um dos membros do governo, que me havia ele mesmo entrevistado e fazia parte da mesa juntamente comigo, do porque de terem me colocado como "colaborador" quando na realidade fui entrevistado como representante de um núcleo de pesquisas e que em momento nenhum havia participado da elaboração do plano. E ainda muito menos via minhas posições relativas à questão da violência e criminalidade representadas no mesmo, além, também, de discordar totalmente do conteúdo do plano. Não recebi resposta, somente o silêncio... O que me reforça na ideia de busca de uma "legitimização" forçada do plano junto à universidade e outras categorias sociais, mas por um caminho fraudulento e desrespeitoso. Hoje no site da secretaria de planejamento do estado (<http://www.planejamento.es.gov.br/default.asp?arq=plano_2025>) se encontra uma versão resumida que não traz os nomes da autoria do estudo e nem dos "colaboradores" que estavam na versão antiga no site

Esse plano e os outros planos estratégicos em geral em verdade fazem parte daquilo que Carlos Vainer (2000) chamou "estratégia discursiva do Planejamento Estratégico" e que buscam produzir planos que tentam vender as cidades e os lugares como mercadorias, baseando sua legitimidade no "planejamento estratégico" inspirado das empresas. Esse tipo de plano não se constitui num documento de planejamento efetivo, apesar das disposições legais e exigências de financiadores públicos e privados de empreendimentos que ao longo do tempo o tornaram peça obrigatória dos "planejamentos" dos municípios. No entanto, eles se tornam documentos de difusão de estratégias que favorizem os chamados investimentos. Em geral, quando da sua elaboração monta-se um simulacro de participação dos diferentes setores da sociedade, legitimando os interesses empresariais explícitos ou não, pois o plano não tem aplicabilidade ou está subordinado a outros documentos de planejamento, mas serve como norte, como desbravador de terras à conquistar.

Os planos estratégicos buscam formar um consenso artificial. Vainer analisa os planos estratégicos voltados para as cidades, mas poderíamos aplicar sua análise para os planos como esse do Espírito Santo (Vainer, 2000, p.91-98). Busca-se nele criar uma entidade, o estado do Espírito Santo, como um "sujeito", que compete, que necessita, que deseja, coeso, sem qualificação, sem classes sociais, sem interesses particulares: o Espírito Santo está em ação! (nome sintomático do lobby de empresas no Estado). Tornando o território um ator, um agente, discurso que nos lembra dos apelos nacionalistas e patrióticos que revelam a face mais reacionária da "Geografia dos estados

<http://www.espiritosanto2025.com.br>, hoje, fevereiro de 2014, desabilitado. Mas há o plano completo em papel e meio digital.

maiores", geografia produzida para o poder e pelo poder e analisada pelo geógrafo Yves Lacoste (LACOSTE, 1989 [1976]). Se hipervaloriza o discurso "territorial" em detrimento da sociedade, ou antes, por uma assunção se passa da sociedade ao território sem mediações. Simula-se, assim, um território-estado-personagem, uma pátria regional-local, atrás da qual estaríamos todos, sem distinção social, artifício sintomático. Produzindo um discurso e uma prática grandiloquente em busca de um modelo europeu inalcançável. Assim, na « Palavra do Governador » na apresentação do primeiro volume síntese do plano (disponível em <http://www.planejamento.es.gov.br/default.asp?arq=plano_2025>, acessadoem 20 de fevereiro de 2014) pode-se ler O Espírito Santo "em 2025 alcançara padrões de desenvolvimento próximos aos dos países com as melhores condições de vida na atualidade". Também alcançaríamos em 2025 uma « escolaridade equivalente à da população adulta da Finlândia ou dos países desenvolvidos nos dias de hoje ». Até 2025 vamos « erradicar a pobreza e diminuir a desigualdade em 26%, alcançando índices semelhantes aos dos países do primeiro mundo ».

Por trás desse discurso encantatório, com poucos resultados tangíveis, o plano deixará explícita ou implicitamente aflorar os interesses empresariais na distribuição dos investimentos previstos e nos recursos privados e públicos voltados para o mesmo. Assim, 60,4% dos recursos previstos no plano à época deveriam ser destinados ao que é chamado de logística, agregação de valor, adensamento e diversificação produtivos. E 51% dos recursos deveriam ter origem no setor privado ou estatal. O caráter do plano, portanto, aponta seus interesses explícitos, mas há também, os implícitos, a

valorização da terra e os ganhos que se pode obter com elas, como veremos mais adiante.

O complexo portuário e industrial de Anchieta, portanto, se inscrevia na perspectiva do *ES 2025* que previa os grandes empreendimentos listados anteriormente (polos petroquímicos, siderúrgicos e portos), a tal da "vocação para o comércio externo" que adota os incentivos fiscais como o FUNDAP – Fundo de Desenvolvimento de Atividades Portuárias - que oferecia a até bem pouco tempo aos importadores exonerações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), em geral as empresas recolhiam para esse fundo tão somente o equivalente à 4% do ICMS, 1/3 do imposto devido. Com o fim do FUNDAP se aceleram os "créditos de ICMS" ou concessões especiais no refinanciamento do ICMS a pagar. Esses mecanismos que fazem derrogação aos impostos devidos permitindo vantagens significativas às empresas que beneficiam se traduz na "guerra de lugares" que em realidade é uma guerra feita para privilegiar classes sociais e que concede vantagens ao patronato. Para Anchieta se procurava no plano governamental "equacionar o déficit hídrico e conservar a lago Mãe Bá" (Sic!).

Estudos preliminares para o complexo industrial e portuário de Anchieta

Esse complexo industrial e portuário foi logo após a publicação do ES 2025 objeto de três estudos gerais com interesses claramente orientados, todos com o selo do *Movimento Empresarial Espírito Santo em Ação*, descrevemos sucintamente os estudos no que segue.

1- A empresa de pesquisas de opinião *Futura*, publicou uma série de 8 volumes de textos intitulados *Anchieta, Polo industrial e de serviços.* Os volumes não são datados. Mas o primeiro volume que trata do Mapeamento das percepções sociopolíticas a propósito da *Ferrovia litorânea Sul e do Polo de Anchieta* traz uma data em sua metodologia que indica que as pesquisas foram realizadas em fins de 2007. Os volumes tratam de assuntos diversos e são, em muitos casos compostos de dados, imagens, organogramas e gráficos gerais. Não é nosso propósito aqui de analisa-los de maneira detalhada, somente apontar algumas questões. O volume 3 se propõe ao Mapeamento dos atores sociais da Região do Polo. É instrutivo percorrer esse documento, pois ele indica a forma como os empresários representados pela Futura pensam a relação com os movimentos sociais. De uma militante de uma ONG é dito que ela é "muito influente" e é "de esquerda ambientalista" (Volume 3, p.7) e que é "contra o projeto do polo";

2- Um documento com cabeçalho da *Sereng Engenharia e Consultoria Ltda e do Governo do Espírito Santo* datado de 19 de novembro de 2007 e contando no início com o nome do *Movimento Empresarial do Espírito Santo, Espirito Santo em Ação (ESEA)* e intitulado *Entendimento de escopo,* defini como objeto de um "contrato" a realização de Serviços de elaboração de estudos conceituais e básicos para implantação do polo industrial e de serviços de Anchieta. Logo no início do documento são listados os atores implicados no mesmo (ESEA, Governo do Estado do Espírito Santo, CVRD, Empresa de Consultoria Ambiental CEPEMAR, Futura e Sereng). Estipula os serviços a serem feitos, com base no Decreto de Utilidade pública datado de 10 de julho de 2007 do Governo do Estado relativo à área para a instalação do referido polo, se refere a um Termo de Referência para a laboração de estudos básicos para

implantação do polo e ao mapa da área de "interesse do Estado", bem como ao levantamento cadastral da mesma.

O documento estipula as premissas do estudo, e a principal é a empresa "âncora" do polo, a Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU) segundo "[...]o protocolo de intenções celebrado entre o Estado através da SEDES (Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Espírito Santo), CVRD e a BaostellGroup Corporation" (p.4). Nota ainda os objetivos da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) (Cf. detalharemos mais abaixo). No documento é explicitado o alinhamento estratégico da proposta com o *ES 2025* e o "Compromisso com práticas ambientais corretas e sustentáveis" (Sic!). Enumera os "pontos críticos" do empreendimento: qualidade do ar, ecossistema estuarino, necessidade de remanejamento e assentamento das comunidades; reconhece que as áreas de Proteção Permanente e Áreas de Interesse Social e Ambiental restringiriam os usos previstos no polo.

Esse documento explicita que *não é* um contrato para realizar projetos detalhados e projetos executivos do polo. Ele estabelece que o que a Sereng assume fazer é "um levantamento planaltímetro e cadastral do sítio, um plano de ocupação do polo, um anteprojeto geral de infraestrutura e implantação", um "estudo conceitual básico para implantação" e alguns anteprojetos de logística, corredor logístico, anteprojeto urbanístico com "cinturões verdes" etc. Os Estudos conceituais de Macrozoneamento e Anteprojeto Urbanístico compreendem: o Plano de Ocupação do polo; Concepção do Polo Industrial e de Serviços; os usos gerados e prováveis usuários, os estudos de macrozoneamento e o anteprojeto urbanístico.

Dentre os estudos previstos tivemos acesso ao *Plano Diretor do Polo Industrial e de Serviços e Projeto Básico*

Urbanístico realizado pela Sereng Engenharia e Consultoria Ltda. Com data de 30 de outubro de 2008 em versão preliminar; Esse estudo trás as plantas e uma proposta de zoneamento do polo. Os mapas são reveladores, indicando os proprietários fundiários nas áreas previstas do polo e a localização da Usina Siderúrgica de Ubu. Dentre os grandes proprietários sobressaem algumas pessoas físicas, mas, sobretudo, a Samarco (p.4 e 31 respectivamente).

3- *Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do polo* foi prevista no documento *Entendimento de escopo* (19/11/2007) resumido acima. Nesse documento foi explicitado que a AAE do polo teria um foco restrito aos efeitos decorrentes das atividades na fase de implementação do polo e "alguns prognósticos para a fase de operação"; ele repertoria ainda que a AEE é um instrumento de política ambiental para "um plano, um programa de desenvolvimento" (p.6) e busca avaliar os "impactos cumulativos" resultantes das ações desenvolvidas, salientando que os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) previsto na resolução 001 de 1986 do Conama (Conselho Nacional de Meio ambiente) visam justamente os impactos ambientais e "não os processos de planejamento e decisões políticas e estratégicas que o originam" (p.6).

Ou seja, a estratégia política, a decisão de fazer o polo, é de outra ordem, estaria fora dos aspectos ambientais, como se essa separação fosse possível. Esse estudo, em realidade moldado nas Agendas XXI, foi realizada pela *CEPEMAR e a Futura* em Novembro de 2008. Como está indicado no próprio texto do AAE "O presente documento foi elaborado pelo *ES em Ação* a partir das premissas do *ES 2025*, com o objetivo de fornecer dados, instrumentos, insumos e indicações de planos, programas e projetos especialmente elaborados para a região de

estudo do Pólo Industrial e de Serviços de Anchieta" (p.6). O AAE indica sinteticamente, a partir das avaliações de consultores de diferentes áreas, cenários (p.224-236) para o período 2008-2018 com a implantação do polo apontando diversos aspectos críticos (dentre outros, aumento da poluição, aumento população, supressão de vegetação, demanda hídrica crescente com o polo e impossibilidade do Rio Benevente atender a essa demanda, em particular da siderúrgica etc.). Ora, diante desse cenário negativo as propostas de antecipação, resolução e adequação do espaço e território locais são genéricas e imprecisas, indicando um exercício de futorologia sem algum engajamento concreto, anunciando a necessidade de "projetos" (conforme páginas 238-243). Assim relativamente ao impacto hídrico é sugerido (p.242):

> Projeto para criar uma entidade delegatória de caráter civil de direito privado como Agência de bacia hidrográfica do Benevente; Projeto de Estudo de alternativas para aumento da disponibilidade hídrica para a área diretamente afetada e de influência direta e indireta do Pólo;Projeto de Estabelecimento de Diretrizes e Medidas para uso racional, tratamento erecirculação de água, e irrigação eficiente na agricultura; Projeto de Estudos de alternativas para drenagem de áreas do Pólo visando à manutenção do equilíbrio de distribuição das águas pluviais entre bacias, e definição de pontos adequados de lançamento dos efluentes e águas de drenagem pluvial do Pólo.

As empresas citadas e articuladas por meio do *Movimento Empresarial Espírito Santo Em Ação*, estão em várias frentes, a Futura é uma empresa de pesquisa de mercado contando com os principais articuladores do movimento empresarial. A CEPEMAR é uma empresa pertencente, hoje, ao grupo

empresarial Suzano que trabalha no segmento de papel altamente poluidor e realizou uma série de Estudos de Impacto Ambiental para os polos industriais e portuários previstos para o Espírito Santo estando como veremos mais adiante numa posição chave do sistema Estado-grandes empresas (O EIA-RIMA da quarta usina da Samarco foi realizado pela CEPEMAR e o EIA-RIMA da CSU/CSV aparentemente também).A SERENG, por sua vez, tem como um dos seus sócios principais o ex-governador Arthur Carlos Gherardt Santos que como vimos ocupa uma posição central no sistema Estado-empresa.

Ele é chamado em matéria do dia 18/08/2013 do jornal *online* Século Diário de "lobista de prestígio das transnacionais". O jornal se baseia em revelações recentes de ex-gerente de inteligência da empresa Vale que trabalhava na área de inteligência da empresa, revelações apoiadas em vários documentos – informações que estão no Relatório de Homologação do Departamento de Suprimentos da Vale, de julho de 2010 -, o ex-gerente revelou no passado, por exemplo, que a empresa espiona representantes dos movimentos sociais, políticos e empresários. Dessa forma, escreve o periódico

> novos documentos revelados pelo ex-gerente de Inteligência da Vale, André Almeida, denunciam lobby da empresa para obtenção de licenças ambientais de projetos estratégicos da mineradora no governo Paulo Hartung (PMDB). A contratação direta e ad hoc da Sereng Engenharia e Consultoria Ltda., que tem em seu quadro societário a empresa do ex-governador biônico Arthur GerhardtSantos (1971 - 1975), teria como objetivo facilitar o processo, já que "o proprietário da Sereng teve e continua tendo influência no governo e

> [junto a] lideranças políticas e empresariais no Estado." (Século Diário,18/08/2013)

O jornal ainda precisa

> [...] que além da empresa Gerhardt Santos Assessoria e Planejamento Ldta, com 29,7% das ações, o quadro societário da Sereng é composto pela FG Engenharia e Participações Ldta (29,7%), de propriedade de Fernando Guéron, diretor do Grupo Sereng e presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Arquitetura e Engenharia Consultiva no Estado (Sinaenco-ES). Guéron já integrou os quadros da Aracruz Celulose (Fibria) e da Cepemar, empresa de consultoria ambiental fundada por Nelson Saldanha Filho, que se consolidou como um dos instrumentos de poder do governo Paulo Hartung.Com 39,6% das ações, a Datamil Engenharia e Consultoria Ldta, do diretor de Obras do Iate Clube, Alfredo Carlos Chaves Brandão, completa o quadro societário. A Sereng Consulting Ldta detém 0,1% das ações.

Portanto, os agentes interessados no polo de Anchieta e em outros projetos de investimento no estado, são encarregados e remunerados para realizar os estudos que viabilizariam ou não estes investimentos. Desvendam-se, assim, conflitos de interesses patentes e de ganhos expressivos com estudos encomendados para *dourar a pílula* e fazer aceitar - apesar de contraditoriamente alguns desses estudos apontaram aqui ou acolá problemas na instalação de um polo de tais dimensões como vimos no AAE – pelos agentes públicos e movimentos organizados impactos socioambientais extremamente negativos. Isto fica patente quando os documentos citados e divulgados pelo ex-gerente de inteligência da Vale precisam, segundo Século Diário que

> O Departamento de Suprimentos [da Vale] justificou ainda no documento que "devido, no momento [trata-se de julho de 2010], a Vale depender da liberação do governo de algumas licenças ambientais de projetos estratégicos como a CSU – Companhia Siderúrgica de UBU -, usina termelétrica de Tubarão e TAC – Termo de Ajustes de Conduta, junto à promotoria (implementação do Wind Fence), entendemos como procedente a contratação direta da Sereng.

O jornal nos informa que "desde o processo de implantação da Companhia Siderúrgica de Ubu (CSU) em parceria com os chineses da Baoesteel em Ubu, Anchieta, em 2008, Arthur Gerhart e a Sereng assumiram papel de protagonista na implantação do empreendimento da Vale" (Século Diário, 18/08/2013). Segundo o jornal a Cepemar realizou os Relatórios de Impacto Ambiental, mas alguns conselheiros do Conselho Estadual de Meio Ambiente recusaram de conceder a licença prévia para o empreendimento em 2010. Porém, em 2011 essa mesma licença foi concedida. O Ex-gerente de inteligência da Vale declara (Século Diário, 18/08/2013)

> A Vale acompanhava de perto o licenciamento de Ubu. Na época estávamos tentando aliciar um representante público em Anchieta, para repassar as informações sobre a CSU, um infiltrado. Mais adiante, recebi a ordem de parar com esse "projeto". Para quê um infiltrado se já tínhamos um lobista?" [se referindo a Arthur Gherardt]

Esses processos revelam que agentes com relações nas hostes dos poderes e contando com capitais simbólicos e materiais ligados ao seu pertencimento às classes dominantes têm papéis predominantes nas costuras público-privadas. Assim, associados a outros agentes do espaço político constituem um

pool de interesses, uma nuvem de interesses, entorno da qual gravitam homens políticos e homens de negócios, a moeda de troca é, aparentemente, o *contournement* da legislação, o que resulta em estudos e projetos diversos que permitem ganhos financeiros expressivos daqueles que nos bastidores militam pelos projetos e tiram vantagens desses mesmos estudos e que têm, igualmente, repercussões sobre as valorizações imobiliárias e fundiárias. Um aspecto nocivo para a autonomia do campo científico e universitário vis à vis desses projetos é que de maneira expressa muitos desses estudos são, por sua vez, terceirizados para consultores universitários de reconhecimento notório que, voluntária ou involuntariamente, legitimam os projetos, dando um *cachet* de "científico" aos diagnósticos, mesmo que os estudos por eles feitos sejam corretos ou procurem indicar os problemas gerados, isso porque uma vez inseridos no bolo dos inúmeros diagnósticos e estudos, muitas vezes contraditórios entre si, os aspectos críticos que possam indicar acabam não sobressaindo e são subalternizados pelo interesse maior e pela decisão final dos políticos-empreendedores, mas seus nomes ali estão como legitimadores dos processos.

A terra e o polo de Anchieta

Um dos efeitos maiores da expansão e/ou dos projetos de complexos industriais e portuários que explodiram na segunda metade dos anos 2000 na costa do Espírito Santo de maneira geral foi a progressão exponencial dos preços dos imóveis e da terra. Assim, entre 2006 e 2007 - época do lançamento do polo industrial de Anchieta e do plano ES 2025 - embarcados na onda

da descoberta de gás e petróleo na camada do pré-sal na costa do Espirito Santo, segundo os números do Sindicato da Construção Civil citados por Isabella Batalha Muniz Barbosa em sua tese de doutorado (2010, p.263), o preço dos imóveis na Região Metropolitana da Grande Vitória (Anchieta está na zona de influência metropolitana, o que chamaríamos de Região Metropolitana Expandida) subiram 27%. Constatamos (ZANOTELLI et all, 2013a) para a aglomeração de Vitória a evolução dos preços médios no setor imobiliários no período de 2005 a 2012 para os três principais mercados imobiliários do estado, a partir do Sindicato da Construção Civil, uma evolução importante nos preços anunciados: no município de Serra a evolução foi de 111%, no de Vitória 99% e em Vila Velha, 40%.

Esses preços são aqueles de lançamentos das imobiliárias divulgados pelos próprios interessados, as empresas imobiliárias. Porém, nos jornais obtivemos nos anúncios preços relativos a todo tipo de imóvel, em geral, menores que os anunciados pelo sindicato da construção civil (ZANOTELLI et al., 2013b). Assim, existe muita margem para interpretação sobre o preço real, na falta de um observatório independente a única forma de constatar com certeza os preços das negociações imobiliárias seria saber o efetivo valor pago nas transações o que é quase impossível, pois as empresas negociam seus valores sem torna-los públicos. Por outro lado, os registros em cartório são de difícil acesso e não são também fidedignos. Os valores venais das plantas cadastrais utilizadas no IPTU também não são atualizados, mas podem oferecer ordens de grandezas. Portanto, somos obrigados a cruzar várias fontes de informações e o que se constata é certa estagnação nas negociações de imóveis residenciais e uma oferta de imóveis na RMGV exponencial. Assim, temos muitos domicílios vagos na região e

a oferta de imóveis tem aumentado (66.306 domicílios particulares vagos na região em 2010 segundo o censo do IBGE e perto de 35 mil unidades residenciais em construção em dezembro de 2012, cf. ZANOTELLI et al., 2013a). Aparentemente, é paradoxal a continuidade da subida dos preços se nos fiamos simplesmente na famosa "lei da oferta e da procura", ficando patente uma eventual bolha imobiliária.

Em feito, se assiste a uma redução das vendas já em 2012 dos imóveis novos (ZANOTELLI et al., 2013a). O indicador FIPE-ZAP realizado por uma empresa imobiliária a partir de anúncios feitos na internet, demonstrou uma queda acentuada real dos preços de junho 2012 a julho 2013 nos municípios de Vitória e de Vila Velha, desde então os preços têm crescido, mas em termos reais o crescimento é muito pouco, um ponto percentual acima do Índice Geral de Preços e não recuperando o patamar em que estava até o início de 2012 (<http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap>, acessado em 28 de fevereiro de 2014). Isso explica provavelmente o anuncio recentemente da saída do mercado regional de duas grandes empresas imobiliárias nacionais. Temos razões para acreditar que os valores dos terrenos também seguem tal tendência. Portanto, apesar do invocado, a extração da renda é e poderá, certamente, se realizar via monopólio sobre a propriedade e /ou via renda diferencial que leva em conta os aspectos de localização dos imóveis (ver sobre todos esses temas ZANOTELLI etall., 2013a, ZANOTELLI et all., 2013b e ZANOTELLI e FERREIRA, 2014b).

A proliferação de projetos industriais e portuários se estendeu a partir de meados dos anos 2000 e até a presente data por toda a costa do Espírito Santo, o número de intenções de projetos em infraestruturas, comércios, serviços e indústrias

acima de um milhão de reais no Espírito Santo foi em 2007 de 521 e em 2009 de 972, segundo o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) (ZANOTELLI et al., 2013b,). Os principais projetos anunciados nos jornais cotidianamente, sem necessariamente serem concretizados, é o caso de vários deles em Anchieta, indicavam dezenas de bilhões de reais investidos ou a serem investidos (Idem, p.7-8). Em documento recente o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN. Investimentos, 2013, p.30) prevê para o período 2011-2016, 113 bilhões de reais de investimentos industriais, em infraestrutura, em equipamentos e em serviços para todo o estado, a maior parte se refere às atividades petrolíferas, siderúrgicas, portuárias e infraestrutura de "logística" e está centrada na zona litorânea incluindo a região metropolitana (73,5% dos investimentos previstos), para a região litorânea sul está estimado 47 bilhões de reais, 42% do total (Ver a propósito dessa concentração em zona litorânea Zanotelli et all, 2013b). Os investimentos esperados/programados se referem essencialmente no litoral sul às atividades petrolíferas, siderurgia, pelotização, geração e transmissão de energia elétrica, transporte ferroviário, atividades portuárias e armazenagem. Evidentemente que essas previsões nos dão tanto uma ordem de grandeza do que é esperado como das especulações que muitas vezes manifestam mais uma vontade manifesta de órgão governamental que uma realidade. Mas que aportam água ao moinho da propaganda, do famoso marketing, do "vender o estado e seus municípios".

Essa proliferação insana de projetos está na base da criação de valores fictícios para a terra, para as fazendas, terrenos e imóveis associados a um momento conjuntural de canalização dos excedentes de capitais globais para o Espírito Santo (investimentos em ações ou investimentos diretos estrangeiros nas empresas e, em parte do setor imobiliário,

mesmo se recentemente este último parece se reposicionar no mercado nacional abandonando determinados investimentos nas periferias econômicas do país.). Mas, também, supomos, há um interesse manifesto, direto ou indireto, na propagação dos investimentos (reais ou imaginados) das próprias empresas que projetam expandir ou instalar novas atividades industriais e portuárias na costa do estado.

Portanto, aventamos a hipótese que há um interesse pela valorização das terras onde as próprias empresas poderiam se instalar ou estão já instaladas associadas aos atores privados e públicos que elaboram e/ou divulgam esses projetos e não tão somente dos especuladores normais (agentes e proprietários imobiliários que aproveitam a onda inflacionista especulativa e o monopólio que possuem sobre as terras para aumentar seus preços).

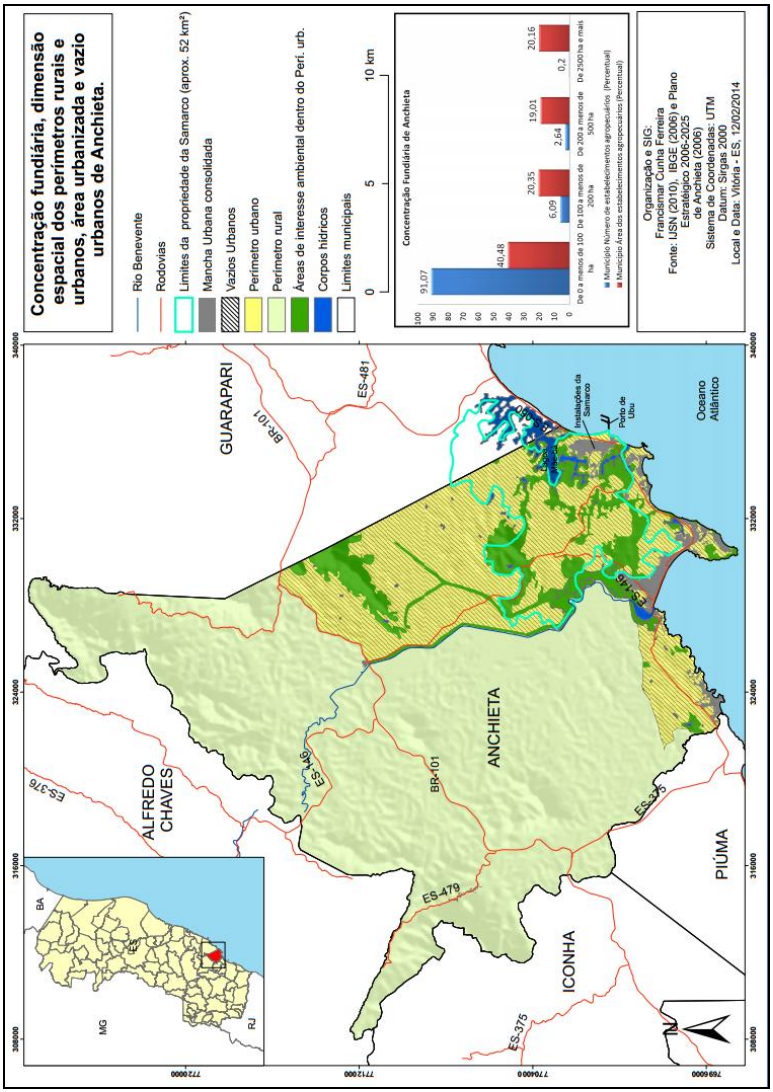
Indicaremos pistas que confirmariam nossas hipóteses a partir da concentração fundiária em Anchieta, em particular na área do polo e da Macrozona de Expansão industrial. Porém nos defrontamos com dificuldades para obter uma planta cadastral fundiária correta e atualizada do lugar, o acesso difícil aos dados cartoriais, os dados muitas vezes contraditórios sobre o tamanho das superfícies das propriedades (e sobre as próprias áreas urbanas e rurais do município), bem como a dificuldade para saber exatamente quais são as proporções exatas dos diferentes usos da terra acrescentam à confusão, ao nó, fundiária. Isso estaria a nível estadual sendo remediado por um mapeamento detalhado dos usos do solo e da propriedade fundiária, mas pelas últimas notícias esses mapeamentos avançam a passo de tartaruga ou, quando mapeamentos exatos são feitos eles o são sobre parcelas do território e obra de empresas privadas e/ou de organismos que não os disponibilizam para pesquisa.

Isso certamente nos envia à velha história da relação complexa e muitas vezes intencional de imprecisão sobre o tamanho das propriedades, sua localização e sobre seus proprietários. Acrescenta-se a isso as grilagens de terras e as ocupações e usos tradicionais sem títulos de propriedades formais estabelecidos. Encontramo-nos, desse modo, diante de um quadro que Ermínia Maricato chamou de nó da terra. A terra no Brasil sempre esteve no centro das lutas de poder e de influência, mesmo em épocas recuadas onde ela não tinha um valor aparente de mercado, pois garantir sua posse legal ou ilegalmente significou desde sempre poder social, politico e econômico e, portanto, exclusão daqueles que não podiam fazer valer seu direito ancestral de apropriação das terras.

Tentaremos no que segue, apesar das dificuldades anunciadas, estabelecer por aproximação o tamanho e a localização das propriedades da Samarco-Vale no município de Anchieta, bem como os principais usos da terra no mesmo município que indicam sua estrutura geoeconômica.

O Plano Estratégico do Município de Anchieta 2006-2025 revela que há várias grandes e médias propriedades no perímetro da Macrozona de expansão industrial (que se encontra dentro do perímetro urbano) e do polo industrial (p. 26). Uma parte significativa das terras do município, 52 Km2de terras - se o mapa do Plano Estratégico do Município estiver correto (a área calculada é aproximativa, não sendo necessariamente a área exata apresentada no Plano Estratégico de Anchieta) – são de propriedade da Samarco. As terras da empresa teriam, assim, o equivalente a 35% do perímetro urbano que foi expandido (144 Km2), equivalem, desse modo, a mais do dobro da área do polo industrial (25 Km2) e a 12,8% da área do município (406 Km2). Parte da propriedade da Samarco recobre a metade do polo

industrial (Cf. Mapa 1 e mapa 2), em particular a área prevista para construção da CSU e o sítio conexo para a expansão das usinas de pelotização da mesma empresa. Os terrenos de propriedade da Samarco circundam toda a margem oeste da lagoa Mãe Bá (cf. mapa 2). O mapa de levantamento fotocadastral de 2007 indicando o perímetro do polo no documento *Plano diretor do pólo – projeto básico urbanístico*, também aponta as propriedades da Samarco no entorno imediato e dentro do polo previsto.



Mapa 2: Concentração fundiária, perímetro urbano e rural, area urbanizada e vazio urbano de Anchieta.

Fonte: No mapa.

Procuramos confirmar essas informações comparando-as com os dados veiculados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) de propriedades consideradas rurais e com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) também relativos às propriedades rurais (Censo Agropecuário, 2006).

Antes de continuar, porém, devemos lembrar que os proprietários dos imóveis rurais com mais de 250 hectares são obrigados a realizar certificação no INCRA, precedentemente este limite mínimo era de 500 hectares. No entanto, ainda assim, nem todos os imóveis com áreas superiores a 250 hectares são ou serão certificados. Tal fato remete a duas questões. A primeira é a de que essas fazendas não realizaram modificação alguma de área e por isso os proprietários não optaram por efetuar a medição e certificação do imóvel. A segunda é que os proprietários podem ter parcelado a área do imóvel de maneira ilegal sem comunicar aos órgãos competentes. Assim, além das propriedades de menos de 250 hectares sobre a quais não se sabe muita coisa, sobre muitas das propriedades rurais maiores também não se têm nenhum controle sobre sua efetiva área e sobre sua legalidade[8].

[8] A situação fundiária e verificação do tamanho das propriedades dos imóveis são inextrincáveis e de difícil aferição representando um verdadeiro nó jurídico e institucional, além dos problemas dos controles legais e das diferenças quanto às informações relativas aos imóveis. Em muitos casos os dados apresentados pelo Censo Agropecuário do IBGE (2006) e pelo INCRA (2013) não conferem pelo fato que no levantamento feito pelo IBGE todas as áreas das propriedades são computadas de maneira anônima a partir da declaração dos proprietários, enquanto no INCRA as áreas inferiores a 250 hectares (antes 500 hectares) são declaratórias e as superiores a isto deveriam ser certificadas via medição da área do imóvel. Quando ocorre transação com o imóvel, no caso das propriedades com mais de 250 hectares, os

Isso parece apontar para a falta de limites entre o público e o privado e para a falta de práticas que valorizem os interesses coletivos desvendando o véu que recobre uma suposta separação do setor público e do privado, quando na prática e no capitalismo eles são criados a partir do Estado. Estado que poderia, no entanto, exercer um legítimo direito de controle sobre interesses sem controle da especulação e dos capitais privados. O Estado não teria via seus órgãos nem meios e nem possibilidade e/ou vontade de se confrontar à propriedade privada da terra, domínio impenetrável, como no passado colonial. Isso é indicador de uma sociedade patriarcal baseada no "você sabe com quem esta falando?", nas tradições coronelísticas tão bem assimiladas pelas empresas capitalistas, havendo desse modo um paralelo e uma complementaridade entre a suposta "racionalidade" capitalista e o interesse "conservador" na manutenção de um status quo fundado material e simbolicamente no controle das fazendas e das terras de maneira obscura não verificável pela sociedade em geral e, em particular, pela burocracia estatal.

Nos dados fornecidos pelo INCRA, portanto, a Samarco-Samitri (A Samitri, assim que a Samarco pertencem ao Grupo Vale) e a CSU (Companhia Siderurgica de Ubu) têm conjuntamente declarado até o ano de 2012 como propriedades rurais (mesmo se parte delas foram incluídas pelo PDM de 2006 no perímetro urbano e na Macrozona de expansão industrial; existem a esse propósito muitas propriedades rurais em Anchieta e outros lugares que foram circundadas por um hipotético

proprietários realizam a planta do imóvel e fazem a medição e demarcação da área a as submetem ao INCRA. O INCRA apenas realiza o controle, sem necessariamente ir a campo, à posteriori, por falta de pessoal, comparando esta planta com o que havia sido declarado anteriormente ao órgão.

perímetro urbano e industrial que em realidade não é nada urbano e revelam antecipações e outros interesses não declaráveis) 4.729 hectares de terra (Cf. mapa), ou seja 47,2 Km2. Essa área é semelhante a que está no mapa do Plano Estratégico do Município interpretado por nós, se pensarmos que a área da empresa no Plano Estratégico engloba também a área das suas usinas (o que, normalmente, não deveria ser calculado pelo INCRA), podemos concluir que o tamanho das propriedades do Instituo de Reforma Agrária, acrescido da área industrial, seria muito próximo ao tamanho da área total estimada anteriormente a partir do Plano Estratégico de Anchieta.

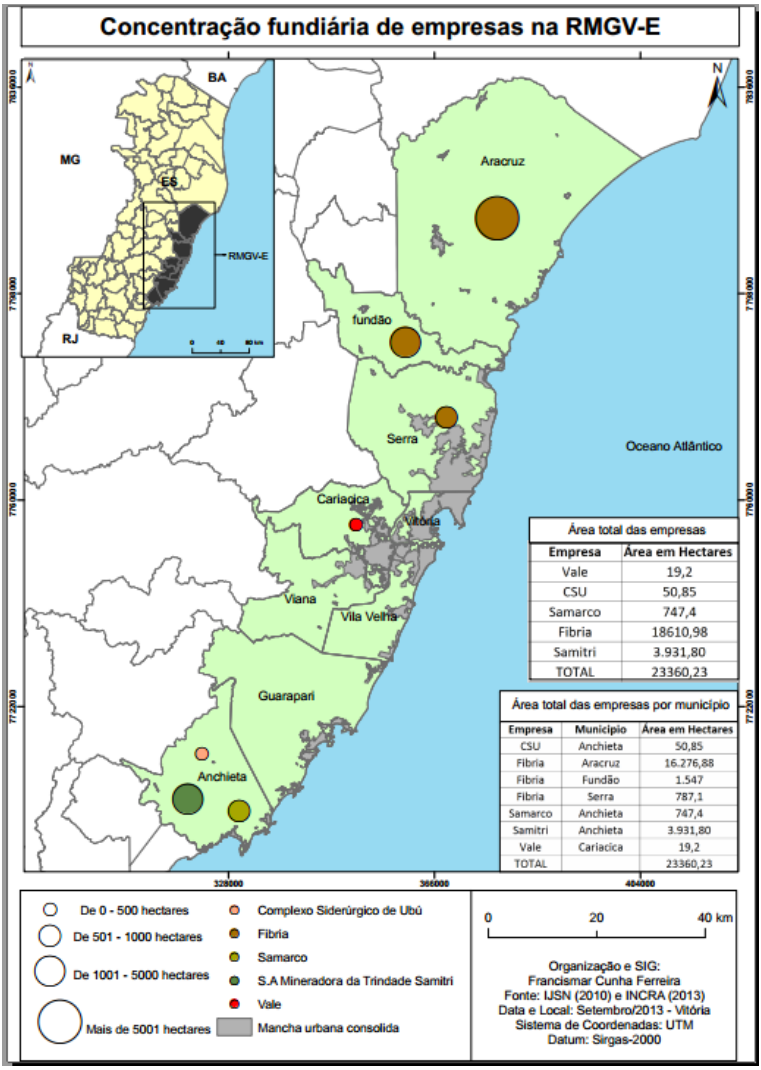
Mas, há diferenças em relação a essa constatação, quando se interpreta os dados do Censo Agropecuário do IBGE que têm outra metodologia, como indicamos. Na tabela do censo relativa à Anchieta há um proprietário - não identificado e cujo tamanho das propriedades também não é indicada – que é classificado na categoria de mais de 2.500 hectares. A partir de uma dedução simples do total das propriedades rurais declaradas no Censo Agropecuário de 2006 (20.854 hectares ou 208 Km2[9]) do total das outras áreas declaradas inferiores a 2.500 hectares (16.623 hectares), constatamos que esse proprietário teria 4.201 hectares

[9] Em realidade a área efetivamente com atividade rural do município é bem superior à área total declarada no censo das propriedades rurais. Segundo nossos cálculos o perímetro rural é de 277 Km2 e o perímetro urbano 132 Km2 (mas os usos do solo com atividades rurais representam 293 Km2, pois incluem as propriedades presentes no perímetro urbano de uso rural). Essas áreas foram obtidas por meio de mapeamento realizado pela coordenação de geoprocessamento do IJSN, com imagens LandSat de 5 de maio de 2010 com escala de 1:100.00. As classes de ocupação do solo foram definidas e compatibilizadas na medida do possível conforme o manual de uso e cobertura da terra do IBGE.

de terras (42 Km2). Essa propriedade é provavelmente da Samarco-Samitri-Vale.

Assim, segundo as diferentes fontes, o grupo empresarial seria proprietário entre 42 e 45 Km^2, o que corresponderia a um intervalo variando entre 20% e 25% das propriedades rurais declaradas ao IBGE em Anchieta ou entre 14% e 18% do uso rural da terra que mapeamos (293 Km2). Treze outras grandes e médias propriedades (parte deles localizada no perímetro do polo de Anchieta) têm áreas superiores a 200 hectares e inferiores a 500 hectares, segundo o IBGE (Mapa 2), perfazendo um total de 3.959 hectares (19% da área das propriedades rurais declaradas). Assim, somando as terras da Samarco-Samitri (considerando o tamanho da propriedade no intervalo superior invocado precedentemente, ou seja, de 52 Km2) e desses proprietários (39 Km2) teremos por volta de 44% das propriedades rurais declaradas ao IBGE do município concentradas nas mãos de 14 proprietários fundiários ou 31% do uso rural da terra por nós mapeados.

Como já indicamos precedentemente os vazios (áreas não construídas) do perímetro urbano, incluindo os espaços naturais protegidos, são imensos (93% do perímetro, 125 Km2), a média dos vazios na Região Metropolitana Expandida, incluindo 9 municípios (Anchieta, Aracruz, Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória), é de 69% de vazios urbanos dentro do perímetro urbano (ZANOTELLI, 2013b), evidentemente as áreas urbanas densas também têm muitos vazios e isso depende da escala com que se mapeia o espaço (Cf. ZANOTELLI E FERREIRA, 2014).



Mapa 3: Concentração fundiária de indústrias na Região Metropolitana Expandida da Grande Vitória.

Fonte: No mapa.

Por outro lado, o uso da terra (Tabela 1) classificado como rural (superior ao perímetro rural estrito senso, pois esses usos podem estar tanto em área urbana como rural) equivale a 72% da área do município (293 Km2). As matas equivalem a 78 Km2 (19%) do município, se somarmos matas e usos agrícolas teremos 371 Km2, 91% da área de Anchieta. Três grandes grupos de exploração dos solos são a destacar: pastagem (230 Km2), agricultura (19,8 Km2) e eucaliptocultura (43,2Km2); o pasto entre 1997 e 2010 recuou pouco (-3%), a agricultura aumentou significativamente sobre uma base pequena (135%) e os eucaliptos aumentaram 60% no mesmo período. O pasto é o campeão da exploração dos solos e se encontra em grande quantidade na área do polo, bem como na área da Samarco-Vale, onde se concentra manchas de eucaliptos (ZANOTELLI et all., 2013a). A mata também sofreu um impacto e recuou de 11% no mesmo período (Cf. Quadro 1). A área prevista para instalação do polo, se situa entre o rio Benevente e se estende às duas margens da ES 146, numa zona de morrotes e áreas alagáveis e onde os pastos predominam.

Município	**Uso do Solo**	**1997 (km²)**	**2010 (km²)**	**Variação (%)**
Anchieta	Urbano	1,8	10	455,6
	Mata	88,4	78,5	-11,2
	Pastagem	237	230	-3
	Agricultura	8,4	19,8	135,7
	Eucaliptocultura*	27	43,2	60

RMGV	Urbano	209,18	325,19	35,68
	Mata	782,95	675,2	-15,96
	Pastagem	908,7	763	-16
	Agricultura	39,8	195,6	391
	Eucaliptocultura*	48,5	170	249
RMGVE	Urbano	225,5	357,2	58,4
	Mata	1126,4	1013,4	-10
	Pastagem	1611,7	1344,4	-16,6
	Agricultura	75,8	314	314,2
	Eucaliptocultura*	477,5	795	66,5

*inclui plantações de Seringuerias para produção de borracha, em 2011, segundo o IBGE, a produção da RMEGV correspondia à 33,3 Km2 de área (sobretudo em Guarapari com mais de 1/3 das plantações), ou seja, o equivalente a 4% da área total do que chamamos de eucaliptocultura na RMEGV, pois o eucalipto é a planta dominante a 96%.

Quadro 2: Valores absolutos e variação do uso e ocupação da terra no município de Anchieta e na Região Metropolitana Expandida da Grande Vitória.

Fonte: Fibria, 1997, adpatado de Instituto Jones dos Santos Neves– IJSN, 2010.

Essas terras, em particular os pastos, podem estar à espera de valorização, principalmente as áreas agora desmembráveis rurais incluídas no perímetro urbano. Portanto, nos parece que pode haver, por parte da multinacional Vale-BHP, além do interesse direto na construção de uma usina siderúrgica, projeto abandonado provisoriamente certamente por causa da conjuntura internacional, um interesse no negócio da terra, pois

há uma sobreposição entre parte de terras registradas como suas e a localização do polo. Dessa maneira, os controladores da multinacional são atores importantes no jogo regional e local na alocação de terras, tirando vantagens dos dois lados do tabuleiro: renda da terra prevista e ganhos industriais de escala; contando para isso com a ajuda do Estado em seus projetos de redes de infraestrutura, bem como com a sinergia criada pela presença na área da Petrobras.

Seguindo o que vimos em Zanotelli (2014) a partir de David Harvey (2013a) e Marx (1988), poderia haver "racionalização" na distribuição de terras pela empresa capitalista proprietária fundiária e principal interessada em abaixar os custos da instalação de seu projeto industrial siderúrgico, mas, ao mesmo tempo, há monopolização e especulação vis à vis de outros atores industriais e institucionais. Esses últimos aspectos erguem uma barreira para os outros investimentos ou cobram uma taxa elevada por suas instalações em terras da empresa (extração da renda via sobrelucro e especulação desenfreada). Esse sistema por um efeito em cascata provoca, por sua vez, uma elevação artificial dos preços das terras trazendo consequências para todos os habitantes não possuidores de terras ou de registros formais das mesmas.

Considerações finais

O litoral é um espaço e um território de importância impar para o Espírito Santo, o próprio estado pode ser globalmente incluído em uma zona costeira expandida. Historicamente e geograficamente o litoral é um dos constituintes principais da morfologia social, econômica, política e geográfica de nosso

estado. A valoração do litoral pelas atividades econômicas que ali se inserem provoca conflitos de ordem diversos que desestruturam os espaços e os territórios daqueles ali instalados antes da chegada dos grandes atores institucionais e industriais.

Os conglomerados econômicos-políticos que se encontram na base das articulações do polo industrial e portuário de Anchieta e que se inspiram de outros polos e projetos efetuados por eles mesmos em outros espaços da zona costeira capixaba indicam estratégias de favorecimento e de busca de conformação de monopólios nas eventuais extrações de renda da terra via acumulação das propriedades fundiárias. Assim, uma multinacional, com capitais brasileiros e institucionais, a Vale, é um ator hegemônico, juntamente com a Petrobras, e define o jogo politico-econômico, submetendo o lugar aos desígnios de uma politica global. Ademais essa politica de expansão industrial leva essa empresa a ocupar um papel tanto de agente industrial capitalista, como de rentista fundiário pelas terras que possui na região. Mais do que suficientes, pela sua área, para atender suas necessidades industriais e portuárias, inclusive se fosse realizada a construção da Companhia Siderúrgica de Ubu. Desse modo, fica patente o interesse da empresa em fazer valorizar suas terras e, portanto, em participar de maneira voluntária e involuntária do simulacro da expansão polo de Anchieta, polo de proporções enormes sem comum medida com as reais intenções de instalações na zona.

Essas estratégias contaram com a cumplicidade dos atores políticos locais e regionais por meio de arranjos institucionais via elaboração de planos estratégicos, PDM, estudos de viabilidades etc.

Porém, mesmo se por enquanto a construção da usina siderúrgica de Ubu, projeto da Vale, não sai do papel as

possibilidades de negócios com as terras explodem, pois terrenos originalmente rurais se transformam em ‘urbanos”; permitindo, assim, fragmentações das propriedades que a estrutura do local não suporta.

A empresa Vale e os outros atores de primeiro plano, principalmente a Petrobras, instauraram em Anchieta um processo de desestabilização socioambiental de consequências imprevisíveis, pois o polo existente continua a se expandir, as infraestruturas a se adensarem. A paisagem e os espaços coletivos de valor inestimável podem se perder para sempre e a doce visão do monte de Piúma e da linha costeira e suas lagoas poderão soçobrar, assim como os moradores ancestrais que teceram essas paisagens e ali continuam contraventos e marés.

Referências

ALBINO, P. e M. Geomorfologia, tipologia, vulnerabilidade erosiva e ocupação urbana das praias do litoral do espírito santo, Brasil. Geografres, n°2, junho de 2001.

ATLAS GEOGRÁFICA ESCOLAR DAS ZONAS COSTEIRAS E OCEÂNICAS DO BRASIL, IBGE, 2011.

BARBOSA, I. B. M. O lugar no contexto das redes globais: o polo industrial e de serviços de Anchieta, ES. Uma paisagem em transformação. Tese de doutorado, FAU-USP, 2010, 341p.

CEPEMAR e FUTURA. Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Novembro de 2008.

CORRÊA, J. C. Territorialidade e resistências da comunidade de pescadores de Ubu e Parati ao polo industrial de Anchieta, ES. Dissertação de Mestrado. Propragama de Pós-Graduação em Geografia da UFES, 2013, 236p.

FERREIRA et al. (Org.). Metropolização do espaço. Gestão territorial e relações urbano-rurais. Rio de Janeiro: Consequência, 2013.

FUTURA. Anchieta, Polo industrial e de serviços.8 volumes, 2007.

GIRARDI, G.; COMETTI, R.S. Dinâmica do uso e ocupação do solo no litoral sul do estado do Espírito Santo, Brasil. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 13, p. 51-73, jan./jun. 2006.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. Decreto estadual n° 1247-5 de utilidade pública e criação do Polo industrial e de Serviços em Anchieta de 10 de julho de 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO. Plano estratégico de Desenvolvimento Espírito Santo 2025. Agosto de 2006

HARVEY, David. A justiça social e a cidade. São Paulo: Hucitec, 1980 [1973].

_____. Os limites do Capital. São Paulo: Boitempo, 2013a [2006, 1980].

_____. Os limites do capital. Capitulo 11 (Tradução Ana Leite do capitulo 11 de The limitsto Capital). Londres/ Nova York: Verso, 2013b, 2006 [1980].

_____. Para entender o Capital. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013c [2010].

_____. O enigma do Capital. São Paulo: Boitempo, 2011[2010].

IJSN. Investimentos, 2013

Índice Fipe ZAP. <http://www.zap.com.br/imoveis/fipe-zap> consultado em 28 de fevereiro de 2013.

LACOSTE, Y. A Geografia – isso serve me primeiro lr para fazer a guerra. São Paulo: Papirus, 1989[1976].

MARX, K. O Capital: o processo global da produção capitalista. Tomo 2 (Parte Segunda). Tradução Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultura, 1988. Vol. V. Livro Terceiro.

MORAES, A. C. R. Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil. Elementos para uma Geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Edusp, 1999.

MORAES, C. Geografia do Espírito Santo. Vitória: Fundação cultural do Espírito Santo, 1974.

ONG Oxfam, Acabar com as desigualdades extremas, 20 de janeiro de 2014.

PRADO JR., C. Formação do Brasil Contemporâneo. São Paulo: Companhia das Lestras, 2011 [1942].

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA. Plano Diretor Municipal de Anchieta. Lei Complementar n° 13/2004 e Lei Complementar n°14/2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA. Plano Estratégico do Município de Anchieta, 2006-2025, 2006.

REIS, A.; SANTIN, M.C. A teoria da renda da terra ricardiana: um marco unificador entre as economias da poluição e dos recursos naturais. Perspectiva Econômica; v.3, n, 2: 65 - 81, jul./dez. 2007.

SCIENTIA Consultoria Cientifica Ltda. Arqueologia preventiva nas áreas de intervenção da variante ferroviária litorânea Sul. FCA. Relatório final das prospecções arqueológicas. São Paulo, Agosto de 2008.

SÉCULO DIÁRIO. Disponível em: <http://seculodiario.com.br/>. Consultado em 18/08/2013.

SERENG ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA, MOVIMENTO EMPRESARIAL ESPIRITO SANTO EM AÇÃO (ESEA), GOVERNO DO ESPÍRITO SANTO. Entendimento de escopo do polo Industrial e de Serviços de Anchieta. 19 de novembro de 2007.

SERENG ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA. Plano Diretor do Polo Industrial e de Serviços e Projeto Básico Urbanístico. 30 de outubro de 2008.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria In A cidade do pensamento único. Desmanchando consensos (Org: ARANTES, O; VAINER, C e MARICATO, E.). Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000, p.75-104.

ZANOTELLI, C.L. A zona costeira da Região Metropolitana Expandida da Grande Vitória (ES) e as rendas imobiliárias associadas aos complexos industriais e portuários. 2014 (No prelo).

ZANOTELLI, C. L.; FERREIRA, F. C. O espaço urbano e a renda da terra. Geotexto, 2014 (No prelo).

ZANOTELLI, C. L. et. al. A expansão da Região Metropolitana da Grande Vitória. In: 14º Encontro de Geógrafos da América Latina, Lima. 14° Encontro de Geógrafos da América Latina: Reencuentro de saberes territoriales Latinoamericanos. Lima: 14 Egal, 2013a.

ZANOTELLI, C. L.; FERREIRA, F. C. A renda da Terra e a conformação do espaço urbano: o caso de Vitoria - ES In: X Enanpege, 2013, Campinas.Geografias, politicas publicas e dinâmicas territoriais. Campinas - SP: Unicamp - UFGS, 2013. v.1. p.838 – 850.

ZANOTELLI, C. L.; FERREIRA, F. C., DA SILVA, B, ANTONIO, L.M. Influência do plano ES 2025 e da concentração fundiária na expansão da Região Metropolitana da Grande Vitoria In: XIII Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2013, Rio de Janeiro. 2013b.

CAPÍTULO 12
PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E ESTRUTURAÇÃO DA CIDADE: ESTUDO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE ÁREAS COMERCIAIS EM CONJUNTOS HABITACIONAIS DE ITUIUTABA-MG[1]

Suellen Batista dos Santos Parreira

Vitor Koiti Miyazaki

Introdução

Com a intensificação da urbanização ao longo do século XX, as cidades brasileiras passaram por inúmeras transformações no âmbito da estruturação urbana e da cidade. Nesse contexto, verificou-se um aumento do número de cidades, bem como a ampliação territorial e demográfica dos principais centros urbanos que, por sua vez, passaram a desempenhar mais papéis no âmbito da rede urbana.

Considerando-se os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a partir da década de 1970 a população urbana supera a população rural no país e, a partir dos anos 2000, a taxa de urbanização ultrapassa os 80%, até atingir 84,36% em 2010. Estes dados retratam o rápido e intenso

[1] Texto elaborado a partir dos resultados de pesquisa de Iniciação Científica com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq e da Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação – PROPP da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, bem como da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG, na modalidade Demanda Universal (Edital FAPEMIG 1/2015).

processo de urbanização verificado no país, o que levou a um crescimento desordenado de muitas cidades. É nessa circunstância que se apresentam os inúmeros problemas urbanos vivenciados nas cidades brasileiras na atualidade, incluindo-se aqueles ligados à questão habitacional. A grande concentração de pessoas nas cidades levou a uma demanda por moradia que não pôde ser atendida, principalmente em relação à população de mais baixa renda, gerando-se um déficit habitacional. Dessa forma, ao longo da história, foram implementadas políticas habitacionais com o objetivo de diminuir o déficit habitacional nas cidades brasileiras, como é o caso do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, lançado pelo Governo Federal em 2009.

Desde então muitas cidades brasileiras passaram a receber investimentos públicos para a habitação, incluindo-se nesse contexto a construção de moradias populares por meio de conjuntos habitacionais. Foi justamente neste caso específico, das habitações de interesse social, que esta pesquisa centrou o foco da análise, uma vez que se verificou, em muitas situações, a construção de grande quantidade de moradias em áreas periféricas, muitas vezes distantes do centro da cidade e, portanto, das principais atividades comerciais e de serviços. Frente aos problemas relativos à circulação nas cidades, seja em relação às distâncias e à precariedade do transporte público, por exemplo, consideramos importante a análise da implantação dos conjuntos habitacionais e o acesso de seus moradores à atividade comercial e de serviços.

Sendo assim, analisamos neste texto uma área situada no setor leste da cidade de Ituiutaba-MG, onde foram implantados cinco conjuntos habitacionais em uma área periférica e relativamente distante do centro da cidade. A quantidade de

unidades habitacionais implantadas e a densidade populacional resultante após a ocupação dos conjuntos gerou uma demanda expressiva por comércio e serviços. Esta conjuntura tem levado a um processo de desenvolvimento da atividade comercial e de serviços nesta área da cidade que foi foco deste estudo.

Para a realização desta pesquisa, foram feitos levantamentos de campo com o intuito de obter dados sobre o uso e ocupação nos conjuntos habitacionais e nas áreas do entorno. É importante ressaltar que embora a implantação destas áreas residenciais tenha se iniciado em 2009, estas foram ocupadas somente após o ano de 2010 e, portanto, não há dados censitários disponíveis para esta área da cidade. Portanto, a pesquisa de campo foi fundamental para a obtenção das informações para esta pesquisa e para a caracterização destes conjuntos.

Este texto está estruturado em três partes. Inicialmente trataremos de uma contextualização geral do recorte territorial de análise, no caso, a cidade de Ituiutaba, considerando-se os impactos do PMCMV. Para tanto, procuramos abordar, ao mesmo tempo, alguns aspectos teóricos que fundamentam a nossa leitura no que diz respeito à produção do espaço e a estruturação da cidade. Em seguida apresentamos os resultados da pesquisa, tendo em vista os conjuntos habitacionais analisados e a caracterização e localização das atividades comerciais e de serviços presentes neste setor da cidade. Por fim, a partir das discussões realizadas e dos resultados apresentados, tecemos algumas considerações sobre o cenário da produção de novas moradias e o desenvolvimento da atividade comercial em áreas distantes do centro da cidade em Ituiutaba.

Os conjuntos habitacionais em Ituiutaba: produção do espaço e estruturação da cidade

Como ressaltamos anteriormente, muitas cidades brasileiras passam por transformações importantes, inclusive por meio da instalação de conjuntos habitacionais no âmbito do PMCMV ao longo dos últimos anos. Esta política habitacional foi implementada em diversas cidades, desde as grandes metrópoles até os centros urbanos menores, sendo que em cada realidade as implicações foram variadas. Nesta pesquisa trataremos especificamente de uma cidade de porte médio. Tomamos como recorte territorial de análise a cidade de Ituiutaba, localizada no interior do estado de Minas Gerais, mais especificamente na porção oeste da mesorregião geográfica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (figura 1).

De acordo com a última estimativa populacional do IBGE, o município de Ituiutaba apresenta em 2018 uma população de 104.067 habitantes. Na ocasião do Censo Demográfico de 2010 foi constatado que mais de 95% da população reside na área urbana. Além disso, sua sede desempenha um papel regional expressivo para os demais municípios de seu entorno, sendo classificado como Centro Sub-Regional B (IBGE, 2008). Nesse contexto, Ituiutaba possui uma área de influência que contempla municípios mineiros (Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiaçu e Santa Vitória), além do município goiano de São Simão. Dessa forma, as atividades de comércio e serviços de Ituiutaba atendem, além de seu município, este contexto regional mais amplo.

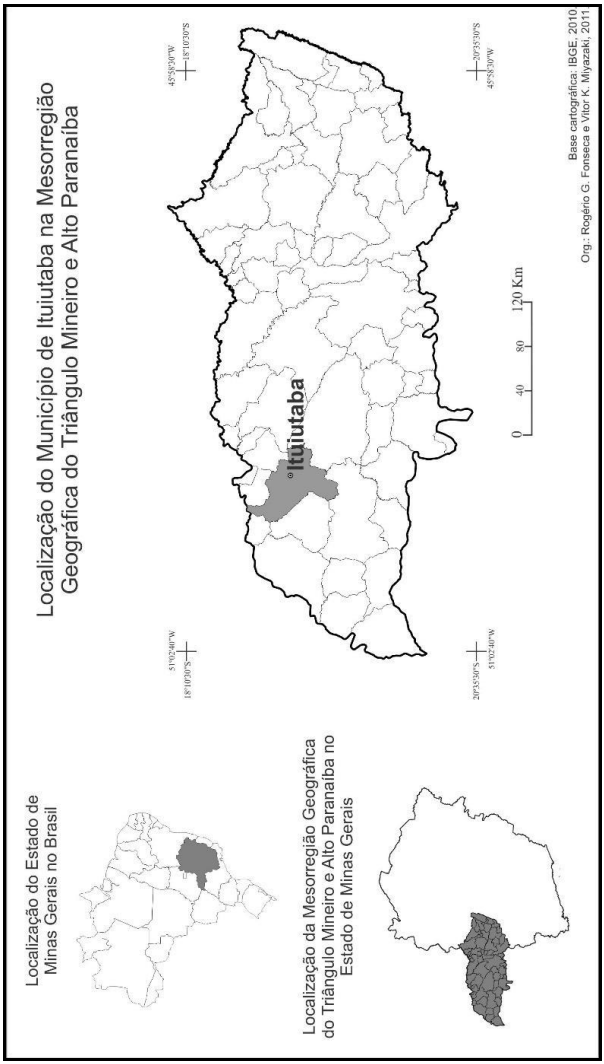


Figura 1: Ituiutaba-MG: localização do município – 2018.

Organização: Rogério G. Fonseca e Vitor K. Miyazaki, 2011.

No âmbito de um conjunto de elementos que têm modificado a dinâmica urbana e regional de Ituiutaba, podemos destacar o caso dos investimentos públicos e privados feitos no ensino superior, no setor sucroalcooleiro e na construção civil, impulsionado principalmente pelas ações implementadas no âmbito do próprio PMCMV.

A escolha de Ituiutaba para esta pesquisa se deve principalmente pelo fato de ser um dos municípios que, proporcionalmente ao seu porte demográfico, mais recebeu investimentos do PMCMV ao longo dos últimos anos no estado de Minas Gerais. Dados organizados por Teodoro (2017), referentes aos anos de 2012 e 2014, mostram que Ituiutaba foi o município mineiro que recebeu mais unidades habitacionais, considerando-se a proporção de seu contingente demográfico. Somente a título de exemplo, em Uberlândia foram produzidas mais de 15 mil unidades habitacionais neste período, mas este montante representa, por exemplo, pouco mais de 8% do total de domicílios recenseados em 2010. No mesmo período, Uberaba recebeu 8.233 unidades habitacionais, o que corresponde a 8,5% do total de domicílios existentes em 2010. Já Ituiutaba recebeu 7.489 unidades habitacionais no mesmo período, número bem próximo ao de Uberaba que, por sua vez, é quase três vezes maior em termos demográficos. Vale ressaltar ainda que a quantidade de unidades habitacionais construídas em Ituiutaba pelo PMCMV neste período corresponde a mais de 23% do total de domicílios recenseados em 2010, o que reforça essa representatividade.

Portanto, considerando-se o porte da cidade de Ituiutaba, estes dados evidenciam que a construção de moradias de interesse social por meio de diferentes conjuntos habitacionais

gerou um impacto bastante significativo no espaço urbano, com repercussões expressivas na estruturação da cidade[2].

Foi a partir desta conjuntura que este trabalho procurou analisar a implantação dos conjuntos habitacionais pelo PMCMV[3] e seus impactos no desenvolvimento da atividade comercial e de serviços para atender os novos bairros situados em áreas periféricas da cidade. Buscamos, portanto, analisar as transformações ocorridas no âmbito do desenvolvimento da atividade comercial e de serviços na cidade de Ituiutaba-MG a partir das modificações decorrentes da implantação de novos conjuntos habitacionais nos últimos anos, tomando como recorte territorial o setor leste da cidade. Neste setor foram implantados cinco grandes conjuntos habitacionais, sendo eles o Canaã I, Canaã II, Buritis, Nadime Derze Jorge I e Nadime Derze Jorge II (figura 2).

[2] Ao tratarmos sobre a estruturação das cidades, devemos entender que a expressão estruturação urbana dá ênfase nos processos urbanos como um todo, ou seja, de modo geral e incluindo-se diferentes escalas. Já a estruturação da cidade prioriza a escala intra urbana. O que ressaltamos aqui é que há diferenças entre a ideia de "estruturação da cidade" e "estruturação urbana", embora muitos utilizem este último termo para se referir às dinâmicas intra-urbanas, como destacou Villaça (2001). Optamos, neste trabalho, pela perspectiva apresentada por Sposito (2004) em que o termo estruturação da cidade se refere às dinâmicas que ocorrem na escala da cidade, enquanto que estruturação urbana diz respeito à escala interurbana ou regional.

[3] Neste ponto é importante ressaltar que o PMCMV foi implementado a partir de três faixas, considerando-se o perfil de renda das pessoas. Para este trabalho focamos apenas nas unidades habitacionais implantadas na faixa 1 no setor leste da cidade de Ituiutaba, que contempla a habitação de interesse social voltado para a população de menor renda.

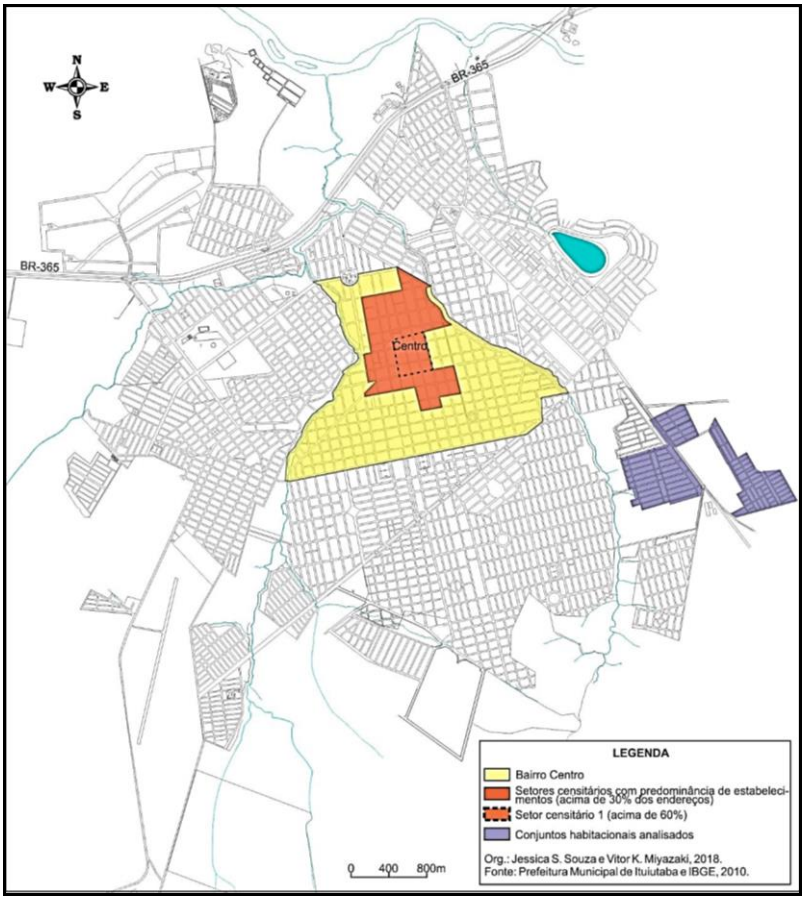


Figura 2: Ituiutaba-MG: localização dos conjuntos habitacionais analisados em relação ao centro da cidade - 2018

Organização: Jéssica S. Souza e Vitor K. Miyazaki, 2018.

Diante disso, analisamos também as possíveis transformações no âmbito da estruturação da cidade, uma vez que tais bairros, resultantes da implantação de conjuntos habitacionais populosos em áreas periféricas e distantes do

centro principal, têm estimulado a instalação de estabelecimentos de comércio e de serviços nos bairros diante da demanda dos moradores. Cabe ressaltar que a cidade de Ituiutaba é monocêntrica, ou seja, a maior parte de sua atividade comercial e de serviços está localizada no centro principal. As demais áreas da cidade contam apenas com um comércio local, geralmente para o atendimento das demandas imediatas dos bairros. Porém, a implantação de conjuntos habitacionais parece apontar para alterações nesta atual estrutura da cidade.

Ao se observar a figura 2, é possível notar que o bairro denominado como Centro é territorialmente extenso no âmbito da cidade, abarcando muitas áreas residenciais. Diante disso, adotamos uma delimitação mais restrita para nos referirmos ao centro da cidade, a partir do levantamento feito por Souza (2014) que considerou apenas os setores censitários com maior percentual de estabelecimentos comerciais e de serviços sobre o total de endereços, obtidos a partir dos dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE, do IBGE. Ao se considerar estes critérios, a área de estudo, referente aos cinco conjuntos habitacionais, está localizado a uma distância que demanda percursos entre três a seis quilômetros do centro da cidade. Embora não seja uma distância tão significativa nos padrões de uma metrópole, por exemplo, trata-se de uma distância bastante expressiva para Ituiutaba, uma vez que a maior parte de sua área urbana está situada dentro de um perímetro entre cinco e seis quilômetros.

Importante lembrar que estes cinco conjuntos, juntos, totalizam 2.169 unidades habitacionais (quadro 1) que foram construídas em uma área onde há cerca de dez anos era ocupada por pastagem.

Conjuntos habitacionais	Ano de Criação	N° de unidades habitacionais
Canaã I	2009	486
Canaã II	2009	524
Buritis	2009	328
Nadime Derze Jorge I	2013	331
Nadime Derze Jorge II	2014	500
Total de moradias		**2.169**

Quadro 1: Ituiutaba - conjuntos habitacionais analisados, 2009-2014.
Organização: Suellen Batista dos Santos Parreira, 2018.

Vale ressaltar ainda que estes cinco conjuntos, todos implantados no setor leste da cidade, respondem por 42,23% das unidades habitacionais construídas pelo PMCMV entre 2009 e 2014 em Ituiutaba. Assim, trata-se de uma área bastante representativa no contexto da cidade em relação à produção de habitação de interesse social.

Este é o contexto que consideramos neste estudo: a implantação dos conjuntos habitacionais, a posterior ocupação por parte de um contingente demográfico expressivo e a localização, relativamente distante em relação ao centro da cidade, onde se concentram a maior parte dos estabelecimentos comerciais e de serviços. Este quadro criou uma demanda em relação a comércio e serviços nesta área da cidade e, ao longo dos últimos anos, verificou-se o desenvolvimento de uma estrutura comercial significativa. Embora não venha a se constituir em uma nova centralidade do porte do centro principal, este setor apresenta um número considerável de estabelecimentos que

foram implantados em um curto período de tempo, uma vez que os conjuntos habitacionais analisados têm menos de 10 anos de existência.

Neste sentido, reforça-se a importância de se compreender as dinâmicas atreladas à produção do espaço urbano, entendida como um processo que, segundo Corrêa (2011, p.43), "é consequência da ação dos agentes sociais concretos, históricos, todas de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos entre eles mesmos e com outros segmentos da sociedade". Diante disso, todo este contexto descrito anteriormente em Ituiutaba é resultante da ação combinada de diferentes agentes que, a partir de seus interesses, produzem o espaço urbano. Embora o PMCMV seja um programa do governo federal, vários outros agentes tiveram papel fundamental na produção da habitação de interesse social em Ituiutaba, uma vez que a escolha das áreas para a implantação dos conjuntos habitacionais contempla a ação do poder público na escala local, ou seja, do município, assim como os interesses do mercado, considerando-se os proprietários de terras, os incorporadores e os promotores imobiliários.

No âmbito da produção do espaço urbano, ao longo da história, a atuação dos diferentes agentes tem reforçado as desigualdades sociais e espaciais dentro das cidades. Isto porque as estratégias ligadas ao mercado imobiliário, assim como ao próprio Estado, seguem lógicas que privilegiam determinados interesses e, diante disso, certas áreas da cidade são beneficiadas em detrimento de outras, reforçando as desigualdades sociais e espaciais.

No que diz respeito à produção de habitação popular, os interesses que privilegiam as ambições do mercado também se

fazem fortemente presentes. Especialistas e estudiosos destacam que desde a atuação do Banco Nacional de Habitação – BNH e do Sistema Financeiro da Habitação – SFH, "as alternativas de moradia promovidas ou financiadas pelo setor público foram majoritariamente produzidas nas franjas ou fora das cidades, em situações muito próximas à produção do setor informal" (ROLNIK, CYMBALISTA, NAKANO, 2011, p.14). Ainda para estes autores,

> Além de distantes e precários, a abertura destas frentes de expansão urbana sobre solo rural tem sido um dos grandes indexadores dos mercados de terra nas cidades, encarecendo-a na medida em que é no processo de transformação do rural em urbano que reside um dos processos mais agudos de valorização imobiliária. (ROLNIK, CYMBALISTA, NAKANO, 2011, p.14).

Estas lógicas, portanto, demonstram que as políticas habitacionais no Brasil, embora tenham enfocado a produção de habitação popular, também contribuem para o atendimento dos interesses de diferentes agentes no contexto da produção do espaço urbano. Em Ituiutaba esta situação não é diferente, uma vez que grande parte os conjuntos habitacionais recentemente implantados no âmbito do PMCMV situam-se em áreas periféricas da cidade, incluindo-se este processo de valorização imobiliária por meio da transformação da terra rural em urbana. É o caso, por exemplo, dos cinco conjuntos habitacionais do setor leste da cidade analisados nesta pesquisa.

Tal situação leva até mesmo ao risco de segregação espacial, frente à localização distante e a produção de periferias homogêneas quanto ao perfil socioeconômico (PEQUENO e ROSA, 2015). Nos casos dos conjuntos habitacionais populares implantados em Ituiutaba, esta característica é bastante

significativa, uma vez que grandes contingentes populacionais foram realocados em novas áreas periféricas. Este cenário se reproduz em diferentes municípios brasileiros e, nesse âmbito, o PMCMV não contrapõe a perspectiva "de assentamento dos mais pobres em periferias distantes, com ônus individual de conseguir os demais meios de reprodução da vida (equipamentos públicos, acessibilidade, oportunidades de trabalho, lazer etc.)" (KRAUSE, BALBIM e LIMA NETO, 2013). Para a reprodução da vida, os moradores destas novas áreas residenciais necessitam, por exemplo, de acesso à estabelecimentos comerciais e de serviços, principalmente considerando-se a localização dos empreendimentos e o perfil socioeconômico da população.

Neste processo, além da atuação dos agentes imobiliários, nota-se que o próprio Estado, sobretudo na escala municipal, acaba contribuindo para o agravamento deste cenário. Rolnik, Cymbalista e Nakano (2011, p.14) ressaltam que "tem sido limitada a capacidade dos municípios de estabelecer um planejamento e gestão de seu território em função de sua baixa capacidade política de impor limites para a ocupação urbana e captar a valorização imobiliária decorrente dos investimentos públicos".

Embora este texto esteja focando conjuntos habitacionais do setor leste da cidade, é importante ressaltar que o município de Ituiutaba recebeu mais de 5 mil unidades no âmbito do PMCMV em relação à habitação de interesse social. Neste processo, esta capacidade limitada em relação ao planejamento urbano e a mediação dos interesses no contexto da produção do espaço urbano pelo poder público foram evidentes. A cidade passou por uma expansão territorial significativa ao longo dos

últimos anos, verificando-se inclusive elementos que apontam para transformações que repercutem na estruturação da cidade.

Faz-se necessário esclarecer que a expressão estrutura urbana é "apropriada para se fazer referência à forma como se encontram dispostos e se articulam os usos de solo, num dado momento do contínuo processo de estruturação dos espaços da cidade" (SPOSITO, 2004, p.311). Ressalta-se que, por muito tempo, a expressão estrutura urbana esteve associada à dimensão material da cidade, ou seja, à questão das formas e das localizações. Porém, Sposito (1996) afirma que a ideia de estrutura urbana foi utilizada para se referir ao "arranjo dos diferentes usos do solo no interior das cidades, ou seja, o mosaico-resultado do processo de alocação/realocação das atividades econômicas e das funções residencial, de lazer e de circulação nas cidades" (SPOSITO, 1996, p. 111) e, dessa forma, considera-se a ação humana além da forma apenas. Ainda para Sposito (2004), a terminologia "estruturação" é adequada por representar a ideia de que as estruturas mudam continuamente, principalmente considerando-se o sufixo "ação" como algo que demonstra um processo contínuo, múltiplo e contraditório. Whitacker (2003) destaca que a compreensão sobre estrutura e estruturação da cidade passou de uma concepção estática para dinâmica, justamente para contemplar as transformações contínuas que caracterizam o espaço urbano.

Diante disso, esta pesquisa procurou analisar o contexto de Ituiutaba quanto a estas transformações, uma vez que a expansão territorial resultante da implantação de uma quantidade bastante expressiva de unidades habitacionais tem alterado significativamente a estrutura da cidade. Há, portanto, uma relação direta entre forma e processos espaciais, na perspectiva apresentada por Corrêa (1989) ao se referir, por

exemplo, à centralização e descentralização. As formas e funções do espaço urbano estruturam a cidade e, neste contexto, como já mencionado por Miyazaki (2013, p.48), a cidade é estruturada considerando-se "as dinâmicas que são próprias do processo social, sendo a estrutura, em cada corte do tempo do processo de estruturação, também determinante dos momentos seguintes do processo". Neste ponto, ressaltamos a ideia de um processo contínuo de transformações que é característico das cidades.

Portanto, consideramos importante analisar a estruturação da cidade, com o intuito de compreender aspectos relativos, por exemplo, à produção de moradias, a expansão territorial e as possíveis implicações na centralidade na escala intra-urbana, diante do desenvolvimento de novas áreas comerciais e de serviços.

Feita esta contextualização no que diz respeito ao recorte territorial de análise e a fundamentação teórica que embasa a nossa perspectiva, no item a seguir partimos para os resultados da pesquisa empírica, tendo em vista os cinco conjuntos habitacionais situados no setor leste da cidade de Ituiutaba.

A produção de moradias e o desenvolvimento de novas áreas comerciais em Ituiutaba

Como já mencionamos anteriormente, em Ituiutaba a maior parte dos estabelecimentos comerciais e de serviços estão localizados na área central. Além das principais lojas de varejo, é na área central que estão localizadas as agências bancárias, bem como uma diversidade de lojas de redes, franquias e prestadores de serviços. Os dados do CNEFE/IBGE

demonstram essa concentração, uma vez que os setores censitários localizados na área central possuem uma quantidade mais significativa de estabelecimentos.

Para além da área central, poucos setores da cidade apresentam concentração expressiva de estabelecimentos comerciais e de serviços. Em alguns setores da cidade há apenas a presença de um comércio local, geralmente para atendimento de demandas dos moradores dos bairros, porém, sem apresentar um grau de complexidade maior que configure, por exemplo, um subcentro. Souza (2018), em seu estudo sobre comércio e consumo em Ituiutaba, diagnosticou apenas alguns eixos comerciais ao longo de determinadas vias de circulação que, por sua vez, não apresentam o grau de diversidade e complexidade de um centro ou subcentro.

No entanto, com a expansão territorial verificada ao longo dos últimos anos, sobretudo a partir da construção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas da cidade, outras transformações encontram-se em curso e apontam para uma estruturação da cidade. Os conjuntos habitacionais, principalmente aqueles de maior porte, ao serem instalados em áreas periféricas e distantes do centro principal, passam a abrigar uma população cada vez mais numerosa. Vale destacar ainda a densidade demográfica bastante expressiva em muitos destes casos, dada as características da unidade habitacional, geralmente de pequeno porte, assim como a dimensão do lote e o perfil socioeconômico das famílias que ocupam os imóveis.

No caso dos cinco conjuntos habitacionais analisados, estes foram implantados próximos um do outro, totalizando 2.169 unidades habitacionais que, se considerarmos uma média de três moradores por residência, por exemplo, pode representar mais de 6.500 moradores. Se somarmos os outros

empreendimentos imobiliários já construídos no entorno[4], bem como os novos loteamentos em fase de implantação ou comercialização, esse contingente demográfico pode ser muito superior. A densidade de construções característica dos conjuntos habitacionais pode ser verificada na figura a seguir.

Figura 3: Ituiutaba-MG: imagem de satélite dos conjuntos habitacionais analisados, 2018.

Org.: Suellen Batista dos Santos Parreira; Vitor Koiti Miyazaki, 2018.

Fonte: Google Earth, 2018.

[4] Neste ponto é importante citar a existência do Residencial Portal dos Ipês neste setor da cidade. No entanto, para esta pesquisa, focamos somente os conjuntos habitacionais do PMCMV da faixa 1, voltados para a habitação de interesse social. No caso do Portal dos Ipês, embora tenha sido um empreendimento que também contou com financiamento do PMCMV, foi implementado no âmbito da faixa 2 do programa.

Além da densidade de edificações dos conjuntos habitacionais, é possível verificar também na imagem o processo de loteamento de áreas situadas entre os conjuntos, no âmbito de uma estratégia imobiliária pensada pelos agentes responsáveis pela produção do espaço urbano neste setor da cidade.

De qualquer forma, a implantação destes conjuntos levou ao aumento do contingente demográfico deste setor da cidade, com a tendência à ampliação futura, o que cria uma demanda significativa por atividades comerciais e de serviços.

Para atender as necessidades da população desta área foram sendo implantados nos bairros alguns estabelecimentos comerciais e de serviços. Para analisarmos o caso específico do setor leste da cidade de Ituiutaba, foi realizado um levantamento do uso do solo nos cinco conjuntos habitacionais, considerando-se cada lote urbano. A figura a seguir, referente ao conjunto Nadime Derze Jorge II, exemplifica o tipo de levantamento realizado[5].

[5] Mais informações e detalhes dos procedimentos metodológicos podem ser conferidas em Parreira (2018).

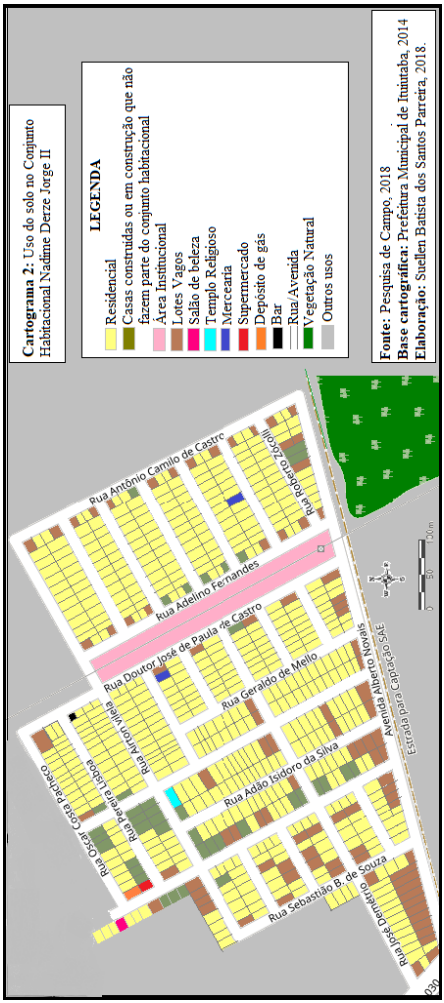


Figura 4: Conjunto Habitacional Nadime Derze II: levantamento do uso do solo – 2018.
Fonte: Pesquisa de campo, 2018.
Organização: Suellen Batista dos Santos Parreira, 2018.

Este levantamento possibilitou a constatação de um conjunto de aspectos importantes no que se refere ao desenvolvimento do comércio e serviços na área analisada. Primeiramente, em alguns conjuntos habitacionais, lotes no entorno das áreas residenciais foram reservados para comercialização, sendo que parte deles foram ou estão sendo ocupados por atividade comercial ou de serviços. Além disso, há casos em que a unidade habitacional foi adaptada, muitas vezes de maneira improvisada, com a finalidade de uso comercial, como no caso da utilização da garagem ou de cômodos da residência para fins comerciais ou prestação de serviços. Os levantamentos de campo evidenciaram a existência de pequenas mercearias, bares, salões de beleza, igrejas, entre outras atividades que são desenvolvidas desta maneira. Cabe ressaltar ainda que estes tipos de estabelecimentos são menos numerosos e geralmente estão situados dentro das áreas residenciais, em decorrência de sua gênese e a própria demanda da população em relação a estas atividades. Porém, os estabelecimentos comerciais principais e de maior porte estão localizados em áreas específicas destes bairros, sobretudo ao longo da Avenida José Gouveia Franco, que se constitui na principal via de ligação e circulação deste setor da cidade. Ao longo desta via, vários lotes foram reservados para comercialização posterior à implantação dos conjuntos e, com o tempo, estão sendo ocupados para o uso residencial e, principalmente, para o uso comercial e de serviços.

Considerando-se os dados levantados durante a pesquisa de campo foi elaborada a figura a seguir que apresenta a localização dos estabelecimentos comerciais e de serviços, distinguindo aqueles que estão improvisados nas residências e as edificações com características comerciais que se encontram em construção.

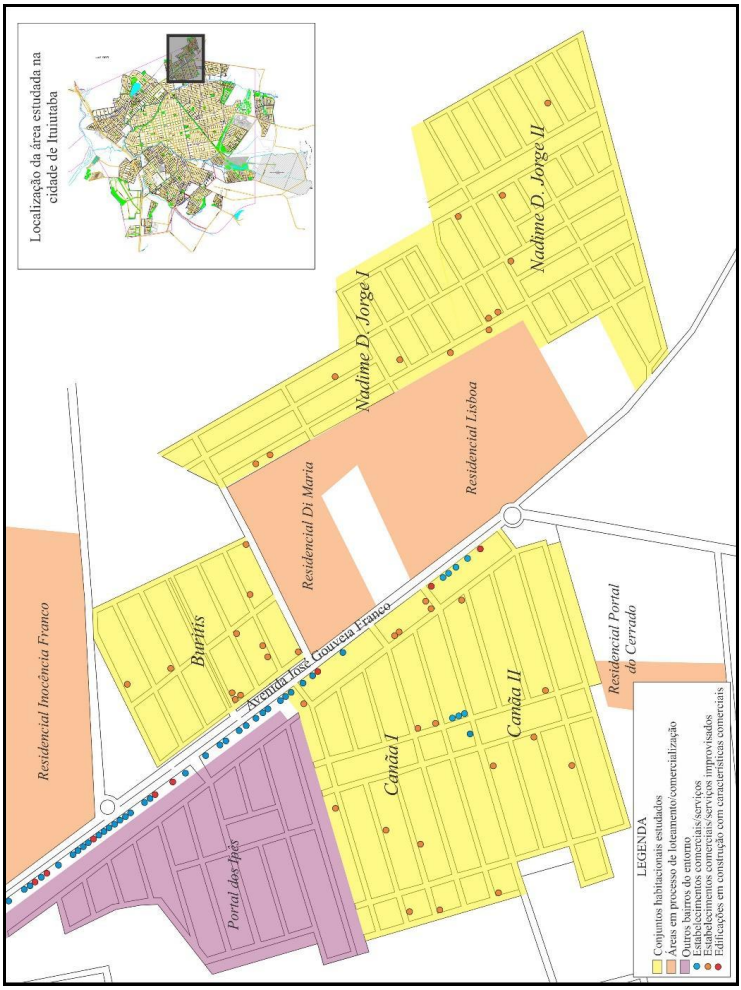


Figura 5: Ituiutaba-MG: localização dos estabelecimentos comerciais e edificações em construção com características comerciais nos conjuntos habitacionais analisados.

Organização: Suellen Batista dos Santos Parreira e Vitor Koiti Miyazaki, 2018.

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

Nota-se como o eixo da Avenida José Gouveia Franco é bastante significativa para este setor da cidade, uma vez que fica evidente a concentração dos estabelecimentos comerciais e de serviços ao longo desta via. A figura a seguir mostra um trecho da via onde é possível notar esta concentração de estabelecimentos.

No que se refere ao tipo de estabelecimentos, podemos citar a existência de farmácia, supermercado, sacolão, autopeças, oficina mecânica, consultório odontológico, restaurante, posto de combustível, loja de material de construção, provedora de serviços de internet, barbearia, entre outros. Embora se verifique uma diversidade significativa, nem todo tipo de comércio e serviços encontra-se disponível neste setor da cidade. Um exemplo é o serviço bancário, uma vez que não há nenhuma agência e nem correspondentes bancários, como lotéricas por exemplo.

Figura 6: Avenida José Gouveia Franco: trecho com estabelecimentos comerciais e edificações em construção - 2018

Autor: Suellen Batista dos Santos Parreira, 2018.

Em relação aos estabelecimentos instalados neste setor da cidade, embora tenha muitos empreendimentos de iniciativa local, vale destacar os casos de empresas que já atuam no município e que instalaram filiais, como no caso de supermercados, de uma farmácia e de um sacolão.

Ainda, outro fator que reforça a relevância da Avenida José Gouveia Franco em relação à localização dos estabelecimentos comerciais e de serviços é a quantidade expressiva de edificações com características comerciais em construção, o que aponta para uma tendência ao fortalecimento deste eixo comercial no futuro.

Enquanto este eixo viário se fortalece como o local escolhido pelas empresas para a instalação de seus empreendimentos, no interior das áreas residenciais predominam os estabelecimentos improvisados que, por sua vez, também desempenham papel importante para o atendimento das demandas dos moradores.

De qualquer forma, nota-se que a implantação dos conjuntos habitacionais neste setor da cidade criou uma demanda relevante para o desenvolvimento da atividade comercial e de serviços. Para se referir às novas áreas que concentram atividades comerciais e de serviços fora do centro principal, alguns pesquisadores utilizam-se do termo subcentro. Para Villaça (2001), subcentro se refere a aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e serviços que não o centro principal. Ainda para este autor, o subcentro atende uma parte da cidade, enquanto o centro principal atende à cidade toda. Nesta perspectiva, a área comercial analisada é bastante representativa para o setor leste de Ituiutaba, atendendo parte das demandas de seus moradores.

Já Souza (2009) ressalta que o subcentro é uma nova centralidade que tem como característica ser uma réplica do centro principal, concorrendo em partes com este, sem se igualar. Nesta perspectiva, sabemos que a realidade analisada não se configuraria um subcentro, uma vez que não apresenta a

diversidade e a relevância das atividades existentes no centro da cidade.

Independentemente da perspectiva teórica ou mesmo da terminologia adotada, o que fica evidente é que a implantação destes conjuntos habitacionais resultou em áreas residenciais bastante significativas que, por sua vez, estimulou o desenvolvimento de atividades comerciais e de serviços. Mesmo não se constituindo em um subcentro, por não contemplar maior variedade e diversidade de comércio e serviços, observa-se um desenvolvimento expressivo do setor terciário que atende boa parte da demanda dos bairros. Além disso, o crescimento deste setor da cidade, considerando-se os loteamentos particulares que se encontram em fase de comercialização, a demanda por comércio e serviços pode ampliar, impactando no desenvolvimento comercial desta área. Isto mostra que, para uma cidade do porte de Ituiutaba, transformações importantes têm ocorrido no âmbito da estruturação da cidade ao longo dos últimos anos. Além do setor leste, outras áreas da cidade também passam por um processo de expansão territorial por meio da instalação de conjuntos habitacionais do PMCMV, inclusive em áreas ainda mais distantes[6].

É esta a realidade empírica na qual nos debruçamos para se analisar aspectos atinentes à estruturação da cidade em Ituiutaba, considerando-se a construção de conjuntos

[6] Vale ressaltar o caso dos conjuntos habitacionais Nova Ituiutaba I, II, III e IV, no setor sul da cidade. Até o momento foram entregues 1.146 unidades habitacionais (Nova Ituiutaba I e III), sendo que este número pode dobrar após a ocupação dos outros dois conjuntos. Esta área está situada a quase seis quilômetros de distância do centro e apresenta descontinuidade territorial em relação ao tecido urbano consolidado.

habitacionais e a demanda por comércio e serviços em áreas periféricas.

Considerações finais

A produção de moradias por meio de políticas habitacionais, como ocorreu em Ituiutaba, sobretudo a partir da implementação do PMCMV, é de extrema relevância para a população, tanto pelo fato de possibilitar o acesso à casa própria quanto para o estímulo à construção civil e geração de empregos. No entanto, é importante que a política habitacional seja tratada de maneira articulada com um contexto mais geral da produção da cidade.

Em Ituiutaba verifica-se que a construção de moradias populares ocorreu por meio de grandes conjuntos habitacionais implantados em áreas periféricas e distantes do centro da cidade. Isso levou a uma realocação de grande quantidade de moradores para novas áreas e setores, com impactos diretos na estruturação da cidade.

Uma das principais repercussões deste processo de expansão territorial por meio da implantação de conjuntos habitacionais diz respeito ao acesso dos moradores ao comércio e serviços, uma vez que, de um lado, os bairros novos não possuem uma estrutura para atender esta demanda, e de outro, o acesso ao centro da cidade muitas vezes é dificultada em decorrência da distância. Este cenário tem levado ao desenvolvimento de novas áreas comerciais, como foi verificado nesta pesquisa, considerando-se cinco conjuntos habitacionais do setor leste da cidade. Observou-se que além de pequenos estabelecimentos comerciais improvisados, houve também o

desenvolvimento de um eixo comercial ao longo da principal via de acesso e circulação do setor.

Esta circunstância demonstra um processo de estruturação da cidade resultante das dinâmicas de produção do espaço urbano. A implantação destes conjuntos habitacionais tem ampliado a malha urbana da cidade, muitas vezes de maneira territorialmente descontínua, ampliando-se as distâncias a serem percorridas no espaço urbano. Nota-se que estes conjuntos habitacionais, voltados para a população de mais baixa renda, são implantados justamente em áreas geograficamente mais afastadas do centro.

Somente a título de exemplo, podemos citar os casos em que, muitas vezes, de maneira informal, alguns moradores destes bairros adaptaram suas residências para o desenvolvimento de atividade comercial ou de prestação de serviços. Pequenas mercearias, brechós, salão de cabeleireiro, entre outros estabelecimentos surgiram a partir de iniciativa e demanda apresentada pelos moradores de bairros bastante densos e distantes de outras áreas comerciais. O desenvolvimento desse tipo de atividade demonstra, de um lado, a demanda existente da população por comércio e serviços, e de outro, a necessidade de emprego e trabalho.

Durante a pesquisa de campo foi possível observar em todos os conjuntos habitacionais analisados diversas situações desta natureza, em que parte do imóvel residencial é utilizado para fins comerciais ou prestação de serviços. Ficou evidente que esta prática se faz necessária pela ausência de comércio e serviços no bairro e em suas proximidades no período inicial de ocupação dos conjuntos, além de possibilitar uma forma de complementar a renda familiar.

O caso analisado nesta pesquisa demonstra que a realocação de grande contingente de moradores para novos bairros da cidade precisa prever a demanda que será gerada, por exemplo, em relação ao comércio e serviços, dada a distância em relação à área central.

No caso do setor leste, os cinco conjuntos habitacionais populares somam um grande contingente demográfico, o que favoreceu o desenvolvimento do comércio e dos serviços. Para além das iniciativas improvisadas pelos próprios moradores, o destaque em relação à atividade comercial e de serviços está na constituição de um eixo com concentração de estabelecimentos ao longo da Avenida José Gouveia Franco. A quantidade, diversidade e perfil dos estabelecimentos, já mencionados no texto, demonstram que pode haver transformações importantes em curso no âmbito da estruturação da cidade em Ituiutaba.

Além da do fato da Avenida José Gouveia Franco já apresentar uma concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços, vale ressaltar a quantidade expressiva de novas edificações em construção com características comerciais, assim como os novos loteamentos em implantação no entorno, o que pode indicar que transformações importantes ainda poderão ocorrer nesta área.

Consideramos que os resultados aqui apresentados podem contribuir para a compreensão das dinâmicas atinentes à estruturação da cidade, tomando como referência o caso da produção de conjuntos habitacionais e as possíveis modificações em relação ao comércio e serviços. Neste sentido, espera-se que estas considerações possam contribuir para as análises sobre a produção do espaço urbano em Ituiutaba, não respondendo à todas as demandas, mas contribuindo para a compreensão de um

setor específico da cidade e lançando novos questionamentos para investigações futuras.

Referências

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano.* São Paulo: Ática, 1989.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. B. *A produção do espaço urbano:* agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p.41-51.

IBGE. Região de influência de cidades 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

KRAUSE, C.; BALBIM, R.; LIMA NETO, V. C. Minha Casa Minha Vida, nosso crescimento: onde fica a política habitacional. *Texto para discussão*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômicas Aplicadas, n.1853, 2013.

MIYAZAKI, V. K. *Estruturação da cidade e morfologia urbana*: um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista. 2013. 305f. Tese (doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

PARREIRA, S. B. S. *Produção do espaço urbano em Ituiutaba-MG*: um estudo sobre o desenvolvimento da atividade comercial e de serviços em conjuntos habitacionais do setor leste. 2018. 75f. Monografia (graduação em Geografia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Uberlândia.

PEQUENO, L. R.; ROSA, S. V. Inserção urbana e segregação espacial: análise do programa Minha Casa Minha Vida em Fortaleza. Belo Horizonte: ANPUR, 2015.

ROLNIK, R.; CYMBALISTA, R.; NAKANO, A. K. Solo urbano e habitação de interesse social: a questão fundiária na política habitacional e urbana do país. *Revista de Direito da ADVOCEF*, v. 1, p. 123-158, 2011.

SOUZA, J. S. *Cidade, consumo e práticas espaciais em Ituiutaba-MG*: segmentação e fragmentação socioespacial. 2018. 114f. Dissertação

(mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia.

SOUZA, J. S. *Um estudo da área central de Ituiutaba-MG*. Relatório de Iniciação Científica. Ituiutaba: Universidade Federal de Uberlândia, 2014.

SOUZA, M. *Cidades médias e novas centralidades:* análise dos subcentros e eixos comerciais em Uberlândia MG. 2009. 248f. Dissertação (mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e urbanização.* 7ª ed. São Paulo:
Contexto, 1996.

SPOSITO, M. E. B. *O chão em pedaços*: urbanização economia e cidades do estado de São Paulo. Tese (livre docência em geografia) - FCT/UNESP. Presidente Prudente: 2004.

TEODORO, M. G. *O Programa Minha Casa Minha Vida em Ituiutaba (MG)*: estudo sobre os Conjuntos Habitacionais Nova Ituiutaba I e Nova Ituiutaba III. 2017. 117f. Dissertação (Mestado em Geografia). Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. Universidade Federal de Uberlândia.

VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

WHITACKER, A. M. *Reestruturação urbana e centralidade em São José do Rio Preto - SP*. 2003. 243f. Tese (doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

CAPÍTULO 13
TERRITÓRIO E IDENTIDADE CULTURAL: ESTUDO DE CASO DOS MIGRANTES NORDESTINOS NO BAIRRO NOVO TEMPO II, EM ITUIUTABA, MG

Daniel Féo Castro de Araújo

Anderson Pereira Portuguez

Introdução

O município de Ituiutaba pertence à mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, localizado a oeste do Estado de Minas Gerais, tendo seu distrito sede localizado entre as coordenadas geográficas (aproximadas) de 19°00’ e 19°20’ Sul e 49°30’ e 49°20’, como pode ser observado na Figura 1. O município possui uma população de aproximadamente 102.690 habitantes, em um território de 2.598,046 Km2 (IBGE, 2014).

O bairro estudado localiza-se na porção sudeste da sede municipal (fig. 1), onde há ações governamentais de promoção de moradias populares por meio de políticas habitacionais.

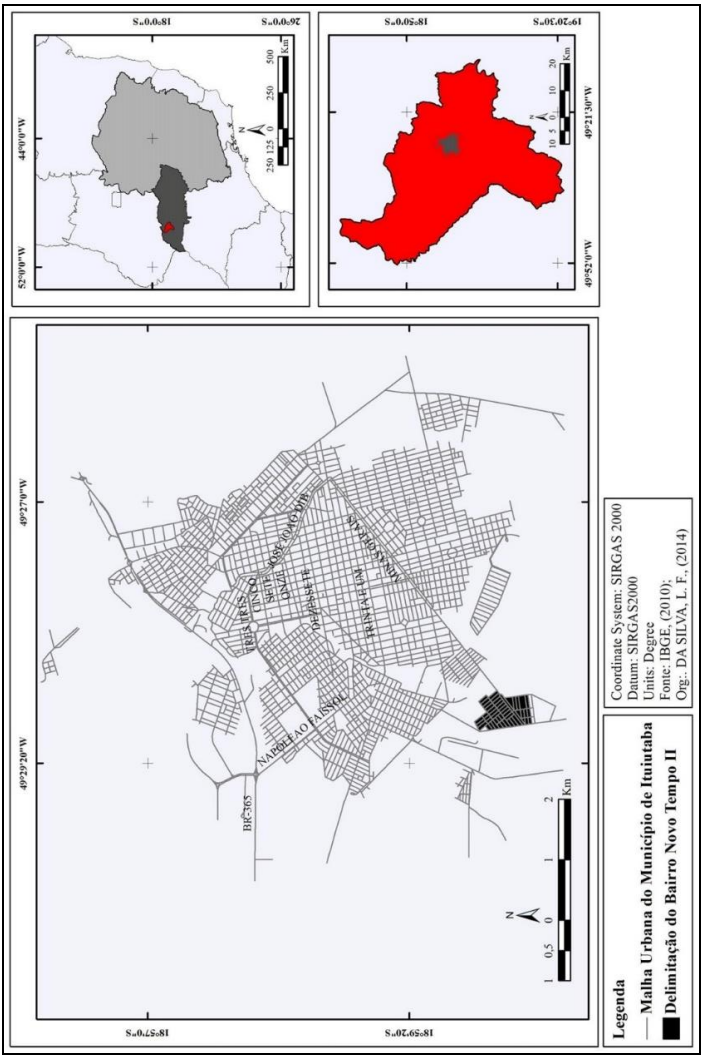


Figura 1: localização do bairro Novo Tempo II, em Ituiutaba-MG.
Autor: ARAÙJO, D. F. C.
Fonte: IBGE (2010)

Na segunda metade do século XX a cidade passou a receber investimentos de diversos setores econômicos, sobretudo os relacionados à sua produção rural. Em um primeiro momento a rizicultura tornou-se o carro-chefe de sua economia, mantendo-se importante até a década de 1970 e, logo em seguida, desenvolveu- se a agropecuária. Atualmente o município é considerado uma referência regional em agroindústria, voltado sobretudo para a monocultura da cana-de-açúcar e para a produção de soja.

A instalação da agroindústria canavieira geralmente ocasiona diversas mudanças nos municípios em que se implanta, bem como nos municípios vizinhos, sendo estas mudanças em sua grande maioria nos âmbitos: social, econômico, político, cultural e ambiental.

No município de Ituiutaba encontra-se instalada a usina sucoalcooleira BP Ituiutaba Bioenergia, e também há outras usinas nos demais municípios da Microrregião Geográfica de Ituiutaba, como a Companhia Energética Vale do São Simão, localizada em Santa Vitória; a Laginha Agro Industrial S/A em Capinópolis e a usina Triálcool, que se localiza no município de Canápolis, município vizinho a Ituiutaba, mas que pertence à Microrregião Geográfica de Uberlândia.

O município caracteriza-se também, entre outros aspectos, por acolher, desde meados da década de 2000, inúmeras famílias de nordestinos que têm vindo para o Cerrado para trabalharem – ou a procura de trabalhos – em postos de ocupação abertos por empresas do mercado sucroalcooleiro e, neste contexto, Ituiutaba vem se despontando como uma importante cidade que abre novos horizontes para famílias pobres do interior brasileiro.

Em termos culturais, trata-se do encontro de homens do Cerrado com os homens da Caatinga, do Agreste e em menor número os da Zona da Mata nordestina. É, portanto, encontro de sertanejos e, nem sempre, esta relação tem se dado de forma hospitaleira.

A região Nordeste do Brasil foi historicamente relegada ao atraso, apresenta um grande número de trabalhadores em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com menor acesso ao trabalho formal ou a remuneração condizente com as demandas familiares.

Nos rumos do desenvolvimento desigual e concentrado[7], o agronegócio sucroalcooleiro promove o encontro dos homens sertanejos. Os trabalhadores e trabalhadoras da Caatinga, do Agreste e da Zona da Mata, se encontram, por meio da migração, com o povo do Cerrado. Ao perceber que os nordestinos (genericamente chamados de "alagoanos") são diferentes dos Ituiutabanos, os moradores da cidade mineira se interpretam como os donos originais do espaço agora também ocupado pelos "outros". A partir daí os ituiutabanos se posicionam de forma etnocêntrica[8], como superiores aos que veem das bandas do Norte e Nordeste.

[7] A lei do desenvolvimento desigual é combinada a teoria formulada pelo revolucionário marxista russo León Trotsky, que compreende a ocorrência simultânea como um processo de desenvolvimento econômico, de aspectos avançados e atrasados nos países periféricos do sistema mundial, nos quais um setor extremamente moderno da economia pode conviver de forma combinada com o mais atrasado, resultando numa formação social particular, porém única, sem grandes contradições entre as classes dominantes. Fonte: LOWY, Michael. Teoria do desenvolvimento desigual e combinada. Artigo publicado na revista Actuel Marx, 18, 1995. Tradução de Henrique Carneiro.

[8] Etnocentrismo é um conceito antropológico que ocorre quando um determinado individuo ou grupo de pessoas, que têm os mesmos hábitos e

Outra contradição que se verifica na cidade é a rejeição aos nordestinos ao mesmo tempo em que se afirma não existir preconceitos contra eles(as). Em certos níveis, não se trata de uma rejeição violenta, mas sim identitária, que faz com que os tijucanos[9] não se reconheçam como parte de um mesmo contexto, como massa manipulada de uma mesma engrenagem produtiva.

No cenário brasileiro, os trabalhadores pobres que migram do Nordeste são especialmente vitimados pelo preconceito. No caso da migração nordestina existe uma imagem – quase que sempre – vinculada à ideia equivocada de que são retirantes, miseráveis e famintos. Esta opinião desfavorável à imagem de homens e mulheres nordestinos(as) vem constituindo estereótipos – os mesmos são reproduzidos pelo cinema, literatura e música.

A abordagem da migração como causa/consequência de um modelo econômico limita a percepção do processo histórico da migração, no qual vários projetos políticos individuais ou coletivos se confluem, facilitando a elaboração de análises neo-deterministas.

A partir da década de 2000, a região do Pontal do Triângulo Mineiro[10] tem sido impactada pelo intenso

caráter social, discrimina outro, julgando-se melhor ou pior, seja por causa de sua condição social, pelos diferentes hábitos ou manias, por sua forma de se vestir, ou até mesmo pela sua cultura. Fonte: OLIVEIRA, R.C. (1976): Identidade ética, identificação e manipulação. São Paulo: Tomson e liberado.

[9] Tijucano é o nome dado a pessoa que nasceu no município de Ituiutaba.

[10] O Triângulo Mineiro é uma das dez regiões de planejamento do estado de Minas Gerais, no sudeste do Brasil. Está situado entre os rios Grande e Paranaíba, formadores do rio Paraná. Faz parte da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba. Uberlândia, Uberaba, Araguari, Patos de Minas, Araxá, Ituiutaba e Patrocínio são as principais cidades do Triângulo Mineiro.

investimento no setor agroindustrial, isto é, reflexo de um cenário mundial que valoriza formas alternativas de produção de energia, com o intuito de minimizar a dependência da economia com base no petróleo. A expansão deste segmento desde os anos 2000 reascendeu a demanda por trabalhadores(as) migrantes, entre estes, mais uma vez, percebe-se a grande incidência de nordestinos e nordestinas, cujo destino os vinculam, predominantemente aos postos de trabalho manual/rural. Estes trabalhadores, na sua maioria, estão empregados no plantio e corte da cana-de-açúcar.

Assim, esse trabalho tem como objetivo refletir sobre a (re)territorialização dos migrantes nordestinos atualmente residentes no Bairro Novo Tempo II, Município de Ituiutaba. Em termos mais específicos, buscou-se informações que retratam os cenários geográfico-culturais dos migrantes e identificar quais os indicadores que refletem os vínculos mantidos com sua cultura de origem.

A metodologia utilizada se iniciou com uma revisão bibliográfica para o entendimento da dinâmica do fenômeno estudado e também para construir o referencial teórico ora apresentado. Esse levantamento foi feito por meio da leitura de livros, dissertações, teses, periódicos, jornais, sites de entidades e demais documentos que se fizeram pertinentes à temática.

Em um segundo momento, passou-se a fase de trabalhos de campo para identificar os sujeitos sociais[11] que compõem o

---

Fonte:
<http://www.mg.gov.br/governomg/comunidade/governomg/conhecaminas/folclore/5146?op=estruturaConteudo&coConteudo=54761&coSeqEstrutura=394&coEstruturaPai=12.

[11] Alguns destes sujeitos sociais passaram a colaborar com esta pesquisa na qualidade de depoentes. Sabe-se que o Comitê de Ética da UFU recomenda o

universo empírico da pesquisa. Para este momento realizou-se 20 entrevistas com famílias destes migrantes, principalmente aos finais de semana e feriados. Como se trata de pesquisa qualitativa, entendeu-se que este total de famílias foi suficiente para coletar os dados desejados.

As entrevistas foram feitas nas residências com o intuito de identificar quais os indicadores que refletem vínculos mantidos com a cultura e os costumes dos Estados de origem. Também se registrou algumas reflexões em cadernetas de campo, produzidas no encontro dos pesquisadores com a realidade estudada.

O registro fotográfico compõe, ainda, o rol das técnicas de pesquisa utilizadas. Ressalta-se que o conteúdo das fotos não foi utilizado aqui como mera ilustração, mas como forma de documentar os dados coletados, tal como sugere Kossoy (2001). As imagens são fontes que foram sistematizadas e percebidas como parte do processo de investigação, contribuindo no sentido de aprofundar o entendimento dos fenômenos pesquisados.

Pesquisas dessa natureza são importantes e se justificam na medida em que auxiliam a compreender inúmeros conflitos urbanos, sobretudo aqueles nascidos de relações sociais impostas pelo capital. É necessário compreender os processos socioculturais que envolvem relações territoriais e, nesse sentido, a Geografia traz uma série de aportes conceituais que esclarecem sobre os cenários conflitivos em cidades como Ituiutaba, que passam na atualidade por significativas transformações socioespaciais.

---

uso do termo "participante". No entanto, utilizamos apenas a expressão "sujeitos sociais", pois este é um conceito já consagrado no âmbito da Geografia cultural.

(Re)Territorialização e identidade cultural

O processo migratório constitui-se em um fenômeno que revela múltiplas dimensões: econômicas, sociais, culturais e territoriais. Os fatores que motivam os deslocamentos estão vinculados à necessidade de mudança. Sujeitos que migram, carregam em suas bagagens experiências vividas em seus lugares de origem, sendo estas a substância de sua existência e necessárias para sua afirmação e alicerce para tudo o que se pretende construir no presente.

O Nordeste brasileiro é uma região cujos aspectos culturais evidenciam uma pluralidade cultural riquíssima, que compõem o imaginário desta região. Com a vinda dos migrantes nordestinos para o município de Ituiutaba na primeira década do século XXI, acentuou-se na cidade destino a luta para que a dignidade e cidadania dos novos moradores fossem respeitadas. Consequentemente, o processo de instalação dos migrantes se deu a partir de conflitos, o que torna evidente uma nova dinâmica territorial em Ituiutaba, sobretudo após os processos de reterritorialização, apropriação simbólica e reenrraizamento cultural em vários pontos da cidade.

Em Ituiutaba, estamos, portanto, diante de uma nova territorialidade dinamizada por centenas de famílias de trabalhadores nordestinos que expressam suas manifestações socioculturais por meio de elementos materiais e imateriais, promovendo metamorfoses no espaço. A partir dessas novas relações socioterritoriais, os nordestinos reterritorializados expressam-se neste novo território (também) por meio de sua identidade cultural. Estas manifestações evidenciam a ideia de que estes sujeitos querem pertencer ao território, mas

reivindicam ser aceitos como pessoas portadoras de traços culturais distintos dos habitantes do espaço receptor.

A Geografia brasileira passou por um movimento de renovação, que no início da década de 1980 apresentou uma perspectiva mais crítica de análise da espacialidade dos fenômenos sociais. Sendo assim, alguns conceitos trabalhados na Geografia ganharam maior destaque que outros – como, por exemplo, o caso do território, entendido muito sinteticamente como espaço apropriado e dominado pelo homem. O resultado dessa relação seria a "produção do espaço geográfico". Portanto, no espaço, as relações sociais se materializam e se reproduzem gerando territórios a partir das relações de poder.

As transformações com o avanço do processo dominante de globalização generalizaram um discurso de um mundo cada vez mais desenraizado, móvel, fluido, virtual, em detrimento de um mundo mais enraizado (territorial). Entretanto, para Haesbaert (2001), o conceito de território é o mais difundido na Geografia e a maioria dos trabalhos focaliza sua destruição, ou seja, a desterritorialização, sem deixar claro que a concepção de território encontra-se por trás deste processo.

> Temos, então, dependendo da ênfase a um ou outro de seus aspectos, uma desterritorialização baseada numa leitura econômica (deslocalização), cartográfica (superação das distâncias), "técnico-informacional" (desmaterialização das conexões), política (superação das fronteiras políticas) e cultural (desenraizamento simbólico-cultural). Na verdade, parece claro, são processos concomitantes: a economia se multilocaliza, tentando superar o entrave distância, na medida em que se difundem conexões instantâneas que relativizam o controle físico das fronteiras políticas, promovendo, assim, um certo desenraizamento das pessoas em relação

> aos seus espaços imediatos de vida. Mas o que se vê, na realidade, são relações muito complexas. [...] A desterritorialização que ocorre numa escala geográfica geralmente implica uma reterritorialização em outra [...] (HAESBAERT, 2001, p. 132-3).

Sendo assim, estão colocados os processos geográficos de (des-re-) territorialização, pois a nova dinâmica de ocupação de uso do espaço se dá em parte pela chegada de novos moradores deslocalizdos de sua terra originária, ainda que temporariamente para parte do contingente migratório. Nesse sentido a desterritorialização se manifesta por meio do deslocamento das famílias para um novo destino de morada e a sua reterritorialização a partir do reenrraizamento no destino escolhido.

Apresentar os conceitos: territorialização, desterritorialização e reterritorialização é propor um discurso geográfico que permite um debate teórico-conceitual e fundamental para entender a complexidade do mundo contemporâneo.

Na perspectiva de Haesbaert (1999), virou moda afirma que vivemos uma era dominada pela desterritorialização, confundindo-se, muitas vezes, o desaparecimento dos territórios com o simples debilitamento da mediação espacial nas relações sociais. Para o autor, os grupos sociais podem muito bem forjar territórios em que a dimensão simbólica se sobrepõe à dimensão mais concreta.

> Diante da massa de despossuídos do planeta, em índices de desigualdade social e de exclusão cada vez mais violentos, o "apegar-se à terra", a reterritorialização é um processo que vem ganhando força. Ele se torna imprescindível não somente como fonte de recursos para

> a sobrevivência física cotidiana, mas também para a recriação de seus mitos, de suas divindades ou mesmo para manter viva a memória de seus mortos. (HAESBAERT, 1999, p. 185).

No entanto, o que se observa na realidade socioespacial contemporânea são relações muito mais complexas, ou seja;

> A mundialização, paradoxalmente, tem alimentado também a retomada de localismos, regionalismos e/ou nacionalismos, muitas vezes retrógrados e espacialmente segregadores [...] a velocidade dos fluxos e a simultaneidade proporcionada pelo progresso técnico não implicam obrigatoriamente, a superação de uma reterritorialização diferenciadora e ressingularizante. [...] (HAESBAERT, 2001, p. 132-133).

Os trabalhos que se dedicam ao estudo de processos de reterritorialização são tão diversos quanto às realidades sócio espaciais. Assim, encontramos diversas abordagens para um mesmo processo, como aquelas que traçam análises econômicas, políticas ou culturais. Estudos sobre movimentos sociais no campo e na cidade, transposição geográfica de identidades culturais, dentre outros, são exemplos claros de que a reterritorialização está na ordem do dia. No entanto, todo processo de desterritorialização é procedido de uma reterritorialização, seja na dimensão econômica, política ou cultural.

Portanto, estamos diante de um processo ainda mais complexo que a desre-territorialização. O que evidenciamos nos dias atuais são proliferações de múltiplos territórios, ou seja, multiterritorialidades. O território é sinônimo de poder e também de diversidade. E é na diversidade dos territórios que se

constroem novas geografias, muitas vezes, fazendo o percurso contrário dos interesses dos grupos historicamente hegemônicos.

Por isso, entendemos que o processo de reterritorialização ocorrido no bairro Novo Tempo II promoveu transformações no âmbito da cidade, principalmente, associada à identidade regional proporcionou novas leituras sobre as mudanças identitárias a respeito do significado dos migrantes nordestinos nesse início de século XXI.

No entanto, antes de adentrarmos na questão mais empírica do encontro das identidades territoriais no espaço urbano, tecemos algumas considerações sobre a utilização do conceito de identidade cultural numa perspectiva geográfica.

Identidade cultural

A existência de inúmeras concepções é fruto da fragmentação do conhecimento, haja vista que, a categoria identidade é utilizada nos estudos da Psicologia, Antropologia, Sociologia, Filosofia, História e, mais recentemente, na Geografia Humana.

Existe um consenso de que toda identidade é uma construção social. Assim, os diferentes grupos sociais, ao longo do tempo, criaram significados, construindo identidades, sejam elas vinculadas a uma determinada cultura, ideologia, religião, etnia, território entre outros.

> Não é difícil concordar com o fato de que, do ponto de vista sociológico, toda e qualquer identidade é construída. A principal questão, na verdade, diz respeito como, a partir de quê, por quem, e para quê isso

> acontece. A construção de identidades vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos e de poder e revelações de cunho religioso. Porém, todos esses materiais são processados pelos indivíduos, grupos sociais e sociedades, que reorganizam seu significado em função de tendências sociais e projetos culturais enraizados e sua estrutura social, bem como em sua visão de tempo/espaço (CASTELL, 1999, p. 23).

A identidade é construída por subjetividades individuais e coletivas e pode estar relacionada a grupos sociais ou ao pertencimento territorial. Portanto, percebe-se que a incorporação da dimensão simbólica, do imaterial no discurso geográfico, tem possibilitado uma enorme riqueza nas análises sobre a produção do espaço, das paisagens, das territorialidades.

Então ocorre, embora de maneira relativizada, a identificação de certos grupos sociais com uma determinada espacialidade (território, região, lugar) e suas representações simbólicas.

Os espaços diferem de acordo com suas características materiais e imateriais, ou seja, os seus recursos biofísicos e humanos, relações sociais, modos de produção e a sua cultura. A partir da relação dialética específica entre homem e o meio, as sociedades historicamente construíram identidades territoriais próprias, com seus signos, símbolos e pertencimentos.

Assim, o que interessa são as identidades coletivas na perspectiva cultural, construídas a partir do significado (objetivo e subjetivo) e sentimento de pertencimento que cada grupo social expressa numa determinada porção do espaço geográfico

(região, lugar, território) produzindo a chamada identidade territorial.

> Partimos do pressuposto geral de que toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. […] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes (HAESBAERT, 1999, p. 172).

Na análise empírica com os nordestinos reterritorializados no bairro Novo Tempo II, identifica claramente a presença de traços identitários relacionados as identidades territoriais do Norte e Nordeste do Brasil com fortes vínculos de tradição. Por isso, acredita que ocorra a manutenção de determinados elementos e características identitárias relacionadas a essa tradicionalidade. A análise seria bem diferente se o trabalho estivesse voltado para sociedades mais complexas, como por exemplo, cidades extremamente urbanizadas e totalmente integradas nas teias da modernidade.

A (re)territorialização dos nordestinios construindo novas territorialidades no bairro Novo Tempo II

A pesquisa de campo realizada ao longo desta monografia, cujos resultados são apresentados e analisados na sequência,

percorreu uma trajetória de abordagem qualitativa, integrando as respostas, pois isto possibilita uma leitura para o fenômeno cultural. Os dados do capitulo sugiram das analises de campo trata-se de crenças, oralidade, comportamentos e ações, procurando entender a forma como as pessoas interpretam e conferem o significado da cultura no cotidiano dos migrantes, a relação destes indivíduos com o território, o "lugar" ocupado por este em seu cotidiano, o que implica na necessidade de observar, analisar e relacionar vivências, reações dos sujeitos sociais diante dos questionamentos apresentados.

Situado na zona oeste da cidade de Ituiutaba (Figura 2), o bairro Novo Tempo II foi ocupado no começo da década de 1990 por moradores naturais do município e por migrantes que vinham das mais distintas regiões – sendo mais intensa a migração nordestina – para trabalhar em agroindústrias. Quatro anos após as primeiras "ocupações irregulares" foi criado, no ano de 1994 um loteamento que visava a instalação de infraestrutura básica naquele setor da cidade.

Com a ocupação do solo urbano e uma série de necessidades a serem cumpridas para garantia de qualidade de vida, o novo bairro começou a receber obras para sua consolidação, entre elas, rede de esgoto, rede de energia elétrica e asfaltamento começaram. É interessante salientar que, infelizmente, obras tão necessárias à população trabalhadora demoraram décadas para se efetivarem. Atualmente a totalidade do bairro conta com energia elétrica, rede de esgoto, água tratada e ruas asfaltadas.

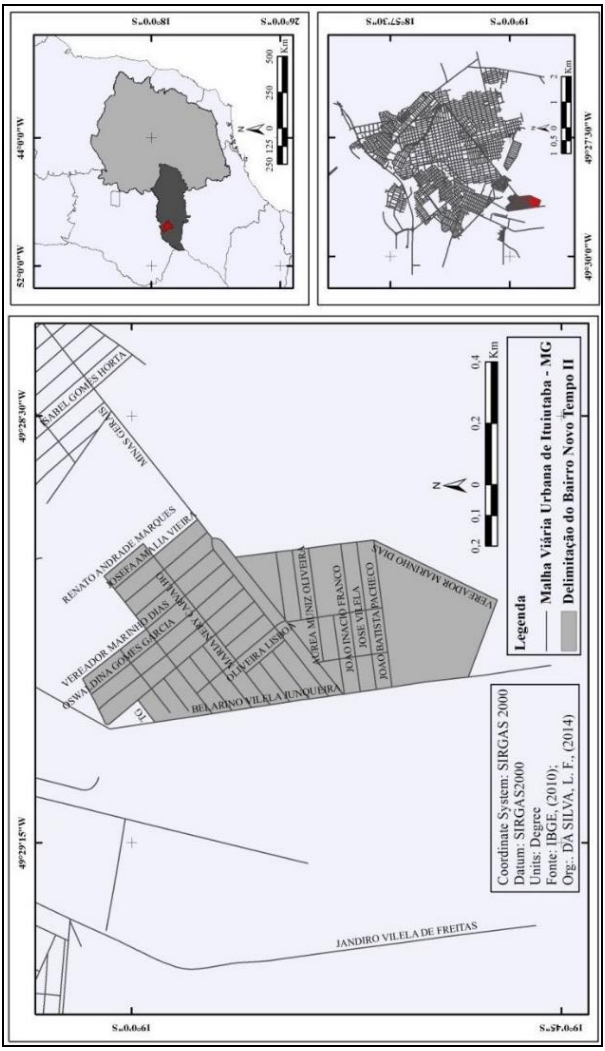


Figura 2: Mapa de localização do Bairro Novo Tempo II.

Autor: ARAÙJO, D. F. C.

Fonte: IBGE (2010)

A população do bairro compartilha dos serviços de uma Unidade Básica de Saúde (UBS), com atendimento médico e odontológico diário, conta também com o Centro de Atenção Integral á Criança e ao adolescente "Aureliano Joaquim da Silva" (CAIC) e a associação de bairro, que sempre se mostrou ativa em relação aos interesses dos moradores para melhoramento do bairro.

O levantamento de alunos que estão matriculados na única escola presente do bairro – CAIC – demonstra uma realidade totalmente oposta à apresentada pelo IBGE. Onde, o universo total de migrantes nordestinos em Ituiutaba é de 9%, na escola do bairro este número chega a 28% dos alunos matriculados. Estes dados expressam o alto índice de moradores que possuem sua origem na região nordeste. Entre todas as matrículas de alunos da rede municipal, a escola CAIC possui um expressivo contingente de alunos como demonstrado na figura 3, vejamos:

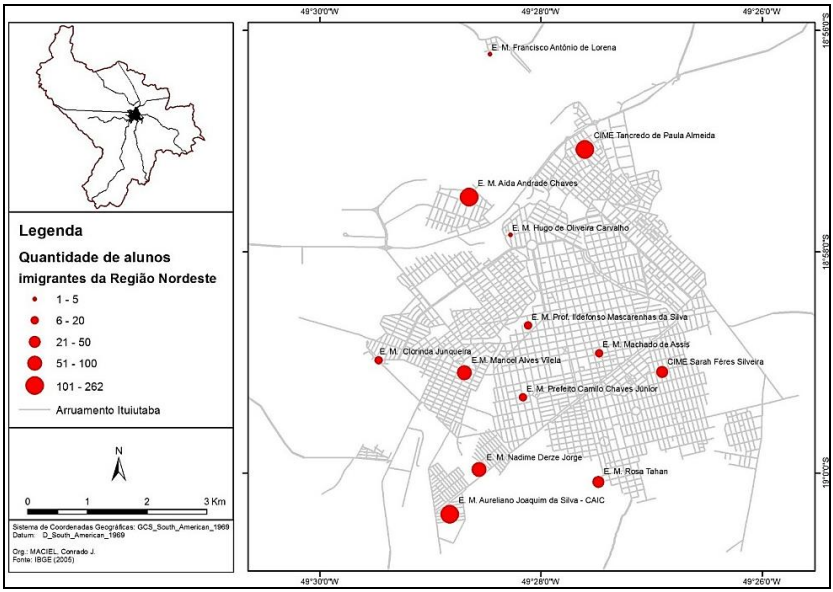


Figura 3: Mapa de distribuição dos alunos migrantes nas escolas municipais de Ituiutaba-MG.

Autor: ARAÚJO, D. F. C.

Fonte: IBGE (2005).

Na Figura 3, podemos visualizar esta distribuição de alunos nos bairros e evidenciar uma quantidade expressiva de alunos matriculados na Escola Aureliano Joaquim da Silva, o CAIC.

O bairro possui uma associação de moradores que é formada por 25 artesãos migrantes que encontraram no artesanato uma forma de manifestação cultural e auxílio à integração e ao desenvolvimento de sua comunidade. Esta associação é aberta as segundas, quartas e sextas-feiras, das 13:00 às 16:00 horas, com atendimento ao público.

Na absoluta maioria dos casos da Associação Comunitária do Bairro Novo Tempo II, as mais diferentes técnicas artesanais foram ensinadas por familiares aos artesãos, que passam a materializar em seus produtos diferentes valores e conceitos passados de geração para geração.

Artesanatos em colchas bordadas, canecas, caixas decorativas, panos-de-prato decorados, tapetes, almofadas personalizadas, são apenas exemplos de peças artesanais produzidas pelos artesãos da Associação de moradores, como podemos notar na foto a seguir.

Compreender melhor a dinâmica da Associação Comunitária do Bairro Novo Tempo II de migrantes nordestinos é uma tarefa complexa. Uma organização de artesãos que buscam, por meio de sua arte, manifestar-se culturalmente e complementarem suas rendas. Apesar de seu regime administrativo ser semelhante ao de uma cooperativa, pôde-se observar que a associação une os cidadãos do Bairro do Novo Tempo II, os quais encontram nela uma forma de organização em que sua identidade cultural (materializada ou não) pode ser divulgada e valorizada, pela própria comunidade ou por outros.

Fotos 02, 03, 04 e 05: Artesanatos da Associação Comunitária do Bairro Novo Tempo II.

Autor: ARAÚJO, D. F. C. 2014.

Assim, o fazer manual de uma colcha de retalhos vai muito além da mera produção de um artefato. A elaboração do artesanato remete ao artesão a história de sua existência, a trajetória de sua família, o cotidiano de sua casa, seus valores familiares, sua identidade cultural e popular manifestada e materializada através de "produtos" que revelam uma história.

Nos períodos de entressafra do setor agroindustrial canavieiro os adultos aglomeram-se em esquinas onde se localizam bares e pequenas mercearias, o que não significa necessariamente o aumento do consumo nestes

estabelecimentos, mas revela-se apenas um ponto de encontro para conversa e jogos de baralho.

Entretanto, esses locais suprem a ausência de parques, centros de cultura e demais áreas de convivência e lazer para estes moradores. A ausência de locais e espaços – criados, evidentemente, pelo poder público – que valorizam a cultura nordestina, o lazer, o entretenimento, atividades esportivas ou quaisquer outros eventos desta natureza, é suprida pelo número excessivo de pessoas na rua: seja conversando, nas esquinas, em bares ou jogando cartas, na quadra poliesportiva do CAIC entre outros.

Estes são exemplos significativos da forma de organização das interações existentes no bairro, não se constituindo em situações isoladas ou individuais, mas sempre de maneira comunitária.

Na figura 4 vê-se a disposição do bairro, como ele está pautado e de que forma dá-se sua organização. A partir dele pode-se observar como é cultura dos nordestinos uma série de estabelecimentos, públicos ou privados, que fazem parte do dia-a-dia dos moradores. Entre as instituições públicas estão ali elencadas a escola e associações de bairro. Entre as instituições privadas, destacamos os pontos comerciais (bares, mercearias, sacolões, entre outros), igrejas (com destaque para o templo evangélico e igreja católica) e as famílias visitadas, que fizeram parte desta monografia.

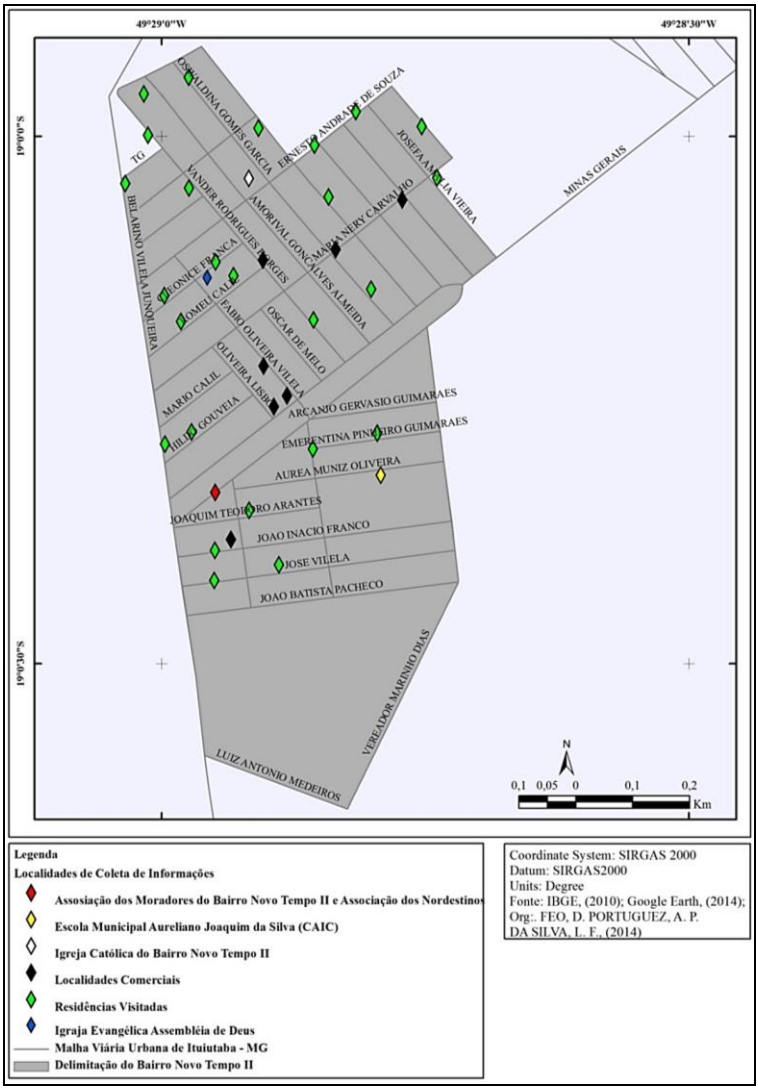


Figura 4: Localidades de Coleta de Informações.

Fonte: IBGE, 2010.

Autor: ARAÚJO, D. F. C. 2014.

A observação e o contato com a realidade cotidiana dessas famílias de trabalhadores (as) migrantes mostra-nos que os mesmos estão confinados socialmente ao espaço do bairro Novo Tempo II. Está presente entre eles, em maior ou menor medida, um sentimento de que não são bem aceitos na sociedade local, o que restringe as opções de lazer das famílias aos programas de televisão e à convivência com amigos e vizinhos nas residências e calçadas das ruas.

A manutenção de hábitos alimentares são uma das formas de preservar a cultura original, o que contribui para a comercialização dos produtos oferecidos na mercearia, um pequeno estabelecimento comercial que vende produtos provenientes de estado do Nordeste. Abaixo, uma imagem do Supermercado Maia (foto 8).

Foto 8: Supermercado Maia.

Autor: ARAÚJO, D. F. C. 2014.

Entre os produtos mais vendidos, identificamos aguardente, farinha, rapadura, charque "prensado". Na observação dos produtos que tiveram maior consumo, em minhas análises identificamos que o hábito alimentar das famílias migrantes nordestinas pode ser considerado uma das formas de manutenção da cultura dos mesmos através da culinária. Nas fotos 09 e 10 são destacados alguns destes produtos mencionados.

Foto 09 e 10: Produtos típicos nordestinos comercializados no supermercado.

Autor: ARAÚJO, D. F. C. 2014.

A foto abaixo mostra grande variedade de bebidas alcoólicas, a grande proporção de bebidas alcoólicas em relação à quantidade dos demais produtos típicos oferecidos na mercearia. O estabelecimento comercial possui 3 (três) prateleiras para armazenar todos os produtos comercializados, sendo que uma delas é quase que totalmente preenchida pelas bebidas alcoólicas de diferentes espécies, apesar de os trabalhadores afirmarem, em suas entrevistas, que são consumidores de bebidas alcoólicas.

Foto 11: Bebidas alcoólicas comercializadas na mercearia do bairro.
Autor: ARAÚJO, D. F. C. 2014.

Os cidadãos que nascem, crescem ou trabalham na mesma cidade, em realidades sociais semelhantes, com os mesmos hábitos, costumes, especificidades de linguagem e longa vivência cotidiana com seus pares, atravessam as décadas de forma mais tranquila. Aqueles que migram ou deslocam-se sazonalmente para trabalhar acabam obrigados a lidar com a diversidade e nem sempre conseguem se integrar ao contexto social em que vivem e, comumente, não se reconhecem nas novas vivências sociais.

> Aqui em casa cozinhamos como lá em Alagoas, não acostumamos com a comida daqui. (João)

Perdem suas raízes e recorrem à memória, ao paladar, aos sons e às cores de sua sociedade de origem, tentando reproduzi-las, ainda que de forma fragmentada. Ao observar a realidade dos trabalhadores migrantes nordestinos que fixaram residência em Ituiutaba, torna-se perceptível que estes se esforçam em garantir o contato entre as famílias em momentos de descanso ou lazer. Amigos e familiares frequentam as respectivas residências mantendo hábitos que valorizam sua cultura de origem, isto é, ouvirem músicas relacionadas a sua região, aos seus costumes e continuam consumindo produtos típicos de seus estados de origem.

Percebe-se que a preservação de hábitos alimentares é uma das formas mais fáceis de preservação dos aspectos culturais, já que depende apenas das necessidades de desejos dos integrantes da própria família. O charque "prensado" é um dos produtos mais comercializados pelos nordestinos. Típico da região Nordeste, o charque "prensado" apresenta facilidade de transporte e armazenamento. Ele também é encontrado em vários outros mercados da cidade, pois é um produto industrializado por grandes empresas de alimentos e tornou-se bem aceito no município.

Oriundos de uma sociedade com práticas sociais diferentes, com especificidades étnicas, linguísticas, religiosas, musicais, geográficas, os trabalhadores migrantes nordestinos, residentes no bairro Novo Tempo II, tem suas práticas incluídas na sua vida social. Estão organizados como grupo capaz de reproduzir seus costumes, hábitos, tradições, valores e comportamentos.

Quando questionados sobre as festas religiosas, regionais e típicas celebradas em suas regiões de origem geográfica, os mesmos mencionaram as festas de São João e de São Pedro e

festas de rua acompanhadas por trios elétricos. Algo perceptível foi o sentimento de falta dessas modalidades de lazer que, ao mesmo tempo, são manifestações típicas da cultura local de suas regiões de origem.

> Lá a religiosidade é maior. As festas da padroeira demoram 9 (nove) dias e tem novena, procissão, coisas que aqui não tem. (José)

Os migrantes que habitam o bairro, trabalham em Ituiutaba consomem mercadorias, mas, definitivamente, não estão estabelecidos no contexto social. Criaram para si um espaço de convivência, mas com dinâmica bastante distinta da encontrada em suas regiões de origem.

> Sinto falta de tudo: das festas de São João, das festas de rua com trio elétrico, lá festas são melhores do que aqui. (Pedro)

Celebrações são pouco evidenciadas na cidade de Ituiutaba. Algumas famílias entrevistadas são protestantes e frequentam cultos aos domingos, sendo assim, procuramos caracterizar no texto e na imagem apresentada abaixo o único templo de religião protestante, a Congregação Cristã no Brasil.

Assim, podemos afirmar que a religiosidade dessas famílias de trabalhadores (as) migrantes perdeu suas características originais e não é mais vivenciada com o mesmo fervor que descrevem existir em suas regiões de origem geográfica.

Foto 12: Igreja Evangélica no bairro Novo Tempo II
Autor: ARAÚJO, D. F. C. 2014.

Percebemos durante o trabalho de campo, uma expressiva adesão as igrejas de orientação evangélica, por parte da comunidade de migrantes entrevistados que sentem a perda de vínculos com práticas religiosas diferentes, em geral, ao catolicismo. Há um outro aspecto a ser destacado: a instalação de igreja evangélica no bairro na última década. A situação como a descrita neste trabalho, cabe ressaltar que os migrantes entrevistados sentem a perda de sua religiosidade original e alegam não encontrá-la em Ituiutaba, o que configura um fator de mudança, devido à necessidade compulsória de adaptação à atual realidade, mas que ainda suscita comentários que ganham, em suas "falas", tom de reclamação

> O pessoal daqui não gosta de quem vem do Norte e chamam a gente de alagoano. (Emerson)

Nos finais de semana e feriados, a maior parte das famílias utiliza a televisão e aparelhos de som como meio de lazer. A maioria afirma que não sai de casa ou frequentam casas de amigos, os homens têm como prática e lazer os jogos de futebol, realizados na quadra da escola.

A dinâmica comercial do bairro inclui a presença de pequenos bares espalhados pelas esquinas, os quais, no final da tarde e em finas de semana, são frequentados com maior intensidade por moradores do sexo masculino.

Com o trabalho de campo feito e análises de uma série de material recolhido, podemos afirmar que a falta de investimentos, por parte do poder público, realizadas no bairro, dificulta a valorização e manutenção da cultura ou identidade deste povo. Por ser um bairro periférico, constata-se que a maioria das famílias são de trabalhadores (as) e só tem os finais de semana para o lazer ou atividades de entretenimento.

Resultados e discussão

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi fundamental a articulação que estabelecemos entre o fenômeno estudando – migração de nordestino, territorialização -, e o referencial teórico ao qual recorremos para a abordagem do tema, nos permitindo lidar com o aporte conceitual, não como modelo pronto, ao qual se procura adequar uma dada realidade, porém, percebendo como estes auxiliam à compreensão e / ou pressupõem ressiginificação. Pensando com os autores em uma

revisão bibliográfica, podemos conferir que o conceito passou pelas dimensões da área, do poder, do controle, da cultura e da identidade. Na tentativa de compreender cada uma destas dimensões complexo, confrontamos com aspectos cosntatados nas condições estruturais e socioculturias vivenciadas por moradores do bairro Novo Tempo II, em Ituiutaba, MG.

A cultura, enquanto fator de diferenciação das populações atua na localidade como uma forma de identidade cultural dos migrantes nordestinos que se estabelecem em Ituiutaba, uma vez que inseriram suas territorialidades e esta por sua vez, são perceptíveis dentro do bairro Novo Tempo II (sotaques, expressões, vestimentas, gastronomia), quanto na estrutura do bairro (comércio e lojas).

Desta forma, a cultura se caracteriza pela dinâmica: transformação / adaptação que os migrantes nordestinos experienciam ao se fixarem no bairro, assumindo características culturais do local, mas mantendo vivos constumes e valores oriúndos do passado. Esta conexão constitui uma das principais expressões da identidade cultural que pode ser constatada em hábitos cotidianos, especialmente na alimentação, diversões, dentre outros, que os migrantes afirmam e mantem sua identidade no território.

Nos limites deste trabalho, procurou-se chamar atenção para o fenômeno da migração de nordestinos para a região do Pontal do Triângulo Mineiro, particularmente, para Ituiutaba, nas últimas décadas. Ao articulamos a discussão ao enfoque porporcionado pela geografia cultural, tencionamos evidenciar a relevância de análises de problemáticas vivenciadas e que demandam repsotas qualificadas, que possam orientar políticas públicas, e, perspectiva de mudanças, de superação de

preconceitos e degração de grupos submetidos às margens, vitmas de estereótipos.

Referências

BECKER, O. M. S. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, I. E. et al. (orgs). *Explorações Geográficas*: percursos no fim do Século. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 320 – 367.

BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Geografia cultural*: um século. Vol. 3. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 83-132.

CARDOSO, H. J. M. *Análise da mobilidade populacional entre os municípios de Carmo do Rio Claro – MG e Santaluz – BA*. 2014. Disponível em: <http://www.unifal-mg.edu.br/geografia/sites/default/files/TCCHAROLDO.pdf>. Aceso em 13 dez. 2014.

CASTELL, M. *O poder da Identidade*. **(**A era da informação: Economia, Sociedade e Cultura). Tradução Gerhardt Klaussb. São Paulo: Paz e Terra, v.2, 1999.

CLAVAL, P. A Contribuição Francesa ao Desenvolvimento da Abordagem Cultural na Geografia. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 147-166.

_____. *A geografia cultural*. Tradução de Luiz Pimenta e Margareth Pimenta. 2 ed. Florianópolis. Ed. da UFSC, 2001.2. ed. p. 83-132. (Série Geografia Cultural).

_____. La Géograaphie culturelle. Apud: MAIA, Doralice Sátyro. A geografia e o estudo dos costumes e das tradições. *Terra Livre*. São Paulo, n.16, p. 71-98. 1º semestre/2001.

CHELOTTI, M. C. *A estância metamorfoseou-se*: (re) configurações temporais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha

Gaúcha (1990-2007). 2009. 288f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2009.

CORRÊA, R. L. Geografia Cultural: Passado e Futuro – Uma Introdução. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 49-58. (Série Geografia Cultural).

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. Geografia Cultural: Introduzindo a Temática, os Textos e uma Agenda. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Zeny (Orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 9-18.

DAMIANI, A. *População e geografia*. São Paulo: Contexto, 1991.

DEMO, P. *Pesquisa e informação qualitativa*: aportes metodológicos. Campinas: Papirus, 2001

FRANÇA, V. L. A.; CRUZ, M. T. S. (Coord.). *Atlas escolar de Sergipe*: espaço geo - histórico e cultural. João Pessoa: Editora Grafset, 2007.

GATTI, B. A. Implicações e perspectivas da pesquisa educacional no Brasil contemporâneo. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 113, p. 65-81, jul. 2001.

GOMES, P. C. da C. *Geografia e Modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

GUILLEN, I. C. M. Seca e migração no Nordeste: reflexões sobre o processo de banalização de sua dimensão histórica. In: Helenilda Cavalcanti; Joanildo Burity. (Org.). *Polifonia da Miséria*: Uma construção de novos olhares. Recife: Editora Massangana, 2002.

HAESBAERT, R. Concepção de Território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. *et al*. *Território, territórios*: Ensaio sobre ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. P.43-70.

_____. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Manifestações da Cultura no Espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 169-190. (Série Geografia Cultural).

_____. Identidades Territoriais. In. ROSENDAHL. Z; CORREA, R. L. (org.) *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. P. 165-205.

_____. *O mito da desterritorialização*: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

_____. *RS*: Latifúndio e identidade regional. Porto Alegre. Mercado Aberto, 1998.

_____. Território, cultura e des-territorialização. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Religião, Identidade e Território*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 115-144. (Série Geografia Cultural).

IANNI, O. *Uma Longa viagem*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v16n1/V16n1a09.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Contagem da população* – Ituiutaba – MG – 2014. Disponível em: <www.ibge.gov.br./cidadesat/topwindonw.htm>. Acesso em: 08 set. 2014.

KOSSOY, B. *Fotografia e História*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LOPES, A. H.; CALABRE, L. *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005. p. 47-86. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/poslit>. Acesso em: maio de 2010.

LOPES, A. H.; CALABRE, L. *Diversidade cultural brasileira*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005, 284 p.

MACHADO, C. *O Migrante*. Documentário. 2008. Disponível: <http://www.youtube.com/watch?v=63i0I3IYpy0&feature=mfu_in_order&list=UL> Acesso em: 10 abr. 2013.

MAIA, D. S. A geografia e o estudo dos costumes e das tradições. *Terra Livre*. São Paulo, n.16, p. 71-98. 1º semestre/2001.

MARTINS, J. de S. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. Apresentação. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, R. L. (Orgs.). *Manifestações da cultura no espaço*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. p. 7-13. (Série Geografia Cultural).

SANTOS, M. Metamorfoses do Espaço Habitado, fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *A Natureza do Espaço*: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 2º Edição. São Paulo: Hucitec, l997.

SAUER, C. O. Geografia Cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). *Introdução à Geografia Cultural*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 19-26.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – ITUIUTABA/MG. *Porcentagem de alunos migrantes nas escolas municipais de Ituiutaba-MG*. Disponível em: <http://www.ituiutaba.mg.gov.br/antigo/?c=noticias&i=62&t=Not%C3%ADcias&pg=8>. Acesso em 13 ago. de 2014.

SILVA, D. M. de O. *Memória:* Lembrança e esquecimento – Trabalhadores nordestinos no Pontal do Triângulo Mineiro nas décadas de 1950 e 1960. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC-SP, 1997.

SILVA, M. A. M. Contribuições metodológicas para análise das migrações. In: HEIDEMANN, H. D.; SILVA, A. da S. *Migração*: nação, lugar e dinâmicas territoriais. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007, p 67-78.

_____. *Em busca do passado para reconhecer o presente*. Disponível em: <http://www.pastoraldomigrante.com.br/index.php?view=article&catid=39%3Aartigos&id=147%3Aem-busca-do-passado-para-conhecer-o-presente-&option=com_content&Itemid=78>. Acesso em: 26 abr. 2014.

SOUZA, A. A. A dimensão geo-histórica do industrial nipo-brasileiro no contexto do oeste paulista. In: SPOSITO, Eliseu S. et al. (orgs.). *Geografia e migração*: movimentos, territórios e territorialidades. 1o ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 177-199.

WILLIAMS, R. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ZANATTA, B. A. *A Abordagem Cultural da Geografia*. 20--. Disponível em: <http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/temporisacao/article/viewFile/28/46>. Acesso em: 13 ago. de 2014.

CAPÍTULO 14
TRABALHO DOMÉSTICO E MULHERES: CONSIDERAÇÕES SOBRE AS TRABALHADORAS EM CATALÃO - GOIÁS

Sueley Luana da Silva Inácio

Carmem Lucia Costa

Introdução

O espaço geográfico é marcado por desigualdades sociais, vividas por vários sujeitos que lutam por melhores condições e relações de trabalho. Entre tantos que merecem reconhecimento e abordagem das Ciências Humanas estão as empregadas domésticas, que realizam um trabalho fundamental na reprodução da vida, principalmente nas cidades. Dentre estas ciências, está a Geografia.

Segundo Cavalcanti (2001, p. 12), "a Geografia é uma leitura, uma determinada leitura da realidade. É a leitura do ponto de vista da espacialidade. Seu objeto de estudo é o espaço geográfico". Sob este viés, Santos (1996, p.71) afirma que "o espaço é resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço". Desse modo, o espaço é resultado das relações de homens e mulheres com a natureza e entre si, mediante o trabalho.

Nessa perspectiva, utilizamos a Ciência Geográfica e o espaço urbano para o desenvolvimento desta pesquisa intitulada "Trabalho Doméstico: avanços e desafios no início do século

XXI para as empregadas domésticas na cidade de Catalão - Goiás", da qual apresentamos alguns resultados neste capítulo.

Cabe destacar que o trabalho doméstico pode ser realizado por qualquer pessoa no âmbito do espaço privado ou público. No entanto, se o(a) empregador(a) patrão(oa) decidir contratar alguém para prestar serviço de caráter doméstico no espaço privado mediante um contrato de trabalho e remuneração, este passa a ser, então, um emprego doméstico, o que configura o recorte da presente pesquisa.

Em 02 de abril de 2013 o emprego doméstico ganhou uma nova configuração na sociedade brasileira com a aprovação da Emenda Constitucional nº 72 que alterou o art. 7º da Constituição Federal de 1988, ampliando para as(os) empregadas(os) domésticas(os) alguns direitos que já eram usufruídos por outras(os) trabalhadoras(es) urbanos, o que assegurou uma remuneração mínima, jornada de trabalho não superior a oito horas, hora extra de 50% e outros direitos que ainda não eram obrigatórios a estas(es) trabalhadoras(es). A Emenda Constitucional 72 ficou inicialmente conhecida como a PEC das domésticas.

Esta nova reconfiguração do emprego doméstico no Brasil, após a Emenda Constitucional nº 72, colocou novos desafios às(aos) pesquisadoras(es) do mundo do trabalho, pois esta Emenda regulamenta alguns direitos aos trabalhadores(as) de uma atividade laboral desvalorizada pela sociedade patriarcal capitalista no decorrer dos séculos.

Nessa perspectiva, alguns questionamentos nortearam esta pesquisa: Quais são os principais desafios vivenciados pelas empregadas domésticas no século XXI em Catalão após a Emenda Constitucional nº 72? Que implicações as

transformações no mundo do trabalho trouxeram ao emprego doméstico? Por que os cargos de trabalhos domésticos são ocupados em sua maioria por mulheres? Quem são as mulheres que compõem esta classe de trabalhadoras domésticas e como elas usam/apropriam-se do espaço urbano? Por que o emprego doméstico tem baixo valor em relação a outros trabalhos?

Inicialmente faremos uma explanação sobre o processo de construção das leis do emprego doméstico no Brasil e, após, apresentaremos alguns dados da nossa pesquisa empírica.

A consolidação das leis do emprego doméstico no Brasil

Para compreensão das contradições presentes no espaço urbano e das mudanças nas relações e condições de trabalho das empregadas domésticas, entendemos que é necessária uma abordagem sobre as Leis Trabalhistas que regulamentaram o emprego doméstico no decorrer dos anos, no Brasil. Nesse viés, Lopes (2008) esclarece que:

> Como não pensar que esta condição de subalternização e "inclusão marginal" das empregadas domésticas está isenta de sua manifestação espacial, uma vez que "a instituição da sociedade é sempre inseparável daquela do espaço"? Portanto, cabe também à Geografia com seu aparato conceitual, temático e metodológico contribuir para a reflexão [...]. (LOPES, 2008, p. 69, grifo da autora).

Em consonância com a autora, utilizamos a ciência geográfica para análise da subalternização, inclusão e exclusão das empregadas domésticas no espaço urbano, sendo indispensável a análise espacial e temporal da sociedade para a

compreensão da organização dessa categoria de trabalho na produção do espaço.

Conquanto o emprego doméstico tenha sido regulamentado na década de 1970 no território brasileiro, torna-se necessário demonstrar a exclusão das(os) empregadas(os) domésticas(os) na Consolidação das Leis trabalhistas (CLT)[1].

A luta da classe das(os) trabalhadoras(es) por melhores condições de trabalho impulsionou a CLT, o que trouxe alguns direitos aos empregados(as) urbanos(as). Durante o governo do presidente Getúlio Vargas foram criadas as Leis Trabalhistas que regulamentaram as relações individuais e coletivas de trabalho. No entanto, as(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) não usufruíram dos direitos previstos na CLT, pois o Art. 7º destacava em seu texto que "a Lei Trabalhista não se aplicava aos empregados domésticos". Esta ação está associada à forma como o trabalho doméstico foi construído no país, ou seja, tido como uma herança dos tempos da escravidão e influenciado pelo patriarcado, bem como pela visão de que o trabalho doméstico é improdutivo, porquanto não gera mercadoria na atual sociedade capitalista.

Iasi (2007) nos chama a atenção para o fato de que:

> O trabalho doméstico é um processo de trabalho que não gera mais-valor, não valoriza o valor produzindo mais-valia. Isso quer dizer que nenhum possuidor de dinheiro contrata o portador do trabalho doméstico e o usa para valorizar o capital iniciante aplicado, portanto, é um trabalho improdutivo. (IASI, 2007, 140)

[1] De acordo com site <www.dji.com.br/decretos_leis/1943-005452-clt/clt001a012.htm>, com acesso em 13 de junho de 2014, CLT significa Consolidação das Leis do Trabalho – Decreto Lei nº 5.452 de 1943.

É fatual que nem todas(os) compreendem que o trabalho doméstico realizado pela empregada doméstica não produz produto, mas que é um serviço vendido como mercadoria. A partir dessa compreensão, notamos que é injustificável a não regulamentação do emprego doméstico.

Além do Art. 7º restringir às(os) empregadas(os) domésticas(os) os direitos previstos na CLT, também inviabilizou o direito de sindicalização, uma instância política de extrema importância para desconstrução dessas visões históricas excludentes.

Todavia, mesmo não havendo formas institucionais e reconhecimento do emprego doméstico, no ano de 1936 havia uma associação de trabalhadoras domésticas na cidade de Santos, em São Paulo, com a missão de combater a discriminação das(os) trabalhadoras(es). Porém, a mesma foi fechada durante o Estado Novo, voltando a funcionar em 1946.

Entre as várias mulheres trabalhadoras que participaram da fundação da associação das trabalhadoras domésticas, estava Laudelina de Campos Melo[2], trabalhadora doméstica que já militava no movimento negro da época e integrava o Partido Comunista.

[2] A militante feminista Laudelina de Campos Melo (1904 – 1991) nasceu na cidade de Poços de Caldas no estado de Minas Gerais. Aos sete anos de idade começou a trabalhar como empregada doméstica. Com 18 anos se casou, mudando-se para Santos em 1924, junto com seu marido participou do grupo cultural negro de Santos e de movimentos populares. Até 1954, trabalhou como empregada doméstica. Em 1955, mudou-se para Campinas - SP, onde, além de promover atividades culturais e sociais no Teatro Experimental do Negro - TEN, fundou juntamente com outras trabalhadoras a associação das domésticas, que tinha como objetivos a alfabetização e a conscientização das trabalhadoras na perspectiva de entendimento de seus direitos, que deveriam ser reivindicados.

Sobre a relação do movimento negro com as empregadas domésticas, Ratts (2003, p.14) infere que "a percepção dessa correlação entre raça, sexo e emprego doméstico leva as/os ativistas negras/os a preocuparam-se prioritariamente com a organização das empregadas domésticas, que eram em sua grande maioria negras".

Desse modo, a maioria das mulheres que fazia parte da associação das trabalhadoras domésticas era negra ativista do movimento negro e feminista e lutava em favor da redução das desigualdades presentes no espaço geográfico brasileiro, as quais estavam e ainda estão entrelaçadas às relações raciais, de gênero e de classe social.

No ano da criação da CLT, Laudelina, juntamente com as demais integrantes da associação das trabalhadoras domésticas, reivindicaram a extensão de direitos trabalhistas às empregadas domésticas. Porém, o Presidente Getúlio Vargas nem mesmo as recebeu para discutir as reivindicações dessa classe de trabalhadoras(es).

Desse modo, a militante feminista Laudelina, em relato à pesquisadora Pinto (1993), afirmou que conseguiu falar somente com os ministros do Presidente Getúlio Vargas, no entanto, não obteve sucesso, como podemos verificar a seguir:

> Fui falar com o ministro, mas não adiantou nada porque não havia possibilidade de enquadramento de classe as empregadas domésticas, foram destituídas porque não traziam economia para o país [...]. Nós trazemos economia, eles saem para trabalhar, primeiramente a classe média, eles têm que trabalhar fora e então passam a escravizar a empregada doméstica. (PINTO, 1993, p. 380). Por meio deste relato, percebemos que a classe média é a que absorve com maior intensidade a força de

> trabalho das empregadas domésticas e esta afirmação de que o emprego doméstico não "traz economia" ao Brasil colaborou para a desvalorização da força de trabalho desta classe de trabalhadoras(es), o que justifica a baixa remuneração e interfere nas esferas socioespaciais das(os) empregadas(os) domésticas(os).

Para além de vendedora da sua força de trabalho, as(os) empregadas(os) domésticas(os) consomem mercadorias a partir do seu salário, logo, elas(es) contribuem para o desenvolvimento da economia brasileira. Ao lado de reflexões como esta, Saffioti (2013, p. 54) destaca que "o trabalhador participa do mercado não apenas enquanto comprador de mercadorias, mas ainda, e precedente, como vendedor de força de trabalho".

No entanto, o emprego doméstico continua sendo considerado um trabalho de pouca valia perante a sociedade capitalista. Além da desvalorização, a não regulamentação do emprego doméstico condiciona as(os) empregadas(os) domésticas(os) às precárias condições de trabalho, baixos salários, contratações informais e cargas horárias extensas e incertas.

A partir de várias reivindicações e lutas sindicais, na década de 1960, várias(os) trabalhadoras(es) conquistaram alguns direitos. Por meio da Lei nº 4.090, criada em 13 de julho de 1962, foi concedido ao(a) trabalhador(a) brasileiro(a) direito ao décimo terceiro salário.

Porém, só usufruía de tal direito as(os) trabalhadoras(es) brasileiras(os) de emprego formal, com carteira assinada. Assim, por não terem obrigatoriedade de carteira assinada, as(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) não conseguiram usufruir inicialmente destes direitos previstos na CLT.

É nesse cenário de desigualdade de direitos trabalhistas que as(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) continuam a reivindicar seus direitos. Concernente a isto, Bernardino-Costa (2007) destaca que:

> Indubitavelmente importante para o novo fôlego do movimento das trabalhadoras domésticas na década de 1960 foi a atuação da Igreja Católica através da Juventude Operária Católica (JOC). Se o TEN [10] estava concentrado no eixo Rio – São Paulo, a Igreja Católica estava espalhada em todo território brasileiro, de modo que a atuação da JOC foi importante para o desenvolvimento do movimento das trabalhadoras domésticas em diversos estados brasileiros. (BERNARDINO-COSTA, 2007, p. 81).

Dessa forma, a associação das trabalhadoras domésticas ganhou força na década de 1960, com a JOC, cujo objetivo solidário era ajudar alguns grupos sociais que estavam à mercê da discriminação e desvalorização, como as empregadas domésticas. Nesse período, várias reuniões foram realizadas com o intuito de discutir sobre a inserção social das(os) empregadas(es) domésticas(os), que eram, em sua maioria, mulheres negras e pobres, sem escolarização, como Laudelina.

Em 11 de dezembro de 1972, foi aprovada a Lei nº 5.859, que cria alguns direitos às(aos) empregadas(os) domésticas(os), tais como carteira assinada, férias de 20 dias, um terço de férias anualmente e Previdência Social (INSS). Sobre esta lei, a jurista Barros (2006) relata que:

> Essa lei corrigiu o equívoco cometido pela CLT quando, ao conceituar o doméstico, definiu-o como aquele que presta serviços de natureza não econômica à pessoa ou à família, no âmbito residencial dessas (art. 7º, "a", da CLT). Ora, tais serviços possuem fins econômicos, pois

> têm em mira a satisfação de uma necessidade, embora não tenham propósitos de lucro. A atividade doméstica cinge-se, portanto, à "economia de consumo de uma comunidade familiar". (BARROS, 2006, p. 316, grifo da autora).

Entretanto, as conquistas obtidas com o advento da Lei 5.859/72 foram bastante tímidas para minimizar as desigualdades de direitos entre os(as) trabalhadores(as) domésticos(as) e as demais categorias de empregados. Nesse período, intensificou-se na sociedade a visão do emprego doméstico como um trabalho familiar, o que dificultou a consciência de classe dessas trabalhadoras e precarizou ainda mais as condições e relações de trabalho dessa atividade laboral.

Embora as empregadas domésticas estivessem vivenciando cotidianamente alegrias e dificuldades de suas patroas e seu grupo familiar, a subordinação era o principal elemento na relação de emprego. Portanto, a relação que existe entre as empregadas(os) e as(os) empregadoras(es) é de subordinação e exploração, e não de afetividade e intimidade familiar.

Tal quadro consolidava uma triste realidade no país. Apesar de garantidos os direitos trabalhistas, estes raramente eram cumpridos pelas(os) empregadoras(es) e, assim, o trabalho doméstico assalariado possuía baixíssimos índices de trabalhadoras(es) com carteira assinada, realidade vivida até hoje. Conforme Pinto (1993):

> Nos estudos realizados por Saffiotti 1978, Barros 1985, Vieira 1978, Azevedo e Roy 1989 e Kofes 1990 percebe-se que, ainda que as autoras trabalhassem caminhos distintos para pesquisar o tema, algumas conclusões são comuns e estas se referem à maneira pela qual a mulher

> trabalhadora doméstica negra ou branca se vê dentro do contexto mais amplo. Estas conclusões se equiparam ao processo de mistificação no qual, as ideias particulares da classe dominante se transformam em ideias universais de todos e para todos os membros da sociedade. (PINTO, 1993, p. 311).

Uma das ideias particulares que se reproduzem é a de que a empregada doméstica é um membro da família e, portanto, não é alcançada pela exploração de classe. Os presentes, o convívio, o dormir no emprego se associam à ausência de direitos trabalhistas, esvaziando a luta sindical e a busca pelo cumprimento dos poucos direitos.

Nesse sentido, estas relações são consequência da origem do trabalho doméstico. São relações arraigadas a um trabalho servil, no qual algumas escravas "mucamas" ocupavam uma condição 'privilegiada' em comparação com as demais escravas da senzala, usufruindo de algumas intimidades com as suas senhoras. Compreendemos que, hoje, a empregada doméstica é tida como íntima, a que compartilha o cotidiano da casa e da família, esfera em que o poder do Estado não pode regular e, portanto, os direitos e deveres de ambas as partes se apresentam de forma confusa.

Sobre a desvalorização que as trabalhadoras domésticas sofriam no século XX no Brasil, Pinto (1993, p. 312), em sua pesquisa, evidencia o relato de uma trabalhadora: "Se a gente quer comprar uma roupa nova não pode porque não tem crédito nas lojas. Aí a patroa vai, faz o crediário e desconta do salário da gente".

Com o propósito de análise, apresentamos, também, a fala de umas das trabalhadoras pesquisadas na cidade de Catalão (GO) em 2015: "A minha patroa me libera mais cedo quando

tenho que levar meus filhos no médico e sempre que preciso me deixa comprar remédios na sua conta, é difícil alguém abrir conta para uma trabalhadora como eu quem nem tem carteira assinada. (ANITTA, 2015)[3]".

Por meio dos dois relatos, percebemos a relação informal com a qual a empregada doméstica é tratada na sociedade, tanto no século XX quanto no XXI, e as diferentes formas de exploração que se escondem por detrás da 'amizade' e da 'ajuda'. É certo que tais ajudas poderão ser cobradas pelas(os) empregadoras(es) com alguns serviços extras no final do expediente.

Esta falta de reconhecimento profissional e econômico na sociedade capitalista segregou as(os) empregadas(os) domésticas(os) em alguns espaços de grande concentração de pobreza e vulnerabilidade social nos bairros de periferia nas cidades brasileiras. Nesse sentido, a exclusão espacial está diretamente vinculada à reprodução das desigualdades sociais e, esta realidade pode ser observada no trabalho com as empregadas domésticas que compõem o universo desta pesquisa em Catalão. Destas, 50% (cinco) moram no bairro Pontal Norte, 1 (uma) no bairro Santa Terezinha, 1 (uma) no bairro Vila Cruzeiro, 1 (uma) no bairro Santo Antônio, 1 (uma) no bairro Jardim Paraíso e 1 (uma) no bairro Vila Chaud, todos bairros da periferia da cidade.

Portanto, ratifica-se que há um uso de determinados territórios por estas trabalhadoras domésticas no espaço urbano. Suas residências, em maior parte, estão localizadas em espaços

[3] Os nomes usados são fictícios com intuito de preservar as trabalhadoras conforme firmado no TCLE aprovado no Comitê de Ética da UFG.

segregados e com pouca infraestrutura na cidade de Catalão (GO).

Os territórios são ocupados a partir das relações econômicas das(os) trabalhadoras(es) no espaço. Sobre isto, Corrêa (2013, p.43) afirma que: "A segregação residencial das classes subalternas resulta também de uma política de classe, gerada por aqueles que detêm poder, controlando diferentes meios de produção".

De modo geral, importa reconhecer que as(os) empregadas(os) domésticas(os) integram a classe dos sujeitos que sofrem com a miséria, desigualdade e discriminação que permeiam o Brasil. A respeito da discriminação e do estereótipo que se fazem presentes na sociedade brasileira sobre as empregadas domésticas, Lopes (2008) expõe que:

> Na sociedade brasileira contemporânea são vários os mecanismos que reificam e evidenciam a persistência das representações sociais negativas – preconceituosas – referentes ao universo do trabalho doméstico feminino – associada principalmente à questão racial, a moral e ao baixo nível cultural das trabalhadoras: meios de comunicação em massa – televisão – por meio da divulgação de filmes, novelas, campanhas publicitárias – principalmente as referentes a produtos de limpeza – que veiculam uma imagem estereotipada da empregada doméstica – negra, fofoqueira, maledicente, brega, ladra, as que se submetem as investidas sexuais dos membros masculinos da casa, etc. (LOPES, 2008, p. 60).

Os meios de comunicação de massa, por meio de produções midiáticas, como novelas, filmes etc., produzem valores que reforçam as construções sociais desiguais no Brasil. Assim, o estereótipo negativo da empregada doméstica produzido pela mídia reforça a subalternidade e discriminação

da mulher trabalhadora doméstica e a desvalorização do emprego doméstico em relação às demais ocupações profissionais.

Cabe destacar que, no final do século XX, na tentativa de minimizar a desigualdade, a discriminação e a miséria que permeavam o espaço geográfico brasileiro, foi promulgada, em 05 de outubro de 1988, a atual Constituição Federal Brasileira, que, no seu artigo 7º, arrolou alguns direitos às(aos) empregadas(os) domésticas(os), como o décimo terceiro salário (gratificação natalina), RSR - repouso semanal remunerado (domingo), aviso prévio proporcional ao tempo de serviço e licença à gestante.

No entanto, a Lei continuou restringindo às(os) empregadas(os) domésticas(os) de alguns direitos essenciais, como estabilidade provisória no emprego, abono salarial e seguro desemprego. Ou seja, a nova regulamentação continuou desrespeitando e negligenciando a classe de trabalhadoras(es).

Nesse sentido, as(os) empregadas(os) domésticas(os) no século XX podiam ser demitidas sem justa causa, mesmo quando grávidas. A licença maternidade era de apenas 120 dias pela Previdência Social, isto é, para as trabalhadoras que contribuíam com INSS.

Convém destacar dois artigos da Constituição de 1988 que deveriam ser aplicados às(aos) empregadas(os) domésticas(os). O artigo 7°, inciso XXXIII – que traz a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Assim, como o trabalho doméstico apresenta periculosidade e insalubridade, os menores de dezoito anos não

poderiam fazer parte da categoria das(os) empregadas(os) domésticas(os). Porém, a falta de fiscalização contribuía e ainda contribui para que esta seja a opção de muitas crianças e adolescentes, principalmente, em regiões mais pobres do Brasil.

O artigo 8° da Constituição de 1988 também assegurou a liberdade de associação profissional ou sindical a qualquer atividade laboral, como o emprego doméstico. Desse modo, as empregadas domésticas de diversas localidades do país começaram a se organizar e uma parte considerável já atuava no movimento negro e feminista, motivadas pela luta em busca de igualdade de gênero e raça.

Em consequência, a Associação das Trabalhadoras Domésticas de Campinas, em 1988, transformou-se em Sindicato das Empregadas Domésticas, engendrando, posteriormente, outras organizações sindicais em diferentes estados, como o Sindicato das(os) Trabalhadoras(es) Domésticas(es) no estado da Bahia (Sindoméstico - BA), fundado no dia 13 de maio de 1990.

A partir da construção do sindicato, há uma organização política das(os) trabalhadoras(es) em busca do reconhecimento de seus direitos trabalhistas. O sindicato não se limita a reivindicar os interesses profissionais, mas também trabalha em busca de melhores condições sociais às trabalhadoras e aos trabalhadores.

No entanto, cabe frisar que as(os) empregadas(os) domésticas(os) conquistaram alguns poucos direitos e a liberdade de associação sindical justamente no período de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho no território brasileiro, o que, por conseguinte, trouxe

individualização e concorrência entre as(os) trabalhadoras(es) de diversas categorias de trabalho.

De modo geral, a criação dos Sindicatos das Trabalhadoras Domésticas resultou na formação da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas, em 25 de maio de 1997, conhecida como FENATRAD, filiada à Central Única dos trabalhadores (CUT) e à Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e Serviços (CONTRACS).

Em 2016, no Brasil, 26 (vinte e seis) sindicatos estão associados à FENATRAD, distribuídos por 15 (quinze) Estados, a saber: Acre, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Piauí, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Sergipe. A FENATRAD representa as(os) empregadas(os) domésticas(os). Contudo, a sindicalização está vinculada à carteira assinada, o que acaba por enfraquecer o movimento.

O objetivo da FENATRAD é organizar campanhas estaduais e nacionais em favor dos direitos trabalhistas das(os) trabalhadoras(es) da categoria das(os) domésticas(os), bem como realizar negociações de forma articulada, propiciar a troca de experiências entre os sindicatos, desenvolver políticas afirmativas na promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento, em especial a de gênero, combater todas as formas de discriminação, fomentar a participação e a organização das(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) nas lutas gerais das(os) trabalhadoras(es) no Brasil, conforme consta em seu regimento.

A partir das informações apresentadas, inferimos que há dificuldade de organização entre as(os) empregadas(os) domésticas(os), por ser uma atividade laboral exercida no espaço privado que carrega uma construção histórica ancorada

na servidão das(os) trabalhadoras(es). São, conforme abordado, fatores que dificultam a garantia e a ampliação dos direitos das(os) empregadas(os) domésticas(os).

Em 2001, houve uma alteração legislativa, por meio da Lei nº 10.208 de 23 de março de 2001, que facultou às empregadoras e aos empregadores recolherem o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) da(o) empregada(o) doméstica(o). Como era facultativo, muitas(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) não se beneficiaram do FGTS e do seguro desemprego.

> No decorrer dos anos, em 19 de julho de 2006, foi aprovada a Lei nº 11.324, cujo artigo 4º dava à empregada doméstica o direito de estabilidade no emprego durante a gestação, sendo alterado o gozo de férias de 20 para 30 dias anualmente. Para Saffioti (2013, p. 86), "a licença remunerada, antes e depois do parto, apresenta esse sentido positivo; entretanto, não é mais do que uma solução parcial, embora necessária". Vale lembrar que este direito estava acessível apenas às empregadas que possuíam carteira assinada.

O gozo de férias de 20 para 30 dias era outro direito que nem sempre foi cumprido em função da ausência de fiscalização e da cultura construída em torno do emprego doméstico.

De acordo com a FENATRAD no ano de 2013, dos 8 (oito) milhões de trabalhadoras(es) que ocupavam o emprego doméstico no Brasil, "4,6% ganham menos de um salário mínimo, 3% não tem folga, 6,1% não tiram férias, 7,8% não recebem 13º salário, 49,3% tem o ensino fundamental incompleto, 75% dos trabalhadores declaram não ter vínculo formal de trabalho".

Conjunto a tais dados é necessário enfatizar que, no Brasil, o maior contingente de trabalhadoras(es) que ocupa o emprego doméstico, consoante o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) publicada em fevereiro de 2014, compõe-se de "[...] mulheres, correspondendo a 92%, sendo 62% pretas e pardas, com pouca escolaridade".

De tal modo, reconhecemos que, apesar de alguns avanços legislativos, a herança colonial patriarcal brasileira continua a segregar e marginalizar as(os) empregadas(os) domésticas(os), que são, em grande parte, mulheres. Desde o final do século XX várias conferências e resoluções internacionais determinaram um avanço na legislação trabalhista no país.

Portanto, somente após 513 anos de história no Brasil e 25 anos de criação da Constituição Federal Brasileira de 1988, as(os) empregadas(os) domésticas(os) conquistaram alguns direitos que já eram de outras(os) trabalhadoras(es) de diversos postos de trabalho, mediante a Emenda Constitucional nº 72, conhecida inicialmente como PEC das Domésticas ou PEC nº 66/2013. Esta, de fato, corrobora para a ampliação dos direitos já adquiridos na Lei nº 5.859/72, assegurando à categoria das(os) empregadas(os) domésticas(os) direitos decorrentes da relação de trabalho e suas peculiaridades.

Assim, em 02 de abril de 2013, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 72, alterando o artigo 7º da Constituição Federal de 1988. Os direitos expressos nessa Emenda que foram ampliados às(aos) domésticas(os) são: "VII - garantia de salário mínimo, X - proteção salarial, constituindo crime a sua retenção dolosa, XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais facultadas à compensação de jornada, XVI - hora extra de 50%, XXVI -

reconhecimento e acordos coletivos de trabalho (sindicatos), XXX - proibição da discriminação salarial por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil, XXXI - proibição de discriminação ao portador deficiente, XXXIII - proibição do trabalho noturno, perigoso e insalubre a menor de 18 anos e de qualquer trabalho a menor de 16, salvo como menor aprendiz a partir de 14 anos", conforme a Presidência da República.

Com efeito, após a aprovação desta Emenda Constitucional, não se trata mais de uma PEC. Todavia, existem alguns direitos no texto da Emenda que ainda dependiam de regulamentação para sua aplicabilidade completa, são eles: "I - proteção contra despedida arbitrária sem justa causa, II - seguro desemprego, em caso de desemprego involuntário, III - Fundo de Garantia no Tempo de Serviço, IX - adicional noturno, XII - salário família, XXV - creches e pré escolas para filhos e dependentes até 5 anos de idade, XXVIII - seguro contra acidentes de trabalho". Então, a mobilização entre as(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) no Brasil continua, em busca de alguns direitos que ainda precisam ser regulamentados.

Em 11 de julho de 2013, a Comissão Diretora do Senado, por meio do relator Romero Jucá, apresentou a redação final do Projeto de Lei n° 224/2013, a qual dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico, na tentativa de consolidar os direitos que faltam ser regulamentados. Contudo, mesmo sendo um Projeto de Lei Complementar, até julho de 2013 não havia sido aprovado. As(os) trabalhadoras(es) representadas(os) pela FENANTRAD se manifestaram contra este Projeto de Lei, enviando uma carta pública aos(às) Senadores(as) e aos(às) Deputados(as) do Brasil. No sentido de contribuir para o conhecimento público das argumentações e reivindicações, destacamos a seguir um trecho da carta:

Depois de décadas de luta, em 2013, conquistamos a tão sonhada isonomia de direitos, por meio da PEC 66/2013. Na nossa perspectiva, a mudança na Constituição nos assegurou todos os direitos trabalhistas, em condição de igualdade. Assim, qualquer proposta de regulamentação deve se orientar pelo que estabelece a Constituição. Assim, manifestamos nossa indignação com o projeto de Lei 224/2013, aprovado em 11 de julho de 2013 no Senado. Participamos de diversas audiências e reuniões e manifestamos nossa posição com relação à proposta. Junto com as centrais sindicais, apresentamos propostas em relação à jornada de trabalho, recolhimento e multa rescisória do FGTS e imposto sindical. Em articulação com parlamentares aliados(as), apresentamos emendas ao projeto de Lei. Porém, nenhuma das emendas e propostas feitas pela FENATRAD foram acatadas pelo relator, Sr. Romero Jucá. O projeto de lei agora aprovado mantém medidas que desrespeitam a isonomia de direitos prevista na Constituição brasileira e mantém as trabalhadoras em situação de discriminação e exploração. Rejeitamos o sistema de banco de horas tal como prevê o projeto. Rejeitamos a proposta relativa à multa do FGTS. Essa multa é uma medida de proteção de todo(a) trabalhador(a) contra demissões injustas. Da forma como está no projeto, ela vulnerabiliza as trabalhadoras domésticas a esse tipo de demissão. O FGTS pertence aos(às) trabalhadores(as) e não pode ser usufruído por patrões, em nenhuma situação. Defendemos a contribuição sindical, direito assegurado a toda categoria. (FENANTRAD, 2013).

Um pouco do universo das trabalhadoras domésticas em Catalão

A pesquisa foi realizada no espaço urbano da cidade de Catalão, com 10 (dez) empregadas domésticas. Catalão (GO) é um município localizado no sudeste do estado de Goiás, a 260 quilômetros de Goiânia e a 305 quilômetros de Brasília. Sua população, segundo estimativas do IBGE no ano de 2015, é de 98.737 habitantes, sendo 49,8 % homens e 50,2% mulheres.[4] A cidade de Catalão é um espaço dinâmico, com diversas práticas sociais e culturais. Sua economia se encontra entre as maiores em todos os setores da economia goiana, tem uma indústria forte, um setor de serviços e comércio bastante desenvolvido e uma agropecuária produtiva.

Nos últimos anos houve uma grande demanda por mão de obra que atraiu várias pessoas de diferentes regiões do país e tal movimento também colaborou para um aumento na oferta de empregos domésticos não apenas no espaço privado mas também em empresas prestadoras de serviços de limpeza terceirizadas na cidade que atendem as indústrias e ao comércio.

Esta realidade pode ser confirmada pelas entrevistas que realizamos, visto que, das 10 (dez) empregadas domésticas entrevistadas, 5 (cinco) disseram que moravam no campo e que migraram para a cidade em busca de emprego.

Evidenciamos que as 10 (dez) trabalhadoras entrevistadas apresentam idades entre 35 e 50 anos. Especificamente, 50% das entrevistadas que relataram ter origem da zona rural têm idades de 42 a 50 anos. Citamos, a seguir, as falas destas 5 (cinco) entrevistadas:

[4] Atualmente o IBGE aponta uma população de mais de cem mil habitantes.

> Na roça as coisas estavam difíceis, fomos morar na cidade e como tinha pouco estudo e nenhuma experiência profissional a não ser cozinha, lavar e cuidar de casa, a única coisa que me restou foi trabalhar como empregada doméstica. (RACHEL, 2015, 46 anos)
>
> Comecei a trabalhar como babá aos 6 (seis) anos de idade, assim que viemos para a cidade, se hoje eu tenho 46 anos, então tenho 40 anos de profissão. (TARSILA, 2015, 46 anos).
>
> Minha família veio embora para a cidade, e como filha mais velha tive que começar a trabalhar cedo, quando não estava ajudando a olhar meus irmãos mais novos, eu estava trabalhando como doméstica, fazia de tudo, lembro que às vezes precisava subir em uma cadeira para conseguir passar roupa do tanto que eu era pequena, mas eu tinha que trabalhar para ajudar minha família. (ANITTA, 2015, 42 anos).
>
> No início eu morava na roça e vinha para cidade trabalhar na casa das pessoas, cheguei a morar na casa de uma das minhas patroas, mas não deu certo, porque eu trabalhava de domingo a domingo. Com o tempo eu casei e vim morar na cidade de vez, mas continuei trabalhando como doméstica para ajudar meu marido nas despesas. (NÍRSIA, 2015, 50 anos).
>
> Aos doze anos vim para a cidade estudar, morava na fazenda, aí comecei a trabalhar como doméstica. (BHERTA, 42 anos).

Observa-se que a vida na cidade para estas mulheres, assim como para a maioria, não é fácil. O trabalho marca o cotidiano destas trabalhadoras. Outro elemento importante que notamos na fala das entrevistadas é que o trabalho doméstico, remunerado ou não, fez-se presente na vida delas desde a

infância, um dos motivos que as levou ao abandono escolar. Portanto, essas trabalhadoras são integrantes do grande contingente de pessoas que sofrem com a desigualdade social no Brasil, pois foram excluídas de alguns direitos básicos, como a Educação, a infância e o lazer.

Atualmente, é proibido contratar crianças e adolescentes para o emprego doméstico, no entanto, este problema social persiste. Muitas crianças e adolescentes, em sua maioria do gênero feminino, vêm deixando a escola para trabalharem como babás e outros trabalhos domésticos. Segundo a OIT, esse problema atinge majoritariamente as mulheres em países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, como o Brasil.

De maneira geral, com o processo de urbanização, há mudanças nas relações de trabalho e na vida social das(os) trabalhadoras(os) catalanas(os) rurais que se mudaram para a cidade, como também há mudanças nas práticas familiares.

Há uma redefinição do papel da mulher na família, que, além de cuidar dos afazeres domésticos do lar, dos filhos e do marido, passa a trabalhar em alguns empregos que a sociedade capitalista considera de baixo valor social e econômico, como o emprego doméstico, para ajudar de forma mais contundente no sustento da família.

Nessa perspectiva, Lima (2015) aponta, a seguir, dados sobre a população economicamente ativa em Catalão:

> No ano de 2013 existiam 23.339 pessoas identificadas na RAIS como empregadas por algum dos estabelecimentos no município de Catalão, sendo13.522 homens (57,94%) e 9.817 mulheres (42,06%). Do total de homens, 30,39% ganham até 2SM, 53,17% ganham entre 2 e 5SM, 11,80% ganham entre 5 e 10SM e, 4,64% ganham mais do que 10SM. Do total de mulheres, 69,89% ganham até

> 2SM, 22,30% ganham entre 2 e 5SM, 6,69% ganham entre 5 e 10SM e, apenas 1,11% ganham mais do que 10SM. Em relação às classes salariais, identificamos que as mulheres só são maioria (62,54%) na classe de até 2SM. Nas outras classes é possível identificarmos que a porcentagem de mulheres diminui em proporção inversa às classes dos salários mais altos. (LIMA, 2015, p. 167).

A partir dos dados anteriores, nota-se que, além das mulheres estarem empregadas nos setores mais precários da economia de Catalão, a maior parte delas estão em atividades laborativas com piores remunerações em relação aos homens, recebendo em sua maioria dois salários mínimos.

Impõem-se reconhecer que uma mulher que recebe dois salários mínimos não tem condições de pagar uma empregada doméstica ou, quando contrata, pagará uma remuneração muito baixa à trabalhadora. Acerca dessa discussão, é necessário destacar que as trabalhadoras domésticas entrevistadas nessa pesquisa recebem entre R$ 788,00 e 1.500,00 reais mensais[5].

Buscamos informações na RAIS[6] sobre o emprego doméstico em Catalão, no entanto, não foi possível consegui-las, uma vez que são informações solicitadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego brasileiro às pessoas que possuem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) e as empregadoras e empregadores dos serviços domésticos são pessoas físicas.

[5] Este valor é correspondente ao salário mínimo vigente em 2016, sendo o menor valor o mínimo e o maior a média encontrada nas pesquisas de campo e em busca na RAIS.

[6] RAIS - Relação Anual de Informações Sociais foi instituída pelo Decreto nº 76.900, de 23 de dezembro de 1975.

Como não encontramos informações na RAIS sobre o emprego doméstico, em função do motivo supracitado, buscamos informações no Ministério do Trabalho de Catalão sobre como funcionava a admissão e recolhimento das empregadas domésticas antes e depois da Emenda Constitucional nº 72.

Em entrevista realizada com o funcionário Aparicio Flores Silvano, da Agência Regional do Ministério do Trabalho de Catalão, ele esclareceu que:

> Antes da Emenda Constitucional n° 72 era muito simples, o patrão preenchia a carteira da empregada, abria um cadastro de pessoa física (CEI) e comprava um carnê que deveria ser preenchido com o CEI e os dados da empregada para realizar o recolhimento. Os patrões que optassem por recolher FGTS precisavam do auxílio de um contador. A partir de 2013, as empregadas domésticas ganham alguns direitos, mas só no final do mês de novembro que poderemos ter algumas informações, pois agora existe o Simples Doméstico que é o pagamento de todas as contribuições e encargos do empregado doméstico e para gerar este imposto é necessário um cadastramento de todos empregados e empregadores (05/11/2015).

De forma geral, até dezembro de 2015, são escassas as informações sobre o emprego doméstico em *sites* oficiais do Estado de Goiás e do município de Catalão.

Esta falta de dados e informações pode estar ligada às representações sociais que inferiorizam o emprego doméstico, como também ao fato de que somente em 2013 houve uma considerável mudança na legislação trabalhista que redefiniu as relações de trabalho nesse setor no Brasil.

> 1° Trabalhadora: Olga, 44 anos, declara ser empregada doméstica há 19 anos. 2° Trabalhadora: Dilma, 40 anos, declara ser empregada doméstica há 20 anos. 3° Trabalhadora: Carmem, 38 anos, declara ser empregada doméstica há 6 anos. 4° Trabalhadora: Anitta, 42 anos, declara ser empregada doméstica há 30 anos. 5° Trabalhadora: Tarsila, 46 anos, declara ser empregada doméstica há 40 anos. 6° Trabalhadora: Cora, 35 anos, declara ser empregada doméstica há 10 anos. 7° Trabalhadora: Rachel, 46 anos, declara ser empregada doméstica há 28 anos. 8° Trabalhadora: Iara, 40 anos, declara ser empregada doméstica há 16 anos.
>
> 9° Trabalhadora: Nírsia, 50 anos, declara ser empregada doméstica há 20 anos. 10° Trabalhadora: Bertha, 42 anos, declara ser empregada doméstica há 28 anos.

Após essas declarações, constatamos que a maioria das entrevistadas está há muito tempo na mesma profissão e isto nos possibilita uma leitura sobre a percepção que elas têm das mudanças ocorridas com a nova legislação, apontando se houveram avanços ou não nas relações socioespaciais no espaço urbano de Catalão (GO) no início do século XXI.

Nessa perspectiva, perguntamos às entrevistadas se acreditam que o trabalho doméstico assalariado é mal remunerado em relação a outros trabalhos e por que elas continuam na profissão. Somente uma trabalhadora, entre as entrevistadas, não considera seu trabalho mal remunerado:

> Meu trabalho não é mal remunerado, pois eu ganho até bem comparado a algumas amigas e também gosto do que eu faço. Mas não falo que sou doméstica porque as pessoas discriminam, eu falo que sou cuidadora de idosos. (CARMEM, 2015).

Nesta fala, percebe-se que há uma negação da condição de empregada doméstica, diante da discriminação que ainda persiste em pleno século XXI. Ao mesmo tempo, torna-se um privilégio receber um salário melhor em comparação às demais colegas dessa categoria de trabalho, em face da desvalorização salarial à qual a maioria das empregadas domésticas está condicionada.

Apresentamos, a seguir, os relatos de algumas trabalhadoras que consideram o emprego doméstico mal remunerado.

> É mal remunerado porque somos contratadas para fazer algumas atividades, mas as patroas gostam de aproveita, coloca a gente para arruma guarda roupa, arruma a cama que elas dormem, então, acho muito pouco pelo que eu tenho que aguenta. Trabalho como doméstica porque não tive oportunidade de estudar. (IARA, 2015).

> Eu não consigo sustentar a minha família como doméstica, porque o salário é pouco. Sou doméstica porque não estudei, a minha vida sempre foi muito difícil. (BERTHA, 2015).

> Além de mal remunerado acho meu trabalho degradante, sempre tenho que ir trabalhar de roupas velhas para não estragar, minhas unhas vivem quebradas, minha pele seca de tanto produto que uso para limpar casa. Estou estudando para arrumar um emprego melhor. (CORA, 2015).

> É muito mal remunerado, só ganho um salário mínimo para lavar, passar, cozinhar e olhar uma criança no período da manhã. Mas eu sei que tem muita gente que trabalharia no meu lugar por muito menos. Agradeço a Deus por ter esse trabalho, porque eu não tenho estudo. (OLGA, 2015).

De fato, o desemprego regula o mercado e o salário das(os) trabalhadoras(es). Conforme visto, a maioria das entrevistadas relata que é empregada doméstica porque não estudou e somente uma trabalhadora encara a ocupação de empregada doméstica como algo provisório, dedicando-se aos estudos para conseguir um emprego melhor.

Além da desvalorização social e salarial, as entrevistadas trazem a marca da precarização do seu trabalho, quando falam sobre a degradação da pele e das unhas, o que deixa transparecer a falta de autoestima no que se refere aos cuidados com a beleza diante do cotidiano laboral.

Quanto aos motivos que podem levar muitas mulheres a continuarem na ocupação de Doméstica, Saffioti (1978, p.71) aponta que "são mulheres que, dada sua dupla jornada de trabalho, não têm possibilidades de qualificar-se", então, continuarão na ocupação de doméstica. Nessa perspectiva, destacamos, a seguir, a fala de uma trabalhadora:

> Além de trabalhar como empregada doméstica, faço comida para vender na feira duas vezes na semana e ainda tenho que lavar, passar, cozinha e arrumar a minha casa, mora só eu e meu filho e ele não ajuda nos afazeres domésticos. (BERTHA, 2015).

Podemos, após esta fala, inferir que se torna difícil estudar e se qualificar com dupla e tripla jornada de trabalho, como é o caso da trabalhadora Bertha.

Desse modo, as trabalhadoras que conseguiram se especializar passaram a exercer outras atividades com melhor remuneração e menos degradantes à sua aparência física e social. Nesse contexto, apresentamos no gráfico 1 a escolaridade das entrevistadas:

O grau de escolarização é baixo entre as trabalhadoras, notamos que metade das entrevistadas não tem o ensino fundamental completo e outras 20% possuem ensino fundamental completo e outras 30% incompleto. Consequentemente, esta falta de escolarização dificulta que as trabalhadoras rompam com a subordinação a que estão submetidas, uma vez que a educação é fundamental para superação da pobreza e da exploração.

É certo que a baixa escolarização e a falta de qualificação influenciam nos salários das empregadas domésticas. Segundo Marx (2010, p. 33), "O salário é a soma em dinheiro que o capitalista paga por um determinado tempo de trabalho ou pela prestação de um determinado trabalho".

Ressaltamos que muitas trabalhadoras são chefes de família, sendo provedoras do sustento desta mediante o salário que ganham. Entre as entrevistadas 60% são casadas e, entre estas, 40% são chefes de família.

Observa-se, a partir da pesquisa, que essas trabalhadoras chefes de família rompem a ideologia sociocultural patriarcal que traz um modelo de família no qual é dever do homem ser o chefe. Certamente, elas devem ter vivenciado diversos enfrentamentos sociais e econômicos na atual sociedade brasileira capitalista patriarcal, que explora e exclui de forma mais perversa o gênero feminino.

Como observamos a partir dos dados coletados nos questionários, 70% das trabalhadoras recebem um salário mínimo no valor de R$ 788,00, desempenhando as atividades de cozinhar, passar roupas, cuidar de crianças e limpar e organizar a casa.

Somente uma trabalhadora lava, passa, cozinha e, por estes serviços, recebe um salário de R$ 1.460,00. Duas trabalhadoras recebem salários de R$ 1.400,00 e 1.500,00 para cuidarem da higienização e alimentação de idosos, mas suas carteiras de trabalho são assinadas com o valor de um salário mínimo.

Quando levamos em consideração a realidade nacional, os baixos salários apresentados pelas empregadas domésticas entrevistadas eram esperados. Afinal, trata-se de um trabalho que emprega, em maior parte, mulheres negras e pardas com pouca escolaridade.

Sobre as identidades raciais das entrevistadas, oito se consideram pardas, uma se declarou negra e uma branca. Segundo o IBGE, no que diz respeito à cor/raça, o termo pardo substituiu o mestiço nas atuais categorias raciais, sendo os descendentes da união entre pretos, brancos e caboclos.

É certo que grande parte da população catalana é constituída dessa miscigenação racial. Todavia, mesmo o IBGE utilizando essa categoria, acreditamos que o uso do termo "pardo" é uma autodeclaração que nega a condição negra(o) na sociedade brasileira.

Inferimos, então, que as representações sociais, a partir do gênero, raça e cultura, discriminam e condicionam as mulheres aos piores trabalhos, como o emprego doméstico, tanto em nível nacional quanto regional, posto que 92,5% da força de trabalho no emprego doméstico no Estado de Goiás é feminina, conforme podemos observar na Tabela 1:

Posição na ocupação no trabalho principal = Trabalhadores domésticos em Goiás, 2014.	
Mulher	223
Homem	18
Total	242

Tabela 1: Posição na ocupação do Trabalho Doméstico por sexo no Estado de Goiás - 2014.

Organização: SILVA, Sueley Luana da, 2015.

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pnad/ Indicadores, 2014.

Estes dados demonstram que o emprego doméstico é exercido majoritariamente pelo gênero feminino. Acerca de tal realidade, Saffioti (1978, p. 15) afirma que, "nesse processo de marginalização de parte da força de trabalho de funções econômicas organizadas em moldes capitalistas, a mulher constitui o elemento menos favorecido".

Compreende-se, assim, que o modo de produção capitalista patriarcal tornou o valor da força de trabalho das mulheres inferior à força de trabalho dos homens, bem como proporcionou a disparidade salarial entre as trabalhadoras domésticas com ocupações de limpar casa, cozinhar e as trabalhadoras que cuidam de idosos.

Todavia, devemos considerar que a empregada doméstica que exerce a função de cuidar de idosos necessita de mais qualificação no que se refere aos conhecimentos sobre alimentação, higienização e uso de remédios, entre outros, bem como, de ordinário, dorme no local de trabalho alguns dias da semana.

Ademais, torna-se conveniente para o modo de produção capitalista sustentar as disparidades salariais entre as(os)

trabalhadoras(es), causando fragmentação da classe social e fomentando um grande número de trabalhadoras(es) desocupadas(os).

Nesse contexto, a porcentagem de trabalhadoras que têm a carteira assinada entre as entrevistadas é de apenas 30%, mesmo após a aprovação da Lei. Nota-se que a Emenda Constitucional nº 72 e a Lei n° 12.964/14, que multa o(a) empregador(a) que não assinar a carteira do(a) trabalhador(a), estão sendo insuficientes para erradicar a desvalorização do trabalho doméstico na atual sociedade, porquanto ainda existem empregadas domésticas sem carteira assinada e, quando as(os) empregadoras(es) assinam, fazem negociações que trazem prejuízos às trabalhadoras, como a assinatura da carteira constando valor inferior aos seus salários.

Dificilmente uma trabalhadora ou um trabalhador com uma renda/salário de R$ 788,00 a R$ 1.500,00 tem uma boa qualidade de vida, com uma alimentação saudável, moradia adequada em terrenos da cidade de Catalão servidos de segurança, saneamento básico, postos de saúde, escolas, iluminação, entre outras necessidades básicas. Nessa perspectiva, Sposito (1989) explica que:

> A possibilidade de acesso à moradia, por exemplo, está subordinada ao nível salarial. Ao discutirmos o desenvolvimento do capitalismo monopolista, vimos como a troca desigual apóia-se no fato de que trabalhadores de todo o mundo capitalista recebem salários diferentes para produzir riquezas de mesmo valor. De fato, nós sabemos que o trabalhador que recebe o piso salarial nacional, não consegue sequer alimentar devidamente sua família, o que dizer acesso a uma moradia, pela compra ou aluguel do imóvel. (SPOSITO, 1989, p.73)

Portanto, compreendemos que o salário influencia na apropriação, posição e relação de homens e mulheres na produção do espaço urbano capitalista. Dessa forma, a condição socioespacial dos indivíduos é viabilizada pela renda/salário. Como se observa, 50% das trabalhadoras residem no bairro Pontal Norte, uma das muitas áreas da cidade de Catalão (GO) onde ainda há ruas sem pavimentação, a maioria das casas apresenta padrão simples, com grande quantidade de terrenos vazios, nos quais se encontram entulhos, lixos e erosões.

Desta feita, é possível asseverar que a segregação espacial vivida pelas trabalhadoras é produto da lógica imposta pelo modo de produção capitalista que, por meio de agentes públicos e privados, impõe valor aos terrenos da cidade de Catalão (GO) a partir da especulação imobiliária, assim, as(os) trabalhadoras(es) assalariados só conseguem ocupar bairros periféricos onde o valor da terra é menor.

Destarte, o uso e a apropriação do espaço urbano estão correlacionados à classe social das(os) trabalhadoras(es). Esta realidade também é percebida na vida das empregadas domésticas entrevistadas na cidade de Catalão (GO), uma vez que possuem, em sua maioria, características socioeconômicas similares.

Além da distância entre as áreas periféricas de Catalão (GO) e a área central, onde está localizada a maioria dos comércios e serviços que a população necessita, é preciso perceber que os bairros afastados, geralmente, são servidos de pouca infraestrutura, isto é, falta de saneamento básico, iluminação, segurança etc. De acordo com dados da pesquisa é na parte central da cidade ou em bairros distantes das moradias destas trabalhadoras que a maioria trabalha também,

aumentando os gastos com transporte e o tempo de deslocamento.

A pesquisa também apontou alguns dados referentes à naturalização do trabalho doméstico como "trabalho de mulher" entre as empregadas domésticas que acabam exercendo também o trabalho doméstico sem remuneração em casa após a jornada de trabalho fora sobrecarregando estas trabalhadoras e tornando o tempo para o lazer, o cuidado consigo mesma, o descanso e outras atividades bem escasso. Além disso, o trabalho doméstico – fora do lar e neste – acaba comprometendo a saúde física e mental, acarretando problemas de saúde que obrigam muitas mulheres a abandonarem a atividade ou procurar outras formas de sobrevivência. Esta realidade é ainda mais dura nas atividades realizadas em empresas de limpeza e manutenção de empresas.

Outro elemento que a pesquisa apontou foi o pouco conhecimento da Lei que regulamenta o trabalho doméstico, sendo que muitas das trabalhadoras só apreenderam os deveres e não os direitos que a nova Lei trouxe e, para algumas entrevistadas, a Lei só piorou as coisas pois estabeleceu uma carga horária a ser cumprida e antes da mesma "*a gente fazia o serviço e podia ir embora, agora já não dá mais pra fazer isso... me atrapalhou muito pois eu mesma ia embora por volta de 14 horas e ainda tinha tempo para fazer coisas na rua, arrumar minha casa e tal"* afirma Carmem, uma das trabalhadoras.

A não organização sindical é outra marca destas trabalhadoras. Em Goiás há o Sindicato das Trabalhadoras Domésticas filiado a FENANTRAD, mas o mesmo encontra-se fechado desde 2015 e sem muita articulação, com um pequeno número de filiadas, até mesmo em função de a carreira ter poucas trabalhadoras de carteira assinada, realidade que ainda

não se alterou desde a aprovação da Lei. Outro elemento apontado pelas trabalhadoras é a descrença no cumprimento das novas regras, uma vez que é um trabalho realizado no espaço privado, onde é difícil a fiscalização. Essa percepção é reforçada pelos dados levantados pela pesquisa onde observou-se uma pequena queda do número de empregadas com carteira assinada de 2013 para 2014 onde, de acordo com o IBGE, houve uma queda de apenas 14% no número de domésticas sem carteira, apontando para um descumprimento da Lei num primeiro momento.

Considerações finais

O emprego doméstico no Brasil ainda se estrutura no patriarcado e carrega uma prática arraigada no trabalho servil, diante das desigualdades sociais e das precárias condições e relações de trabalho em que as empregadas domésticas estão submetidas no início do século XXI.

Mesmo após séculos, o emprego doméstico no Brasil e na cidade de Catalão é uma atividade laborativa predominantemente feminina, de ordinário, associada à figura da mulher submissa, zelosa e com pouca escolaridade. As relações capitalistas de produção se apropriam desta construção social baseada na desigualdade de gênero para desvalorizar o emprego doméstico e explorar a trabalhadora. De fato, no modo de produção capitalista, a mulher se situa em ocupações mal remuneradas e desprestigiadas.

Ao analisar a evolução histórica do empregado doméstico no Brasil e a motivação do reconhecimento tardio dos direitos das(os) empregadas(os) domésticas(os), notamos que a

sociedade brasileira é machista e sexista. Com efeito, a violência contra o gênero feminino também se oculta na exploração da força de trabalho e na posição das mulheres em comparação à posição dos homens no mercado de trabalho.

Nesse sentido, constatamos que existem algumas mazelas políticas e econômicas que precisam ser superadas para que, efetivamente, a Emenda Constitucional nº 72 traga benefícios as(os) empregadas(os) domésticas(os), visto que muitas trabalhadoras não conhecem os seus direitos e, nem mesmo, sabem onde procurar orientação. Sendo assim, as(os) mais beneficiadas(os), até o presente momento, são as(os) empregadoras(es) que têm acesso à informação sobre esta regulamentação.

Além da falta de conhecimento dos direitos conquistados, outro elemento que impossibilita mudanças nas condições e relações laborativas das(os) trabalhadoras(es) domésticas(os) é a dificuldade de fiscalização do emprego doméstico na residência, uma vez que este se realiza em espaço privado. Isso faz com que persistam a desigualdade e a discriminação histórica entrelaçadas à divisão de classe, raça e gênero.

De fato, a vulnerabilidade econômica das(os) empregadas(os) domésticos(as) e as barreiras socioculturais engendram a segregação socioespacial destas trabalhadoras na cidade de Catalão (GO), condicionando-as a uma vida modesta, com baixa qualidade de vida, e a privações no uso e apropriação do espaço urbano.

Portanto, convém salientar a importância da organização sindical das(os) empregadas(os) domésticas(os) na luta pela valorização do emprego doméstico, fazendo valer os direitos previstos na Emenda Constitucional nº 72 e conscientizando a

categoria de que esta regulamentação é uma conquista social. Dessa forma, as empregadas domésticas não devem migrar para o trabalho informal de diarista e, nem mesmo, para as empresas terceirizadas de limpeza e higienização de residências.

Condicionar as empregadas domésticas a trabalhos de tempo parcial é uma estratégia do modo de produção capitalista para fragmentar a classe de trabalhadoras(es) e explorar ainda mais a força de trabalho do gênero feminino, que sempre está em situações desfavoráveis em relação ao masculino no mercado de trabalho. Ademais, é uma forma de negarosdireitossocialmenteconquistadospela categoria das(os) empregadas(os) domésticas(os).

Por meio dessas considerações, esta pesquisa vem contribuir para o debate, no âmbito acadêmico, sobre as condições e relações de trabalho das empregadas domésticas na cidade de Catalão (GO), reconhecendo suas relações socioespaciais que não tiveram muitas modificações no início do século XXI, mesmo após a regulamentação da Emenda Constitucional nº 72, de 2013.

Além disso, a pesquisa tem em mira conscientizar a população da relevância do trabalho doméstico na sociedade, de modo a minimizar a desvalorização e a discriminação socialmente construídas e estimular as empregadas domésticas a lutarem pela efetivação dos seus direitos conquistados, para, assim, superarem algumas formas de opressão, exploração e discriminação. Acreditamos que tal caminho é possível mediante a organização sindical.

Referências

AZEVEDO, M. A. PRIORE, M. D. Mucama com filho de criação. Escravas da Senzala. In: *Acervo Digital do Instituto Moreira Salles*. Disponível em: <http://www.historiahoje.com>. Acesso em: 05/02/2015.

BARROS, A. M. de. *Curso de Direito do Trabalho*. 2ed. São Paulo: LTr, 2006.

BERNARDINO-COSTA, J. *Sindicatos das trabalhadoras domésticas no Brasil:* teorias da descolonização e saberes subalternos. Tese (Doutorado em Sociologia). Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília. Brasília-DF: 2007.

CAVALCANTI, L. de S. *Geografia da cidade:* a produção do espaço urbano de Goiânia. Goiânia-GO: Editora Alternativa, 2001.

COSTA, C. L. *A Construção do Lugar a Partir do Espaço Programado* – o caso da Vila Teotônio Vilela em Catalão – Goiás. Dissertação (Mestrado) apresentada junto à Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. Goiânia- GO: 1988.

_____. A Presença e Ausência do Debate de Gênero na Geografia do Ensino Fundamental e Médio. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*. Ponta Grossa-PR: v.2, n.2, p.76- 84, ago. dez. 2011.

_____. *Gênero, educação e trabalho*. Feminização e Precarização do Trabalho Docente em Goiás – algumas considerações. COSTA, C. L., SANTOS, H. P. dos; PAULA, M. V. de. (Org.) Goiânia-GO: UFG/CIAR, FUNAPE, 2013.

FENATRAD.*FederaçãoNacionaldasEmpregadasDomésticas.* Disponível em: <http://www.fenatrad.org.br/site/>. Acesso em: 05/02/2015.

GOIÁS. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento do Estado. *Goiás em dados – 2011*. Disponível em: <

http://www.seplan.go.gov.br/sepin/down/godados2011.pdf>. Acesso em: 04/11/2015.

HIRATA, H. *Organização, trabalho e gênero*. São Paulo: Editora Senac, 2007.

IASI, M. L. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. Trabalho doméstico e valor. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2010.* Disponível em:

<www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 de maio de 2014.

_____. *IBGE pesquisas.* Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/pesquisa/pesquisa_google.shtm?cx=009791019813784313549%3Aonz63jzsr68&cof=FORID%3A9&ie=ISO88591&q=Rendimento+trabalhadoras+domesticas>. Acesso em: 01/06/2015.

_____. *Mulher no mercado de trabalho:* perguntas e respostas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/Mulher_ Mercado_Trabalho_Perg_Resp_2012.pdf>. Acesso em: 06 de fevereiro de 2015.

_____. *Pesquisa Mensal de Emprego PME:* algumas das principais características dos TrabalhadoresDomésticosvisavisaPopulaçãoOcupada. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/princ_ carac _trab_dom.pdf>. Acesso em: 18 de junho de 2014.

LOPES, R. B. *De casa para outras casas*: trajetórias socioespaciais de trabalhadoras domésticas residentes em Aparecida de Goiânia. Dissertação (Mestrado em Geografia) apresentada junto ao Instituto de Estudos Socio-Ambientais da Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO: 2008.

LIMA, V. B. *A Espacialidade da Indústria em Goiás*: a nova "marcha para o oeste" – o exemplo de Catalão. Tese (Doutorado em Geografia) apresentada junto à Universidade Federal de Goiás. Instituto de Estudos Socioambientais. Goiânia- GO: 2015.

MARX, K. *Trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro*. 1818 – 1883. 2ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

RATTS, A. J. P. Gênero, raça e espaço: trajetórias de mulheres negras. Comunicação apresentada n 27°. In: *Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu-MG: 2003.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes*. Mito e realidade. 3ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

_____. *Emprego Doméstico e Capitalismo*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 1978.

SCOTT, J. (Org.) *Sociologia*: conceitos-chave. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SPOSITO, M. E. B. *Capitalismo e Urbanização*. Disponível em: <http://www.faed.udesc.br/
arquivos/id_submenu/1415/capitalismo_e_urbanizacao
maria_encarnacao_beltrao_sposito_pdf_rev.pdf>. Acesso em: 14 de junho de 2014.

CAPÍTULO 15
REFLEXÃO GEOGRÁFICO-GEOMORFOLÓGICA SOBRE O ANTROPOCENO E A GERAÇÃO DE VULNERABILIDADE E RISCO NO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Leda Correia Pedro Miyazaki

Érika Cristina Nesta Silva

Caio Augusto Marques dos Santos

Introdução

A produção do espaço geográfico envolve diversos fatores e facetas ligadas à relação natureza e sociedade. É a partir dela que se produz o espaço geográfico, sendo resultado das inter-relações entre as dinâmicas da natureza e da sociedade sob o modo de produção capitalista, que em sua essência tem manejado a sociedade a consumir de forma exacerbada os elementos da natureza, sem se preocupar com efeitos e as respostas do ambiente.

Os fatores e facetas mencionadas referem-se às escalas de análise de tempo e espaço, natureza e sociedade, que, embora tenham e estabeleçam relações, são ontologicamente distintas. Os fenômenos e processos naturais (orogênese, epirogênese, intemperismo, erosão, movimentos de massa, etc.) possuem seus próprios ritmos e intensidades, que são independentes das relações sociais, embora nelas interfiram e condicionem em alguns aspectos, como terremotos, tsunamis, lavas vulcânicas,

movimentos de massa (soterramento), enchentes, etc. Do mesmo modo, os fenômenos e processos sociais também possuem ritmos e intensidades intrínsecos: extração da mais-valia, lei da oferta e da procura, desigualdade social, urbanização, etc.

Acredita-se que, para além dessa dualidade (natural/social), haja a conjunção, ou seja, denominadores comuns, em que se torna complexo tentar identificar onde inicia e termina a influência de um sobre outro. O social interfere no ritmo do intemperismo, no ritmo da erosão, pode disparar ou evitar um movimento de massa, pode sofrer com enchentes, entre outros exemplos. Vale ressaltar que essa interferência é ativa, já que o ser humano é dotado de uma racionalidade que o possibilita tomar decisões, fazer escolhas e se planejar. O natural também interfere nos ritmos dos fenômenos e processos sociais. Fortes chuvas podem prejudicar colheitas, furações podem destruir casas, terremotos podem tirar vidas, cinzas vulcânicas podem cancelar voos. Contudo, diferentemente, essas ações, embora tenham caráter ativo direto de interferência, não são por escolhas, fazem parte de uma dinâmica natural (produzidos por fenômenos físicos e químicos) que acontece em tempos e espaços próprios. Embora se faça e escreva sobre essa terceira dimensão, a conjunção, destaca-se que ela é mediatizada e estabelecida dialeticamente.

Nesse sentido, a produção do espaço geográfico ocorre a partir da conjunção natureza e sociedade, com sobreposições e inter-relações de fenômenos e processos que acontecem em tempos profundos e longos (tempo geológico) e em tempos curtos (tempo histórico), e em espaços amplos (escala menor) e em espaços locais (escala maior).

É perceptível que na escala de tempo histórico a ação humana, sob égide do modo de produção capitalista, tem

intensificado e acelerado os processos naturais, como por exemplo os geomorfológicos, que tende a esculturar as formas de relevo, a pedogênese e a morfogênese, etc. Assim, alguns pesquisadores estão considerando esse "momento" da história de evolução histórica e geológica da Terra como uma nova época geológica, que trata das ações humanas sobre os elementos naturais e suas repercussões na produção do espaço geográfico, ou seja, do Antropoceno.

Nesta perspectiva, a visão geográfica-geomorfológica tem contribuído no entendimento do processo de apropriação e ocupação do relevo e as respostas que o ambiente tem dado a partir dessa dinâmica. Isso está provocando o rompimento do equilíbrio dinâmico dos processos naturais e tem gerado áreas de risco e vulnerabilidades no ambiente à população que nele habita, além de impactos socioambientais que estão comprometendo cada vez mais a qualidade de vida da sociedade e a qualidade ambiental das áreas urbanas e rurais.

Sendo assim, o objetivo central e motivador deste texto é construir uma reflexão geográfica sobre o Antropoceno e como a relação sociedade e natureza está contribuindo na geração de vulnerabilidades e riscos.

O debate teórico a partir de estudos já realizados pelos autores será o principal meio de estruturar essa teia de relações conceituais (Antropoceno, sociedade e natureza, vulnerabilidade e risco). Relações que foram possíveis de serem vislumbradas e arquitetadas com a oportunidade de elaboração desse texto. São temas complexos que tem merecido a atenção de muitos pesquisadores ao longo do tempo, mas que se resolveu, aqui, apontar caminhos de ligação entre assuntos diferentes, porém não inseparáveis.

Será uma preocupação ao longo do texto usar os termos social ou sociedade no lugar de homem, humano ou antrópico sempre que conceitualmente correto ou oportuno. Acredita-se que a complexidade organizacional da sociedade, sobretudo no se refere a classes sociais, e os vários aspectos que delas se desdobram (poder econômico, tecnológico, cultural, político, etc.), impende-nos de creditar a cada ser humano a mesma responsabilidade e poder de interferência nos processos naturais e consequente produção do espaço geográfico.

O Antropoceno como um marco no estudo do Espaço Geográfico

As diversas modificações impressas pelo ser humano na superfície terrestre têm acarretado na discussão da inclusão de uma terceira época dentro do período geológico do Quaternário: o Antropoceno. Conforme Zalasiewicz et al. (2011), o Antropoceno pode ser considerado como um fenômeno global, que se relaciona às interferências humanas com ênfase nas esferas sociais, políticas e econômicas, e devido aos resultados dessas alterações causadas pelo ser humano, pode ser comparado com os grandes eventos geológicos ocorridos na superfície da Terra ao longo do tempo geológico.

Conceito proposto originalmente por Paul Crutzen e Eugene Stoermer (2000; 2002), aponta que devido a atividade humana (STEFFEN et al., 2011), a Terra está saindo da época geológica do Holoceno. Esta tem sido a perspectiva de trabalho do *Anthropocene Working Group* (AWG - Grupo de Trabalho do Antropoceno – *tradução nossa*), que faz parte da Subcommission on Quaternary Stratigraphy (Subcomissão na

Estratigrafia do Quaternário – tradução nossa), cujos esforços têm sido dispendidos no sentido da busca de evidências, e mesmo do *Global Boundary Stratotype Section and Point (GSSP)*[1] relativo Antropoceno. Waters et al. (2018) mencionam exemplos de ambientes, fácies e seus marcadores que poderiam ser utilizados como critérios para a determinação do GSSP do Antropoceno, apontando os prós e contras de cada ambiente enquanto hospedeiro do referido GSSP. A publicação mencionada é, conforme os autores, uma primeira avaliação sobre os ambientes e seus potenciais globais para hospedar o GSSP definitivo do Antropoceno.

Uma das dificuldades relativas aos estudos do Antropoceno é o estabelecimento de sua data de início, visto que desde a sedentarização das sociedades humanas o ser humano tem alterado as características naturais das paisagens para diversas finalidades, como sobrevivência e exploração econômica. Porém, o AWG tem trabalhado no sentido de definir o Antropoceno, em termos geológicos, considerando a afirmativa de Zalasiewicz et al. (2017, *apud* WATERS et al., 2017), ou seja, o surgimento de um sinal síncrono da influência dos seres humanos como transformadora de processos físicos, químicos e biológicos em escala planetária. Com essa consideração, tem sido apontada a metade do século XX, denominada anteriormente como a "Grande Aceleração" (STEFFEN et al.,2011), como o provável período de demarcação do Antropoceno, em decorrência das modificações ocorridas na superfície terrestre, em escala global, no pós

[1] Seções e Pontos de Estratótipos de Limite Globais. Versão em português em http://www.igeologico.sp.gov.br/downloads/folders/Tabela%20Estratigr%C3%A1fica%20Internacional%20-%20ICS%202010.pdf. Acesso em: 21 nov. 2018.

Segunda Guerra Mundial. Apesar da inegável afirmação de que o ser humano é capaz de alterar as características naturais das paisagens, há a necessidade de se observar que as diferentes sociedades humanas são diversas no que tange a aspectos como suas histórias, as técnicas disponíveis para formação e transformação de diversificados ambientes urbanos e rurais, as formas como compreendem o significado e funções dos bens naturais, as formas como se organizam (classes sociais, funções estabelecidas e assumidas pelos seres humanos dentro das sociedades), entre outros.

Com isso, surgem trabalhos que criticam a adoção do Antropoceno enquanto época geológica sem que se reconheça que há diversidade de características do humano do Antropoceno, diversidade esta inerente às sociedades humanas. Portanto, há a necessidade de cautela ao creditar as alterações na superfície terrestre a *toda* a humanidade. Neste sentido, Baskin (2014) menciona que

> In short, the Anthropocene reveals the Power of humans, but it conceals who and what is powerful and how that power is enacted. It draws "the human" into "nature" but not the multiplicity and unequal social values, relations, and practices of power that accompany actual humans. Particular forms of human behavior, individual and collective, are thereby generalised, essentialised and made natural (BASKIN, 2014, p.8).

Outra afirmação do autor supracitado é de que a ideia do Antropoceno traz a questão do ser humano como responsável pelas alterações e também como possível solucionador dos problemas decorrentes dessas alterações, apenas pelo viés tecnológico. Falta, segundo o autor, a discussão de soluções em outros termos, como no que tange a ordem política. Da forma como parte da discussão tem se dado, Baskin (2014) menciona o

risco de, mesmo não intencionalmente, a ideia do Antropoceno acabar por legitimar a ordem dominante, através de três formas principais: universalizando o consumidor mais abastado como o ser humano do Antropoceno, não considerando a realidade social da desigual responsabilidade pelos impactos e a busca patológica pelo crescimento sem fim e desigual; elevando e sacralizando esse ser humano, reinserindo-o na natureza para elevá-lo dentro e acima como uma força da própria natureza; e pela capacidade de legitimar intervenções por vezes perigosas para o funcionamento da Terra, algumas das quais são práticas autoritárias, e improváveis de serem exercidas para o interesse da maioria das pessoas.

> In my argument it does this in three major ways – by universalising/normalising the affluent contemporary consumer as the human of the Anthropocene (thereby, obscuring the social reality of unequal responsibility for impacts, and the pathological pursuit of endless and unequal growth); by its elevation and sacralisation of this particular humanity, (reinserting it into nature only to re-elevate it within and above it as a force of nature); and by its ability to legitimise a range of major and potentially highly dangerous interventions into the workings of the earth, and some deeply authoritarian state practices, none of them likely to be exercised in the interests of most of the world's people (BASKIN, 2014, 13).

Apesar dessas limitações em parte dos trabalhos realizados pela ótica do Antropoceno, a ideia não precisa ser negada, visto que a realidade confirma o potencial interventor das sociedades nas características naturais dos diferentes ambientes terrestres e na produção do espaço geográfico. Enquanto ideia frutífera para diversas áreas do conhecimento, como a Geografia, a análise dos ambientes pelo viés do

Antropoceno deve ser complementada com a discussão da relação sociedade e natureza estabelecida. Nesse sentido, a discussão sobre Vulnerabilidade e Risco nos ambientes, a partir de uma leitura geográfico-geomorfológica, surge como uma das possibilidades de se abordar conjuntamente características naturais e sociais de ambientes em que seus constituintes possam ser considerados como evidências do Antropoceno, como formação de depósitos e relevos tecnogênicos. Aborda-se aqui a perspectiva do ambiente da seguinte maneira

> Por conseguinte, podemos afirmar que a Geografia tem pensado o ambiente diferentemente da Ecologia, nele o homem se inclui não como ser naturalizado, mas como um ser social produto e produtor de várias tensões ambientais (SUERTEGARAY, 2001, não paginado).

De acordo com Suertegaray (2003), há conceitos que permitem enfatizar uma dimensão da complexidade organizacional do espaço geográfico e, dentre esses conceitos, está o de ambiente, que abarca a dimensão da transfiguração da natureza. Assim, considera-se que essa transfiguração, realizada de forma mais acentuada e global na época geológica do Antropoceno, e decorrente de características das sociedades, a exemplo das possibilidades técnicas disponíveis, influenciam diretamente na existência ou intensificação de riscos e vulnerabilidades.

Vulnerabilidade e risco no Antropoceno

A Ciência Geográfica nos permite entender a inter-relação entre as dinâmicas da sociedade e da natureza e como elas se materializam no espaço geográfico. Os fatores e facetas

mencionadas no início do texto deixam uma série de interpretações analíticas, que podem se tornar mais complexas a partir do "olhar geográfico-geomorfológico[2]" que o pesquisador utiliza para investigar o seu objeto de pesquisa, pois a análise holística é uma das características marcante da Ciência Geográfica, sendo, dessa forma, o seu grande trunfo. A Geografia possui todas as possibilidades de se obter êxito na compreensão da configuração do mundo presente ou passado e o conhecimento geomorfológico só enriquece essa análise sob as inter-relações entre as dinâmicas da natureza e da sociedade na constituição do espaço geográfico.

É neste sentido, que o olhar geográfico-geomorfológico passou a ser utilizado como forma de interpretação dessa inter-relação, desvendando os fatores que envolvem a "intensificação dos ritmos", uma vez que aceleram os processos naturais que podem resultar em impactos ambientais negativos, geração de vulnerabilidades e riscos para a sociedade.

Pedro (2009) demonstra como a leitura geomorfológica ampliou as possibilidades analíticas do objeto de estudo, pois permitiu considerar a inter-relação entre essas dinâmicas sob uma perspectiva geográfica na esculturação/modelagem do relevo em uma escala temporal do tempo que faz, tempo curto, tempo histórico:

[2] Forma de leitura do espaço geográfico que envolve uma série de conceitos, método de interpretação do objeto de estudo vinculado a uma série de procedimentos metodológicos que permite a obtenção de dados e informações que são interpretados e analisados pelo pesquisador. No caso deste texto, o método norteador é o materialismo histórico e dialético, já os procedimentos metodológicos basearam-se em pesquisa bibliográfica, registro fotográfico, elaboração de carta temática etc.

> [...] a Geomorfologia não explica apenas as morfologias (formas) e a fisiologia (função do relevo). Na atualidade ela incorporou em sua análise, um enfoque histórico, no qual, passou a considerar em seus estudos a dinâmica social, ou seja, a intervenção da sociedade no equilíbrio dinâmico da natureza. Assim, o pesquisador realiza a observação e análise das formas de relevo considerando o fator tempo histórico, ou seja, aceleração dos processos geomorfológicos que interfere na esculturação natural das vertentes e podem ocasionar impactos no ambiente" (p. sem página).

No momento que se estuda a apropriação e ocupação do relevo nas áreas urbanas, o conhecimento geográfico-geomorfológico permite realizar um estudo empírico da morfologia do relevo vinculado ao histórico de apropriação (ato de tomar para si), ocupação (ato de edificação) do espaço. Isso permite realizar uma série de possibilidades analíticas do espaço geográfico resultante das inter-relações entre as dinâmicas da sociedade e da natureza. Assim, o levantamento histórico da ocupação do relevo, com a investigação de campo, possibilita a observação dos compartimentos geomorfológicos incluindo, também, outros procedimentos como as entrevistas, tudo isso ajuda a desenvolver um estudo da paisagem, no qual se resgata o passado para entender as marcas e a configuração do espaço presente. Um bom exemplo disso é por meio das edificações de grandes obras de engenharia, tais como a construção de rodovias, no qual o relevo é modelado com cortes (taludes) criando novas formas, novos usos e novas dinâmicas. Outro exemplo refere-se à canalização de rios, que passam a escoar por meio de tubos e canais, alterando não só a dinâmica natural, mas também a social. Lembrando que os exemplos citados se referem apenas às formas do espaço geográfico, que constituem a paisagem (PEDRO, 2012).

Compreender as dinâmicas dos processos geomorfológicos nas áreas urbanas exige a apreensão da história, que envolve o ser humano e a natureza a partir da estreita relação com a ciência e a tecnologia, que produz objetos técnicos capazes de acelerar o tempo do que fazer e, acelerando o tempo, modificam processos qualitativa e quantitativamente. O desenvolvimento técnico-científico tem contribuído para a exploração dos recursos naturais de forma predatória, com o objetivo de intensificar a circulação de mercadorias e o consumo exacerbado, as técnicas, atrelada ao desenvolvimento científico, também busca aplicar práticas reparadoras, mitigadoras e conservacionistas na natureza, deixando-a cada vez mais artificializada (PEDRO, 2013).

Nesse sentido, a discussão sobre Vulnerabilidade e Risco nos ambientes, a partir de uma leitura geográfico-geomorfológica, surge como uma das possibilidades de se abordar conjuntamente características naturais e sociais, suas inter-relações e os resultados dessa relação dialética. Isso é capaz de deixar registros e produzir espaço geográfico que evidenciam o Antropoceno e como a sociedade é capaz, em um curto período de tempo, realizar alterações nas formas do relevo, como por exemplo, a formação de depósitos, relevos, terrenos tecnogênicos, etc.

A partir dos estudos sobre a ocupação dos compartimentos geomorfológicos e os impactos oriundos disso, é possível constatar que em muitos casos as áreas de topo, vertentes e os fundos de vale, podem apresentar um determinado grau de vulnerabilidade ambiental (TAGLIANE, 2012), quando não são considerados a dinâmica dos processos naturais no momento da apropriação (ato de tomar para si) e ocupação (envolve as intervenções no local que permitirão a edificação de residências

por exemplo). Uma vez que, a dinâmica dos processos naturais, quando não são dimensionados, poderá deixar uma determinada área ocupada vulnerável a determinados eventos (enchentes, inundações, alagamentos), colocando em risco a população ocupante. Esse grau de vulnerabilidade irá variar conforme as características naturais do ambiente, que indicam a fragilidade ambiental[3]. É neste sentido que o olhar geográfico-geomorfológico permite realizar uma análise mais completa do ambiente, dado a importância dos estudos relacionados à ocupação do relevo, as características naturais que compõem a paisagem, as áreas que apresentam vulnerabilidades e os riscos voltados à sociedade ocupante (PEDRO, 2013).

Os estudos da vulnerabilidade socioambiental realizados Hogan et. al. (2001) são bastante importantes para os pesquisadores que utilizam o Antropoceno como um novo período geológico capaz de demonstrar como a dinâmica da sociedade está cada vez mais acelerando (alterando ritmos) determinados processos naturais. Ao sistematizar dados primários (obtidos nos trabalhos de campo), aliados a dados secundários (como por exemplo, os que constam no Censo Demográfico realizado pelo IBGE), resulta-se em uma caracterização do perfil socioeconômico e demográfico da população ocupante de determinado relevo. Essa informação analisada juntamente com estudos sobre o histórico de ocupação de um determinado local, a produção do espaço urbano e os

[3] Entendida como todas as pesquisas que apresentam essas características teórico-metodológicas, privilegiando à dinâmica da natureza em relação à dinâmica da sociedade e buscando a análise integrada principalmente dos componentes físicos ou naturais. O resultado final dessas propostas são produtos como os mapeamentos temáticos e as cartas sínteses de fragilidade ambiental.

interesses dos agentes de produção, podem revelar aspectos importantíssimos que explicam a geração de áreas de vulnerabilidade socioambiental e como a população ocupante está sujeita aos riscos ambientais.

É importante destacar que, para Hogan et. al. (2001), os dados sócio-demográficos (nível do setor censitário) são importantes para apontar as características das populações residentes em áreas vulneráveis. Dessa maneira, o autor expressa que a vulnerabilidade é também um conceito social, uma vez que a população ocupante dessas áreas geralmente é aquela que apresenta a menor condição de se proteger dos riscos ambientais. Incorporar as dimensões, tanto natural, quanto social de forma conjunta nos estudos de vulnerabilidade socioambiental é extremamente importante (ALVES; TORRES, 2006) para se compreender o espaço geográfico e as áreas de riscos ambientais.

Assim, a apreciação de vulnerabilidade socioambiental como um conceito norteador dos estudos geográficos-geomorfológicos é considerada por alguns pesquisadores como o mais adequado para se compreender os efeitos e respostas do ambiente diante das inter-relações entre as dinâmicas da sociedade e da natureza. Já que:

> [...] são analisados o ambiente ou o espaço geográfico, que é resultado das interações, das dinâmicas da sociedade e da natureza, cuja implicação é a transformação da paisagem e a produção do espaço urbano. Dependendo de como a relação sociedade e natureza se dá no espaço geográfico, é possível obter ambientes vulneráveis à ocupação, principalmente quando se foca a ocupação dos compartimentos geomorfológicos como as vertentes e os fundos de vale (PEDRO MIYAZAKI, 2014, p. 99).

Isso pode ser compreendido por meio dos agentes de produção do espaço urbano, pois se apropriam e ocupam alguns compartimentos do relevo (domínio dos topos, das vertentes ou dos fundos de vale) segundo seus interesses e acabam atribuindo valor a eles. É possível averiguar que existem alguns casos que os fundos de vales ou as vertentes recebem um alto valor de compra e venda, no entanto, em algumas cidades esses mesmos compartimentos do relevo foram desvalorizados, apresentando um baixo valor de compra e venda, e acabam sendo destinados a uma parte da população ocupante com um baixo poder aquisitivo. O domínio das vertentes com declividades íngremes e desprovidas de especulação imobiliária que compõem a paisagem na área urbana, quando são apropriadas e ocupadas de forma ilegal ou irregular por essa população, podem contribuir para geração de ambientes morfodinâmicos instáveis vulneráveis à ocupação do relevo (PEDRO MIYAZAKI, 2014).

Além dos estudos de vulnerabilidade socioambiental o risco tem sido amplamente pesquisado na Ciência Geográfica, pois se tornou um conceito que permite compreender os efeitos e as respostas do ambiente diante das inter-relações entre as dinâmicas da sociedade e da natureza.

O risco para Veyret (2007) é definido como um possível perigo que pode ocorrer em um determinado local ou área. Para a autora esse perigo é uma situação de determinado local que pressagia um mal para algo (pessoa ou coisa), e aquilo que provoca tal circunstância. É o perigo que atrai o olhar da sociedade para uma determinada área que possa pôr em risco um grupo social.

Veyret (2007) ao estudar o risco diz que é muito importante considerar a percepção de quem é afetado, além disso, o contexto histórico que gerou essa situação considerando

as relações que ocorreram e que ocorrem no espaço geográfico, as formas como a ocupação do território se deram e as relações sociais características da época.

Conforme Marandola Júnior e Hogan (2004), vários pesquisadores, tais como os geógrafos, utilizam o conceito de risco e perigos (*hazards*) de uma maneira mais aplicada voltado principalmente ao desenvolvimento de políticas públicas e com a preocupação de um bem-estar da população.

Em outras palavras, e seguindo a reflexão teórica aqui adotada, os geógrafos tem se preocupado tanto com a construção de um conceito de risco (vinculado aos perigos) e procedimentos metodológicos que possam contribuir para mitigar ou resolver os problemas ligados à geração de áreas de riscos no espaço geográfico. Somente por meio de políticas públicas que os riscos aos alagamentos, inundações, enchentes, movimentos de massa, erosões entre outros, podem ser mitigados ou até mesmo resolvidos, a fim de promover a qualidade ambiental e de vida da sociedade que é afetada e sofre diretamente com ele.

Os temas que envolvem o manejo, a conservação dos recursos naturais, os impactos, os perigos e os riscos estão diretamente relacionados com a população e o ambiente e sempre estiveram no centro de investigações científicas dos geógrafos:

> [...] Esta recebeu atenção desde os primeiros trabalhos dos geógrafos acerca das enchentes, sendo central a questão da modalidade populacional de determinadas áreas de risco, além de uma discussão acentuada sobre o lidar com o risco e como gerir o perigo (MARANDOLA JR; HOGAN, 2004, p. 104).

O processo que envolve a urbanização e a modernização das técnicas utilizadas na agricultura associada a agroindústria tem contribuído para a geração das áreas de risco que atingem parte da sociedade. Nas áreas urbanas é perceptível que a forma como o espaço urbano é produzido acaba proporcionando a ocupação de áreas, ou ocupando compartimentos do relevo que apresentam condições ambientais inadequadas e que podem gerar riscos para a população ocupante, como por exemplo, a edificação de moradias nas áreas de planícies de inundação ou aluviais e nas vertentes com declividades acentuadas. Podem também intensificar e acelerar processos como a ocupação de vertentes vinculados a impermeabilização do seu comprimento de rampa, que interferirá diretamente no balanço morfogenético, uma vez que altera a dinâmica dos processos naturais de escoamento e infiltração, aumentando o volume de águas que escoam superficialmente neste relevo/solo impermeabilizado, concentrado as águas pluviais em determinados pontos que escoam com uma velocidade para as áreas mais baixas.

Uma das formas de se reduzir a vulnerabilidade e os riscos de um determinado local é conhecer detalhadamente os fatores responsáveis e como se comportam no espaço geográfico (PEDRO MIYAZAKI, FUSHIMI, 2017). Cabe ao geógrafo compreender as dinâmicas que envolvem a inter-relação entre as dinâmicas da sociedade e da natureza e os efeitos e as respostas que se manifestam no espaço geográfico, tais como as áreas que expressam vulnerabilidade ambiental ou socioambiental e áreas de riscos.

Paisagem alterada como um resultado da dinâmica da sociedade e da natureza: processos e feições

Os processos erosivos podem ser vistos sob duas maneiras diferentes, porém não separadas. São considerados processos naturais, isto é, acontecem independente da vontade humana ao longo do tempo geológico. Desse ponto de vista eles são um dos principais responsáveis pelos processos morfogenéticos (gênese de formas de relevo). Por outro lado, com surgimento do homem na Terra e seu constante aperfeiçoamento técnico (que interfere, influência e modifica as paisagens e ambientes com repercussões na produção do espaço geográfico), eles passam a ser considerados, também, como problema ambiental. Conceito complexo por ser carregado de subjetividade (o que é problema para um não é para outro), utiliza-o, justamente, para demonstrar que as interferências nos processos erosivos (retirada de cobertura vegetal), e seus desdobramentos (assoreamento e enchentes – já que aumenta o escoamento superficial), são produzidos e sentidos de formas diferentes pelas classes sociais. Destarte, as capacidades de poder conservar o solo e controlar a perda de terra também são diferentes e variam conforme as classes sociais.

Sendo assim, tendo em vista o atual debate sobre o Antropoceno da intensificação das mudanças das paisagens e ambientes pela sociedade, o ponto de vista natural dos processos erosivos como transformadores do relevo (paisagem), está em segundo plano.

Dessa forma, Guerra e Guerra (2009) definem erosão como:

> Destruição das saliências ou reentrâncias do relevo, tendendo a um nivelamento ou colmatagem, no caso de

> litorais, enseadas, baías e depressões. [...] Alguns autores são muito restritos no conceito de erosão, considerando-a apenas como o trabalho mecânico – exercido pelas águas correntes, carregadas de sedimentos. Em nada, porém, se justifica o fato de não se considerar como erosão a decomposição química feita pelas águas correntes, uma vez que se considere no sentido amplo a destruição das formas salientes. Pode-se distinguir vários tipos de erosão: a) erosão acelerada; b) erosão elementar; c) erosão eólica; d) erosão fluvial; e) erosão glaciária; f) erosão marinha; g) erosão pluvial.

Em relação aos processos erosivos hídricos, Bertoni e Lombardi Neto (2009), afirmam que há fatores que influenciam e são divididos em forças ativas (características das chuvas, declividade e comprimento do declive do terreno e capacidade de absorção de água pelo solo) e passivas (resistência do solo em relação à erosão da água e densidade da cobertura vegetal). Algumas características dos ambientes que influenciam os processos erosivos podem ser alteradas pela ação das sociedades. Assim, ocorre em geral, a intensificação dos processos erosivos, especialmente com o advento e rápida difusão de técnicas na época geológica do Antropoceno. Cita-se, a seguir, algumas características passíveis de alteração pelas sociedades.

- Infiltração: quanto maior a velocidade de infiltração, menor será a intensidade da enxurrada e há uma tendência ao decréscimo de processos erosivos (especialmente os superficiais).

> Durante uma chuva, a velocidade máxima de infiltração ocorre no começo, e usualmente decresce muito rapidamente, de acordo com alterações na estrutura da

> superfície do solo. Se a chuva continua, a velocidade de infiltração gradualmente aproxima de um valor mínimo, determinado pela velocidade com que a água pode entrar na camada superficial e pela velocidade com que ela pode penetrar através do perfil do solo (BERTONI; LOMBARDI NETO, 2009, p. 50).

Segundos os autores supracitados, características como a disposição e o tamanho dos espaços porosos no solo influenciam a infiltração. Assim, solos arenosos tendem a ter velocidades de infiltração maiores do que solos limosos e argilosos. A diferença textural entre os horizontes dentro do perfil do solo influencia na infiltração, como na presença de horizontes argilosos logo abaixo de horizontes arenosos.

As sociedades podem alterar os processos de infiltração de água no solo, fazendo com que os processos erosivos se intensifiquem, através, por exemplo, da compactação causada por passagem de maquinários, bem como o pisoteio do gado em áreas destinadas à produção agropecuária. Já em áreas com presença de deposições tecnogênicas, especialmente com materiais manufaturados, é desafiador prever e compreender o comportamento relacionado à infiltração, devido à complexidade das características físicas dos materiais, com tamanhos variados. Este fato relaciona-se com a presença de pressões neutras no maciço (PELOGGIA, 1998), devido à diminuição da capacidade de infiltração e certa retenção de água no perfil. A água passa a escoar lateralmente no perfil, de acordo com a declividade, influenciando diretamente na formação/intensificação de processos erosivos iniciados em subsuperfície. Estas ações sociais podem influenciam na mudança de cenários da configuração do espaço geográfico, o que contribui para aumento ou diminuição de riscos e graus de vulnerabilidade.

- Topografia do relevo. Os principais elementos a se considerar são declividade e o comprimento da rampa, relacionados diretamente ao movimento da água na superfície terrestre, condicionando o escoamento e a infiltração. O volume e a velocidade de enxurrada dependem, de acordo com Bertoni e Lombardi Neto (2009), do grau de declividade. Quanto ao comprimento de rampa, os autores afirmam que à medida que o caminho percorrido aumenta, as águas se avolumam e há acréscimo na velocidade de escoamento. Neste sentido, os terraceamentos, técnicas utilizadas há séculos por diversas sociedades, são mencionados como formas de relevo tecnogênicas que auxiliam na contenção de processos erosivos.
- Cobertura vegetal. Considerada como um dos principais fatores que atuam no controle de processos erosivos, sua rarefação pode ser ocasionada por mudanças de ordem natural, como climáticas (ao longo do tempo geológico), e de ordem social, como em fases anteriores ao cultivo em áreas agrícolas e em fases iniciais de loteamentos urbanos. É um elemento considerado em teorias como da Biorresistasia de Erhart (1956, *apud* CASSETI, 2005), em que a rarefação torna-se causa de resitasia, e do Balanço Morfogenético de Tricart (1977), cuja diminuição da vegetação, por causas naturais e sociais, podem ocasionar na formação de um meio intergrade ou fortemente instável, em que há o predomínio de morfogênese em relação à pedogênese.

A vegetação, especialmente a primária, é de suma importância para a conservação do solo, inclusive para a contenção de processos erosivos. Bertoni e Lombardi Neto (2009) apontam os seguintes efeitos positivos da vegetação para o solo:

> [...] (a) proteção direta contra o impacto das gotas de chuva; (b) dispersão de água, interceptando-a e evaporando-a antes que atinja o solo; (c) decomposição das raízes das plantas que, formando canalículos no solo, aumentam a infiltração da água; (d) melhoramento da estrutura do solo pela adição da matéria orgânica, aumentando assim sua capacidade de retenção de água; (e) diminuição da velocidade de escoamento da enxurrada pelo aumento do atrito na superfície (p.59).

Com a retirada da cobertura vegetal primária há intensificação de processos erosivos, especialmente nos períodos de maior concentração pluviométrica, ocorrendo, num primeiro momento, o impacto das gotas de chuva e efeito splash. Na sequência, iniciam-se processos erosivos laminares e lineares. O primeiro ocorre especialmente onde o fluxo é difuso, ocasionando a remoção de camadas delgadas do solo. Conforme Bertoni e Lombardi Neto (2009), a quantidade de material transportado relaciona-se com a capacidade de transporte da enxurrada, que é influenciada pelo tamanho, densidade e forma das partículas do solo, bem como pela presença da vegetação que atua como obstrução ao fluxo superficial.

No que se refere à erosão linear, esta surge a partir do fluxo concentrado de água, e inclui a formação de sulcos, ravinas e voçorocas. Erosão em sulco "resulta de pequenas irregularidades na declividade do terreno, que faz com que a enxurrada, concentrando-se em alguns pontos do terreno, atinja volume e velocidade suficientes para formar riscos mais ou

menos profundos" (BERTONI; LOMBARDI NETO, 2009, p. 77). No que tange às ravinas e voçorocas, o critério para suas definições e diferenciações varia conforme a ótica do pesquisador. Aqui se considera o processo atuante, onde "mais recentemente, técnicos do Instituto Paulista de Tecnologia têm veiculado a definição segundo a qual ravinas seriam canais criados pela ação do escoamento superficial; e voçorocas, canais esculpidos pelo afloramento do lençol freático (CAVAGUTI, 1994; CANIL et al., 1995 *apud* OLIVEIRA, 2015, p. 59)".

Ressalta-se a dificuldade atualmente de realizar estudos de vulnerabilidade e risco a processos erosivos diante a dinamicidade dos ambientes, sobretudo das mudanças de uso e ocupação das terras. Diferentes tipos de cultura agrícola possuem capacidades distintas de retenção de umidade e do escoamento superficial, favorecendo a infiltração. Formações de terrenos tecnogênicos para urbanização e construção de casas podem alterar a declividade e, até mesmo, o comprimento de rampa das vertentes, o que provocará mudanças no escoamento superficial. Até mesmo o asfaltamento, que num primeiro momento entra no cenário dos debates ambientais como vilão, do ponto de vista estrito dos processos erosivos, funciona como proteção ao solo. Todavia, embora o solo esteja protegido, outro fator passa a ter, também, outra dinâmica: as inundações e enchentes (com menos área para infiltração de água, o escoamento superficial aumenta substancialmente, o que acarreta na chegada de mais água em menos tempo nos cursos d'água).

Todos aqueles fatores anteriormente mencionados mudam os cenários de vulnerabilidade e risco a processos erosivos por alterações de variáveis que produzem e compõem o espaço geográfico.

Conclusão

A identificação de áreas de vulnerabilidade ambiental à ocupação do relevo é um estudo fundamental para subsidiar o planejamento urbano, pois a carta síntese pode contribuir para o ordenamento territorial, indicando áreas mais apropriadas a ocupação, a partir de estudos integrados das variáveis físicas (relevo, solo, declividade entre outras). No entanto, é preciso avançar no estudo da vulnerabilidade ambiental a ocupação do relevo, pois além das variáveis físicas, como a geomorfologia, os solos, a declividade, profundidade do aquífero freático, a temática deve ser avaliada juntamente com variáveis socioeconômicas, como renda, escolaridade, densidade de ocupação, entre outras; uma vez que a população de baixo poder aquisitivo são, na sua ampla maioria, aquelas que ocupam áreas mais frágeis, como as de fundos de vale mais sujeitas a inundações e alagamentos, ou áreas de vertentes íngremes, que podem desmoronar quando as obras civis não consideram as devidas técnicas estruturais de engenharia (PEDRO MIYAZAKI, 2013, p. 8548).

As ideias levantadas no trabalho procuraram demonstrar como a produção do espaço geográfico se processa de forma desigual e combinada com a distribuição, igualmente desigual, das vulnerabilidades e riscos ambientais e impactos ambientais negativos.

A produção do espaço geográfico (seus ritmos e intensidades) é um processo diretamente relacionado com a dinâmica da sociedade, que se apropria, usa e ocupa os elementos naturais (transformados em recursos pelo trabalho e técnica), também de forma desigual. O resultado dessa interação (relação sociedade e natureza) é um espaço urbano fragmentado

e segregado entre bairros com mansões e bairros com barracos. Porém, igualmente fragmentado e segregado na distribuição das vulnerabilidades e riscos ambientais, bem como os impactos ambientais negativos atingem diferencialmente as classes sociais. Significa, então afirmar, que simultaneamente com a produção do espaço geográfico, há produção de vulnerabilidades e riscos ambientais e impactos ambientais negativos.

Assim, o que se tem observado é que essa interação tem alterado substancialmente os ritmos dos processos e dinâmicas naturais, a ponto se discutir um novo período geológico, o Antropoceno. Sua confirmação segue sendo alvo de debates. Nossa contribuição é do ponto de vista geográfico-geomorfológica, ou seja, via produção do espaço geográfico. Dessa maneira, sendo o espaço geográfico um produto (e um processo) desigual e contraditório, qualquer discussão acerca do Antropoceno deve, antes de qualquer coisa, levar em consideração esse aspecto desigual que é a sociedade do modo de produção capitalista.

Referências

ALVES, H. P. F.; TORRES, H. G. Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 20, n.1, p. 44-60, jan./mar., 2006.

BASKIN, J. The ideology of Anthropocene? Melborne: Melborne Sustainable Society Institute; The University of Melborne, *MSSI Research Paper*, Melbourne, n.3, p. 1-20, 2014. Disponível em: <http://sustainable-dev.unimelb.edu.au/sites/default/files/docs/MSSI-ResearchPaper-3_Baskin_2014.pdf>. Acesso em 27 dez. 2014.

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. *Conservação do solo.* 4. ed. São Paulo: Ícone, 1999.

CASSETI, V. *Geomorfologia*. [S.l.]: [2005]. Disponível em: <http://www.funape.org.br/geomorfologia>. Acesso em: 16 dez. 2013.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The Anthropocene. *Global Change Newsl.* 41, 2000, p. 17–18.

CRUTZEN, P. J. Geology of mankind: the Anthropocene. *Nature.* 415, 23, 2002.

GUERRA, A. T.; GUERRA, A. J. T. *Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

HOGAN, D. J.; CUNHA, J. M. P.; CARMO, R. L.; OLIVEIRA, A. A. B. Urbanização e vulnerabilidade sócio-ambiental: o caso de Campinas. In: HOGAN, D. J.; CARMO, R. L.; CUNHA, J. M. P.; BAENINGER, R. (orgs.) *Migração e ambiente nas aglomerações urbanas*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001. p. 395-418.

MARANDOLA JUNIOR, E.; HOGAN, D. J. Natural Hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. *Revista Ambiente & Sociedade*, v. 7, nº 2, jul/dez., 2004.

OLIVEIRA, M. A. T. Processos Erosivos e Preservação de Áreas de Risco de Erosão por Voçorocas. In: GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R. G. M. (Orgs.). *Erosão e conservação dos solos:* conceitos, temas e aplicações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. p. 57-99.

PEDRO MIYAZAKI, L.C.; FUSHIMI, M.. *Concepções do conceito de vulnerabilidade aplicado aos estudos socioambientais*. In: Marcel Bordin Galvão Dias; João Osvaldo Rodrigues Nunes. (Org.). Trilhando pelos solos: construções de um percurso. 1ed.Porto Alegre: Compasso Lugar-Cultura, 2017, v. 1, p. 195-210.

PEDRO MIYAZAKI, L. C. *Dinâmicas de apropriação e ocupação em diferentes formas de relevo: impactos e vulnerabilidades em ambientes urbanos*. 2014. 265f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

PEDRO MIYAZAKI, L. C. O estudo dos compartimentos geomorfológicos da cidade de Presidente Prudente-SP e sua relação com as áreas de vulnerabilidade ambiental à ocupação do relevo. In: ENCONTRO

NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA (ENANPEGE), 2013, Campinas. *Geografias, Políticas Públicas e Dinâmicas Territoriais*. Campinas: UNICAMP, 2013.

PEDRO, L. C.; NUNES, J. O. R. A relação entre processos morfodinâmicos e os desastres naturais: uma leitura das áreas vulneráveis a inundações e alagamentos em Presidente Prudente-SP. *Caderno Prudentino de Geografia.* vol. 2, nº 34, jul/dez., 2012, p. 81-96.

PEDRO, L. C.; NUNES, J. O. R. Sociedade e natureza: a interrelação entre ocupação, relevo e os impactos ambientais gerados. In: XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA, 2009, Viçosa. *Anais XIII Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada (SBGFA)*, Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2009. Disponível em <www.geo.ufv.br/simposio/simposio/trabalhos_completos/eixo 11/057.pdfs>. Acesso em dez. 2018.

PEDRO, L. C. *Ambiente e apropriação dos compartimentos geomorfológicos do Conjunto Habitacional Jardim Humberto Salvador e Condomínio Fechado Damha*. 2008. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciência e Tecnologia. Presidente Prudente.

PELOGGIA, A. U. G. *O homem e o ambiente geológico*: geologia, sociedade e ocupação urbana no município de São Paulo. São Paulo: Xamã, 1998.

STEFFEN, W; et al.; The Anthropocene: conceptual and historical perspectives. *Phil. Trans. R. Soc. A*, v.369, n. 1938, p. 842-867, mar. 2011. Disponível em: Disponível em: < <http://rsta.royalsocietypublishing.org/content/369/1938.toc#Introduction>. Acesso em 5 abr. 2013.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico Uno e Múltiplo. *Revista Electrónica De Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona, n.93, 2001. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sn-93.htm>. Acesso em 19 dez. 2018.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia e interdisciplinaridade. Espaço geográfico: interface natureza e sociedade. *Geosul*, Florianópolis, v.18, n.35, p. 43-53, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/13601>. Acesso em dez. 2018.

TAGLIANI, C. R. A. Técnica para avaliação da vulnerabilidade ambiental de ambientes costeiros utilizando um sistema geográfico de informações. In: XI SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 2003, Belo Horizonte. *Anais do XI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto*, Minas Gerais: SBSR, 2003. Disponível em: <http://www.fatorgis.com.br>. Acesso em jan. 2012.

TRICART, J. *Ecodinâmica.* Rio de Janeiro: IBGE, SUPREN, 1977. 91 p.

VEYRET, Yvette. *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2007.

WATERS, C. N.; et al. Global Boundary Stratotype Section and Point (GSSP) for the Anthropocene Series: Where and how to look for potential candidates. *Earth-Science Reviews*, v. 178, p. 379–429, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0012825217304087>. Acesso em 19 dez. 2018.

ZALASIEWICZ, J.; et al. The Anthropocene: a new epoch of geological time? *Phil. Trans. R. Soc. A*, v.369, n. 1938, p. 834-841, mar. 2011. Disponível em: Disponível em: < <http://rsta.royalsocietypublishing.org/content/369/1938.toc#Introduction>. Acesso em 5 abr. 2013.

CAPÍTULO 16
ESTUDOS GEOAMBIENTAIS E BASES METODOLÓGICAS DO ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO NO BRASIL

Francisco Leandro de Almeida Santos

Flávio Rodrigues do Nascimento

Introdução

O advento da chamada questão ambiental no mundo empreendida desde a Revolução Industrial pela crescente exploração dos recursos naturais conduziu novas discussões acerca dos paradigmas que permeiam o embate crescimento econômico *vs* proteção da natureza. Nessas condições, a introdução do desenvolvimento tecnológico na dinâmica de reprodução do capitalismo proporcionou a expansão do mercado global numa escala sem precedentes, potencializando a instalação dos desequilíbrios ambientais frente à inserção de novos padrões de consumo no contexto da sociedade contemporânea.

A difusão das políticas ambientais no mundo sob os preceitos da sustentabilidade representa um avanço no processo de gestão dos recursos naturais perante as aspirações do capitalismo em plena ascensão. As Conferência de Estocolmo e Rio 92, em 1972 e 1992, respectivamente, se configuram como principais marcos históricos de inserção da problemática ambiental na pauta de discussões internacionais. Desta forma, a introdução da sustentabilidade, surge a partir da necessidade de

repensar o modelo de crescimento econômico até então adotado pelas sociedades humanas, em meio a degradação dos recursos naturais.

No Brasil, os reflexos da problemática ambiental surgiram a partir das décadas de1960 e 1970, com a implantação do modela nacional-desenvolvimentista como forma de inserir o país na economia globalizada, permitindo a intensa exploração dos recursos naturais para atender os interesses do capitalismo financeiro internacional.

Nesse contexto repercussão institucional imediata no país se remete à rápida proliferação de entidades de defesa do meio ambiente, e do poder público, à criação de órgãos ambientais. Esse percurso foi marcado pela pressão latente entre as necessidades de proteção ambiental e do modelo de desenvolvimento econômico a ser adotado pelo país no capitalismo mundial (DEL PRETE & MATTEO, 2006).

A introdução da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), através do decreto 6.938, em agosto de 1981, se configura em um importante marco histórico para regulamentação das políticas ambientais no Brasil. O ZEE, (Zoneamento Ecológico-Econômico) conforme o Decreto Federal nº 4.297/2002 que regulamenta o art. 9º inc. II da lei nº 6938/81, constitui-se em sua essência um instrumento da Política Nacional do Meio Ambiente que atua na organização do território. A distribuição espacial das atividades econômicas deve respeitar as limitações e fragilidades dos ecossistemas estabelecendo vedações, restrições e opções de exploração do território redirecionando as atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais (CEARÁ, 2007).

O ZEE dispõe de todo um aparato jurídico, dotado de metodologia científica e de origem multidisciplinar, imprescindível para redirecionamento das atividades produtivas em sintonia com a sustentabilidade dos sistemas ambientais. Nesse contexto, o arcabouço institucional presume a divisão do território em zonas, de acordo com as necessidades de exploração, conservação e recuperação dos recursos naturais (BRASIL, 2001).

Deste modo, o presente trabalho busca discutir a importância do ZEE como instrumento de ordenamento territorial das políticas ambientais no Brasil, apresentando o arcabouço metodológico dos estudos geoambientais e sua transversalidade interdisciplinar em articulação com as variáveis socioeconômicas e da legislação pertinente ao Programa ZEE Brasil (2001). Assim, os estudos geoambientais colaboram com a gestão adequada dos recursos naturais na recuperação de áreas degradadas e conservação da biodiversidade, em consonância com as necessidades de utilização dos serviços ambientais na cadeia produtiva.

Aspectos jurídico-institucionais do ZEE no Brasil

O ZEE se notabiliza como um instrumento de ordenamento territorial do governo brasileiro que visa promover a gestão disciplinada dos recursos naturais no território em compatibilidade com o desenvolvimento econômico em vias sustentáveis.

Conforme o art. 21, IX da Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988), cabe à União “elaborar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento

econômico e social". O zoneamento ambiental deve ser convergente com as políticas de planejamento estratégico do país, orientando a tomada de decisões públicas no uso e ocupação do território (LIMA, 2012).

Nesse contexto, a criação do Programa Nossa Natureza, através do nº 96.044/1988, corresponde à iniciativa do Governo brasileiro de inserção do Zoneamento Ecológico-Econômico no planejamento estratégico regional da Amazônia Legal. Em setembro de 1990, o Governo Federal instituiu a Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico (CCZEE), com o objetivo de orientar a execução do ZEE em território nacional, bem como, articular-se com os estados na compatibilização da metodologia de seus zoneamentos regionais.

A responsabilidade pelo ZEE em nível macrorregional foi atribuída à CCZEE através do decreto 99.540/1990, tendo a SAE/PR (Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República) como braço operacional no plano executivo do projeto na Amazônia Legal (BRASIL, 2001).

A Constituição Federal, através do art. 186, Inciso III, destaca dentre os princípios normativos do ZEE: permitir a consolidação dos aglomerados urbanos já estabelecidos impedindo a ocupação desordenada do território, aumentar os índices de aproveitamento do solo e subsolo, reduzir a velocidade de expansão de técnicas predatórias ao meio ambiente, estimular a formação de cadeias produtivas eficientes, e por fim, contribuir para a efetivação do princípio da função da social da propriedade (SEFER, 2010).

A estrutura da SAE/PR foi aprovada pelo Decreto nº 99.373/1990, onde, posteriormente, através do Decreto

782/1993, foi definida como suas principais finalidades, coordenar o planejamento estratégico nacional, promover estudos, elaborar, coordenar e controlar planos, programas e projetos de natureza estratégica, caracterizados pelo presidente da república, inclusive no tocante as informações e ao macrozoneamento geopolítico e econômico (DEL PRETE & MATTEO, 2006.).

Em 1991, o Governo Federal cria, por meio da CCZEE e da SAE/PR, o PZEEAL (Programa de Zoneamento Ecológico-Econômico para a Amazônia Legal), justificado pela importância de um conhecimento criterioso e aprofundado de seus espaços intra-regionais para o planejamento estratégico e uso adequado dos recursos naturais. O programa constatou então, uma diversificação de metodologias, técnicas, conceitos e articulações entre as iniciativas dos estados de Rondônia, Mato Grosso, Pará, Acre e Tocantins na elaboração dos primeiros zoneamentos em escala genérica, o que inviabilizava uma integração efetiva das federações às diretrizes metodológicas do PZEEAL (DEL PRETE & MATTEO, op. cit.).

Conforme Chaves (2000), em setembro de 1995 foi realizada uma reunião para discutir o detalhamento da metodologia aplicável ao ZEE no Brasil com a participação do Banco Mundial, do laboratório de Gestão da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Laget UFRJ), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), do Governo Federal e do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo.

Esse evento delineou uma conotação mais precisa no âmbito do arcabouço conceitual do ZEE, responsável pelo suporte jurídico-institucional no processo de execução deste programa. Os resultados dessa reunião foram organizados na publicação “Detalhamento da Metodologia para Execução do

Zoneamento Ecológico-Econômico pelos Estados da Amazônia Legal", sob a responsabilidade de Berta Becker e Claudio Egler, em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse trabalho representa um marco para a consolidação do ZEE em território nacional (CHAVES, 2000.).De acordo com Becker e Egler (1996), esses debates envolveram a seleção de aspectos relevantes para metodologia do ZEE como:

- Significar um instrumento técnico de informação sobre o território, necessário para ocupação racional e uso sustentável dos recursos naturais;
- Munir-se de informações integradas em uma base geográfica;
- Classificar o território conforme sua capacidade de suporte ao uso e ocupação;
- Ser condicionante de planejamento e gestão para o desenvolvimento estadual em bases sustentáveis, colocando-se como instrumento corretivo e estimulador desse desenvolvimento.

O ZEE, portanto, não é um fim em si, nem mera divisão física, e tampouco visa criar zonas homogêneas e estatísticas cristalizadas em mapas. Trata-se de um instrumento técnico e político de planejamento, segundo critérios de sustentabilidade, de absorção de conflitos e de temporalidade com caráter dinâmico periodicamente revisto e atualizado, guiando a um novo padrão de desenvolvimento (BECKER & EGLER, 1996.).

Nesse contexto, o ZEE consiste num instrumento jurídico que delimita geograficamente setores com a finalidade de estabelecer regimes especiais de uso e tutela dos recursos naturais disponíveis, estabelecendo critérios para categorização

de espaços territoriais com objetivos de utilização especificamente definida pelos agentes sociais envolvidos (ANTUNES, 2000).

A medida provisória nº 1911-8/99 extinguiu a SAE/PR atribuindo suas competências ao Ministério do Meio Ambiente na execução do ZEE. Dessa forma, o ZEE passou a integrar o Plano Pluri-Anual 2000-2003 sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS), criada em agosto de 1999 (DEL PRETE & MATTEO, 2006).

No primeiro semestre de 2000, a Secretaria de Desenvolvimento Sustentável (SDS) realizou um diagnóstico da situação do ZEE no Brasil, que culminou em fins de junho, em um workshop no Senado Federal com a participação de executores estaduais, órgãos federais e representantes de organizações civis. O resultado desse diagnóstico constatou alguns aspectos relevantes na aplicação do ZEE enquanto instrumento de ordenamento territorial, dentre eles: projetos fragmentados em pequenas áreas, metodologias diferentes, além de informações indisponíveis e engavetadas dificultando uma compreensão ampla da realidade nacional (DEL PRETE & MATTEO, 2003).

Nessa perspectiva, em 2001, foi publicado o documento "Diretrizes Metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil" com o intuito de promover uma integração da metodologia do ZEE, no âmbito da articulação interinstitucional entre as esferas do poder público municipal, estadual e federal. Desta forma, a nova proposta avançava em questões não resolvidas na metodologia anterior, alvos de críticas durante os eventos. Ela passou a incorporar os temas biodiversidade e recursos hídricos, as atualizações necessárias de uso e ocupação da terra, bem como, a ultrapassar uma visão

estritamente analítica da sociedade baseada em indicadores quantitativos (DEL PRETE & MATTEO, 2006.).

Desse modo, o ZEE resulta da concretização de um novo arranjo institucional do sistema de planejamento nacional, orientando os investimentos do governo e da sociedade civil segundo as peculiaridades das áreas definidas como zonas e tratadas como unidades de planejamento. Ademais, o funcionamento do ZEE se projeta a partir de um sistema de informação ambiental e de avaliação das alternativas para articulação das ações públicas e privadas na reestruturação do território (BRASIL, 2001).

A rigor, o ZEE, conforme o Decreto Federal nº 4.297/2002 que regulamenta o art. 9º inc. II da lei nº 6938/81, constitui-se em sua essência um instrumento da PNMA que atua na organização do território. A distribuição espacial das atividades econômicas deve respeitar as limitações e fragilidades dos ecossistemas estabelecendo vedações, restrições e opções de exploração do território redirecionando as atividades incompatíveis com suas diretrizes gerais (CEARÁ, 2007).

Conforme o art. 12º do capítulo III do Decreto Federal 4.297/02, a definição de cada zona observará, no mínimo:

> I – diagnóstico dos recursos, da socioeconômica e do marco jurídico-institucional;
> II – informações constantes do Sistema de Informação Geográficas;
> III – cenários tendenciais e alternativas; e
> IV – diretrizes gerais e específicas nos termos do art. 14 deste decreto.

Art. 13º: O diagnóstico a que se refere ao inciso I do art. 12º deverá conter no mínimo:

I – Unidades dos Sistemas Ambientais, definidas a partir da integração entre os componentes da natureza;

II – Potencialidade Natural, definida pelos serviços ambientais dos ecossistemas e pelos recursos naturais disponíveis, incluindo, entre ouros, a aptidão agrícola, o potencial madeireiro e o potencial de produtos florestais não-madeireiros, que inclui o potencial para a exploração de produtos derivados da biodiversidade;

III – Fragilidade Natural Potencial, definida por indicadores de perda da biodiversidade, vulnerabilidade natural à perda do solo, quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;

IV – indicação de corredores ecológicos;

V – tendências de ocupação e articulação regional, definidas em função das tendências de uso da terra, dos fluxos econômicos e populacionais, da locação das infraestruturas e circulação da informação;

VI – condições de vida da população, definidas pelos indicadores de condições de vida, da situação da saúde, educação, mercado de trabalho e saneamento básico;

VII – incompatibilidades legais, definidas pela situação das áreas legalmente protegidas e o tipo de ocupação que elas vêm sofrendo;

VIII – áreas institucionais, definidas pelo mapeamento das terras indígenas, unidades de conservação e áreas de fronteira.

Art. 14º: As Diretrizes Gerais e Específicas deverão conter, no mínimo:

I – atividades adequadas a cada zona, de acordo com sua fragilidade ecológica, capacidade de suporte e potencialidades;

II – necessidades de proteção ambiental e conservação das águas, do solo, do subsolo, da fauna e flora e demais recursos naturais renováveis e não renováveis;

III – definição de áreas para unidades de conservação, de proteção integral e de uso sustentável;

IV – critérios para orientar as atividades madeireiras e não-madeireiras, agrícola, pecuária, pesqueira e de piscicultura, de urbanização, de industrialização, de mineração e de outras opções de uso dos recursos ambientais;

V – medidas destinadas a promover, de forma ordenada e integrada, o desenvolvimento ecológico e economicamente sustentável do setor rural, com o objetivo de melhorar a convivência entre a população e os recursos ambientais, inclusive com a previsão de diretrizes para implantação de infraestrutura de fomento às atividades econômicas;

VI – medidas de controle e de ajustamento de planos de zoneamento de atividades econômicas e sociais resultantes da iniciativa dos municípios, visando a compatibilizar, no interesse da proteção ambiental, usos conflitantes em espaços municipais contíguos e a integrar iniciativas regionais amplas e não restritas às cidades; e

> VII – planos programas e projetos dos governos federal, estadual e municipal, bem como suas respectivas fontes de recursos com vistas a viabilizar as atividades apontadas como adequadas a cada zona.

Contudo, há posições diversas quanto ao caráter do ZEE, se deve ser no âmbito indicativo ou normativo. Reconhece-se que normas rígidas correm o risco de não serem cumpridas e de rapidamente se tornarem obsoletas em face a dinâmica de ocupação. Por outro lado, há necessidade de um corpo mínimo de normas como inerente a regulação. Assim, a solução parte de uma normatização dinâmica em acordo com as particularidades geoambientais e socioeconômica do território, capaz de ser contundente e atualizada, e fruto da participação social (BECKER & EGLER, 1996).

O ZEE se concretiza como um instrumento de configuração territorial, aplicado a uma política de desenvolvimento que abriga a compreensão integrada da realidade geoambiental e socioeconômica do território. O enfoque sistêmico permite integrar o conjunto de processos e fatores envolvidos, sendo impedida a coleção de temas setoriais isolados. Tais aspectos corroboram para que o ordenamento territorial se faça em função das relações de interdependência entre a sociedade e a natureza como requisito para análise das inter-relações de causa e efeito frente à sensibilidade e resistência dos sistemas ambientais ao uso e ocupação (SOUZA, 2006).

Assim, a proposição das zonas ecológicas econômicas segue os critérios normativos do Programa ZEE Brasil (2001), no que se refere ao arcabouço jurídico-institucional da

legislação ambiental e nas potencialidades e limitações do território.

- Conjugar os elementos de diagnóstico físico-biótico e socioeconômico, para estabelecer macrocenários exploratórios com vistas a apresentar alternativas ao desenvolvimento social, ambientalmente sustentável;
- Subsidiar a elaboração de planos, programas e projetos e propor alternativas aos tomadores de decisão, segundo o enfoque da compatibilização das atividades econômicas com o meio ambiente;
- Espacializar a evolução do processo de degradação ambiental em relação ao uso dos recursos naturais com as atividades econômicas predominantes;
- Identificar as tendências das dinâmicas regionais, da produção econômica, dos conflitos de uso e das condições de vida da população;
- Espacializar as informações geográficas em um Sistema Gerenciador de Banco de Dados, utilizando Sistema de Informações Geográficas.

Estudos geoambientais e ZEE

A principal contribuição metodológica dos estudos geoambientais na elaboração de uma proposta de ZEE se pauta na correlação dos componentes geoambientais e socioeconômicos como ponto chave para uma análise integrada das variáveis em análise. A definição das zonas de planejamento

direciona a organização das atividades produtivas conforme os preceitos de sustentabilidade para uso adequado dos recursos naturais. Desta forma, a compartimentação dos sistemas ambientais representa um dos esteios para indicar cenários, tendências e alternativas à conservação dos recursos naturais em consonância com as aspirações dos atores sociais envolvidos no processo de ordenamento do território.

A par dessas questões, Souza (2000) à luz do método geossistêmico de Bertrand (1972), faz adaptações sobre a definição das unidades de paisagem. Nessa abordagem, o critério geomorfológico é utilizado como guia para mensurar a diversidade interna dos geossistemas no contexto do semiárido brasileiro. Desta forma, se torna imprescindível a delimitação dos geofácies como parte integrante do mesmo sistema de relações entre o potencial ecológico e a exploração biológica. Tais unidades são hierarquizadas conforme suas características evolutivas, com padrões uniformes de paisagens que guardam singularidades expressas no modelado da superfície terrestre como herança da dinâmica geoambiental oriunda do Quaternário.

Os sistemas ambientais apresentam um arranjo espacial decorrente do agrupamento de áreas dotadas de características específicas quanto às relações mútuas entre os componentes de natureza: geológica, geomorfológica, hidroclimática, pedológica e bioecológica, materializando-se nos diferentes padrões de paisagem. Considera-se que os sistemas ambientais são submetidos a fluxos de matéria e energia. Cada sistema representa uma unidade de organização do ambiente natural na interface com a reprodução da sociedade humana. Como tal, reagem também de modo singular às condições de uso e ocupação na exploração dos recursos naturais (SOUZA, 2000).

Souza (2006) define três níveis de abordagem para propostas de ZEE aplicadas no Nordeste do Brasil, sendo eles de natureza; analítica, sintética e dialética. O analítico para avaliação e caracterização dos componentes geoambientais e socioeconômicos; o sintético visando à caracterização dos arranjos espaciais dos sistemas ambientais e produtivos; o dialético para confrontar potencialidades e limitações de uso e os problemas que se afiguram em virtude da utilização dos recursos naturais para satisfazer as necessidades do setor produtivo.

Conforme Brasil (2001), o objetivo central da prospecção de cenários é simular situações, vislumbrar respostas e orientar a escolha de possíveis alternativas para proposição de ações e articulações político-institucionais no processo de implantação do ZEE. Destaca-se que a elaboração de cenários tem o propósito fundamental de projetar tendências futuras a respeito da base físico-biótica e do contexto socioeconômico do território à medida que dois cenários devem ser considerados nesses estudos; (1) Tendencial e (2) Desejável.

O cenário tendencial se fundamenta em uma análise profunda e circunstanciada dos processos evolutivos de uma região, indicando o que se considera na trajetória mais provável da dinâmica ambiental e do desenvolvimento socioeconômico. A teorização do cenário tendencial é dirigida no sentido de caracterizar uma listagem de macrotendências inerciais, as quais se traduzem, em linhas de movimento dos processos ambientais, que na ausência de forças ativas, tendem a prevalecer em um futuro próximo (CNRBC, 2004; SOUZA, 2006).

O cenário desejável fica na dependência do balanço entre o futuro almejado pela sociedade e o cenário tendencial concebido por consequência, como um comportamento

prospectivo. Não obstante, a construção do cenário desejável deve partir da manifestação política e qualitativa dos atores sociais, refletindo as suas aspirações convergentes com as efetivas possibilidades de desenvolvimento e transformação da realidade regional. Este representa o desenho do futuro da região que, ao mesmo tempo, coincide com os anseios da sociedade e é plausível e viável de ser construído em médio e longo prazo (PROJETO ÁRIDAS, 1995; SOUZA, 2006).

Becker e Egler (1996) definem as zonas ecológicas econômicas como porções delimitadas do território cujo uso é regulado por normas estabelecidas pelo Estado, as quais agregam duas dimensões básicas: a ecológica, que reflete as limitações e potencialidades de uso dos recursos naturais e a econômica, que manifesta as aspirações dos agentes sociais envolvidos no desenvolvimento humano do território.

O ZEE representa um instrumento técnico e legal inerente à formulação de diretrizes, metas e ações destinadas à conservação, preservação e recuperação ambiental. O monitoramento e controle das atividades produtivas, a fiscalização e o engajamento da sociedade civil são imprescindíveis para efetivação do planejamento como desdobramento do processo de gestão ambiental (NASCIMENTO & CARVALHO, 2003).

A figura 1 expõe de forma sintética um fluxograma metodológico como guia para aplicação dos critérios de base biofísica e humana nas propostas de ZEE:

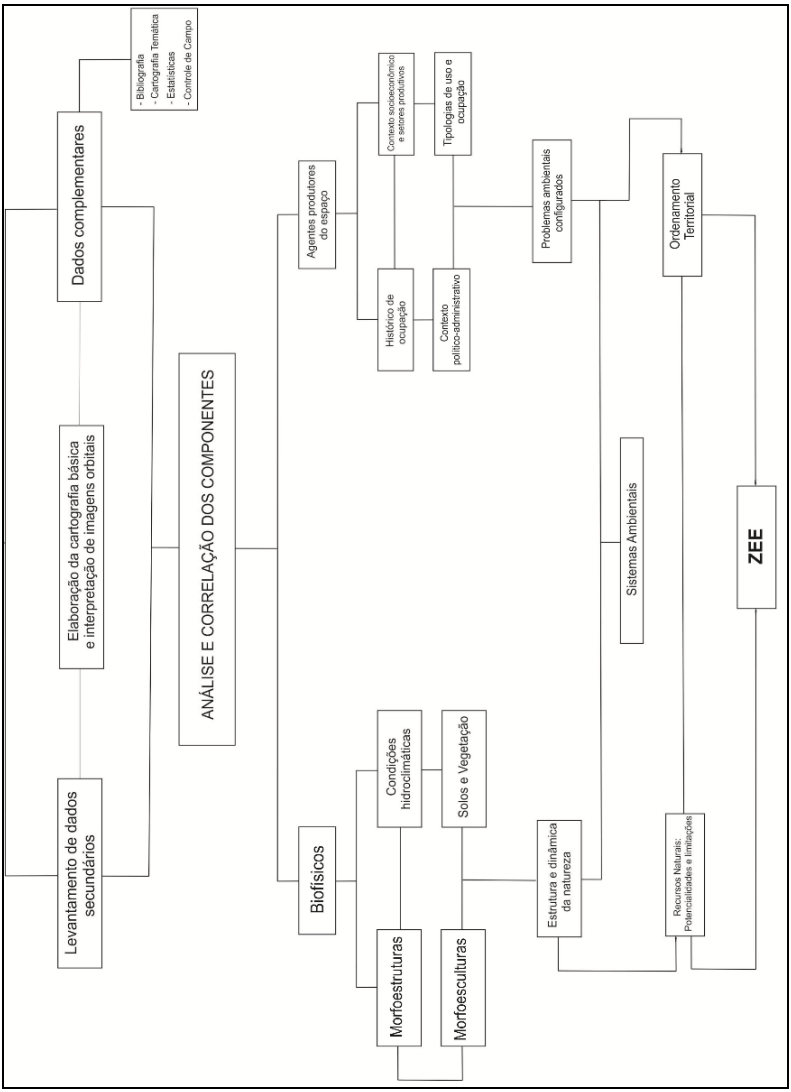


Figura 1: Fluxograma metodológico e etapas do ZEE a partir de bases geográficas.

Fonte: Autores, adaptado de Souza (2000).

Os critérios para a proposta de ZEE podem ser delineados com base na correlação das seguintes variáveis: diagnóstico geoambiental e socioeconômico, agentes produtores do espaço, setores produtivos e tipologias de uso e ocupação da terra. Como resultante da interação desses condicionantes, os problemas ambientais servem de parâmetro para categorização das zonas de planejamento, sobretudo pelo potencial de intervenção das atividades humanas sobre a dinâmica da natureza.

Desta forma, a definição das zonas de planejamento apresenta o ordenamento das atividades produtivas no território conforme os preceitos de sustentabilidade para prospecção de cenários desejáveis ao uso dos recursos naturais. O ZEE se fundamenta na proposta metodológica de sobreposição das bases naturais e socioeconômicas como variáveis que orientam um modelo adequado de ordenamento das atividades produtivas sobre o substrato biofísico dos sistemas ambientais.

Nesse quesito, o ZEE como instrumento de ordenamento territorial das políticas ambientais no Brasil, redireciona as atividades produtivas sobre o território conforme as áreas estratégicas destinadas à proteção, preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais disponíveis.

As características naturais são as bases para o entendimento da estruturação do espaço físico, com vista à elaboração de estudos voltados ao ordenamento territorial conforme a vocação de uso dos sistemas ambientais. Com isso, os impactos ao meio ambiente podem ser minimizados por um planejamento que contemple diversas variáveis em estudo, considerando em conjunto os aspectos naturais e humanos (CRISÓSTOMO NETO, 2002).

As tipologias de uso e ocupação da terra estão relacionadas aos modelos de exploração dos recursos naturais em virtude do seu valor econômico-social e das atividades exercidas em determinadas áreas como agricultura, desenvolvimento urbano, turístico e industrial, além da implantação da estrutura de base sofisticada. Esses fluxos, em geral, são operados entre o local e o global pela atuação dos agentes produtores do espaço ao longo do tempo, cujos, efeitos se manifestam nas mudanças ambientais em diferentes escalas (NASCIMENTO, 2006).

Nesse aspecto, um importante elemento é a capacidade de suporte dos sistemas ambientais, incluindo as potencialidades e limitações. As potencialidades são tratadas como atividades ou condições possíveis de se praticar em cada sistema ambiental, sendo propícias à implantação de atividades ou de infraestruturas. As limitações ao uso produtivo, além das restrições ligadas à legislação ambiental, são identificadas com base na susceptibilidade dos sistemas ambientais aos desequilíbrios ecológicos, nas deficiências do potencial produtivo dos recursos naturais e no estado de conservação da exploração biológica (SOUZA, et al. 2009).

Assim, as diretrizes abaixo expõem a categorização de zonas funcionais de planejamento em consonância com as diretrizes metodológicas do Programa ZEE Brasil (2001), sendo passíveis de adaptações a realidade geoambiental e socioeconômica de cada território para sustentabilidade ecológica-econômica.

Zona de Proteção Integral

Compreendem as Áreas de Preservação Permanente e de Uso Restrito conforme preceitua o Novo Código Florestal Lei Nº 12.651/12, abrangendo a vertentes de planaltos sedimentares e maciços cristalinos. Ademais se insere nessa zona de planejamento as unidades de conservação na categoria de Unidade de Proteção Integral atendendo a legislação ambiental pertinente ao Sistema Nacional das Unidades de Conservação (SNUC, 2000). Seguem as diretrizes que podem ser aplicadas nas Zonas de Proteção Integral:

- Cumprimento da legislação ambiental pertinente às Áreas de Preservação Permanentes e de Uso Restrito conforme preceitua o Novo Código Florestal;
- Monitoramento das Nascentes Fluviais;
- Atividades de mineração devidamente controladas e com rigoroso monitoramento nas áreas de vertentes e topos de morros
- Fiscalização dos órgãos ambientais competentes, coibindo a ocupação nas Áreas de Preservação Permanente, bem como em Parque Nacionais sob a proteção do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que estão regulamentados pela legislação ambiental do pertinente ao SNUC (2000);
- Estimular a prática do Ecoturismo envolvendo as populações locais no processo de desenvolvimento econômico em vias sustentáveis com incentivo a pesquisa científica e educação ambiental com foco na proteção da biodiversidade.

Zona de Conservação Ambiental

Nesta zona, as atividades econômicas devem ser compatibilizadas com a capacidade de suporte dos sistemas ambientais para manter as funcionalidades ecológicas entre os fluxos de matéria e energia na auto-organização da natureza. As atividades de manejo agroecológico e de rotação de culturas devem ser estimuladas para controlar a expansão de monoculturas e ciclos econômicos predatórios. São exemplos de diretrizes que podem ser aplicadas nessa unidade de planejamento:

- Controle de agrotóxicos e poluentes químicos com tratamento adequado dos efluentes da produção para evitar a contaminação dos recursos hídricos;
- Utilização de sistemas agroecológicos e recomposição florística da vegetação primária promovendo a introdução de culturas de sombreamento;
- Ampliação da infraestrutura básica nas comunidades rurais através dos projetos de abastecimento de água, esgotamento sanitário, saúde e educação, visando promover a qualidade ambiental e o bem-estar social;
- Técnicas de conservação dos solos baseados nos métodos da adubação orgânica e controle de Queimadas com o monitoramento dos setores ambientais estratégicos para manutenção da biodiversidade primária;
- Controle das atividades industriais poluentes, das fronteiras agrícolas e do rebanho bovino para melhoria da qualidade ambiental.

Zona de Recuperação Ambiental

Corresponde aos setores em processo de degradação ambiental pela ação dos agentes produtores do espaço no processo de uso e ocupação da terra. Os vetores de pressão remontam geralmente ao desenvolvimento agrícola, constituindo frentes de desmatamento para ampliação das fronteiras do agronegócio. Essa zona também pode estar associada, as atividades ligadas aos setores de indústria e mineração. Assim, as diretrizes podem ser encaminhadas a partir das seguintes ações:

- Recuperação das matas ciliares atenuando os efeitos dos processos erosivos ativos promovendo o controle da mineração e de resíduos industrias lançados *in natura*
- Reflorestamento dos suportes arbustivo e arbóreo de acordo com o estágio de conservação do solo e susceptibilidade aos processos erosivos;
- Programas de recomposição florística da vegetação primária com a recuperação da capacidade produtiva dos solos a partir da introdução de nutrientes;
- Controle da sucessão ecológica com áreas destinadas ao pousio e planejamento integrado de bacias hidrográficas com o controle de poluentes químicos;
- Articulação dos órgãos ambientais competentes para incorporação gradativa da área ao setor produtivo conforme o estágio de regeneração dos recursos naturais, estabelecendo setores de relevante

interesse ecológico como foco na proteção integral da biodiversidade parcialmente recuperada.

Zona de Preservação Ambiental

Compreende as áreas em pousio presentes nos diferentes sistemas ambientais dotados de características ecológicas e de biodiversidade relevantes. Tais sistemas ambientais abrigam a biodiversidade de importantes domínios fitogeográficos do Brasil. Estas áreas ainda não foram incorporadas ao desenvolvimento dos ciclos produtivos exercendo funções ecológicas importantes nos fluxos de matéria e energia da natureza. Contudo geralmente estão em processo de especulação pelos agentes econômicos para inserção de projetos agroindustriais e de turismo de lazer. As diretrizes aplicadas nessa unidade de planejamento podem ser a seguintes:

- Promover a criação de Unidades de Conservação nas áreas dotadas de relevante interesse biológico com características endêmicas da vegetação primária;
- Criação de Reservas Particulares de Patrimônio Nacional (RPPN), instituídas pelo decreto nº 1922 de 5 de junho de 1996 com foco na preservação dos atributos naturais da biodiversidade primária dos diferentes biomas no Brasil;
- Implantação do plano de manejo das Unidades de Conservação enquadradas na categoria de Unidades de Uso Sustentável articulando populações e setores produtivos locais nos processos decisórios para uma gestão ambiental compartilhada;

- Gestão dos recursos hídricos e articulação com os comitês de bacias hidrográficas;
- Estimular a pesquisa cientifica sobre a biodiversidade e características ambientais que são relevantes para preservação como patrimônio natural como feições de relevo.

Zona de Uso Sustentável

A Zona de Uso sustentável orienta a compatibilização dos ciclos produtivos com a capacidade de suporte dos sistemas ambientais permitindo a instalação de empreendimentos agroindústrias que atendam requisitos da legislação pertinente. Além disso, as práticas agrícolas de subsistência devem ser estimuladas para atender a demanda das populações locais em articulação com os mercados de consumo regionais, sendo passível de controle, a expansão da pecuária extensiva sobre as áreas de relevante biodiversidade primária. As diretrizes podem ser as seguintes:

- Incentivo as políticas de crédito rural e assistência familiar com expansão da infraestrutura básica e saneamento ambiental;
- Investimento do poder público em assistência técnica para agricultura familiar proporcionando o aumento da produtividade e qualidade da colheita;
- Melhoria da infraestrutura para atração de investimentos privados que possam promover o desenvolvimento econômico regional com inclusão de populações locais;

- Controle de queimadas e do extrativismo mineral e vegetal predatório;
- Gestão dos recursos hídricos e articulação dos comitês de bacias hidrográficas em articulação com os anseios dos atores sociais envolvidos no ordenamento territorial.

Zona de Urbanização Consolidada

As formas de ocupação urbana se remetem as áreas de residências domiciliares, atividades industriais e comerciais, além dos serviços financeiros públicos e privados voltados para viabilizar a fluidez do capital. Neste caso, os problemas ambientais estão relacionados à infraestrutura dos serviços urbanos como: esgotamento sanitário, coleta de lixo e abastecimento de água, impermeabilização dos solos, canalização e poluição de cursos fluviais e supressão da vegetação primária. Desta forma, as diretrizes podem consistir nas seguintes propostas:

- Ampliação da rede de saneamento básico e coleta de lixo nas áreas mais problemáticas, no que tange as moradias de infraestrutura precária e as ocupações próximas de nascentes e canais que drenam o perímetro urbano;
- Ampliação da rede abastecimento e tratamento de água para as populações locais, regulamentadas pelos órgãos públicos competentes;
- Programa de arborização dos espaços públicos com a introdução de espécies nativas para melhoria do conforto térmico e qualidade ambiental;

- Programa de gestão das microbacias urbanas com a aplicação da legislação ambiental pertinente às Áreas de Preservação Permanente;
- Investimentos nas áreas de saúde pública e educação conforme a disponibilidade de recursos financeiros das esferas estadual e federal.

Considerações finais

O ZEE se consolida como instrumento de caráter interdisciplinar que considera as potencialidades e limitações de uso dos recursos naturais. Neste quesito, as diretrizes para elaboração de uma proposta de ZEE se materializam na delimitação de zonas funcionais de planejamento em consonância com a compatibilidade das atividades produtivas com a capacidade de suporte dos sistemas ambientais.

A delimitação de zonas ecológicas econômicas segue critérios geoambientais, socioeconômicos e do arcabouço jurídico-institucional do ZEE. Não obstante, a presente pesquisa aponta caminhos de articulação do ZEE com a transversalidade interdisciplinar da Geografia Física como ciência de aplicação dos seus aportes teóricos metodológicos na proposição de políticas de ordenamento territorial.

Diante disso, a contribuição metodológica dos estudos ambientais aplicadas ao ZEE representa um desdobramento da metodologia geossistêmica que almeja a materialização do planejamento ambiental no processo de ordenamento territorial. Sua materialização nas tomadas de decisões públicas, possibilita um maior número de acertos para o enfrentamento da sociedade

civil com as questões ambientais contemporâneas, consolidando um instrumento institucionalizado pelo governo brasileiro de comando e controle das atividades produtivas no território.

Referências

ANTUNES, P. B. *Direito ambiental*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

BECKER, B.; EGLER, C. *Detalhamento da metodologia para execução do Zoneamento Ecológico-Econômico pelos Estados da Amazônia Legal.* Brasília: SAE – Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, 1997.

BERTRAND, G. Paisagem e Geografia Física Global: esboço metodológico. São Paulo:

BRASIL. *Programa Zoneamento Ecológico-Econômico:* diretrizes metodológicas para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil. Brasília: MMA/SDS, 2001, p. 110.

_____. Presidência da República *Art, 9. Inc. II, Lei 6938/81 Política Nacional do Meio Ambiente.* Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus mecanismos de formulação e aplicação. Brasília, DF.

_____. Presidência da República. *Decreto Federal Nº 4.297/2002.* Regulamenta o art. 9º, inciso II, da lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil. Brasília, DF.

_____. Presidência da República. *Decreto Federal Nº 4.297 de 10 de Julho de 2002. Artigos: 12º, 13º, 14º- capítulo III.* Dispõe sobre Critérios para o Zoneamento Ecológico-Econômico do Brasil. Brasília DF.

_____ Presidência da República. *Decreto Federal Nº 96.944 de 12 de Outubro de 1988.* Dispõe sobre a criação do Programa de Defesa do Complexo de Ecossistemas da Amazônia Legal (Programa Nossa Natureza). Brasília, DF.

_____. Presidência da República. *Decreto Federal Nº 99. 540 de 21 de Setembro de 1990.* Dispõe sobre a Instituição da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional. Brasília, DF.

_____. Presidência da República. *Medida Provisória 1.911-8, de 29 de Julho de 1999. Altera da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998*, Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, DF.

_____. Presidência da República. *Decreto Federal Nº 1.922, de 5 de Junho de 1996.* Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Brasília, DF.

_____. Presidência da República. *Lei 9.895, de 18 de Julho de 2000.* Regulamenta o art. 225 § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Brasília, DF.

_____. Presidência da República. *Lei Nº 12.651, de 25 de Maio de 2012*. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, altera as leis 6.938 de 31 de agosto de 1981 e 9.333 de 19 de dezembro de 1996, de 22 de dezembro de 2006 revoga as leis 4.771, de 15 de setembro de 1965 e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Nº Medida Provisória 2.166-67, de 24 de agosto de 2001. Brasília, DF.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. *Artigo 21 Inciso IX.* Senado Federal. Brasília, DF, 1988. 192p.

CNRBC (Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga). *Cenários para o Bioma Caatinga.* Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. Recife, Brasil, 2004.

CEARÁ. Zoneamento Ecológico-Econômico do Bioma Caatinga e Serras Úmidas do Estado do Ceará. FCPC – Fortaleza: PETROBRÁS / FCPC / SEMACE / UFC, 2007.

CHAVES, F. T. *Planejamento Virtual:* O Zoneamento ecológico-econômico (ZEE) na Amazônia enquanto instrumento de política ambiental e territorial. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

CRISÓSTOMO NETO, A. P. *Mapeamento geoambiental por Imagem de satélite do Vale do Paraíba.* Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2002. 196p.

DEL PRETTE, M. E. MATTEO, K. C. Origens e Possibilidades no Zoneamento Ecológico-Econômico no Brasil. *Caderno de Referência:* Subsídios ao debate. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2006.

LIMA, A. *Zoneamento ecológico-econômico à luz dos direitos socioambientais.* 1º ed (2006), 2º Reimpressão. Curitiba: Juruá, 2012. 288p.

NASCIMENTO, F. R; CARVALHO, O. Aspectos geoambientais e proposta de zoneamento geoambiental para a bacia do baixo Pacoti-CE, Nordeste do Brasil. *Boletim Goiano de Geografia*, 23 (2): p. 269-287, jul./dez., 2003.

PROJETO ÁRIDAS. *Nordeste:* uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Brasília: Ministério do Planejamento e Orçamento, 1995.

SEFER, R. N. Zoneamento Ecológico-Econômico como instrumento para a efetivação do princípio da função sócio-ambiental da propriedade. *Anais do XIX Encontro Nacional do CONPEDI-Fortaleza – CE.* Junho de 2010.

SOUZA, M. J. N. Bases naturais e esboço de zoneamento geoambiental do estado do Ceará. In: LIMA, L. C; SOUZA, M. J. N; MORAES, J. O. (orgs.). *Compartimentação territorial e gestão regional do estado do Ceará.* Fortaleza: Editora FUNECE, 2000.

_____. A Problemática Ambiental: Cenários para o Bioma da Caatinga no Nordeste do Brasil. In: SILVA, J. B.; LIMA, L. C; DANTAS, E. W. C.(orgs.). *Panorama da geografia brasileira II.* São Paulo: Annablume, 2006.

_____; MENELEU NETO, J; SANTOS, J. O; GONDIM, M. S. *Diagnóstico Geoambiental do Município de Fortaleza:* subsídios ao macrozoneamento ambiental e à revisão do Plano Diretor Participativo – PDPFor / Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2009.

CAPÍTULO 17
ANÁLISE DA DINÂMICA EROSIVA NO PARQUE DO GOIABAL - MUNICÍPIO DE ITUIUTABA/MG, NO PERÍODO DE 2015 A 2017

Jonathan Fernando Costa Alves

Leda Correia Pedro Miyazaki

Silvanio de Cássio Silva

Introdução

O ambiente urbano é palco de diferentes impactos socioambientais que afetam o equilíbrio dinâmico dos processos naturais, ocasionando diversos problemas oriundos da degradação dos recursos naturais, afetando de forma negativa a vida de todos os seres vivos ligados a esses ambientes. Entre os diversos impactos ambientais pode-se destacar aqueles que atingem os solos, sendo exemplificados por erosões, contaminação e perda de fertilidade.

Diversos condicionantes podem acelerar os processos erosionais, dentre eles, o clima, ações antrópicas, as características litólicas e latólicas da área, o relevo entre outros. No entanto, o ser humano vem desempenhando um papel que pode identifica-lo como agente acelerador dos processos erosivos naturais. Tal característica tem se manifestado principalmente nas áreas rurais, por meio da erosão laminar e linear, provocando assim, a perda de solo em um curto período de tempo (tempo histórico). Nas áreas urbanas o que tem se

manifestado são feições erosivas lineares do tipo sulcos, ravinas e voçorocas associadas principalmente aos fundos de vale e/ou locais onde se encontram o final das tubulações do sistema de drenagem das águas superficiais, onde é despejado um grade volume de agua sem infraestrutura adequada (escadas de dissipação de energia) que previna a erosão urbana.

No ambiente urbano um dos impactos ambientais mais reluzentes é a erosão linear dos solos, visto que, é um problema pertinente, principalmente nos dias atuais, já que a expansão da malha urbana tende a promover o desmatamento, o processo de terraplanagem e a impermeabilização dos solos. Tudo isso afeta a dinâmica natural dos processos de infiltração e consequentemente o escoamento superficial das águas pluviais, provocando um desiquilíbrio no balanço morfogenético, acarretando um aumento no transporte de diferentes tipos de materiais e sedimentos (por meio de fluxo superficial e gerando feições erosivas.

Assim, a ausência de um planejamento da expansão territorial urbana pode comprometer a qualidade ambiental e de vida dos moradores nas áreas urbanas, dificultando à proteção das áreas verdes, dos cursos d'águas entre outros. Assim, o objetivo deste texto foi realizar uma análise sobre a inter-relação entre as dinâmicas da sociedade e da natureza e os resultados dessa interação que se manifestam na paisagem que compõem o Parque do Goiabal, no Município de Ituiutaba/MG, durante os anos de 2015, 2016 e 2017.

Dinâmicas e feições erosivas

A discussão sobre os impactos ambientais influenciados pelas atividades humanas é de total importância para entendermos qual a dimensão desses impactos nas áreas urbanas, neste sentido Silva e Pedro Miyazaki (2014, p.2), considera que:

> Os debates sobre os impactos ambientais negativos, como por exemplo, o efeito estufa, as ilhas de calor, a ocupação em áreas de risco, os deslizamentos de encostas, os alagamentos em fundos de vale, os assoreamentos dos cursos d'água, feições erosivas, entre outros, ganham, cada dia mais, espaço nas discussões mundiais. Neste sentido, cientistas e pesquisadores buscam cada vez mais explicações e soluções para que se possa resolver ou minimizar os problemas ambientais, os quais afetam tanto o equilíbrio natural, quanto provocam impactos sobre a sociedade.

Contudo, os impactos ao ambiente influenciados pela sociedade não podem ser vistos de maneira a considerar o ser humano como um agente individual, pois as modificações causadas no espaço são fruto das atividades da sociedade como um todo, considerando a inter-relação entre as dinâmicas da sociedade e natureza. Assim, Souza (1997, p.22) resume a concepção de espaço social da seguinte forma:

> O espaço social é, primeiramente ou em sua dimensão material e objetiva, um produto da transformação da natureza (do espaço natural: solos, rios etc.) pelo trabalho social. Palco das relações sociais, o espaço é, portanto, um palco verdadeiramente construído, modelado, embora em graus muito variados de intervenção e alteração pelo homem, das mínimas modificações induzidas por uma sociedade de caçadores e coletores (impactos ambientais fracos) até um ambiente construído e altamente artificial como uma grande metrópole contemporânea (fortíssimo

> impacto sobre o ambiente natural), passando pelas pastagens e pelos campos de cultivo, pelos pequenos assentamentos etc. Não é um espaço abstrato ou puramente metafórico (acepção usual no domínio do senso comum e em certos discursos sociológicos, a começar por Durkheim), mas um espaço concreto, um espaço geográfico criado nos marcos de uma determinada sociedade.

Neste sentido, é importante destacar que a apropriação e a ocupação, sejam do espaço ou do relevo, provocam alterações nas dinâmicas naturais de vários processos resultando no que se conhece como espaço geográfico. Pode-se observar então, que o ambiente é social e historicamente construído, sendo que essa construção, acontece no processo de interação continua entre uma sociedade em movimento e o espaço físico particular que se modifica permanentemente.

Dentre as dinâmicas ambientais está o processo de erosão, Braghiroli (2015, p. 31) enfatiza que os processos erosivos "são responsáveis pela esculturação do relevo, sendo um processo natural e de extrema importância para a evolução das formas superficiais, pois ele é responsável pela remoção, transporte e deposição do sedimento".

Para Guerra (1993, p. 153), o conceito de erosão pode ser entendido como "destruição das saliências ou reentrâncias do relevo, tendendo a um nivelamento ou colmatagem, no caso de litorais, enseadas, baías e depressões [...]".

Os rios, os ventos, as geleiras e as enxurradas das chuvas, deslocam, transportam e depositam continuamente as partículas de rocha e solo, este fenômeno é denominado erosão geológica ou natural (LEPSCH 2002). Devido à existência de vários condicionantes capazes de influenciar os processos erosionais,

estes, foram diferenciados levando em consideração as características de seu processo de formação.

No Brasil, a erosão Hídrica é a mais atuante devido as características climáticas do país, tais como, a intensidade, a quantidade e a distribuição de chuvas no território (LEPSCH 2002). Neste sentido, é importante entender a dinâmica do ciclo hidrológico para se compreender o processo de erosão natural. O ciclo hidrológico se inicia com a precipitação meteórica, que representa a condensação de gotículas a partir do vapor de água presente na atmosfera, dando origem a chuva (KARMANN, 2001). Dentre as fases do ciclo hidrológico, o momento primordial para a ocorrência dos processos erosivos é quando a gotícula d'água entra em contato com a superfície terrestre, podendo infiltrar-se ou escoar. A parcela d'água que infiltra é guiada pela força da gravidade e tende a preencher os vazios no subsolo e abastecem os corpos d'água subterrâneos, a infiltração é favorecida pela presença de materiais porosos e permeáveis como solos e sedimentos arenosos, assim como, rochas expostas muito fraturadas ou porosas. Quando a capacidade de absorção de água da superfície é superada, uma porção do volume total é impulsionada pela gravidade para as zonas mais baixas ocasionando o escoamento superficial (KARMANN, 2001).

A fragmentação das rochas ocorre por meio do intemperismo, que pode ser entendido como o conjunto de modificações de ordem física (desagregação) e química (decomposição) que as rochas sofrem ao aflorar na superfície da Terra (TOLEDO, 2001). O intemperismo pode ser entendido também como o conjunto de processos mecânicos, químicos e biológicos que ocasionam a desintegração e decomposição das rochas (GERRA, GERRA , 1993). O intemperismo pode ser físico ou químico, uma vez que é provocado pela ação física ou

bioquímica de organismos vivos ou da matéria orgânica resultante de sua decomposição, o mesmo é chamado de intemperismo físico-biológico ou químico biológico. O intemperismo físico é constituído de todos os processos que causam desagregação das rochas, com separação dos grãos e minerais antes coesos e com sua fragmentação, transformando a rocha inalterada em material descontínuo e friável (TOLEDO, 2001).

Assim como as rochas, os solos também são corpos que sofrem processos erosivos que são normais na natureza, uma vez que erosão normal é o sinônimo de erosão geológica ou ainda erosão natural, exercida pelos agentes exodinâmicos (GUERRA, GERRA, 1993).

Em contrapartida, a erosão normal, pode-se mencionar o processo erosivo denominado erosão acelerada ou biológica, que é conceituado por Guerra e Guerra (1993) como uma saliência que é realizada na superfície terrestre devido à intervenção do ser humano e seres vivos, ocasionando um desequilíbrio litogliptogenico, que acaba acelerando a erosão natural que afeta as camadas superficiais dos solos, motivados por ações que resultam no desmatamento, na esculturação do relevo (cortes de talude), etc.

O conceito de erosão acelerada demonstra o quanto a sociedade, ao ocupar um relevo pode exercer influência sobre os processos erosivos de ordem natural, podendo acelerá-los e possivelmente ocasionar impactos ambientais bastante prejudiciais para determinadas áreas. A erosão é um processo natural e atuante na dinâmica de formação do relevo, que pode ser acelerada pelas formas de uso e ocupação do solo, é de suma importância o recorte espacial e temporal na análise dos processos erosivos (FRANCISCO, 2011).

A extração da floresta, frequentemente manipulada de forma inadequada, leva à maior exposição do solo, que passa ser mais susceptível aos agentes erosivos, com sua consequente desestruturação e perda da capacidade de absorção da água, o que provoca maior escoamento superficial que, por sua vez, intensifica a erosão, podendo ocasionar o assoreamento dos cursos d'água (CORDNI e TAIOLI, 2001).

Sendo um processo evolutivo, é necessário entender o desenvolvimento gradativo das feições erosivas desde seus primeiros estágios. O início do processo erosivo se inicia a partir da ação do *splash*, que tem o potencial de preparar as partículas que compõem o solo para serem transportadas pelo escoamento superficial. Essa preparação pode ocorrer pela ruptura dos agregados, alterando a granulometria ou pela própria ação transportadora que o *splash* provoca nas partículas dos solos. Estes agregados preenchem os poros da superfície do solo, provocando a selagem e, consequentemente, a diminuição da porosidade, ocasionando o aumento do escoamento superficial (GUERRA, 2012).

O efeito *splash* tem seu potencial variado devido a elementos, tais como, a resistência do solo ao impacto das gotas de água e também a própria energia cinética das gotas de chuva (GUERRA, 2012). A energia cinética é definida por Goudier (1985, *apud* GUERRA, 2012, p. 19), como "[...] a energia resultante do movimento translacional de um corpo, e, do ponto de vista teórico, a energia cinética de uma chuva é altamente significante para a erosão, por que gastos de energia para a ruptura dos agregados [...]". Desta forma quanto maior a energia cinética de uma chuva maior será a probabilidade de ruptura dos agregados, podendo ser considerado um dos primeiros fatores no processo de erosão dos solos (GUERRA 2012).

Com o rompimento dos agregados no topo do solo, vai ocorrendo a formação de crostas, que possivelmente causaram a selagem dos solos, para Guerra (2012, p. 22), "esse processo é pela diminuição das taxas de infiltração e, consequentemente, aumentam as taxas de escoamento superficial, podendo aumentar a perda de solo". Com formação das crostas a superfície do terreno se torna selada, dificultando a infiltração da água das chuvas (GUERRA, 2012).

A formação das crostas pode acarretar o surgimento de poças, formadas a partir da concentração de água nas irregularidades existentes no topo do solo, tendo de 1 a 2 mm de profundidade, até alguns centímetros dependendo do tipo de solo, sendo o estágio que antecede o escoamento superficial, que a princípio é difuso, podendo tornar-se concentrado, à medida que o processo tem continuidade temporal. (GUERRA, 2012). Fluxos lineares podem atingir altas velocidades, segundo Braghiroli (2015, p.33), estes, são:

> Capazes de retirar e transportar sedimentos e além disso a concentração de sedimentos no interior do fluxo linear faz com que haja um forte atrito entre essas partículas e o fundo dos pequenos canais, podendo passar por processos evolutivos, como microravinas, ravinas e voçorocas por meio desse escoamento linear.

Guerra e Guerra (1993, p. 349), define as ravinas como sendo "sulcos produzidos nos terrenos, devido ao trabalho erosivo das áreas". Caso o processo de ravinamento, ou seja, formação de ravinas, seja continuo, estas, poderão evoluir para voçorocas, para Bryant (1987, *apud* Guerra 2012, p. 47), "ravinas permanentes, que persistem no mesmo local por períodos prolongados, quase sempre evoluem para voçorocas [...]".

O estágio mais evoluído dos processos erosionais são as voçorocas ou boçorocas, apresentando-se como rasgos disseminados nas encostas e podem atingir profundidades de vários metros, até o horizonte C dos solos, com paredes quase verticais, indicando destruição total de áreas agrícolas e, por vezes, também áreas urbanas (LEPSCH 2002).

Para Guerra e Guerra (1993, p. 437), essa feição erosiva é definida como, "escavação ou rasgão do solo ou de rocha decomposta, ocasionado pela erosão do lençol de escoamento superficial". Para ele é possível diferenciar as ravinas das voçorocas levando em consideração as distinções entre suas dimensões, segundo Guerra (1998) ravinas seriam incisões de até 50 centímetros de largura e profundidade. Acima desses valores, as incisões erosivas seriam denominadas voçorocas.

As áreas onde se formam essas feições erosivas podem ser constituídas por elementos que influenciam positivamente a existência desses processos, a maior ou menor susceptibilidade de um terreno à erosão depende de uma série de fatores, dos quais quatro são considerados os principais: a chuva, os tipos de solos, a cobertura vegetal e a topografia (SALOMÃO, 2012).

Em relação a influência das chuvas nos processos erosionais, Salomão (2012) afirma que:

> [...] sua ação erosiva depende da distribuição pluviométrica, mais ou menos regular, no tempo e no espaço e sua intensidade. Chuvas torrenciais ou pancadas de chuvas intensas, como tromba-d'água, constituem a forma mais agressiva de impacto da água no solo. Durante esses eventos a aceleração da erosão é máxima (SALOMÃO, 2012, p. 232).

Outro elemento fundamental para analisar a susceptibilidade do terreno aos processos erosivos é a natureza

dos solos, suas características físicas, tais como, textura, permeabilidade e profundidade são essenciais para a ocorrência das erosões, segundo Lepsch (2002, p.195).

> Solos de textura arenosa são mais facilmente erodidos. A permeabilidade é outro fator importante. Os Argissolos, por exemplo, em igualdade de textura e relevo, são mais susceptíveis devido a presença do horizonte B menos permeável, com acumulação de argila. Da mesma forma, solos rasos são mais erodíveis do que os profundos, porque neles s água das chuvas acumula-se muito acima da rocha ou camada adensada, que é impermeável, encharcando mais rapidamente o solo, o que facilita o escoamento superficial e, consequentemente, o arraso do horizonte superficial.

A cobertura vegetal é extremamente importante para a conservação dos solos, pois, ela propícia a defesa natural do terreno. Para Salomão (2012), a fertilidade dos solos também é importante para que haja um bom desenvolvimento das plantas, atribuindo assim uma melhor proteção. Segundo Lepsch (2002, p. 195), "um solo naturalmente mais fértil, ou adequadamente adubado, oferece condições para um desenvolvimento mais vigoroso das plantas; por isso fica menos sujeito ao degaste pela erosão".

Por último, mas não menos importante, a topografia do local é um fator importante no que tange a formação de erosões, para Salomão (2012, p. 233), "[...] a intensidade erosiva verifica-se principalmente pela declividade e comprometimento de rampa (comprimento de encosta). Esses fatores interferem diretamente na velocidade das exurradas". Neste sentido é importante ressaltar a contribuição de Lepsch (2002, p.195), para ele:

> Nos terrenos planos, ou apenas levemente inclinados, a água escoa em velocidade baixa e, além de possuir menos energia, tem mais tempo para se infiltrar; nos terrenos muito inclinados, a resistência ao escoamento das águas é menor e, por isso, elas tinguem maiores velocidades.

Os processos erosivos são dinâmicos e ocorrem de naturalmente, entretanto alguns condicionantes como a influência da sociedade podem acelerá-los, causando desiquilíbrio ao ambiente natural. No ano de 2001, calculou-se que cerca de um bilhão de toneladas de materiais agrícolas foi erodido (LEPSCH, 2002) esse dado demonstra o quão grande é o impacto causado pelas erosões, ilustrando o tamanho do prejuízo ecológico e processo de degradação de grande patê dos municípios brasileiros.

O Parque do Goiabal: aspectos físicos

O município de Ituiutaba/MG apresenta vários processos e feições erosivas em seu território, sendo as voçorocas o maior exemplo de degradação ambiental. Essas erosões indicam que muito solo fértil já foi perdido ao longo do tempo, devido a práticas e ações que promovem o manejo incorreto dos solos associados as características físicas do local.

Além disso, o desmatamento de áreas de preservação permanentes, matas ciliares e processos de ocupação de forma desordenada tem contribuído para a manifestação de impactos ambientais decorrentes do processo de ocupação de áreas ao entorno do parque.

A área urbana do município de Ituiutaba está localizada no quadrante que envolvem as seguintes coordenadas UTM:

longitude 655001 m E e latitude m S790551 sul; 66501 oeste e 7895001 sul, como ilustrado na figura 01 (p. 2). O recorte espacial dessa investigação foi o Parque do Goiabal, localizado na porção sul do perímetro urbano, cuja entrada principal localiza-se nas seguintes coordenadas UTM: longitude 662773.22 m E e latitude 7898026.75 m S.

O Parque do Goiabal é uma área verde muito importante, criada pela lei nº 1826 de 24 de agosto de 1977, mas só foi fundado em 1° de maio de 1986, sendo classificado conforme a Lei n° 9.985 de 18 de julho de 2000 como uma Unidade de Conservação de Uso Sustentável. O objetivo principal que levou a criação do parque foi preservar a fauna, a flora original que já foi bastante degradada pelo avanço das áreas destinadas a pastagens e agricultura sobre esses ambientes naturais (PREFEITURA MUNICIPAL, 2018).

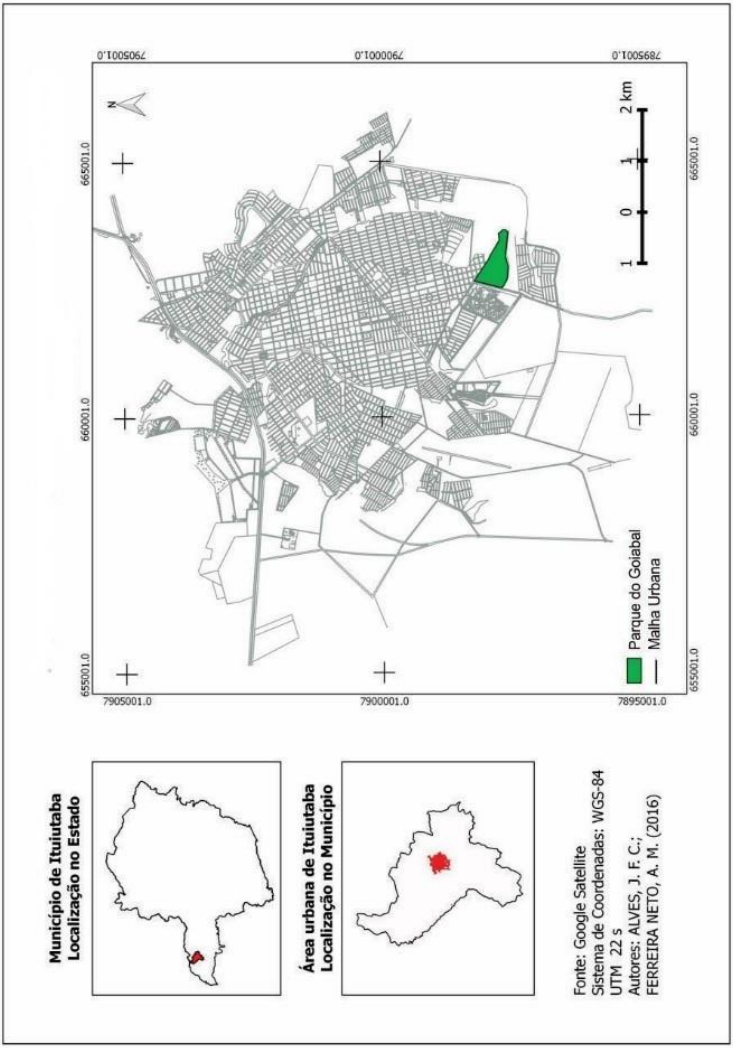


Figura 1: Ituiutaba/MG: Localização da área urbana do município de Ituiutaba-MG e da Unidade de Conservação-Parque do Goiabal

Fonte: Google Satelite (2016).

O parque é muito utilizado para a realização de pesquisas cientificas e o desenvolvimento de atividades que visam a educação ambiental, a recreação e o turismo ecológico, sendo classificado como unidade do tipo parque (SILVA, SANTOS, LOBODA, 2015).

Nos últimos anos, o parque vem sofrendo uma pressão da expansão territorial urbana, pois cada vez mais é perceptível a presença de resíduos sólidos dentro do parque, além das queimadas antrópicas e das águas pluviais (sistema de drenagem urbano ineficaz) oriundas dos bairros que localizam-se ao entorno do parque, o que tem acelerado os processos erosivos neste local.

A erosão é um dos processos naturais que está se intensificando, isso devido a ação humana, o que compromete a qualidade ambiental do Parque do Goiabal, principalmente no que se refere a geodiversidade. As erosões lineares são bastantes representativas na área e necessitam ser estudadas/monitoradas para que se possa compreender o processo, causas e consequências e ações mitigadoras. Neste sentido, que conhecer os aspectos físicos do parque torna-se muito importante, pois é por meio da caracterização geológica, geomorfológica, pedológica, topográfica entre outras será possível compreender a dinâmica dos processos (antrópicos/naturais) que ocorrem no parque.

Em relação ao tipo de rocha encontrada no parque, é possível identificar arenitos que compõem a Formação Adamantina do Grupo Bauru (Figura 02), sendo possível observá-las no fundo das erosões mais profundas (formas erosivas de voçorocas).

Figura 2: Afloramento de rocha sedimentar, arenitos da Formação Adamantina pertencentes ao Grupo Bauru.

Fonte: Autores (2017)

É importante ressaltar que esse tipo de formação rochosa, é mais susceptível aos processos erosivos, quando comparados com as rochas ígneas ou metamórficas, aumentando assim o poder erosivo do escoamento superficial presente no local.

No Parque do Goiabal é possível observar a presença de solos bastante profundos, sendo identificados como Latossolos Vermelhos, com textura arenosa, bem drenados oriundos do intenso processo de intemperização. É possível ter uma ideia de profundidade desses solos principalmente em áreas onde as feições erosivas estão bem avançadas, havendo assim exposição dos horizontes quando aferido os taludes (Figura 03), sendo possível encontrar erosões na forma de ravinas e voçorocas.

Figura 3: Exemplo da profundidade de talude exposto pelas feições erosivas expondo solos de textura arenosa, cor avermelhada e bastante profundos

Fonte: Autores (2016)

Quanto a vegetação do Parque do Goiabal é possível observar a sua exuberância quanto ao número vasto de espécies de portes distintos (alto, médio e baixo). Em estudos realizados anteriormente, como o de Costa (2011) e Silva e Rocha (2015) foram identificadas cerca de 42 espécies naturais e 5 invasoras, como pode ser observado no Quadro 01:

Classificação	Gênero/Espécie	Nome Popular
Espécies Naturais	*Acosmium dasycarpum*	Amargozinha
	Annora crassifora	Araticum
	Brosmium gaudichaudii	Sucupira Preta
	Bowdichia virginiloides	Sucupira Preta
	Caryocar brasiliense	Pequi
	Dimorphandra mollis	Faveiro
	Hymenaea stignocarpa	Jatobá do Cerrado
	Kielmeyera coriacea	Jacarandá
	Schefflera macrocarpa	Mandiocão do Cerrado
	Sclerobium aureum	Carvoeiro
	Miconia ferruginata	Cabeça de Negro
	Pouteria ramiflora	Curriola
	Erytroxylum suberosum	Mangaba
	Qualea multiflora	Pau Terra Liso
	Tabepuia aurea	Ipê Amarelo
	Casearia sylvestris	Lixeirinha
	Cissampelos ovalfolia	Lixeirinha
	Palicourea rigida	Bate-Caixa
	Protium ovatum	Breu do Cerrado
	Parinari obtusifolia	Fruto-de-Ema
	Sygarus flexuosa	Coco-do-Campo
	Sygarus petraea	Coco-de-Vassoura
	Axonopus barbigerus	Capim Flexinha
	Echinolaena inflexa	Capim Flexinha
	Phaeoceros laevis (L.) Prosk	Musgo
	Frullania ericoides (Nees)	Musgo

	Mont.	
	Frullania gibbosa Nees	Musgo
	**Frullania platycalyx Herzog*	Musgo
	Frullania riojaneirensis (Raddi) Spruce	Musgo
	Anoplolejeunea conferta (C.F.W. Meissn. ex Spreng.) A. Evans	Musgo
	**Lejeunea laetevirens Nees & Mont*	Musgo
	Leptolejeunea exocellata (Spruce) A.	Musgo
	Evans	Musgo
	Mastigolejeunea auriculata (Wilson)Schiffn	Musgo
	Porella swartziana (Weber) Trevis	Musgo
	Plagiochila corrugata (Nees) Nees & Mont	Musgo
	Metzgeria ciliata Raddi	Musgo
	Metzgeria furcata (L.) Dumort.	Musgo
	Lophocolea bidentata (L.) Dumort.	Musgo
	Symphyogyna leptothelia Taylo	Musgo
Espécies Invasoras	*Brachiara decumbens*	Braquiaria
	Hyparrhenia rufa	Capim-Jacarandá
	Hyptis SP	Mata-Pasto
	Melinis minutiflora	Capim Gordura
	Triumpheta semitriloba	Carrapicho

Quadro 1: Fitogeografia do Parque do Goiabal

Fonte: Costa (2011); Rocha e Silva (2015)

A vegetação local tem sido alvo das ações diretas e indiretas do ser humano. Um bom exemplo dessa intervenção pode é o avanço das feições erosivas, pois, apesar da vegetação

ter a função de estabilizar as erosões a influência antrópica tem comprometido exuberância florística da área.

A vegetação desempenha um papel importante para a área, pois serve de abrigo, bem como produz alimentos para os animais; proteger o solo de influências climáticas como o sol e a chuva (efeito *splash)*; gerar matéria orgânica; influenciar no equilíbrio climático da área; provocar aeração do solo com a força das raízes aumentando assim a quantidade d'água que infiltra na área, além de diminuir o escoamento superficial; e segurar o material particulado amenizando possíveis efeitos erosionais.

O tipo de relevo identificado no local é formado por uma colina de topo amplo suavemente ondulado, que compõem o espigão divisor de águas das bacias hidrográficas do Córrego São José e Pirapitinga.

As colinas convexizadas com topos amplos e suavemente onduladas constituem o tipo de relevo predominante no município de Ituiutaba. Este tipo de relevo se formou a partir da atuação de processos geomorfológicos que erodiram determinados locais na paisagem do município, devido à baixa resistência litológica presentes nos arenitos da Formação Adamantina (PEDRO MIYAZAKI, 2017; PEDRO MIYAZAKI, PENNA, 2016).

O Parque do Goiabal encontra-se em uma das vertentes que compõem o relevo de colinas com topos amplos suavemente convexizados do setor sul da área urbana. O ponto de maior altitude está situado próximo à sua entrada principal do parque com uma elevação de 624 metros, já a área mais baixa se encontra próximo ao Córrego São José, localizado ao extremo sul do parque, como pode ser observado no perfil longitudinal (Figura 04).

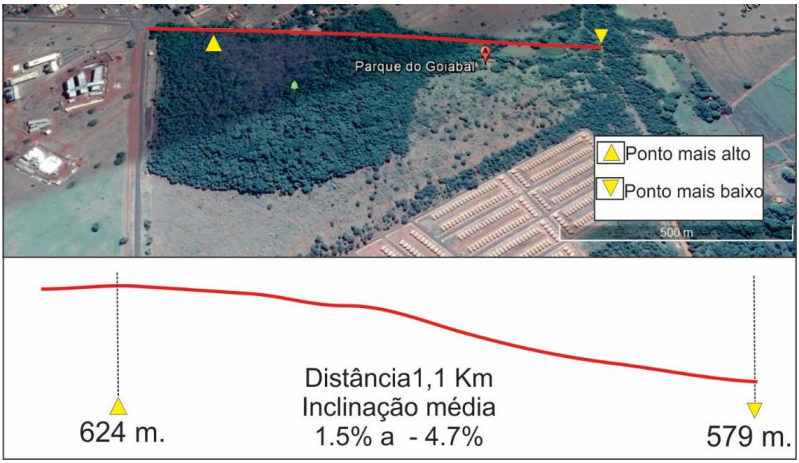


Figura 4: Perfil longitudinal e inclinação altimétrica da vertente onde se encontra o Parque do Goiabal

Elaborado por: ALVES, J. F.C (2017)

Fonte: GoogleEarth (2017).

Identificou-se uma inclinação que varia de 1,5 a 4,7% do montante a jusante (direção ao fundo de vale do Córrego São José), isso indica que um desnível do terreno de 45 metros de diferença em relação a área mais elevada do perfil topográfico que foi de 624 m para mais baixa de 579 metros.

Essas características naturais da área formam uma paisagem que possui uma fragilidade ambiental quando processos naturais são acelerados pela ação da sociedade, como é o caso da erosão, que passa de natural para acelerada, manifestando diferentes impactos ambientais.

Erosões urbanas no Parque do Goiabal

Uma das principais causas das erosões urbanas são as águas pluviais, a forma como o relevo foi ocupado, a disposição das ruas e quarteirões do loteamento e a deficiência do sistema de captação das águas pluviais. Quando ocorre a expansão territorial urbana é de extrema importância a realização de um estudo de áreas mais propicias para a ocupação do relevo. Levar em consideração aspectos físicos ligados a dinâmica das chuvas, a forma do relevo, os tipos de solos, a taxa de impermeabilização (área edificável), tamanho dos lotes, disposição dos arruamentos e quadras, entre outros fatores, permitirá ao planejador tomar uma série de decisões e ações que permitirá um desenvolvimento urbano ambiental sustentável.

Conhecer cada característica e função dos elementos naturais e sua dinâmica poderá contribuir para a mitigação de impactos socioambientais. E principalmente aqueles ligados à infraestrutura de drenagem urbana, que poderá direcionar de forma adequada as águas pluviais.

As erosões urbanas identificadas nos limites e interior do parque tiveram sua origem a partir do direcionamento do escoamento superficial das ruas pertencentes principalmente ao Bairro Tupã e áreas adjacentes ao parque (Figura 06). Para Costa (2011, p. 79) essas "erosões tiveram sua origem nas canalizações realizadas pela Prefeitura Municipal de Ituiutaba para lançamento de águas pluviais no interior do Parque". A presença dessas águas pluviais no período de chuvas intensas e constantes estão desencadeando o avanço das erosões, tanto em comprimento, quanto em profundidade, contribuindo para a perda de solos, cobertura de serapilheira (riquíssima em matéria orgânica) e assoreamento das lagoas e dos canais fluviais.

As erosões presentes no Parque do Goiabal são decorrentes tanto da forma como ocorreu a ocupação do relevo pela implantação do Bairro Tupã, quanto pela forma como foi implantado o sistema de capitação/drenagem das águas pluviais e a disposição das ruas e quarteirões.

Os arruamentos existentes no Bairro Tupã foram planejados e construídos seguindo o comprimento de rampa das vertentes (caracterizado por ser bastante longo e com declividades suaves). Essa configuração acaba direcionando grande parte das águas pluviais (enxurradas) para dentro do parque (Figura 05).

As enxurradas ganham velocidade ao longo do comprimento de rampa das vertentes, uma vez que foram impermeabilizadas devido a construção das ruas e apresentam poucos bueiros de captação.

Essas ruas formam verdadeiros rios artificiais nos períodos de chuvas constantes e intensas, que acabam contribuindo para a formação de erosões aceleradas urbanas no interior do parque (Figura 06).

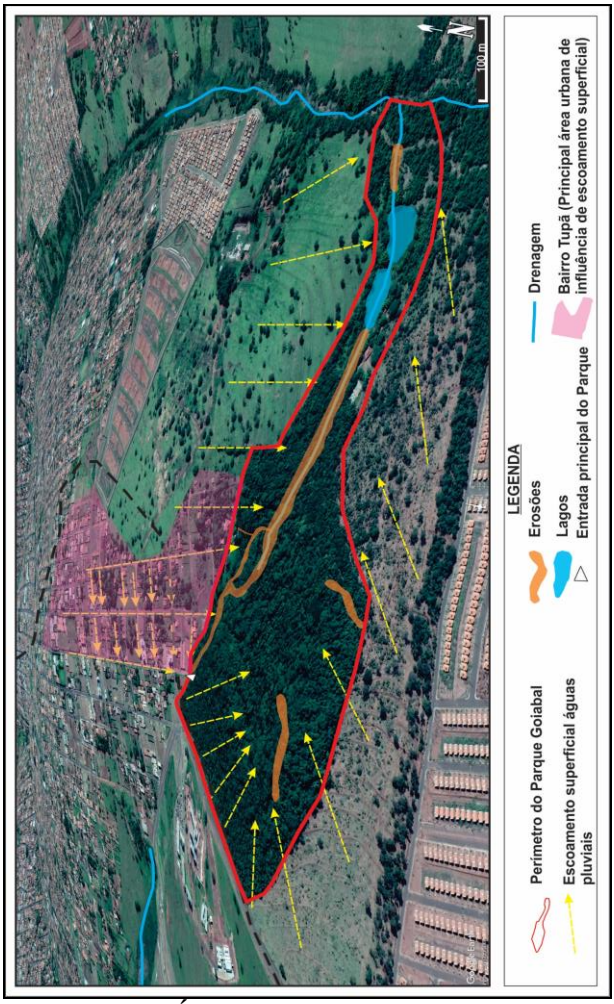


Figura 05: Área de influência do escoamento superficial no Parque Goiabal

Elaborado por: Pedro Miyazaki (2018).

Fonte: Google Satelite (2018).

Figura 06: Sentido de escoamento das águas pluviais nas vias ao redor do Parque do Goiabal e visão parcial da vertente após a chuva

Elaborado por: Autores (2018).

Fonte: Google satélite (2018).

Além disso, esses fluxos começam a provocar o desprendimento das partículas de solo (de montante a jusante) e remove toda a cobertura vegetal, como a serapilheira e determinadas plantas que tentam crescer dentro e nas bordas das erosões. Isso tem provocado um rompimento do equilíbrio dinâmico dos processos naturais (PEDRO MIYAZAKI, 2014).

A enxurrada (oriundo do escoamento superficial) provocou diversos problemas urbanos, como as erosões já mencionadas como também a retirada da pavimentação da principal via de acesso ao Parque do Goiabal.

Esse escoamento superficial acaba deslocando blocos utilizados na pavimentação, provocando buracos, retirada de sedimentos e vegetação presente nas áreas adjacentes. É possível observar na entrada do parque (Figura 07) a presença de alguns

blocos de cimento (paralelepípedos), que foram arrastados pelas enxurradas durante os eventos pluviométricos, demonstrando a força do escoamento. Além disso, no interior do parque é possível verificar que grande parte da água oriunda do escoamento superficial que chega com tamanha força que a única boca de lobo existente (Figura 07) se encontra danificada (quebrada) e não existe nenhuma estrutura para dissipar a energia da enxurrada.

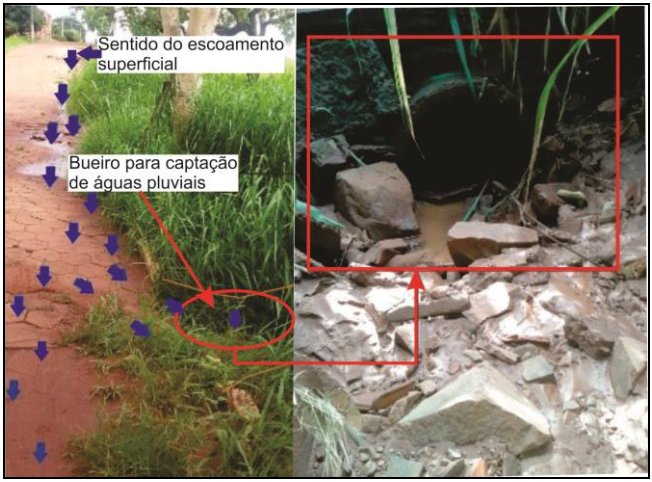


Figura 07: Danos a pavimentação da via de acesso ao parque e diversos tipos de materiais carreados pela enxurrada

Elaborado por: Autores (2018).

Ao longo das erosões foram identificados alguns barramentos de contenção construídos com madeira, tela de arame e fragmentos de rochas (Figura 08), na tentativa de diminuir a velocidade de escoamento das águas superficiais que entram no parque no sentido de diminuir o processo erosivo.

Figura 08. Barramentos presentes no interior da voçoroca
Elaborado por: Jonathan F. Costa Alves (2017)

Essa técnica de contenção do avanço da erosão visa diminuir o deslocamento dos sedimentos a jusante da vertente, pois assim o transporte é interrompido no momento que atinge a barreira, induzindo assim a deposição de grande parte dos sedimentos. No entanto, grande parte desses barramentos foram preenchidos por sedimentos e outros materiais transportados pelo escoamento superficial, demonstrando assim sua eficácia, porém alguns barramentos precisam de manutenção, pois foram danificados. A técnica de inserção de barramentos é eficaz, mas no caso da voçoroca presente no Parque do Goiabal os resultados poderiam ser ainda mais positivos caso fossem realizadas manutenções nas barreiras danificadas e houvesse uma preocupação em conter as águas oriundas do escoamento superficial do Bairro Tupã e adjacências.

Existe uma grande quantidade de resíduos sólidos em toda a extensão da feição erosiva que são oriundos da rotina dos moradores das áreas adjacentes. É possível identificar uma série de resíduos sólidos dentro do parque, tais como tijolos, telhas, canos PVC, pedaços de concreto, sacolinhas plásticas, garrafas pet, móveis descartados, baldes plásticos, pneus, televisores, baterias de celulares, entre outros. Isso é um problema grave visto que esses materiais podem contaminar o solo, o lençol freático e os corpos d'água à sua jusante. As erosões identificadas se apresentaram nas formas de ravinas e voçorocas (Figura 09).

Figura 09: Formas erosivas (ravinas e voçorocas) identificadas no Parque do Goiabal

Elaborados por: Autores (2018).

Os sulcos erosivos podem ser encontrados na estrada que percorre o interior do parque e ao seu entorno, são caracterizadas apresentando um pequeno entalhamento que pode

variar de 1 a 30 cm de profundidade. As ravinas compreendem a segunda forma erosiva identificada no interior do Parque do Goiabal e apresentam profundidades que podem variar de 1 cm a 30 cm. Por fim, as formas erosivas que se destacam são as voçorocas que apresentam um entalhe que varia de 1 a 6 m de profundidade.

Considerações finais

Parte da sociedade pós-moderna vem criando hábitos relacionados a saúde e o bem-estar da família, valorizando cada vez mais ambientes, lugares, locais e /ou paisagens que proporcionam um contato mais próximo com as áreas verdes (sejam praças, parques, áreas de lazer, entre outras), com a alimentação saudável, com a prática de exercícios, ou seja, tudo que proporcione uma qualidade de vida e qualidade ambiental. As erosões urbanas representam atualmente uma feição na paisagem que compromete a qualidade ambiental das cidades.

O modelo de urbanização predominante no Brasil não adota um planejamento urbano preocupado com os aspectos socioeconômicos e a dinâmica dos processos naturais nas cidades, que acabam comprometendo os indicadores de qualidade de vida e ambiental.

A erosão urbana tem contribuído para a degradação ambiental, pois ação humana tem retirado a cobertura vegetal deixando o solo exposto, impermeabilizando cada vez mais os lotes e aumentando a quantidade de água que escoa superficialmente. Isso tem provocado vários impactos no ambiente contribuindo para a formação de erosões, pontos de alagamentos, assoreamento dos canais pluviais, retirada da

cobertura asfáltica das vias, perda de bens materiais quando essas águas entram nas residências ou arrastam veículos de transporte, etc. Essa forma de urbanização inadequada, requer uma série de medidas que possam resolver ou mitigar esses impactos, como por exemplo considerar no momento de implantação de um bairro a instalação de um sistema de captação de águas pluviais que estão de acordo com a demanda de água superficial escoa sob o relevo, considerando assim a dinâmica dos processos naturais no momento de planejar a expansão territorial urbana.

Referências

BRAGHIROLI, T. L. d. P. *Análise e caracterização de processos erosivos no município de Ituiutaba- MG: o caso da voçoroca Inter digitada ao rio São Lourenço*. 2015, 75 f. Monografia (Licenciatura e Bacharelado em Geografia), Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Ituiutaba: 2015;

CORDANI, U. G; TAIOLI, F. A Terra, a humanidade e o desenvolvimento sustentável. In: TEIXEIRA, W. et al. (org). *Decifrando a Terra*. São Paulo: Oficina de Textos, 2000, p. 517-528;

COSTA, R. A. Análise Biogeográfica do Parque Municipal do Goiabal em Ituiutaba-MG. *Caderno Prudentino de Geografia. Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção local Presidente Prudente*. Presidente Prudente, v. 1, n. 33, p.68-83, jan/jul, 2011;

FRANCISCO, A. B. *O processo de voçorocamento no perímetro urbano de Rancharia-SP: sua dinâmica e as propostas de recuperação*.2011, 124f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011;

GUERRA, A. J. T.; GUERRA, A. T. *Dicionário geológico-geomorfológico*. 8. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1993, p.648;

GUERRA, A, J. T. O Início do Processo Erosivo. In: GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S. d; BOTELHO, R. G. M. (org). *Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p17-50;

KARMANN, I. Ciclo da Água, Água subterrânea e sua ação geológica. In: TEIXEIRA, W. et al. (org). *Decifrando a Terra.* São Paulo: Oficina de Textos, 2000, p. 113-138;

LEPSCH, I. F. *Formação e conservação do solo*. São Paulo. Oficina de textos, 2002, p. 178;

PEDRO MIYAZAKI, L. C.; PENNA, M. C. M. A utilização do mapeamento geomorfológico como instrumento de identificação e caracterização Morfoescultural na Bacia Hidrográfica do Córrego do Carmo/Ituiutaba/MG. *Caderno Prudentino de Geografia*, v. 1, n. 38, p. 1-20, 2016;

PEDRO MIYAZAKI, L. C. Elaboração da carta de compartimentação geomorfológica para estudo do relevo na área urbana de Ituiutaba (MG). *Espaço em revista*, v. 19, n.2, p. 1-20, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUIUTABA (Minas Gerais). Informações sobre o município de Ituiutaba, MG. Disponível em: www.ituiutaba.mg.gov.br. Acesso em outubro de 2018;

SALOMÃO, F. X. d. T. Controle e prevenção dos processos erosivos. In: GUERRA, A. J. T.; SILVA, A. S.; BOTELHO, R.G. (org.) *Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações.* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.229-267;

SILVA, A. L.; ROCHA, L. M. Hepáticas e antóceros do Parque Municipal do Goiabal, município de Ituituaba-MG, Brasil. *Pesquisas, Botânica*. n. 67, v. (sn), p. 131-142, 2015;

SILVA, J. V. F.; PEDRO MIYAZAKI, L. C. P. Impactos Ambientais Oriundos da Implantação de Loteamentos: O caso do Nova Ituiutaba II e IV. *Revista Geonorte*, v. 10, p. 494-498, 2014;

SILVA, D. A.; SANTOS, B. A. B. LOBODA, As áreas verdes no contexto da cidade: um estudo sobre o Parque do Goiabal em Ituiutaba – MG. *Revista Fórum Ambiental da Alta Paulista*. V. 11, n. 03, p. 15-31, 2015;

SOUZA, M. L. d. Algumas Notas Sobre a Importância do Espaço Para o Desenvolvimento Social. *Revista Território*. Rio de Janeiro, n.2, v 3, p. 13-35, jul./dez. 1997;

TOLEDO. M. C. de. et al. *Intemperismo e formação do solo*. In: TEIXEIRA, W. et al. (org). *Decifrando a Terra*. São Paulo: Oficina de Textos, 2000, p. 139-158;

CAPÍTULO 18
A COLETA SELETIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM ITUIUTABA – MG E A PERTINÊNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

Sirlene Aparecida Silva

Introdução

O espaço representa uma importante categoria de análise para a ciência geográfica por ser onde o homem projeta e concretiza suas vivências no decurso de um processo histórico. Diante deste fato e da riqueza de todos os elementos que estão sob a superfície da Terra e compõem o espaço, o olhar geográfico busca justamente capturar esta magnitude, fundamentado na importância que o espaço exerce na vida do homem para que este se situe, se desloque e conceba sua história.

Seguindo esta lógica, associada a uma diversidade de temáticas de estudo – que transita desde a descrição dos fenômenos que se desencadeiam no espaço, sejam eles físicos, políticos, econômicos ou culturais, até ao acompanhamento do desenrolar da organização da vida em sociedade – a ciência geográfica tem expandido naturalmente seu campo de estudo e abarcando, em conjunto com outras ciências, uma preocupação um tanto quanto recente que é o impacto humano sobre a Terra, ou seja, o cerne da questão ambiental,

> A geografia desde sua origem sempre esteve no centro das relações entre sociedade e meio ambiente, tanto no âmbito dos lugares como nas escalas planetárias. Na verdade, são estas relações e estas extensões que a tornam atrativa àquelas pessoas que eventualmente se deparam com a produção do geógrafo. Para o Professor Carlos Augusto Monteiro, o maior encanto da geografia – não importando o arcaísmo do nome – reside na complicada trama das interações do Homem com a Terra (CANALI, 2009, p.166).

Considerando estas conexões entre sociedade e meio ambiente, a temática deste capítulo engloba educação ambiental e resíduos recicláveis secos[1] – resultantes do consumo e do modo de vida na atualidade – por vislumbrar nas ações voltadas para a coleta seletiva destes resíduos uma contribuição significativa da educação ambiental em prol da conservação dos recursos naturais e da vida no planeta. Dentro deste contexto, a função primordial desta investigação é situar a educação ambiental em uma posição estratégica para alcançar o indivíduo-consumidor de forma a despertá-lo para uma compreensão crítica do impacto ambiental do seu consumo exacerbado e, muitas vezes, desnecessário.

Buscando conhecer se, como prática de educação ambiental, a coleta seletiva dos resíduos recicláveis secos em Ituiutaba - MG apresenta-se de forma eficaz, neste percurso reflexivo alguns dados serão expostos com vistas a dar suporte às análises que revelam as circunstâncias em que se dão o consumo e a geração dos resíduos, bem como seus respectivos impactos sobre o meio ambiente enquanto acompanhantes inatos das atividades cotidianas.

[1] Resíduos recicláveis secos: materiais de papel, plástico, vidro e metal, como os das embalagens de produtos para consumo.

Entretanto, para que possa entender o consumo na sociedade atual de Ituiutaba é preciso obter informações sobre a dinâmica desta cidade, o espaço em questão, avaliado como condição para que as relações sociais de produção continuem a se desenvolver. Assim, apresenta-se Ituiutaba como um município do Estado de Minas Gerais que dista 670 km da capital Belo Horizonte. Sua população está estimada em 103.000 habitantes. Deste número, mais de 95% é considerada população urbana, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015). Com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,739 em 2010, Ituiutaba está entre os municípios cujo índice é considerado alto[2]. Para o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil[3], que é uma plataforma de consulta ao IDHM, Ituiutaba ocupa a 795ª posição entre os 5.565 municípios brasileiros. Como o IDHM é um número que varia entre 0 e 1, quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Na atualidade, Ituiutaba pode ser entendida dentro de uma perspectiva analítica de cidade média,

> O tamanho da cidade normalmente é medido através do contingente populacional ou ainda do número de habitantes. Comumente classificam-se as cidades em pequenas, médias e grandes a partir dos seus contingentes populacionais e para a classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20.000 habitantes. Acima deste montante seria classificada como cidade

[2] Informações extraídas da página oficial da Prefeitura Municipal de Ituiutaba na internet. Disponível em: <https://www.ituiutaba.mg.gov.br>. Acesso em: 10 abr. 2017.

[3] Mais informações em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/4363>. Acesso em: 10 abr. 2017.

> média e aquelas com mais de 500.000 habitantes seriam consideradas cidades grandes. Este critério tem sido adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela maioria dos estudos que versam sobre o assunto (MAIA, 2005, p. 6).

Não só pelo seu porte de cidade média como também por sua consolidação enquanto polo regional dentro de sua Microrregião Geográfica (MRG) – localizada na parte noroeste do Triângulo Mineiro – Ituiutaba ocupa uma posição de destaque, embora com certa limitação, autenticando sua centralidade urbana na região. A MRG de Ituiutaba é composta por seis municípios (Cachoeira Dourada, Capinópolis, Gurinhatã, Ipiaçu, Ituiutaba e Santa Vitória) com "densidade demográfica de 16,41 habitantes por quilômetros quadrados" (OLIVEIRA, 2013, p. 163).

Em retrospecto, faz-se pertinente especificar que a chegada dos anos 2000 assinalou um período em que intensas mudanças estavam em curso no cenário político, econômico e social. Particularmente no Brasil várias foram as modificações nas camadas e classes sociais econômicas que emergiram com ações promovidas pelo Governo e por bancos públicos e privados que incidiram sobre o consumo e a circulação de bens e serviços. Estas alterações não deixaram de resvalar sobre o aumento da geração dos resíduos recicláveis secos que, naturalmente, acompanha o crescimento da cidade, exigindo da administração municipal a necessária expansão do programa de coleta seletiva, operado desde 2003 pela Copercicla[4], visando ao atendimento da nova demanda.

[4] A Copercicla é a cooperativa responsável pela prestação do serviço de coleta seletiva dos resíduos recicláveis secos em Ituiutaba, como mais adiante será detalhado. O Artigo 10º da Lei n. 12.305, de 02 de agosto de 2010, da

Falar de Ituiutaba como área de estudo com o objetivo de dar a dimensão da geração local de resíduos recicláveis secos passa, obrigatoriamente, pela contextualização da sua MRG, a fim de propiciar uma perspectiva da dinâmica que se estabelece na cidade a partir da sua importância e posição como polo regional. Assim, cabe destacar, que dentro de sua MRG, além de Ituiutaba ser a cidade que possui o maior índice de desenvolvimento econômico e urbano, é também "a de maior tamanho demográfico na parte oeste do Triângulo Mineiro" (OLIVEIRA, 2013, p. 369).

Procedimentos e caminhos da investigação

Para a compreensão da temática e validação da investigação científica os conteúdos envolvendo consumo, geração e coleta seletiva de resíduos recicláveis secos, foram cruciais para a interpretação das atitudes humanas em relação ao meio ambiente, perceptíveis cotidianamente. Acima de tudo, demonstraram-se relevantes para enfatizar a necessidade de uma educação ambiental efetiva e transformadora.

Para auxiliar no alcance dos objetivos da pesquisa o Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos, elaborado

---

Presidência da República que "Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos" ressalta que à administração municipal incumbe a gestão integrada dos resíduos sólidos gerados nos respectivos territórios, sem prejuízo das competências de controle e fiscalização dos órgãos federais e estaduais do Sisnama, do SNVS e do Suasa, bem como da responsabilidade do gerador pelo gerenciamento de resíduos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 11 jul. 2016.

anualmente pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS)[5], foi considerado um instrumento fundamental, uma vez que foi a partir do seu banco de dados que se confirmou um dos aspectos da realidade ambiental em Ituiutaba, retratado pela coleta dos resíduos recicláveis secos.

Classificado como o maior e mais importante sistema de informações do setor de saneamento brasileiro o SNIS possui uma base de dados que contém informações e indicadores sobre a prestação de serviços de água e esgotos, de manejo de resíduos sólidos urbanos e drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Criado em 1996 pelo Governo Federal, ele está vinculado ao Ministério das Cidades[6].

O recorte temporal selecionado para a pesquisa compreendeu o período de 2005 a 2015 para que, de modo analítico, fosse verificado o grau de envolvimento da comunidade local com o descarte adequado dos resíduos recicláveis secos, por meio dos dados quantificados. A etapa final deste capítulo traz a tabulação destes dados, consistindo na elaboração de gráficos, quadros, bem como a análise dos resultados. É importante esclarecer que para chegar a esta fase um estágio importante foi a definição dos indicadores que melhor embasariam a pesquisa. Seguindo esta lógica, foi analisada a evolução dos indicadores[7]: IN030, IN031, IN034,

[5] Disponível em: <http://www.snis.gov.br/>.

[6] Os elementos metodológicos empregados pelo SNIS estão em contínuo aprimoramento e evolução, consistindo na contemplação de distintas fases envolvidas no processo de coleta, tratamento, organização, armazenamento, recuperação e divulgação de dados. Para que o banco de dados do SNIS seja atualizado anualmente, os dados são coletados nos órgãos gestores nos municípios.

[7] Com a finalidade de melhor ilustrar a utilização destes indicadores recomenda-se recorrer à compilação das informações mais relevantes que

IN035, IN038, IN039, IN054, CS010, CS011, CS012 e CS013 já que tratam exclusivamente de coleta seletiva.

De posse dos dados coletados e apropriadamente tabulados passou-se à técnica da observação descritiva. Para esta etapa contou-se com a captura de fotografias feitas pela pesquisadora, que evidenciaram a temática em estudo, objetivando catalogar prováveis peculiaridades que apresentem as razões para a maior ocorrência do lançamento inadequado de "lixo" e resíduos recicláveis secos nas margens dos córregos que cortam a cidade, estradas vicinais e terrenos baldios, combinando-as às demais informações obtidas.

Educar ambientalmente

Para entender parte das dificuldades que a educação ambiental tem enfrentado para evidenciar o impacto ambiental do indivíduo a partir das relações que ele estabelece no espaço geográfico, faz-se pertinente associar elementos que concorram para o entendimento comum do quanto as relações sociais e a maneira que o homem apropria-se da natureza e transforma-a são responsáveis pela existência dos problemas ambientais. Tendo em conta essa assertiva, os debates sobre a temática ambiental têm sido fomentados por pesquisadores atentos às transformações do planeta, unindo diferentes abordagens teóricas com preocupações das mais distintas origens.

---

constam no Glossário de Informações RS-2015 e no Glossário de Indicadores RS-2015. Disponíveis em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos/diagnostico-rs-2015>. Acesso em: 20 mar. 2017.

Dentro deste contexto, não só no Brasil como no mundo todo, conforme as definições de educação ambiental têm avançado a interface da geografia com a educação ambiental tem se fundido. Esta interação nasce da grande pluralidade de campos da ciência geográfica, que por ser rica em conceitos, aplicações e diálogos com outros saberes, demonstra ter maior potencial para compreender e explicar a realidade, revelando a complexidade das configurações do espaço terrestre e da sociedade.

Suertegaray (2009) sugere a leitura do espaço geográfico como uno e múltiplo a partir da compreensão da conjunção de diferentes categorias como natureza, sociedade e espaço-tempo em suas imbricadas relações e transformações com a histórica mudança do mundo. Considerando todo este campo de ação é que a educação ambiental identifica-se com a ciência geográfica e alia-se a ela para que, de forma interdisciplinar, atuem juntas na construção de uma nova visão de mundo, em benefício da formação de uma cidadania responsável onde os atores sociais, individuais e coletivos, desenvolvam um saber geográfico ampliado e percebam os impactos que causam no espaço de vivência humana.

É razoável afirmar que entre a variedade de problemas de natureza ambiental que necessitam de enfrentamento na atualidade um dos alvos é a destinação final dos resíduos recicláveis secos. Portanto, educar ambientalmente o indivíduo representa uma diretriz primordial frente aos desafios pertinentes ao consumismo e ao individualismo apregoados pelo tipo de desenvolvimento globalizante em que a humanidade encontra-se mergulhada.

A passagem de uma sociedade de produção para uma sociedade de consumo

Não bastasse a sedução das novas aquisições em um cenário em que a vida é organizada em torno do consumo, os produtos na pós-modernidade são criados para atenderem a uma obsolescência programada. Sob este aspecto é importante notar que a degradação do meio ambiente não está relacionada apenas à extração indiscriminada e contínua dos recursos naturais para atender a demanda do mercado, mas, sobretudo, ao fim que os produtos e/ou suas embalagens recebem quando se tornam resíduos e são lançados inadequadamente em qualquer lugar.

Na Foto 01 observa-se um espaço não reconhecido como "área de bota-fora", mas admitido como se fosse, a revelar uma deficiente infraestrutura urbana e retratando que a disposição descontrolada de resíduos ocorre tanto na área urbana quanto em vias de convergência à área rural do município de Ituiutaba, como registrado na estrada rural de acesso à região do Ribeirão São Lourenço[8].

[8] Estrada municipal MI-025 João Flauzino Franco, conforme Lei n. 3.326, de 12 de abril de 1999, da Prefeitura Municipal de Ituiutaba. Disponível em: <http://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-1999/lei-no-3-326-de-12-de-abril-de-1999/view>. Acesso em: 07 dez. 2017.

Foto 01: Espaço admitido como "área de bota-fora"
Autora: SILVA, S. A. (Setembro, 2017).

Quando não lançados assim de forma tão arbitrária, requerem a desapropriação e o desmatamento de áreas verdes cada vez maiores para a construção de aterros sanitários, cujas vidas úteis têm sido gradativamente reduzidas em função da não separação dos resíduos sólidos para destinação à reciclagem, como aponta Minéu (2017, p. 27),

> A contínua geração de RS implica maior demanda sobre os recursos naturais e mesmo com a destinação dos RS para aterros sanitários, há uma demanda contínua por novas áreas para o aterramento. Essas áreas poderiam cumprir funções ecológicas e sociais mais nobres para a sociedade. Assim, torna-se necessário o repensar do consumo pelas pessoas, com vista a não gerar ou reduzir a geração, bem como dar a destinação adequada.

Beck (2010) comenta que o panorama que se descortina é a socialização dos danos à natureza como o reverso da natureza socializada. Existe uma conexão que liga sociedade e natureza. Não há resistência suficiente que consiga se opor quando o perigo "resolve" deslocar-se livremente, pois como afirma Beck (2010, p. 9), os perigos são imanentes do consumo cotidiano, "eles viajam com o vento e a água, escondem-se por toda a parte e, junto com o que há de mais indispensável à vida – o ar, a comida, a roupa, os objetos domésticos –, atravessam todas as barreiras altamente controladas de proteção da modernidade".

Então, são por estes motivos que a sociedade – e com ela, a economia, a política, a cultura, entre outros subsistemas – precisa deixar de se ver como autônoma em relação à natureza. Os problemas ambientais não são problemas só do meio ambiente. Para Beck (2010, p. 99), eles são problemas "*sociais*, *problemas do ser humano*, de sua história, de suas condições de vida, de sua relação com o mundo e com a realidade, de sua constituição econômica, cultural e política". Deste modo, o que mais se torna evidente nestes tempos de mudança estrutural é a substituição da lógica da distribuição de riqueza pela lógica da produção e distribuição de riscos como efeitos da modernização e consequência implícita da industrialização.

A problemática ambiental gerada pelos resíduos, de maneira geral, é uma modificação do espaço geográfico que muito se agrava à medida que as cidades crescem e a população aumenta. Contudo, é evidente que a responsabilidade não deve recair apenas sobre o cidadão, denunciando sua ausência de cuidado com o espaço e, por conseguinte, de uma educação ambiental efetiva. O poder público tem sua cota de responsabilidade e precisa criar mecanismos de gerenciamento destes resíduos que compreendam desde a limpeza pública, a

coleta até a destinação final, com o propósito de preservar, minimamente, os vazios urbanos e oferecer qualidade de vida à sociedade, conforme especificam no Art. 1º da Lei n. 12.305 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos e às responsabilidades dos geradores e do poder público.

A Foto 02 apresenta a Praça Cônego Ângelo Tardio Bruno em Ituiutaba que deveria ser tratada como preciosa por ser a expressão de um espaço de convivência social em momentos de lazer e festividades, bem como por ser produto de uma época na história da cidade. Não é que o fato do espaço ser público seja um determinante para as atitudes relacionadas a ele. Todos os espaços merecem ser tratados com respeito e cuidado, independentemente de serem públicos ou não. Porém, neste caso em específico, a Praça está desempenhando a função de retratar a forma como ao cotidiano "responde e corresponde o moderno, conjuntos dos signos pelos quais essa sociedade se significa, se justifica, e que faz parte da sua ideologia", conforme menciona Lefebvre (1991, p. 30), certificando o quanto o descaso em relação ao espaço não faz distinção entre periferia e centro.

Foto 02: Praça Cônego Ângelo Tardio Bruno, Ituiutaba (MG).
Autora: SILVA, S. A. (Setembro, 2017).

Esta praça representa um espaço cheio de lembranças, cujo valor histórico remete às transformações sociais que presenciou e que congrega em uma de suas extremidades a Catedral, no centro as principais edificações da Prefeitura e da Câmara Municipais e, na extremidade oposta à Catedral, a sede do poder judiciário no município, o Fórum Desembargador Newton Ribeiro da Luz.

A Foto 03 busca retratar este local, porém nas primeiras horas da manhã subsequente a um evento noturno que contou com considerável número de participantes. Nesta foto, é possível observar as relações que os indivíduos constroem entre si e com o meio que os cerca, outorgando ao outro a percepção

do quanto a convivência no ambiente urbano é impregnada de hábitos de consumo de produtos industrializados e de crenças que são incorporadas temporal e culturalmente, que facultam o lançamento dos resíduos destes produtos ao chão, mesmo que causem mau cheiro, contaminação e poluição visual.

Foto 03: Praça Cônego Ângelo Tardio Bruno, em Ituiutaba (MG), após um evento noturno, com presença de resíduos sólidos.

Autora: SILVA, S. A. (Setembro, 2017).

O cotidiano tem um poder de acomodar a visão fragmentada do indivíduo e fazer com que ele observe o ambiente em porções, percebendo como "normal" até mesmo as mais graves e intensas situações de degradação ambiental.

Outras situações não são tão evidentes, mas o dano está lá. Neste caso, é preciso "transformar o olhar" do indivíduo, ensiná-lo a perceber, a fazer as conexões de como aquilo vai impactá-lo ou impactar outros indivíduos, a partir do momento que impactar no meio ambiente. É preciso combater a crença que os resíduos, quando arremessados isoladamente em determinados locais, não trarão reflexos que atingirão a todos direta e indiretamente, em algum momento.

Esse enfrentamento de análises parceladas da realidade que não relacionam consumo e geração de resíduos ajuda a desfazer conflitos inerentes a fatores econômicos e culturais. Os cidadãos que mais produzem resíduos, ou seja, os que têm maior poder de consumo residem nas áreas melhor valorizadas das cidades e com acesso regular a serviços de limpeza pública e, portanto, distantes dos riscos impostos pela acumulação inapropriada de resíduos. Por outro lado, os que habitam as áreas notadamente desvalorizadas são expostos às falhas do serviço público de limpeza urbana e prejudicados pela proximidade de áreas "aceitas como adequadas" para a disposição irregular de resíduos. Neves e Mendonça (2016, p. 163) pontuam,

> Os espaços de relegação são estigmatizados e reconhecidos como aqueles em que estão presentes o risco à saúde, o desconforto visual e o odor fétido. São espaços, por excelência, da negação e do desvalorizado. Não só o lixo, mas os próprios espaços estão relegados à margem da vida social. Tudo em seu conteúdo é marginal. Sua localização é marginal. Geralmente, estão no campo ou em áreas periurbanas e também podem estar nas periferias. São espaços do esquecimento, onde se descarta aquilo que não tem mais valor funcional e afetivo e que, portanto, deve ser esquecido.

Por estes motivos o combate a dilemas ambientais vivenciados tanto por falta de informação quanto pelo estímulo de uma infraestrutura urbana deficiente que falta com a fiscalização, o cumprimento da legislação e a aplicação de penalidades precisa ser repensado com esperança de que o indivíduo se perceba um ser social, componente da natureza e que precisa se posicionar – como cidadão que deseja ter saúde ambiental e qualidade de vida.

O consumo, a geração de resíduos e seus respectivos impactos sobre o meio ambiente

O nível de consumo da sociedade moderna gera demandas cada vez mais injustificáveis para manter a economia aquecida e a empregabilidade, visando à conservação do caráter expansionista do capitalismo – considerado um dos responsáveis pelos problemas ambientais e pelo aumento da descartabilidade – mormente porque enxerga na reciclagem uma solução definitiva (porém, ilusória). É notório que as consequências do consumo e da produção de resíduos estão inscritas nas dinâmicas sociais e espaciais como acompanhantes inatas das atividades cotidianas ao longo do desenvolvimento das sociedades e de sua organização espacial. Entretanto, Cortez (2009, p. 42) pondera,

> Há evidências de que o padrão de consumo das sociedades ocidentais modernas, além de ser socialmente injusto e moralmente indefensável, é ambientalmente insustentável. A crise ambiental mostrou que não é possível a incorporação de todos no universo de consumo em função da finitude dos recursos naturais, não somente

> para serem explorados como matéria-prima, mas também por receberem resíduos após a utilização dos produtos.
>
> O ambiente natural está sofrendo uma exploração excessiva que ameaça a estabilidade dos seus sistemas de sustentação: exaustão de recursos naturais renováveis e não-renováveis, degradação do solo, perda de florestas e da biodiversidade, poluição da água e do ar e mudanças climáticas, entre outros.

Somados a esta finitude dos recursos renováveis os impactos também são revelados no meio ambiente no momento do descarte pós-consumo. Embora existam diferentes definições que delimitam o que é resíduo e o que é "lixo", não se pode negar que tanto para um quanto para o outro, no imaginário coletivo, a similaridade entre aquilo que se joga fora ou que representa a inutilidade é válida para ambos. É assim que o indivíduo é estimulado a livrar-se do "lixo" ou do resíduo porque não vê nele significado, empreendendo esforços para o distanciamento de algo sujo, feio e sem valor, sobrecarregando o espaço geográfico como um todo.

É preciso ter bem claro que lixo é o tipo classificado como algo que não tem mais utilidade e, portanto, não pode ser reaproveitado. Seu destino final adequado é o aterro sanitário. Já os resíduos são a sobra de material que pode ser reutilizada de alguma forma, por qualquer pessoa e não está contaminada ou suja com outras substâncias. Assim, não existe coleta seletiva de lixo. O que existe é coleta seletiva de resíduos recicláveis. Daí percebe-se com maior clareza a importância da sociedade contribuir para a separação dos resíduos e o respectivo encaminhamento eficiente e rápido destes para as centrais de coleta seletiva, que certamente os encaminhará para a reciclagem, que na sequência, os retornará à cadeia de consumo como novos produtos, conforme comenta Minéu (2017, p. 29),

> A coleta seletiva/reciclagem representa um importante caminho para os resíduos recicláveis secos, por promover o desvio dos mesmos do aterro sanitário, redirecionando-os para outra destinação. Esse desvio (ou redirecionamento) contribui com maior vida útil do aterro, reduz a pressão por novas áreas de disposição, reduz a demanda por recursos naturais como matérias-primas e reintroduz esses materiais na economia, gerando trabalho e renda, além de promover a inclusão socioprodutiva de catadores que atuam(vam) em lixões.

Partindo deste pressuposto, além de modificar menos o espaço geográfico, a coleta de resíduos recicláveis secos concorre para aquecer a economia, reduzir a necessidade de maiores investimentos (sobretudo os que envolvem a extração de matérias-primas não-renováveis) e os gastos com energia elétrica nos processos produtivos, bem como dá a oportunidade aos catadores, muitas vezes agrupados em associações ou cooperativas, de terem uma melhoria de renda. Diante do panorama apresentado, se agiganta a relevância de se debater mais amplamente a questão do descarte dos resíduos com vistas a contribuir na compreensão que o conjunto das ações empreendidas pode ser tão mais eficiente no combate a atitudes de descaso ambiental quanto maior for o esclarecimento assimilado por todos os envolvidos.

O descarte do resíduo reciclável seco em Ituiutaba: resultados e discussão

A história da coleta seletiva em Ituiutaba começou no ano 2000, quando a Prefeitura Municipal, junto com Superintendência de Água e Esgotos de Ituiutaba (SAE), uma

Autarquia Municipal, conceberam o Programa Ituiutaba Recicla para a viabilização, construção e operação do futuro aterro sanitário. Este Programa previa a implantação da coleta seletiva na cidade, antes que o aterro sanitário entrasse em operação. Com isso, esperava-se destinar a menor quantidade possível de resíduos para o aterro, objetivando ampliar a vida útil do mesmo.

Foi a partir da conquista do primeiro lugar em um edital do Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), em 2001, dentro do tema "Gestão Integrada de Resíduos Sólidos", que a cidade recebeu recursos públicos destinados a projetos socioambientais. A desativação do lixão da cidade ocorreu com o início das atividades do aterro sanitário em dezembro de 2005.

As informações sobre a coleta seletiva em Ituiutaba[9] mencionam que antes de ela ser implantada em toda a cidade, em 2001 iniciou-se um projeto-piloto que abrangia alguns bairros e previa a instalação da central de coleta seletiva. A população destes bairros era informada, por meio de impressos, como seria feita a coleta seletiva e recebia orientações sobre a separação dos resíduos recicláveis secos do lixo doméstico.

A princípio, a coleta seletiva era realizada com o apoio das pessoas que faziam a coleta de resíduos sólidos recicláveis no "lixão". Visando ao acesso a condições mais dignas de trabalho e melhoria de renda elas foram motivadas a participar do

[9] Informações extraídas da página oficial da Copercicla na internet. Disponível em: <http://www.copercicla.com/index.php>. Acesso em: 30 jun. 2017;
FRANCO, C. C.; MINÉU, H. F. S. O programa de coleta seletiva em Ituiutaba: análise de sua implantação e resultados. *Bol. geogr.*, Maringá, v. 33, n. 1, p. 81-94, 2015.

programa de coleta seletiva e, desde então, o modelo adotado em Ituiutaba é o porta-a-porta.

A Cooperativa de Reciclagem de Ituiutaba (Copercicla) foi instituída em 19 de outubro de 2003, por meio da mobilização de 22 catadores, com o apoio da SAE e da Prefeitura de Ituiutaba. Neste início, a Copercicla recebeu apoio logístico, treinamento e subsídio financeiro.

Entre pontos positivos e pontos sujeitos à melhoria, assinalados em termos de Ituiutaba, reconhece-se que o descarte inadequado dos resíduos recicláveis secos está longe de ser um problema equacionado. Após esta contextualização, faz-se necessário apresentar alguns números (Quadros 01 e 02), a fim de verificar se, como prática de educação ambiental, a coleta seletiva dos resíduos recicláveis secos em Ituiutaba apresenta-se de forma eficaz.

Ano	**IN014** Taxa de cobertura do serviço de coleta domiciliar direta (porta a porta) da população urbana do município (%)	**IN030** Taxa de cobertura da Coleta Seletiva porta a porta em relação à população urbana (%)	**CO050** População Urbana do município (hab.)
2005	**	**	83.853
2006	**	**	**
2007	**	**	90.000
2008	**	**	90.000
2009	**	**	91.964

2010	**	**	93.125
2011	**	**	1.740
2012	100	95	94.295
2013	100	95	97.772
2014	100	100	98.414
2015	100	100	99.030

** Dados não disponíveis.

Quadro 01[10] – Ituiutaba/MG: Quantitativo da população urbana e percentuais de cobertura da coleta em relação à população urbana de 2005 a 2015.

Elaboração: Silva, S. A. (2017).

Fonte: SNIS-RS.

O Quadro 01 apresenta o primeiro bloco de indicadores e nela buscou-se dar relevância ao comparativo do crescimento populacional da cidade em relação à taxa de cobertura do serviço de coleta domiciliar direta (porta a porta), entendida como a coleta dos resíduos sólidos, feito pela empresa terceirizada, contratada pela Prefeitura (IN014) e a taxa de

[10] Para melhor detalhamento das fórmulas, das informações envolvidas na composição de cada indicador e os comentários produzidos pelo SNIS recomenda-se recorrer ao Glossário de Informações RS-2015 e ao Glossário de Indicadores RS-2015. Disponíveis em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos/diagnostico-rs-2015>. Acesso em: 20 mar. 2017.

cobertura da coleta seletiva, também porta a porta, realizada pela Copercicla (IN030)[11].

Observa-se que apesar das transformações relacionadas à expansão habitacional, que começaram a ocorrer em Ituiutaba a partir da década de 2000, e, sobretudo, a partir de 2011, quando foi iniciada a construção de nove bairros com mais de 4000 unidades residenciais, o IN014 e o IN030 mantiveram-se estabilizados ou acompanharam a expansão da cidade, chegando a 2015 com 100% de cobertura, tanto do serviço de coleta domiciliar quanto o da coleta seletiva.

Partindo para o segundo bloco de indicadores, o Quadro 02 proporciona a visão do percentual em que se situa a taxa de recuperação de recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (RDO+RPU) coletada – (IN031), frente à massa per capita de materiais recicláveis recolhidos via coleta seletiva (IN054).

[11] Chama atenção o dado referente a 2011, que informa no indicador CO050, que a população urbana do município era 1.740 habitantes. Obviamente, que pelos números conhecidos e disponibilizados tanto pelo SNIS quanto pelo IBGE, existe um equivoco neste número, que nesta pesquisa não traz nenhum prejuízo às análises. Outra questão é que em 2006 os dados de Ituiutaba não constam informados pela Administração Municipal. Em pesquisa por vários indicadores disponibilizados pelo SNIS não foram encontradas as informações referentes à Ituiutaba, neste ano.

Ano	**IN054** Massa per capita de materiais recicláveis recolhidos via coleta seletiva (Kg/hab./ano)	**IN031** Taxa de recuperação de recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (RDO + RPU) coletada (%)
2005	**	2,48
2006	**	**
2007	**	5,43
2008	**	2.774,72
2009	6,20	**
2010	7,00	**
2011	8,63	3,68
2012	13,79	5,06
2013	12,01	3,45
2014	11,79	3,44
2015	9,79	3,15

** Dados não disponíveis.

Quadro 02[12] – Ituiutaba/MG: Massa per capita de materiais recicláveis recolhidos via coleta seletiva (Kg/hab./ano) em associação à Taxa de recuperação de recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (RDO + RPU) coletada (%) de 2005 a 2015

Elaboração: Silva, S. A. (2017).

Fonte: SNIS-RS.

Comentando os dados encontrados no Quadro 02, é importante revelar a percepção do Sr. Odeon Nunes Barcelos, Presidente da Copercicla desde sua criação – um informante qualificado, possuidor de amplos conhecimentos sobre a realidade da cooperativa. Para ele, a explicação para o declínio

[12] Para melhor detalhamento das fórmulas, das informações envolvidas na composição de cada indicador e os comentários produzidos pelo SNIS recomenda-se recorrer ao Glossário de Informações RS-2015 e ao Glossário de Indicadores RS-2015. Disponíveis em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos/diagnostico-rs-2015>. Acesso em: 20 mar. 2017.

no indicador IN054 em 2015 é a soma de vários fatores: a queda no número de cooperados e a desaceleração da economia global, iniciada em 2008, a qual não afetou o Brasil de imediato. O prolongamento desta conjuntura, entretanto, coincidiu com os primeiros sinais de uma crise econômica no país que começaram a surgir no final de 2014, foram agravados em meados de 2016, trazendo instabilidade e incerteza ao mercado, aos investidores e às famílias.

Esta nova realidade fez com que as famílias adaptassem seus orçamentos e reduzissem o consumo em uma evidente reação à desaceleração da atividade econômica em todas as regiões do Brasil. Barcelos (2017) comenta que os reflexos das crises econômicas sempre incidem na produção da cooperativa. Porém, para manter a prestação do serviço de coleta seletiva de modo a dar retorno financeiro para os cooperados, e, ainda prover os custos de funcionamento da cooperativa, é necessário um real envolvimento da comunidade não só pensando na melhoria da condição ambiental como também em manter a motivação dos cooperados que dependem dos resultados da cooperativa para sua sobrevivência.

Há que se ressaltar ainda que existe um aspecto bastante positivo em torno da inclusão social, conforme Freitas, Besen e Jacobi (2017, p. 28) expressam ao se referirem à integração dos catadores de recicláveis aos programas de coleta seletiva que deixam de trabalhar em "situação degradante submetidos a condições análogas ao trabalho escravo, trabalhando dia e noite, expostos a vários riscos e acidentes e sujeito à exploração dos intermediários da cadeia de comercialização dos recicláveis".

Dando sequência à análise dos dados, na Quadro 02 vê se que em 2008 a taxa de recuperação de recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (RDO

+ RPU) coletada está informada como 2.774,72. Este número está completamente equivocado em comparação aos demais informados em outros anos, e, a ausência de dados entre 2005 e 2008 no indicador IN054 – Massa per capita de materiais recicláveis recolhidos via coleta seletiva (Kg/hab./ano) está plenamente justificada, uma vez que o SNIS informa que ele passou a ser calculado a partir da edição de 2009.

O dado relevante neste segundo conjunto de indicadores (Quadro 2) é o aumento substancial da massa per capita de materiais recicláveis recolhidos via coleta seletiva (IN054), que saiu de 9 (kg/hab./ano), em 2011, para atingir 14 (kg/hab./ano) em 2012, para, em seguida, retornar ao patamar de 10 (kg/hab./ano), em 2015. E, por outro lado, o indicador IN031 – Taxa de recuperação de recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (RDO + RPU) coletada, que no mesmo período teve alterações significativas, sendo que saiu de 3,68% em 2011 para 5,06% em 2012, para sofrer uma redução e novamente fechar na faixa dos 3%, ou seja, 3,15%, em 2015. Minéu (2017, p. 247) comenta como as

> Vantagens e benefícios da coleta seletiva em relação ao aterro do município estão ocorrendo em um cenário com menos de 4,0% de recicláveis secos recuperados e comercializados pela cooperativa local. As estimativas de gravimetria no aterro sinalizam um potencial ainda de 30,0% desses resíduos sendo encaminhados para disposição junto com os rejeitos. Esses resíduos destinados ao aterro, com base no valor médio da tonelada comercializada pela cooperativa local, representam uma perda de R$28.328.223,92 no período de levantamento[13]. São recursos que, em vez de retornar

[13] O período de levantamento é de 2007 a 2016.

para a economia, beneficiando a sociedade, estão sendo, literalmente, enterrados.

A seguir, apresenta-se o último bloco de indicadores representado pelo Gráfico 01, que traz o percentual de incidência do tipo de resíduo reciclável seco (papel/papelão, plástico, metal e vidro) em Ituiutaba.

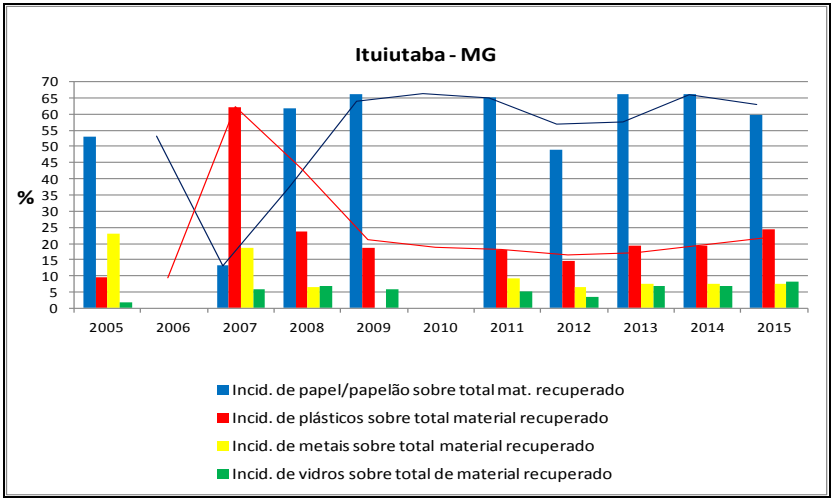


Gráfico 01[14] – Incidência do tipo de resíduo reciclável seco (papel/papelão, plástico, metal e vidro) no total de material recuperado de 2005 a 2015 em Ituiutaba (Indicadores IN034, IN035, IN038 e IN039).

Elaboração: Silva, S. A. (2017).

Fonte: SNIS-RS.

[14] Para melhor detalhamento das informações envolvidas na composição de cada indicador e os comentários produzidos pelo SNIS recomenda-se recorrer ao Glossário de Informações RS-2015 e ao Glossário de Indicadores RS-2015. Disponíveis em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos/diagnostico-rs-2015>. Acesso em: 20 mar. 2017.

Observa-se que o tipo de resíduo reciclável seco com maior incidência em termos percentuais sobre o total de material recuperado é o papelão, seguido pelo plástico. Apenas em 2007 houve uma inversão entre estes dois tipos de resíduo. Examinando a economia de recursos naturais proporcionada pela reciclagem de materiais, Minéu (2017, p. 108) comenta que a cada tonelada de aparas evita-se o corte de 10 a 20 árvores, consome-se de 10 a 50 vezes menos água e reduz-se o consumo de energia pela metade. E quanto ao plástico, a cada 100 toneladas evita-se a extração de uma tonelada de petróleo e economiza-se até 90% de energia.

Dentro deste mesmo encadeamento de ideias, apresenta-se também o Gráfico 02, que demonstra a quantidade em toneladas/ano de materiais recuperados que foram reinseridos no sistema produtivo-econômico, desviando-os do aterro sanitário, ou seja, em vez de serem enterrados e terem seu ciclo de vida encerrado, foram incorporados novamente na cadeia produtiva.

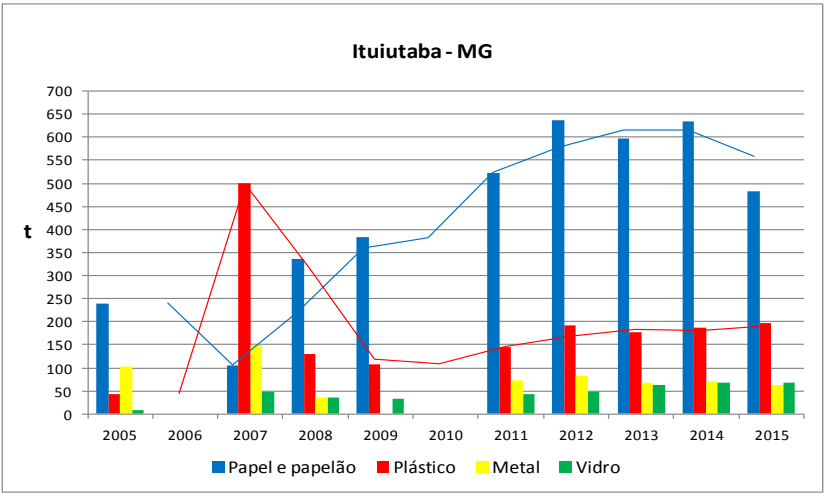


Gráfico 02[15] – Quantidade de materiais recicláveis recuperados (papel/papelão, plástico, metal e vidro) de 2005 a 2015 em Ituiutaba (Indicadores CS010, CS011, CS012 e CS013).

Elaboração: Silva, S. A. (2017).

Fonte: SNIS-RS.

Embora os Gráficos 01 e 02 demonstrem conquistas alcançadas ao longo de uma década em prol da ampliação do tempo de vida útil do aterro sanitário de Ituiutaba e, sobretudo, em prol da conservação ambiental, "cabe destacar que esse ganho se dá com menos de 4,0% recuperado pela coleta seletiva formal e em torno de 30% de recicláveis secos ainda sendo destinados ao aterro" (MINÉU, 2017, p. 184). Nota-se a importância da educação ambiental em articulação com diversos

[15] Para melhor detalhamento das informações envolvidas na composição de cada indicador e os comentários produzidos pelo SNIS recomenda-se recorrer ao Glossário de Informações RS-2015 e ao Glossário de Indicadores RS-2015. Disponíveis em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos/diagnostico-rs-2015>. Acesso em: 20 mar. 2017.

atores sociais ao desempenhar seu papel não só de sensibilizadora quanto ao que ainda pode se redirecionar de resíduos recicláveis secos para a coleta seletiva, como também de motivadora, para que ao receber maiores quantidades destes resíduos para serem comercializadas, a Copercicla alcance objetivos que são, ao mesmo tempo, social, econômico e ambiental.

Considerações finais

Um conjunto de eventos políticos, econômicos, sociais e culturais que se sucederam nos últimos anos acarretou uma série de transformações, que vieram gradativamente ditando a forma do homem se relacionar em sociedade e com o meio ambiente. Ao longo do tempo, fatos antes considerados desprezíveis, como as emissões de gases de efeito estufa, começaram a ganhar notoriedade e se tornarem preocupações mundiais. Para que se chegasse a esse ponto foi necessário aprimorar uma visão mais abrangente dos fenômenos e realizar a conexão entre aqueles outrora percebidos isoladamente. Entretanto, despertar para uma visão de mundo que contemple a interação e a complexidade das ações que se desenrolam no espaço geográfico requer a adoção de políticas públicas pontuais, de uma educação que valorize a ética e a percepção ambiental como possibilidades para instigar nos indivíduos o cuidado com o meio ambiente.

Depois de dez anos da implantação da coleta seletiva em Ituiutaba, os registros (fotos e tabelas) destacados neste capítulo atestam o vacilante comprometimento da comunidade local com a separação dos resíduos recicláveis secos na fonte para que os mesmos sejam adequadamente encaminhados à Copercicla

como parte de um projeto bem maior que é a manutenção e a ampliação do tempo de vida útil do aterro sanitário. Projeto este que implicitamente faz parte de outro projeto ainda maior que é a qualidade de vida dos cidadãos, o equilíbrio do espaço geográfico e a manutenção da biodiversidade por meio da conservação ambiental. Neste contexto, a reflexão sobre o consumo e os dados da geração e da segregação na fonte dos resíduos recicláveis secos em Ituiutaba direciona para a constatação da ineficácia das ações de educação ambiental empreendidas.

Os dados encontrados a partir do levantamento proposto demonstraram que, apesar da expansão habitacional alcançada a partir da década de 2000 e, sobretudo, a contar de 2011, com a construção de mais de 4000 unidades residenciais, o indicador que quantifica a taxa de cobertura da coleta seletiva porta a porta em relação à população urbana (IN030) manteve-se estabilizado ou acompanhou a expansão da cidade, chegando a 2015 com 100% de cobertura.

Outro dado expressivo deste cenário foi a oscilação no indicador IN054 – Massa per capita de materiais recicláveis recolhidos via coleta seletiva – que saiu de 9 (kg/hab./ano), em 2011, para atingir 14 (kg/hab./ano) em 2012, para, em seguida, retornar ao patamar de 10 (kg/hab./ano), em 2015. Também o indicador IN031 que mede a taxa de recuperação de recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (RDO + RPU) coletada, apresentou alterações reveladoras, uma vez que em 2011 era de 3,68%, chegou a 2012 com 5,06%, para então fechar na faixa dos 3%, ou seja, 3,15% de recicláveis recuperados e comercializados pela cooperativa local em 2015.

No período analisado o papelão, seguido pelo plástico, foi o tipo de resíduo reciclável seco com maior incidência em

termos percentuais sobre o total de material recuperado. Em termos de volume de materiais recuperados que foi reinserido no sistema produtivo-econômico, em vez de ser enterrado e ter seu ciclo de vida encerrado, a soma no período foi: 3.939,69 toneladas de papel e papelão, 1.678,37 toneladas de plásticos, 646,71 toneladas de metais e 415,93 toneladas de vidros que foram novamente incorporados na cadeia produtiva.

Esses quantitativos são a representação das muitas barreiras que a educação ambiental enfrenta para se tornar mais efetiva em benefício do meio ambiente, da saúde ambiental e da qualidade de vida. Entre elas está a ênfase dado ao consumo, a visão acomodada no cotidiano perante a degradação ambiental, os padrões de comportamento socialmente aceitos e as incoerências do progresso ante o espaço vivido.

Sob esta perspectiva, a geografia em seu diálogo com outras ciências muito tem a contribuir para uma interpretação geográfico-cultural dos resíduos sólidos como componente testemunhal do desenvolvimento da sociedade, promovendo reflexões sobre as interações entre homem e planeta Terra em toda sua dimensão espacial, de modo a superar o discurso tecnológico ou econômico. Repensar a questão do consumo e da geração de resíduos é apenas uma dentre tantas esferas em que a geografia e a educação ambiental podem atuar interdisciplinarmente com vistas à conservação ambiental e ao menor impacto possível no espaço geográfico.

É necessário que os indivíduos sejam provocados a compreender os processos envolvidos em seus cotidianos. Não basta plantar árvores no primeiro dia da primavera, limpar as margens dos córregos no dia do meio ambiente ou fazer passeata com faixas de frases de efeito. É preciso atitude e atitude começa com a compreensão do como cada produto é gerado e

do porque é incutida no indivíduo a demanda por este produto. Passada esta fase é que precisa nascer o impulso de agir.

Aprendizagens mais significativas carecem de investimento de tempo, de profundidade de argumento, de contato com o que se fala e se ouve, de vivências reais que tornem os exemplos menos abstratos, de lições de vida impregnadas de sentido, que não só estimulem a reflexão, mas que também incitem a adoção de hábitos sustentáveis. É isso que falta para que a coleta seletiva dos resíduos recicláveis secos em Ituiutaba apresente-se como prática de educação ambiental de forma eficaz.

Finalizando este capítulo, conclui-se que um discurso que se pretenda ser transformador – ambientalmente falando – para atingir seu propósito deve empregar uma linguagem mais aberta à subjetividade e porque não uma exposição oral amorosa, a mesma que se dá entre pessoas que se respeitam e querem contribuir para o projeto de vida um do outro de forma a revolucionar o pensar, o agir e o sentir de cada um.

Sentir-se parte da natureza é o primeiro passo para querer cuidar dela. A virtualidade e a efemeridade das relações, a urbanização da civilização e a violência das ruas não podem ser obstáculos para que os indivíduos vivam o sentido profundo de ser natureza e estar na natureza.

Neste aspecto, o papel da educação ambiental é estratégico para envolver o indivíduo em uma condição de protagonista de suas ações cotidianas, de modo a levá-lo a refletir sobre os hábitos que sustentam seu estilo de vida seja em casa, no trabalho ou nos espaços públicos – perante uma sociedade altamente industrializada e geradora de resíduos, que precisa se reaproximar da natureza e olhá-la com aspiração de restaurar a casa que é comum a todos.

Referências

ATLAS BRASIL. *Ituiutaba, MG*. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/4363>. Acesso em: 10 abr. 2017

BECK, U. *Sociedade de risco:* rumo a uma outra modernidade. Tradução de Sebastião Nascimento. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BRASIL. Presidência da República. *Lei n. 12.305, de 2 de agosto de 2010*. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm>. Acesso em: 11 jul. 2016.

_____. Ministério das Cidades. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento* – Diagnóstico do Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos - 2015. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos/diagnostico-rs-2015>. Acesso em: 07 abr. 2017.

_____. Ministério das Cidades. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento* – Diagnóstico Anual de Resíduos Sólidos. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-residuos-solidos>. Acesso em: 07 abr. 2017.

CANALI, N. E. Geografia Ambiental: desafios epistemológicos. In: MENDONÇA, F., KOZEL, S. (Org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Revisão de texto Maria José Maio Fernandes Naime. 1. ed. revisada. Curitiba: Ed. da UFPR, 2009. p. 165-186.

COPERCICLA. Disponível em: <http://www.copercicla.com/index.php>. Acesso em: 30 jun. 2017.

CORTEZ, A. T. C. Consumo e desperdício: as duas faces das desigualdades. In: ORTIGOZA, S. A. G.; CORTEZ, A. T. C. (Org.). *Da produção ao consumo:* impactos socioambientais no espaço urbano. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/n9brm>. Acesso em: 20 mar. 2017. p. 35-62.

FRANCO, C. C.; MINÉU, H. F. S. O programa de coleta seletiva em Ituiutaba: análise de sua implantação e resultados. *Bol. geogr*., Maringá, v. 33, n. 1, p. 81-94, jan./abr. 2015. Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/BolGeogr/article/view/21184>. Acesso em: 18 ago. 2016.

FREITAS, L.; BESEN, G. R.; JACOBI, P. R. (Org.). Panorama da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos: resíduos urbanos. In: BESEN, G. R.; JACOBI, P. R.; FREITAS, L. (Org.). *Política Nacional de Resíduos Sólidos:* implementação e monitoramento de resíduos urbanos. São Paulo: IEE USP: OPNRS, 2017. p. 11-33.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Brasil em síntese*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/mg/ituiutaba/panorama>. Acesso em: 18 nov. 2016.

ITUIUTABA. Disponível em: <http://www.ituiutaba.mg.gov.br/t/dados-populacionais>. Acesso em: 18 nov. 2016.

_____. *Lei n. 3.326, de 12 de abril de 1999*. Dá denominação a estrada municipal que menciona e dá outras providências. Ituiutaba, 1999. Disponível em: <http://www.ituiutaba.mg.leg.br/leis/lei-municipal/leis-ordinarias/ano-de-1999/lei-no-3-326-de-12-de-abril-de-1999/view>. Acesso em: 07 dez. 2017.

LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. Tradução de Alcides João de Barros. São Paulo: Ática, 1991.

MAIA, D. S. Pequenas cidades: como defini-las? In: IX Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB, 2005, Manaus. IX SIMPURB - *ANAIS*. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005. p. 1-20.

MINÉU, H. F. S. *O custo de oportunidade do aterro sanitário de Ituiutaba, MG*: componentes e repercussão econômica em longo prazo. 2017. 269 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. FNMA. *Projetos Apoiados.* Disponível em: <http://www.mma.gov.br/apoio-a-projetos/fundo-nacional-do-meio-ambiente/projetos-apoiados>. Acesso em: 30 jun. 2017.

NEVES, F. O.; MENDONÇA, F. Por uma leitura geográfico-cultural dos resíduos sólidos: reflexões para o debate na Geografia. *Cuadernos de Geografía. Revista Colombiana de Geografía*, Bogotá, v. 25, n. 1, p. 153-169, jan./jun. 2016. Disponível em:

<http://www.scielo.org.co/pdf/rcdg/v25n1/v25n1a11.pdf>. Acesso em: 05 maio 2017.

OLIVEIRA, H. C. M. *Urbanização e cidades*: análises da microrregião de Ituiutaba (MG). 2013. 431 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2013.

ORTIGOZA, S. A. G.; CORTEZ, A. T. C. (Org.). *Da produção ao consumo:* impactos socioambientais no espaço urbano. São Paulo: Editora UNESP, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/n9brm>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SILVA, S. A. A pertinência da educação ambiental a partir do diagnóstico da coleta seletiva de resíduos sólidos em Ituiutaba – MG – Brasil entre os anos 2005 e 2015. 164 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba.

SUERTEGARAY, D. M. A. Geografia física (?) geografia ambiental (?) ou geografia e ambiente (?). In: MENDONÇA, F., KOZEL, S. (Org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Revisão de texto Maria José Maio Fernandes Naime. 1. ed. revisada. Curitiba: Ed. da UFPR, 2009. p. 111-120.

CAPÍTULO 19
ESTRATÉGIAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL APLICADO À CONSCIENTIZAÇÃO DE CONSERVAÇÃO DAS ARARAS-CANINDÉ (*ARA ARARAUNA*, PSITTACIFORMES: AVES) NA CIDADE DE ITUIUTABA-MG[16]

Mayara Yukiko Yamada

Kátia Gisele de Oliveira Pereira

Introdução

Um número alarmante de espécies nativas vem diminuindo ao longo do tempo, algumas até o ponto de extinção, resultado de intensas atividades humanas, como a caça predatória, destruição e fragmentação de habitat e introdução de espécies exóticas que competem com as espécies nativas (PRIMACK; RODRIGUES, 2001). Como resposta a esta crise, a diversidade biológica foi criada a área da biologia da conservação (SOULÉ, 1985).

Está área tem como objetivo entender os efeitos das atividades antrópicas sobre as espécies e comunidades e ecossistemas e, também desenvolver abordagens praticas para prevenir a extinção de espécies e, se possível, reintegrar as espécies ameaçadas ao seu ecossistema funcional. (PRIMACK; RODRIGUES, 2001 p.5).

[16] Resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Devido sua alta biodiversidade e grau de endemismo, o bioma Cerrado é considerado um dos *hotspots* de conservação, estando em grande risco devido às atividades econômicas dentre elas, as atividades agrícolas e de pastagens que consomem grandes porções de terras para seu desenvolvimento (KLINK; MACHADO, 2005). Considerada uma das maiores ameaças a biodiversidade é a redução e a fragmentação de habitats (PRIMACK; RODRIGUES, 2001). A fragmentação de habitats é um processo no qual uma área de vegetação é dividida em fragmentos isolados, e quase sempre rodeados por vegetação diferente da original (CARVALHO, 2009).

O Cerrado apresenta 856 espécies de aves, sendo que 777 se reproduzem na região (SILVA; SANTOS, 2005). Desta forma, devido a degradação do Cerrado, algumas destas espécies estão susceptíveis a extinção. No grupo dos psitacídeos, 26% das espécies estão com populações diminuídas e com algum risco de extinção (COLLAR, 2000).

As araras-canindé (*Ara ararauna*) por serem aves carismáticas, apresentarem plumagens coloridas e se adaptam facilmente ao cativeiro, assim como a maioria dos grandes psitacídeos, estão em perigo de extinção, devido um conjunto de fatos, como perda de habitat, caça e captura para tráfico de animais silvestres (GRAJAL, 2000 e GUEDES, 2004). Assim, torna-se necessário a criação de estratégias de manejo e conservação desta espécie, mas também a conscientização da situação da espécie nos ecossistemas em que vive.

Aves são sensíveis às variações das condições ambientais, respondendo rapidamente às mudanças que ocorrem em nível local, regional e global, sendo considerados ótimos indicadores de qualidade ambiental (BAESSE, 2015). No entanto, pouco se sabe sobre o comportamento de diversas espécies brasileiras,

grande parte das pesquisas sobre estas aves em ambiente urbano são restritas a parques urbanos e praças. Apenas alguns estudos foram realizados em áreas verdes de Uberlândia-MG, assim, pouco se sabe sobre a avifauna da Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (FRANCHIN, 2009).

Na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba encontra-se a cidade de Ituiutaba. O município vem passando por avanços na agroindústria e reestruturação urbana (FONSECA, 2011). O desenvolvimento do agronegócio na cidade e região é um fator que contribui fortemente para a elevação dos índices populacionais. Desta forma, foi preciso a construção de novas residências, aumentando os limites urbanos e ocupando áreas antes dominadas por vegetação nativa. Além disso, o agronegócio levou a substituição de áreas nativas por canaviais, pastagens e outras práticas econômicas contribuindo para a fragmentação de habitats (OLIVEIRA; RIBEIRO FILHO, 2017).

Conhecendo a distribuição geográfica de *Ara ararauna*, sabe-se que é possível encontrá-las na cidade de Ituiutaba e região. Tal espécie pode ser facilmente avistada em áreas rurais e urbanas deste município. Nas áreas urbanas podem-se observar comportamentos normalmente realizados no ambiente natural dessas espécies. Por tanto, tal estudo busca levantar na bibliografia os trabalhos desenvolvidos sobre tal espécie e sobre a presença de aves no ambiente urbano. Assim torna-se importante levar tal estudo ao conhecimento da população local, para que a mesma tenha conhecimento amplo sobre a espécie, buscando contribuir com a conservação do nicho das araras-canindés e, consequentemente, contribuindo para preservação da espécie neste local.

A fim de ampliar os conhecimentos sobre a avifauna do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, o objetivo deste estudo consiste em construir estratégias de educação ambiental visando a consciência da necessidade de conservação das araras-canindé (*Ara ararauna*) presentes na cidade de Ituiutaba - MG.

Para melhor compreender o estudo das estratégias pedagógicas de Educação Ambiental para conservação das araras, serão discutidos os seguintes tópicos neste estudo. Os dois primeiros tópicos são teóricos, pois fornecem sustentação conceitual para a aplicação do estudo dos psitacídeos na cidade de Ituiutaba – Minas Gerais. O terceiro momento se propõe a apresentar toda a proposta de conscientização de conservação das araras aplicadas em escola do Ensino fundamental na cidade da pesquisa. Na primeira parte deste capítulo será tratada a biologia da conservação que contém um referencial teórico norteando o tema mais abrangente que atinge a temática deste trabalho; no segundo momento - será feita uma avaliação das relações ecológicas do Cerrado, relacionando aos principais usos e ocupações dos solos em contraposição com a degradação ambiental e genética das comunidades e ecossistemas. Desta forma, tem-se a pretensão de mostrar o quadro atual das relações de gestão dos recursos naturais e suas implicações para a conservação das espécies, em especial para as comunidades de aves e, dentre elas, as dos psitacídeos; no terceiro momento deste estudo será tratado um estudo de caso contendo uma avaliação dos resultados da aplicação da proposta pedagógica de educação ambiental aplicada à conservação das araras canindés, na cidade de Ituiutaba – MG. Na sequencia será apresentada uma avaliação final deste trabalho.

Biologia da Conservação

Há tempos as aves são animais que despertam o interesse dos humanos, agregando importância cultural e ecológica (SAIKI; GUIDO; CUNHA, 2009), como por exemplo, relações com religiões ou a falcoaria, o uso de aves de rapina para caça. Tais relações advêm do estudo do comportamento destas aves, geralmente por observadores que colecionam registros sobre as espécies (MACIEL; MACHADO, 2007). Aves são ótimas indicadoras de qualidade ambiental, além de contribuírem para polinização, dispersão de sementes e controle de pragas (BAESSE, 2015). Em especial, as araras-canindé possuem uma relação singular com os buritis (*Mauritia flexuosa*), de tal forma que a conservação das araras contribui para a conservação da vereda em estas palmeiras estão presentes (BRIGHTSMITH, 2006).

A observação de aves se tornou uma atividade que possui diversas finalidades, sendo elas recreação, turismo ou educativas (FARIAS; ALVES, 2007). Ela é um método importante para se conhecer o comportamento de uma espécie. Sendo a observação à base da etologia, visando estudar o comportamento intra e interespecífico por meio da observação naturalística (SALDANHA, 1973). Portanto, a etnoornitologia é uma ciência que busca compreender as relações entre humanos e aves, a fim de conhecer a forma que os humanos e suas civilizações se relacionam com as diversas espécies de aves, em todos os âmbitos, assim, podendo estabelecer estratégias de conservação ambiental (FARIAS; ALVES, 2007). Buscando compreender e conhecer as espécies, a observação de aves é uma prática muito antiga e realizada não apenas por cientista, mas também por admiradores.

Ao conhecer os comportamentos específicos e as relações da espécie com o ambiente, essas informações auxiliam no manejo de recursos naturais (SILVA, 2016). A conservação de uma espécie deve estar relacionada com a conservação de seu habitat, de forma que ao proteger um ecossistema, mantêm-se todos os processos de dinâmica populacional e evolutivo das espécies que nele se encontram (ETOLOGIA E CONSERVAÇÃO, 1989). Buscando desenvolver estratégias de Educação Ambiental voltadas para conservação de araras-canindé, os principais comportamentos da espécie, as condições do habitat e as ameaças sofridas, serão apresentados a seguir.

Araras-canindé são aves que apresentam comportamentos muito característicos dos Psitacídeos, sendo aves capazes de imitar diversos sons, inclusive a voz humana. Além de serem muito encantadoras, coloridas e de fácil adaptação em cativeiros. Em busca de conhecer os hábitos reprodutivos da espécie em cativeiro, Locatelli et al. (2013), analisou o comportamento reprodutivo de um casal de araras-canindé mantidas em cativeiro para conservação, pode-se observar categorias distintas de comportamento: *i*) conservação, são os cuidados de higiene que o indivíduo tem consigo mesmo e como ninho; *ii)* locomoção, modo como se voa ou caminha pelo recinto; *iii)* alimentação, hábitos alimentares do casal de aves e seu filhote; *iv)* social não-agonístico, comportamentos de aproximação e afastamentos entre macho/filhote, fêmea/filhote, casal/filhote e macho/fêmea; *v)* alerta, atitude de sentinela; e *vi)* sonora, tipos de vocalização.

Sobre o forrageamento, os psitacídeos buscam alimentos desde a copa de árvores mais altas como em arbustos frutíferos, alimentando-se de frutos de combaru (*Dipteryx alata*), jatobá (*Hymenaea sp.*), mandovi (*Sterculia apetala*) e pequi (*Caryocar*

brasiliense) (SICK, 1997). Além disso, buscam alimentar-se em barreiros (ROTH, 1984) utilizando terra como fonte de alimento e para suprir suas necessidades minerais (SICK, 1997). As araras-canindé sobem em ramarias com auxílio do pico como uma espécie de terceiro pé, e usando a pata para apanhar o alimento e levá-lo até a boca. Os Psitacídeos são considerados "predadores", pois trituram as sementes, desta forma, não contribuem para dispersão de sementes. Praticamente todas as espécies alimentam-se de sementes, desprezando a polpa das frutas. Os cocos de palmeiras, especialmente do buriti (*Mauritia flexuosa*), são alimentos prediletas destas aves, sendo apanhados do chão ou diretamente das copas das árvores (SICK, 1977).

Como dito, as araras-canindé se alimentam de terra. Este é um comportamento frequente entre muitas aves, porém ainda pouco estudado no Brasil é a Geofagia. Geofagia é o ato de consumir intencionalmente solo, argila ou qualquer outra substância mineral (SOUZA et al., 2002). Durante todo o ano é possível visualizar aves em áreas conhecidas como barreiros, os barreiros são áreas de depressão, com solos úmidos e escassa cobertura vegetal, onde os animais consomem pequenas porções de solo. Existem duas explicações possíveis para esse fenômeno. A primeira está relacionada ao consumo de sementes e plantas, muitas destas apresentam componentes tóxicos, desta forma a argila apresenta efeito neutralizante sobre as toxinas. A segunda hipótese para a ingestão de solo é a de que este serve como suplementação, fornecem minerais importantes para o metabolismo das aves (COELHO, 2006).

Além dos buritizais, espécies facilmente encontradas nas veredas dos cerrados brasileiros, serem fonte de alimento, as araras-canindé utilizam tais palmeiras para nidificação. Os ninhos são cavidades de buritis mortos, localizados ao longo de

veredas, onde a abertura da cavidade fica no topo dos troncos, podendo existir aberturas secundárias situadas nas laterais destes. As cavidades têm origem na decomposição dos troncos de buriti, no qual a estrutura interna desaparece gradualmente, permanecendo apenas a estrutura interna, "casca". O fundo das cavidades é recoberto por serragem proveniente da decomposição do tronco e resultado da raspagem das paredes internas da casca feita pelas aves. (BIANCHI, 1998).

Durante o período de corte, as araras-canindé investigam diversas cavidades em troncos de buritis para posterior nidificação. Uma vez escolhida a cavidade, o par defende esta árvore de outros casais araras. A partir disso, os comportamentos de corte tornam-se mais intensos, os indivíduos pousam lado a lado sobre as cavidades e iniciam os rituais de exibição de plumagem e corte, para posteriormente realizarem a cópula (BIANCHI, 1998) e preparo do ninho para postura dos ovos.

Ao longo do período de incubação a fêmea sai do ninho apenas para procura de alimento e material para manutenção do ninho (LOCATELLI et al. 2013) permanecendo no ninho quase em tempo integral, sendo o tempo médio de incubação de 26,1 dias (BIANCHI, 1998).

De acordo com Bianchi (1998) com 77,9 dias de idade os filhotes voam, porém, sem abandonar o ninho, já Locatelli et al. (2013) afirma que os filhotes voam com cerca de 82 dias de vida em condições de cativeiro. Segundo Sick (1997), os jovens permanecem com os pais por um a dois anos, até atingirem a idade adulta. Durante este período o casal dificilmente se reproduz.

Parte dos comportamentos apresentados até então podem ser observados em ambientes urbanos. As cidades possuem diversas espécies de aves, uma vez que a arborização faz parte do planejamento urbano, tornando o ambiente propício para as aves. Uma vez que arborização é parte importante do ambiente urbano à medida que as cidades crescem e se expandem, deveriam proporcionar melhor conforto ambiental e qualidade de vida (LIRA FILHO; MEDEIROS, 2006).

As espécies vegetais nas áreas urbanas e periurbanas, nativas ou exóticas, desempenham funções ecológicas importantes, além de servirem de abrigo, nidificação, fonte de alimento e abrigo para aves e outros animais de pequeno porte. Assim, contribuem para a diversidade biológica urbana, equilibrando as cadeias tróficas. Além disso, a arborização proporciona a purificação do ar pela fixação de gases tóxicos e poeiras e pela reciclagem de gases por meio da fotossíntese; reduz a velocidade dos ventos; melhora o microclima e contribui para o balanço hídrico, favorecendo a infiltração de água no solo e levando a evaporação mais lenta (MURRAY, 1998).

A presença de aves no ambiente é um indício de que o mesmo é saudável e devidamente funcional (ANDRADE, 1993). As aves são importantes bioindicadores, por pertencerem a elos finais da teia alimentar. Podendo concentrar nos tecidos musculares, ovos, gordura, entre outras estruturas, metais pesados adquiridos por meio da alimentação (OLIVEIRA; FREIRE; AQUINO, 2004).

Além de serem excelentes bioindicadores, as aves são um componente valioso para o ambiente urbano e para o ecossistema de forma geral, assim como toda espécie tem sua função no meio ambiente. As funções desempenhadas pelas aves incluem desde auxiliam no controle biológico de pragas,

alimentando-se de pequenos vertebrados, insetos e plantas, e polinizam flores e dispersão sementes (BEDÊ et al., 1997) assim, a faz-se necessário a presença de aves em um ambiente equilibrado.

Bornschein e Reinert (2000), ao analisar à presença de aves em parques para fins de manejo e conservação sugerem as seguintes técnicas de manejo:

- Em locais que apresentam baixa densidade de árvores e não há regeneração arbórea devido ao domínio dos cipós na região, é indicado realizar o corte dos mesmos. O controle de lianas é efetivo na sucessão vegetal, não apresenta riscos para a extinção local da espécie.
- O crescimento de vegetação nativa, a partir do incentivo do plantio de espécies nativas priorizando as espécies vítimas da extração seletiva;
- Fiscalização contra a caça.
- Fiscalização contra o fogo, uma vez que as queimadas representam grande impacto sobre a maioria dos ecossistemas brasileiros e vem sendo insuficientemente combatidas e discutidas no Brasil.
- Proibir a circulação de animais domésticos, uma vez que apresentam ameaças para o ambiente.
- Não realizar o represamento de um córrego na intenção de formar um açude com fins recreativos, pois é possível que ocorra a perda da floresta paludosa e uma parte do banhado.
- Não usar grandes vidraças nas construções para infraestrutura do Parque Estadual, porque refletem a vegetação confundindo as aves que voam de

encontro ao vidro e podem morrer devido ao choque.

Deste modo, conhecer e compreender tais comportamentos são ferramentas indispensáveis para a conservação de ecossistemas, uma vez que conhecer a etologia do animal contribui para compreensão das relações inter e intra-específica, e o estudo da biogeografia auxiliando na compreensão do espaço onde tais comportamentos se expressam (ALVES et al., 2012). Assim, a conservação de habitats exige um amplo conhecimento sobre o meio ambiente. De maneira que é necessário compreender as relações ecológicas, como o comportamento de uma espécie afeta a vida de outra em seu ambiente natural (DEL-CLARO, 2006)

A partir de então, pode-se dizer que a ecologia comportamental é uma linha da etologia, uma vez que não se limita apenas às causas do comportamento, ou como ele ocorre. A ecologia comportamental busca por meio de experimentos e observação compreender por que determinado comportamento evoluiu e como interfere no valor adaptativo da espécie em questão (DEL-CLARO, 2003).

Assim, a ecologia comportamental torna-se essencial para a biologia da conservação, levando a uma melhor percepção dos valores adaptativos de comportamentos de vários membros da mesma cadeia trófica, sendo um fator importante para a manutenção para a preservação de comunidades (THOMPSON, 2005). Desta maneira, de acordo com Pinheiro (1989) o etólogo pode contribuir para a preservação do meio ambiente em três níveis:

- Analisando o comportamento humano e o funcionamento das sociedades humanas em relação com a Natureza.
- Estudando as espécies, ameaçadas ou não, nos seus habitats naturais, inferindo a sua situação ecológica e/ou o melhoramento dessa situação, eventualmente através de extrapolação de dados.
- Contribuindo para a conservação das espécies em condições de cativeiro ou seminaturais e a sua reintrodução na Natureza (PINHEIRO, 1989, p. 79).

Compreendendo estes três pontos, torna-se necessário conhecer, além dos comportamentos da arara-canindé, as relações humanas com o ambiente no qual a espécie está distribuída. Desta forma, relacionando as ameaças sofridas por tal ave com os riscos para sua conservação.

As aves e o uso do solo agrícola

Entre as aves, a família Psittacidae possui o maior número de espécies ameaçadas de extinção, com 31% das espécies presentes na região neotropicais ameaçadas (COLLAR; CROSBY; STATTERSFIELD, 1994). Diversos são os fatores que ameaçam as populações de psitacídeos, sendo a perda de habitat o principal fator, juntamente com a comercialização ilegal de animais silvestres (COLLAR; JUNIPER, 1992). Fatores como as baixas taxas de reprodução e sobrevivência dos filhotes, exigências para escolha do ninho e longo tempo até atingir a maturidade sexual, também são ameaças às espécies (JUNIPER; PARR, 1998).

A arara-canindé, encontra-se distribuída desde o Panamá até a região sudeste do Brasil (BIRDLIFE INTERNATIONAL, 2014). No sudeste brasileiro, a espécie é largamente distribuída no bioma Cerrado, este depois da Mata Atlântica, é o ecossistema brasileiro que sofreu mais alterações devido à ocupação humana.

Ituiutaba é uma cidade situada em Minas Gerais, em específico na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no oeste do estado. Tal mesorregião é formada por 66 municípios, agrupados em sete microrregiões. As áreas de cobertura vegetais naturais remanescentes ocupam cerca de 20%, sendo áreas de Cerrado (*strictu sensu*, campo sujo, campo limpo), veredas, matas de galeria, matas de encosta e florestas estacionais semidecíduas (NOVAIS, 2011).

Na mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba as principais atividades econômicas estão ligadas a pecuária (leite, cria, recria e engorda) e agricultura (produção de grãos, açúcar e álcool). A produção de açúcar e álcool na região é responsável por três quartos do total produzido no estado. Devido à alta demanda de álcool para exportação, o cultivo e a produtividade de cana tem sido destaque e vem gerando grandes investimentos no setor, sendo assim as usinas deste segmento estão se fazendo cada vez mais presentes nos municípios da região, inúmeras áreas que no passado eram destinadas ao plantio de soja e pastagens foram substituídas pela cana-de-açúcar. O cultivo está mais concentrado nas microrregiões como Uberaba, Frutal e Ituiutaba, devido clima é mais quente e úmido. Na agricultura destaca-se a plantação de café, soja, feijão, sorgo, milho e trigo. O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba conta com a maior área de criação de gado bovino de corte e leiteiro do Estado, considerado uma das maiores do Brasil. Porém, como já foi dito

antes, devido ao crescente interesse no setor de cana-de-açúcar, os canaviais estão tomando conta de várias áreas que antes eram destinadas a pecuária (NOVAIS, 2011).

O mecanismo de produção agrícola é bastante comum à desestruturação ecológica do meio ambiente, além do combate de plantas competitivas, seleção de linhagens, monoculturas, adubação química e controle de pragas e doenças (JEPPSON et al., 1975). Em todo o mundo, este mecanismo baseia-se na utilização de agrotóxicos para aumentar a produtividade agrícola, tendo muitas consequências adversas ao meio ambiente e à saúde humana (VEIGA et al, 2006). Aplicação em grande escala destes pesticidas agrícolas é um dos fatores que contribuem para o declínio de algumas espécies de aves.

O Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, apresentam uma das regiões agrícolas mais desenvolvidas do Brasil, sendo uma das primeiras áreas do Cerrado a passarem pelo processo de modernização agrícola (MELO, 2005). Tal desenvolvimento acarretou no elevado uso de agrotóxicos. O mercado de pesticidas cresceu de forma extrema nos últimos 10 anos (CARNEIRO et al, 2015).

Esse uso descontrolado de agrotóxicos em excesso, leva a contaminação do solo e dos recursos hídricos (OLIVEIRA JUNIOR; SATO, 2006). Ao contaminarem o solo e águas, tais agroquímicos são transferidos ao longo das cadeias tróficas, afetando diversas espécies. Aves são mais sensíveis aos agrotóxicos do que os demais vertebrados, devido à baixa atividade enzimática desintoxicante (PARKER; GOLDSTEIN, 2000). Além disso, o fato de sobrevoarem grandes distâncias e poderem realizar forrageamento em vastas áreas - alimentando-se de insetos e sementes disseminados nas lavouras - faz com que as aves estejam mais susceptíveis a contaminação por

agrotóxicos (VALDES, 2007). As aves ao serem contaminadas sofrem os efeitos dos defensivos químicos que podem ser desorientação e perda de peso, dependendo do tipo de agrotóxico. Estes efeitos prejudicam a migração, reprodução e voo (ENG; STUTCHBURY; MORRISSEY, 2017).

As diversas categorias do uso da terra e cobertura vegetal (vegetação natural, pastagem, agricultura, área urbana, reflorestamento, cana-de-açúcar e corpos d'água), também podem trazer consequências para a conservação das araras-canindé, ocorrendo a degradação de seus habitats naturais. No estudo de Rezende e Rosendo (2009), em que se analisou o uso da terra no município de Ituiutaba nos anos de 1987, 1997 e 2007, pode-se observar na Tabela 1 a porcentagem ocupada pelas sete categorias do uso da terra, sendo que o município de Ituiutaba se encontra predominantemente ocupado por pastagens nos três anos estudados. Seguidas por áreas de vegetação nativa, com menos da metade das áreas de pastagens. As áreas agrícolas decresceram em 1997, porém voltaram a crescer em 2007. Em relação à categoria cana-de-açúcar, os canaviais ocupavam 0,49% do total da área em 1987, 0,77% em 1997 e subindo para 3,47% em 2007. As áreas ocupadas por reflorestamento, urbanas e corpos d'água não tiveram mudanças significativas (REZENDE; ROSENDO, 2009).

Uso da Terra	**1987***		**1997***		**2007***	
	Área (ha)	**%**	**Área (ha)**	**%**	**Área (ha)**	**%**
Vegetação Natural	48823,388	18,81	32297,016	12,44	49112,537	18,92
Pastagem	169918,567	65,46	199581,101	76,91	170573,617	65,73
Agricultura	34692,943	13,37	20339,581	7,83	25467,333	9,81

Cana-de-açúcar	1252,643	0,49	1999,590	0,77	9009,946	3,47
Reflorestamento	-	0,00	29,863	0,01	56,746	0,02
Área Urbana	2038,435	0,78	2478,825	0,95	2505,797	0,96
Corpos d'água	2829,757	1,09	2829,7575	1,09	2829,757	1,09
TOTAL	259555,733	100,00	259555,733	100,00	259555,733	100,0

Tabela 1: Uso da terra e cobertura vegetal nos períodos de 1987, 1997 e 2007[17].
Fonte: Rezende e Rosendo (2009).

Categorias	Área (ha)	%
Corpos d'água	2688.846	1,04
Vegetação Natural	70708.613	27,32
Reflorestamento	172.099	0,07
Agricultura	14427.927	5,57
Cana-de-açúcar	34012.395	13,14
Pastagem	134075.059	51,80
TOTAL	258851.771	100,00

Tabela 2 - Uso da terra e cobertura vegetal, município de Ituiutaba – MG, Agosto de 2011

Fonte: Martins e Rosendo (2013).

Comparando os dados de Rezende e Rosendo (2009) com o estudo realizado em (2011) por Martins e Rosendo (2013), Tabela 1, pode-se analisar o decrescimento das áreas de

[17] Dados obtidos mediante o mapeamento multitemporal do uso da terra e cobertura vegetal a partir da utilização de imagens de satélite.

pastagens (65,73% em 2007, 51,80% em 2011) e agricultura (9,81% em 2007, 5,57% em 2011) e aumento das áreas de vegetação natural (18,92% em 2007, 27,32% em 2011) e cana-de-açúcar (3,47% em 2007, 13,14% em 2011), onde tal expansão foi cerce de quatro vezes a área total cultivada com cana-de-açúcar em 2007. As áreas de vegetações naturais encontram-se fragmentadas, em sua maioria localizada no fundo de vale, o que dificulta um mapeamento mais detalhado das diferentes categorias de uso da terra e cobertura vegetal. No entanto, tais fragmentos são áreas de vegetações naturais que foram interrompidas pelas barreiras antrópicas, ou barreiras naturais. Tal divisão faz com que os fragmentos adquiram condições ambientais diferentes, diminuindo o fluxo de animais, sementes e pólen.

Além das diversas ameaças por fatores antrópicos, as aves estão susceptíveis a contraírem doenças. A mais transmitida entre as aves, em especial os psitacídeos, é a PBFD sigla em inglês para *Psittacine Beak and Feather Diseas* (ARAÚJO, 2011). Tal doença é causada por um vírus do gênero *Circovirus*, pertencente à família Circoviridae, sendo caracterizada pela perda de penas, anemia, atraso no crescimento e deformações no bico (KALETA, 2007; SCHORR et al., 2012). Atualmente, a doença do bico e das penas acomete psitacídeos do mundo todo (ARAÚJO, 2011).

Algumas ameaças estão presentes durante o período reprodutivo e desenvolvimento dos filhotes. Guedes (2009) cita as seguintes ameaças para reprodução de *Anodorhynchus hyacinthinus*, baixa oferta de cavidades; a competição com outras espécies que estão tentando se reproduzir no mesmo período; perda de ninhos por causas naturais ou descaracterização de habitat; estes fatores também podem afetar

a reprodução de *A. ararauna* como dito por Bianchi (1998) que fatores climáticos como tempestades podem ser associados à mortalidade dos ninhegos.

Fazendo uso destas informações, conhecendo a biologia, a distribuição geográfica, as características do habitat e as ameaças e riscos sofridos por *Ara ararauna* foi possível formular algumas estratégias de Educação Ambiental com o propósito de ampliar a consciência da conservação desta espécie.

Criação, aplicação e avaliação da proposta pedagógica de conscientização da necessidade de conservação das araras na cidade de Ituiutaba – MG

Após conhecer fatores como o comportamento social e individual da espécie de araras ararunas, dieta e hábitos alimentares, a distribuição da mesma na região do Triângulo Mineiro, por meio da busca bibliográfica e estratégias conservacionistas foram desenvolvidas as propostas de trabalho com a educação ambiental de acordo com essas informações.

É mais do que sabido que as futuras gerações precisam se relacionar melhor com a natureza (MIKHAILOVA, 2004). Por isso trabalhar educação ambiental nas escolas é fundamental, pois esta é indispensável para a conscientização da população sobre o ambiente em que vivem para que tenham qualidade de vida sem desrespeitar a natureza (MEDEIROS et al. 2011). Portanto, as estratégias conservacionistas desenvolvidas neste trabalho foram apresentadas aos estudantes das escolas de ensino fundamental da cidade de Ituiutaba - MG, por meio de palestras e atividades interativas, para que seja possível

conscientizar os alunos sobre a importância preservação da biodiversidade, com foco na espécie *Ara ararauna*, e como a preservação de habitats é essencial para a manutenção da biodiversidade. Assim como dito por Andrade (2014), ao trabalhar Educação Ambiental nas escolas, existem diversas maneiras de abordar esta temática guiando os alunos de forma a serem reconhecidos como agentes ativos. Ao incluir nos componentes curriculares escolares atividades que formem bons cidadãos preparados para (o) fazer coletivo, dentro e fora do ambiente escolar.

Para o desenvolvimento da palestra foram realizadas buscas de artigos e em livros para conhecer a fundo a biologia das araras-canindé e como conservá-las. Assim, foi possível preparar uma apresentação para o fácil entendimento dos alunos.

Figuras 1 e 2: Slides utilizados na palestra.
Fonte: Autora.

As atividades lúdicas são uma forma de aprender e pensar sobre diferentes assuntos e importantes para memorizar fatos e dados a respeito dos assuntos apresentados. Os jogos e brincadeiras são experiências prazerosas, tornando a aprendizagem mais agradável. Dessa forma, o lúdico é essencial para uma escola que almeja o sucesso pedagógico, e também à formação do cidadão, pois essa ação educativa é uma aprendizagem em dimensões social, cognitiva, relacional e pessoal (DALLABONA E MENDES, 2004).

Com isso, os jogos e brincadeiras foram parte importante para esse trabalho, buscam fixar os conhecimentos apresentados aos alunos, e que esses sejam parte da sua formação social e pessoal.

Após a aplicação dos questionários os alunos participaram de uma palestra sobre a conservação de araras, seu habitat e consequências de sua extinção. Ao final, reservou-se um tempo para os estudantes brincarem com as atividades propostas para fixar os conteúdos apresentados. Como dito por Dallabona e Mendes (2005), as atividades lúdicas, os jogos e brincadeiras, permitem liberdade de agir e prazer que poucas vezes se encontram em outras atividades escolares. Além disso, o lúdico é necessário para além do sucesso pedagógico, mas também para à formação do cidadão, por consequentemente essa ação educativa é a aprendizagem de dimensões social, cognitiva, relacional e pessoal. A seguir serão apresentadas as atividades propostas.

Jogo da Memória

Jogo da Memória (Figura 3) é uma atividade recreativa que exige atenção, pois estimula a concentração, observação e memória dos participantes. O jogo contém cartas que apresentam uma figura em apenas um dos lados, onde cada carta tem um par com a mesma figura estampada. As cartas são postas com as figuras voltadas para baixo. O participante tem direito de virar duas cartas, deixando que todos as vejam. O participante deve encontrar as cartas iguais e recolhê-las. Caso sejam diferentes, as cartas devem ser viradas novamente com a figura para baixo, passando a vez para o próximo participante. Vence quem encontrar mais pares.

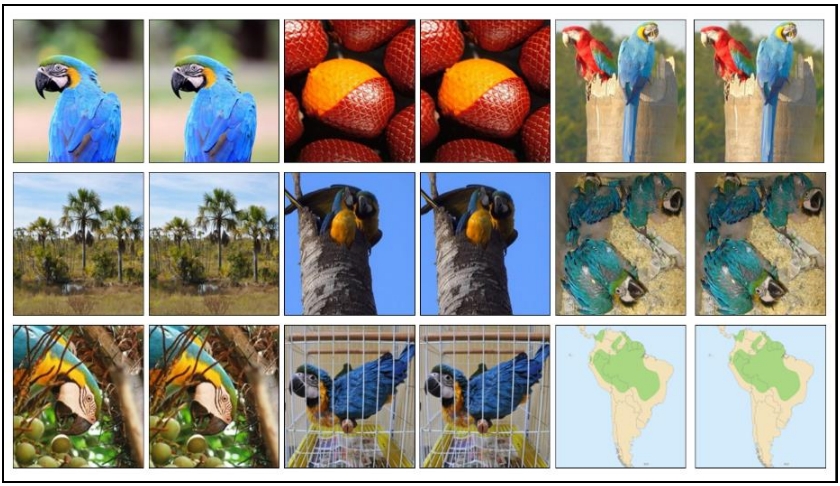


Figura 3: Peças do Jogo da Memória.

Fonte: Autora

Jogo de Ligar Colunas

Trata-se de um jogo bastante simples (Figura 4), onde a primeira coluna e constituída por algumas imagens de espécies de araras, e a segunda coluna pelos nomes destas araras, porém, estão fora de ordem. O participante deve ligar os nomes às figuras respectivas a eles.

Figura 4: Jogo de ligar colunas

Fonte: Autora

Cruzadinha

O jogo é composto por várias linhas que devem ser preenchidas por palavras (Figura 5), cada palavra deve ser descoberta por meio de uma dica. As palavras possuem alguns pontos em que se cruzam, de forma que facilita o preenchimento das outras palavras

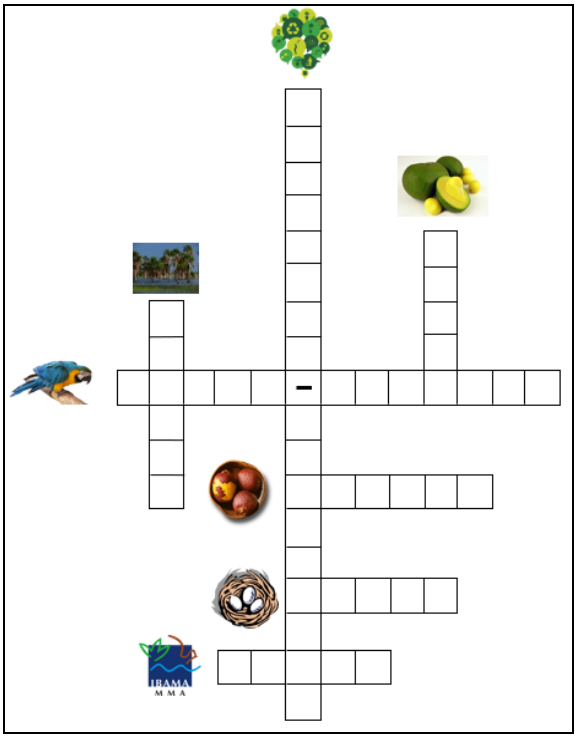


Figura 5: Cruzadinha
Fonte: Autora.

Jogo da Trilha Ecológica

O jogo no formato de tabuleiro (Figura 6) contém informações sobre as característica e conservação da Arara Canindé, além de informações sobre seu habitat. Durante o jogo, os participantes relembram informações passadas durante a

palestra sobre Educação Ambiental voltada para conservação de Araras Canindés.

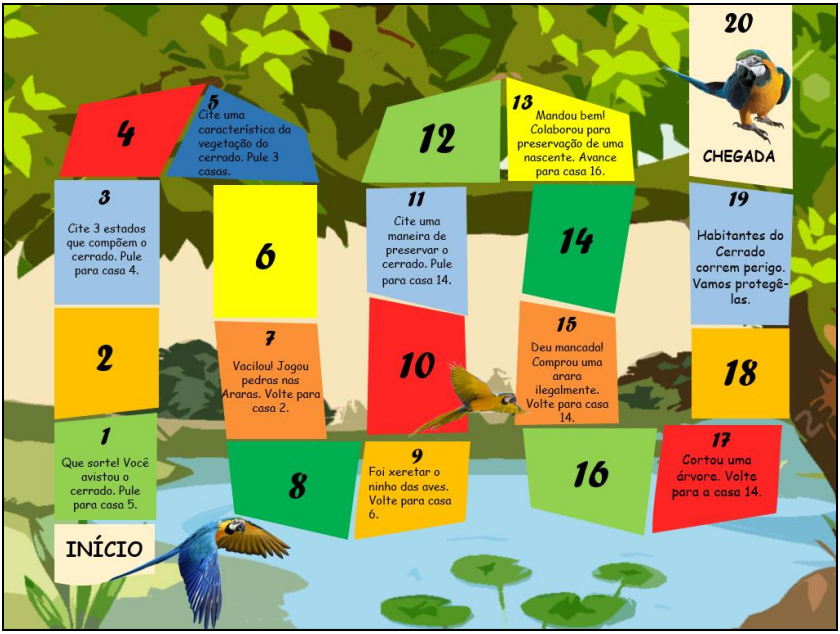


Figura 6: Jogo da trilha ecológica.

Fonte: Autora.

Importância dos questionários e execução da intervenção/palestra

A pesquisa descritiva busca observar, registrar, analisar e correlatar fatos sem manipulá-los. As técnicas de coleta de dados são as seguintes: observação, entrevista, questionário e

formulário (MANZATO; SANTOS, 2012). Diversas são as formas que uma pesquisa descritiva pode assumir, para este trabalho a que mais se destaca é a pesquisa de opinião, segundo Manzato e Santos (2012) este tipo de pesquisa descritiva procura saber atitudes, pontos de vista e preferências que indivíduos têm a respeito de determinado assunto.

Este trabalho foi desenvolvido com alunos de 5º e 6º ano do Ensino Fundamental, de uma Escola da rede privada da cidade de Ituiutaba - MG. Onde se trabalhou com atividades de ensino e atividades lúdicas para fixação de conhecimento, buscando contemplar as competências dos educandos a respeito de Educação Ambiental voltada para a conservação de araras-canindé. Para tal realização, foi solicitada permissão das direções da Escola na qual o estudo foi desenvolvido e também em duas Escolas da rede pública, porém estas não tinham disponibilidades de horários para o desenvolvimento das atividades. Como, apenas a Escola da rede privada, concedeu autorização para realização das atividades na unidade, o trabalho foi realizado em três turmas distintas.

Responderam os questionários 58 alunos – que tiveram a identidade preservada - de uma Escola Fundamental no município de Ituiutaba - MG, com faixa etária de 10 a 14 anos. Sendo 27 alunos na turma 1, 20 na turma dois e 13 na turma três. Onde o instrumento de coleta foi um questionário contendo três questões fechadas e oito questões abertas. Segundo Amaro, Póvoa e Macedo (2005), um questionário é uma ferramenta de investigação que visa recolher informação com base na interrogação de um grupo representativo que envolve um tema do interesse dos investigadores. Assim, buscando explorar todas as possíveis respostas a respeito de um determinado item (NOGUEIRA, 2012). Utilizando desse instrumento,

inicialmente os estudantes responderam um questionário contendo perguntas relacionas a Educação Ambiental e conservação de araras-canindé.

Questionário

1. Você já ouviu falar em Educação Ambiental?
( )Sim ( ) Não

2. O que você entende por Educação Ambiental?

3. Você tem o hábito de observar a aves no céu?
( )Sim ( )Não

4. Você consegue reconhecer as aves da sua região? Quais? Como você as descreve?

5. Você conhece as araras-canindé? Onde você costuma avistá-la? Qual horário?

6. Por que você acha que ela é importante para o meio ambiente?

7. Você acha que ela sofre alguma ameaça? Quais?

8. O que você pode fazer para conservar as araras?
( ) observar, conhecer seus comportamentos e visitar seus locais de ocorrência.
( ) atirar pedras nas araras.
( ) preservar seu habitat.
( ) mexendo nos seus ninhos.
( ) repassar informações aprendidas nessas atividades para amigos e família.
( ) comprando aves ilegalmente.

9. Por que devemos conservar as araras-canindé?

10. Quais alimentos as araras-canindé consomem?

11. Onde vivem as araras-canindé (habitat)?

Após responderem essas questões, foi ministrada uma palestra sobra Educação Ambiental, conservação e biologia das araras-canindé, seu habitat, riscos e ameaças sofridas pelas aves e consequências de sua extinção. Para fechar a atividade, os alunos brincaram com jogos desenvolvidos especialmente para este trabalho (Figuras 3, 4, 5 e 6).

Por tanto, ao final das brincadeiras com as atividades lúdicas com a finalidade de fixação do conteúdo, a partir das diversas respostas obtidas na aplicação dos questionários, além da observação da participação dos alunos foi possível avaliar, analisar e refletir sobre o conhecimento e percepção que os alunos de ensino fundamental de Ituiutaba - MG obtidas têm em relação a Educação Ambiental e a conservação de Araras-canindé.

Os dados do questionário foram avaliados quanto aos seguintes aspectos: entendimento sobre o assunto - Educação Ambiental e araras-canindé -, coerência com o esperado, percepção sobre conservação e manejo de araras-canindé.

Além da análise dos questionários o comportamento dos alunos, a interação durante a palestra e participação nas brincadeiras e jogos, também foi avaliado. Para isso, ao final de cada atividade realizada com as turmas, foi feito um relatório descrevendo estes itens.

Os dados analisados no questionário foram classificados de acordo com a coerência das respostas com as informações apresentadas ao longo da palestra apresentada aos estudantes.

As perguntas fechadas foram classificadas apenas como afirmativas ou negativas. E para as perguntas abertas as respostas foram classificadas em uma escala de 0 a 5 pontos,

onde 5 é o mais próximo da informação apresentada na palestra, e 0 é o mais distante da informação apresentada ou sem resposta.

As três turmas apresentadas na metodologia demonstraram interesse na atividade, sendo muito participativas ao longo de seu desenvolvimento. Sendo que desde o início até o final da atividade mantiveram o mesmo nível de interação.

Na questão 1, onde se pergunta se os alunos conhecem o termo Educação Ambiental, pode-se observar que grande parte da turma já ouviu falar a respeito (Tabela 3, 4 e 5).

TURMA 1 - 6º ANO		
Número de Respostas: 27		
RESULTADOS		
Você tem o hábito de observar as aves no céu?		
Sim	20	74,07%
Não	7	25,93%

Tabela 3: Resultados questão 1; turma 1.

Fonte: Autora.

TURMA 2 - 5º ANO MATUTINO		
Número de Respostas: 20		
RESULTADOS		
Você tem o hábito de observar as aves no céu?		
Sim	14	70,00%
Não	6	30,00%

Tabela 4: Respostas da questão 1; turma 2.

Fonte: Autora.

TURMA 3 - 5º ANO INTEGRAL		
Número de Respostas: 13		
RESULTADOS		
Você tem o hábito de observar as aves no céu?		
Sim	10	76,92%
Não	3	23,08%

Tabela 5: Resposta da questão1; turma 3.

Fonte: Autora

Em contrapartida, na questão 2, foi pedido aos alunos para descreverem sobre o que os mesmos entendem sobre o termo Educação Ambiental. Utilizando a escala de 0 a 5, a turma 1 foi a que apresentou a maior média de pontos, com 2,89, seguido das turmas 3 e 2 (Gráfico 1). Tal resultado pode ser justificado pelo fato da primeira turma ter mais conhecimento teórico sobre o assunto, pois a mesma se encontra no 6º ano e as outras turmas no 5º ano.

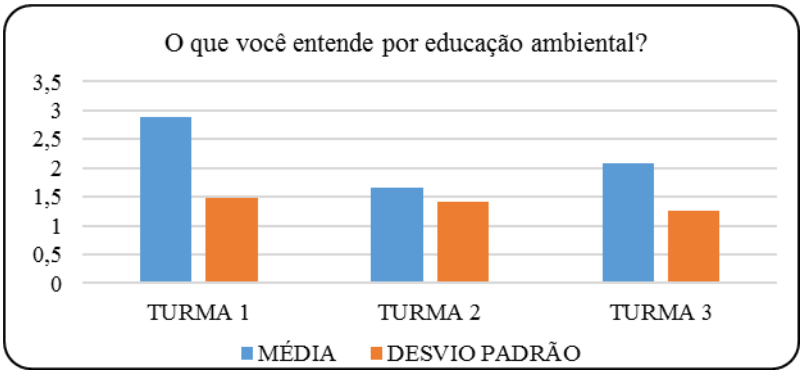


Gráfico 1: Média e desvio padrão da questão nº2

Fonte: Autora.

Na questão 4, os estudantes turma 1 comprovaram conhecer boa parte da avifauna presente na área de estudo, enquanto os estudantes das turmas 2 e 3, apresentaram números inferiores, comprovando ter pouco conhecimento sobre as espécies presentes na cidade de Ituiutaba - MG (Gráfico 2).

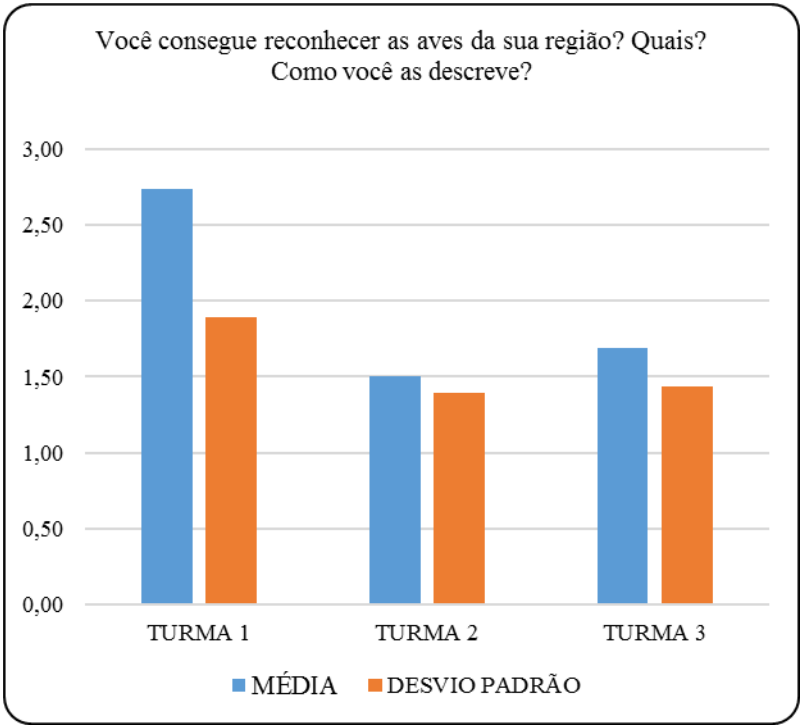


Gráfico 2: Média e desvio padrão da questão nº4

Fonte: Autora.

A quinta questão teve uma abordagem mais específica para este trabalho, onde foi perguntado aos estudantes se eles

conhecem as araras-canindé. Sendo que, mais uma vez a turma 1 se sobressaiu, porém, de forma geral, todas as turmas apresentaram pouco conhecimento sobre a espécie (Gráfico 3).

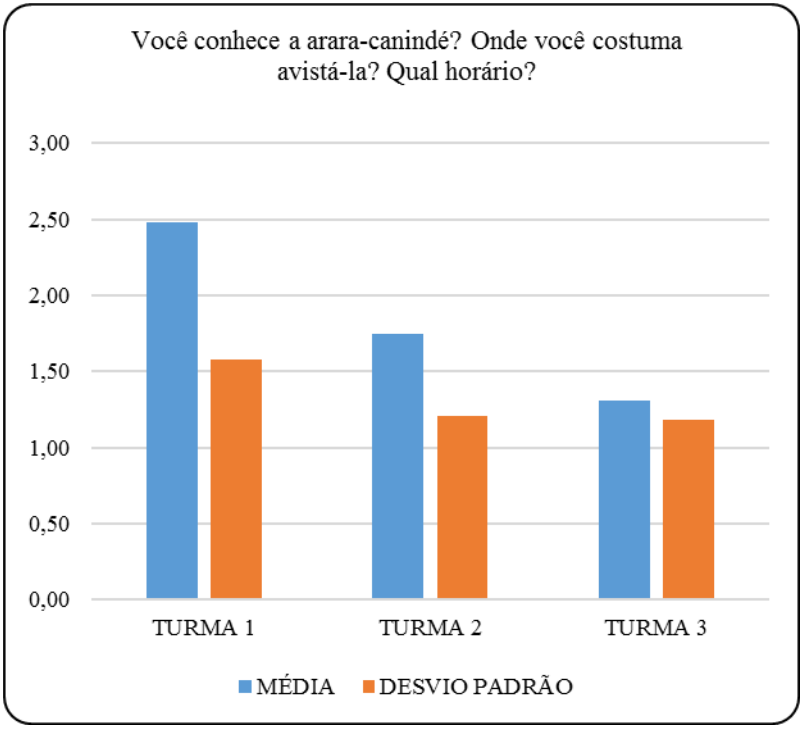


Gráfico 3: Média e desvio padrão da questão nº5.

Fonte: Autora.

Na questão seguinte, dando continuidade ao raciocínio sobre a espécie estudada, as turmas apresentaram pouco conhecimento sobre a importância das araras-canindé para o meio ambiente. Onde a primeira turma apresentou melhores

resultados em relação à terceira, seguida pela segunda turma que demonstrou pouco conhecimento sobre o assunto (Gráfico 4).

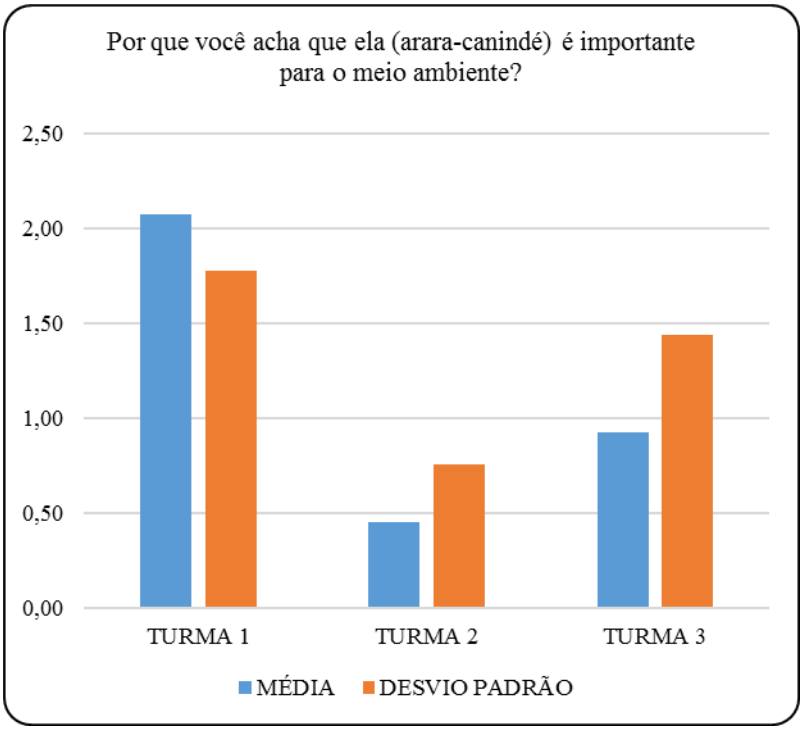


Gráfico 4: Média e desvio padrão da questão nº6.

Fonte: Autora.

Quando questionados sobre as ameaças sofridas pela espécie em questão, a turma 3 se destacou sobre as demais, dando ênfase ao risco de extinção senão preservada (Gráfico 5).

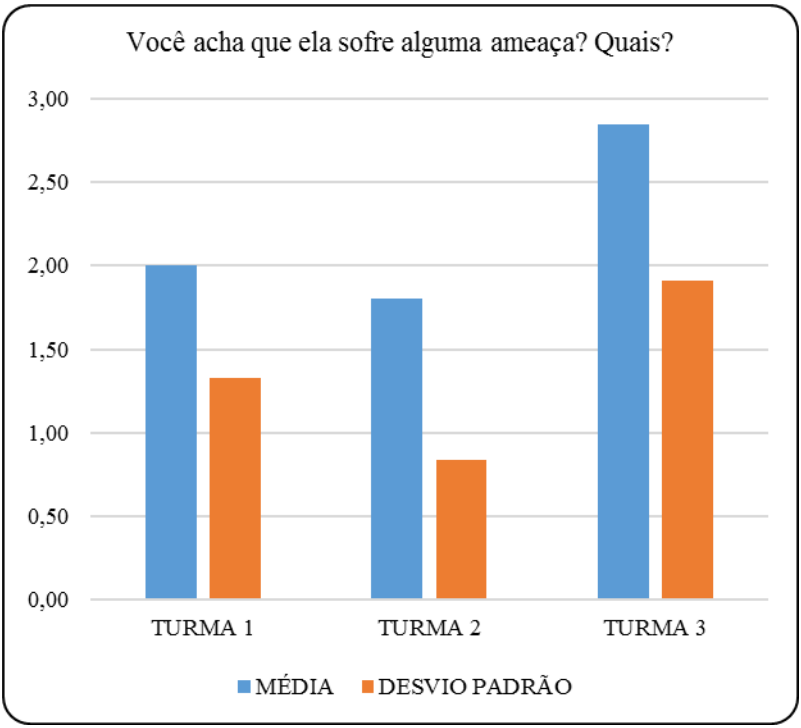


Gráfico 5: Média e desvio padrão da questão nº7.
Fonte: Autora.

Levando em consideração os riscos e ameaças citados na questão anterior, os alunos responderam à questão 8, buscando indicar meios de conservação e proteção das araras-canindé (Gráfico 6).

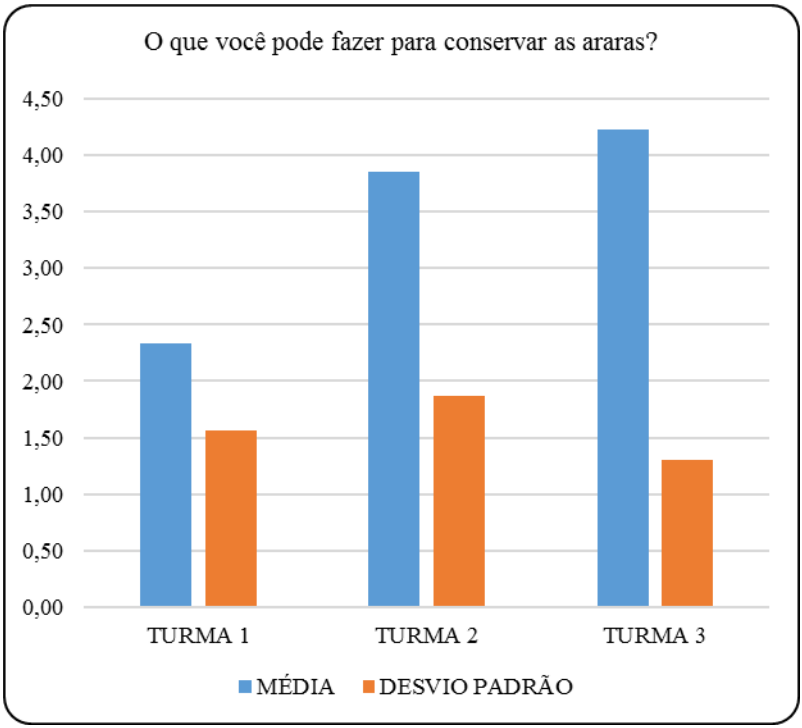


Gráfico 6: Média e desvio padrão da questão nº 8

Fonte: Autora.

Em paralelo ao que foi perguntado na sexta questão, na questão 9 os alunos tiveram que dissertar sobre como e porque conservar tal espécie de ave (Gráfico 7).

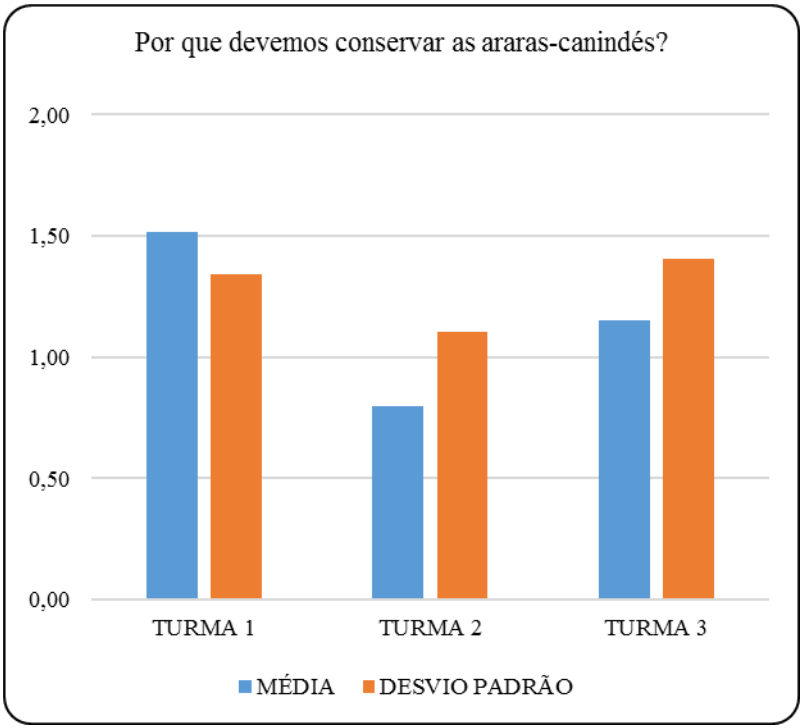


Gráfico 7: Média e desvio padrão da questão nº9.

Fonte: Autora.

A questão 10 se trata da alimentação das araras-canindé, onde foi possível notar um melhor desempenho em relação as perguntas anteriores (Gráfico 8).

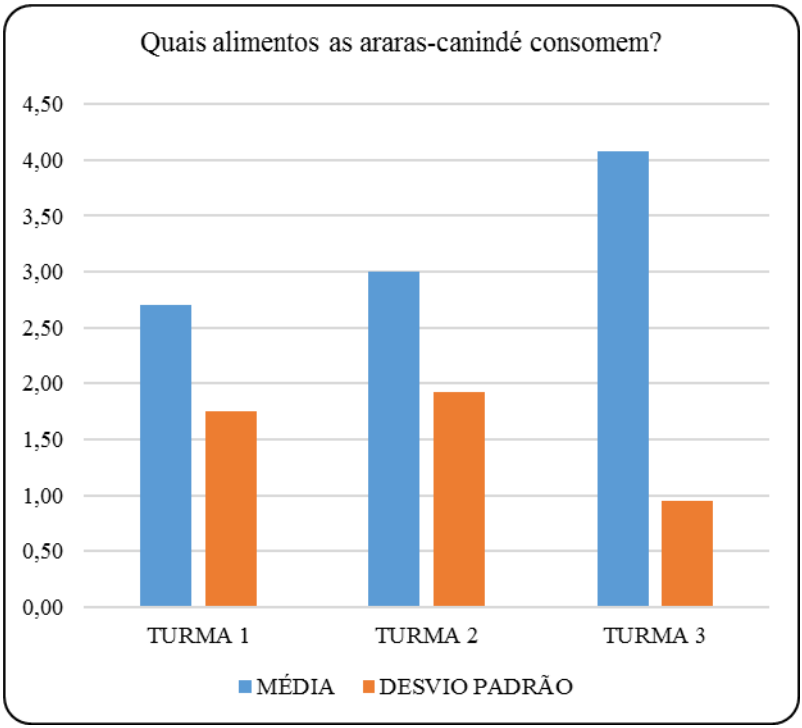


Gráfico 8: Média e desvio padrão da questão nº10

Fonte: Autora.

A última pergunta do questionário está relacionada ao habitat da espécie estudada, na qual, se questiona onde vivem as araras-canindé. Ambas as turmas não obtiveram sucesso. Apresentando respostas vagas e superficiais (Gráfico 9).

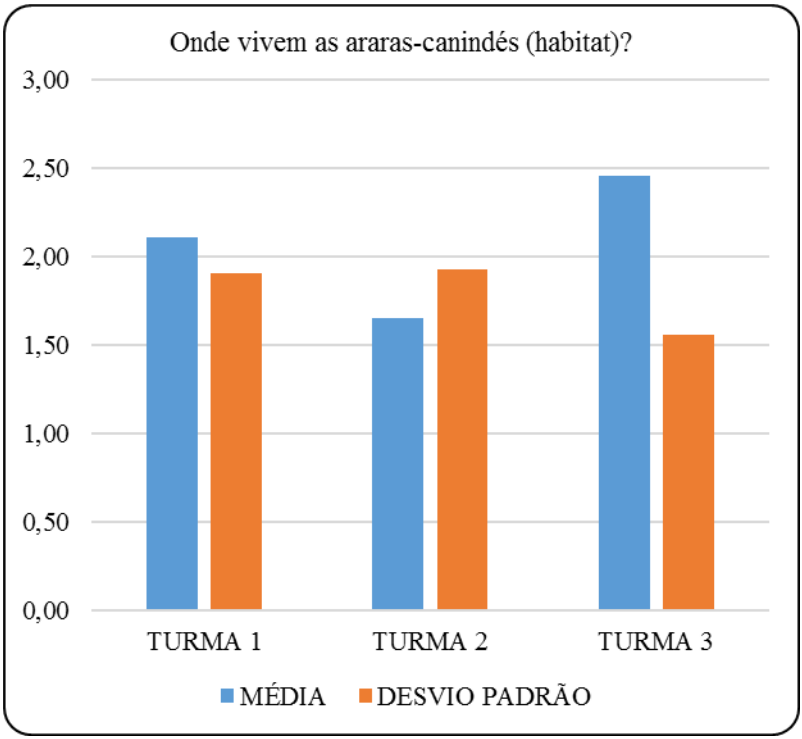


Gráfico 9 - Média e desvio padrão da questão nº11

Fonte: Autora.

No artigo 225, § 1º, inciso III, da Constituição Federal, de 1988, determina que o Poder Público deve promover Educação Ambiental em todos os níveis de ensino, sendo que:

> Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Desta forma, as atividades realizadas ao longo deste projeto mostram que mesmo os alunos tendo conhecimento sobre o assunto, o tema Educação Ambiental, precisa ser trabalho mais intensamente nas escolas. Pois os alunos têm conhecimentos superficiais sobre o assunto, desconhecendo as definições de Educação Ambiental e os meios de exercê-la.

Figura 7: Momento de registro da palestra

Fonte: Autora.

Os jogos e brincadeiras contribuíram para que os alunos pudessem colocar em prático as informações transmitidas a eles durante a palestra. Onde, tais informações precisavam ser interpretadas pelos estudantes para que estes pudessem executar os jogos. Assim, ao longo dessas atividades eles se reconhecem como agentes ativos sendo parte importante para execução das

estratégias de Educação Ambiental voltadas para conservação das araras-canindé.

Figura 8: Alunos brincando com o jogo da memória

Fonte: A autora

O conteúdo programático do 6º ano busca abordar ao longo do ano letivo os seguintes temas: os níveis de organização dos seres vivos, ecologia inter e intraespecífica, reino vegetal e os diferentes ecossistemas. Já o 5º ano aborda conteúdos de fisiologia humana e seus sistemas. Desse modo, podemos concluir que a turma 1 obteve melhores resultados, pois conseguiu assimilar os conteúdos trabalhos em sala de aula como os temas Educação Ambiental e conservação de araras-canindé. Sendo assim, ao interpretarem os conceitos de ecologia, diferenças dos ecossistemas e importância dos componentes das cadeias tróficas, os alunos puderam desenvolver a consciência ambiental e entender que são parte do meio ambiente.

Considerações finais

Neste estudo foram investigadas estratégias de educação ambiental buscando a consciência da importância da conservação das araras-canindé, em especial no município de Ituiutaba - MG. Inicialmente o projeto seria desenvolvido em duas escolas de Ituiutaba, sendo um colégio da rede privada e um da rede pública, no entanto, apenas a escola da rede privada permitiu a realização das atividades. As demais não foram possíveis à mesma agilidade de datas para a realização da atividade. A escola que aceitou a realização da atividade mostrou-se bastante receptiva, tanto pelos funcionários da escola – professores e coordenadores –, como pelos estudantes. Assim, a atividade foi bem sucedida, de modo que alunos demonstraram grande interesse em responder os questionamentos, sendo muito participativos ao longo da palestra e dos jogos. Com isso, por meio de estratégias pedagógicas, foi possível apresentar as principais informações sobre a espécie *Ara ararauna* aos alunos. Assim, trabalhamos as temáticas e aplicamos as técnicas de Educação Ambiental desenvolvidas para o ensino fundamental.

Ao longo do desenvolvimento do projeto, os próprios professores sugeriram que as atividades fossem executadas durante as aulas de Biologia, levando em consideração apenas os aspectos biológicos. Porém, como já dito, Educação Ambiental trata-se de um tema interdisciplinar que abrange não apenas as questões biológicas, mas também, sociais, geográficas e econômicas. Logo, ao realizar o projeto foram realizados jogos e brincadeiras para que os alunos pudessem trabalhar em conjunto, buscando refletir sobre como eles estão inseridos no meio ambiente e como eles são parte importante para a conservação de uma espécie presente em seu cotidiano. Assim,

este trabalho apresenta sugestões para incorporar Educação Ambiental nas escolas, além de conscientizar os alunos sobre a necessidade de se conservar as araras-canindé, pois as mesmas são parte importante da ecologia da nossa região e; os alunos, também demonstraram interesse que certamente, levará a outros temas relevantes ligados ao tema, como a conservação e os usos dos solos da região que moram.

As estratégias precisam ser aprimoradas, onde a maior dificuldade para realização deste trabalho foi a necessidade de mais tempo com os alunos para apresentar os conteúdos e realizar os jogos. Aulas de campo podem ser incluídas em atividades futuras, pois esta é muito importante como recurso didático, sendo facilitador da aprendizagem, além de auxiliar a construção do conhecimento. Segundo Lima e Assis (2005, p.112), "o trabalho de campo se configura como um recurso para o aluno compreender o lugar e o mundo, articulando a teoria à prática, através da observação e da análise do espaço vivido e concebido".

Ao final de todas as práticas pedagógicas, percebe-se o sentimento de satisfação ao ver o interesse e preocupação dos alunos com as questões ambientais. No entanto, acredita-se que o tema Educação Ambiental deve ser debatido de forma interdisciplinar e de maneira mais complexa por toda comunidade escolar, buscando melhor a qualidade do ensino sobre as temáticas ambientais, em especial sobre a biodiversidade da região em que vivemos.

Referências

AGUIAR, P. C. B. de et al. Da teoria à prática em educação ambiental. *Revista Gestão & Sustentabilidade Ambiental*, [s.l.], v. 6, n. 2, p. 111-132, 1 ago. 2017. Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL. <http://dx.doi.org/10.19177/rgsa.v6e22017111-132>.

ALVES, A de S. et al. Utilização da etologia e da biogeográfica para compreensão das relações interespecíficas entre *Leptodactylus labyrinthicus* (rã-pimenta) e *Lithobates catesbeianus* (rã-touro). *Revista Geonorte*, Manaus, v. 1, n. 306, p. 306-317, 2012.

AMARO, A; MACEDO, L; POVOA, A. *Metodologia de investigação em educação: A arte de fazer questionários*. Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, 2004/2005. Disponível em: < <http://www.jcpaiva.net/getfile.php?cwd=ensino/cadeiras/metodol/20042005/894dc/f94c1&f=a9308>. Acesso: 13 out. 2018.

ANDRADE, J. D. do N. L. *Educação ambiental nas séries iniciais (2º ao 5º) na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio João Ribeiro*. 2014. TCC (Graduação) - Curso de Geografia, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, p. 40, 2014.

ARAUJO, A. V. de. *Doença do bico e das penas: avaliação em Psittacídeos nativos apreendidos em Minas Gerais*. 2011. Dissertação (Mestrado) - Curso de Medicina Veterinária, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 58, 2011.

BAESSE, C. Q. *Aves como Biomonitoras da qualidade ambiental em fragmentos florestais do cerrado.* 2015. 126 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ecologia e Conservação de Recursos Naturais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2015.

BEDÊ, L. C et al. 1997. Manual para mapeamento de biótopos no Brasil: base para um planejamento ambiental eficiente. Fundação Alexander Brandt, 2ª edição, Belo Horizonte.

BIANCHI, C. A. 1998. Biologia reprodutiva de arara-canindé (Ara ararauna, Psittacidae) no Parque Nacional das Emas, Goiás. 1998. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Brasília, Brasília, p. 69. 1998.

BIRDLIFE INTERNATIONAL, 2000. *Aves.* Disponível em: <http://www.birdlife.org>. Acesso em: 14 de maio de 2018.

BIRDLIFE INTERNATIONAL, 2014. *blue-and-yellow-macaw-ara-ararauna* IUCN Red list for birds. Disponível em:<http://datazone.birdlife.org/species/factsheet/blue-and-yellow-macaw-ara-ararauna>. Acesso em: 21 mar 2018.

BORNSCHEIN, M. R; REINERT, B. L. Aves de três remanescentes florestais do norte do Estado do Paraná, sul do Brasil, com sugestões para a conservação e manejo. *Revista Brasileira de Zoologia*. Curitiba, v. 17, n. 3, p. 615-636, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil.* Brasília, DF: Senado, 1988.

BRIGHTSMITH, Donald; BRAVO, Adriana. Ecology and Management of Nesting Blue-and-Yellow Macaws (*Ara ararauna*) in Mauritia Palm Swamps. *Biodiversity And Conservation*, [s.l.], v. 15, n. 13, p. 4271-4287, 9 jan. 2006. Springer Nature. <http://dx.doi.org/10.1007/s10531-005-3579-x>.

BRONDANI, C.; HENZEL, M. E. Análise sobre a conscientização ambiental em escolas da rede municipal de ensino. *Revista Brasileira de Educação Ambiental* (2003). Disponível em: <http://www.sbecotur.org.br/revbea/index.php/revbea/article/view/1688>. Acesso em 15 de jun. 2018.

CARNEIRO, F. F. et al. Os impactos dos agrotóxicos na saúde, trabalho e ambiente no contexto do agronegócio no Brasil. In: *IV CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS*, 6, 2015, Brasília, p.4, Texto de Subsídio a IV Conferência Nacional de Saúde dos Trabalhadores e Trabalhadoras. Brasília: Ministério da Saúde Conselho Nacional de Saúde, Brasília, Ministério da Saúde, 2015. p. 1-34.

CARVALHO, W. A. C. Variação espacial da estrutura da comunidade arbórea de um fragmento de floresta semidecídua em Piedade do Rio Grande, MG, Brasil. *Revista Brasileira de Botânica*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 315-335, 2009.

CAVALCANTI, R. B. Aves do Cerrado. *Revista do Serviço Público* (1983) 40:63-67.

COELHO, I. P. *Do barro ao bamburro: relações entre a paisagem e a distribuição local de mamíferos e aves no Pantanal, Brasil*. 2006. Tese (Doutorado) - Curso de Ecologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 66, 2006.

COLLAR, N. J; JUNIPER, A. T. Dimensions and causes of the parrot conservation crisis: solutions from conservation biology. In: BEISSINGER, S. R; SNYDER, N. F. R. *New world parrots in crisis*. Smithsonian Institution Press, Washington, p. 1-24, 1992.

COLLAR N. J., CROSBY M. J., STATTERSFIELD, A. J. Birds to watch 2. The world list of threatened birds. 1. Ed. *Smithsonian: BirdLife International*, Washington, p. 40-77, 1994.

COLLAR, N. J. Globally threatened parrots: criteria, characteristics and cures. *International Zoo Yearbook*, [s.l.], v. 37, n. 1, p.21-35, jan. 2000. Wiley. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1748-1090.2000.tb00704.x>.

DA COSTA, C. C. et Al. *Fauna do Cerrado*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1981.

DALLABONA, S. R; MENDES, S. M. S. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. *Revista de divulgação técnico-científica do ICPG*. ªS.L.], v. 1, n. 4, p. 107-112, jan-mar. 2004.

Del-Claro K & F. Prezoto. 2003. *As distintas faces do comportamento animal*. Editora Livraria Conceito & SBEt, Jundiaí, SP. 258 p.

DEL-CLARO, K. O que é comportamento animal. In: DEL-CLARO, K. *Comportamento animal*. Jundiaí: Livraria Conceito, 2003. p. 11-14.

DEL-CLARO, K; TOREZAN-SILINGARDI, H. M. Comportamento animal, interações ecológicas e conservação. In: ROCHA, C. F. D.; BERGALLO, H. G.; SLUYS. M. V.; ALVES, M. A. S. (Ed). *Biologia da conservação essenciais*. Rima, São Carlos, 2006. p. 399-410.

DE SCHAUENSEE, R. M. A guide to the birds of South America., Oliver and Boyd, Edinburgh, 1970. 470p.

DIAS, G. F. Educação ambiental: princípios e práticas. São Paulo, Gaia, 1992.

ENG, M. L; STUTCHBURY, B. J. M; MORRISSEY, C. A. Imidacloprid and chlorpyrifos insecticides impair migratory ability in a seed-eating

songbird. Scientific Reports, [s.l.], v. 7, n. 1, p.1-9, 9 nov. 2017. *Springer Nature*. <http://dx.doi.org/10.1038/s41598-017-15446-x>.

ETOLOGIA E CONSERVAÇÃO. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada, 1989. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.12/2242>. Acesso em: 9 maio 2018.

FARIAS, G. B; ALVES, A. G. C. Aspectos históricos e conceituais da etologia. *Revista Biotemas*, São Carlos, v. 20, n. 1, p.91-100, mar. 2007.

FERRARI, A. *Organização temporal em Pyrrhura lepida lepida*. 76 p. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

FONSECA, R. G; SANTOS, J. C. dos. A relação cidade-campo no município de Ituiutaba (MG). *Horizonte Científico*, Uberlândia, v. 5, n. 1, p. 1-29, dez. 2011.

FRANCHIN, A. G. *Avifauna em áreas urbanas brasileira, com ênfase em cidades do triângulo Mineiro/alto paranaíba*. 2009. 160 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ecologia e Conservação dos Recursos Naturais, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

GENARO, G. 2003. *Uma breve história do pensamento etológico*. In: Del-Claro, K; F. Prezoto (eds.). As distintas faces do comportamento animal. Editora Livraria Conceito & SBEt. Jundiaí, SP.

GRAJAL, A. The Neotropics (Americas). *In:* SNYDER, N. et al. *Parrots. Status Survey and Conservation Action Plan 2000–2004.* Iucn, Gland, 2015. Cap. 7, p.98-151.

GUEDES, N. M. R. Araras Azuis: 15 anos de estudos no Pantanal. In: *IV SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO PANTANAL*, 23 a 26 de novembro de 2004, Corumbá - MS. Palestras do 4. Simpósio sobre Recursos Naturais e Sócio-econômicos do Pantanal – Sustentabilidade Regional. Corumbá, MS: Embrapa Pantanal, 2004. p. 53-62.

GUEDES, N. M. R. Sucesso reprodutivo, mortalidade e crescimento de filhotes de araras azuis Anodorhynchus hyacinthinus (Aves, Psittacidae), no Pantanal, Brasil/ Neiva Maria Robaldo Guedes. – Botucatu: [s.n.], 2009.

IBGE, Características da população e dos domicílios, 2010. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/93/cd_2010_caracteristicas_populacao_domicilios.pdf>. Acessado em 20 de dezembro de 2017.

JEPPSON, L. R.; KEIFER, H. H.; BAKER, E. W. *Mites injurious to economic plants*. Berkeley: University of California Press, 1975. p. 614.

JUNIPER, T.; PARR, M. *Parrots, a guide to parrots of the world.* 1 ed. New Haven: Yale University Press, 1998. p. 584.

KALETA, E. F. Herpesviruses of birds - a review. *Avian Pathology*, [s.l.], v. 19, n. 2, p. 193-211, abr. 1990. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03079459008418673>.

KLINK, A. C; MACHADO, R. A. A conservação do Cerrado. *Megadiversidade*, v. 1, n. 1, p. 148-155, 2005.

LIMA, V. B; ASSIS, L. F. DE. Mapeando alguns roteiros de trabalho de campo em Sobral (CE): uma contribuição ao ensino de Geografia. *Revista da Casa de Geografia de Sobral*. Sobral, v. 6/7, n. 1, 2004/2005.

LIRA FILHO, J.A; MEDEIROS, M. A. S. Impactos adversos na avifauna causados pelas atividades de arborização urbana. *Revista de Biologia e Ciências da Terra*. Aracaju, v. 6, n. 2, p. 1519-5228, 2006.

LOCATELLI, A. C. et al. Comportamento reprodutivo e materno de araras Canindé (*Ara ararauna*) mantidas em cativeiro para conservação. *Comunicata Scientiae*, [s.l.], v. 4, n. 4, p. 316-323, 2013.

MAGALHÃES, J. S. *Tráfico de animais silvestres no Brasil*. 2002. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Biológicas, Centro Universitário de Brasília, Brasília, p. 56, 2002.

MANZATO, A. J; SANTOS, A. B. *A elaboração de questionários na pesquisa quantitativa*. Disponível em: <http://www.inf.ufsc.br/~verav/Ensino_2012_1/ELABORACAO_QUESTIONARIOS_PESQUISA_QUANTITATIVA.pdf>. Acesso em: 21 outubro 2018.

MARTINS, F. P; ROSENDO, J. DOS S. Mapeamento do uso da terra do município de Ituiutaba-MG por meio da classificação automática de Bhattacharya (2011). In: XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, 16, 2013. Foz do Iguaçu. *Anais* [...]. Foz do Iguaçu, 2013, p. 8073-8083.

MEDEIROS, A. B. M. et al. A importância da educação ambiental na escola nas séries iniciais. *Revista Faculdade Montes Belos*. [s.l.], v. 4, n. 1, p. 1-17, set. 2011.

MELO, R. F. de. Análise do desenvolvimento rural na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: caracterização dos municípios com base em indicadores populacionais, econômicos, ambientais e de bem-estar social. 2005. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 139, 2005.

MIHAILOVA, I. Sustentabilidade: Evolução dos conceirtos teóricos e os problemas da mesuração prática. *Revista Econômica e Desenvolvimento*. [s.l.], v. 16, n. 1, p. 22-41, 2004.

MINEAU, P; WHITESIDE, M. Pesticide acute toxicity Is a better correlate of U.S. grassland bird declines than agricultural intensification. PLoS ONE 8, e57457, <https://doi.org/10.1371/journal.pone>.0057457 (2013).

MURRAY, S. Silvicultura urbana y periurbana en Quito, Ecuador- estudio de caso. Roma: FAO, 1998. p. 104.

NARCIZO, K. R. dos S. Uma análise sobre a importância de trabalhar educação ambiental nas escolas. *Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental*, Porto Alegre, v. 1, n. 22, p. 86-94, jan-jun. 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/2807>. Acesso em: 12 set. 2018.

NOGUEIRA, R. Elaboração de questionários: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real/Roberto Nogueira – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2002.

NOVAIS, G. T. *Caracterização climática da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e do entorno da Serra da Canastra (MG).* 2011. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, p. 189, 2011.

OLIVEIRA, F. N. S; FREIRE, F. das C. O; AQUINO, A. R. L. de. *Bioindicadores de Impacto ambiental em sistemas agrícolas orgânicos.* Fortaleza: Embrapa, 2004. p. 25.

OLIVEIRA JÚNIOR, S. B. de; SATO, M. Educação ambiental e etnoconhecimento: parceiros para a conservação da diversidade de aves pantaneiras. *Ambiente & Educação, Rio Grande,* v. 8, n. 1, p. 125-133, 2006.

OLIVEIRA, L. P.; RIBEIRO FILHO, V. O desenvolvimento socioeconômico do Pontal do Triângulo Mineiro: uma análise das atividades do campo e da

cidade em Frutal (MG) e em Ituiutaba (MG). *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 11, n. 1, p.49-70, abr. 2017.

PADRONE, J. M. de B. *O comércio ilegal de animais silvestres: avaliação da questão ambiental no estado do Rio de Janeiro*. 2004. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciência Ambiental, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 115, 2004.

PARKER, M. L.; GOLDSTEIN, M. I. Differential Toxicities of Organophosphate and Carbamate Insecticides in the Nestling European Starling (Sturnus vulgaris). *Environmental Contamination And Toxicology*, Nova York, v. 39, n. 1, p. 233-242, 2000.

PELICIONI, M. C. F. Educação Ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade. *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 7, n. 1, p. 19-31, 1998.

PINHEIRO, M. Etologia e Conservação. *Análise Psicológica*, v. 7, n. 71-74, p.71-74, 1989.

PRIMACK, R. B.; RODRIGUES, E. Biologia da conservação e diversidade biológica. *Biologia da conservação.* Londrina: Planta, 2001. 327p.

REZENDE, M., ROSENDO, J. S. Mapeamento do uso da terra e cobertura vegetal do município de Ituiutaba – MG, no período de 1987, 1997 E 2007. In: *ENCONTRO INTERNO E XIII SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA*, PIBIC-UFU, CNPq e FAPEMIG, 9, 2009, Uberlândia. *Anais*. Uberlândia: UFU, CD-ROOM, 2009.

ROOS, A. A Biodiversidade e a extinção das espécies. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental* (2012) Cascavel, 7:1494-1499. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/reget/index>. Acesso em: 5 maio 2018.

ROTH, P. *Repartição do Habitat entre Psitacídeos Simpátricos no Sul da Amazônia. Acta Amaz.* [online]. 1984, vol.14, n.1-2, pp.175-221. ISSN 0044-5967. <http://dx.doi.org/10.1590/1809-43921984142221>.

SAIKI, P. T. O; GUIDO, L. de F. E; CUNHA, A. M. de O. Etnologia, etnotaxonomia e valoração cultural de Psittacidae em distritos rurais do Triângulo Mineiro, Brasil. *Revista Brasileira de Ornitologia*, [s.l.], v. 17, n. 1, p. 41-52, 2009.

SALDANHA, P. H. O conceito de etologia, especial referências ao comportamento dos primatas. *Boletim de Zoologia e Biologia Marinha*. São Paulo, v. 30, n. 1, p. 797-808, 1973.

SATO, M. *Educação Ambiental*. São Carlos, RiMa, 2002.

SCHORR, N. V. et al. Infecção com vírus da doença do bico e das penas em Pscitacídeos no Brasil. In: Salão de Iniciação Científica e Inovação Tecnológicas, 1., 2012, Porto Alegre. *Infecção com o vírus da doença do bico e penas em Psitacídeos no Brasil. Porto Alegre: Fepagro, 2013*. Disponível em: <http://www.fepagro.rs.gov.br/upload/1375215594_Infeccao%20virus%20doenca%20bico%20pscitacideos-Nadine%20Schorr%20et%20al.,_SICIT2012.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2018.

SICK, H. *Ornitologia brasileira*. 1. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. 355p.

SILVA, J. M; SANTOS, M. P. D. A importância relativa dos processos biogeográficos na formação da avifauna do Cerrado e de outros biomas brasileiros. *In:* SCARIOT, A; SOUZA FILHO, J. C; FELFILI, J. M. *Cerrado: ecologia, biodiversidade e conservação*. 2005, p. 224-233.

SILVA, Y. B. X. da. *O PRINCÍPIO DA SUSTENTABILIDADE NA GESTÃO AMBIENTAL EMPRESARIAL*. 2016. TCC (Graduação) - Curso de Direito, Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Leticia Lourenço, p. 31. 2016.

SNOWDON, C. T. O significado da pesquisa em comportamento animal. *Estudos de Psicologia* (1999) Natal, 4:365-373. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26140211> ISSN 1413-294X>. Acesso em: 5 jul. 2018.

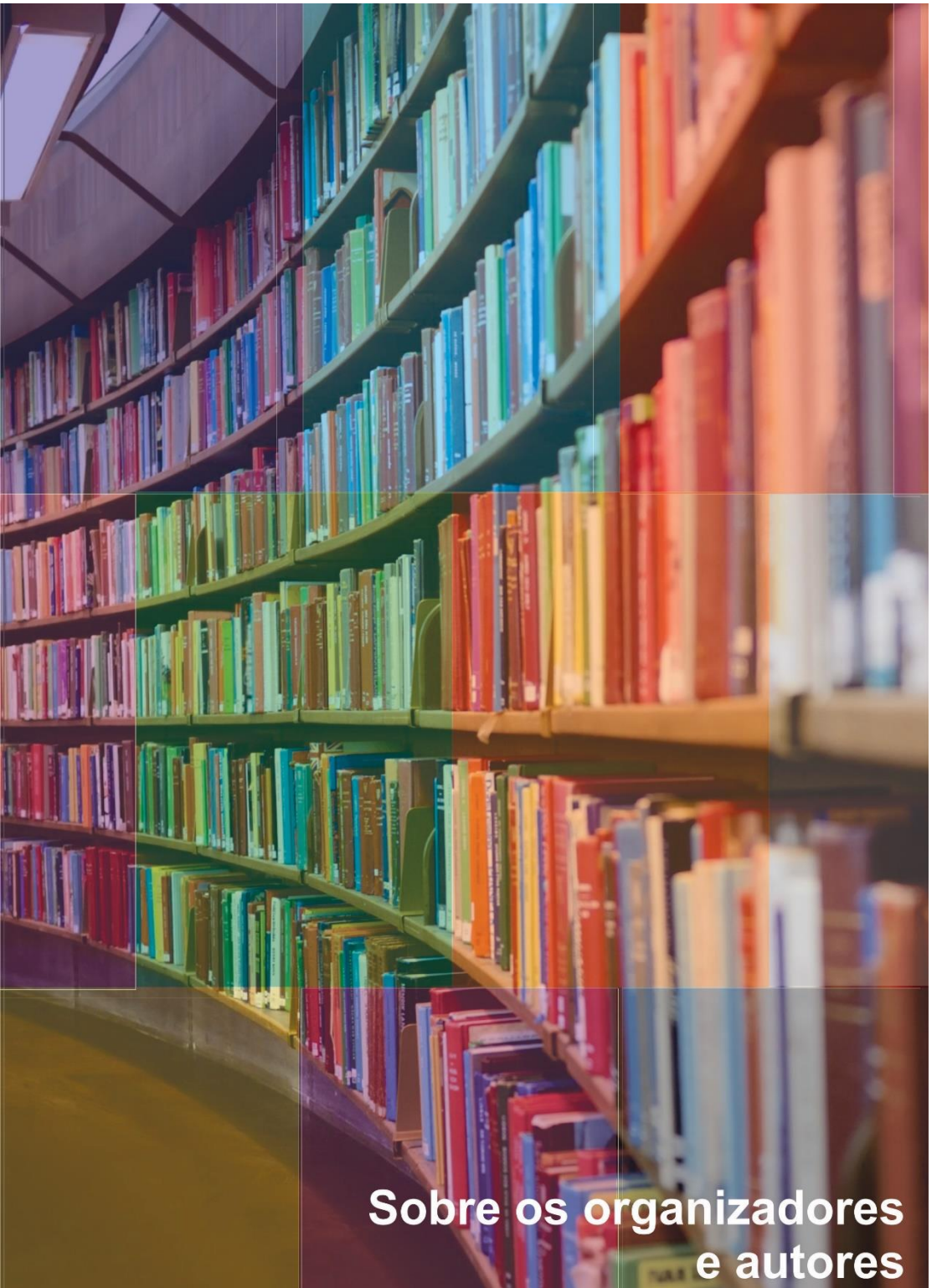
SOULÉ, M. E. What is Conservation Biology? *BioScience*, Oxford, v. 35, n. 11, p. 727-734, 1985.

SOUZA, Luciane L. de et al. Geophagy as a Correlate of Folivory in Red-Handed Howler Monkeys (Alouatta belzebul) from Eastern Brazilian Amazonia. *Journal Of Chemical Ecology*. [s.l.], p. 1613-1621. ago. 2002.

THOMPSON, J. N. The Geographic Mosaic of Coevolution. *Systematic Biology*, [s.l.], v. 56, n. 1, p.149-151, 1 fev. 2007. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1080/10635150601115640>.

VALDES, S. A. C. *Estudo da Contaminação por agrotóxicos em aves da Família Caprimulgidae no Parque Nacional das Emas (GO).* 2007. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2007, p. 109.

VEIGA, M.M.; SILVA, D.M.; VEIGA, L.B.E.; FARIA, M.V.C. Análise da contaminação dos sistemas hídricos por agrotóxicos numa pequena comunidade rural do Sudeste do Brasil. *Caderno de Saúde Pública*, v. 22, n. 22, p. 2391-2399, 2006.



Sobre os organizadores e autores

SOBRE OS ORGANIZADORES

Anderson Pereira Portuguez

portuguez.andersonpereira@gmail.com

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Doutor em Geografia e Desenvolvimento: Território Sociedade e Turismo pela Universidad Complutense de Madrid (Espanha). Pós-Doutor em Geografia Cultural pela Universidade de Brasília. Trabalha com pesquisas em Geografia Cultural, Geografia do Sagrado e Geografia do Turismo. Também estuda temas como diversidade e direitos humanos; desenvolvimento com base local e comunidades. É professor Associado I do Curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Uberlândia, assim como do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal PPGEP/UFU. É Presidente do Instituto Ganga Zumba, Seção Minas Gerais desde 2015. Fundador da Sociedade Cultural Àse Tobi Babá Olorigbin (Ituiutaba, MG). Autor/organizador de diversos livros, capítulos de livros e artigos científicos publicados em congressos e periódicos acadêmicos. Homenageado duas vezes pela Câmara dos Vereadores de Uberlândia por seus esforços em favor da proteção da memória religiosa afro-brasileira no Triângulo Mineiro.

Antonio de Oliveira Júnior

aojr.geo@gmail.com

Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1992), Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2004) e Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de

Janeiro (2011) Atualmente é Professor do Curso de Geografia da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal da Universidade Federal de Uberlândia, na Cidade de Ituiutaba, Minas Gerais onde é pesquisador do Observatório das Cidades, grupo de pesquisa cadastrado no CNPQ. Coordena o GETERJE - eoeconomia, território, justiça espacial, grupo de estudos inserido no Observatório das Cidades. Minhas áreas de interesse são: Planejamento e Gestão do Território, Pensamento Geográfico Urbano Brasileiro, Planejamento Urbano e Gestão de Cidades e Políticas Sociais e Território. Membro do Conselho Editorial da Brazilian Geographical Journal: Geosciences and Humanities research medium, Ituiutaba (MG).

Vitor Koiti Miyazaki

vitorkoiti@gmail.com

Graduado (2005), Mestre (2008) e Doutor (2013) em Geografia pela Universidade Estadual Paulista - UNESP, campus de Presidente Prudente. É Professor da Universidade Federal de Uberlândia - UFU, Campus Pontal, atuando no curso de graduação em Geografia (licenciatura e bacharelado) e no Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal - PPGEP. É membro do Grupo de Pesquisa Observatório das Cidades, da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - ReCiMe e do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais - GAsPERR/UNESP, onde realizou estágio de pós-doutorado com bolsa da FAPESP. Foi coordenador do curso de graduação em Geografia da FACIP/UFU (2012-2014) e coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia do Pontal - PPGEP (2016-2017). Tem experiência na área de Geografia Urbana, atuando principalmente nos temas: comércio, consumo, aglomeração urbana, morfologia urbana, rede urbana.

SOBRE OS AUTORES

Ana Alexandra Vilela Marta Rio Costa
amarta@utad.pt

Pertence ao Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento/Departamento de Economia, Sociologia e Gestão, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Vila Real/Portugal.

Ana Rúbia Muniz dos Santos Pereira

Possui graduação em Administração pela Escola Superior de Ciências Contábeis e Administrativas de Ituiutaba ESCCAI (1999), especialização em Gestão Pública, pela Faculdade Noroeste de Minas (2011) e cursa Mestrado em Geografia na Universidade Federal de Uberlândia. Atualmente, exerce a função de assistente em administração da Universidade Federal de Uberlândia, ocupando o cargo de secretária da coordenação do curso de Química da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal - FACIP, é representante técnico administrativo no Conselho da Faculdade de Ciências Integradas do Pontal. Atua como membro pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política, Formação Docente e Práticas Educativas - GEPPOPE.

Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira
darlene-ferreira@uol.com.br

Professor Assistente Doutor MS3-2, aposentada desde 10/01/2019, junto ao Departamento de Geografia do IGCE-UNESP-Rio Claro e dos Programas de Pós-Graduação de Geografia do IGCE-UNESP/Rio Claro e em Sociologia da FCL-UNESP/Araraquara. Concluiu o Doutorado, em 1998 e o Mestrado, em 1989, em Geografia (IGCE/UNESP/Rio Claro) e a Graduação em Geografia em 1985 na mesma Instituição. É um dos líderes do núcleo de estudos NEA, credenciado pelo CNPq. É responsável por disciplinas na graduação em Geografia e em Pedagogia e, na pós-graduação trabalha com as disciplinas em estrutura agrária e produção familiar e ruralidade e urbanidade na sociedade contemporânea. Pesquisa na área de Geografia Agrária, tendo como temas a agricultura familiar, a história da Geografia Agrária no Brasil, a relação cidade-campo. Tem 1 livro publicado, 04 livros como organizadora e diversos capítulos de livros, artigos em periódicos e trabalhos em anais de congressos. Foi orientadora de 11 dissertações de mestrado, 8 doutorados e várias monografias de especialização, graduação concluídas, orientando, recentemente, TCC, mestrados e doutorados. É parecerista de periódicos científicos do Brasil. Bolsista Produtividade em Pesquisa (PQ-2) de 03/2012 a 02 de 2015.

Anete Marília Pereira

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (1990), mestrado em Geografia Humana pela Universidade Federal de Minas Gerais (1999) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2007). Atualmente é professora da Universidade Estadual de Montes Claros atuando na graduação em Geografia, no Programa de

Pós-Graduação em Desenvolvimento Social e no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unimontes. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia regional e meio ambiente, atuando principalmente nos seguintes temas: Montes Claros, meio ambiente, urbanização, cidade média, gestão de território, Norte de Minas, região.

Caio Augusto Marques dos Santos

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006), mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2009) e doutorado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2014). Atualmente é professor da Universidade Federal de Mato Grosso. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geomorfologia, atuando principalmente nos seguintes temas: geomorfologia, traços de fissão e formação do solo.

Carmem Lucia Costa
clcgeo@gmail.com

Possui graduação em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1992) e mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (1998). Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (2010). Atualmente é professora adjunta da Universidade Federal de Goiás/Campus Catalão. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade/

urbano, cidades/ festas, gênero/ educação, gênero e movimentos sociais e gênero/ geografia/ensino. Membro do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFG/Regional Catalão. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas Dialogus - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Trabalho e Cultura. Possui pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora (MG). Participa das seguintes redes de pesquisa: Rede Latino Americana de Geografia e Gênero - RLAGG, Rede Espaço e Diferença.

Carolina de Albuquerque

Doutora em Ciências (Ecologia Aplicada) pela Universidade de São Paulo – USP. Mestra em Direito pela UNIMEP. Bacharel em Direito.

Cláudio Luiz Zanotelli
clzanotelli@yahoo.com.br

Licenciado em Planejamento Regional pela Universidade de Paris X, Nanterre, França (1987), Maîtrise em Planejamento e Urbanismo (1992), Diploma de Estudos Aprofundados (DEA) em Geografia e Prática do Desenvolvimento nos Países do Terceiro Mundo pela Universidade de Paris X, Nanterre (1993) e Doutorado em Geografia Humana, Econômica e Regional pela Universidade de Paris X, Nanterre (1998). Realizou Pós-Doutorado no LATTS - École Nationale des Ponts et Chaussées (2004-2005), Paris, França. Atualmente é professor Titular da Universidade Federal do Espírito Santo e Editor da Revista

Geografares e realiza um Pós-doutorado no IPPUR-UFRJ. Realiza pesquisas sobre cidades, metropolização, geografia econômica e regional e epistemologia da geografia. Coordenador do Laboratório de Estudos Urbanos, Regionais, dos Territórios e das Paisagens (LABURP) da UFES. Bolsista de Produtividade do CNPQ nível PQ 2. Publicou, dentre outros livros, Geofilosofia e Geopolítica em Mil Platôs (Edufes, 2014) e Yves Lacoste: Entrevistas pela Annablume, 2005.

Cristiane Dambrós
dambrosc2016@gmail.com

Possui graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Santa Maria (2008), mestrado em Engenharia Civil e Ambiental pela Universidade Federal de Santa Maria (2011) e doutorado em Geografia (Organização do Espaço) pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2016), com doutorado-sanduíche na UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real - Portugal. Atualmente é Coordenadora de Pesquisa do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura - CLAEC. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Gestão de Recursos Hídricos e Geografia Agrária e Cultural, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, gestão de recursos hídricos, análise integrada da paisagem, patrimônios naturais e culturais.

Daniel Féo Castro de Araújo
daniel.feo@gmail.com

Doutorando pela Universidade de Brasília, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Uberlândia. Licenciado e bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. Participou do Programa de Educação Tutorial (PET/Reconectando Saberes) no ano de 2010-12. Atuou como bolsista de Iniciação Cientifica do Projeto Rede de Educação Popular vinculado ao grupo de pesquisa em Educação e Culturas Populares GPECOP e o Programa de Pós-graduação em Educação da FACED/UFU, no ano de 2013. É colaborar do grupo de pesquisa Travessias - Núcleo de Pesquisas Urbanas, que se propõe a pesquisas os múltiplos regimes normativos que atravessam a vida nas periferias das cidades brasileiras hoje: mundo do crime, religião, trabalho, movimentos sociais, entre outros. Membro do grupo de pesquisa GEPEAT (Grupo de Estudos e Pesquisa Agrárias e Trabalho). É membro da Rede de Pesquisas sobre Regiões Agrícolas - REAGRI. Principais temas de pesquisa: Modernização territorial, dinâmica dos lugares, redes e circuitos espaciais de produção, circuitos da economia urbana, região e regionalização, regiões agrícolas, agronegócio e dinâmicas territoriais, urbanização e agronegócio, globalização e política.

Érika Cristina Nesta Silva

Doutorado e Mestrado concluídos em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) - Presidente Prudente; Licenciatura e Bacharelado em Geografia pela Faculdade de Ciências e Tecnologia

(FCT/UNESP) - Presidente Prudente. Possui experiência nas áreas de Ensino de Geografia, Depósitos e Relevos tecnogênicos, Geomorfologia e Pedologia. Participa do Grupo de Pesquisa GAIA (Grupo de Pesquisa Interações na Superfície Terrestre, Água e Atmosfera) da UNESP de Presidente Prudente, do Laboratório de Sedimentologia e Análises de Solos da FCT/UNESP, do Grupo de Pesquisa GEPDA (Grupo de Estudos e Pesquisas em Geomorfologia, Pedologia e Dinâmicas Ambientais) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e do Grupo de Pesquisa Estudos do Antropoceno e Tecnógeno, da UNG (Universidade Guarulhos).

Flávio Rodrigues do Nascimento
flaviorn@yahoo.com.br

Licenciado, Bacharel, Mestre e Dr. em Geografia. Prof. do Dept° de Geografia da UFC e dos PPPGEOs em Geog. da UFC e UFF. Membro do Conselho Estadual do Meio Ambiente do Ceará/COEMA. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq: Núcleo de Pesquisa e Planejamento em Hidrogeografia (NEPH). Editor das Revistas Mercator (UFC) e Geographia/UFF e revisor ad hoc de periódicos nacionais internacionais, como International Journal of Geosciences (IJG). Prof. Visitante do Dept de Geografia da Univ. Eduardo Mondlane, Maputo/ Moçambique e do Prog. de Postgrado Multidisciplinar en Ciencias Ambientales de Universidad Autónoma de San Luis Potosí/ México. Coordenador de projetos com México, Moçambique e Itália. Tem experiência na área de Geografia e Geociências, com ênfase em gestão de recursos naturais e planej. ambiental, atuando nos temas: gestão ambiental, hidrogeografia e bacias, hidroterritórios, semiárido, degradação/desertificação. Membro do Centro del Agua para Zonas Áridas y Semiáridas de América Latina y el Caribe/Peru e Chile. Obteve prêmios internacional e nacionais. Sobre trabalhos técnicos atua principalmente junto a Sec de Meio Ambiente do RJ (Plano de Gestão Territorial do Zoneamento

Ecológico-Econômico do Estado do Rio de Janeiro) e do CE (Planos de Manejo em Unidades de Conservação).

Francisco Leandro de Almeida Santos
leogeofisico@gmail.com

Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Ceará- UFC com pesquisas na área de Geomorfologia Estrutural e Morfotectônica. Graduado e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) com ênfase na linha de pesquisa Ordenamento Territorial das Regiões Semiáridas e Litorâneas desenvolvendo trabalhos no Laborátório de Geografia Física e Estudos Geoambientais (LAGEO) - PROPGEO/UECE com foco na elaboração de zoneamentos ambientais. Tem experiência nos seguintes temas: Análise Ambiental, Brejos de Altitude do Nordeste Brasileiro, Geomorfologia Estrutural e Zoneamento Ecológico-Econômico.

Gustavo Souza Santos

Doutorando em Desenvolvimento Social e mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Docente das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros (FIPMoc)

Geisa Candida da Silva Gonçalves
geisa.goncalves@ufu.br

Mestranda em Geografia pela ICHPO/UFU (atualmente), Especialista em Gestão Estratégica de Empresas com foco em Auditoria e Controladoria pela FEIT/UEMG (2005). Graduada em Administração Pública pela Universidade Federal de Uberlândia (2015) e em Ciências Contábeis pela Faculdade Triângulo Mineiro (2002). Atualmente é servidora da Universidade Federal de Uberlândia, atuando como Coordenadora da Pro-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) no Campus Pontal. Tem experiência profissional na área de Administração Pública, com ênfase em Gestão de Pessoas. Realiza pesquisas nas linhas de Finanças para Médios e Pequenos Empreendedores, Políticas Públicas e Dinâmicas Ambientais.

Jonathan Fernando Costa Alves

Graduado em Geografia pela Faculdade de Ciências Integradas do Pontal (FACIP) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Pontal - Ituiutaba/MG. Membro do Laboratório de Pesquisa em Pedologia, Geomorfologia e Ensino de Geografia Física - PEDOGEO da FACIP/UFU. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geomorfologia, Pedologia e Dinâmicas Ambientais (GEPDA).

Juliana de Oliveira Vicentini

Doutora em Ciências pelo Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz - ESALQ; Centro de Energia Nuclear na Agricultura - CENA/Universidade de São Paulo - USP). É Mestra em Ciências (Ecologia Aplicada) também pela Universidade de São Paulo. Graduada em Geografia, pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas. Desenvolve pesquisas interdisciplinares, com ênfase em geografia humana, questões ambientais, geografias da comunicação, localidade e globalização, redes geográficas (fluxos de informação e conhecimento sobre o espaço), urbanização, ruralidades, educação ambiental crítica, estudos críticos do discurso e análise de conteúdo de produtos midiáticos e representações socioespaciais na mídia. Tem experiência na condução de metodologias qualitativas e quantitativas dentro das ciências humanas, incluindo a condução de entrevistas, grupo focal e técnicas de governança participativa (fóruns, painéis temáticos e oficinas). Integrou o projeto temático interdisciplinar Xingu Project: Integrating land use planning and water governance in Amazonia: towards improved freshwater security in the agricultural frontier of Mato Grosso (BELMONT FORUM e FAPESP - Processo 2013/50180-5), no qual foi responsável pela condução da pesquisa na área de geografia. Também foi integrante do projeto de extensão intitulado O Rio e a Escola (2013), conduzido em parceria com a USP e uma escola estadual. Atuou como docente de Geografia em diversas instituições. Organizou e ministrou aulas em oficina pedagógica. ResearcherID/Publons: N-7095-2015. OrcID: https://orcid.org/0000-0002-9031-6679

Kátia Gisele de Oliveira Pereira
katia_gisele@ufu.br

Possui graduação em Bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (1996), graduação em Licenciatura Em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (1998), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2001), Linha de Pesquisa: Análise e planejamento sócio ambiental e Doutorado pelo Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia - Linha de Pesquisa: Análise, Planejamento e Gestão Ambiental (2016). Atualmente - professora efetiva na Universidade Federal de Uberlândia - Campus Pontal. Desenvolve atividades em geografia física no Triângulo Mineiro com ênfase em geomorfologia, biogeografia aplicada a gestão ambiental. Participa do grupo de pesquisas Laboratório de Estudos do Meio Físico no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba - MG, como pesquisadora e líder, respectivamente.

Leda Correia Pedro Miyazaki
lecpgeo@gmail.com

Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Presidente Prudente, na qual foi bolsista CAPES e FAPESP. Possui licenciatura (2003), bacharelado (2005) e mestrado (2008) em Geografia pela mesma universidade, onde foi bolsista do CNPq e da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. Atualmente é Professora do Curso de Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Ciências Humanas (ICH) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Campus Pontal, Ituiutaba-MG. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geomorfologia, Pedologia e Dinâmicas Ambientais

(GEPDA). É pesquisadora do Grupo de Pesquisa Interações na superfície terrestre, água e atmosfera (GAIA) da FCT/UNESP. Desenvolve pesquisa e atividades de ensino no Laboratório de Estudos e Pesquisa em Pedologia, Geomorfologia e Geografia Física (PEDOGEO), que se encontra sob sua coordenação. Tem experiência na área de Geografia Física, atuando principalmente nos temas ligados a geomorfologia urbana, solos, vulnerabilidade de ambientes e ensino de geografia.

Mayara Yukiko Yamada

É graduanda em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Uberlândia e bolsista egressa do Programa de Educação Tutorial - PET Bio Pontal pela mesma instituição. Trabalhou com a utilização de tricologia na identificação de espécies e estudos em dietas de carnívoros. Posteriormente, trabalhou com Educação Ambiental voltada para a preservação de Araras-Canindé. Atualmente, está em mobilidade na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Raquel Balli Cury

Mestre em Geografia pela FACIP/UFU Campus Pontal, possui Especialização em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (1994-1996), Especialização em Gestão de Memória Arquivo, Patrimônio e Museu pela Escola Guignard - Campus UEMG (1996-1998), Licenciatura em Estudos Sociais e História pelo Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba (1989-1991), e Bacharelado em Direito pelo Instituto Superior de Ensino e Pesquisa de Ituiutaba (1999-2003). Atualmente é professora

da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG, e professora do Ensino Fundamental II no Colégio Gildo Vilela Cancella - GVC; foi professora e coordenadora de Pesquisa e Extensão da Faculdade Triângulo Mineiro – FTM, e professora da Fundação Educacional de Ituiutaba - FEIT. Tem experiência em docência do ensino fundamental ao superior, em trabalhos técnicos, em Direito, organização de eventos, Comunicação, Turismo e Administração.

Silvanio de Cassio da Silva
vaninho_udi@hotmail.com

Graduado em Geografia Licenciatura/Bacharelado na Universidade Federal de Uberlândia FACIP-UFU Ituiutaba-MG, Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal (PPGEP) das Faculdades Integradas do Pontal-FACIP/UFU. É também membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Geomorfologia, Pedologia e Dinâmicas Ambientais (GEPDA) , monitor do laboratório de Ensino e Pesquisa em Pedologia, Geomorfologia e Ensino de Geografia Física - PEDOGEO da FACIP/UFU - Ituiutaba/MG, bolsista do Projeto Educasolos (ano base 2015), monitor voluntário do Projeto Educasolos (ano base 2016), Bacharel em Processos Gerências pela Universidade Norte do Paraná (Unopar - 2014).

Sueley Luana da Silva Inácio
sueley_luana@hotmail.com

Mestre em Geografia e Ordenamento de Território pela Universidade Federal de Goiás - UFG/CAC, possui Licenciatura em Geografia e Pedagogia. É Especialista em Geografia do Brasil pela UFG/CAC,

membro dos grupos de pesquisa Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho (UFG/CAC/CNPq) e GEEUAÇÃO - Geografia, Educação, Espaço Urbano e Ação (UFG/CAC). *"Ninguém sabe tudo, ninguém ignora tudo. Por isso, aprendemos sempre"* (Paulo Freire).

Suellen Batista dos Santos Parreira

Graduada em Licenciatura e Bacharelado em Geografia pelo Instituto de Ciências Humanas - ICH, da Universidade Federal de Uberlândia - UFU. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal - PPGEP da Universidade Federal de Uberlândia - UFU.

BARLAVENTO